

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação  
Departamento de História



**Lucien Febvre: Combates por uma Nova História**

**Considerações sobre um Projeto Historiográfico.**

Tese de Doutorado

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Campinas – 2000

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

**RAIMUNDO BARROSO CORDEIRO JÚNIOR**

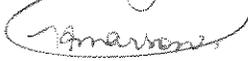
**Lucien Febvre: Combates por uma Nova História  
Considerações sobre um Projeto Historiográfico.**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca**

**Este exemplar corresponde à  
redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
09/08/2000**

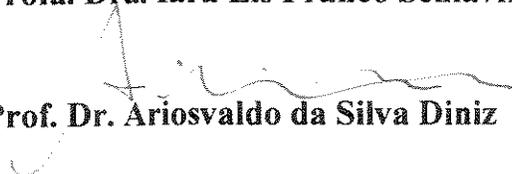
**BANCA**

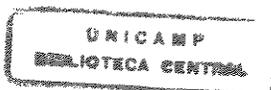
  
**Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (orientador)**

  
**Profa. Dra. Izabel Andrade Marson**

  
**Prof. Dr. Carlos Roberto Galvão Sobrinho**

  
**Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto**

  
**Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	C 811 L
V.	Ex.
TOMBO BC	42750
PROC.	161278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/10/00
N.º CPD	

CM-00147027-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 811 L

**Cordeiro Júnior, Raimundo Barroso**

**Lucien Febvre : combates por uma nova historia –  
considerações sobre um projeto historiográfico / Raimundo  
Barroso Cordeiro Júnior. - - Campinas, SP : [s.n.], 2000.**

**Orientador: Edgar Salvadori De Decca.**

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Febvre, Lucien Paul Victor, 1878-1956. 2. História.  
3. Historiografia. 4. História - Teoria. 5. Demografia – História.  
6. Filosofia - História. 7. Sociologia – História. 8. Antropologia –  
História. 9. Economia – História. I. De Decca, Edgar Salvadori.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.**

Para Marta e Mariana, companheiras de sempre.

Para João Holanda, primo-irmão (in memoriam)

Elegia

Concebidos a seco  
Somos fruto da fome e da sede  
Paridos no choro prosaico de homem nu

Nascemos a seco  
Talvez por isso a fome de verde  
E a insensata sede de azul

Vivemos a seco  
Movidos pela fome de verdade  
E a abundante sede de paixão

Morremos a seco  
Famintos da fome de eternidade  
E a sede afogada de ilusão

# Índice de Abreviaturas

## Revistas:

### Annales

AHES	Annales d'Histoire Économique et Sociale.
AHS	Annales d'Histoire Sociale.
MHS	Mélanges d'Histoire Sociale
AESC	Annales, Économies, Sociétés, Civilisations.
AHSS	Annales: Histoire, Sciences Sociales

### Outras

AG	Annales de Géographie.
AS	L'Année Sociologique.
BFLS	Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg.
CHM	Cahiers d'Histoire Mondiale.
HG	Historiens et Geographes.
HT	History and Theory. Studys in the Philos. of Hist.
JMH	Journal of Modern History.
NC	Nouvelle Critique.
PE	Politique Étrangère.
RH	Revue Historique.
RHMC	Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine.
RSH	Revue de Synthèse Historique
RSI	Rivista Storica Italiana.

### Instituições

CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique.
ENS	École Normale Supérieure.
EPHE	VI <sup>e</sup> Section de l'École Pratique des Hautes Études
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales.

## Sumário

Introdução	5
<b>1- O Conhecimento Histórico</b>	
1.1- Aspectos do Debate sobre a Produção do Conhecimento	20
1.2- A Natureza do Conhecimento Histórico	27
1.3- Elementos de História da História	82
<b>2- Lucien Febvre e a História da História</b>	
2.1- Alma de Terra	99
2.2- Alma de Papel	109
2.3- Febvre: Intelectual Militante	137
2.4- O Movimento dos Annales	149
<b>3- O pensamento Histórico Febvreano</b>	
3.1- Aspectos Teóricos do Pensamento Febvreano	182
3.2- Recepção do Pensamento de Febvre no Brasil	219
3.3- O Projeto Historiográfico de Lucien Febvre	228
<b>4- Combates Febvreanos por uma Nova História</b>	
4.1- A Obra Histórica de Lucien Febvre	271
4.2- O Pensamento Científico de Lucien Febvre	328
<b>Considerações Finais</b>	366
<b>Referências Bibliográficas</b>	380

## Agradecimentos

A realização de um trabalho acadêmico, apesar da tão verdadeira solidão dos pensadores isolados no seu ateliê, mobiliza um conjunto de esforços intelectuais sem os quais não seria possível concluí-lo. Esses colaboradores atuam de maneira diversa, mas sempre em sintonia com o propósito de permitir que a obra se faça. Muitas vezes interferem de modo direto, assistindo na pesquisa e seleção das fontes, fazendo sugestões sobre o encaminhamento conveniente das idéias ou “simplesmente” se assessorando nas lides manuais. Existem também aqueles que indiretamente contribuem com o exemplo do testemunho dos seus feitos: os autores de nossas leituras, nossos professores de agora e do passado, nossos colegas de estudo e profissão e as demais pessoas que nos acompanham no cotidiano de nossas vidas.

Para a grandeza dessa variedade de colaboradores, esse espaço de agradecimentos é irrisório. Entretanto, mesmo correndo o risco de cometer a injustiça do esquecimento, algumas pessoas estiveram tão próximas que devem ser lembradas sem cerimônias.

Meus agradecimentos ao professor Edgar de Decca que aceitou ser meu orientador no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de Campinas. Aproveito para me desculpar pela minha dificuldade em romper as distâncias formais entre orientando e orientador, cuja origem remonta, provavelmente, à forte impressão que me causou o “Silêncio dos Vencidos” no período de minha graduação em história na Universidade Federal do Ceará (UFC). Sendo assim, confesso que não consegui superar o estado de reverência que me anima o espírito, considerando a importância desse historiador e de sua obra para a minha formação intelectual e, de resto, para a historiografia brasileira contemporânea.

Agradeço muitíssimo à professora Katia de Queirós Mattoso que, no segundo semestre de 1996, gentilmente me convidou para participar de seus seminários na Universidade de Paris-Sorbonne IV. Através dela me foi permitido entrar em contato com pesquisadores do século XVI, contribuindo para uma compreensão mais ampla do contexto histórico sobre o qual se debruçou Lucien Febvre. Além disso, agradeço por suas observações pertinentes e encorajadoras a respeito do encaminhamento do meu projeto de pesquisa sobre o pensamento histórico febvreano.

Agradeço aos professores Iara Lis Carvalho Souza, Carlos Galvão Sobrinho e Ariosvaldo da Silva Diniz pela leitura inteligente e atenta que fizeram da primeira versão deste trabalho. Suas considerações me serviram como alerta para as lacunas que se apresentavam no texto. As sugestões feitas de maneira honesta e respeitosa foram assimiladas e postas agora nesta versão final.

Meus agradecimentos à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por me concedido uma bolsa de estudos através do sistema CAPES-PICD, o que me permitiu residir por algum tempo em Campinas e realizar os estudos necessários para a elaboração dessa tese de doutoramento. Agradeço também ao Departamento de História da UFPB por ter me liberado das atividades departamentais por quatro anos. Especialmente aos colegas de Departamento que se envolveram com as minhas preocupações intelectuais e com o estorvo dos compromissos burocráticos. Agradeço às professoras Rosa Godoy (Chefe de Departamento) e Neiliane Maia (coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) pelo incentivo e apoio sempre que as dificuldades ameaçavam a realização desse trabalho. Por fim, aos alunos de teoria da história do curso de graduação em história, meus principais interlocutores a partir do meu retorno às atividades docentes.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Meus agradecimentos à professora Simone Souza do Departamento de História da UFC pelo acompanhamento acadêmico e incentivo intelectual de mais de quinze anos. Através do seu exemplo de compromisso e honestidade profissional tenho procurado pautar minha carreira docente.

Meus sinceros agradecimentos aos meus familiares que tiveram que suportar todas as oscilações do meu comportamento social e pessoal, ocorridas durante o período em que a tese se tornou minha companhia exclusiva no amor e no ódio, e apesar disso não desistiram de me estimular. Minhas desculpas a minha esposa Marta e a minha filha Mariana pelos infortúnios e pelas ausências.

Embora todas essas pessoas tenham participado cotidianamente da construção material e intelectual deste trabalho, todas as lacunas, imprecisões e equívocos que porventura uma leitura mais acurada possa encontrar, são de minha inteira responsabilidade.



Lucien Paul-Victor Febvre 1878-1956

“A história pensada como ciência pura e tornada soberana seria uma espécie de encerramento e balanço da vida para a humanidade. A história, na medida em que está a serviço da vida, está a serviço de uma potência a-histórica e por isso nunca, nessa subordinação, poderá e deverá tornar-se ciência pura, como, digamos, a matemática”. (Friedrich Nietzsche. “Da utilidade e Desvantagem da História para a Vida”. 1874.).

“Graças ao progresso das ciências e dos métodos científicos, a história possui hoje meios maravilhosos de investigação. Pela filologia comparada, pela antropologia, pela geologia mesma, ela lança seus olhares sobre as épocas para as quais faltam tanto os monumentos como os textos. As ciências acessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, fornecem-lhe os documentos de uma indiscutível autoridade. Enfim, a crítica dos textos, estabelecida sobre princípios e classificações verdadeiramente científicas, permitem-lhe reconstituir, senão na sua pureza primitiva, ao menos sob uma forma o menos alterada possível, todos os escritos históricos, jurídicos, literários que não nos foram conservados nos manuscritos originais e assinados. Assim, auxiliada, armada de semelhantes instrumentos, a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, senão descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar sobre cada ponto o certo, o plausível, o duvidoso e falso”. (Gabriel Monod. “Du Progrès des Sciences Historiques”. 1876.).

“Intentar a constituição da história como ciência é uma obra que se impõe a nosso tempo; não somente se trata de utilizar os materiais em número imenso, cujo aproveitamento é até aqui quase nulo; senão que há urgência em aliviar o espírito humano de uma carga que chega a ser cansativa. Não se diminui o peso dos fenômenos recolhidos pelo espírito senão ligando-os; e esse laço só pode ser uma generalização científica”. (Paul Lacombe. A História considerada como Ciência. 1894.).

## Introdução

“Ninguém, é verdade, entre os trabalhadores em história possuídos da paixão de seu métier, não pode jamais escapar a esta lei exigente, a este labor obstinado, a este estoicismo necessário, sem o qual, dizia Marc Bloch, não existe vida de historiador possível. Mas aos grandes trabalhadores, é necessário outros dons ainda e bastantes contraditórios, poesia e rigor de espírito ao mesmo tempo, de vivas paixões intelectuais e uma paciência imensa, enfim e sobretudo inesgotáveis curiosidades”. (Fernand Braudel. *Présence de Lucien Febvre*. 1953).

Imaginação e rigor. Princípios de uma lição assimilada à experiência do historiador, resultante da busca de afirmação das peculiaridades intelectuais do seu ofício. Conselho emérito que sintetiza um par de qualidades nem sempre conciliadas na prática do pesquisador, invariavelmente influenciado pela falsa completude que cada uma, em si mesma, promete. Sugestão de atitudes que se destinam a preservar a origem sentimental do conhecimento da história, compromisso remoto com a sensibilidade. Ainda assim, asseverar as conquistas do esforço de sistematização dos seus fundamentos epistemológicos, àqueles que se dedicaram à obra de construção da autonomia da história em relação às outras formas de conhecimento humano.

Estimulado por estas sugestões, este trabalho é o resultado de uma análise sobre o papel social e intelectual de Lucien Febvre no processo de renovação da historiografia francesa na primeira metade do século XX. Para além dos aspectos subjetivos que condicionaram a escolha de Lucien Febvre como objeto de estudo, há de se convir que a historiografia francesa de *per si*, é na verdade uma fonte de grandeza inesgotável para a pesquisa histórica, bastando

para isso se observar o ritmo e a intensidade da propagação de seus modelos pelas diversas historiografias ocidentais.

Sem dúvida a França produziu uma cultura histórica que remonta à Idade Média, mas que pode ser perfeitamente visualizada em toda a sua extensão e consistência a partir do século XIX, assumindo um papel de extrema relevância na vida e no desenvolvimento das ciências humanas. A partir de então, pode-se dizer que a história foi uma das atividades intelectuais mais dinâmicas e livres para ousadias teórico-metodológicas, pelo fato de possuir um maior espaço institucional de atuação. A antigüidade dessa tradição se justifica porque desde muito cedo a história na França esteve aliada às instituições e aos centros de poder, tais como o Estado nacional e a Igreja, vindo a ser uma das bases de sistematização dos diversos momentos vividos pela comunidade nacional. Dada a sua importância estratégica do ponto de vista da sua proximidade com o poder, a história pode encontrar condições para se sofisticar como ofício e como disciplina. A história na França manteve-se independente das influências dos demais campos do conhecimento, especialmente a filosofia, fenômeno que ocorreu em países como a Alemanha e a Itália. Por tudo isso, a historiografia francesa é uma referência obrigatória a todos os historiadores, independentemente de suas preferências teóricas ou de suas tendências político-ideológicas, constituindo-se em matéria obrigatória a todo aquele que se dedica à atividade histórica.

A escolha do pensamento histórico e científico de Lucien Febvre como objeto deste estudo, tem na sua origem a constatação de que uma parcela importante de seu envolvimento extra-científico se deu a fim de realizar um projeto historiográfico. Esta efetiva participação pode ser identificada na medida em que se percebe os seus esforços tendo em vista a conquista de um espaço institucional para um grupo de intelectuais e de idéias. Portanto, à biografia de intelectual de Febvre, considerada um exemplo de erudição, de compromisso e competência

no trato do ofício do historiador, alia-se a biografia de militante que se autodefiniu como combatente por uma nova história.

Estudar o pensamento de Febvre nesta perspectiva, é na verdade realizar um esforço de reflexão sobre a questão das possibilidades científicas da história, com vistas a identificar os mecanismo, estratégias e operações teóricas utilizadas por ele para inserir a disciplina histórica no quadro geral das ciências modernas. Este tema que a todos os historiadores interessa, tendo em vista que o debate sobre o estatuto científico das história ainda não se encerrou, pode ser desenvolvido a partir do ingresso crítico nos meandros do projeto histórico-científico de Lucien Febvre. Isto porque o conteúdo propositivo do seu ideário, é exatamente o aspecto mais relevante no que concerne à discussão na primeira metade do século XX sobre as possibilidades científicas da história. Grande parte dos seus debates intelectuais, divulgados pelos diversos periódicos para os quais colaborava, se dedicava a sistematizar as suas proposições a propósito da natureza e das perspectivas de amadurecimento científico do conhecimento histórico. Em uma palavra, apesar de suas idéias se revestirem quase sempre de uma roupagem temática especificamente histórica, eram sugestões que ele apresentava como *conditio sine qua non* para que a história viesse a garantir seu lugar de prestígio e legitimar seu conhecimento como verdadeiro e seguro.

A proposta de realizar uma leitura problematizante de uma determinada produção histórica, isto é, interrogá-la através de questões relativas ao próprio *fazer* da história, considerando as circunstâncias sociais condicionantes do universo do saber no qual se dá sua inserção particular, significa inseri-la no âmbito dos estudos historiográficos. Esta filiação especial não remete a nenhum debate substancial, entretanto é preciso esclarecer em que condições o saber historiográfico se constituiu em uma prática comum no interior da corporação histórica. A princípio, esta relevância se deve ao fato de que o próprio

conhecimento histórico tornou-se objeto de estudo do historiador, assumindo a tarefa de refletir sobre o modo como os especialistas da história se comportam diante dos acontecimentos, das dinâmicas do tempo e dos ideários teóricos que se oferecem como substrato à interpretação histórica. Em uma palavra, a história da história tem se proposto, também, ao entendimento das variáveis simbólicas que medeiam a atitude do historiador enquanto sujeito elaborador, consumidor e divulgador do conhecimento histórico.

Se esta preocupação se justifica como medida de controle no encaminhamento do estudo dos acontecimentos históricos, ela se torna indispensável quando o objeto a ser examinado é o próprio conhecimento histórico produzido. Isto porque, além dos aspectos tipicamente “científicos” da historiografia, observáveis na prática erudita de seus especialistas, são muitas e complexas as variáveis de natureza subjetiva expressas pelas relações de contexto, bem como os de origem puramente ideológica. Portanto, a análise de história da história requer uma maior dedicação teórica e metodológica, na medida em que se encontram envolvidos no mesmo processo intelectual elementos próprios da atividade prática de pesquisa e da capacidade subjetiva de compreensão do historiador.

Este trabalho se constitui, portanto, em uma proposta de reflexão historiográfica, cuja intenção é apreender os aspectos característicos da dimensão propositiva desse ideário que emerge no contexto histórico do início do século XX como inovador das práticas historiográficas. Esta problematização se fará a partir da análise da escrita febvriana da história, especialmente aquela na qual ele se posiciona como crítico dos outros escritores de história, condenando suas concepções teóricas e suas práticas consideradas antiquadas de história. Objetiva-se, pois, compreender de que modo estas opiniões singulares espelham um *corpus* teórico que sintetiza uma arquitetura de idéias inovadoras, bem como descrever o edifício sobre o qual se instala e se dispõe o mobiliário de um saber científico em construção.

Convém lembrar que o sentimento de consideração que se tem por este historiador que foi um dos participantes de um dos movimentos intelectuais mais importantes no campo da historiografia deste século, não chega a impedir que se faça uma problematização de sua obra e de seu ideário, inclusive buscando apontar os seus limites ideológicos, metodológicos e teóricos. A importância de Lucien Febvre é inquestionável, bastaria para isso citar em seu favor o movimento de renovação historiográfica que se criou em torno da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* dos Annales. Contudo, o universo de suas atividades recobre um território muito maior, credenciando-o como um dos responsáveis pela discussão inovadora das ciências humanas na França e, por repercussão, em diversos países ocidentais nos últimos cinquenta anos.

Embora seja entendido como um pensamento arrojado que se manifesta através de uma obra profícua e complexa, poucos têm sido os trabalhos que se dedicam a sistematizar a contribuição intelectual de Lucien Febvre para as mudanças da disciplina e do ofício da história. Praticamente se encontra apenas duas grandes obras que visam, de uma forma ou de outra, vencer o desafio de sintetizá-la, enfrentando a profusão temática e conteudística dos seus escritos. Primeiramente tem-se o livro de Hans-Dieter Mann “Lucien Febvre. La Pensée vivante d'un historien” (1971), cujo objetivo primordial é estabelecer uma correlação de influência, assimilação e presença do pensamento de Febvre dentre os principais temas e tendências nas ciências humanas durante o frenético século XX. A Segunda é a obra de Guy Massicotte “L'histoire problème. La méthode de Lucien Febvre” (1981), onde o autor procura esclarecer os fundamentos da prática metodológica de Febvre, enfatizando, a partir dos livros mais expressivos de Febvre, as suas relações com as principais teorias do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Dentre elas, são destacadas o positivismo, o determinismo e a hermenêutica. E, de maneira especial, como essas matrizes teóricas são tratadas no centro das

preocupações febvrianas, relacionando-as com sua concepção de história-ciência, as suas idéias em torno da história social e as perspectivas que a obra de Febvre sugerem para a elaboração de uma história das mentalidades. Nesta linhagem de trabalhos específicos sobre a obra febvriana, embora delimitada ao aspecto político-ideológico do seu pensamento, tem-se também o livro de José Antônio Ereño Altuna “Lucien Febvre: combates pelo socialismo”, onde o autor realiza uma análise sobre os ideais socialistas de Febvre durante os anos 1907-1910, quando ele foi um assíduo colaborador do jornal “Le Socialiste Comtois” da cidade de Besançon. Além desses, encontra-se o trabalho de Massimo Mastrogregori “Il Genio dello Storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese” (1987), que, como o próprio título sugere, é um trabalho de análise e comparação dos pensamentos historiográficos dos fundadores do movimento dos Annales. E, *last but not least*, encontra-se a contribuição indispensável de Bertrand Müller “Bibliographie des Travaux de Lucien Febvre” (1990) e a organização da correspondência produzida pelos fundadores dos Annales (1994): “Marc Bloch, Lucien Febvre. Correspondance. I. La naissance des *Annales*. 1928-1933. Paris, Fayard”.

Para realizar esse trabalho, serão utilizadas como fontes principais os trabalhos de Febvre que demarcam sua convicção de crítico e reformista do conhecimento histórico. No plano dos escritos teórico-metodológicos, especialmente os *Combates pela História*, pois, como diz Fontana sobre este livro: “é, ao fim e ao cabo, a única compilação selecionada e autorizada por Febvre mesmo e também, coisa nada desdenhável, a única que seguramente ele corrigiu e retocou na medida que acreditou conveniente”. (1985. p. 110). Essa opção está diretamente condicionada ao critério da intencionalidade da obra, ou seja, os *Combats* foram organizados para servirem de demonstração do potencial crítico das propostas metodológicas de seu autor. Por isso consideramos que através deles podemos ingressar no cerne do seu pensamento e

compreender em profundidade o seu ideário. Quanto às outras obras, vamos analisá-las com o intuito de verificar como Febvre põe em prática as suas idéias a respeito de uma escrita da história para além das fronteiras disciplinares. Os trabalhos de história religiosa são, portanto, os exemplos mais contundentes dessa aventura interdisciplinar, quando se constata o uso declarado do apoio da psicologia e da sociologia no desenvolvimento dessas temáticas. Enfim, não vamos desprezar a colaboração e o apoio da sua produção intelectual mais geral, desde que nos sirvam como complementares àquelas que entendemos trazer de forma explícita os fundamentos do seu projeto interdisciplinar.

No que diz respeito a parte da sua obra mais propriamente científica, centraremos nossa abordagem no aspecto metodológico desses escritos, procurando estabelecer uma ponte com as suas concepções teóricas mais abrangentes. Entendemos que desse esforço intelectual, o que existe de mais contundente e mais estratégico do ponto de vista da obtenção de simpatias, inclusive podendo-se constatar a continuidade dessas idéias nas temáticas dos novos historiadores, foi o seu discurso em favor da interdisciplinaridade. Foi através dele que Febvre pode se apresentar como um historiador diferente, portando idéias de congregação dos diversos setores em nome do saber científico desinteressado. Defendendo a interdisciplinaridade como elemento necessário à adaptação das ciências humanas a uma nova fase da história intelectual, pode confrontar-se com uma certa tradição corporativa, recorrendo ao apoio das experiências das ciências sociais. Sendo assim, é preciso aprofundar analiticamente essa proposta, pois dessa forma abriremos a possibilidade de perceber as suas implicações mais gerais, tanto no campo da história como nas disciplinas vizinhas. Esse aspecto é de fato relevante, na medida em que por meio dele se desenvolve a concepção da história como uma disciplina de síntese. Conferindo, pois, maior visibilidade às características

específicas do pensamento de Febvre no cenário dessas ciências e a força de aglutinação que elas possuíam no contexto de reordenação científica que se processava no início do século.

Ao se propor esse recorte temático, acredita-se que ele representa um elemento de extrema relevância no pensamento de Febvre, porquanto a sua obra está atravessada de ponta a ponta pela vontade de conquistar a flexibilização das fronteiras disciplinares. Esta atitude, aceita com naturalidade nos tempos atuais, precisou ser ardentemente defendida diante das tendências “cientificistas” e renitentes a mudanças no estatuto da história, representadas na França pela geração de 1870 dos historiadores metódicos. É, pois, exatamente neste sentido que presumimos o valor paradigmático desta proposta: a partir da noção de fronteira, conceito originário dos estudos geográficos, Febvre pode deslindar sua proposição interdisciplinar, criticando ao mesmo tempo o encerramento arrogante da história em limites estreitos e intransponíveis e o reflexo imediato desse isolamento na *praxis* do historiador, a especialização e a fragmentação do objeto histórico.

A intenção ao consultar essa bibliografia é fazer um levantamento de suas idéias e em que essas idéias representavam uma mudança para o *status quo* da historiografia hegemônica em seu tempo. Sem pretender, o que de resto é impossível, esgotar esta temática, busca-se reconstituir o panorama lógico e explicativo sobre a temática da cientificidade da história no pensamento de Febvre. Para tanto, estaremos tomando como hipótese de trabalho a idéia de que a sua proposta interdisciplinar, significou naquele momento a possibilidade da história permanecer sendo a disciplina mais relevante do ponto de vista institucional, dentre as ciências humanas e garantir sua inserção no contexto das exigências científicas das ciências sociais. Em síntese, por intermédio do rompimento das fronteiras disciplinares a história continuaria ocupando seu espaço privilegiado, ao mesmo tempo que se preservaria do obscurantismo epistemológico, fruto do seu distanciamento das questões teóricas. Sem dúvida, é muito

conveniente que se possa fixar as maneiras como Febvre assimila e desenvolve os “ensinamentos” das outras disciplinas nos seus textos. Entretanto, seguindo a noção de projeto, é necessário pensar como Febvre dispõe no seu discurso federador um lugar para essas disciplinas. Antes de ressaltar e dimensionar suas habilidades intelectuais, que são muitas e importantes do ponto de vista do conhecimento erudito, é preciso analisar suas propostas enquanto estratégias de consolidação de um empreendimento a ser executado segundo critérios de inovação.

Convém ainda esclarecer que, para os objetivos da nossa leitura, os materiais produzidos por Febvre e publicados enquanto vivo, possuem um valor metodológico preponderante em face dos divulgados *post-mortem*. Compreendendo que foi através deles que Febvre expôs seu ideário e se expôs como intelectual circunscrito a um contexto sócio-acadêmico especial, e somente assim a noção de projeto como resultado de confrontos e disputas pode ser melhor analisada posto que esses embates determinam o nível de acirramento das opiniões. Essa observação se faz necessária, principalmente se pensarmos na riqueza que apresenta a produção epistolar de Febvre, principalmente aquela que representam as suas relações pessoais e intelectuais com Henri Berr e com Marc Bloch.

Considerando da maior relevância o aspecto propriamente científico da obra de Febvre, isto é, aquele que comporta as suas idéias sobre a história como disciplina, mas que também pode revelar a dinâmica dos debates entre projetos distintos, a sua correspondência privada acrescentaria as informações que se enquadrariam no que Noiriél chama de “escritos de poder (em geral não publicados e correspondendo às funções de direção, de gestão ou de relatório assumidas por este historiador no curso de sua vida profissional)”. (1996. p. 279). Portanto, é preciso definir formas de abordagens que contemplem de modos diferentes aqueles textos que foram preparados com estes objetivos. As suas cartas pessoais podem servir

de sustentáculos para confirmar a verdadeira natureza de suas posições, mas, por terem permanecido restritas a um circuito limitado, - não acessadas pelos simpatizantes, nem pelos adversários de Febvre - não se pode mensurar a sua eficácia sobre os princípios gerais do pensamento histórico daquele momento. Elas podem nos revelar aqui e ali, qualquer traço da personalidade, do pensamento e das verdadeiras intenções do seu autor, mas jamais poderemos atribuir algum valor a esses detalhes no que diz respeito ao seu efeito sobre as pessoas que compuseram o círculo das amizades íntimas. Em uma palavra, para que um projeto seja vencedor, obtendo sucesso diante das várias alternativas em jogo, é preciso que exista um público para o qual se destina a sua pregação e somente através das expressões reativas dessa audiência é que se pode medir o seu êxito. Portanto, esta condição nos coloca diretamente em contato com a fala que convoca as disciplinas a se confederarem sob a liderança da história, e os historiadores a mudarem seus métodos de trabalho, abandonando “velhas” práticas ultrapassadas.

Dito isto, parece ter ficado claro que nosso objetivo mais amplo é compreender como essas experiências de historiador crítico-militante fizeram de Lucien Febvre um legítimo representante de um processo de inovação historiográfica. Contudo, não nos interessa refletir exclusivamente sobre a sua contribuição à disciplina histórica, mas interpretar como as suas idéias respondiam aos critérios extra-científicos que estavam dados nas relações de poder no seio da profissão. Como as suas propostas “inovadoras”, de fato, correspondiam a um conjunto de demandas pessoais e coletivas, contidas em uma estratégia de política.

Diante de todos esses aspectos é que se pretende compreender as circunstâncias socioculturais e científicas que permitiram a um intelectual tomar para si a responsabilidade de encaminhar uma alteração de costumes, convenções e consensos, em um determinado campo de conhecimento. De fato é a tentativa de se fazer a sociologia do conhecimento histórico,

problematizando a trajetória de um projeto historiográfico específico, o movimento dos *Annales*, a partir de um projeto teórico particular, o pensamento de Lucien Febvre. Seria, então, resgatar a realidade cultural marcada de entrecruzamentos diversos e as formas de interferência realizadas pelo agente da inovação historiográfica. Enfim, compreender os condicionamentos sociais que se lançam sobre os fazedores de história e das condições de realização da história como conhecimento que faz legítimo do passado.

Enfim, nossa proposta é contribuir para o aprofundamento do saber histórico sobre si mesmo, esperando corresponder aos interesses de auto-compreensão da própria disciplina e às necessidades de entendimento dos que se aventuram nos caminhos difíceis da profissionalização. Assim, é necessário afirmar que esses objetivos são atingidos sob a condição de que, o próprio historiador da história se coloque também como sujeito na tarefa de reconstrução desse saber. Ou seja, a sua tarefa é contribuir para que o pensamento histórico torne-se compreensível aos seus contemporâneos, mesmo que para isso tenha que fazer acréscimos e remendos na trama das idéias que se descortinam. Para obter sucesso nessa empresa, é preciso considerar os aspectos conjunturais da produção desse conhecimento, isto é, as circunstâncias sociais e culturais das quais emerge, bem como as condições dadas pelo campo historiográfico propriamente dito. É necessário ainda, que o historiador da história não esqueça das “prerrogativas” dadas às “ciências do espírito”, que as permite interpretar o pensamento recôndito na fala e nos gestos de seus autores, para que isso não se transforme em um antídoto contra o rigor e a criatividade. Em uma palavra, a partir desses critérios de procedimento metodológico, pensar a prática histórica febvriana em relação com as outras práticas em conjunto, como determinada por elas, mas também como força determinante de suas condutas.

O exemplo de Lucien Febvre e sua produção intelectual extremamente difusa e complexa, pode motivar o empreendimento de inumeráveis reflexões de ordem historiográfica, metodológica e teórica. Da obra e do pensamento febvriano, ao nosso interesse se revela um aspecto em particular, o qual consideramos como o mais promissor no que concerne à explicitação de suas idéias a respeito da natureza do conhecimento histórico, bem como das teorias em circulação no contexto europeu na primeira metade do século XX, qual seja, a sua concepção científica da história. Isto é, como Febvre pensa a validação do saber histórico no campo da ciência objetiva, identificando os obstáculos de conteúdo teórico e apresentando as condições de possibilidade para a sua consagração como conhecimento cientificamente conduzido. Através dessas idéias é possível encontrar as divergências entre as gerações e suas opiniões, as alianças entre disciplinas emergentes e as estratégias de legitimação dos projetos intelectuais em discussão no cenário da renovação das ciências humanas. Além disso, é permitido se pensar nas formas de repercussão e assimilação desse debate pelas novas gerações de historiadores. Principalmente compreender de que maneira o pensamento de Lucien Febvre legou aos seus pósteros a oportunidade de enfrentar os desafios e as mudanças, sem perder de vista a defesa das características elementares do ofício do historiador, ocorridas durante todo o século XX no estatuto e na identidade do conhecimento histórico.

A disposição dos capítulos desse trabalho procura seguir o modelo metodológico utilizado por Lucien Febvre na maioria de seus trabalhos históricos, considerando sua idéias a propósito das relações entre indivíduo e sociedade, como base para a história intelectual. O esquema de abordagem relacional que se encontra subjacente ao trabalho de interpretação histórica de Febvre, constitui-se na expressão das realidades que estabelecem o condicionamento social do indivíduo. Assim, através da dinâmica sociedade-indivíduo-sociedade, buscou-se compreender como o contexto sociocultural interferiu no pensamento

histórico de Lucien Febvre e como este se reverte em fomento de uma mudança qualitativa agregado à cultura histórica do século XX.

No primeiro capítulo estudamos as condições gerais do pensamento científico da passagem do século XIX ao XX, enfatizando as alterações provocadas pela chamada segunda revolução científica. Além de descrever a situação em que se encontravam as ciências naturais e a filosofia das ciências, procuramos esclarecer as circunstâncias a partir das quais se organizaram as ciências sociais. Analisamos o conflito dos ideários científicos em voga e identificamos as mudanças nas formas de pensar e legitimar o conhecimento científico. Em seguida fizemos algumas considerações a respeito das especificidades do conhecimento histórico, ressaltando as questões relativas ao debate sobre o conhecimento da história da história.

No segundo capítulo, conhecendo um pouco do contexto da transição ocorrida no conjunto dos valores científicos, apresentamos o indivíduo Lucien Febvre nas particularidades de sua trajetória de formação intelectual. Neste capítulo destacamos alguns aspectos que consideramos relevantes na história pessoal de Febvre: o seu apego à noção geográfica de lugar, revelada no seu discurso de consagração das suas origens locais e que estabelece um compromisso definitivo com a geografia de Vidal de la Blache; as características culturais de sua formação intelectual, ressaltando suas ligações com uma certa tradição humanista; a sua trajetória de intelectual militante que participou ativamente de diversos momentos da consolidação de um novo pensamento histórico, especialmente na construção e institucionalização do movimento historiográfico dos Annales.

No terceiro capítulo foram analisados os elementos constitutivos do projeto historiográfico de Lucien Febvre, considerando os aspectos teóricos que definiram seu

pensamento histórico. São problematizadas as idéias de Febvre a respeito da forma de se elaborar o conhecimento histórico, considerando as suas opiniões a respeito da ampliação do conceito de fonte histórica e, por conseqüência, o território de ação cognoscente do historiador. No interior desse ritmo de proposta de inovação, tratamos das «manobras» utilizadas por Febvre para que fosse permitida a aproximação e, ao mesmo tempo, a proteção da história contra o avanço «imperialista» das jovens ciências sociais, principalmente a sociologia de Émile Durkheim. Foram analisadas também as idéias fundadoras de seu projeto historiográfico e as estratégias postas em prática para fazer valer as suas propostas diante da historiografia hegemônica. Em uma palavra, procuramos entender como Febvre compatibilizou uma prática intelectual e «científica» com uma atividade extra-científica intensa e apaixonada, e como essa dinâmica influenciou na sua maneira pessoal de compreender o ofício do historiador.

No quarto e último capítulo, identificamos as particularidades temáticas, teóricas e metodológicas da obra histórica e crítica de Lucien Febvre, inserindo-a no quadro geral das correntes filosóficas e científicas vigentes. Foi observada a dinâmica de sua política de preservação e rompimento com os ideais daquelas matrizes de pensamento, visando captar o movimento de avanços e recuos que definem sua ética de compromisso com a tradição historiográfica francesa. Analisamos a concepção febvreana de história como conhecimento cientificamente conduzido e suas relações com o ideal de objetividade desenvolvido pelo método científico e reforçado pelo positivismo no século XIX. Refletimos sobre o papel da proposta febvreana de conhecimento interdisciplinar na realização da ciência do homem, e enquanto possibilidade de construção científica da disciplina histórica.

Feitas estas observações iniciais, este trabalho tem como objetivo último contribuir para o aprofundamento do saber histórico sobre si mesmo, esperando, assim, corresponder

aos interesses de auto-compreensão da própria disciplina e às necessidades de entendimento dos que se aventuram nos caminhos difíceis da profissionalização. Para tanto, é necessário afirmar que esses objetivos são atingidos sob a condição de que o próprio historiador da história se coloque também como sujeito na reconstrução desse saber. Ou seja, a sua tarefa é contribuir para que o pensamento histórico torne-se compreensível aos seus contemporâneos, mesmo que para isso tenha que fazer acréscimos e remendos na trama das idéias que se descortinam. Para obter sucesso nessa empresa, é preciso considerar os aspectos conjunturais da produção desse conhecimento, isto é, as circunstâncias sociais e culturais das quais emerge, bem como as condições dadas pelo campo historiográfico propriamente dito. É necessário ainda, que o historiador da história não esqueça das “prerrogativas” dadas às ciências humanas, que as permite interpretar o pensamento recôndito na fala e nos gestos de seus autores, para que isso não se transforme em um antídoto contra o rigor e a criatividade. Enfim, que a partir dessas estratégias teórico-metodológicas, possa-se pensar a prática histórica febvriana na sua relação construtiva com as outras práticas em conjunto, como determinada por elas, mas também como força condicionante de suas condutas.

# 1- O Conhecimento Histórico

“Não existe ramo do conhecimento que no curso da evolução intelectual tenha exibido modalidades mais variadas e respondido a concepções mais contraditórias que a História. tampouco existe outra que tenha tido e continue tendo maior dificuldade em descobrir seu *status* definitivo”. (L. Febvre e H. Berr. *History. Encyclopaedia of Social Sciences*. 1957.).

“Eu entendo por *história* uma pesquisa cientificamente conduzida, dizemos a rigor uma ciência, mas complexa: não existe *uma* história, *um* ofício de historiador, mas ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades, soma a qual amanhã serão acrescidas outras curiosidades, outros pontos de vista e outras possibilidades.” (Fernand Braudel. *Histoire et Sociologie*. 1967).

## 1.1 – Aspectos do Debate sobre a Produção do Conhecimento

Nos diversos campos da vida social e cultural, o século XIX europeu foi rico em contradições e ambigüidades. Vivia-se ao mesmo tempo um clima de euforia provocado pelos poderes demiúrgicos da aliança entre a ciência e a tecnologia e de preocupação com os destinos de um modelo de civilização ameaçado de desaparecer. O estilo de vida aristocrático corria sérios riscos de ter suas bases corroídas pelos avanços da sociedade urbana-industrial, alavancada pelos engenhos utilizados no novo modelo de organização social da produção de riqueza. As formas novas de organização social, expressas nas relações sociais, relações de trabalho e nos valores culturais, atingiam de cheio o âmago de uma sociedade que se de um lado recusava a modernização técnica, científica e cultural, por outro investia todos os seus esforços na construção definitiva de um novo modo de vida. Conviviam, pois, no cenário

movediço da *Belle Époque*, embalada pela cultura *fin-de-siècle*, as idéias de progresso técnico e humano e a de decadência do mundo civilizado e culto. Neste cenário de contradições absurdas, a imaginação social tinha que se confrontar com os valores do mundo aristocrático que declinava e o mundo democrático que despertava para a vida. Em síntese, era o inevitável embate entre a cultura humanística e as demandas democráticas de uma sociedade que apontava para as vantagens da liberdade e da igualdade.

“Após meados do século XIX, o progresso científico, tecnológico e material vinha sendo saudado cada vez mais como a chave para um avanço ainda maior e mais rápido em direção a uma vida racional, ética e de abundância material. Havia ainda um pressuposto de que a ascensão inexorável e infinita do homem seguiria lado a lado com o crescimento da liberdade política, tolerância religiosa e paz mundial. Os fiéis desse evangelho do progresso terreno provinham basicamente da burguesia racionalista dos negócios e profissões liberais e da classe média cultivada. Mas a antiga ordem permanecia intacta sob demasiados aspectos para que o novo credo pudesse atrair as elites dominantes agrária, do serviço público e da cultura, ou conseguir muitos adeptos ente o campesinato, a *petite bourgeoisie* e as massas trabalhadoras”. (Mayer. 1987.p.268).

Essa ambivalência de sentimentos exerciam sua influência sobre os diversos setores da produção cultural e científica, alterando as matrizes do pensamento tradicional. No campo da teoria do conhecimento e da produção do conhecimento científico, foram vários os debates nos quais se discutiu apaixonadamente a possibilidade de se introduzir novos paradigmas na maneira de pensar a cultura e o conhecimento científico. A discussão principal se deu a partir da formulação da filosofia positivista e da teoria da evolução das espécies, resvalando para um tipo de visão de mundo mais ampla no que concerne à compreensão da história e da cultura. Juntamente com o darwinismo aplicado à interpretação do social e suas particularidades em termos da noção de seleção natural, desenvolveram-se as bases teóricas e práticas da psicanálise através da formulação do conceito de inconsciente e o marxismo

enquanto uma leitura crítica da sociedade e da cultura capitalista. Isso, com certeza, foram motivos mais do que relevantes para que as convicções da comunidade científica sofressem algumas atribuições.

“Em 1859, quando Darwin publicou pela primeira vez sua teoria da evolução pela seleção natural, a maior preocupação de muitos profissionais não era nem a noção de mudança das espécies, nem a possível descendência do homem a partir do macaco. As provas apontando para a evolução do homem haviam sido acumuladas por décadas e a idéia de evolução já fora amplamente disseminada. Embora a evolução, como tal, tenha encontrado resistência, especialmente por parte de muitos grupos religiosos, essa não foi, de forma alguma, a maior das dificuldades encontradas pelos darwinistas. Tal dificuldade brotava de uma idéia muito chagada às do próprio Darwin. Todas as bem conhecidas teorias evolucionistas pré-darwinianas – as de Lamarck, Chambers, Spencer e dos *Naturphilosophen* alemães – consideravam a evolução um processo orientado para um objetivo”. (Kuhn. 1998. p. 214).

No plano mais geral das concepções científicas, no século XIX predominavam as teorias originárias do modelo preponderante das ciências experimentais, em vigor desde o século XVI, através da prática muito bem sucedida das ciências naturais. Como resposta ao empirismo e às suas teses sensualistas, o idealismo tentou centrar no domínio da razão abstrata o ponto de partida do processo de elaboração do conhecimento. Contudo, apesar das divergências a respeito da origem do ato cognoscente, tanto o empirismo como o idealismo se constituíam em formas filosóficas de defesa da idéia de unidade do conhecimento.

“Em fins do século passado, acreditava-se ainda no caráter empiricamente unificado de nosso conhecimento do real. Tratava-se, inclusive, de conclusão em que as filosofias mais hostis se conciliavam. De fato, a unidade da experiência surge sob duplo ponto de vista: para os empiristas, a experiência é uniforme em sua essência, visto que tudo *advenit* da sensação; para os idealistas, a experiência é

uniforme, visto que refratária à razão. Na adoção como na recusa, o ser empírico constitui um bloco absoluto. De qualquer modo, acreditando afastar toda preocupação filosófica, a ciência do século passado apresentava-se como conhecimento homogêneo, como a ciência do nosso próprio mundo, no contato da experiência quotidiana, organizada por uma razão universal e estável, com a sanção final de nosso interesse comum”. (Bachelard. 1983. p. 13).

O desdobramento desse debate sobre a história e a ciência, mediadas sob o signo do progresso, acaba por envolver e revolver o conjunto das esperanças formuladas principalmente pelo otimismo cientificista que fundamenta uma teoria do conhecimento fundamentada nas idéias de unidade, objetividade, evolução e verdade científica. Durante o século XIX, portanto, desenvolveram-se várias teses de que o conhecimento científico estaria associado irremediavelmente ao desejo de bem estar social. Desde as invenções técnicas desenvolvidas pela física, a química, e as engenharias até as descobertas de novos elementos químicos e de novos métodos utilizados nos estudos biológicos. O século da ciência e do cientificismo construiu em torno da pesquisa científica um ambiente de valorização da prática e da profissionalização do cientista. Dessa maneira, durante esse período viu-se aprofundar as crenças na capacidade inquestionável da ciência em responder às demandas do homem, reforçando assim o seu caráter instrumental herdado desde o século XVI. A partir da consagração do modelo científico baconiano, a sociedade industrial do século XIX hipervalorizou as possibilidades criadoras da ciência experimental. A legitimidade social e política desse novo espírito científico estava vinculada definitivamente à sua capacidade de se tonar aplicável enquanto instrumento de superação dos conflitos entre o homem e a natureza. Não custou para que essa cultura cientificista se expandisse de forma a ultrapassar as fronteiras das ciências naturais e se espalhar pelo território das ciências humanas.

“A partir do século XIX, o ideal científico no campo das ciências humanas – inspirado pela poderosa mecânica newtoniana – foi a formulação das grandes teorias sobre o homem e a sociedade.

Spencer, Marx e Darwin, bem como outros pensadores menores, sintetizaram este ideal com as chamadas *Teorias de Longo Alcance*. As teorias de longo alcance abarcam grandes períodos históricos e têm como pretensão sintetizar todo um processo de desenvolvimento, desde a sociedade primitiva até a sociedade capitalista”. (Matallo Jr. 1997. p. 49)

O coroamento dessa forma de teoria do conhecimento científico, processo que se consolida como corrente de pensamento através da legitimação empreendida pelo positivismo, vai provocar profundas alterações na tradição teórica do conhecimento de matriz humanista. O pragmatismo tomado de empréstimo às ciências naturais e imposto aos demais campos de saber, convertendo-se em uma espécie de hiper-metodologia científica, vai se tornar o único modelo possível de justificação do conhecimento verdadeiro e objetivo. Especificamente na história e nas outras ciências humanas, essas perturbações podem ser sentidas a partir da atitude anti-filosófica incentivada pela teoria positivista das ciências. Essa filosofia que se apresenta avessa à especulação filosófica durante o exercício de elaboração do conhecimento, será assimilada como promessa de conquista da objetividade para as ciências do homem. Sendo assim, é que se pode compreender os motivos que levaram uma geração de historiadores no século XIX, epígonos da fé científica da Escola Histórica Alemã, a adotar uma postura inteiramente favorável a uma concepção empiricista da história. Por isso, talvez, a razão positivista tenha se tornado a razão da história definida por sua capacidade de produzir conhecimento sem questionar o seu sentido, acreditando que a eficácia metodológica da pesquisa seria suficiente para atestar a eficácia científica da disciplina histórica. Através desse artifício, o positivismo faz a elisão do sujeito do conhecimento e em seu lugar entroniza um conjunto de regras de condução e controle do trabalho científico.

“O positivismo assinala o fim da teoria do conhecimento. Em seu lugar instala-se uma teoria das ciências. A questão lógico-transcendental acerca das condições do conhecimento possível visava, simultaneamente, à explicação do sentido inerente ao conhecimento

enquanto tal. O positivismo amputa este questionamento; para ele tal pergunta ficou sem sentido através do fato das ciências modernas. Conhecimento define-se, implicitamente, pelas realizações da ciência. A questão transcendental sobre as condições de um conhecimento possível só pode, em consequência, ser ainda colocada na forma de uma inquirição metodológica acerca das regras da montagem e do controle, correspondentes às teorias científicas”. (Habermas. 1987. p. 89).

Entretanto, quando se aproxima o final do século e as imposições desse modelo científico começam a inviabilizar o desenvolvimento das ciências humanas, dá-se início o que se pode chamar de revolução epistemológica. Liderada pela física quântica, a crítica aos valores do princípio de objetividade absoluta e imparcialidade e neutralidade necessárias, exerceu uma forte influência na mentalidade científica do século XX. As convicções a propósito da infalibilidade do modelo naturalista, foram sendo despojadas de seu lugar de destaque, cedendo espaço para as teorias do conhecimento baseadas na interpretação histórica e social da elaboração do conhecimento científico. Já no início do século XX se processava os fundamentos de uma nova abordagem sobre a produção do conhecimento científico, considerando as questões postas pela teoria da relatividade e pela idéia de incerteza como princípio de toda forma de conhecimento científico.

“Depois da postulação do *Princípio de Incerteza* de Heisenberg, a idéia de que mesmo as teorias das ciências naturais padeceriam de uma incontornável imprecisão e de que o observador poderia interferir nos fenômenos e modificar seus comportamentos (no caso dos fenômenos quânticos), tomou lugar de destaque e vem criando uma nova mentalidade entre os cientistas. Já não se pensa mais que as ciências da natureza seriam o paradigma de todas as ciências, pois – diante das constantes mudanças e questionamentos teóricos dos últimos anos – está cada vez mais claro que a incerteza é universal, e que a aproximação das ciências sociais do antigo ideal de estabilidade e precisão que ainda prevalecem em alguns ramos da física e na

matemática não pode ocorrer por razões lógicas e não por falta de amadurecimento da disciplina ou por incompetência dos cientistas”. (Matallo Jr. 1997. p. 58)

A partir da primeira metade do século XX, Bachelard, Koyré e Canguilhem davam os primeiros passos para a elaboração de uma epistemologia que se insurgia contra o positivismo e seu projeto unitário para o conhecimento científico. O modelo comteano de explicação da origem e do desenvolvimento do pensamento científico, na verdade era uma forma de legitimação da idéia de que as ciências são auto-justificadas. Isto é, o conhecimento científico, na medida em que representa uma evolução do pensamento humano, não podia ser questionado quanto aos seus resultados e às suas verdades. O antidogmatismo da epistemologia bachelardiana se constitui a partir da confirmação do valor da racionalidade científica, trabalhando com a idéia de rompimento e de descontinuidade na história das ciências. Contudo, apesar da preservação da matriz racional, Bachelard acrescenta à sua epistemologia histórica algo que estava definitivamente suprimido do projeto positivista, ou seja, a criatividade e a poética que envolve todo processo de conhecimento.

“Portanto, a obra de Bachelard é uma dupla revolução: uma visa a filosofia da *descoberta científica*; a outra, a filosofia da *criação artística*. Por seu *Ensaio sobre o conhecimento aproximado* (1928), ele funda a epistemologia como «ciência» respeitada, através do estudo sistemático do modo como os conceitos de «verdade» e de «realidade» deveriam receber um sentido novo. Sua dialética é uma «dialética do não». A negatividade identifica-se com o movimento de generalização reorganizadora do saber, pela qual as contradições são superadas como ilusões de oposição. Contudo, o que é ilusão de oposição conceitual, é um conflito real na prática histórica dos cientistas. A verdade não é uma qualidade que pertenceria a esta ou àquela opinião particular, mas o resultado da *negação* mútua das opiniões num conflito entre os produtores de idéias. A ciência é obra do homem. Seus objetos são «perspectivas de idéias»”. (Japiassu. 1986. p. 70).

Nesse contexto de mudanças nas formas de pensar a elaboração do conhecimento, é que se percebe, então, uma efervescência renovadora nas ciências humanas. Nas primeiras décadas do século XX o projeto naturalista e a pretensão de se adequarem a ele, praticamente tinha desaparecido das preocupações científicas da história e das ciências sociais. Não havia mais por que permanecer venerando velhos mitos, tais como o da objetividade e da verdade absoluta. A história renovadora do movimento dos Annales vai assimilar estas novidades sobre as particularidades do saber, assumindo uma atitude de abertura em relação a idéias gestadas no confronto com o positivismo. Assim como para os demais campos do saber, passa a vigorar o entendimento que o conhecimento é o resultado de uma construção social, portanto, submetido às formas convencionais de legitimação, estabelecidas pela comunidade de produtores de conhecimento. Desse modo, a concepção de verdade histórica foi flexibilizada através do argumento do consenso e da honestidade intelectual dos historiadores. A objetividade histórica passou a ser considerada como um tipo de objetividade que incorpora e depende da subjetividade do sujeito do conhecimento que, ao mesmo tempo faz a história e faz história. Uma objetividade outra que se funda no reconhecimento da liberdade poética e na imaginação criativa constante do processo de elaboração do conhecimento histórico. Enfim, a noção de tempo histórico como cronologia foi insistentemente confrontado com o conceito de tempo como duração, donde se pode deduzir a preocupação em se captar a grandiosidade da experiência humana nas suas formas de permanentes de realização.

## **1.2 – A Natureza do Conhecimento Histórico**

A natureza epistemológica do conhecimento histórico tem interessado, desde muito tempo, uma quantidade razoável de intelectuais. As contribuições para o desvendamento

deste assunto têm origem diversas, a princípio os filósofos e mais proximamente os historiadores profissionais. A preocupação que moveu a todos foi, em síntese, a tentativa de estabelecer a especificidade da história enquanto um tipo de conhecimento constituído a partir da relação indireta do sujeito do conhecimento com as singularidades do passado. As tentativas de classificação dessa modalidade de conhecimento que se apresenta como a composição de elementos da memória, de técnicas de pesquisa da realidade empírica, procedimentos de escrita e exigências narrativas, passaram pelos campos da arte, da filosofia, da técnica e da ciência. Em todos esses lugares, os teóricos da história têm enfrentado obstáculos no momento da explicitação de seus modelos explicativos.

“Se fosse uma arte apresentar-se-ia a história como uma mera exibição de valorização e de apreciação. Como filosofia reduzir-se-ia ela a um estudo de esclarecimento conceptual com a vista a convencer sobre aquilo de que trata, e não de provar o que afirma. Para se dar como uma técnica era apresentá-la como simples habilidade para revelar o que se conhece ou pode conhecer. Todavia, considerar a história uma ciência é atribuir-lhe fundamentalmente um sistema de conhecimento em cuja estrutura se definam não só um objecto específico e uma metodologia própria, mas também a sua teoria geral de orientação, como sucede em qualquer ciência seja natural ou social”. (Sousa. 1982. p. 40).

Independentemente dos resultados e das conseqüências dessa discussão, embora cada uma das posições assinaladas contribuam à sua maneira para o exame minucioso do tema, é consensualmente aceito por todas elas o princípio de que a história é um tipo de conhecimento. Isto significa dizer, que os estudos históricos são sempre o resultado de um esforço intelectual e a sua elaboração, portanto, está submetida às regras da inteligibilidade. Ou seja, a produção do conhecimento histórico se dá de acordo com as regras próprias do pensamento que, seguindo prescrições lógicas e metodológicas conhecidas e admitidas como positivas, busca estabelecer um relacionamento de apreensão cognoscente com os objetos por

ele escolhidos. Enfim, apesar das discordâncias de entendimento e da incompatibilidade teórica entre aquelas explicações, a história-conhecimento é tida e aceita como uma mistura heterogênea de saberes, a partir da qual se pode mesclar intuição e objetividade, sensibilidade e racionalidade, experimentalismo e positividade. Em uma palavra, aqueles aspectos constitutivos do saber histórico, identificam aquilo que se pode chamar de “sentido poético da história”, enquanto que o conjunto dos esforços intelectuais que visam determinar os critérios de cientificidade desse conhecimento, chamar-se-á “poética do saber histórico”

Por “sentido poético da história”, compreende-se o exercício sensível realizado pelo historiador que tenta interiorizar as diversas formas de manifestação da realidade, considerando que a história, o conhecimento das coisas passadas, é inapreensível somente através dos instrumentos objetivantes da razão. Para realizá-lo o historiador necessita predispor-se a experimentar por meio da abertura subjetiva e simpática, permitindo, assim, que o sentido dos simbolismos da linguagem do passado seja mediado com os significados da existência humana no presente. É, pois, neste momento da prática do historiador, no qual se vivencia uma experiência estética profunda, que se pode identificar as características formais do seu estilo adotado e os elementos subjetivos mobilizados no esforço de compreensão das ações humanas. Aqui, o historiador exprime, através de uma sintaxe pessoal elaborada a partir do convívio com a história, suas reações íntimas diante da potência simbólica dos acontecimentos.

“Este exercício é, por isso, um acto de amor. Um amor na plena acepção da palavra, isto é, que não é contaminado pela tentação de possuir, dominar ou destruir, mas que mantém intacta a alteridade, a radical separação do sujeito e do objecto, e que tenta estabelecer a relação com ele através do verbo interior, em todas as suas dimensões: o cântico de admiração, o diálogo do gesto, a descoberta do símbolo. O desencadeamento da palavra poética. Tudo isso são analogias para tentar exprimir o indizível, porque a totalidade do real

só pode ser apreendida e transmitida por processos simbólicos ou por um tipo de linguagem cujo código é infinito mas suas expressões e recursos, como é a poesia”. (Mattoso. 1988. p. 18).

Revelando-se no momento da escrita da história e, portanto, constituindo o feito pessoal do historiador em lidar com sua matéria, a sensibilidade poética é uma atitude compreensiva que se volta para o incompreensível dos gestos, das palavras e dos atos cuja fenomenologia não pode mais ser vivenciada. É a condição de possibilidade que permite ao historiador, fazendo uso de sua autonomia “imaginativa”, o *insight* compreensivo dos problemas históricos. É uma espécie de passaporte para o exercício da faculdade de arbítrio do historiador. Por meio dessa permissão se autoriza penetrar nos segredos e mistérios da experiência humana e somente através dessa liberdade o historiador pode recuperar o elemento artístico do seu ofício. Em síntese, o sentimento poético na verdade é uma espécie de código aberto e exponencialmente criativo, que libera o historiador para efetivar plenamente a fruição e o entendimento do passado, imunizando a história da frieza específica do conhecimento científico. A noção de imaginação poética da histórica pode ser entendida, para além dos estudos formal-estruturalistas, enquanto criação constante (*poiésis*), revelando o potencial construtivo da experiência humana, tanto na vida cotidiana como na produção do conhecimento científico. Esta consideração pode ser resumida na idéia de que o historiador faz história e faz a história, na medida em que se admite que as fronteiras entre a vida social e a produção do conhecimento não possuem uma estrutura determinada.

Para historiadores como Marc Bloch<sup>1</sup> este aspecto da produção histórica é indispensável, sendo mesmo um dos seus elementos constitutivos e por isso distintivo em relação às demais disciplinas. Pensando assim, ele aconselhava aos seus leitores:

---

<sup>1</sup>Marc Bloch (1886-1944). Nascido em Lyon, judeu pelo lado paterno (Gustave Bloch, professor de história antiga na faculdade de letras da Universidade de Lyon), estudou em Paris no Liceu Louis-le-Grand e na Escola Normal Superior (1904). Fez a agregação em história (1908) e logo em seguida viajou para Alemanha realizando estudos que o permitiram entrar em contato com a escola histórica alemã (1908-1909). Bolsista da Fundação Thiers (1909-1912) publicou seus primeiros artigos de história medieval. Ensinou

“Evitemos retirar à nossa ciência o seu quinhão de poesia. Evitemos sobretudo corar por isso, coisa que já surpreendi em alguns. Seria espantosa tolice julgar que, pelo facto de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também a nossa inteligência”. (Bloch. S/d. p. 15).

Embora não dispense o senso poético como elemento constitutivo do conhecimento histórico, a noção de “poética do saber” refere-se à longa peleja que os historiadores vêm travando contra a indeterminação da história. Isto é, contra as confusões que se fazem entre a história, a literatura, a arte e a filosofia. A “poética da história” representa, portanto, a maneira como os profissionais têm tentado se distinguir dos amadores, dos narradores e dos romancistas, empenhando-se em construir para si uma forma de falar que exprima a verdade e a certeza dos seus estudos sobre o passado. Esta idéia diz respeito àquelas formulações do pensamento sistematizante, cujas principais características estão centradas na pretensão de vir a ser um tipo de saber hegemônico do ponto de vista da sua legitimidade política e plenamente aceito no que se refere às suas objetivações do real. Além do mais, a noção de “poética do saber” viabiliza o entendimento das estratégias elaboradas por este tipo pensamento no seu empenho de abandonar sua inclinação literária e adquirir um estatuto científico. Tornando-se, dessa forma, uma referência obrigatória a todas as formas de configuração e estruturação de um pensamento organizado, ressaltando suas maneiras peculiares de enunciação. Neste sentido, uma das mais importantes batalhas teóricas travadas pelos historiadores, diz respeito à

---

história e geografia nos liceus de Montpellier e Amiens (1912-1914). Com o início da primeira guerra mundial, foi convocando para o exército, ingressando como sargento de artilharia e sendo promovido a capitão ao final do conflito. Em 1919 é convidado para ser *chargé de cours* de história da idade média na recém reconquistada Universidade de Estrasburgo, tornando-se professor sem cadeira em 1921. Defendeu sua tese de doutoramento na Sorbonne (1920), sob o título: “Rois et Serfs – un chapitre d’histoire capétienne”, orientado por Charles Seignobos. Em 1936 é nomeado *maître de conférence* de história econômica na Sorbonne e professor em 1937. Iniciada a Segunda guerra mundial é, a pedido seu, novamente convocado, assumindo a função de capitão do estado-maior. Com a ocupação francês pelos nazistas é excluído de suas funções públicas, sendo “forçado” a ir ensinar em Clermont-Ferrand. Em 1943 entra para a clandestinidade, combatendo na Resistência Francesa. É capturado e torturado pela Gestapo (18 de março de 1944) e meses depois (16 de junho de 1944) é fuzilado em Saint-Didier-de-Formans (Ain), cidade próxima de Lyon. Suas obras principais são: *Rois thaumaturges* (1924), *des Caractères originaux de l’histoire rurale française* (1931), *de La Société féodale* (1939-1940), *d’Apologie pour l’histoire ou Métier d’historien* (publicação póstuma de 1949).

tentativa de estabelecer para a história uma linguagem própria que seja ao mesmo tempo objetiva e fluente, composta de conceitos e categorias e plena da verve criativa do escritor.

“Uma história científica se elabora, ela se afirma como um só e mesma linguagem para além de nossas civilizações, de nossos regimes políticos, de nossos agrupamentos sociais. É uma linguagem universal de um preço inapreciável r̄o interior e fora de nossas Ciências Sociais, de espírito a espírito, de homem a homem, de povo a povo, uma linguagem pela qual nós somos decididos a trabalhar e a combater sem fraqueza enquanto os *Annales* se mantiverem vivos”. (Braudel. 1959. p. 2).

Sendo assim, através da idéia de “poética do saber”, considerada como a maneira de auto-representação dos conhecimentos disciplinares no campo da ciência, não é o indivíduo que aparece na sua maneira pessoal de assimilar os dados de realidade, mas a forma sistemática de uma determinada disciplina se posicionar objetivamente a respeito deles. Neste sentido, não interessam, prioritariamente, as habilidades do historiador para transmitir em linguagem costumeira uma sensação provocada pela aproximação sensível com os fatos humanos, mas a maneira como ele os transforma em realidades objetivadas. No lugar do sujeito de contemplação como fonte primeira de expressão, emerge o próprio saber, portando uma carta de intenções científicas detalhada em suas regras e exigências teóricas, reivindicando um lugar legítimo ao lado dos conhecimentos verdadeiros. Ora, diferentemente da experiência estética que se manifesta por meio do estilo do historiador, ou seja, a eclosão do sublime no momento do encontro com o objeto, durante o exercício da poética do saber predominam as forças do pensamento racional em busca do entendimento. Isso somente é possível quando o sujeito de razão, no caso o historiador, encontra-se amparado por um conjunto de procedimentos e de instrumentos que o permitam sintetizar o real. Esses elementos, entretanto, são dados apenas pela atividade própria da racionalidade do conhecimento que se atribui algum critério de verdade.

“A questão em jogo não é a do estilo dos historiadores, mas da assinatura da ciência. A assinatura não é o apêndice personalizado de um discurso, mas a marca de sua identidade, o nome próprio que coloca junto os nomes próprios e os nomes comuns, as palavras e as coisas, a ordem dos seres falantes e a dos objetos de conhecimento. Um tal estudo depende do que escolhi chamar uma *poética do saber*: estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se dá um estatuto de ciência e o significa. A poética do saber se interessa pelas regras segundo as quais um saber se escreve e se lê, se constitui como um gênero de discurso específico. Ela procura definir o modo de verdade ao qual ele se consagra, não para lhe dar normas, para validar ou invalidar sua pretensão científica”. (Rancière. 1994. p. 15).

É necessário enfatizar que nesta proposição explicativa, Rancière privilegia os elementos de ordem coletiva na construção da identidade dos campos do conhecimento, no que concerne às expectativas dos membros dos diversos segmentos da atividade científica. Nesse sentido, os estilos adotados e que se apresentam autografados por seus escritores, não dizem respeito, necessariamente, àquilo que é próprio de cada ciência, mas apenas das idiossincrasias de cada produtor de conhecimento individualmente. A poética do saber, portanto, refere-se, em extensão, a tudo que identifica e discrimina um saber organizado do outro, sendo que isso se dá através da maneira como os seus representantes concebem e estruturam uma unidade discursiva orientada à verdade científica. Ainda assim, a poética do saber aplicada às ciências humanas, e à história particularmente, ao identificar os caminhos percorridos por cada uma delas em direção ao estatuto da cientificidade, faz lembrá-las da sua condição insuperável de parceira secular da literatura.

“As ciências humanas e sociais são filhas da idade da ciência: idade também da crença científica, a idade que concebe a racionalidade de toda atividade segundo uma certa idéia da racionalidade científica que não tem ligação necessária com as revoluções em questão. Mas, esquece-se isto muito facilmente, a idade

da ciência é também a da literatura, aquela em que esta se nomeia como tal e separa o rigor de seu ato próprio dos simples encantamentos da ficção como regras da divisão dos gêneros poéticos e dos procedimentos que convêm às letras”. (Ib. p. 16).

Todavia, o movimento de definição no interior dos grupos daquelas jovens disciplinas que almejavam se adaptar aos critérios de reconhecimento da “idade da ciência”, orientava-se de maneira a conduzir esse ajustamento a partir da determinação das competências e das fronteiras entre si. Seguindo um princípio excludente, esse processo de divisão social das ciências, tem seu suporte no conjunto das expectativas e esperanças da cultura cientista nas respostas do conhecimento racional aplicado à instrumentalização do mundo natural e social. No domínio da história, percebe-se que a essa sensibilidade científica estimulada através da universalização do ensino, especialmente das ciências naturais, e ratificada pelas conquistas realizadas no campo das tecnologias, corresponde um número considerável de exigências de natureza teórica e metodológica. Elas funcionam como parâmetros de medição do grau de adequação dos saberes humanos ao modelo das ciências físicas e biológicas, impondo aos seus profissionais o esboço de uma redefinição prática e, conseqüentemente, teórica. Os ajustes que são possíveis de empreender, nesta luta por reconhecimento, decorrem da aceitação dos historiadores e da acomodação de suas demandas por novas idéias com aqueles critérios colocados no rol das obrigações declaradas pelo espírito cientificista. A opinião comumente divulgada a respeito dessas mudanças, é a que afirma a “naturalidade” desse processo de sofisticação progressiva dos instrumentos de controle da pesquisa e do desenvolvimento de métodos específicos. A lógica que preside esse argumento determina que as diversas disciplinas terão que passar necessariamente pelos estágios de desenvolvimento epistemológico, transitando da fase dos saberes pré-científicos para a plenitude científica. As regras desse evolucionismo científico estariam subordinadas às regras da verdade. De fato, estas são as idéias fundadoras de uma consciência científica exacerbada que se sacraliza durante o século XIX. Dessa atmosfera “cientificista” nasce um tipo de ideologia elaborada

por intelectuais, cujas bases estão expressas na atitude otimista em relação ao intenso progresso da ciência e da tecnologia. Os efeitos dessa realidade cultural podem ser medidos através da supervalorização dos poderes instrumentais da racionalidade técnica aplicada às ciências. Em termos práticos, a crença nas potencialidades ilimitadas daquela aliança acabou por produzir uma aceleração na própria história, precipitando os acontecimentos da modernidade urbano-industrial e aprofundando a divisão social do trabalho intelectual.

(...) a fé em um progresso científico suscetível de reunir todas as ciências em um só saber de base matemática, que daria conta do universo e suas galáxias, do homem pensante evidentemente - caminho de Deus por excesso. É neste mesmo movimento que as ciências do homem se renovam, delimitam seus domínios, repudiando toda ambição artística, para pesquisar leis gerais de um determinismo humano, mais difícil de estabelecer, de analisar, que as leis físicas; a experimentação quase impossível, a parte de conjectura que tem a afirmação; o cérebro secreta o pensamento como o fígado acumula o açúcar - explicam essas dificuldades, mas não contradizem em nada a tentativa. (Duby e Mandrou. 1966. p. 237).

O pressuposto, portanto, a partir do qual se originam grande parte das teorias do conhecimento histórico em vigor no século XIX, diz respeito à possibilidade efetiva de construção da ciência da história, partindo do princípio de que a realidade histórica existe de fato e cabe ao historiador conhecê-la. Neste ponto, entretanto, vê-se a discussão bifurcar-se em duas tendências epistemológicas diferentes, quais sejam, o positivismo comtiano e o idealismo kantiano. Para os positivistas a realidade histórica é racional e ordenada, dando-se à apreensão cognoscível do sujeito do conhecimento, enquanto isso, os seguidores do pensamento de Kant, embora acreditem na existência da história como acontecimento, entendem-na como caos e irracionalidade, isto é, ininteligível em si mesma, dada a multiplicidade de elementos contraditórios e complexos que a compõem, atribuindo ao historiador a tarefa de ordená-la por meio de uma operação inteligente de racionalização da

irracionalidade. Se no primeiro grupo se observa a disposição para supervalorizar o papel do objeto na elaboração do conhecimento histórico, ao passo que, de acordo com o entendimento do segundo, esta relação se inverte quando ao sujeito é dado um lugar de destaque e de primazia em face do objeto<sup>2</sup>.

“O que é mais admirável na historiografia dessa fase é o grau de autoconsciência teórica em que seus representantes levaram a cabo suas investigações do passado e compuseram suas narrações desse passado. Quase todos eles se inspiraram na esperança de criar uma perspectiva do processo histórico que fosse tão «objetiva» quanto aquela pela qual os estadistas do período dirigiam os destinos das nações. Durante essa fase, portanto, o debate tendeu a voltar-se para a questão dos critérios pelos quais se poderia julgar uma concepção genuinamente «realista» da história. Como seus contemporâneos romancistas, os historiadores da época queriam produzir imagens da história que fossem tão livres da abstratividade de seus predecessores iluministas quanto eram desprovidas das ilusões de seus precursores românticos. Mas também como os romancistas seus contemporâneos (Scott, Balzac, Stendhal, Flaubert e os Goncourt), só logravam produzir tantas espécies diferentes de «realismo» quantas eram as modalidades de interpretar o mundo em discurso figurado”. (White. 1992. p.53).

Quando, então, os historiadores franceses do século XIX, herdeiros da tradição rankeana, são pressionados a ingressarem na “idade da ciência”, convocados a prestar contas de suas atividades e a defender seu saber como uma ciência, suas escolhas são deliberadamente anti-filosóficas e favoráveis ao pragmatismo das ciências naturais. Os historiadores metódicos abandonarão, portanto, as orientações dadas pela filosofia positivista e empreenderão, na defesa do método histórico, a aproximação da história com os procedimentos utilizados no experimentalismo naturalista. Desse modo, ao assumirem os princípios teórico-metodológicos

---

<sup>2</sup>Essas questões podem ser conferidas no texto de Francisco Falcon: “Historicismo: A Atualidade de uma Questão Antecipadamente Inatural”; p. 9 e segs.

da Escola Histórica Alemã, esses historiadores do método inverterão alguns dos seu valores, considerando a sua tentativa de romper com toda e qualquer forma de subjetivismo, elemento ainda presente no pensamento histórico de origem rankeana, porquanto “a Escola Histórica incorpora, em boa parte, a visão romântica do mundo e do homem, seu idealismo subjetivo, o individualismo metodológico, a visão holística de épocas e nações”. (Falcon. 1997. p. 19). Em uma palavra, o método histórico para os historiadores franceses da geração de 1870, é na verdade a síntese das contribuições da erudição e da filologia, adaptado às práticas laboratoriais de físicos, biólogos e químicos. Essas opções certamente influenciaram nas maneiras de compreender a natureza do conhecimento histórico, bem como na definição do estatuto científico da história.

“É neste contexto que ao fim do século XIX, uma primeira definição da «ciência histórica» se impôs. A história é uma «ciência», de uma parte porque ela é capaz de elaborar fatos verificáveis e, de outra parte, porque ela repousa sobre uma organização prática (divisão do trabalho e cooperação entre os sábios) calcada sobre um modelo estabelecido pelas ciências da natureza. Se se quer chamar «positivista» esta definição historiadora da história, então é preciso sublinhar que se trata de um «positivismo indireto». Os historiadores «metodistas» tomam emprestado, não aos filósofos, mas aos praticantes das ciências da natureza, e notadamente a Claude Bernard, a argumentação que eles opõem aos filósofos (compreendendo os filósofos positivistas)”. (Noiriel. 1996. p. 320).

A concepção metódica de história científica será, na passagem do século XIX, questionada por aquelas gerações de historiadores franceses que se sucedem desde 1870, justamente aquelas que possuem como característica principal o fato de serem plenamente profissionalizadas no ofício de historiador. Esse questionamento ultrapassa o aspecto da formulação intelectual do conceito de história científica, isto é, a crença de que é possível à história realizar-se cientificamente a partir do modelo das ciências naturais, acrescentando à

sua própria definição a crítica aos conteúdos ideológicos contidos no ideário metódico. Neste sentido, os opositores da historiografia metódica operaram uma síntese das suas idéias teóricas e dos seus posicionamentos políticos, objetivando, assim, desqualificar integralmente o modelo dos «grandes pais» da escola científica da história.

“A partir dos anos trinta, mas sobretudo logo após a Segunda Guerra mundial, uma nova geração de historiadores rejeita esta primeira definição da ciência da história, totalmente desacreditada. Os grandes princípios da filosofia «naturalista» e do «marxismo» são então mobilizados para elaborar um novo modelo de cientificidade histórica. Nesta perspectiva, somente a história econômica e social quantitativa é «científica», pois somente ela está em condições de fornecer explicações gerais e de extrair, senão leis, aos menos relações universais. Submetendo o documento à um questionamento teórico objetivo, o historiador está em condições de homogeneizar seus materiais, separar as singularidades, as contingências, as particularidades ligadas ao contexto, para construir séries de «longa duração» e modelos estatísticos. Em nome desses princípios, toda pesquisa histórica que privilegia a singularidade, o acontecimental, a narrativa, é reenviada às trevas das idades pré-científicas da história”. (Ib. p. 320-321).

Apesar dos problemas e das angústias que vivenciaram os historiadores do fim do século XIX e início do século XX, em função dos percalços encontrados no caminho que supostamente os levaria à conquista científica, não se pode afirmar que, em termos de consenso entre os estudiosos do assunto, a questão da cientificidade da história esteja resolvida. Nesse sentido, atualmente é possível se traçar um itinerário das “crises” que acompanharam a trajetória das ciências humanas e, contraditoriamente, permitiram a essas jovens ciências se apresentarem como formas de conhecimento portadores de projetos que aspiravam a objetividade. Embora possuíssem um propósito comum, seguindo por caminhos diferentes, cada uma dessas ciências chegou a realizações distintas.

Provavelmente, a sociologia foi a disciplina que, dentre todas as outras, conseguiu em pouco tempo, comparando-se com a história, por exemplo, atingir um nível de reconhecimento social e realização intelectual bastante significativo. Quanto a história, o que se pode perceber é a continuidade dos debates a respeito dos seus limites e, aparentemente se manifestando por períodos cíclicos, o retorno constante aos momentos de crise de identidade, considerando, entretanto, que “hoje, o termo «crise» vale para a historiografia como ele vale para outras coisas. É em boa parte uma questão de olhar e de humor” (Le Goff e Roussellier. 1995. p. 17), servindo a interesses e estratégias as mais diversas, no que concerne às propostas intelectuais e aos objetivos de ordem político-cultural.

Em síntese, esse debate tem alimentado o interesse dos historiadores e demais especialistas nos assuntos teóricos do conhecimento, bem como atualizando a idéia já bem antiga de «crise da história». Sendo assim, pode-se observar a existência de um conjunto variado de posições a esse respeito, desde as manifestações do mais apurado otimismo expresso pela tradição rankiana, especialmente os herdeiros da escola metódica, o epígonos do ideário estruturalista das matemáticas sociais, ambos professando a certeza científica da história; como também as demonstrações de ceticismo e “conformismo” diante da sua natureza epistemológica ambígua, expresso pelo hermeneutas do discurso histórico, apostando no aspecto positivo da ambivalência entre objetividade e subjetividade. Enfim, muitos foram os embates das opiniões contrapostas que se promoveram desde o final do século XIX, tentando-se elaborar um conclusão que satisfizesse a todas às correntes de pensamento. O certo é que se vê arrastar-se até o presente a polêmica, seguindo um ritmo variável no que concerne à sua repercussão, alternando-se entre o estardalhaço de platéias comovidas e o silêncio morno dos guerreiros de batalhas vãs.

“Somente no fim do século o clima começou a mudar. Filósofos, sociólogos, e mesmo historiadores se vêem a demonstrar que a objetividade, os fatos dados uma vez por todas, as leis do

desenvolvimento, o progresso, todas noções que foram até lá tidas por evidentes e que fundavam as pretensões científicas da história, eram somente erros. Dissecou-se as obras dos arautos da antiga escola e achou-se o contrário daquilo que eles haviam proclamado. Nada de objetividade, mas uma parcialidade inconfessada, e, talvez, inconsciente; nada de registro, na sua totalidade, de fatos se relacionando ao assunto tratado, mas uma escolha operada entre as fontes disponíveis, em função de pressupostos exteriores e estranhos à pesquisa; e o pecado maior do anacronismo, resultante de projeções sobre o passado de preocupações do presente”. (Pomian. 1975. p. 936).

No entanto, falar das “crises” que se abateram sobre a história e a prática dos historiadores nos últimos tempos, deve ser antecedido da própria explicação dos fundamentos e das concepções que constituem a idéia de crise. Seguindo o raciocínio desenvolvido por Marilena Chauí (1978), apesar da sua preocupação teórica se mostrar circunscrita e datada a uma temática específica, isto é, a propósito da imagem de crise social elaborada por correntes políticas contra-revolucionárias em luta pelo poder, seria possível traçar alguns aspectos que se apresentam na imagem de crise construída pelos historiadores e cientistas sociais. Primeiramente, pode-se observar que a imagem da crise se opera através da noção de que uma determinada ordem foi alterada e as suas condições de possibilidade foram esgotadas; que a racionalidade foi banida e em seu lugar se instalou uma irracionalidade geradora da descontinuidade no discurso científico da história. Posta a desordem e a incerteza no conhecimento produzido pelos historiadores, os especialistas apresentam suas propostas substitutivas da ordem empírica existente por meio de uma ordem ideal, cuja potencialidade se revela na capacidade de absorver as inovações necessárias ao saber histórico. Dessa maneira, a idéia de crise da história defendida por seus intelectuais em determinados momentos, é na verdade um discurso que assume o duplo papel de explicação e mobilização de esforços para banir o paradoxo e recuperar os dados identitários da disciplina. Esses elementos devem servir

para que se tenha com clareza o fato de que, independentemente da coerência dos movimentos de renovação do conhecimento científico, sempre existe um conteúdo político nas suas reivindicações. Enfim, os debates que animam a vida intelectual das disciplinas, invariavelmente promovidos em nome do “conhecimento desinteressado”, na verdade ocupam uma posição de primeira linha na defesa de interesses e valores dos grupos de decisão, revelando os conflitos da pragmática no seu cotidiano de poder.

As notícias que se tem dos detalhes de uma primeira crise da história, vivida na sua idade moderna, isto é, no período simultâneo à sua ascensão social ao nível de disciplina acadêmica e de profissão reconhecida no mercado trabalho, informam sobre um processo de rompimento com os primeiros projetos de uma história social, cujas idéias foram lançadas no século XVIII. Grande parte dos filósofos iluministas do século XVIII, tais como Montesquieu e Voltaire, tentaram escrever um tipo de história que fosse muito mais além da história política, narrando os fatos de maneira a enfatizar os costumes, as tradições, os comportamentos e as leis que caracterizavam as sociedades. Essa compreensão da história, embora muitas vezes confundida com a filosofia moral e com a filosofia da história, representou de fato uma tendência à superação da história descritiva, atribuindo-se a tarefa de compreender os fenômenos da vida cultural nas suas singularidades. Foi, pois, justamente, durante o século XIX que a história teve de prestar contas de suas possibilidades, tendo em vista a sua posição extremamente confortável diante das outras disciplinas. O prestígio, quase uma moda popular, acarreta, portanto, um tanto de responsabilidades originárias das exigências do padrão cultural baseado nos ideais científicos, que se revelam enquanto obrigações de ordem teórica e metodológicas condizentes com o contexto científico da época.

“O século XIX, foi a *belle époque* da história: aquela da história considerada como ciência. E não uma ciência entre as outras, mas, ao lado da psicologia, como uma das ciências fundamentais do espírito. Pois todas essas tinham que se ocupar de suas produções: da

linguagem, de literaturas, de religiões, da arte, tinham somente histórias particulares. A História, a História *tout court* e com maiúscula, devia lhe servir de guia e modelo. Esta foi uma bela época para os historiadores. Seu prestígio jamais foi tão alto, nem a opinião que eles tinham de si mesmo. Certamente se tomavam por espíritos puros, situados fora do tempo e do espaço. Praticando uma *vorurteilsfreie Forschung*<sup>3</sup>, e descrevendo, com toda objetividade, aquilo que realmente aconteceu. Quase todos acreditavam nos fatos históricos, duros como pedra, e que bastava extrair da carreira de arquivos para que, arrumados um a um e cimentados por leis bem estabelecidas do desenvolvimento, eles recompusessem a História, a verdadeira, e permitissem de compreendê-la em todos os seus detalhes”. (Pomian.1975. p. 935-936).

O rompimento propugnado pela “história científica” em nome da objetividade do conhecimento histórico, atingiu também a historiografia romântica que se instituiu como uma prática relevante na primeira metade do século XIX, considerando a sua repercussão intelectual e política nos meios ilustrados. A história erudita passou, então, a questionar os fundamentos do seu estilo “literário” e os princípios da sua metodologia “diletante”, concentrando, assim, no “anti-exemplo” romântico as idéias do estatuto científico daquela disciplina renovada. O alvo principal das críticas feitas ao romantismo foi sua ênfase em uma abordagem subjetivista da história, centralizando sua curiosidade na manifestação dos sentimentos e das sensibilidades dos homens do passado, captados pelos sentimentos e a sensibilidade do historiador. Em uma palavra, o romantismo estabelece sobre as pretensões normativas do pensamento racional o império dos sentimentos, baseado na pesquisa do pitoresco, do exótico e da variedade, sinalizando para os estudos de história social. Dessa escolha, contrariando os chamados “excessos” do racionalismo iluminista e defendendo a necessária recuperação dos valores orgânicos da Idade Média, os românticos se consagravam a

<sup>3</sup>A tradução literal seria “pesquisa sem preconceitos”, o que deve ser entendido por “conhecimento imparcial”.

estudos que se definiam por suas qualidades poéticas, desconsiderando as exigências do rigor e da fundamentação do conhecimento da História.

“Contrapondo-se aos princípios do pensamento das Luzes, os românticos enfatizaram o indivíduo, as emoções e sentimentos, as diferenças. Afirmaram, assim, a realidade e o valor da subjetividade - «revolta da afetividade reprimida e da magia da imaginação banidas do mundo capitalista» - e, sobretudo, como realidade suprema, a Vida. Em consequência, postularam a inseparabilidade do corpo e do espírito, do objetivo e do subjetivo, como premissas à denúncia das insuficiências do racionalismo iluminista incapaz, segundo os românticos, de reconhecer e, portanto, de integrar ao conhecimento faculdades como a intuição e a imaginação, os estados de espírito, como as emoções, e, sobretudo, o sonho. (Falcon. 1997. p. 16).

Durante o século XIX vê-se emergir um tipo de mentalidade científica, cujo desdobramento ideológico daria origem ao chamado cientificismo, movimento de idéias representativas do otimismo em relação aos poderes instrumentais das ciências naturais. Impregnado desses valores científicos, o pensamento histórico optou por determinar o fim de suas relações com os grandes discursos homogeneizantes e universalizantes da experiência humana, isto é, com a explicação teológica da história e as filosofias da história.

Além do rompimento com essas grandes matrizes de produção de discursos, a história com pretensões científicas incluiu na sua listagem de desafetos aquelas contribuições da “história social”<sup>4</sup> do século anterior. Dessa forma, a filosofia na sua vertente metafísica, bem como as histórias dos costumes, das tradições e dos valores, tendo sido proscritas do convívio com a explicação histórica, foram forçadas a ceder seu lugar à objetividade proposta pelo método positivo das ciências naturais. Através desta operação de reordenamento de suas

---

<sup>4</sup>A tese de que teria havido no século XVIII uma espécie de história social, é defendida por Burke (1992. p. 7 e segs.) ao se referir às obras de intelectuais escoceses, franceses, italianos e alemães, etc., que falavam em nome de uma história da sociedade. Burke sugere que esses autores assimilaram e reproduziram os princípios teóricos e temáticos contidos no “Ensaio sobre os Costumes” de Voltaire, dedicando-se à história dos

relações íntimas, acreditava a comunidade de historiadores estar garantindo ao seu ofício as positivities do conhecimento científico, deixando para trás o passado de imprecisão e de inconsistência. Submetendo-se aos imperativos do “fato histórico”, confiavam os historiadores do método que tinham conseguido dominar a complexidade da matéria da história, impondo-lhe um tratamento objetivo e imparcial a fim de garantir-lhe a necessária relevância científica do seu conhecimento.

“Desse ponto de vista, a chamada «Revolução Copérnica» liderada na historiografia por Leopold von Ranke no início do século dezanove, parece muito mais uma contra-revolução, no sentido de que trouxe os acontecimentos de volta ao centro do palco”. (Burke. 1992. p. 327).

Os epígonos de Ranke reuniram esforços para assegurar à história uma prática metodologicamente controlada, recuperando a contribuição da filologia e da erudição para elaborar o que denominaram “método histórico”. Na verdade essa operação intelectual “objetivante” acabou por favorecer, no início do século XIX na Alemanha, a emergência de uma noção de história que se constituía na idéia de uma atividade especializada, substituindo a concepção predominante desde o século XVI de que a história era essencialmente uma disciplina ética. Desse modo foram abertas as portas à mensagem redentora da ciência, favorecendo então que o proselitismo histórico descuidasse das dogmáticas racional-iluminista e idealista organizadoras das noções de sentido e de fim da história, segundo uma abordagem totalizante do processo histórico. Representativa desse estado de espírito entre os historiadores, a declaração de Fustel de Coulanges a respeito das características e dos cuidados metodológicos da história científica, exprime as preocupações teóricas de um tipo de história que se pretendia objetiva: “A história é uma ciência; ela não imagina, somente vê: e para que possa ver com justeza, carece de determinados documentos”. (In: Carbonell. 1992. p. 105).

---

costumes e dos valores do passado. Pensando assim a chamada “revolução” rankeana da história, na verdade foi um movimento “contra-revolucionário” contra aquele tipo de história sociocultural.

Desse modo, permite-se que a história acolha nos seus trabalhos as idéias de evolução, desenvolvimento, progresso, etc., abrindo-se para uma compreensão liberal dos acontecimentos, contrária a todo e qualquer relato a-histórico a respeito de sua suposta «essência».

“Este «espírito positivo», antimetafísico, passa a predominar entre os historiadores, e inicia-se uma luta contra a influência da filosofia da história sobre a «ciência da história». O método histórico tornou-se guia e modelo das outras ciências humanas. Os historiadores adquirem prestígio intelectual e social, pois tinham finalmente estruturado seu conhecimento sobre bases empíricas positivas. Aqui se deu o nascimento de uma nova consciência histórica: a que enfatiza as «diferenças humanas no tempo». Em princípio o historiador não quer fundir passado, presente e futuro: a história «científica» buscará diferenciar as dimensões «objetivas» do tempo, passado e presente, e tenderá a não profetizar sobre o futuro. «Como conhecimento das diferenças humanas», a história científica dará ênfase ao evento: irrepitível, singular, individual, com seu valor intrínseco, único”. (Reis. 1996a. p. 5-6).

A opção dos historiadores pela história “científica”, aquela baseada no método da crítica documental, operou na verdade uma limitação à liberdade de escolha e criação temática, na medida em que sobram-lhes apenas os temas da política como elementos de garantia de cientificidade. Somente os fatos datados e bem encadeados em uma seqüência cronológica, podiam asseverar um conhecimento seguro e imparcial, livre, portanto, das interferências da filosofia e das ideologias. Em nome de um estatuto científico, a história abdicou da sua habilitação à análise e à interpretação generalizante dos acontecimentos, decidindo-se por uma função descritiva das singularidades da vida dos Estados e dos atos dos governantes. Entretanto, foram estas as condições históricas que permitiram à história ascender à categoria de disciplina socialmente reconhecida, dando condições para que os seus cultores realizassem sua profissionalização mediante a organização do ensino superior, da inserção de historiadores

em cargos públicos, tais como, no ministério da educação (Instrução Pública), na coordenação de arquivos públicos e na administração de museus, etc. A disponibilidade dos historiadores para compor os quadros do serviço público, tornando-se funcionários de Estado e quase sempre trabalhando na elaboração de uma história oficial, permitiu que, ao mesmo tempo, ocorresse a consolidação da história como atividade e como disciplina, determinando simultaneamente o seu modelo de conhecimento e as normas que orientam a conduta “científica” de seus profissionais.

“A supremacia da história política no século XIX (para ser mais preciso, o seu regresso à supremacia) necessita ser analisada em termos sociológicos. Há dois pontos óbvios que é preciso salientar. Apesar do papel social do «historiador» ter já uma longa história, remontando a Heródoto se não a uma época ainda anterior, esta disciplina apenas se profissionalizou no século XIX, quando se fundaram os primeiros institutos de pesquisa, as primeiras publicações da especialidade e os primeiros departamentos universitários. Foi então que a associação dos historiadores rejeitou a história social (da mesma forma que a associação dos sociólogos a viria rejeitar uma geração mais tarde) por ser incompatível com os novos padrões profissionais. O segundo ponto é que os governos viam a história como um meio de promover a unidade nacional, como uma forma de educação da cidadania, ou, como um observador menos simpático poderia afirmar, como uma forma de propaganda”. (Burke. 1990. p. 15).

No final do século XIX uma nova crise se instala entre os historiadores, expondo suas certezas científicas à crítica e à desconfiança, sendo que desta vez os problemas anunciados dizem respeito exatamente à relação conflituosa da história com a ciência. Os debates epistemológicos do período procuravam alertar contra a impropriedade subjacente ao acolhimento do modelo naturalista pela história, sinalizando para as especificidades do conhecimento histórico. “Antes que convergissem para este tipo de história as críticas dos

sociólogos, economistas e filósofos, a história positiva conhecia uma crise interna. Duas das suas ilusões mais caras desmoronaram-se: a exaustão das fontes e a da objectividade do historiador”. (Carbonell. 1992. p. 108). Sem, entretanto, perder de vista as possibilidades de vir a se realizar o sonho científico, teóricos como Wilhelm Dilthey<sup>5</sup>, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Benedetto Croce, Robin Collingwood e Max Weber, todos, de um modo ou de outro, continuadores da filosofia kantiana – o neokantismo<sup>6</sup> - voltaram-se principalmente para as reflexões sobre a teoria do conhecimento, baseando a discussão nos aspectos subjetivos que o condicionam, tais como, o interesse, a intuição, a vontade, a imaginação, a sensibilidade, os juízos de valor, etc. Esse tipo de compreensão serviu para criticar tanto o idealismo hegeliano, como a “fantasia naturalista” do método histórico, pois aqueles intelectuais acreditavam que somente através de uma nova tipologia as características particulares da história e das disciplinas congêneres seriam reveladas.

Para além de uma simples operação nomenclaturar, a divisão da Ciência em ciências naturais e ciências do espírito, essa discussão implicou na elaboração de uma nova teoria do conhecimento, considerando que o modelo da unicidade da ciência foi substituído pela teoria dos ramos científicos, respeitantes à variedade dos objetos, métodos e especialidades possíveis

---

<sup>5</sup>A importância de Dilthey para o pensamento histórico do final do século XIX, caracteriza-se por sua recusa à aplicação do modelo das ciências naturais à história, influenciando muitos historiadores que vieram a constituir a renovação da historiografia do início do século XX, dentre eles Lucien Febvre. Sobre a abrangência do pensamento de Dilthey, Rodrigues diz: “(...) Wilhelm Dilthey (1833-1911), um dos maiores pensadores dos últimos tempos, considerado o mais vivo e mais distinto representante do historicismo - movimento humanista e filosófico que, em oposição ao naturalismo, busca na história o fundamento de uma concepção do mundo. (...) Com Dilthey inicia-se um movimento filosófico e lógico que tem por base não mais as ciências naturais e sim as ciências históricas. Desse movimento origina-se a autonomia dos conceitos de natureza e história, os quais se distinguem pelo seu objeto e pelos seus métodos. Procurando investigar a natureza e a condição da consciência histórica e realizar uma crítica da razão histórica, Dilthey estabeleceu, logo de início, a autonomia da cultura e das ciências culturais em relação à natureza e às ciências naturais”. (Rodrigues. 1969. p. 66-67).

<sup>6</sup>O neokantismo ou neocriticismo foi uma espécie de retorno à filosofia de Kant, no final do século XIX, com a intenção de reformular a natureza do conhecimento filosófico. O movimento foi formado por algumas correntes, cujos pontos em comum foram: negar a metafísica, especialmente a de Hegel, atribuindo à filosofia o papel de refletir sobre a teoria do conhecimento, distinguir o aspecto psicológico do aspecto lógico-objetivo do conhecimento científico e elaborar uma explicação do conhecimento científico partindo das estruturas das ciências (naturais e do espírito), para chegar à estrutura do sujeito do conhecimento. As suas principais escolas foram a de Maburgo (Maburger Schule), formada por F. A. Lange, H. Cohen, P. Natorp, E. Cassirer e Nicolai Hartmann; a de Baden (Badische Schule), formada por W. Windelband e H. Rickert, e por fim, o historicismo representado por G. Simmel, G. Dilthey e E. Troeltsch.

na produção do conhecimento da realidade. Sendo assim, a concepção das ciências do espírito subverteu ao mesmo tempo a crença em uma ciência una e na validade universal do método empírico-experimental, liberando a história da tutela e da busca por uma adequação perfeita este modelo. Enfim, percebe-se neste tipo de pensamento a sugestão de se modificar os fins últimos da história como disciplina, tomando como referência tanto a filosofia da história como a “ciência histórica”, isto é, abandonar as pretensões de interpretar o processo histórico e dedicar-se à reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico. Para esse novo objetivo, o estudo epistemológico da história, propôs-se uma nova disciplina: filosofia crítica da história.

Postulando a cientificidade da história a partir de suas especificidades enquanto conhecimento das ações humanas no tempo, uma nova “crise” se estabelece nas primeiras décadas do século XX, quando se reivindica sua legitimação não através das ciências naturais mas da ciências sociais. Essa movimentação de idéias em defesa da identidade e da autonomia da disciplina histórica encontrou, no cenário francês, sua principal fonte de elaboração de propostas na nascente sociologia e no movimento historiográfico dos *Annales*. A sociologia durkheimiana não escondia sua desconfiança com relação à cientificidade da história, ao ponto de propor não apenas uma reformulação nos seus métodos, como também abdicar de sua suposta autonomia e vir a compor consigo a ciência do social. A crítica sociológica à história metódica foi desde o início muito explícita no que concerne à sua opinião sobre a precariedade de um conhecimento, cujas bases eram a abordagem do factual, do político e do individual. Dessa maneira, seu objetivo principal era construir os fundamentos de uma ciência que fosse além desses limites e que incorporasse os aspectos positivos da metodologia da história. A revista *L'Année Sociologique*, fundada por Durkheim em 1897, servirá de veículo do seu projeto federador que tem a sociologia no topo das pretensões de consolidar a ciência da sociedade, enquanto a história é relegado a um dos seus ramos de apoio. Apesar dos esforços pessoais de Durkheim, a expressão mais acabada das considerações sociológicas sobre a história foi elaborada por François Simiand em um texto de 1903, intitulado “Méthode historique et

sciences sociales”, no qual ele expõe aquilo que entende por falhas inaceitáveis constante das atitudes teórica e metodológica dos historiadores da assim chamada *histoire événementielle*.

“Segundo ele, havia três ídolos que deveriam ser derrubados: «o ídolo político», ‘a eterna preocupação com a história política, os fatos políticos, as guerras, etc., que conferem a esses eventos uma exagerada importância’; o «ídolo individual», isto é, a ênfase excessiva nos chamados grandes homens, de forma que mesmo estudos sobre instituições eram apresentados como «Pontchartrain e o Parlamento de Paris», ou coisas desse gênero; e, finalmente, o «ídolo cronológico», ou seja, «o hábito de perder-se nos estudos das origens»”. (Burke. 1991. p. 21).

Quanto ao movimento dos Annales, vê-se preservadas algumas das discussões levantadas pela sociologia durkheimiana e pelo historicismo alemão a propósito da história metódica. Para esses historiadores a história é na verdade uma ciência, cujo objeto se define como as experiências humanas no tempo, a humanidade do homem e seus desdobramentos na duração. Embora acreditem na sua condição científica, os *annalistes* preferem pensar na história como uma ciência em marcha, uma ciência que está em pleno desenvolvimento, portanto, distante ainda do seu amadurecimento e da sua plenitude como um conhecimento consistente das coisas humaníssimas. Entretanto, reivindicavam uma identidade própria para a história, o que a distanciava das ciências naturais e do método científico, porquanto suas características e seus objetivos de saber não se coadunam com as características e os interesses daquelas. Um outro aspecto particular ao projeto científico dos Annales, diz respeito às suas concepções ampliadas de fonte histórica, rompendo com a orientação metódica que se fundamentava exclusivamente nos documentos escritos. A cientificidade da história é conquistada superando as determinações de toda ordem, bem como as limitações de uma história política. A crise da história identificada pelos Annales tem, portanto, um sentido de aprofundamento das questões colocadas pelo historicismo e seu projeto científico das ciências humanas, sintetizando uma atitude de recusa a uma aliança com as ciências naturais. Sendo

assim, sem propor um retorno à filosofia, os *Annales* fazem sua opção pelas ciências sociais, entendidas como próximas o suficiente da história para constituírem um saber científico sobre o homem. Dessa aliança vislumbrava-se a construção da história total, quando a partir do encontro das diversas disciplinas no trabalho de equipe, as dificuldades que apresentam a realidade humana seriam superadas. O que parece bastante significativo, entretanto, é de fato a maneira como Febvre dimensiona a crise história, incluindo-a no amplo movimento de renovação geral do pensamento científico encabeçada pela física.

“Porque os historiadores podem não se aperceber: A crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos – o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano. Ou, mais propriamente, é apenas, ao mesmo tempo, um sinal e uma das conseqüências de uma transformação muito nítida e muito recente da atitude dos homens de ciência, dos cientistas, frente à Ciência”. (Febvre. 1985. p. 35).

Nos anos imediatamente após a segunda guerra mundial, observa-se a formação de uma nova problemática que envolve a história, colocando-a no centro da discussão sobre as condições de possibilidade de uma ciência do social e da cultura. Este movimento intelectual chamado de estruturalismo formulou suas primeiras proposições baseado nos estudos lingüísticos e tinha como objetivo epistemológico a conhecimento da estrutura do discurso. Movidas por este intuito, disciplinas como a etnologia, lingüística e semiótica, juntaram-se para desvendar os segredos da significação. Claude Lévi-Strauss foi um dos seus principais representantes, trabalhando na elaboração de uma antropologia estrutural, desenvolveu estudos sobre o significado das relações conscientes e inconscientes na estruturação da cultura. No que diz respeito à história, Lévi-Strauss considerava que sua contribuição às ciências sociais se daria apenas por meio da explicitação daquilo que é contingente, constituindo-se, pois, em um conhecimento complementar, cuja função seria a de abrir as portas da experiência social para que a antropologia estrutural viesse a se encontrar com o inconsciente

da cultura, manifesto nos discursos escritos e verbais. A partir dos anos sessenta o debate é retomado, quando das influências do estruturalismo sobre as demais ciências humanas, principalmente a história, devido à sua posição de pleno domínio dos campos institucionais da vida acadêmica francesa. Isto ocorreu no momento em que se verificava, sob a “vigilância” poderosa e concentracionista de Fernand Braudel em defesa da identidade e dos interesses da história, o fortalecimento da corrente de valorização do uso das matemáticas na linguagem das abordagens qualitativas do social. Enfim, o uso cada vez mais freqüente de modelos nos trabalhos de história deu origem à história serial e quantitativa, utilizando-se dos procedimentos estatísticos, demográficos, etc., para consolidar os dados e sustentar as explicações históricas.

“A seriação do campo histórico tem por efeito dar a cada objeto independência em relação aos outros elementos do real. Desprendido das contingências do concreto, o objeto levanta vôo, existe em si, recobrando as outras dimensões do real. Esse objeto, liberado de suas correntes, aparece então como figura atemporal. Mesmo se nós seguirmos as suas flutuações na duração, elas não dependem jamais do substrato que lhe permite existir, e os laços com outros níveis da realidade tronam-se insignificantes. O discurso do historiador torna-se idealista. Contudo, temos aspectos positivos: o investimento em novas linhas de pesquisa, a descoberta de novos objetos, mas sempre com anseio de racionalização microscópica e não com anseio de racionalização global”. (Dosse. 1992. p. 190).

Sendo assim, a sinalização que indica a existência de uma “crise” nas ciências humanas em geral e na história, em particular, é na verdade uma advertência contra os “excessos” da tendência quantitativista da história. Ao denunciar os desvios que a noção de estrutura pode provocar no conhecimento histórico, ecoaram as vozes que falavam em nome do retorno a uma abordagem compreensiva das experiências de vida do passado. Esses historiadores atualizaram para este fim, a abordagem hermenêutica da história, recusando a validade de um

saber que descarta a subjetividade e se deixa, ou espera sê-lo, confundir com as ciências naturais. Os defensores da singularidade do conhecimento histórico e a da sua impossibilidade de vir a ser uma ciência, ao debaterem-se contra os efeitos estruturalistas na teoria da história, levantaram armas contra as facções braudelianas e combateram em nome de uma disciplina cuja «cientificidade» é fruto do consenso dos seus especialistas. De acordo com essas noções, a história tem como especificidade o fato de buscar compreender as experiências humanas, considerando os elementos contextuais e subjetivos dos atores sociais, sem a pretensão de estabelecer valores universais. Neste mesmo sentido, a crítica à matematização da história recupera o papel ativo do historiador, enfatizando seus condicionamentos socioculturais como parte constitutiva do conhecimento histórico.

“A realidade histórica não é dada, ela é construída pelo historiador; ademais ela é acessível somente pela mediação do discurso. Todas essas críticas resultam na reabilitação das formas de conhecimento que a história quantitativa rejeitara: a história-narrativa retoma todos seus direitos em detrimento da história-ciência, a subjetividade se impõe contra a objetividade, as interações contra as estruturas, o evento contra a longa duração, etc. Este questionamento da cientificidade da história se acompanha, no plano institucional, de um convite à desprofissionalização. Os filósofos que criticam com mais vigor as pretensões científicas da história, como Raymond Aron ou Michel Foucault, são também aqueles que abertamente questionam as «barreiras disciplinares», apresentando-se ao mesmo tempo como filósofo, historiador, sociólogo, jornalista, etc.”. (Noiriel. 1996. p. 321-322).

Para Foucault a história é “como a mãe de todas as ciências do homem, embora seja tão velha talvez quanto a memória humana”, entretanto, não se enquadraria no rol das ciências, quando considerada sua condição de disciplina<sup>7</sup> que realiza suas atividades somente

<sup>7</sup> Analisando as relações entre ciência e saber em “A Arqueologia do Saber”, Foucault sugere que se chame de disciplina os “conjuntos de enunciados que tomam emprestado de modelos científicos sua organização,

através da apropriação constante dos métodos de algumas outras ciências. Esse *status* de saber caudatário de variados campos do conhecimento científico, tais como a economia, a biologia e a lingüística, tornaria a história prisioneira inerte ao estágio de “ciência” do “quase-científico”. Desse modo, a história “talvez não tenha lugar entre as ciências humanas nem ao lado delas: é provável que entretenha com elas uma relação estranha, indefinida, indelével e mais fundamental do que o seria uma relação de vizinhança”.(Foucault. 1985. p. 384). A simples condição de sua antigüidade, entretanto, não é requisito suficiente para tornar a história virtual parceira das demais ciências sociais e, o que mais problemático ainda, dadas as suas características jamais poderá vir a sê-lo.

“A História forma, pois, para as ciências humanas, uma esfera de acolhimento ao mesmo tempo privilegiada e perigosa. A cada ciência do homem ela dá um fundo básico que a estabelece, lhe fixa um solo e como que uma pátria: ela determina a área cultural – o episódio cronológico, a inserção geográfica – onde se pode reconhecer, para este saber, sua validade; cerca-as, porém, com uma fronteira que as limita e, logo de início, arruina sua pretensão de valerem no elemento da universalidade. ( Ib. p. 388).

Por sua vez, Veyne assume uma atitude radical em relação à suposta cientificidade da história, pois, para ele a “ história não tem método: tentem pedir que lhes mostrem esse método. Não, ela não explica coisa algumas, se é que a palavra explicar tem um sentido”. Independente do fato de existir e de ser relacionada às outras ciências humanas, a história na verdade é um tipo de conhecimento que somente tem sentido quando relacionada às características de sua autoria. “A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a história, da qual se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe”. (Veyne.1982. p. 7). Dessa forma, suas posições se encaminham no sentido da negação de qualquer pretensão científica da história, e para isso ele

---

que tendem à coerência e à demonstratividade, que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e às vezes ensinados como ciências (...)”. (Foucault. 1997. p. 202).

se contrapõe à idéia de que a história é a ciência do homem, visto que “nem a essência, nem os fins da história estão ligados à presença desse personagem; eles resultam da ótica escolhida; a história é o que é, não por causa de algum jeito de ser especial ao homem, mas porque escolheu um certo modo de conhecimento”. (Ib. p. 11). Restaria, por conseguinte, à história a tarefa de narrar eventos, utilizando para tanto os recursos da seleção de fontes, simplificação dos acontecimentos e organização dados para fins de sua escrita. “A história é uma arte que supões a aprendizagem de uma experiência. (Ib. p. 80), isto é, apesar dos limites do conhecimento histórico com seus instantes de objetividade precária, ainda assim, é necessário ao historiador efetuar um contato consistente com a tradição historiográfica, posto que é através dela que se ingressa na complexidade de suas conquistas e lhe garante um certo nível de coerência no processo de elaboração da história.

“A história não é uma ciência e seu modo de explicar é de «fazer compreender», de contar como as coisas se passaram; o que não resulta em algo substancialmente diferente do que faz., cada manhã ou cada noite, nosso cotidiano: isso vale para a síntese ( o resto é a parte da crítica, da erudição). Assim sendo, como é possível que a síntese histórica seja difícil, que ela se faça progressiva e polemicamente, que os historiadores não concordem com os motivos da queda do Império Romano ou com as causas da Guerra da Secessão? Há duas razões para essa dificuldade. Uma (...) é que torna-se difícil envolver em conceitos a diversidade do concreto. A outra, (...) é que o historiador só tem acesso direto a uma porção ínfima desse concreto, a que lhe chega pelos documentos de que pode dispor; para todo o resto ele precisa tapar buracos. Esse preenchimento se faz por uma parte muito fraca, que é a das teorias e hipóteses; por uma parte muito maior isso é feito inconscientemente porque contém clareza (o que não significa que seja segura). (Ib. p. 73).

Em síntese, a história seria apenas uma espécie de narrativa verídica das experiências vividas pelos homens, distante dos predicados da ciência e impossibilitada de realizar-se

cientificamente. Entretanto, para Veyne essa condicionalidade do saber histórico não é visto apenas por seu lado negativo, transigindo à relação entre história e literatura de forma que se revele seu valor intrínseco. Atitude de reconhecimento da importância dos fundamentos literários para os estudos históricos, expressando “a convicção também que literatura e história (*Historie*) andam juntas sem que isso signifique, necessariamente, um relativismo resignado da «ciência histórica» ou um realismo militante da literatura”. (Gagnebin. 1994. p. 3). Como esta indissociabilidade não desmerece o trabalho do historiador, Paul Veyne sugere que a história pode oferecer informações muito significativas para a “compreensão” dos acontecimentos, embora isto não implique na instauração de um saber seguro e verificável que, talvez, a própria ciência através da sua monotonia metodológica não pode dispor nos seus diversos campos de atuação. Sendo assim, no seu modelo de crítica à filosofia da ciência, deixa transparecer a idéia que a história enquanto romance real, não deve sentir-se culpada, ou melhor, inferiorizada, considerando a sua impossibilidade científica.

“A razão desse divórcio entre a história e ciência está em que a história tem por princípio que tudo que foi é digno dela: não tem o direito de escolher, de se limitar ao que é suscetível de uma explicação científica, do que resulta que, em comparação com a história, a ciência é muito pobre e repete-se terrivelmente. Para qualquer economia ou para qualquer sociedade que se descreva, a teoria geral do Estado como encruzilhada e da economia como equilíbrio de mercado será verdadeira(...)”. (Ib. p. 128).

A idéia de crise da história reaparece novamente nos anos oitenta, quando as experiências inusitadas de vulgarização vividas pela historiografia francesa pareceram a muitos os sintomas de um declínio definitivo e do fim de luta secular por um estatuto científico. A princípio, o grande movimento de vulgarização da história através dos meios de comunicação de massas<sup>8</sup>, gerou uma enorme discussão sobre os perigos que a adequação da linguagem

<sup>8</sup>As relações dos historiadores com os meios de comunicação de massa podem ser sintetizadas nesta passagem suficientemente esclarecedora: “Os palcos da televisão e os estúdios da rádio acolhem os

“científica” do historiador ao gosto do grande público consumidor poderia acarretar à verdade histórica. Essa preocupação esteve, inclusive, presente no pensamento histórico “positivista” do fim do século XIX, originando uma atitude de afastamento dos historiadores em relação aos interesses do “grande” público leitor, concentrando-se nos objetivos puramente acadêmicos. Muitos entenderam essa opção como uma demonstração de elitismo, - os historiadores enclausurados e protegidos pelo muros das universidades falando entre si -, muito embora se possa perceber nessa decisão uma estratégia defensiva no que concerne à manutenção do rigor e da objetividade do saber histórico. Passado um século depois, a repercussão da problemática da popularidade da história motivou alguns intelectuais a falarem sobre o perigo que a rondava, qual seja, o fantasma da narrativa histórica<sup>9</sup>, acordado de seu sono secular pela retomada da história política e pela tentativa de se elaborar um estatuto teórico para a história do atual. Sem dúvidas, grande parte dos historiadores sentiram a necessidade de se avaliar os possíveis benefícios, bem como os prováveis danos a uma disciplina que há muito tempo tinha abdicado de sua natureza literária, originados pela relação da história com a lógica do mercado e o gosto popular pelo romance histórico.

“Eu acho que não se deve menosprezar completamente, por muito incerto e por vezes deplorável que seja o seu nível, o que fizeram os «especialistas» (não científicos) da televisão e das revistas ditas históricas porque, apesar de tudo, eles descobriram ou animaram

---

pesquisadores que outrora teriam permanecido no anonimato de seu trabalho penoso de arquivista, confinados em um cenáculo restrito de universitários. Por ocasião dos programas eleitorais noturnos, René Romond traz as luzes do historiador. George Duby é nomeado presidente do canal 7 de televisão. A rádio France-Inter apresenta programas diferentes ao multiplicar as transmissões históricas, em que figuram, lado a lado, historiadores de ofício como Pierre Miquel ou Henri Amouroux; no entanto, a melhor parcela do horário é reservada a uma contadora de histórias que persegue o sonho e a fuga da realidade, a matinal Eve Ruggieri, que em sua novela cotidiana faz Mazarin, Castiglione, Cleópatra, Josefina de Beauharnais desfilarem para um público muito fiel, estimado entre 975.000 e 1.200.000 ouvintes. Não se pode contestar o sucesso de Alain Decaux na televisão. Todos os meios de comunicação fizeram investidas, portanto, sobre o território do historiador”. (Dosse, 1992, p. 13).

<sup>9</sup>Essa debate sobre o retorno da narrativa teve como principais contribuições os artigos de Stone, Laurence (1979). “The Revival of Narrative”. In: *Past and Present*, 85, p. 3-24, de Hobsbawm, Eric J. (1980). “Some Comments”. In: *Past and Present*, 85, p. 3-8, e de Nora, Pierre (1988). “O Retorno do Fato”. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (1988). *História: novos problemas*, p. 179-193, quando de uma maneira ou de outra tentam apresentar os riscos do abandono de uma história analítica, em favor de uma história descritiva.

um imenso mercado em que nós, os historiadores científicos, pudemos depois modestamente penetrar. Seria muito conveniente «aposentar» agora essas pessoas, seja qual for o seu mérito mas, seja com for, deve-se-lhes, de passagem, tirar muito discretamente o chapéu”. (Opinião de Emmanuel Le Roy Ladurie, In: Le Goff. 1991. p. 19).

Um outro aspecto da mais recente “crise da história”, é justamente aquele que concerne às alterações profundas sofridas pelas ciências sociais, repercutindo nas teorias sociais e nos princípios que regiam o pensamento a respeito da dinâmica social. Dessa forma, pode-se observar os efeitos “devastadores” que as experiências traumáticas da segunda guerra mundial e do nazismo, causaram sobre a noção positiva de progresso, desde então questionada pela teoria física da relatividade. Essa atitude de desconfiança em alguns e de descrédito em muitos, acabou por enterrar a idéia de que a história vivia sob o ritmo de uma dinâmica evolutiva sem fim, destituindo, assim, muitas teorias sociais do conceito estratégico de progresso. Para completar esse quadro de mudanças, o fim do socialismo real e a crise do marxismo ocidental contribuíram enormemente para a crise da história, considerando-se a importância que representava para ela e as demais ciências sociais o estudo das ideologias.

Para além desses aspectos “externos”, isto é, os efeitos das mudanças de ordem sociocultural sobre o pensamento histórico, pode-se identificar um outro foco de controvérsias entre os especialistas, sendo que neste caso o debate refere-se a uma questão de natureza interna às próprias atividades historiográficas. A origem dessa discussão está nas relações da história com as ciências sociais, entendidas quase sempre como prejudiciais, considerando que à história foram suprimidas as características que lhe garantiam a identidade e a autonomia científicas em face das demais disciplinas. Portanto, o projeto interdisciplinar que consubstanciou teoricamente e consolidou o reconhecimento ao movimento dos Annales, tem sido apontado como a principal causa “crise” epistemológica da história. Em síntese, neste processo de aproximação entre disciplinares diferentes, teria ocorrido um desgaste da

história no que concerne às especificidades do seu conhecimento, devido à incorporação ao trabalho do historiador de métodos, conceitos e teorias das demais ciências sociais. Sem critérios, aquilo que poderia ser uma conquista em termos de conhecimento do social, transformou-se no “rompimento” das fronteiras disciplinares e na alusão ao descrédito às experiências da profissionalização. Essa atitude teria provocado a fragmentação do conhecimento histórico, abandonando-se, pois, o velho ideal de se construir uma história total e cedido a uma história em migalhas.

“Por essa abertura imediata às linguagens das outras ciências sociais e por esse empréstimo de procedimentos, paga-se, no entanto, preço elevado com a decomposição da unidade temporal própria do historiador, com a diluição da história noutras disciplinas. Se o confronto e o enriquecimento são necessários, houve aqui o abandono cego das funções do historiador, sobretudo a da visão totalizante do real e a ausência de toda crítica em relação às metodologias auxiliares emprestadas. Quem ganhou esse torneio? A disciplina história parece sair vencedora quanto ao brilho novo, mas se essa vitória custou o preço da negação daquilo que fundamenta seu saber, pode bem tratar-se de uma vitória de Pirro”. (Dosse. 1992. p. 191-192).

Ao lado dessas abordagens que envolvem tanto os elementos definidores da cientificidade da história, como os critérios de uma relação interdisciplinar que preserve sua independência no que diz respeito à possibilidade de elaborar um conhecimento específico, vê-se o surgimento de novas contribuições metodológicas e epistemológicas que visam a solução dessa referida crise. Dentre elas, verifica-se a emergência de uma proposta de definição do papel da história no campo do conhecimento sistemático, cuja característica essencial seria a de promover uma interpretação pragmatista do seu *status* científico. Partindo do estudo da obra póstuma de Marc Bloch, *L'Apologie pour l'histoire*, Gérard Noiriel concentra-se na discussão sobre os aspectos “corporativos” do exercício profissional da história,

definindo-a como um conhecimento elaborado a partir do consenso dos seus oficiantes. Assim como Bloch, Noiriel acredita que se deva buscar os fundamentos do conhecimento histórico no interior da própria atividade historiográfica e não fora dos seus limites, pois através dessa estratégia se libertaria a história dos critérios estipulados por outros campos do saber científico. Considerando, então, que o conhecimento histórico não necessita de um discurso legitimador elaborado pela filosofia ou pela sociologia, as suas garantias “científicas” serão estipuladas no seu próprio “fazer-se”. Portanto, a validação epistemológica da história somente pode ser efetuada por seus especialistas, seguindo um conjunto de convenções não-científicas. Em síntese, neste raciocínio, a história deve ser entendida como o produto de uma prática social, realizada e controlada por uma “comunidade de competências”<sup>10</sup> que, além de legitimar o conhecimento produzido através da avaliação constante, interfere na definição dos “problemas históricos” a serem estudados pelos pesquisadores.

Segundo Noiriel esta abordagem se baseia na idéia de que a escrita da história é, na verdade, fortemente influenciada pelos efeitos do “sistema de coação” surgido no processo de profissionalização do historiador. Evidentemente, os resultados indicados por esse tipo de pensamento teórico acaba por abalar as certezas e as esperanças em um conhecimento aspirante a ciência, considerando que as noções de objetividade e verdade históricas são transferidas da dimensão abstrata e universal criada pela epistemologia das ciências, para a dimensão das verdades consensualmente admitidas e submetidas ao controle de uma linguagem comum que pretende unificar os discursos dos historiadores.

“A partir do momento em que a verdade histórica deixa de ser garantida por algum fundamento exterior à prática, a questão da «linguagem comum» toma uma importância decisiva. Um

<sup>10</sup> Interpretando o pensamento de Thomas Kuhn, Noiriel define a noção de comunidade de competências ou comunidade de sábios como: “(...) o conjunto de indivíduos que praticam a mesma especialidade, que se beneficiaram da mesma formação, que utilizam o mesmo jogo e referências e que, por consequência, têm um «conhecimento tácito» de seu ofício, transmitido mais pela prática que por regras escritas”. (Noiriel. 1989. p. 1450).

conhecimento histórico só pode ser, doravante, considerado como “verdadeiro” se ele é validado como tal pelos outros historiadores competentes. A história é uma ciência na medida em que aqueles que a praticam partilham a mesma linguagem e estão assim, em condições de avaliar as descobertas de seus pares. É isto que explica, de uma parte, que toda a profissionalização do historiador seja organizada em torno de procedimentos de julgamento (banca de teses, comissão de «especialistas», etc.) destinados a avaliar as capacidades científicas de que aspiram exercer esta profissão e que, de outra parte, a escrita da história não pode fazer a economia de um sistema de referências permitindo aos leitores verificar as afirmações do autor”. (Noiriél. 1996. p. 323).

No balanço geral, os resultados dessa discussão secular têm sido positivos para a história e para os historiadores, tendo em vista que ela tem servido de estímulo a uma reflexão teórica sobre a natureza e os limites do seu conhecimento. O fato mesmo de voltar-se insistentemente a questionar sua objetividade, representatividade e legitimidade como saber produzido, coloca à disposição da confraria dos historiadores um patrimônio intelectual relevante. Isso parece ter sido a conquista mais importante e, supostamente, a mais duradoura, qual seja, a evidência de que o conhecimento histórico é sempre o resultado de um esforço do pensamento inteligente. Embora essa noção tenha surgido a partir dos filósofos e historiadores do século XVI<sup>11</sup> e seguintes, especialmente o XVIII, pois, “o método historiadores do século XIX deve muito, é certo, à erudição dos professores da Universidade do século precedente” (Huppert. 1973. p. 6) e tenha despertado em muitos um interesse considerável durante todo o século XIX, ainda persiste atualmente como um tema de controvérsias explícitas.

---

<sup>11</sup> Conferir em Haddock, especialmente na introdução e no capítulo “história e política”; em Caire-Jabinet no capítulo “*Les temps modernes: de l'historien de cour à l'érudit*” e em Carbonnell no capítulo VII “O tempo e a história dos humanistas (séculos XV e XVI)”, onde descrevem as características gerais da história elaborada naquele período.

“Escrever história é uma atividade intelectual. É necessário, entretanto, declarar que não se acreditaria numa afirmação como esta em qualquer lugar, atualmente; é mais comum pensar-se que a historiografia, por seus fundamentos ou por seus fins, não é um conhecimento como os outros”. (Veyne. 1982. p. 43).

A valorização do conteúdo inteligível do conhecimento histórico e a procura de critérios científicos para a sua validação, remonta ao início dos tempos modernos e se desdobra nos debates sobre a sua cientificidade no século XIX. Essa atitude teórica visava prioritariamente romper com a herança artística e literária da história e defini-la como um conhecimento objetivamente elaborado. A busca da objetividade na pesquisa sobre os acontecimentos do passado, que na prática do historiador se manifesta como a declaração de fidelidade aos fatos, aprofundou o debate sobre os limites e as impossibilidades científicas das formas de conhecimento cujo objeto de estudo é o homem. No auge do cientificismo durante o século XIX, ocorreu a consagração da proposta naturalista como modelo de definição do estatuto científico dos saberes. Ratificada pela filosofia positivista de Augusto Comte, a repercussão desse pensamento atingiu de maneira bastante profunda as ciências humanas, na medida em que se tentou de toda forma adequá-las ao padrão das ciências naturais. Sendo assim, pode-se atribuir ao positivismo a responsabilidade de ter sido um dos principais responsáveis teóricos pela difusão desses ideais “científicos” nas humanidades, acarretando uma espécie de retrocesso epistemológico na “identidade científica” dessas disciplinas.

“(...) a pretensa objetividade das ciências humanas responde aos *partis-pris* da tecnicidade e da especialização, pois está baseada na mentalidade analítico-dissociativa do real humano. Por outro lado, funda-se no pressuposto da decomposição. Ao pretender construir uma ciência humana objetiva, a inteligência positivista retém apenas os fatos, permanecendo cega às significações e negligenciando o fato fundamental da existência humana. A única capaz de dar ou conferir um sentido à multidão indefinida dos dados biológicos, físicos, econômicos, psicológicos, etc.”. (Japiassu. 1976. p. 102).

As discussões propiciadas por essas idéias permitiram ao historiador ampliar e inovar as possibilidades de realização do seu trabalho. Apesar de ter sido um fenômeno intelectual de extensão européia, deve-se ressaltar a contribuição dos historiadores alemães, especialmente no que concerne ao estabelecimento dos critérios da profissionalização da pesquisa histórica. Em função disso pode-se perceber que existe entre os historiadores franceses do século XIX, um sentimento de reverência às conquistas alemãs realizadas em termos da aquisição de um método para a história. A maioria dos historiadores chamados metódicos, realizaram parte dos seus estudos nos famosos seminários alemães, onde se aprendia a ser científico nos moldes apregoados por Ranke. Este sentimento germanófilo pode ser identificado com clareza nas palavras de Gabriel Monod no seu artigo de lançamento da *Revue Historique*:

“Foi a Alemanha que contribuiu com a parte mais importante para o trabalho histórico de nosso século. Outros países podem citar nomes de historiadores tão ilustres quanto os seus; nenhum poderia citar um grande nome; nenhum pode se glorificar de ter feito progredir tanto a ciência. Esta superioridade, a Alemanha a deve, sem dúvida, ao seu gênio mesmo, essencialmente próprio às pesquisas pacientes da erudição, ela a deve também ao pouco desenvolvimento que a vida política e a vida industrial teve do outro lado do Reno até um época recente e a alta estima que ela sempre teve para com os trabalhos do espírito; ela a deve sobretudo à forte organização de suas universidades”. (Monod. 1876. p. 27).

Pensando assim, pode-se dizer que a historiografia alemã se destacou por seu interesse na ordenação científica do conhecimento histórico, sistematizando os preceitos metodológicos do trabalho intelectual do historiador. Esse movimento pode ser percebido através das atividades acadêmicas e profissionais empreendidas por Leopold von Ranke e Gustav Droysen<sup>12</sup>. Por sua vez, a historiografia francesa teria sido responsável pela vulgarização

---

<sup>12</sup>Johann Gustav Droysen (1808 – 1884) considerado o fundador da escola prussiana de história. Escreveu “História de Alexandre o Grande” (1833), “História dos Sucessores de Alexandre” (1836), “História da Formação dos Estados Helenos” (1843), depois essas três obras apareceram sob o título “História do Helénico” e “História da Política Prussiana” (1855). Conferir em Lefebvre (1977), p. 280 e segs.

teórica e sistematização metodológica, representada simbolicamente pelos livros: *L'Histoire et les Historiens* (1888) de Louis Bourdeau. Uma síntese do pensamento desse “obscuro filósofo” pouco valorizado pelos estudiosos da historiografia francesa pode ser encontrada em Rancière (1994, p.12), onde se tem algumas de suas opiniões sobre a especificidade do conhecimento histórico e das possibilidades dele vir a ser uma ciência. *De l'Histoire Considérée comme Science* (1894) de autoria do durkheimiano Paul Lacombe<sup>13</sup>, considerado por Henri Berr como uma das principais contribuições ao projeto da síntese histórica. Por fim, o famoso manual dos historiadores e professores da Sorbonne Charles-Victor Langlois e Victor Seignobos *Introduction aux études historiques* (1897), cuja popularidade repercutiu para além da academia francesa.

A importância desse manual de metodologia está relacionada com a preocupação dos historiadores metódicos com o ensino da história, tanto nas universidades como nos liceus. Em razão disso, eles farão parte das diversas comissões encarregadas das reformas de ensino, estabelecendo as regras para os exames e os conteúdos relativos às disciplinas históricas. A chamada geração de 1870 vai participar da organização da Terceira República, atribuindo ao ensino da história o papel de divulgar os sentimentos de zelo pela república e estimular o patriotismo na juventude. Especificamente sobre do *Introduction aux Études Historiques*, sua função foi a de ser o Discurso do Método histórico, servindo aos estudantes de manual de orientação profissional, isto é, informando-os sobre a maneira correta de proceder na pesquisa histórica.

---

<sup>13</sup>Na tradução argentina para o “Da História Considerada como Ciência e “repetido” em François Dosse (p. 30) encontra-se o nome Pierre, na verdade deve-se ler Paul. Paul Lacombe nasceu em Cahors em 06 de janeiro de 1834 e faleceu em 02 de julho de 1919 em Tarn-et-Garonne. Escreveu várias obras históricas, como genealogia, história de nomes de ruas, história da imprensa, história da França e da Inglaterra, família, costumes, tradições. Aos sessenta anos publicou pela editora Hachette, em 1894, sua “obra capital”, como diz Henri Berr, “De l’Histoire Considérée comme Science”. Segundo informação do catálogo da Biblioteca Nacional da França, ele desempenhou por algum tempo a função de Inspetor Geral das Bibliotecas. Para mais detalhes sobre sua obra e sua biografia, conferir em Henri Berr, *L’Histoire Traditionnelle et La Synthèse Historique*, especialmente o capítulo IV. Sobre sua atividade profissional em Georges Lefebvre. *El nacimiento de la Historiografía Moderna*, p. 316.

A historiografia atual é tributária dessa geração de historiadores, cujas ousadias em termos da concretização de um método de trabalho permitiram a abertura para um conjunto temático mais amplo para as pesquisas históricas. Mesmo considerando as dificuldades que os metódicos apresentavam em termos de flexibilização das atividades do historiador e à capacidade de superar a abordagem fatual, sem dúvida os historiadores do início do século XX beberam na sua fonte as lições de como fazer história.

“Os discípulos de Ranke tornaram a heurística e a crítica as duas peças fundamentais do processo histórico. O melhor historiador seria aquele que soubesse procurar o documento, averiguar o fato e, no máximo, comparar as fontes e os fatos encontrados. O resultado foi a descoberta quantitativa de fontes desconhecidas, de fontes abandonadas por infieis ou forjadas, num magnífico atestado da pujança do novo método. Mas uma funesta consequência desta nova direção metodológica foi, também, a do historiador de cola e tesoura, que perseguia o documento e o reproduzia como obra histórica”. (Rodrigues. 1969. p. 420).

Essa mobilização de forças intelectuais em prol da história-ciência, sintetizou-se nas tentativas de elaboração de um método rigoroso através do qual o conhecimento produzido pelos historiadores viesse a ser reconhecido. As discussões a respeito da necessidade de superar o estágio pré-científico da história a partir da sua definição metodológica, resultaram na depreciação profunda do aspecto epistemológico, recusando-se qualquer tipo de teorização e, mesmo, escamoteando a existência de opções teóricas no discurso pragmático do método histórico. Dessa maneira, os historiadores da Idade da Ciência pensaram em romper com seus antepassados, denunciando a imperfeição de suas obras, porquanto aprestam várias lacunas quanto ao rigor crítico no tratamento do material histórico. Simultaneamente, acusam a falta de objetividade de suas histórias, enquanto permanecem presas a um estilo retórico grandiloquente e demasiado generalizante.

“Deste ponto de vista, que chegou a predominar em virtude da saudável reação contra a falta de sentido crítico dos velhos historiadores, o caráter positivo e científico da história se radicaria no rigor com o qual se sabe escolher e verificar o material erudito; daqui o conselho, tão amiúde repetido aos historiadores, de precaver-se das sínteses, de limitar o campo das próprias investigações, de especializar-se, de substituir a obra de caráter geral pela monografia e, sobretudo, o dever, rigorosamente cumprido, de descobrir, inventariar, confrontar, provar de todas as formas os documentos que podem existir sobre uma coisa antes de afirmar algo sobre ela”. (Michelis. 1948. p. 60).

Pensando assim, os chamados historiadores metódicos acreditavam que sistematizando os procedimentos de conduta da pesquisa, a história conquistaria enfim seu perfil científico. Entretanto, afóra a suposta coerência desse ideário, o método proposto por eles na verdade foi apenas o resultado do aprimoramento da crítica documental dos filólogos e eruditos descendentes intelectuais de Mabillon. A propósito da euforia otimista em relação às conquistas do método histórico, Croce relativiza a abrangência do seu alcance, lembrando que a expectativa dos historiadores do século XIX se encontrava condicionada pela crise na relação entre a filosofia e a história. Após a separação entre essas duas disciplinas, aos historiadores restou a tarefa de encontrar e definir uma teoria e uma metodologia para conduzir os estudos históricos que não pretendessem ser “*uma filosofia nem a filosofia*”.

“Tornar bem clara e ter sempre presente a natureza da crise que seguiu à apressada e irrefletida união da história com a filosofia na tristemente célebre “filosofia da história”, e que terminou não por um maior e melhor método mas por uma renúncia, é indispensável para compreender e julgar a historiografia da século XIX”. (Croce. 1962. p. 93).

Desse modo, pensavam os historiadores metódicos que a cientificidade da história poderia ser atingida, recusando todo e qualquer compromisso com a filosofia, seja no aspecto da teorização dos estudos do passado, seja atribuindo ao passado um valor universal e a-

histórico. Ultrapassando uma certa concepção metafísica da história, herdada da tradição cristã e escolástica, simbolizada pelo *Discurso sobre a História Universal* (1681) de Jacques Bénigne Bossuet, no qual o autor reivindicava uma história como fruto da Providência Divina, e mesmo uma concepção filosófica da história baseada na idéia moral e na propagação de valores racionais de maneira a atingir no futuro a humanidade por inteiro, como sugere a concepção iluminista da história contida no *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações* (1756) de Voltaire, os historiadores “científicos” aderiram a uma noção de conhecimento objetivo que contempla ao mesmo tempo as exigências de rigor que caracterizam a teoria do conhecimento científico naquele momento e as especificidades do conhecimento produzido pelo historiador.

“Para alguns historiadores, ser científico significava ser objetivo, e a objetividade requeria um recusa das concepções da história que emanavam da filosofia moral. A objetividade, tal como é definida por Leopold von Ranke, exigia, sobretudo, uma profunda imersão nas fontes primárias e a sujeição destas fontes a uma intensa crítica interna e externa”.(Fogel. 1989. p. 18-19)

Não obstante à hegemonia duradoura dessa tendência historiográfica, os metódicos tiveram que conviver com outras propostas e práticas históricas, tais como a do método da história-relato. Nesse caso ao invés de privilegiar os elementos de controle da pesquisa, utilizando-se corretamente os instrumentos e as técnicas da crítica dos documentos, enfatiza-se a forma como se deve escrever a história. Se o destaque no primeiro grupo recai sobre o material e sua utilidade para revelar os fatos, diminuindo a importância do papel do historiador como sujeito do conhecimento, pois os documentos falam por si mesmos, para os outros a atenção se dirige ao historiador e suas habilidades em elaborar um discurso coerente, coeso e, principalmente, concatenado dos acontecimentos históricos. Este relato, fruto da experiência pessoal e da sensibilidade profissional do historiador, é presidido pela lógica diacrônica da exposição cronológica submetida ao inventário das causas e das conseqüências da mudança

histórica. Paradoxalmente, ao inverter as posições indicadas pelo “positivismo”, o historicismo deixa transparecer a idéia que a história é apenas a expressão de uma experiência estética do historiador, fazendo retroceder a discussão sobre a sua cientificidade até o debate sobre a história como arte. A respeito desse momento de intervenção sensível do historiador no descontinuo da história, Croce afirma:

“A imaginação combinatória não se confunde tampouco com a imaginação que inventa conjecturas e hipóteses, as quais se formam para dar à pesquisa e se exaurem neste papel heurístico. A imaginação de que falamos intervém, ao contrário, diretamente no trabalho historiográfico para preencher os vazios que ficam na série das imagens oferecidas pelas notícias atestadas e criticamente apuradas; isto é, com o mais ou menos, salvo que não se limita a transcrever ou a resumir as fontes, intervém sempre para vencer o descontinuo daquelas notícias e tecer um relato coerente e de todo perspicaz(...)”.  
(Croce. 1962. p. 108).

Como se observa, paralelo à profissionalização da história vem ocorrendo um longo debate sobre a natureza específica do conhecimento histórico, que ativamente estava se processando desde as últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX. De certa maneira, essa discussão é o resultado imediato dos confrontos de idéias travados entre as duas principais disciplinas do período: a história e a sociologia. Como portadoras de dois projetos científicos distintos, tanto uma como outra, esforçaram-se por trazer para o seu lado os possíveis aliados na luta por hegemonia. A sociologia de Durkheim se apresentava na defesa de uma concepção de ciência herdeira da tradição positivista comteana, baseada na idéia de que o papel do conhecimento científico é o de formular leis a partir do controle objetivo da realidade. Quanto aos historiadores metódicos, seguiam o raciocínio elaborado na linhagem alemã de Leopold von Ranke<sup>14</sup>, prendendo-se aos critérios técnicos de elaboração do

<sup>14</sup>Leopoldo von Ranke (1795-1886). Estudou na universidade de Leipzig, dedicando-se aos estudos históricos. É considerado por muitos como o “pai da ciência da História”, tendo sido o responsável pela divulgação dos preceitos de uma história que se dedicasse especialmente “aquilo que de fato aconteceu”, isto

conhecimento histórico, pensando na possibilidade da elaboração de leis para o processo histórico, com o intuito de estabelecer formas de controle sobre o futuro. Buscavam proteger o seu saber colocando-o por trás do pano da crítica imparcial, recusando qualquer envolvimento com as verdades instáveis da idade literária da história. Os efeitos dessas idéias entre os historiadores franceses foram extremamente importantes, considerando que a profissionalização da história foi possível graças à ação organizada daqueles intelectuais envolvidos diretamente com os problemas da educação. Além disso, são relevantes as noções teóricas de Ranke sobre a natureza do conhecimento histórico e do papel do historiador como sujeito na produção do conhecimento.

“O historicismo francês alimenta-se, em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold von Ranke da metade do século XIX. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. Encontra-se em Ranke a maior parte dos pressupostos de Langlois, Lavisse, Seignobos, Fustel: a recusa de toda reflexão teórica, a redução do papel da história à coleta de fatos, a afirmação da passividade do

historiador diante do material com que trabalha. A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina científica de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta na derrota de França em 1870”. (Dosse. 1992. p. 42).

Doutra parte, embora em menor número e menor força de aglutinação, os historiadores que se inspiravam no modelo filosófico de Wilhelm Dilthey<sup>15</sup>, cujas origens

---

é, ao historiador cabe recuperar do passado somente os fatos que podem ser comprovados documentalmente. Suas idéias foram amplamente assimiladas por toda a Europa, principalmente por intermédio dos historiadores franceses que estudaram na Alemanha, e posteriormente nos Estados Unidos.

<sup>15</sup>Wilhelm Dilthey (1833-1911). Estudou filosofia e história na Universidade de Berlim, quando foi aluno de Leopold von Ranke, tendo sido influenciado por suas idéias, dedicou-se a refletir sobre as características teóricas do conhecimento histórico. Foi professor de filosofia em Basle, Kiel, Breslau e Berlim. Seu modelo de tipologia científica estabelece a distinção entre ciências naturais e ciências do espírito, nas quais se enquadraria a história. A sua proposta de método baseada na “compreensão simpática” serviu de orientação a muitos historiadores, especialmente àqueles que viveram a encruzilhada do romantismo historicista.

remontam a Wilhelm von Humboldt e a Johann Gustav Droysen e à idéia de “compreensão imaginativa” (*ideengeschichte*) desenvolvida por ambos, assumindo os procedimentos interpretativos da hermenêutica como critérios distintivos da história-ciência e considerando os fatos históricos como fatos psicológicos. Vale destacar que ao atribuir à noção de “compreensão imaginativa” o estatuto de categoria epistemológica, esta operação significou para esses pensadores a possibilidade de se instituir novos parâmetros científicos de acesso ao conhecimento histórico, sendo, pois, diferentes daqueles do método científico. Em termos práticos, a imaginação<sup>16</sup>, elemento de base constitutivo do método compreensivo, serviu para se combater um tipo de história que se caracterizava pela emissão de juízos de valor acompanhados de julgamento. Agora com o procedimento ‘compreensivo’, o historiador abandona o julgamento e busca a análise do sucesso. Enfim, através dessas idéias e procedimentos, a compreensão histórica pretende vencer a distância e a revivência impossível dos acontecimentos.

“Ela quer repensar o que se pensou, ressentir o que se sentiu, refazer o que se fez, rever o criador e o criado, o dirigente e o dirigido, a sociedade, a vida econômica, em suas formas históricas. Ela quer compreender a vida, em todas as suas manifestações. A vida é história, o resto é natureza”. (Rodrigues. 1969. p. 428).

É preciso esclarecer, entretanto, que entre os franceses as fronteiras entre as escolas históricas são extremamente sutis, permitindo que se observe a convergência de idéias díspares, cujas matrizes teóricas originais não admitiriam facilmente uma aproximação. Provavelmente, esse tipo de miscelânea tem sua origem no fato de que os historiadores franceses agiram de maneira pouco seletiva no seu contato com os “mestres”, admitindo como válidas todas as contribuições que o gênio dos alemães tinham e podiam produzir.

---

<sup>16</sup>A temática do método compreensivo e da imaginação como aspecto inerente ao conhecimento humano, pode ser melhor entendida quando colocada na linha de desenvolvimento do pensamento kantiano. Neokantistas como Dilthey, Croce, Weber e Collingwood, tentaram desenvolver essa teoria, assumindo uma reflexão que tem por base as categorias de intuição, interesse e imaginação na produção do conhecimento.

Assim, aparecendo de maneira contraditória nas obras individuais de alguns desses historiadores, declarados publicamente como membros fiéis de grupos específicos de convicção científica inabalável, a demonstração explícita de que muitas das noções utilizadas nos seus trabalhos são originalmente incongruentes.<sup>17</sup>

Em termos do confronto da história com a sociologia, estas questões aparecem de modo bastante relevante, porquanto estabelecem formas diferentes de entendimento a respeito da natureza cognoscente da realidade. Em uma palavra, para a escola durkheimiana valia a proposta de uma ciência do social cuja finalidade era explicar o fato social como coisa, identificando suas formas de manifestação com o objetivo de estabelecer a sua regularidade. Para os historiadores, entretanto, o caminho mais seguro que deveria ser percorrido pela história até o completo entendimento do passado, bifurca-se em duas vias distintas: a primeira seria aquela que enfatiza a necessidade da história em assemelhar-se às ciências naturais, mantendo sempre que possível as características de um conhecimento seguro e imparcial; a outra, seguindo a orientação dada pelo historicismo alemão, os historiadores valorizam as idéias contidas no método compreensivo (*Verstehen*), reconhecendo o caráter eminentemente subjetivo do conhecimento histórico.

“Os historiadores consideram a ciência tal como ela é, propondo-se simplesmente de melhorá-la, perseguindo, em um esforço de solidariedade coletiva que engaja toda a comunidade profissional, o trabalho realizado desde muito tempo por seus antecessores. Os sociólogos falam da ciência tal qual eles gostariam que ela fosse, partindo de uma concepção de objetividade que supõe ao mesmo tempo uma ruptura com as formas de saber já constituídas e uma recusa irremediável aos projetos concorrentes, visando «fundar» as ciências sociais sobre princípios teóricos diferentes”. (Noiriel. 1996, p. 72-73).

---

<sup>17</sup> Conferir a esse respeito, a riqueza de idéias distintas no texto de introdução ao primeiro número da *Revue Historique* de Gabriel Monod, quando o autor tenta conciliar aspectos típicos de uma proposta científica

Todas essas discussões que marcaram a tentativa da história de se constituir em uma disciplina científica, confluíram, segundo as “influências” recebidas pelas diversas correntes historiográficas, seja pela sociologia, seja pelo método histórico, para uma série de alterações construtivas no campo historiográfico e na prática do historiador. Tais mudanças podem ser verificadas pela luta em favor da expansão das temáticas, através da superação da hegemonia do documento escrito como fonte, bem como pelo interesse crescente dos próprios historiadores em conceder alternativas de tratamento ao seu objeto de estudo, seja diversificando as técnicas de pesquisa, flexibilizando o método ou elegendo novas fontes para a pesquisa histórica. Além disso, o questionamento da validade e da consistência de conceitos e categorias utilizados no vocabulário histórico, garantiu o surgimento de novas concepções de história cuja preocupação principal era exceder os aspectos individualizantes, cronológicos e políticos de uma historiografia acontecimental. Movida por este propósito e tendo que enfrentar as dificuldades relativas à falta de autonomia metodológica e um precário instrumental teórico, a historiografia de um modo geral, tem se permitido, ao longo desse período, o exercício de experiências aproximativas das demais ciências humanas, rompendo com o isolacionismo disciplinar e ousando falar em nome de um conhecimento de síntese. Esta alteração pode perfeitamente ser visualizada quando se faz o balanço das inovações metodológicas, especialmente no que concerne à flexibilização e utilização de fontes, ultrapassando o exclusivismo dos documentos escritos como única fonte aceitável e da análise documental como único método possível para o conhecimento histórico tornar-se objetivo.

“Ao conhecimento dessas novas fontes, o historiador deve somar o domínio das técnicas que a elas está ligado e desestruturam a noção tradicional e muito pouco utilizada de ciências ditas «auxiliares». A fotografia, o cinema, o rádio, a televisão, o vídeo, o gravador e o computador se tornaram instrumentos banalizados do universo do historiador. Este pode começar a sonhar em abrir no

domínio da história um modesto campo que foi totalmente excluído e que o aproxima de outros cientistas: este de uma história experimental. Esta banalização de técnicas novas é entretanto sinônimo de uma tal diversificação que se pode perguntar se o historiador de hoje pode ainda pretender sem fanfarronaria ao domínio do conjunto”. (Le Goff e Rousselier. 1995. p. 9).

Com o passar dos tempos, observa-se uma inquietação constante da parte de muitos pensadores em definir e estabelecer os campos de expressão da história, buscando sempre a diferenciação entre a que é relatada com a finalidade de divertir e aquela que relata os fatos verdadeiramente acontecidos. Foi exatamente este sentimento que fez Seignobos declarar na introdução do seu “História da Civilização Européia”: “uma comparação entre condições gerais de vida só admite exposições em conjunto. Renunciei, pois, deliberadamente, a tudo que faz o atrativo da história, o dramático das aventuras dos personagens, o pitoresco das descrições de pormenores” (Seignobos. S/d. p. XVII).

Apesar dessa questão se apresentar como uma necessidade em diversas épocas, pois desde o século XVI observa-se os esforços de intelectuais em construir um método crítico para orientar o trabalho do historiador, somente no século XIX se verifica uma dedicação maior a essa problemática<sup>18</sup>. Isto porque afrontava os historiadores a questão da verdade histórica e da cientificidade da história, porquanto as próprias condições ideológicas daquele momento privilegiavam tais discussões no âmbito das expectativas científicas.

---

<sup>18</sup>A respeito dessas tentativas de autonomizar a história da literatura através de um método crítico, ver: HUPPERT, George. (1973) *L’Idée de L’Histoire Parfaite*. Este estudo procura estabelecer as características da historiografia européia na transição da Idade Média para a modernidade, ressaltando as idéias que defendiam um tipo de história condicionada ao princípio da verdade e livre da tradição literária. Os principais representantes desse movimento francês de idéias a respeito da história foram: Jean Bodin, Nicolas Vigueur, Louis le Roy e Lancelot-Voisin de la Popelinière. “Em todos estes sábios há três idéias comuns expostas por La Popelinière, nos seguintes termos: 1° - A história não é pura narração ou obra literária. Deve procurar causas; 2° - O objetivo da história é constituído pelas *civilizações* e a *civilização* (e esta é a idéia mais inovadora e a mais importante). A história começa antes da escrita. «Na sua forma mais primitiva», defende la Popelinière, «a história deve procurar-se em tudo: nas canções e nas danças, nos símbolos e outras atuações memnômicas(sic.)» [citado em Huppert, 1970, p. 137]. É também a história dos tempos em que os homens eram «rurais e não-civilizados» [ibid.]; 3° - A história deve ser universal, no sentido mais completo do termo «A história digna do nome deve ser geral» [ibid., p. 139]”. (Le Goff, 1992. p. 86).

“A ciência histórica constitui-se contra a história que diverte e o romance histórico. É por isso que os historiadores da velha escola preconizavam a inspeção rigorosa das fontes e da crítica dos documentos. É por isso que os historiadores da nova escola aprenderam as lições da geografia, da estatística e da demografia”. (Rancière. 1994, p. 10).

Os historiadores metódicos reunidos em torno da *Revue Historique*, ainda tentaram contemporizar com a tradição retórica da história, levando em consideração a importante contribuição dada à disciplina por historiadores como Jules Michelet, Augustin Thierry e François Pierre Guillaume Guizot. A justificativa, embora houvesse muito de diplomacia na sua forma de incorporar ao seu projeto, com uma certa veneração, a tendência secular daquela corrente historiográfica, baseava-se na distinção necessária entre a escrita e a metodologia da pesquisa histórica. Neste sentido, na opinião desses historiadores, a ciência histórica deveria compor-se dos elementos da erudição, ou seja, a coleta minuciosa dos detalhes e a segurança absoluta no tratamento crítico dos documentos, e da literatura, isto é, utilizar-se dos recursos da arte de harmonizar as idéias em frases perfeitas do ponto de vista retórico e estético.

“A infelicidade da qual tem sofrido a ciência histórica na França, é a separação ou, melhor dizendo, a espécie de antagonismo que se quis estabelecer durante muito tempo, entre a literatura e a erudição. Muitos letrados direcionaram um tipo de desdém às pesquisas de erudição, acreditando que a imaginação, o bom senso, uma certa dose de espírito filosófico e o estilo bastavam; por outro lado, os eruditos mostraram, às vezes, um desprezo excessivo pela forma literária, uma aversão desatinada pelas idéias gerais, onde viam apenas fantasias e frases, e se refugiaram com uma espécie de preconceito em minúcias e detalhes de fatos sem interesse. Os homens que verdadeiramente ilustraram a ciência histórica não entendem assim. (Monod. 1876. p. 32).

Apesar dos esforços realizados por alguns metódicos, como é o caso de Monod, em prol da convivência pacífica entre esses dois modelos de prática historiográfica, acabou por

predominar a opinião eminentemente científicista, apresentando uma atitude mais ortodoxa em relação à maneira de escrever a história. Pensando assim, esses historiadores acreditavam que o rompimento definitivo da história com a sua herança literária seria acompanhado também pela contestação decisiva da interpretação artística do trabalho histórico, cujo modelo próprio de expressão seria a crônica. Estar-se-ia, desse modo, superando definitivamente a incompatibilidade entre uma disciplina com pretensões científicas e suas origens fabulares, ratificando a possibilidade de vir a produzir um conhecimento superior e necessariamente diferente da ficção. Esse mesmo tema pode ser abordado de duas maneiras possíveis, partindo do conteúdo ou da forma adotados pelos produtores do conhecimento histórico. Primeiramente, tomando-se a discussão a propósito do conteúdo verdadeiro ou não das afirmações do historiador, problematizando as interferências subjetivas provocadas pelas opções e preferências do pesquisador, podendo, assim, de uma forma ou de outra deturpar a verdade dos fatos. Admitindo-se a permanência e a impossibilidade de superação da subjetividade na elaboração do saber histórico, no entendimento dos metódicos o conhecimento proposto pelo historiador não se distinguiria do conhecimento elaborado pelo romancista ou pelo fabulista. Diferentemente disso, ao se discutir a forma utilizada pelo historiador, poder-se-ia dizer que a história é mais coerente e segura quanto mais ela estiver condicionada por questões intelectuais que estão na ordem do dia, diferenciando-se de um tipo de conhecimento que valoriza o passado como um dado acabado. A respeito dessas questões, a opinião de Croce parece suficientemente esclarecedora, embora bem pouco rigorosa do ponto de vista lógico:

“A verdade é que a crônica e a história não se distinguem como duas formas de história, que mutuamente se completem ou que sejam uma subordinada à outra, mas como duas *atitudes* espirituais diferentes. A história é história viva, a crônica é história morta; a história é história contemporânea, a crônica história passada; a história é sobretudo um acto de pensamento, a crônica um acto de

vontade. Toda história se torna crônica quando já não é pensada, mas somente fixada em palavras abstractas; que antes foram concretas e a exprimiram. (...) Mas a descoberta da verdadeira distinção entre crônica e história, a qual é uma distinção formas (ou seja, verdadeiramente real), não só nos liberta do vaguear estéril e fastidioso em busca de distinções materiais (ou seja, imaginárias), mas também nos põe em condições de rejeitar um preconceito muito vulgar – o da *prioridade* da crônica em relação à história”. (Croce. 1984. p. 281).

Uma outra maneira indicada por Croce para se estabelecer a distinção entre a história e a crônica, seria a inclusão das operações de explicação e avaliação das informações recolhidas pelo historiador na lista das tarefas históricas, assegurando, assim, o contato permanente do sujeito do conhecimento com os dados de realidade. Em síntese, ao cronista interessaria apenas a descrição dos fatos ocorridos no passado, enquanto seria próprio do conhecimento histórico, além de conhecer aquilo que de fato aconteceu, a busca incessante aos motivos humanos que deram origem e consistência aos acontecimentos selecionados pelo historiador. A descrição elaborada em forma de crônica se limita a falar dos fatos como fenômenos, contá-los no processo mesmo de seu surgimento, enquanto que à explicação caberia demonstrar, por meio de uma argumentação lógica construída pelo pensamento do historiador, as razões que lhes deram vida. No que concerne à avaliação, diz-se da condição na qual o historiador elabora seu conhecimento das ações humanas do passado, utilizando-se do arbítrio de fazer juízos de valor sobre os conteúdos conscientes da história. A bem dizer, que tais juízos não significam a liberdade do historiador para julgar a história, mas referem-se ao fato de que o seu conhecimento é o produto de um esforço subjetivo e crítico de compreensão do vivido.

“Quando lidamos com uma ação consciente, deliberada, organizada para um fim, devemos para a explicação (ou seja para responder à pergunta «porquê») referir-nos às motivações dos homens, aos objetivos que eles se propuseram. Só este referência permite compreender e – coisa importante para o historiador – avaliar

as ações humanas. Esta possibilidade e esta necessidade de apelar para a explicação finalista, sem incorrer no perigo de cair no misticismo e no espiritualismo (inevitáveis, pelo contrário, se considerando o teologismo como o modo universal de explicação aplicável a *todos* os acontecimentos da realidade), estão na origem de uma das principais diferenças entre as ciências sociais e as ciências da natureza”. (Schaff. 1995. p. 256).

Tendo sido vencedora a proposta de adequar a história aos critérios da ciências naturais, fica confirmada a exigência de rigor metodológico como elemento de cientificidade, o que significa dizer que ao historiador caberia exercer sua autoridade sobre as fontes documentais e os testemunhos, controlando-os rigorosamente, para assim confirmar a ultrapassagem do estágio literário do saber histórico. No momento seguinte, isto é, a escrita e publicação da obra histórica, a corporação dos historiadores definiria os requisitos para uma boa escrita da história, validando ou rejeitando as produções condizentes ou não com suas convenções. Isto significava dizer que, ao historiador caberia a responsabilidade “estilística” de colocar no lugar da valorização do recursos retóricos, ou seja, aqueles artifícios de efeito, utilizados para enfatizar quase que exclusivamente a forma da história escrita, o resultado preciso de uma pesquisa bem conduzida cientificamente, redirecionando, assim, sua preocupação para o conteúdo das informações colhidas na consulta empírica das fontes. Sem dúvida, o rompimento com a tradição retórica da história foi uma das “conquistas” da historiografia metódica, cujos efeitos foram sentidos na forma de consolidação do credo científico da disciplina histórica.

“Uma tradição, vinda do tempo em que a historia era tratada como uma dependência do gênero oratório, dera aos historiadores o hábito de realçar a mediocridade dos factos reais pela solenidade da forma. Este estilo, segundo se imaginava, apropriado à dignidade da historia, servia para dissimular e muitas vezes deformar a realidade do passado”. (Seignobos. 1945. p. VII).

Enfim, superados os obstáculos de um pensamento histórico que privilegiava a leitura generalizante da história em detrimento dos detalhes e das minúcias, a prática historiográfica se encarregaria de divulgar os benefícios da “neutralidade” do discurso despido dos embelezamentos artificiais, fortalecendo a necessidade de adequá-lo às regras do procedimento científico. Seriam, então, dados os encaminhamentos para conciliar a relação contraditória entre os critérios de elaboração científica do saber histórico e o seu substrato narrativo. Desse modo, o relato histórico empolado e vistoso, mas sem consistência, foi substituído pela narrativa dos fatos perfeitamente encadeados, seguindo a lógica dos acontecimento de acordo com seu aparecimento cronológico. Mesmo depois de um certo tempo, quando a narrativa foi duramente criticada e preterida pela análise estrutural, pode-se perceber que muitos historiadores consideram que a história é por sua natureza original uma “arte de contar”, confirmando dessa forma a sua condição de ser um conhecimento sempre condicionado a uma mesma arquitetura. Esta idéia é defendida por Rancière da seguinte maneira:

“(…) a história não é, em última instância, suscetível senão de uma arquitetura, sempre a mesma: ocorreu uma série de acontecimentos a tal ou tal sujeito. Pode-se escolher outros sujeitos: a realeza no lugar dos reis, as classes sociais, o Mediterrâneo ou o Atlântico mais que os generais e os capitães. Não estaremos deixando de afrontar o salto no vazio contra o qual os rigores de nenhuma disciplina traz garantia: é necessário nomear os sujeitos, é necessário lhes atribuir estados, afeições, acontecimentos”. (Rancière. 1994. p. 10).

Sendo, então, ratificada pelo argumento de François Furet, ao constatar que a história é de fato uma das formas “científicas” de expressão da narrativa.

“A história é filha da narrativa. Não se define por um objecto de estudo, mas por um tipo de discurso. Dizer que estuda o tempo não tem de facto outro sentido que dizer que dispõe todos os objetos

que estuda no tempo: fazer história é contar uma história. contar é, na realidade, dizer «aquilo que aconteceu»: a alguém ou a alguma coisa, a um indivíduo, a um país, a uma instituição, aos homens que viveram antes do instante em que se narra e aos produtos da sua actividade. É restituir o caos de acontecimentos que constituem o tecido de uma existência, a trama de uma vida”. (Furet. S/d. p. 81).

Mesmo que fosse ainda preservada, ou mesmo consentida, a idéia de arte como fundamento do discurso histórico, vislumbrou-se estabelecer um padrão na linguagem do historiador que fosse distinto da simples narrativa. Seria admitir, como o faz Le Goff, o papel estratégico do conto como introdução pedagógica à estrutura de sucessividade do relato histórico, reconhecendo a “necessidade que há, em história, de expor o *como*, antes de procurar o *porquê*, o que coloca o conto na base da lógica do trabalho histórico”.(Le Goff. 1992. p. 35). Devido a essa necessidade de construir um modo acessível e consensual de relatar os fatos, isto é, um linguajar independente do talento retórico do historiador individualmente, permitindo à história distinguir-se da fala ordinária e dos estilos da literatura. Essa pretensão dá origem, por sua vez, a um operação que coloca a metodologia de trabalho e o instrumental empírico de verificação das fontes em um lugar de primazia, comparando-se com as questões epistemológicas. Isto significava a valorização do conteúdo dos estudos históricos em detrimento da forma grandiloquente de sua enunciação, aproximando-se do idioma ideal das ciências naturais, caracterizado pela imparcialidade, frieza e objetividade de suas frases. Evidentemente, os efeitos da divulgação da história literária sobre o público, foram sentidos como impedimentos para a consolidação de uma maior aceitação dos trabalhos que se filiavam a uma orientação científica.

“Esta forma de escrever encontrou no grande público, um medíocre beneplácito. Este lamentou a ausência se panoramas gerais, de idéias filosóficas, brilhantismo no estilo, a negativa a toda participação nas polêmicas do dia. Disto resultou, como se havia visto, pulularem as empresas de divulgação, ou as obras inspiradas por

periodistas pela propaganda política,<sup>19</sup> religiosa ou nacional.(...) Por outra parte, a história novelística fez estragos em proveito dos leitores que não pedem à história mais que uma distração. Essa é a razão de que, nos últimos anos, historiadores que tinham o hábito da erudição se dedicaram a fazer livros de dimensões modestas, para períodos muito amplos. (Lefebvre. 1977. p. 310).

Contemporaneamente, os efeitos dessa inovação repercutiram sobre a atitude reflexiva do historiador, gerando uma espécie de ansiedade por respostas teóricas às antigas questões colocadas a propósito da natureza mesma do conhecimento histórico. Percebe-se, então, a tendência entre os historiadores a assumirem uma posição mais atuante no que concerne à tarefa de pensar a problemática epistemológica da história, disputando com os filósofos a autoridade para se colocarem nesse debate. Dentre aqueles historiadores, cujos trabalhos tornaram-se clássicos neste campo específico da elaboração teórico- metodológica, pode-se indicar: Louis Halphen<sup>19</sup>: *Introduction à l'histoire* (1946); Marc Bloch: *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'historien* (1949); Lucien Febvre: *Combats pour l'Histoire* (1953); Philippe Ariès: *Le Temps de l'Histoire* (1954) e Henri Marrou: *De la Connaissance Historique* (1954). Cedendo à pressão das circunstâncias intelectuais, estão, dessa maneira, rompendo com um passado de recusa ao exercício teórico e iniciando um percurso de fortalecimento dos estudos de história da história. Além de ratificar a existência legítima desta área de pesquisa histórica, todo esse esforço de auto-reflexão realizado pelas historiografias européias, serviu para assegurar aos historiadores o direito à formulação de teorias da história. Entretanto, esta situação recente foi antecedida por uma atitude de não aceitação da parte dos historiadores em incluir nos seus afazeres profissionais a teorização do conhecimento histórico, sintetizada por Schaff da seguinte maneira:

---

<sup>19</sup>Louis Halphen (1880-1950). Formado na *École des Chartes* (1904) e na *École française de Rome*, defendeu sua tese em 1906 (*Le comté d'Anjou au XIe. Siècle*). Ensinou na universidade de Bordeaux, foi secretário da *École de Chartes* e da *Revue Historique*. Em 1928 entrou para a *École Pratique des Hautes Études* e em 1936 para a Sorbonne. Durante o regime de Vichy foi transferido para Grenoble (1941), retornando à Sorbonne apenas em 1944.

“Em resumo, a situação apresenta-se como segue: a problemática teórica e metodológica (que é preciso distinguir das técnicas de investigação) no domínio da ciência da história tem preocupado principalmente os filósofos e muito raramente os historiadores; estes últimos, no caso das filiações positivistas, ignoravam deliberadamente esta problemática. Desta maneira, apesar das opiniões e dos desejos de inúmeros historiadores, o trabalho dos filósofos neste domínio ganha consideravelmente em importância e em responsabilidade”. (Schaff. 1995. p. 70).

Este fenômeno de abertura e flexibilização do campo histórico, levado a termo pela superação dos limites impostos pela historiografia metódica, desenvolveu-se de maneira exemplar na França. A proposta de expansão do território do historiador através da flexibilização do estatuto do documento histórico e do rompimento das fronteiras disciplinares em defesa da síntese histórica, a princípio um movimento francês na sua origem e no seu conteúdo, acabou por se disseminar por várias outras historiografias nacionais, ecoando de maneiras diferenciadas no sentido de sua aceitação ou de sua rejeição. Neste processo, o Movimento dos Annales assumiu um papel de destaque, veja-se a sua divulgação para além das universidades francesas. Contudo, o que parece mais importante é o próprio fato da problematização do *modus operandi* de uma certa linhagem historiográfica que privilegia o evento como expressão da mudança e o documento escrito como única fonte válida para o conhecimento histórico.

“Esta geração que repudia os élanos místicos do romantismo, que exalta o realismo, mesmo o mais prosaico, é também apaixonada pela ciência racionalista, mas de uma paixão racional prestes a triunfar, que inspira toda a elite estudantil dos anos 1860, todo este pessoal convencido da terceira República (...)”. (Duby e Mandrou. 1966. p. 220)

Convém lembrar que essa forma de pensar e escrever a história permaneceu ainda por algum tempo, sendo a principal referência entre os historiadores, inclusive entre os próprios

franceses. Isto significa que a institucionalização dos *Annales* não representou o imediato desaparecimento da história acontecimental. Fernand Braudel no texto clássico sobre a Longa Duração, de 1958, ainda fala desse tipo de história como se ela ainda estivesse sendo praticando naquele momento e possuísse “um número suficiente de partidários”. Ainda mais relevante é a sua afirmação sobre o que considera ser a história escrita e praticada: “Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã”. (Braudel. 1990. p. 17).

O movimento dos *Annales* sinalizam, pois, para uma nova sensibilidade intelectual a respeito das qualidades intrínsecas das ciências humanas, instituindo um espaço de crítica para o fazer historiográfico através de publicações periódicas especializadas. Se até a primeira metade do século XX essa agitação intelectual permaneceu restrita ao universo europeu, sabe-se hoje quais são os seus efeitos sobre as novas gerações de historiadores espalhadas por quase todo o mundo, especialmente no que toca à disseminação da chamada história sociocultural baseada nos estudos da vida cotidiana das pessoas comuns.

A busca de critérios para se definir o significado e os modos de inteligibilidade da história, bem como as formas de enunciação do seu conhecimento, tem assumido nos debates contemporâneos uma relevância decisiva na prática dos historiadores. As regras empíricas da profissão têm convivido com a reflexão insistente que grande parte dos seus intelectuais tem promovido, permitindo ao historiador um voltar-se sobre o trabalho histórico realizado, tendo em vista a apreciação dos métodos, dos objetos e das abordagens utilizados. É, pois, nesse ambiente de aproximação da história com a teoria, que a historiografia vem se destacando como campo de produção de conhecimento especializado, preenchendo as lacunas deixadas abertas pela separação litigiosa entre a história e a filosofia. Nada garante que o reencontro dessas disciplinas venha contribuir efetivamente para a confirmação das esperanças científicas

da história, mas com certeza promoverá a superação de antipatias e preconceitos que foram alimentados durante muito tempo.

### 1.3 – Elementos de História da História

Inicialmente parece ser indispensável estabelecer o sentido semântico do termo historiografia, tendo por fim esclarecer as suas ambigüidades e, simultaneamente, descrever as alterações que se foram observando no interior dessa área de estudos. Somente assim, é possível definir com um certo grau de segurança o tipo de abordagem que é factível aplicar ao estudo sobre a contribuição intelectual do historiador francês Lucien Febvre, elaborada na primeira metade deste século, cujas características nos permitem vislumbrar a descontinuidade na história do conhecimento histórico, considerando as suas idéias a propósito da poética do saber histórico. Isto é, entender as matrizes do seu projeto para tornar a história verdadeiramente científica, analisando suas propostas referentes a um modelo de escrita, um objeto de estudo e uma identidade epistemológica da história em relação às demais ciências humanas. Ora, qualquer que seja a pretensão de interpretar as formas de existência lógica de um pensamento, deve pressupor uma estratégia explicativa que permita esclarecer seu conteúdo, seus vazios e suas ambigüidades. Em história, essa compreensão também é possível quando se toma a obra histórica como documento, transformando, assim, a historiografia no estudo das idéias do historiador, bem como da sua produção acumulada através dos anos de profissão. Percebe-se, então, que se faz necessário explicitar a noção de historiografia, tomando por base a polissemia que lhe foi atribuída, redundando em uma confusão de entendimento e de usos.

“A ambigüidade no significado da historiografia resulta, antes de mais nada, de se identificar esse termo com o próprio

conhecimento histórico, do mesmo modo que se identifica com a história, devido à preocupação de se deixar de tomar esta como realidade histórica”. (Sousa. 1982. p. 113).

A par desse imbróglio de significações, uma questão tem perseguido aqueles historiadores que se dedicaram a esclarecer as características e as peculiaridades da ciência histórica, qual seja, a necessidade de adoção de um vocabulário categorial, abstrato e comum que conduza os diálogos entre os membros da corporação. A esta exigência, os historiadores têm respondido com a importação de conceitos das disciplinas vizinhas, adequando suas análises aos modelos de interpretação por elas utilizados. Quando formulam seus próprios conceitos, reúnem elementos poucos convencionais às outras ciências, tendo vista que seus recursos de interpretação envolvem dimensões que estão para além dos indícios do mundo empírico.

Os conceitos do historiador são, com efeito, não vagos, mas por vezes metafóricos, precisamente porque devem remeter ao mesmo tempo para o concreto e para o abstrato, sendo a história - como as outras ciências humanas ou sociais - uma ciência, não tanto do complexo, como se gosta de dizer, mas do específico, como o diz com razão Paul Veyne. (Le Goff. 1992. p. 40).

Apesar do esforço individual e coletivo dos historiadores em formularem conceitos apropriados para o conhecimento histórico, garantindo assim a cientificidade do seu saber, grande parte deles têm se resignado com o fato de estarem condicionados à linguagem ordinária das pessoas comuns. A história não permite, dadas as condições de existência do seu objeto e os critérios da operação histórica, uma linguagem matemática, universal e abstrata. Estes condicionamentos são interpretados de formas distintas, para alguns representa a impossibilidade científica da história, para outros, o ceticismo é substituído pela argumentação de que a história é um tipo especial de conhecimento científico. Nesse caso, o que poderia ser encarado como desqualificação, é retomado como positivamente como um detalhe distintivo.

“A nossa ciência não dispõe, como nas matemáticas ou a química, de um sistema de símbolos separado de qualquer língua nacional. O historiador fala unicamente com palavras; portanto, com as palavras do seu país. Se se encontra perante realidades que se exprimiram numa língua estrangeira, tem forçosamente de traduzir”.  
(Bloch. S/d. p. 140).

Os obstáculos enfrentado pelos historiadores no que concerne à criação de uma linguagem que lhes seja comum, têm permitido que se pense nessa problemática de um ponto de vista pragmático, isto é, considerando as características específicas do ofício do historiador. Analisando as liberdades e as competências do historiador, assim como esquecendo-se os parâmetros “impostos” pelas ciências físicas para a discussão sobre a natureza e as possibilidades do conhecimento científico, a reflexão teórica se transfere da busca por um objeto de estudo da história para a definição dos processos práticos adotados na elaboração do conhecimento histórico. Portanto, ao invés de tentar construir, ao modo das ciências naturais, um código abstrato de significação e expressão fundamentado nas matemáticas, aos historiadores caberia promover, através do consenso profissional, a adoção uma aparelhagem conceitual que viesse a superar as diferenças idiomáticas locais.

Ponderando-se que o relato histórico está praticamente limitado às possibilidades de significação dadas pelos idiomas nacionais, o sonho da realização científica da história parece estar cada mais distante. Apesar de se ter vivido o auge dessa busca pela cientificidade no século XIX, pois “no geral os historiadores se preocuparam muito mais em fazer história, e faze-la o melhor que podiam, que em construir sua teoria” (Michelis. 1948. p. 41), esta situação é ainda mais complicada quando se verifica a permanência de uma certa relutância da parte dos historiadores em “fazer filosofia”, isto é, pensar filosoficamente as questões concernentes aos elementos teóricos da prática historiográfica. Neste sentido, a declaração de Jacques Le Goff é representativa de um estado espírito que persevera, embora já se perceba

uma certa clareza nas condições e na natureza das relações entre esses dois campos de conhecimento:

“Partilho com a maioria dos historiadores de uma desconfiança, nascida do sentimento da nocividade de misturar os gêneros e dos malefícios de todas as ideologias que façam recuar a reflexão histórica, no difícil caminho à cientificidade. Direi de bom grado com Fustel de Coulanges: “Há filosofia e há história, mas não há filosofia da história”; e com Lucien Febvre: “Filosofar significa... dito por um historiador... crime capital”. Mas, também com ele, direi: “Dois espíritos, é certo: a filosofia e a história. Dois espíritos irreduzíveis. Mas não se pretende «reduzir» um ao outro. Pretende-se sim, agir de tal modo que, mantendo-se embora nas suas posições, não se ignorem a ponto de serem, senão hostis, pelo menos estranhos”. (Le Goff. 1992. p. 76).

É sintomática, portanto, a maneira paradoxal como têm se comportado os historiadores a este respeito. Ao mesmo tempo em que sentem a necessidade da discussão teórica, sofrem angustiados, diante da possibilidade de “corrupção” do seu saber, ao aproximarem-se da especulação filosófica<sup>20</sup>. A princípio, esta atitude poderia ser justificada como um ato de reconhecimento às fronteiras instituídas pela divisão social do trabalho científico ou mesmo, embora não reconhecido pelos historiadores, como despreparo intelectual dos profissionais de história para realizar o trabalho de abstração que envolve a teorização do conhecimento. Por meio dessa segunda hipótese, confirmar-se-ia a natureza empírica da história, atribuindo às outras ciências humanas o papel de elaborar conceitos e refletir sobre as possibilidades epistemológicas do saber humano. De maneira diferente,

---

<sup>20</sup> A respeito dessa relação tumultuada entre história e filosofia, enquanto teoria do conhecimento, parece bastante expressiva a opinião do professor Yves Bruand sobre os motivos que levaram Marc Bloch a escrever o *Apologie pour l'Histoire*. Ao apresentar sua idéia de que os historiadores não necessitam do estudo da teoria da história, tendo em vista que suas necessidades de formação são supridas pela metodologia da história, ele afirma: “Sem as condições particulares nas quais se encontrou durante a Segunda Guerra Mundial, nunca (grifo nosso) Marc Bloch teria escrito o pequeno opúsculo publicado depois com o título *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* (Paris, Armand Colin, 3<sup>a</sup> ed., 1959). Foi unicamente porque se encontrava isolado, longe de toda documentação, impossibilitado de trabalhar, que Marc Bloch colocou no papel as reflexões dum historiador profissional sobre a História”.

pensando a partir da historicidade das formas como se processaram as relações entre filosofia e história, relativamente aos motivos desse estranhamento entre práticas intelectuais próximas quanto à natureza de seus problemas e distantes em face de suas desconfianças mútuas, Chartier nos diz:

“Existem várias razões para esta inquietação, e em primeiro lugar o receio de que sejam despertados os fantasmas hoje adormecidos das «filosofias da história» à maneira de Spengler ou de Toynbee – essas filosofias «baratas» (como escrevia Lucien Febvre) que desenvolvem o seu discurso sobre a história universal a partir de um conhecimento em terceira mão das regras e procedimentos do trabalho histórico. Colocando a questão mais a sério, a perturbação do historiador advém do distanciamento constatado entre dois universos de saber, em grande medida estranhos um ao outro”. (Chartier. 1990. p. 69).

Da parte dos historiadores, certamente o fato de se utilizarem desde sempre da linguagem ordinária dos vernáculos nacionais, tem provocado e alimentado a dúvida quanto a consistência de seu saber. A ameaça que a história oferece aos seus cultores, representada como uma emboscada de palavras, sem dúvida tem desempenhado o papel de obstáculo à reflexão sobre a natureza do seu conhecimento por parte dos historiadores. A insegurança no meio histórico tem propiciado aos seus profissionais o instável movimento de avanço e recuo no sentido da aproximação entre as disciplinas. Quando tem sido possível superar as armadilhas da significação<sup>21</sup>, ora se aproveitando daquelas disciplinas com um instrumental teórico amadurecido, ora denegando qualquer validade na reflexão teórica no seu *métier*, os historiadores têm oscilado em aceitar a predominância de métodos alheios ou recorrer a uma ortodoxia empirista de base cientificista. A obra de Febvre oferece a oportunidade de pensar o valor e o significado dessas questões para a história como saber e como profissão, na medida em que ele não elaborou nenhuma resistência ao contato com as ciências sociais e com a

<sup>21</sup>Sobre a linguagem das ciências e da história ver Granger, 1994. conferir pg. 86 e seqs.

própria filosofia, desde que esta não viesse a coincidir com os discursos “abstratos” das filosofias da história, apresentando-se como defensor incisivo de um projeto interdisciplinar para as ciências humanas. Pensando assim, Lucien Febvre estendeu suas críticas àqueles que de algumas maneira impediam a aproximação entre história e filosofia, criando obstáculos, invariavelmente, artificiais ou de natureza corporativista.

“Cada um na sua casota, o historiador sob a bandeira de Clio, o filósofo sob a bandeira de Sócrates? Cada um conservando ciosamente, nessa casota, velhos ossos ruídos? E todos a mostrarem os dentes ao cão do lado: tão pouco atraentes que metem medo aos operários contratados para repararem o prédio cuja guarda se supõe estar a seu cargo, e que impedem assim, esses mal vestidos, de abrir paredes, de estabelecer aberturas e comunicações, de erguer escadas e, finalmente de cobrir por inteiro a construção com um amplo tecto único, que permita que a vida se expanda à vontade, sem constrangimentos? A vida feliz: mas nós devemos-lhe tão-só a vida irritante”. (Febvre. 1996b. p. 67-68).

A salvo daquela já antiga “inquietação” anti-filosófica, a palavra historiografia não será utilizada aqui como sinônimo de conhecimento histórico, que é produto da atividade intelectual do historiador e que se realiza sobre e a partir das fontes informadoras do passado. Do tratamento crítico-analítico que se procede sobre essas fontes resulta o saber organizado, tendo sido conduzido de modo a fazer restituir o sentido das experiências humanas: a obra histórica. Como historiografia se compreenderá um tipo de estudo produzido a partir do conhecimento histórico, mas que lhe é diferente em conteúdo e propósito. A sua finalidade epistêmica é analisar o processo que dá origem àquele conhecimento e sua metodologia busca interpretar as idéias e os valores a ele correlatos. Como “(...) um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global: a historiografia, ou a história da história”. (Le Goff. 1992. p. 7). É, talvez, seguindo a idéia de história da história que se pode superar a ambivalência do termo historiografia, além

de permitir o alargamento de suas possibilidades de compreensão para além do território do historiador. Também não será instrumentalizada com o objetivo de reconstituir uma velha prática intelectual, qual seja, a enumeração bibliográfica bem feita e comportada, mas indiferente às necessidades crítico-reflexivas criadas pela renovação que se evidenciou na história na passagem do século.

“A emancipação historiografia da história literária é uma realização do princípio deste século, quando se pleiteou que a obra histórica fosse, analisada ou avaliada segundo critérios históricos e não-literários ou estéticos. A história da história libertou-se da história literária e modernamente constitui não somente um campo extraordinariamente rico da investigação histórica, com extensa bibliografia, como é independentemente estudada em cursos universitários e estimulado seu cultivo por instituições históricas”.(Rodrigues. 1969. p. 190).

A historiografia como o estudo restrito a uma pesquisa cujo objetivo principal era descrever e demonstrar as habilidades de erudição e memória de cronistas e narradores, baseando-se, portanto, em uma noção débil da história como conhecimento, perdeu a legitimidade conquistada na idade cientificista da história. O século XIX com sua crença desmedida nas possibilidades de respostas da ciência, fez desacreditar em todo tipo de conhecimento que principiava nas impressões vagas da literatura e findava nas convicções teleológicas da filosofia da história.

“A história da historiografia viveu seu tempo. Do que nós temos necessidade hoje, é de uma história da história que colocaria no centro de suas pesquisas as interações entre o conhecimento, as ideologias, as exigências da escritura, enfim, entre os aspectos diversos e às vezes discordantes do trabalho do historiador”. (Pomian. 1975. p. 952).

As suas tarefas atuais, apesar de se lhe propor um número crescente de problemas, são auspiciosas no que concerne ao seu reconhecimento como saber autônomo. Ela vive, sem

dúvida, um momento de flexibilidade em que se permite fazer o balanço da produção histórica em si mesma, ressaltando os seus princípios e as suas formas, e ao mesmo tempo realizando o exame dos critérios de sua formulação. Sendo assim, então, um tipo de movimento de retorno sobre si mesmo, como auto-referência de suas possibilidades construtivas. Diante dessa situação, qual seja, o regresso constante e tenso das disciplinas históricas às suas formas de enunciação, talvez se pudesse aludir a uma certa “crise” de identidade provocada pela queda do paradigma científico aplicado às ciências humanas. É possível que o terremoto pós-estruturalista guarde em seus recantos algumas respostas para este problema, que de todo pode ser interpretado como algo positivo no que concerne à imposição de uma nova dinâmica aos estudos históricos. Dessa maneira, a história da história tem assumido uma importância cada vez maior, considerando suas responsabilidades epistemológicas.

“Ela representa um esforço de autoconsciência da disciplina no propósito de constituir-se como ramo autônomo do conhecimento sobre o homem. Desde o início deste século pesquisadores têm se dedicado a este setor da história intelectual”.  
(Alves. 1995. p. 104).

Portanto, quando se fizer uso do conceito de historiografia, será sempre atribuindo-lhe o sentido de história da história. Isto porque, entende-se esta prática, anteriormente restrita à arte de escrever livros de história ou à história literária dos livros de história, como o estudo possível das formas como cada época escreve, compreende e utiliza a história<sup>22</sup>. Mesmo que se venha a utilizar tanto historiografia, algumas vezes por força da tradição e outras pela conveniência de escrita, como história da história, este significado permanecerá inalterado. Em síntese, pode-se dizer que neste sentido e para este fim “a história da história não é somente um domínio novo anexado ao território do historiador. É também um terreno de reflexões suscetível de nos ajudar, senão a «viver melhor», ao menos conduzir nossas atividades de

maneira mais lúcida”. (Noiriel. 1996. p. 262). Assim, fica evidente a carga de interesse profissional que pressupõe esta noção, fazendo de estudos desta ordem, ao mesmo tempo, uma viagem em direção às fontes intelectivas do pensamento e uma busca de significação à *praxis* histórica.

Pode-se supor, então, que a partir do momento em que a história assumiu seu caráter cognitivo, isto é, sua identidade como conhecimento produzido, os historiadores não se cansam de interrogar os seus colegas que lhes antecederam, bem como aqueles que lhes são contemporâneos, a respeito de suas certezas e de seus procedimentos no trato do material de pesquisa. Demonstrando assim, que a “historiografia deve arrogar a si próprio o pensamento histórico, que é o seu objeto, isto é, não simplesmente o estudo da maneira de escrever a História, mas a recriação da História, com toda a carga de responsabilidades em que essa tarefa implica”. (Lapa. 1976. p. 17). Constituindo-se, portanto, em uma divisão interna da história profissional, desempenhando a função de discurso autoreferente e assumindo a tarefa de identificar os “ciclos”, as “evoluções”, o “progresso” do pensamento histórico. Sendo assim, a historiografia torna-se um instrumento de crítica e aferição das conquistas e avanços do trabalho do historiador e a historiografia caminha ao seu lado como recurso indispensável à sua cultura histórica.

Os estudos de historiografia têm-se tornado cada vez mais freqüentes, provavelmente devido à necessidade que os historiadores apresentam em relação às formas possíveis de controle sobre o seu saber. A história da história tem permitido aos historiadores compreender como conhecimento a respeito do passado e as formas de sensibilidade histórica têm sido elaborados com o passar dos tempos<sup>23</sup>. Roger Chartier no prefácio ao livro

---

<sup>22</sup>Idéia apresentada por Caire-Jabinet (1994. p. 8), transcrevendo a definição de historiografia apresentada no Littré de 1877. A autora confirma o surgimento da termo no idioma francês no século XIX, assimilado dos historiadores poloneses e alemães.

<sup>23</sup>As declarações de historiadores são freqüentes neste sentido. “Constitui uma orientação nova da investigação histórica em França, apaixonante, interessar-se de maneira privilegiada pela historiografia, pela maneira como, de época para época, se escreveu a história”. (Duby e Lardreau. 1989. p. 75); “Mesmo a

de Philippe Ariès considera o “Tempo da História” um dos marcos da historiografia de tipo novo: “(...) nos dois capítulos centrais, consagrados às atitudes diante da história na Idade Média e no século XVII, Ariès era o primeiro a empreender o que podia ser a história da história. Depois desses dois ensaios redigidos em 1950 e 1951, a disciplina cresceu muito, como o demonstra a multiplicação dos títulos gerais (...)”. (Chartier. 1989. p. 25). Independente da precisão do comentário sobre a antecedência de Ariès, sua importância está em identificar uma percepção diferente em relação à história, refletida no tratamento dado a assuntos antes indevidamente colocados.

Atualmente a recorrência com que aparecem trabalhos visando a balanço da história, provavelmente deve-se ao fato de terem se intensificado as discussões sobre a especificidade do conhecimento histórico. Afora isso, pode-se vislumbrar os efeitos do debate, já secular, a respeito do estatuto das ciências humanas. Cada vez mais se pode perceber uma inquietação que persuade os historiadores e os mobiliza em direção aos meandros do seu trabalho. Isso reflete na vontade de identificar de maneira segura as características fundantes dessa área de conhecimento. Servindo assim, tanto para definir singularidades e fronteiras, como para sugerir semelhanças e provocar a unidade. Ainda mais quando se constata que nos últimos tempos a crítica às ideologias derivou, na filosofia das ciências, para a chamada desconstrução do saber. Isto é, a iniciativa de formular uma espécie de arqueologia do conhecimento sobre o homem, perquirindo as suas formulações discursivas, passando em revista os condicionantes exteriores ao próprio saber científico<sup>24</sup>.

Mas a prática deste tipo de historiografia preocupada com as diversas relações que envolvem e permeiam a obra histórica, data desde o início do nosso século, quando das

---

expansão da história da História que se deu nos últimos anos não pôde fazer o livro sair do esquecimento(...) (Chartier. 1989. p. 9-10), no prefácio ao livro de Philippe Ariès.

<sup>24</sup>Especialmente a contribuição dada neste sentido pelos trabalhos de Michel Foucault. Em “As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas”, pode-se encontrar sobre a relação da História com as ciências humanas nas pgs. 384-390.

agitadas discussões sobre as possibilidades da história. Após um período de grande expressão e reconhecimento social da história como a principal ciência do espírito, reputação muito bem aproveitada durante o século XIX inclusive no sentido da profissionalização do historiador, as convicções enraizadas na tradição intelectual cientificista dos historiadores passaram a ser questionadas. As esperanças que a história viesse a se confirmar metodicamente como uma ciência, considerando as trajetórias das demais, isto é, as ciências naturais, acabaram caindo por terra diante das dificuldades de adequação aos critérios de cientificidade “impostos” pela biologia e pela física respectivamente. Em pouco tempo, a totalidade dos princípios assumidos por uma concepção otimista da história, foi sendo substituída por uma outra forma de interpretação do ofício do historiador, caracterizada pela hesitação quanto à objetividade do seu saber. A desconfiança de que era impossível ao historiador estabelecer uma relação objetiva com o seu objeto de estudo, teve como consequência a mudança de entendimento do que viria a ser a verdade histórica. Assim, substituída a verdade absoluta originária do empiricismo das ciências naturais por uma verdade “provisória” de um conhecimento em constante mudança, emergem as noções a respeito da papel ativo do historiador como sujeito do conhecimento, representado pela autonomia criativa e o livre arbítrio nas escolhas. Em seguida, o questionamento da validade do paradigma científico como padrão de definição e nivelamento das disciplinas segundo a disposição de cada uma delas para adequar-se aos ditames do método. Aos poucos uma sensibilidade relativista foi invadindo o pensamento historiográfico e por fim solapou os alicerces firmes e tranquilos de uma história forjada na erudição e no cientismo.

“É neste ambiente de litígio contra a história, e que os historiadores se acusam, que a história da historiografia, ao menos nas suas manifestações as mais ambiciosas, parou de ser uma disciplina puramente bibliográfica e erudita, compilando catálogos nos quais se contentava em substituir a ordem do alfabeto pela da cronologia. Extraíndo lições da crítica de aspirações científicas da história, ela vê

doravante ali uma atividade intelectual entre as outras, e que, com as outras, participa da vida de uma época e de uma sociedade dadas de quem não se pode isolar”. (Pomian. 1975. p. 936).

Como se pode verificar, os efeitos provocados pela reorientação dos princípios diretivos da história atingiram a historiografia de maneira positiva, porquanto lhe permitiu alargar o domínio de suas experiências de investigação fatural e de reflexão teórico-metodológica. O revisionismo histórico, princípio dinâmico de uma disciplina que não mais se interessa pelos efeitos de exemplaridade prática ou moral dos acontecimentos, tornou-se, enfim, o dado propulsor da investigação historiográfica. O fato da pesquisa histórica assumir uma complexidade crescente, tendo em vista a utilização de novos instrumentos e a aceitação de novas fontes, acabou por produzir uma constante revisão de suas sínteses. Os efeitos deste abalo no alicerce das “certezas” históricas coincidiram, por outro lado, com o avanço institucional e profissional das ciências sociais. Se na passagem do século XIX, as vozes que se levantavam contra a pretensão cientificista da história, utilizavam-se da argumentação relativista, na segunda metade do século XX, observa-se um verdadeiro combate teórico-metodológico entre a história e as ciências sociais.

“O desafio lançado à história pelas novas disciplinas assumiu diversas formas, umas estruturalistas, outras não, mas que no conjunto puseram em causa os seus objectos – desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações – e as suas certezas metodológicas – consideradas mal fundadas quando confrontadas com as novas exigências teóricas. Ao aplicar em áreas até então estranhas aos interesses da história económica e social normas de cientificidade e modelos de trabalho freqüentemente decalcadas das ciências exactas (como a formalização e a modelização, a explicitação das hipóteses, a investigação em grupo), as ciências sociais conquistadoras iam minando o domínio da história nos campos universitários e intelectual”. (Chartier. 1990. p. 14).

O debate acirrado entre as “disciplinas canônicas”, encabeçadas pela história e seu prestigioso lugar de destaque entre as demais entronizadas na universidade francesa, e as “novas disciplinas” representada pela sociologia em primeiro plano, processava-se uma disputa por espaço e hegemonia. A história estava sendo seriamente ameaçada no aspecto da representatividade intelectual, porquanto sua tradição empírica era questionada em termos de fragilidade metodológica e inexistência de sustentação teórica. Portanto, a marcha conquistadora (re)iniciada pela sociologia, recorde-se o esforço de Émile Durkheim para garantir-lhe esteio institucional no início deste século, determinou à história uma reação que se expressou em algumas alterações sensíveis na rotina de suas práticas.

A resposta dos historiadores foi dupla. Puseram em prática uma estratégia de captação, colocando-se nas primeiras linhas desbravadas por outros. Daí a emergência de novos objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. – o que representava a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros. Daí, corolariamente, o retorno a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales* dos anos 30, a saber, o estudo das utensilagens mentais que o domínio de uma história dirigida antes de mais para o social tinha em certa medida relegado para segundo plano”. (Chartier. 1990. p. 14-15).

Convém salientar que a historiografia não tem se limitado apenas ao exercício crítico direcionado para os livros de história, ultrapassando sempre que possível o âmbito da atividade profissional. “A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época”. (Le Goff. 1992. p. 48). Agindo dessa maneira, a historiografia adquire uma abrangência muito maior, criando um campo de conhecimento cuja finalidade é refletir e compreender as formas pelas quais as sociedades

elaboram suas representações sobre as ações humanas no passado e como é possível contá-las. É certo que em qualquer circunstância de tempo ou lugar, o que a cultura ocidental compreende por história é sempre um conjunto de acontecimentos transcorridos ou vivenciados por um ou por vários sujeitos em um determinado lugar.

A historiografia, freqüentemente empreendida como história da história, atribui a si mesma a tarefa de verificação dos valores e dos fundamentos da chamada cultura histórica<sup>25</sup> de uma época determinada. Para isso, realiza uma atividade de indagação sobre os modos de representação do tempo, do significado dos acontecimentos e do sentido das ações humanas. Fá-lo desse modo objetivando descobrir as inter-relações constitutivas dos tecidos empíricos, simbólicos e imaginários daquilo que se chama pensamento histórico, esse elemento distintivo da cultura ocidental que se manifesta nas diversas esferas da experiência de vida individual e coletiva. Esse conjunto de complexidades que designa e substantiva a mentalidade coletiva, atribui significado às coisas da existência material e às experiências do mundo imaginário como totalidades de sentido. Sendo que, exatamente por intermédio dessa capacidade simbolizante, os homens se relacionam com o tempo de maneira a estabelecer um cabedal de representações estruturantes da sua identidade.

Haveria, portanto, uma extensão para além do território fechado à ordem dos historiadores, bem ao gosto e sugestão de Marc Bloch na sua análise sobre a vinculação original entre a civilização ocidental e a história: “porque, no que difere de outros tipos de cultura, ela contou muito com a sua memória. Tudo inclinava a isso: a herança cristã, como a herança antiga. Os Gregos e os Latinos, nossos primeiros mestres, eram povos historiógrafos. O cristianismo é uma religião de historiadores”.(Bloch. S/d. p. 11). Seguramente é sobre este universo de intensa produção de relações combinatórias entre o passado e o presente, que a

---

<sup>25</sup>“Sob este termo, Guenée reúne a bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras histórica, o público e a audiência dos historiadores. Acrescento-lhes a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. (Le Goff. 1992. p. 47-48). O autor se refere à definição apresentada por Bernard Guenée.(1980) *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Aubier, Paris.

historiografia tende a se transformar em algo que ultrapassa uma simples enumeração de autores e suas obras. Pode-se deduzir, pois, que “o objeto da história da história é bem este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado”.(Le Goff. 1992. p. 49). Não se restringindo, portanto, à função de autoconsciência da atividade profissional do historiador, a historiografia se projeta por sobre uma gama variada de temas, erigindo-se como campo privilegiado da pesquisa histórica. Entretanto, é indispensável que se diga, o historiador enquanto membro de uma comunidade cultural pode ser tomado como a síntese das diversas formas pelas quais essa coletividade pensa a história e elabora suas noções de tempo, memória e acontecimento. Certamente, na obra do historiador pode-se encontrar os múltiplos sinais que denunciam o seu engajamento na ordem cultural do mundo social que o ampara, permitindo assim, que se identifique pelo indivíduo as características fundantes da mentalidade coletiva.

“A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores”. (Ib. p. 52).

Apesar da abrangência inerente ao conceito de história da história, na medida em que se apropria também das representações imaginárias elaboradas pelas sociedades, no que diz respeito à história e à memória, cabe ressaltar que isto não invalida uma pesquisa que se “limita”, mesmo que provisoriamente, ao estudo de uma determinada obra histórica. Isto não quer dizer que o historiador esteja imune às influências das idéias elaboradas socialmente, ainda mais quando se pensa nas “ideologias” da comunidade científica. Portanto, limitar este trabalho à análise do exercício profissional do historiador, significa que serão observados os aspectos característicos da sua atividade intelectual em geral e, em particular, as formas de elaboração e apresentação da sua obra. Em se considerando que o trabalho do historiador tem

por principal finalidade tornar o processo histórico inteligível, no caso da opção de um estudo historiográfico, o seu objetivo é dar inteligibilidade ao processo de elaboração do conhecimento histórico. Neste aspecto, esse campo de estudos é, de fato, imprescindível para formação, tanto quanto, para o exercício da profissão do historiador, porquanto se faz necessário que ele venha a ter o controle das informações básicas sobre a tradição à qual se filia, bem como todo o panorama de discussões e construções da saber histórico.

“O historiador profissional, como o estudante, não pode mais dar um sentido ao seu trabalho sem uma perspectiva historiográfica (seu escrito responde a outros antes de acreditar explicar o passado) e a tomada de consciência de uma construção do seu objeto e da história-problema que ele escolheu tratar”. (Le Goff e Rousselier. 1995. p. 8).

Não obstante os atrativos que possui esse ramo do conhecimento histórico, é preciso que se diga das dificuldades que se apresentam e subsistem na sua produção, muitas vezes funcionando como impedição para o florescimento de pesquisas eminentemente teóricas, fortalecendo assim o preconceito e a prevenção de parte dos historiadores que se recusam a “filosofar”. Considerando as diversas conexões que são exigidas a partir de conhecimentos diversos, o trabalho historiográfico não é fácil de ser realizado, embora seja tão instigante quanto o próprio trabalho histórico de primeira instância. Na verdade, há de se convir que a tarefa teórica em história não se constitui exatamente como um exercício de pesquisa documental minuciosa, como de fato ocorre com a história acontecimental, cujo objetivo último é acrescentar ao já existente um conteúdo informativo novo. Sua característica particular, entretanto, é a de ser uma atividade propiciatória da reflexão aprofundada de temáticas específicas, privilegiando o exame da lógica mesma que preside a elaboração e a enunciação do conhecimento histórico.

“É um setor marcadamente transdisciplinar.(...) Sua constituição exige componentes oriundos das outras ciências

humanas, da Filosofia, da Literatura, etc. Este caráter multidisciplinar acarreta dificuldades para o exercício da História da História. Ela exige do pesquisador formação plural com amplos horizontes teóricos e metodológicos”. (Alves. 1995. p. 104).

A complexidade que pressupõe as suas abordagens, representa na prática uma exigência de versatilidade e ecletismo da parte do historiador. A variedade de saberes que se interpõem neste trabalho, favorecem o contato com as disciplinas que conquistaram sua autonomia e se distanciaram uma das outras. Nada de extravagante, por conseguinte, em conjecturar sobre a possibilidade do historiador da história vir a ser, *mutatis mutandis*, o promotor da tão desejada unidade das ciências humanas. Mesmo que na prática, esta unidade seja provisória e condicionada à temporariedade da obra escrita. Pensá-lo como um intelectual, cujo trabalho o faz presente em vários campos e ao mesmo tempo acima deles. Em uma palavra, imaginar uma disciplina nova que, ainda que tenha a sua origem na história, reverte-se sobre os demais saberes, construindo a unidade pela aproximação.

## 2 - Lucien Febvre e a História da História



**Lucien FEBVRE**

*Professeur à la Faculté des lettres de Strasbourg*

“Quando eu nasci para a história, no tempo em que também nascia o século XX – a moda, na forma de Clio, não era a do trabalho coletivo. Passavam-se ainda histórias espantosas de velhos arquivistas,, que escondiam documentação por eles «descoberta» e a faziam desaparecer durante anos, para reservarem para si o seu uso eventual. De tempos a tempos revelava-se uma história, perfeitamente ridícula, de «prioridade», ou então assistíamos, um pouco comovidos, à luta de velocidade entre dois historiadores a trabalhar sobre o mesmo fundo e que, lançados a todo o vapor (metáfora do tempo que ignorava o automóvel), procuravam adiantar-se triunfalmente um ao outro. Individualismo pueril. O que importava, não era a história, uma ciência a promover. Era o historiador, um livro a assinar. Vaidades de autor. (Lucien Febvre. *Combates pela História*. 1953).

“Nas gerações renovadoras, aparecem sempre os mestres da transição, aqueles que, pela primeira vez, ensinam os novos caminhos. Sem eles a geração que representam e a história parariam, numa formação definitiva, sem possibilidade de renovação radical”. (José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil*. 1969).

## 2.1 – Alma de Terra.

Dentre todos os elementos possíveis que compunham a personalidade atuante de Lucien Febvre, aquela que faz referência às suas origens locais, tem, sem dúvida, uma importância decisiva na construção de sua auto-imagem. A “alma” de Febvre é feita principalmente de terra, mas daquela que forjou tantos homens decididos e combativos em defesa de suas convicções. A terra como a forja montada pela natureza para moldar espíritos revolucionários, como o ventre parindo temperamentos intemoratos. A terra, é, pois, um componente que aparece constantemente nos comentários do próprio Febvre, assim como de seus colegas e biógrafos, porquanto sua insistente preocupação em se definir como um homem ligado sentimentalmente à natureza, em especial à *Franche-Comté*. Como um amálgama, misturam-se a sensibilidade flexível e serena obtida nas viagens promovidas pelos livros e a emoção provocada pela força vibrante da terra. As suas imagens da terra natal, a “(...) Franche-

Comté, sobre esta terra que ele amou como uma pessoa viva” (Braudel. 1956. p. 409), apesar de ter nascido em Nancy, foram irremediavelmente grandiosas e eloqüentes.

“Os primeiros vinte anos de minha vida decorreram em Nancy: aí, ao percorrer as matas, os bosques da floresta de Haye, ao descobrir uns após outros, tão nitidamente perfilados, os horizontes das encostas e dos planaltos lorenos, fiz provisão de um conjunto de recordações e de impressões que nunca mais me abandonarão”.(Febvre. 1985. p. 8).

É bastante evidente na obra de Febvre esta operação de humanização da geografia revertida em geografização da história, sentimento explicitamente herdado por assimilação da prática e dos argumentos românticos de Michelet, em face da valorização que ele atribui aos caracteres simbólicos da terra na constituição da nacionalidade francesa. Lucien Febvre chegou mesmo a planejar uma vasta obra de pesquisa sobre o Franco-Condado, na qual seriam reunidos estudos de economia, sociedade, cultura, etc., sob a orientação central dos estudos geográficos. Este projeto foi abandonado após o fim da guerra, quando suas intenções intelectuais tornaram-se mais “práticas”, dedicando-se a temáticas mais próximas de suas atividades professorais<sup>1</sup>. Esta ligação com a geografia ultrapassa a simples reverência estética e assume um compromisso teórico: a terra é uma das mestras da história.

“A «geografização» da história remonta na verdade a Michelet e este não visa armar a história com uma teoria das causas. Seu efeito seria sobretudo, ao contrário, permitir-lhe escapar à grande batalha cientificista das leis e das causas. A «base» geográfica que Michelet dá à história, mesmo se ela é uma resposta à teoria das raças, não é submissão dos fatos históricos aos dados geográficos. É, bem mais profundamente, uma geografização ou uma territorialização do sentido. Não se trata da influência do solo ou do meio. O solo precisamente não vai sem o túmulo. O solo é inscrição do sentido, o

<sup>1</sup> Conferir em RENAUDET, Augustin. “L’Oeuvre Historique de Lucien Febvre”. In: *Reveu d’Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris. PUF, Tome III, octobre-décembre, 1956, pp. 257-261.

túmulo, passagem das vozes. A «geografia» que chama a nova história é primeiro um espaço simbólico que dá aos reis uma boa morte e funda a condição primeira da ciência histórica: nenhuma fala permanece sem lugar. A história pode ser republicana e erudita pela invenção de uma certa psicanálise: de uma liberação das almas que repousa ela própria sobre um certo inconsciente: uma geografia do simbólico. Ela é republicana e erudita pela operação 'romântica' de uma territorialização do sentido. Esta distribui o excesso das palavras e a partilha das vozes entre terra e mar, entre planícies e montanhas, ilhas e penínsulas". (Rancière. 1994. p. 73-74).

Daí a preocupação intelectual original de Lucien Febvre com os debates que pontuaram o debate sobre a identidade científica da geografia, quando das discussões sobre as teses deterministas ratzelianas e as promessas sociais das teses possibilistas da geografia vidaliana. Mais que uma simples querela entre acadêmicos, para Febvre esse debate foi um dos momentos privilegiados da consolidação de muitas de suas convicções intelectuais sobre o campo do saber histórico. Essas influências de ordem teórica, serviram a Lucien Febvre de justificativa racional para os seus sentimentos em relação ao lugar em que viveu suas primeiras experiências. Seguindo uma espécie de moda intelectual do início do século XX, Febvre vai além do que estava posto, por exemplo, pelo pensamento bergsoniano a respeito da liberdade do espírito, e estabelece como base teórica da sua idéia de história as noções de abertura e possibilidades.

“A este respeito, o resultado essencial da revolução bergsoniana consistiu em separar o determinismo das condições geográficas e históricas e em devolver ao espírito a liberdade plena de ação, a capacidade, diante das condições geográficas e históricas que se apresentam diante dele, de utilizar as que lhe convém e deixar de lado as demais. Esta maneira de ver aparece no livro que Lucien Febvre escreveu sobre *A terra e a Evolução Humana* na coleção «A Evolução da Humanidade», dirigida por Henri Berr. A idéia sobre a qual ele tem insistido repetidamente é, precisamente, que as condições

geográficas não são determinantes; que são unicamente possibilidades, entre as quais o homem elige”. (Lefebvre. 1977. p. 329-330).

Certamente esse tipo de entendimento a propósito das relações não-determinantes entre o homem e o meio geográfico, permitiram a Febvre desenvolver em diversas ocasiões o seu pensamento sobre o conceito de fronteira, independente da geografia oficial das divisões administrativas. Contribuindo, desse modo, para a elaboração de uma concepção cultural dos limites fronteiriços entre as civilizações, sinalizando para uma geografia das práticas e das tradições culturais. O mais importante, entretanto, é que Febvre estabelece assim as bases para uma noção de história que tem por princípio um novo paradigma construído na aliança com a geografia humana. Isso se efetiva por meio da substituição dos velhos papéis atribuídos aos acidentes geográficos, propostos pela teoria das fronteiras naturais na formação dos povos, identificados como responsáveis pelo assentamento das sociedades, tais como os rios, as montanhas, os campos, etc. Passando, então, a enfatizar os aspectos elaborados na experiência histórico-cultural, condicionando as relações homem-meio aos limites impostos por sua identidade cultural construída e conservada através de séculos. A manifestação empírica dos componentes dessa identidade pode ser observada através das práticas culturais, políticas, econômicas, etc., desenvolvidas por uma determinada população a partir de uma base espacial singular. Assim, o espaço sobre o qual se estabelecem as formações sociais é, antes de mais nada, o espaço da própria história dessas formações coletivas, constituindo-se e funcionando como receptáculo das produções simbólicas e existenciais das mais diversas formas e natureza gestadas por seus sujeitos.

“Não existe fronteira quando dois dinastas, instalados sobre terrenos que eles exploram, plantam a custos comuns algumas propriedades com suas armas ao longo de um campo, ou traçam ao meio do rio uma linha ideal de separação. Há fronteira quando, passadas esta linha, encontra-se em presença de um mundo diferente, de um complexo de idéias, de sentimentos, de entusiasmos que

surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Uma fronteira em outros termos – aquilo que a “entalha” poderosamente na terra, não é nem os guardas nem os agentes aduaneiros, nem os canhões por trás das fortalezas. Sentimentos, sim; paixões exaltadas e ódios”. (Febvre. Apud. Caire-Jabinet. 1994. p. 94).

Muito embora as relações intelectuais de Febvre com a geografia tenham uma relevância inquestionável, parece que as suas recordações sobre a sua iniciação geográfica durante a sua juventude, demonstram de fato uma simbologia muito mais complexa que a simples informação dos componentes do espaço geográfico. Poder-se-ia deduzir dessa ligação tão profunda de Febvre com o estudo e o próprio espaço geográfico, as raízes românticas de sua formação intelectual, tendo em vista o papel de destaque que a natureza desempenha naquela forma de pensamento. Para os românticos “a natureza já não é mais o objeto a ser desvendado e lido em linguagem matemática, universal; a natureza é, agora, um ser vivente, só acessível a quem disponha a nela integrar-se por completo, vivenciando os seus mistérios”. (Falcon. 1997. p. 16). É certo que a simpatia febvriana pela natureza repercute positivamente no seu interesse em se dedicar ao conhecimento geográfico, posto que existe nas suas palavras uma certa glorificação das inovações que se processavam no ensino e nas vidas dos estudantes, cuja responsabilidade ele atribuía à geografia que também se renovava.

“A geografia era constituída de muitas coisas sem dúvida, na verdade – mas para muitos jovens franceses encerrados em salas melancólicas e feias: a parte inferior marrom, o teto em ocre sujo e, acima das cabeças inclinadas, a pálida e abafante luz do gás (até 1900 e mesmo depois ele reinou, como o senhor das enxaquecas, nos liceus e nas escolas), - a geografia, era o ar puro, o passeio ao campo, a volta com uma braçada de arbustos ou de dedaleiras, os olhos límpidos, os cérebros lavados e o gosto do real corrosivo sobre o abstrato”. (Febvre. 1995a. p. 394).

Paradoxalmente, Febvre sempre se apresentava como um homem condicionado pelas forças da terra e da cultura por ela forjada, criando, assim, uma ambigüidade na forma de

abordar o assunto. É provável que sua adesão a um estilo de vida mais condizente com a imagem de uma personalidade combatente e destemida, tenha de fato levado-o a construir uma auto-imagem cujos elementos formadores são a coragem, a rispidez, a intransigência, etc. Para justificar todos esses aspectos, seria, pois, necessário e oportuno deixar-se confundir com aqueles personagens que habitavam o imaginário das elites cultivadas do final do século XIX, conquistando para si um lugar de relevância no rol da fama intelectual.

“Como um Michelet, o qual Febvre gostava de comparar consigo, foi um filho de Paris, por esta razão Febvre podia perfeitamente ser chamado um “camponês” do Franco-Condado - isto, de fato, é como o chamava seu amigo, o novelista Léon Werth”. (Braudel. 1968. p. 348).

A presença de elementos cósmicos assimilados à alma através da terra, serviram a Febvre de justificativa para a sua atuação intelectual crítica e à irredutível perseverança na defesa de princípios profissionais. O seu temperamento quase sempre explosivo, é atribuído a um atavismo que tem origem nas características da terra onde nascera, fazendo que se auto-filie a uma tradição de intelectuais temperamentais, tais como Proudhon e Michelet, ambos *franc-comtoises*. São evidentes os sentimentos de orgulho por suas raízes locais, como freqüentes as demonstrações exaltação dos valores “intrínsecos” à personalidade *comtoise*.

“Conheço um pouco da história de uma das nossas províncias mais resistentes, se assim posso dizer – uma das que melhor recordaram, e durante mais tempo, o seu passado autônomo: o Franco-Condado. Nada de mais curioso que a atitude dos franco-comteses em relação ao francês. Culturalmente falando, são franceses do tipo «borguinhão». Mas politicamente vivem a sua vida, em grande parte, à margem da história francesa. Da alta Idade Média à conquista de 1674, o Condado nada tem a ver com o reino, salvo em 1295 e 1384, durante um período de menos de um século, de resto bem fértil – e de 1477 a 1493, apenas durante dezasseis anos. Súdito e dos piores adversários do Muito Cristão, no século XVI, não é estranho à

França, é seu inimigo. A selvajaria, as violências em nome de Luís XI, os excessos de suas tropas, pilhando e saqueando o país, acabaram por fazer dos Borguinhões do Condado irredutíveis adversários da monarquia francesa”. (Febvre. 1985. p. 189).

Apesar da possibilidade de se vir a confundir este sentimento com uma das facetas do determinismo geográfico, é necessário esclarecer que para Febvre esses laços que ligam os homens à sua terra natal são atados culturalmente. Sem dúvida, as ligações sentimentais de Febvre com a natureza exuberante do Condado se desdobram na adoção de uma posição intelectual baseada nas idéias e nos conceitos da geografia de Vidal de la Blache. Principalmente através do conceito de lugar, cuja origem remonta ao pensamento de Michelet, a sua filiação ao esquema vidaliano se estrutura de modo a superar a materialidade da terra e se lançar na reflexão sobre os seus componentes simbólicos.

“No Condado não somos nada conformistas. Courbert também não o era, quando pintava *L'Enterrement à Ornans* ou *L'Atelier*. Nem Pasteur, quando as Academias conjuradas bramiam à morte contra a sua verdade. Nem Proudhon, o filho do tanoeiro, quando dedicava, em homenagem, aos burgueses bem providos de Besançon, a sua obra *A Propriedade é um roubo*, que teria sem dúvida dado a melhor definição de nós, os do Condado: «Anarquistas... mas de governo», se Michelet não tivesse fornecido a sua: «souberam a tempo duas coisas: saber fazer, saber parar». Daí, porque reuno a dupla aspereza, «crítica, polémica e guerreira», do Condado e da Lorena - daí que eu não tenha aceitado placidamente a história dos vencidos de 1870, as suas prudências vacilantes, as renúncias a qualquer forma de síntese, o culto laborioso, mas intelectualmente preguiçoso, do «fato», e esse gosto quase exclusivo pela história diplomática”. (Ib. p. 9).

São muitas as alusões a propósito do temperamento intransigente e irritadiço de Febvre, construindo-se para ele uma reputação marcada pela insociabilidade e presunção, embora ele mesmo faça questão de frisar: “eu jamais tive ódio pelos homens. Eu tive pela preguiça, a inércia, a estagnação. E este ódio procede, unicamente, de meu fervor pela

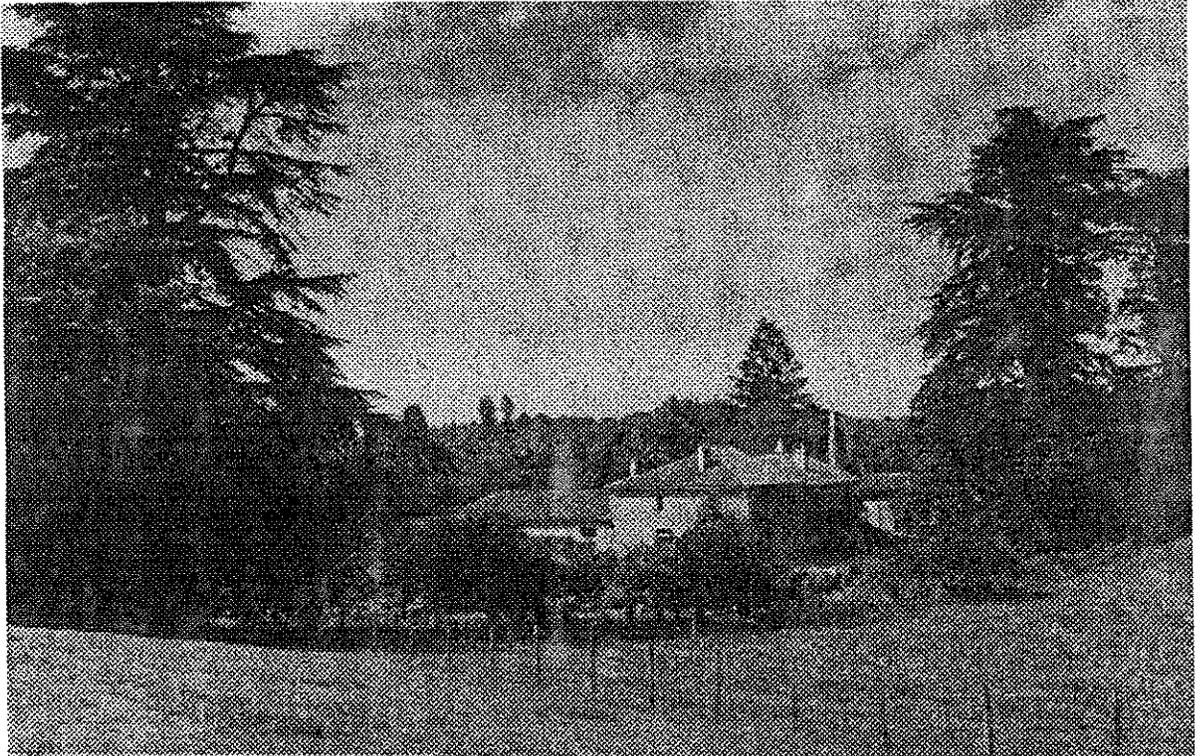
história”. (Febvre. 1955d. p. 310). A respeito da atitude impiedosa de Febvre para com os “inimigos”, Fernand Braudel sai em sua defesa se referindo às suas qualidades de amigo fiel, percebidas por todos aqueles que o cercam, verificadas através do seu apoio confortante e a da sua orientação atenta aos orientandos e alunos dos cursos de história moderna. Embora não desconsidere sua atitude firme diante daquilo que, profissionalmente entendia como um sinal de limitação, descaso ou arrogância para com as questões do conhecimento humano, Braudel faz questão de enfatizar a candura por trás das suas idéias e das suas decisões sem vacilos ou temores.

“Imaginem que não se pode resistir a Lucien Febvre tal como ele é, feroz, sim, evidentemente, mas verdadeiramente sem maldade, eu quero dizer feroz intelectualmente, em verdade exigente, para ele mesmo como pelos os outros, mas este desprezo pela mediocridade, que é uma virtude, colocada a parte, o melhor companheiro do mundo”.(Braudel. 1953. p. 5).

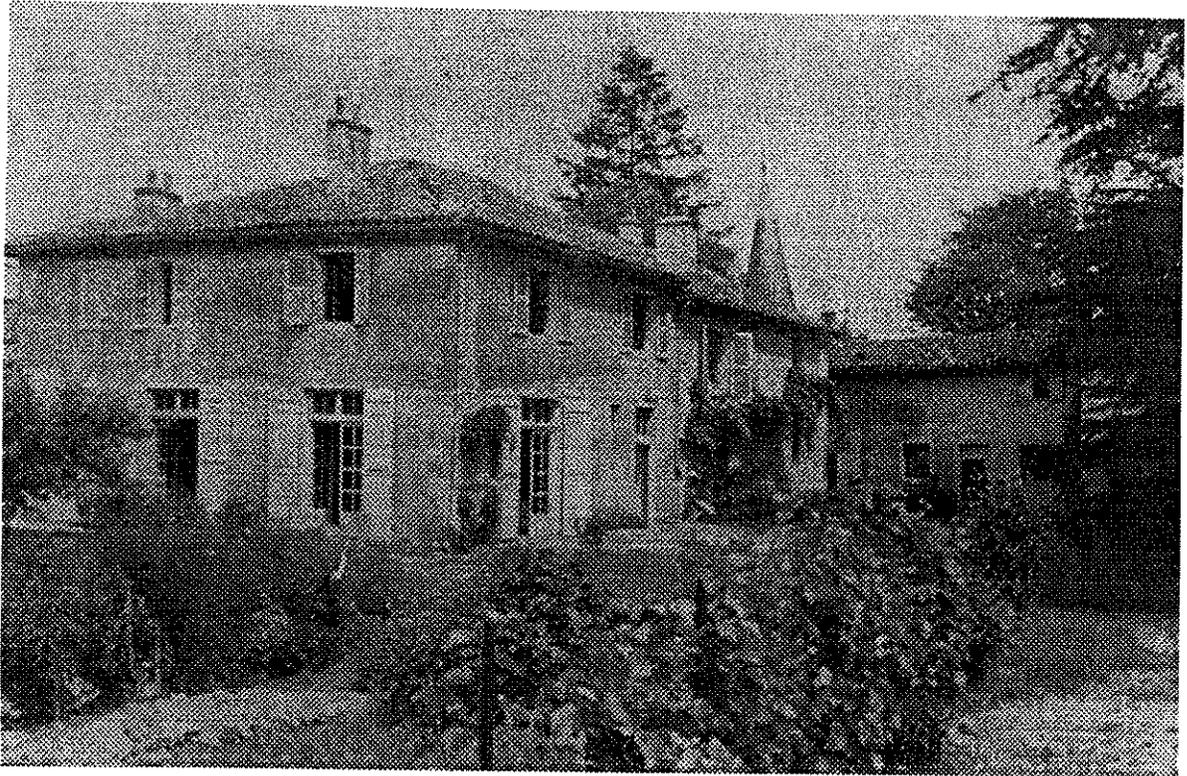
Essa postura firme em defesa de suas idéias marcará a vida profissional de Febvre, tanto como polemista, como professor. Especialmente no exercício de suas atividades docentes, seu temperamento expansivo e vigoroso na formulação de seus raciocínios e na montagem de seus cursos, será o sinal de sua singularidade enquanto intelectual movido pelas paixões. Capaz de impressionar por sua maestria em conduzir de maneira grandiloquente suas exposições, imediatamente se impõe aos seus ouvintes por sua verve de intelectual imaginativo e erudito. Às vezes a grandiosidade de suas aulas, preferencialmente tratando dos grandes temas religiosos e culturais do século XVI, pode parecer intimidante os jovens estudantes. Entretanto, sua maior glória se justifica e se legitima na abordagem sugestiva e inspiradora realizada a partir dos exemplos de Rabelais, Lutero, Erasmo, etc., que na verdade são lições de como devem proceder os historiadores diante dos problemas colocados pela história.

“Sobre o que foi Febvre como professor, eu pude recolher o testemunho de vários de seus antigos alunos. A impressão

dominantes, imediata, foi aquela do domínio: fundamento incrivelmente rico, esquema luminoso, elocução animada, escandida por gestos, forma acabada, impecavelmente sem hesitação. Ele escreveu seus cursos? Em todo caso ele os pronunciou, como o seu estilo entrega ao som da sua voz. Um tal ensino foi para todos uma revelação, um pouco intimidante, mas muito sugestivo. (...) Suas correções das exposições dos estudantes eram severas – elas caíam do alto – mas quanto vantajosas: ali se podia aprender a tratar bem o assunto, no tempo e no espaço, e a dispor as partes nas suas justas relações com o conjunto; em resumo, a dominar sua matéria, isto que é a grande arte do professor”. ( Baulig. 1958. p. 180).



Da região do Franco-Condado, Febvre jamais se ausentará. Souget, a sua propriedade jurassiana, será freqüentada constantemente, inclusive servindo de principal morada durante um certo período da ocupação nazista. Era um sítio de cinco hectares “onde se pode, entretanto, passear um dia inteiro, na vertical e na horizontal, atingindo os prados do alto ou o campo de trigo, ou o bosque inclinado, ou a fonte, nas horas muito quentes do verão”. (Braudel. 1953. p. 7). O seu último dia de “plantador de árvores” foi vivido lá. Era 25 de setembro de 1956.



## 2.2 – Alma de Papel.

Lucien Febvre teve uma formação intelectual dentro dos parâmetros da cultura geral do século XIX, assimilando as matrizes de um modelo de ilustração baseado na erudição e no humanismo. Desde a infância recebeu as influências de um novo momento da história política, social, econômico e cultural da França, marcado pela instalação da chamada República Radical, dos avanços da segunda revolução industrial, da formação da sociedade de acordo com os projetos de uma burguesia empreendedora e da revolução intelectual com as conquistas das ciências naturais e, principalmente, o nascimento e organização das ciências humanas. Em síntese, um período de excessivo otimismo, coroado pela política laica, republicana e colonialista, e de contradições importantes, concernentes aos problemas causadas pela nova organização social.

“Pela a data de seu nascimento, pelas primeiras influências recebidas de um meio político-social recém inaugurado, por sua primeira aprendizagem intelectual em uma «escola» renovada graças às grandes transformação entre 1880 e 1900 que fechavam, sustentadas por um estado de opinião coletiva, todo um ciclo iniciado no final do segundo império, L. Febvre é filho autêntico da Terceira República<sup>2</sup>. Impossível entender L. Febvre da juventude e primeira maturidade sem essa referência fundadora e, mais em concreto, sem as experiências de todo tipo das que foi marco, dentro da Terceira República, o que pode denominar-se tradicionalmente, , não sem provocar certos mal-entendidos, a Belle-Époque”. (Altuna. 1994. p. 21).

Na condição de filho único, desde cedo aprendeu a conviver em um ambiente marcado por exigências intelectuais. “Sua infância e sua adolescência se passaram em Nancy, em um ambiente universitário onde o gosto da história se associou ao culto das letras clássicas”. (Baulig. 1958. p. 175). As influências familiares logo surtiram efeito sobre as suas opções de estudo. “Tanto Febvre como Bloch são filhos de professores. Isto tem um sentido determinado na vida social e política francesa”. (Guariba Netto. 1975. p. 50). O seu pai, Paul René Ferdinand Febvre, *agrégé* da École Normal Supérieure (ENS), foi professor de gramática e um tio professor de história, ambos no Liceu de Nancy. As preferencias pelos temas humanísticos, redundaram na definição de sua carreira profissional no campo da história.

“Deste humanismo Lucien Febvre conheceu, já em criança, todos os tesouros, graças a um pai atento e sedutor, normaliano também e *agrégé* de gramática. No seu caso, não se tratou de uma bagagem adquirida na época dos concurso, e logo perdida com a maioridade, mas, na verdade, de uma arte de pensar e até de viver.

---

<sup>2</sup>A história republicana francesa remonta à Revolução de 1789, quando sob os influxos daquele movimento se fundou a Primeira República (1792-1795). A partir de então tem-se a Segunda República no período pós-napoleônico (1848-1851); a Terceira República no pós-guerra franco-prussiana, estendendo-se até a liberação da França da ocupação nazista (1870-1944); a Quarta República que se inicia no pós-segunda guerra mundial, indo até o conflito de independência da Argélia (1945-1958); e finalmente, a Quinta República (1959) que se inicia com o primeiro governo do general Charles de Gaulle.

Esse humanismo, para falar um instante a sua linguagem, foi para ele «um alimento». Viveu mais de maio século, perto dos grandes espíritos do nosso passado ocidental, numa familiaridade natural, de igual para igual”. (Braudel. 1965. p. 402).

Fez os primeiros anos escolares no Liceu de Nancy. “Em 1895 ele é bacharel e um ano mais tarde licenciado em letras, antes de entrar no liceu Louis-le-Grand, em Paris, para ali se preparar na sua vez para o concurso de entrada na École. Ele é recebido em 1898 e, após um serviço militar de um ano, integra a rua d’Ulm”. (Müller. 1994. p. XII). Na École Normale Supérieure, Lucien Febvre se inscreverá inicialmente na seção de letras, tendo em vista a sua decepção com o ensino de história que teve no Liceu Louis-Le-Grand. Essa instituição que congrega intelectuais renomados e faz frente à Sorbonne, considerando-se a sua tradição na formação de humanistas, Febvre receberá as influências “definitivas” que lhe acompanharão durante toda a sua vida de intelectual<sup>3</sup>.

“A primeira foi a geografia de Vidal de la Blache: ela o convenceu que o historiador deve, a exemplo de um geógrafo que decifra uma paisagem, inscrever sua investigação no interior de um espaço particular e esforçar-se por lhe explorar o conjunto das relações constitutivas. A segunda foi a de Durkheim e da escola francesa de sociologia: a despeito das reservas com que Febvre olhava essa escola, ele ali encontrou ao mesmo tempo uma lição de método, um projeto científico e um modelo de sociabilidade intelectual nos quais se inspiraram, trinta anos mais tarde, os Anais (*Annales*). A terceira foi a da psicologia, tão fundamental na preocupação dos historiadores da virada os século, e cujo papel, pouco conhecido, é sensível no conjunto das ciências sociais em formação. A quarta influência foi rigorosamente negativa: foi a da história “historizante”, a história política, diplomática e militar que era ensinada então nas

<sup>3</sup> Sobre a importância social e cultural das *grandes écoles* francesas na formação de quadros para o Estado e para as universidades, na passagem do século XIX ao XX, em especial a *École Normal*, conferir o capítulo 4 de Arno Mayer (1987), p.256 e segs.

faculdades, história da qual se declarou muito cedo adversário”.  
(Revel. 1993. p. 324).

Essas marcas, portanto, constituirão o cerne das características desse historiador que sempre pensou pelo viés da complexidade dos saberes e da inapreensibilidade do real. Desse modo é patente a variedade das experiências intelectuais por ele vividas, ressaltando-se as impressões deixadas por um tipo de cultura abrangente e generalista, característica do século XIX, assim como o espírito de pesquisa e questionamento pelo que está estabelecido. Pode-se deduzir, pois, que aquele princípio dinâmico da pesquisa histórica, o revisionismo, é de fato um dos elementos marcantes da atitude intelectual febvriana. A aspiração por uma “história total” reflete com profundidade essa busca intransigente em direção a uma “ciência do homem”, cuja característica fundamental é a disponibilidade para revisar sempre seus próprios enunciados e conquistas. A obra histórica de Febvre, o revisionismo quase sempre foi o princípio e o fim de sua elaboração. O debate sobre as possibilidades de acesso ao acontecimento, os modos de exprimi-lo e as idéias subjacentes ao enredo dos fatos, alimentou e fortaleceu sua verve questionadora, orientando-o para uma *praxis* historiadora consistente e ousada do ponto de vista da aceitação de modelos inovadores e da construção de uma história mais próxima da ciência social. Esta preocupação pode ser perfeitamente identificada nos conteúdos de seus textos publicados especialmente na *Revue de Synthèse*, no período que vai de 1906 e se prolonga até o final dos anos vinte. São basicamente três os seus objetos de interesse. Primeiro a geografia:

“A geografia constitui, evidentemente, o primeiro dentre eles, da recensão da tese de Jules Sion em 1909 àquela dos primeiros volumes da *Geografia Universal* em 1928. É na discussão com os geógrafos que Febvre formula duas interrogações maiores: como formular «as relações do meio terrestre com as sociedades humanas»? como recortar dos terrenos de estudos cuja coerência seja identificada ao nível da história, formas da vida social e do vivido contemporâneo? Muito mais que aquela dos historiadores, a leitura

crítica dos geógrafos permite a Febvre pensar o conjunto dos problemas de uma ciência da sociedade. É em torno dela que se amarra o debate metodológico mais importante dos anos que cercam a Primeira Guerra mundial; em torno dela, também, que alarga o leque das curiosidades. A prova, as páginas consagradas por Febvre a esta “ciência jovem em pleno devenir” que é a etnografia evocada através do filtro da leitura de Vidal de La Blache”. (Chartier e Revel. 1979. p. 432-433).

Depois aparecem os textos que manifestam o interesse de Febvre em se aprofundar no conhecimento que se inicia com a filologia e deságua na lingüística, amplamente utilizado no livro sobre Rabelais. O objetivo de Febvre era:

(...) dar uma leitura histórica disto que ele designa como lingüística, a saber os estudos de história da língua. (...) A “lingüística” constitui então uma dessas disciplinas que permite fazer explodir a concepção tradicionalmente medíocre de documento histórico e de repensar totalmente a noção de “ciências auxiliares” da história. (...) Através do artigo que ele consagra ao tomo VII de Brunot, Febvre se aproxima o mais possível de uma problemática que pensa a linguagem nas suas relações com as instituições, os usos sociais, da consciência coletiva. A contribuição dos lingüistas é duplamente decisivo: para fazer quebrar as certezas documentárias da história erudita, para propor um objeto novo aos historiadores dos fatos sociais”. (Ib. p. 433).

Por fim, Febvre vai se dedicar a promover o aprimoramento da história através dos estudos de história intelectual, área na qual se enquadrarão suas principais obras do período posterior à fundação da revista dos *Annales*. Através dos estudos de história intelectual, Febvre vai romper com uma abordagem tradicionalmente anacrônica, aproximando-se do modelo analítico da sociologia das mentalidades.

“É, com efeito, nas recensões de história intelectual dadas à revista de Berr que Febvre desenha as idéias que servirão de fundamentos aos grandes livros da maturidade. Seja, por exemplo, as

duas longas resenhas que ele consagra em 1907 ao livro de L. Delaruelle sobre *Budé* e em 1909 a *Proudhon* de E. Droz. Duas questões se ali formuladas, que se encontraremos o *Lutero* e o *Rabelais*. Inicialmente, como restituir, para além das categorias tradicionais, e freqüentemente anacrônicas da história das idéias, as maneiras que os homens de um tempo poderiam situar seus pensamentos no campo de forças intelectuais de sua época? (...) Implicitamente, a noção de *outillage mental* já está presente em uma tal observação que visa emancipar os pensamentos antigos das etiquetas que os identificando, transforma-os. A vontade de pensar a relação das idéias e da realidade social através de outras categorias que estas de influência ou de determinismo, é igualmente central no pensamento de Febvre desde antes da Primeira Guerra mundial”. (Ib. p. 433)

Em 1902 fez o concurso para a agregação em história e geografia<sup>4</sup>, tendo sido aprovado, ensinou nos liceus de Bar-le-Duc, na Lorena (1902-1903) e Victor Hugo, em Besançon (1907-1912), onde começa sua colaboração política socialista ao jornal “Socialiste Comtois”. Após a temporada de bolsista na Fundação Thiers, instituição que “acolhe cada ano e por uma duração de três anos um número muito limitado de pensionistas, oferecendo-lhes um lugar privilegiado para a preparação de suas teses” (Müller. 1994. p. XIII), entre 1903 e 1906, prepara a sua tese de doutoramento na Sorbonne. Sob a orientação de Gabriel Monod<sup>5</sup>, a quem é dedicada, foi concluída 1911, com o título “Philippe II et la Franche-Comté: la crise de 1567, ses origines et ses conséquences, étude d’histoire politique, religieuse et sociale.”<sup>6</sup> Como não poderia deixar de ser, este trabalho possui as características do modelo de tese daquela época e que de certa maneira ainda vigoram em grande parte. “Ela já corresponde

<sup>4</sup> Concurso realizado após os estudos superiores, para qual se concorre a ser titular de um posto de professor de liceu ou de certas faculdades. O candidato aprovado é chamado *agregé*. “Ainda que se trate de um concurso destinado a recrutar professores do secundário, o êxito na agregação é, de fato, uma condição quase incontornável para aquele (ou aquela) que espera ser recrutado um dia pela universidade”. (Noiriél. 1996. p. 265).

<sup>5</sup> A tese de doutoramento de Marc Bloch, “Rois et Serfs, un chapitre d’histoire capétienne”, defendida em 1920 na Sorbonne, foi orientada por Charles Seignobos.

<sup>6</sup> Publicada em 1912 pela Editora Champion.

perfeitamente aos princípios que todo doutorado de história respeita ainda hoje. Inscrita em um quadro monográfico e cronológico rigoroso («la Franche-Comté sous Philippe II»), a tese principal compreende 780 páginas das quais 40 unicamente sobre as fontes”. (Noiriel. 1996. p. 231). Assim, aos 33 anos, Febvre supera as duas etapas da carreira de historiador profissional: a aprovação no concurso de *agrégation* e a defesa da *thèse*, que permitem ao candidato aspirar uma colocação na universidade.

A princípio, poder-se-ia reclamar contra a falta de coerência de Febvre, posto que a sua crítica elaborada aos “ao modelos dos pais”, não aparece no seu trabalho de iniciação à vida universitária. Entretanto, consideradas as condições burocráticas e as relações sociais de poder entre professor e aluno, nas quais se efetiva uma atividade dessa natureza, não se deve desejar o impossível. Além disso, é imperioso aceitar o fato de que Febvre recebe tais ensinamentos e a sua crítica tomará sempre como referência os efeitos desse convívio sobre si mesmo, renegando aquilo que considera dispensável e, principalmente, prejudicial a uma história que almeja a compreensão da totalidade da vida humana no tempo.

“Como não reconhecer através desse diagnóstico coletivo (dos efeitos negativos da influência dos “positivistas” nos jovens estudantes), o itinerário pessoal de Febvre, do Liceu de Nancy à classe preparatória do Louis-le-Grand, em seguida à Rua d’Ulm? Nestes anos de formação, a história “historizante” quase chegou ao ponto de matar sua paixão pela história. Entrado na École Normale Supérieure em 1897, ele escolhia de se inscrever na seção de letras: «Isso foi uma traição: eu tinha desde minha mais terna infância uma vocação de historiador afivelada ao corpo. Mas não pudera resistir a dois anos de retórica superior no Louis-le-Grand, a dois anos de repetição do *Manuel de politique étrangère* de Émile Bourgeois”.(Chartier e Revel. 1979. p. 427).

Enfim, como historiador Lucien Febvre pode ser considerado como um forte representante da “primeira geração de historiadores completamente «profissionalizados», isto

é, que aprenderam as regras do ofício desde o primeiro estágio de sua formação”. (Noiriel, 1996. p. 265). Significa dizer que Febvre trás em si uma ambigüidade bastante positiva, ou seja, representa a um só momento o sucesso de um padrão formativo e a assimilação pertinente das diretrizes do movimento de renovação das ciências sociais que se consolidava na passagem do século. Essas mudanças, frutos da iniciativa da sociologia em se garantir um espaço institucional, e da empresa geográfica que se encaminhava para a superação do seu perfil exclusivamente físico, foram incorporadas ao patrimônio cultural de Febvre, compondo-se de maneira eclética e aberta às inovações propostas por estas ciências. Ele é, a um só tempo, testemunho de uma tradição consolidada e um adepto da renovação crítica dessa tradição.

“(…) notemos bem que este espírito revolucionário, apaixonado pelo novo, é também o herdeiro de milhares de historiadores, que estabeleceram lentamente as bases do nosso trabalho e que pacientemente alargaram o seu domínio. Lucien Febvre é deles o continuador. Pelos seus mestres, um Gabriel Monod, um Gustavo Bloch, está ligado ao que de melhor, mais desinteressado e mais científico a tradição histórica teve entre nós. (...) estranho chefe de escola revolucionária este, revolucionário de coração e espírito, mas ao mesmo tempo tão estreitamente fiel aos seus múltiplos elos tradicionais. Em consequência, o seu pensamento terá sido o acordo necessário, procurado consciente ou inconscientemente, afirmado tanto num sentido como noutro, e até em todos os sentidos simultaneamente, entre esta herança e as inovações tentadoras que todas o seduziram”. (Braudel, 1965. p. 402).

Em síntese, a formação intelectual de Lucien Febvre se deu em um contexto predominantemente cientificista, isto é, sob a influência das conquistas teórico-metodológicas das ciências exatas, especialmente da física. “Ao mesmo tempo, ele viveu na incessante primavera da pesquisa, (...) no cruzamento de todas as ciências sociais, muitas das quais cresceram quase ao mesmo tempo do que ele”.(Ib. p. 403). Vivenciando, portanto, um momento privilegiado de confrontos intelectuais, a partir dos quais se observa o surgimento

de novas idéias, novos saberes e novas metodologias. O estado de ânimo diante das possibilidades abertas pelo saber objetivo da natureza, acaba por perpassar todas as áreas do conhecimento humanístico. Em síntese, qualquer pretensão de rigor, objetividade e verificabilidade, estaria condicionada aos critérios de cientificidade instituídos pelo exemplo daqueles campos do conhecimento. A filosofia positivista de Augusto Comte deixou a história de fora da sua tipologia das ciências, por considerá-la apenas um procedimento de pesquisa que visa recuperar o passado, sendo que sua utilidade seria determinada pelo uso dela viesse a fazer a sociologia. Exatamente em função desse tratamento, o positivismo vai influenciar a reflexão sobre a especificidade da história, estimulando os historiadores a pensarem na validade daqueles critérios para o conhecimento na “idade da ciência”. Entretanto, na maioria dos casos os historiadores tenderão a buscar formas de adequação do seu saber ao programa positivista. Uma das questões que pesou sobremaneira no pensamento historiográfico da transição do século XIX para o século XX, com certeza foi a proposta de Comte de que a história renovada deveria ser uma história sem nomes. A história social assumiu esse postulado e o entronizou como um dos pilares de sua metodologia inovadora. Afim de garantir-se no rol da ciência, os historiadores franceses da escola metódica vão recusar qualquer abordagem de cunho epistemológico, assumindo a definição dada pelo positivismo à história como sendo um *saber-fazer*. Assim, “(...) o nascimento da história universitária faz uma ciência sem teoria, mas ciência, no entanto, graças ao método”.( Dumoulin. 1993. p. 458). Dedicados a estabelecer os procedimentos empíricos desse saber prático, aqueles historiadores acabaram por estabelecer como método a técnica da crítica documental. Baseados nestes recursos da erudição acreditavam ter garantido à história a legitimidade científica, seguindo as orientações daquelas conquistas metodológicas realizadas pelos pesquisadores dos séculos XVI e XVII.

“A erudição histórica é, numa larga escala, uma criação dos grandes arqueólogos do século XVII, descobridores polivalentes, ao

mesmo tempo que pesquisadores insaciáveis, vivendo em perfeita simbiose com a sociedade política e as grandes aventuras intelectuais de seu século – simbiose talvez mais profunda, e em todo caso mais feliz, do que a do positivismo com a ciência experimental; método cartesiano, o processo classificatório de que as ciências da vida iriam também aproveitar fornecem referências essenciais a seu trabalho. Mabillon, que estabeleceu os fundamentos da diplomática (1681); de Cange, os da lexicografia do latim medieval (1678), para não citar mais do que dois exemplos, não oferecem apenas instrumentos de trabalho ou conselhos. Herdeiros de um século XVI que instituiu como dogma o corte com o passado, contemporâneos de uma nação e de uma monarquia recém-criadas, eles forneceram terra firme para o historiador, elaborando procedimentos tidos hoje em dia como refinados, mas sempre funcionais, de investigação e de validação dos “vestígios” monumentais/documentais”. (Guyotjeannin. 1998. p. 164).

A valorização dos aspectos técnicos da pesquisa e o conseqüente fortalecimento da idéia de história como um ofício, foi sendo transmitida às gerações de historiadores que se conformaram ao desenho desse estatuto empiricista atribuído ao seu saber. Assimiladas de maneira aparentemente tranqüila, essas lições de método fizeram com que esses historiadores viessem a recusar, mais ou menos inconscientemente, a teorização dos seus conteúdos. Durante todo o século XX a disciplina histórica sofreu mudanças significativas, especialmente no que diz respeito ao alargamento do campo de atuação dos historiadores, bem como da expansão quase sem limites das temáticas e das abordagens até então desprezadas ou desconhecidas no século XIX. Apesar disso a mentalidade metódica produzida a partir das regras da erudição atingiu de maneira tão ampla e profunda o pensamento historiográfico que, ainda em 1957, Fernand Braudel dizia a respeito do futuro próximo da história:

“A tarefa que ela (história) nos propõe é, antes de mais nada, durante uns anos ainda, aperfeiçoar os nossos utensílios, as nossas técnicas, o nosso material de documentação. É preciso que os nossos

conhecimentos estejam à altura das nossas pretensões e das nossas responsabilidades. Ora, durante um século, a erudição apenas explorou uma parte dos arquivos e dos testemunhos, e por aqui podemos fazer uma idéia do que nos resta para descobrir”. (Braudel. 1965. p. 406).

Com efeito, Lucien Febvre enfrentará, durante toda a sua vida intelectual, os efeitos das várias circunstâncias produzidas pelas inovações científicas do fim de século e as adversidades do século seguinte. A história não poderia passar imune a diante dessa realidade em mutação. Durante toda a segunda metade do século XIX, a história receberá ataques por todos os lados, se bem que, grande parte deles foi na verdade estratégias de cooptação utilizadas pelas nascentes ciências sociais. Sem contar com a crítica de Nietzsche (1844-1900), que baseava-se na idéia de havia no seu tempo um superdimensionamento da importância da cultura histórica. Essa valorização artificial representava a imobilização dos homens no gosto pelo passado e a destruição de todo o potencial humano dos atos passados. A transposição anacrônica das ações dos antepassados para o presente neutraliza sua vitalidade e as transforma em meros artifícios de ilustração. Entretanto, considerando que o filósofo não possuía nenhuma intenção assimilar a história à filosofia ou a outra disciplina qualquer, foi a sociologia de Émile Durkheim que mais investiu na possibilidade de levar a história a formar, sob a sua tutela, a ciência do social. Ao seu modo, o movimento durkheimiano manifestará o desejo de contribuir para o que chamavam a definitiva introdução da história no cortejo das ciências, libertando-a do passado quando o seu conhecimento se confundia com os da arte e da literatura. A sua proposta, estampada no prefácio do primeiro número da sua revista - *Année Sociologique* (AS)- , é auxiliar os historiadores a consolidarem a cientificidade da história. “É servir à causa da história, de levar o historiador a ultrapassar o seu ponto de vista ordinário (...), a se preocupar com questões gerais que levantam os fatos particulares que ele observa”. (Apud. Noiriel. 1996. p. 72). Assim, em nome do propósito elevado de render homenagens à ciência, a sociologia durkheimiana construía para si, sob os auspícios da “notoriedade” social e

acadêmica da história, uma via de acesso ao mundo institucional mantido pela tradicional respeitabilidade das humanidades.

Lucien Febvre foi indiscutivelmente um apaixonado pela atividade intelectual, especialmente pela história. Desde criança desenvolveu uma intimidade permanente com aquelas obras que demarcavam a iniciação de uma vida de estudos refinados, embora reconheça posteriormente o espírito diletante dessas leituras da historiografia francesa clássica. Ele mesmo nos confirma essa paixão antiga: “Tanto quanto a minha memória alcança, vejo-me historiador por prazer ou por desejo, para não dizer de coração e de vocação”. (Febvre. 1985. p. 7). Os primeiros estímulos foram dados no interior da própria família, desenvolvendo a curiosidade do menino que marcava assiduamente sua presença nos encontros intelectuais promovidos pelo pai professor.

“(...) ao folhear na biblioteca paterna, por baixo dos fascículos do *Darembert et Saglio*, que se sucediam regularmente, esses dois álbuns que representavam ao vivo as grandes *Histórias dos Gregos e dos Romanos*, de Victor Duruy, obras-primas da editora Hachette da primeira fase: toda a Antigüidade então conhecida, templos, bustos, deuses e vasos, figurados pelos melhores gravadores; devorando sobretudo, com uma paixão incansável, os tomos dessa grande edição Hetzel da *História de França* de Michelet, que Daniel Vierge, visionário alucinante, encheu de ilustrações tão de acordo com alguns textos do grande sonhador (...)”. (Ib.).

Passada a primeira infância e a curiosidade juvenil pelos “belos” livros do pai, Febvre se iniciou em diversas outras leituras, as quais foram sendo incorporadas ao seu patrimônio cultural, servindo de base para a sua experiência profissional de historiador. Assim, em função da maneira especial como sua iniciação cultural se procedeu, vê-se formar um tipo de intelectual marcado por um forte apelo de ilustração, caracterizando-se como um conhecimento horizontal das práticas e dos valores humanísticos.

“Élisée Reclus e a profunda humanidade da sua *Geografia Universal*; Burckhardt e o *Renascimento em Itália*; Courajoud e as suas lições da *École do Louvre* sobre o *Renascimento na Borgonha e em França*; a partir de 1900 o Jaurés da *História Socialista*, tão rica de intuições econômicas e sociais; Stendhal, enfim, e sobretudo o Stendhal de *Roma, Nápoles e Florença*, da *História da Arte em Itália*, das *Memórias de um Turista*, da *Correspondência*: outros tantos «convites à história psicológica e sentimental», que durante anos, não deixaram a minha mesa de cabeceira (...) (Ib. p. 8).

Essas são as indicações apresentadas permitem que se tenha a dimensão das leituras que erigiram a sua “Alma de Papel”. Ou seja, tudo quanto foi assimilado de modo a compor a sua bagagem intelectual. Uma alma de páginas e letras que aos poucos vai se construindo, estabelecendo os horizontes, edificando as suas estruturas. Uma personalidade de leitor insaciável que devora textos e depois os devolve na forma de comentários críticos e resenhas, estilos escolhidos e aprimorados durante toda a sua trajetória de combatente intelectual. Uma alma de papel nutrida pela atividade incessante da leitura, consolidando um estilo marcado pela agilidade de compreensão, argúcia de raciocínio e arrojo na formulação da crítica.

Sua carreira universitária se iniciou na Faculdade de Letras de Dijon (1912-1914), inicialmente como *maître de conférences* e depois vindo a ser nomeado professor (1914), onde curiosamente torna-se encarregado do curso de história da Borgonha e da arte bourgignona, tendo em vista que a sua tese versava sobre assuntos bastante diferentes. Posteriormente, pode-se perceber o interesse de Febvre sobre a história da arte através dos artigos escritos sobre o tema. Na sua grande maioria criticando o isolamento dos historiadores da arte em relação aos historiadores em geral, representando um prejuízo, segundo Febvre, para a o conhecimento histórico *tout court*.

As suas relações com o ensino universitário são suspensas durante o período da primeira guerra mundial (1914-1918), devido à sua convocação para prestar serviço militar na frente de batalha.

“Convocado para o exército em 3 de agosto de 1914, atuou nas frentes de batalha até 7 de fevereiro de 1919. Durante este tempo, só deixou os campos em 1916, quando - ferido - teve de ser hospitalizado. De sargento foi a segundo-tenente, tenente e daí a comandante, tendo sob suas ordens uma companhia de metralhadoras”. (Mota. 1992. p. 8).

Com armistício ele é desmobilizado, finalizando sua carreira militar. Permaneceram as seqüelas físicas do conflito. Segundo Müller “Marc Bloch quase foi arrebatado por uma febre tifóide e devia ficar incomodado toda a sua vida por uma artrite dolorosa. L. Febvre contraiu uma sinusite crônica da qual ele se livrou somente muito tardiamente”. (1994. p. XVIII). Aquele conflito bélico parece ter contribuído de forma profunda para sedimentar idéias de pacifismo e combinar o papel do historiador com a militância cidadã. Embora tenha se mantido crítico em face da orientação política marcada pelos compromissos de muitos colegas intelectuais com a Terceira República, Febvre se distinguirá ideologicamente muito pouco dos historiadores da Escola Metódica. Assim como eles, assumirá a bandeira do laicismo, - exclusão gradativa do catolicismo de Estado, atendendo plenamente aos interesses dos intelectuais protestantes e ateus. Fará eco ao nacionalismo francês potencializado no revanchismo após a derrota para a Alemanha em 1870 e ao sentimento de “dever civilizatório” em torno da questão do colonialismo e da expansão européia nos continentes africano e asiático. Enfim, recusará os princípios políticos e teóricos do pensamento marxista-revolucionário que preconizava a destituição do capitalismo e a determinação econômica da história. A propósito de um perfil político-ideológico dos fundadores do movimento dos *Annales*, afirma Burguière<sup>7</sup>:

“Eles participam todos os dois à esquerda moderada, laica, republicana, aberta às idéias socialistas, mas também patriota, ligada ao Império colonial; nada os distingue, sobre esse plano, de seu

<sup>7</sup>Sobre a cultura radical e o socialismo franceses no fim do século XIX, conferir o terceiro capítulo de Allegra e Torre (1977).

inimigo Seignobos ou da corrente majoritária da *Revue historique*". (Burguière. 1979a. p. 1358).

Lucien Febvre acresceu à sua compreensão de história as características de um temperamento pessoal despojado e voluntarista, redundando em sua tese sobre a função social do historiador e da sua disciplina, resumindo da seguinte maneira: "organizar o passado em função do presente: é aquilo que poderíamos chamar a função social da história". (Febvre. 1985. p. 258). Embora Lucien Febvre, assim como Marc Bloch, não apresentasse nenhuma simpatia para com a filosofia da história, defendia que a história tinha um compromisso com o presente e especialmente com o futuro da humanidade. Isso é possível quando a história informa e orienta as decisões humanas, tendo em vista a conquista de uma vida melhor. Convém lembrar, entretanto, que para Marc Bloch é fundamental estabelecer a diferença entre os problemas de ordem científica, relativos aos interesses dos especialistas – a comunidade de saber,- e os problemas da vida em sociedade, ou seja, aqueles que dizem respeito à vida do cidadão – a comunidade de memória,- para que não se confundam o papel do historiador-cientista com o do historiador-cidadão.

"Não é mesmo nada, se vocês continuarem a separar a ação do pensamento, a vida do historiador da vida do homem. Entre ação e pensamento, não há separação. Não há barreira. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância". (Febvre. 1985. p. 40).

Não é recente a idéia de que existe uma utilidade intrínseca ao conhecimento histórico, tal proposição está incluso desde muito tempo nos escritos clássicos. Entre os gregos, e posteriormente entre os romanos através do processo de assimilação, antigos havia a preocupação em estabelecer uma relação prática entre o resgate da memória e o momento imediato da vida social, pois para eles "a história não tinha destino: como não havia sentido de passado, não havia da mesma forma sentido de futuro". (Carr. 1985. p. 94). A princípio, a história pensada e escrita por Heródoto e Tucídides, tinha a finalidade de encaminhar a bom

termo a condução dos negócios públicos, isto é, aos interesses da *Polis*, ensinando às elites política e militar como atuar em sua defesa, principalmente no momento da guerra. Observa-se, portanto, ao lado de uma ênfase no aspecto pragmático e moral, o elemento patriótico, alimentando o sentido atribuído à história pelos antigos.

“Não faz sentido os historiadores antigos de homens e instituições desenvolverem-se através da experiência histórica; em vez disso, as histórias que tinham para contar centralizavam-se na condução dos negócios públicos para benefício e instrução de uma elite política e militar cujos interesses, como se pressupunha, suscitavam sempre o mesmo gênero de problemas”. (Haddock. 1989. p. 9).

Durante a Idade Média, sob a influência religiosa, à história foi sendo atribuída a função de registro dos desígnios de Deus na terra. A história servia, assim, para confirmar o projeto divino para os homens, narrando todas as etapas de manifestação de suas ações que têm por fim restituir-lhes a vida plena. Sob o amparo da visão de mundo judaico-cristã, para a história seria dada a tarefa de esclarecer o significado dos sinais da presença de Deus na terra e antecipar a vinda do salvador, preparando os fiéis para a hora final da prestação de contas. Ao mesmo tempo que anuncia os termos da criação e da tutela divina, esclarece cronologicamente os fenômenos que confirmam a sentença da história. Em uma palavra, a história é um tipo de conhecimento, cuja origem se baseia na revelação dos desígnios divinos, condicionado a uma função pedagógica estratégica, qual seja, a de esclarecer aos homens a unidade e o fim da história.

Para os historiadores do Renascimento, empolgados com a redescoberta da cultura greco-romana antiga, a utilidade da história estaria dada pela capacidade de construir um discurso grandiloquente sobre supostos acontecimentos do passado, já que não se dedicavam à pesquisa minuciosa das fontes, porquanto o que lhes interessavam eram os conteúdos morais e práticos de seus textos, e transformá-los em lições proveitosas para a vida dos

políticos e dos cidadãos. Como bem diz Georges Duby a propósito da história escrita neste período: “Não se preocupando com a cronologia, mas em fabricar discursos inventados, para os porem na boca dos heróis, esses homens estão numa posição muito diferente da da testemunha: modelam um objecto cultural, que não tem com a realidade do passado mais do que uma relação poética, se assim posso dizer”. (Duby. 1989. p. 78). Para esses historiadores que tomavam Suetônio<sup>8</sup> como exemplo da boa escrita, a história seria, pois, uma disciplina voltado para o fortalecimento dos valores morais e cívicos das elites, instruindo-as para uma convivência social frutuosa e para o exercício perfeito da arte de governar. A história humanista servia como suporte de informação para os homens instruídos, que passavam a se dedicar aos negócios de governo, fortalecendo o conteúdo filosófico e moral dos exemplos tomados anacronicamente em favor da *virtú* e da *fortuna* dos príncipes. Em um certo sentido, pode-se dizer que esta função pedagógica permitiu à história liberar-se das humanidades, condicionando sob o seu comando a filologia, a retórica, a literatura, etc. Isto ocorreu na medida em que foi se desenvolvendo uma metodologia e um instrumental de pesquisa histórica, tendo em vista saciar a curiosidade dos homens renascentistas pelo passado e seus valores superiores, redundando na autonomização como disciplina e na valorização social da história enquanto resgate de uma idade de ouro atualizada.

“A necessidade de tornar a história uma fonte de instrução para os estadistas foi um factor importante para a eximir da suserania da retórica. A história humanista apresentava um relato tão idealizado com estilizado da condução dos negócios públicos. O historiador humanista que documentava as incertezas dos assuntos de Estado para o futuro príncipe formulava injunções, exortando-o a seguir as máximas incontroversas da moralidade privada. Uma vez perturbado o equilíbrio entre moralidade pública e privada, punha-se em dúvida a

---

<sup>8</sup> Caio Suetônio Tranqüilo (69 – 125), historiador latino, que viveu no período de Plínio, o Jovem, de quem foi amigo e protegido. Quando desempenhou as funções de secretário de Adriano, encontrou as condições materiais e intelectuais para escrever “As vidas dos doze cézares”, narrando a vida dos grandes políticos de Roma de Júlio César a Domiciano. Escreveu ainda o livro intitulado “Sobre os homens ilustres”.

*raison d'être* desta forma de narrativa histórica”. (Haddock. 1989. p. 17).

Seguindo o mesmo sentido das idéias anteriores a respeito da utilidade da história, a filosofia iluminista vai associá-la à demanda por felicidade. Esse estado de alma, na verdade tem suas bases na noção de que todo conhecimento válido tem uma natureza prática, isto é, pode ser aplicado na melhoria da vida das pessoas. Ao encargo da história ficaram as tarefas de compilar o maior número possível de informações para este fim, permitindo aos homens refletirem sobre a sua condição e tomar para si os fatos como exemplos fornecidos pelos homens do passado, universalizando-os em seus efeitos para toda a humanidade, independente das especificidades culturais e históricas que plasmaram os acontecimentos. Em síntese, cabe ao historiador, a luz das verdades universais da filosofia moral, orientar, segundo as suas observações do passado, a humanidade a progredir, rompendo com as tradições obscurantistas e apontando para a felicidade suprema.

Mais recentemente é possível identificar o interesse pela “história engajada” por parte de alguns países ou regiões, especialmente aqueles que tiveram um passado colonial ou que de alguma forma ainda se mantêm sob a tutela de uma outra nação. Buscam assim estimular, através da vulgarização histórica, sentimentos nacionalistas e patrióticos. É o caso, por exemplo, de ex-colônias africanas, de alguns países membros da Grã-Bretanha e de várias etnias européias que lutam por independência. A fim de denunciar os problemas vividos por estas sociedades em face do colonialismo e de prepará-las para o exercício soberano da autonomia em todas as esferas da vida social, a história serviria ao processo de conscientização das massas populares. As elites políticas atribuem à história, eventualmente apoiadas pelos historiadores, o papel de cultivar o civismo através do culto aos heróis nacionais e da lembrança das datas fundadoras da nacionalidade. Além, é claro, dos países que vivenciaram os regimes totalitários, nos quais, invariavelmente, a história servia de instrumento de valorização dos símbolos do poder, dedicando-se à elaboração de uma historiografia de cunho

personalista. Ainda existem aquelas nações que viveram sob regimes ditatoriais onde se transformou o conhecimento histórico em um veículo de propaganda dos valores políticos do sistema, instituindo uma história oficial sob o signo da violência e do silenciar truculento das vozes da divergência.

Passados todos os modelos de história e suas idéias a respeito da sua utilidade como conhecimento prático, ainda se pode perceber a persistência desses ideais nos tempos atuais. Embora sem abrir concessões à filosofia da história ou qualquer noção teleológica dos fins da história, ou mesmo nas diversas aplicações que se poderia dar ao conhecimento do passado, alguns dos herdeiros do pensamento *annaliste* continuam pensando nos poderes que tal saber possui e que podem se revelar na qualidade de estímulo à reflexão sobre a realidade vivida. Recusando o papel de *magistra vitae* para a história, os historiadores contemporâneos recusaram o papel de coletores de boas lições para auxiliar na formação do cidadão e na informação do político, assim como o de ser o repositório de exemplos éticos e de doudas preleções cívicas. Contudo, não se dispensou a possibilidade da história vir a ser um dos meios disponíveis aos homens, a partir do qual podem pensar a dinâmica de suas existências e o percurso histórico de sua civilização.

“Nesta elaboração do futuro, penso que a História pode e deve ter um grande papel, se ela se dignar a debruçar-se sobre este problema: compreender e fazer compreender, através do estudo da realidade e da continuidade históricas, o próprio sentido da nossa época; compreender o presente como um elo da cadeia, como um momento numa evolução de longa duração. Ou a História ascende a este alargamento da visão do historiador – e através dele, da dos seus contemporâneos – ou ela não será mais do que um jogo estéril, jogo de paciência para eruditos”. (Braudel. 1965. p. 406).

Em uma palavra, aquilo que supostamente faltou em termos de uma definição clara a respeito de suas opções políticas convencionais, muito embora se saiba de suas predileções socialistas, sobrou enquanto disposição para dedicar-se a uma causa intelectual. O seu lema

sobre a relação indivisa entre ação e pensamento, retrata bem o seu estado de espírito. No início de sua carreira intelectual, Lucien Febvre escreveu alguns artigos que revelam a sua simpatia para com o ideário proudhoniano e, enfim, para com o chamado socialismo utópico, como afirma François Dosse:

“No início da vida intelectual, Lucien Febvre era socialista fervoroso; escreve, entre 1907 e 1909, no *Le Socialiste comtois*, órgão semanal da federação do Doubs da SFIO. No dia 21 de março de 1909, redige mais da metade da primeira página do jornal com quatro artigos: “Viva a vida! Abaixo a autoridade”; “Até quando?”; “A propaganda nos campos”; “A manifestação Floquet”. Seu estilo e seu objetivo causam espanto quando relacionados às suas posições futuras. Quando mais tarde freqüentar as alamedas do poder, enquanto professor do Collège de France, conservará bem a veemência do tom polêmico, mas seu combate será, então, limitado à história, abandonando assim o combate político”. (Dosse. 1992. p. 62).

O fato é que Lucien Febvre sempre demonstrou uma certa simpatia por um tipo de história atuante, considerando a sua disponibilidade e a habilidade do historiador para o engajamento nos problemas reais da sociedade. A própria perspectiva temática e a opção “política” da revista dos *Annales*, refletiram esse tipo de envolvimento atuante em relação às questões do tempo presente. Febvre se emocionava como a história que fosse capaz, sem ser panfletária e seus historiadores sem se sentirem «revolucionários», de apresentar caminhos e sugestões para a vida, explicando-a e compreendendo-a na sua infinita complexidade.

“A história é isso: um meio de compreender e, por isso mesmo, de agir sobre o curso dos acontecimentos. Não em se apropriando as «lições do passado», as famosas lições do passado que, de lhes ter pesquisado com tanta diligência e segui-las com uma tão fiel exatidão, os militares, eles mesmos, nem sempre tiveram do que se felicitar. Se se entende por isso receitas de sucesso, não existem lições do passado. É impossível, impensável que elas existam. Todo

momento do passado é o resultado de uma incrível combinação de elementos diversos, um número infinito de elementos móveis do qual nenhum se subtrai à lei da vida, que é a mudança. (...) Não existem lições do passado. (...) Mas existe o conhecimento, indispensável, dos antecedentes”. (Febvre. 1952g. p. IX).

Motivado pelas «pressões» da história socialista, especialmente a marxista, Febvre vai orientar parte de sua produção intelectual para discutir os condicionamentos teóricos e sociais da «função social da história». Neste sentido da reflexão sobre as possibilidades do engajamento político-social do historiador, Febvre produziu uma bibliografia considerável sobre os temas da organização da vida econômica, assim como sobre os temas do socialismo e do materialismo histórico. Em si mesmos, os temas de história econômica e a discussão sobre a história do socialismo não remeteria a nenhuma *praxis* política, mas em Febvre esses temas assumem um papel crítico fundamental diante das «simplificações» promovidas pelo materialismo histórico. Dentre esses artigos pode-se citar: “Une question d’influence: Proudhon et le syndicalisme contemporain. *Revue de Synthèse Historique*, t. 19, n.º 56, 1909, p. 179-193. Os resumos das obras de Proudhon, *De la création de l’ordre dans l’humanité, ou Principe d’organisation politique*, AHES, t. 1, n.º 1, 1929, p. 128-129; *Lettres choisies et annotées, préface de Sainte-Beuve*, AHES, t. 2, n.º 8, 1930, p. 632; *Oeuvres complètes*, AHS, t.1. n.º 1, 1939, p. 119-120; *Proudhon, père du socialisme français*, MHS, t. 6, n.º 3, 1944, p. 115; *Proudhon et l’Europe*, AESC, t. 1, 1946, p. 264-265; *Le socialisme romantique: Leroux et ses contemporains*, AESC, t. 6, n.º 1, 1951, p. 233-234; *Jean Jaurès*, AESC, T. 10, N.º 3, 1955, p. 452; *Mouvements ouvriers et socialistes, chronologie et bibliographie: La Russie*, AESC, t. 12, n.º 2, 1957, p. 336-337. O artigo *Un Proudhon, Deux Proudhon*, AESC, t. 6, n.º 1, 1951, p. 135-139. Foram vários os textos escritos sobre a produção intelectual marxista na forma de resenhas, resumos e artigos. Dentre eles, pode-se consultar: Resenha de POKROVSKE, M. N. *Pages d’histoire: la méthode du matérialisme historique appliquée à quelques problèmes historiques concrets*. Paris, Éd. Sociales Internationales, 1928, 176 p. In: *Revue Critique d’Histoire et de Littérature*; “Le monde

contemporain vu du point de vue marxiste. AHES, t. 6, 1934, n° 25, p. 93-94. Resenha para DURET, J. Le marxisme et ses crises. Paris, Gallimard, 1933, 255 p.; “Un débat de méthode: techniques, sciences et marxisme, AHES, t. 7, 1935, n° 36, p. 615-623. Comentário a WALLON, H. (éd). A la lumière du marxisme. Paris, Éd. Sociales Internationales, 1935, 312 p.; “Les massacres de septembre: une monographie générale, Revue de Synthèse, t.11, 1936, n° 2, p. 165-171. Comentário a CARON, P. Les massacres de setembro. Paris, Maison du Livre, 1935, XLIX -559 p.; “Pour rectifier une connaissance élémentaire du marxisme, AHES, t. 8, 1936, n° 41, p. 507. Resenha de MARX, K. Morceaux Choisis. Lefebvre, H., Gutermann, N. (Éds), Paris Gallimard, 1934, 464 p.; “Marx et ses contemporains, AHES, t. 9, 1937, n° 45, p. 307-310. Comentário a PRENANT, L., LABERENNE, P., etc., A la lumière du marxisme. Paris, Éd. Sociales Internationales, 1937, t. 2, 240 p.; “Économie et politique: une enquête, AHES, t. 10, 1938, n° 52, p. 349-350. Resenha de BOUGLÉ, C. (éd). Inventaires; t.2: L'économie et le politique. Paris, F. Alcan, 1937, 244 p.; Un livre sur la Révolution; I: Une question préalable, II: la question fondamentale, AESC, T. 3, 1948, n° 2, p. 167-170. Resenha de GUÉRIN, D. La lutte des classes sous la première République: bourgeois et “bras nus”, 1793-1797. Paris, Gallimard, 1946, 511 et 472 p.; “Entre Durkheim et Marx: une introduction à la sociologie”. AHES, t. 9, 1937, n°46, p.402-403. Resenha de : CUVILLIER, A., Introduction à la sociologie. Paris, A. Colin, 1936, 208 p.; Resenha de “La pensée de K. Marx”. De Henri Lefebvre. Paris, Bordas, 1947, 277 p.; Resenha de MARX, Karl. La Guerre Civile en France, Paris, Éd. Sociales, 1953, 358 p.; “Marxisme et Théorie Économique, AESC, t. 11, 1956, n° 2, p. 280-284. Resenha de ARVON, H. Le Marxisme. Paris, A. Colin, 1955, 216 p. A reação dos marxistas franceses às atitudes políticas de Febvre, bem como à sua produção intelectual específica sobre o materialismo histórico motivou um depoimento bastante interessante de Braudel:

“Que a História pretensamente marxista sem conseguir sê-lo, o ataque à vontade: em última análise, esse ataque virar-se-á contra ela

própria, porque o pensamento de Febvre não lhe é contraditório; desenvolve-se até muito bem sob o signo de um marxismo vivo, isto é, maleável, como recente e justamente o declararam os nossos colegas polacos, no último colóquio que nos permitiu, em outubro (este artigo foi publicado em 1957), ouvir na Sorbonne as suas vozes amigas e o seu elogio magnífico a Lucien Febvre”. (Braudel. 1965. p. 405).

A compreensão que Lucien Febvre tem do socialismo ultrapassa o esquematismo economicista. Com certeza sua ligação com o socialismo francês do início do século esteve mediada por sua formação humanista. Nos escritos socialistas publicados do “Socialiste Comtois”, Febvre expressava suas ambições reformistas, propugnando por uma revolução social que deve se estender para o os níveis social, moral e cultural. Como sugere Altuna, o socialismo de Febvre se fundamenta no «conceito global de vida baseado nos grandes ideais de justiça, igualdade e liberdade».

“ Não é somente o trabalho da fábrica o que nós queremos liberar, emancipar. É todo o trabalho humano, é toda a sociedade. Queremos uma revolução que alcance de uma só vez e transforme em suas condições a vida econômica, a vida intelectual e a vida moral. Nós queremos uma revolução social e há algo de tudo isso nessa palavra *social*”. (Febvre. Apud. Altuna. 1994. p. 161).

Para além dos motivos intelectuais que moveram o combate febvriano por uma nova história, é preciso observar que, apesar da sua aparente neutralidade política, Febvre e os demais historiadores envolvidos no projeto dos Annales manifestavam um tipo específico de engajamento social. Esse tipo de imparcialidade que se manifesta inicialmente como um requisito científico para a elaboração do conhecimento histórico, desliza para o social como uma orientação que se estabelece como uma distinção entre ação civil e ação científica. As bases concretas para a motivação desse comportamento “político” estão realçadas pela própria realidade histórico-social que definiu a modernidade européia, quais sejam: a emergência do modelo capitalista industrial em processo de consolidação durante todo o

século XIX; a urbanização crescente como “destino histórico” das cidades européias e americanas, destituindo as formas tradicionais e orgânicas de vida coletiva; a tecnocracia como um novo agente político investido da legitimidade obtida pela racionalização científica da administração do Estado; o surgimento das massas sociais, substituindo as individualidades produtoras da história por entidades coletivas anônimas e comuns; e, por fim, confirmação da democracia como regime ideal e como valor intrínseco à modernidade urbano-industrial.

Como Lucien Febvre contava 61 anos de idade quando do início da segunda guerra mundial, tornou-se desobrigado a se apresentar para reassumir suas funções de oficial do exército. Esta passagem tem uma expressão relevante, pois se observa mais uma vez a divergência de opiniões entre Febvre e Bloch. Este com 53 anos, retornou às tropas, atuando até o momento da ocupação nazista, quando passou para a clandestinidade na Resistência, sendo fuzilado pelos alemães em 1944. Em síntese a experiência pessoal de Febvre com a guerra não o desmotivou nas suas inclinações intelectuais, como diz Morazé:

“(...) oficial de infantaria na lama das trincheiras de 1914 à 1918, guia impávido na obscuridade da guerra total de 1940-1945. Quando o sol luziu de novo sobre a Europa, Lucien Febvre apareceu em plena luz. Ancião? Certamente não pensa isso para si. Eis ele no oriente, no México, nos Estados Unidos, em toda a Europa. Em Paris, atividade devorante. Reformar a pesquisa científica? Lucien Febvre está ao lado de Jean Perrin e de Joliot Curie. Reformar o ensino de ciências políticas? Eis ele, um dos animadores da nova Fondation Nationale. Reformar, enlargar o ensino das ciências do homem? Eis ele presidente da nova seção da École de Hautes Etudes”. (Morazé. 1957. p. 555).

Apesar da tragicidade vivenciada, especialmente durante a segunda guerra quando muitos dos seus amigos e colegas foram perseguidos pelo regime nazista de Vichy, Febvre vai fortalecer seu ânimo de pacifista e aprofundar sua euforia na valorização dos assuntos humanos. Os seus textos e suas palestras serão um testemunho de esperança na paz e no

repúdio às atrocidades da guerra, uma demonstração de desconfiança para com os rumos tomados pela política internacional que privilegiava a manutenção do estado de beligerância. A manifestação de um sentimento unionista para a Europa, em particular, e para todas as nações do mundo em geral, exprimia a sua esperança nos poderes supranacional da Organização das Nações Unidas. Um estado de espírito que se espalhou por suas obras históricas, modificando sensivelmente a sua opinião sobre o modo como escrever história e definir seus temas.

“É certo que a História estuda as obras do homem, mas nem sempre as suas boas obras. Estuda de bom grado e preferivelmente as obras más, digo: as guerras, os conflitos, as oposições de nações e raças, tudo o que divide, separa e destrói o ideal humano”. (Febvre. 1950. p. 4/5).

Fimada a primeira guerra, juntamente com uma equipe de professores formados no espírito pós-1870, Lucien Febvre é convidado por Christian Pfister, seu antigo professor da École Normale, para ensinar na recém reconquistada Universidade de Estrasburgo, onde ocuparia a cadeira de história moderna. A antiga universidade alemã tinha sido fechada em 1918 e a partir de então, várias comissões se dedicaram a incluí-la no sistema universitário francês. Apesar de estar com 41 anos de idade e uma experiência profissional expressiva, Febvre não deixou se impressionar com o clima efervescente criado pela reunião de intelectuais tão diferentes quanto à formação, mas tão próximos quanto à vontade de romper com a tradição positivista e por em prática os ideais da interdisciplinaridade.

“Quando Lucien Febvre chegou em 1919 em Estrasburgo, suas pesquisas já se organizavam em torno de duas linhas mestras que dominam sua obra de historiador. De uma parte, as relações de homens do passado com o meio natural, isso que se ousa chamar a geografia histórica, tanto que esta expressão foi desqualificada pela seca interpretação que se lhe deu no passado: ele pôs então à mão o seu grande livro *A terra e a evolução humana*. De outra parte, a história intelectual e religiosa do século XVI, humanismo, Renascimento, Reforma e Contra-Reforma, a qual ele foi grande parte na sua tese

sobre Felipe II e o Franco-Condado, assim como em diversos estudos". (Dollinger. 1958. p.193).

Durante o período de anexação alemã da Alsácia-Lorena (1870-1918) aquele importante centro de ensino chamava-se então Universidade Kaiser Guilherme (1872-1918), constituindo-se em uma referência concreta do ressentimento e do moral abalado do povo francês. Assumir aquela universidade alemã encravada em um território com características bem pouco francesas, seria, a princípio uma demonstração de potência dos representantes do governo francês recém saído da guerra. Tendo se confirmado essa pretensiosa exibição de força, a universidade de Estrasburgo tornou-se a base de operações das autoridades francesas no território alsaciano. Para isso foi dispensada uma quantidade considerável de recursos financeiros e humanos, não se poupando esforços intelectuais e muito menos incentivo às mais variadas experiências acadêmicas.

“Reorganizada após a guerra, ao mesmo tempo como vitrine e como bastião avançado da cultura francesa face a Alemanha vencida, ela é nos anos 20, depois da Sorbonne, e talvez antes dela, o centro universitário francês mais importante pela modernidade de seu ensino e o dinamismo das pesquisas que ele abriga”. (Burguière. 1979. p. 1349).

O papel dos intelectuais convocados para Estrasburgo era principalmente fazer superar a “inferioridade” francesa em relação a Alemanha, desde 1870 tornada evidente no cotidiano da derrota e da ocupação. “Não resta dúvida que a primeira tarefa é de luta ideológica: restaurar por sobre as cinzas a saúde moral da Alsácia e da França”. (Guariba Netto. 1975. p. 79). O interesse imediato das autoridades francesas era demonstrar a sua força de recuperação e a sua capacidade intelectual, montando uma universidade que em nada ficasse devendo às universidades alemãs, consideradas as melhores e mais organizadas pelos próprios pensadores franceses. O “ambiente favorável à inovação intelectual e facilitando o intercâmbio de idéias através das fronteiras disciplinares” (Burke. 1992. p. 27), da universidade

de Estrasburgo, permitiu a Febvre entrar em contato com uma experiência interdisciplinar muito intensa.

“ Em particular, o acento devia ser posto sobre a pesquisa, a colaboração entre professores por cima das disciplinas especializadas antes que sobre o bacharelismo e as preparações de exames. Dotada de meios financeiros excepcionais, reorganizada por institutos, animada por jovens professores, a universidade de Estrasburgo devia beneficiar um ambiente favorável à inovação”. (Müller. 1994. p. XIX).

Enquanto esteve naquela universidade (1919-1931), Lucien Febvre participou ativamente das atividades acadêmicas desenvolvidas pelos professores franceses que, protegidos pelos muros da instituição, protegiam-se da animosidade da vida social estrasburguesa. Esse isolamento provocado pelas tensões naquela região fronteiriça, onde se evidenciavam as contradições sobre as nacionalidades e o nacionalismo, as identidades sociais e a cultura local, contribuíram para que se desenvolvesse na universidade um espírito interdisciplinar efetivo. Apesar de não ser o único fator preponderante, o aquartelamento dos professores franceses dentro da universidade permitiu que ocorressem encontros como, as assim batizadas, “Reuniões de Sábado” da Faculdade de Letras, quando se reuniam professores de diversas áreas do conhecimento, dentre estes estavam Charles Blondel, Maurice Halbwachs<sup>9</sup>, Gabriel Le Bras, Georges Lefebvre<sup>10</sup>, Henri Bremond, André Piganiol<sup>11</sup> e outros:

---

<sup>9</sup>Maurice Halbwachs (1877-1945). Sociólogo durkheimiano, doutor em direito (*Les expropriations et les prix d'us terrains à Paris de 1890 à 1900* (1909) e em letras (*La classe ouvrière et les niveaux de vie* (1913). Foi o primeiro professor a ocupar uma cadeira de sociologia na França. Em termos de produção intelectual, a sua obra *Les cadres sociaux de la mémoire* (1924) serviu de referência aos historiadores dos Annales, sendo citado frequentemente, junto com Charles Blondel, por Lucien Febvre com uma das fontes de inspiração para o seu trabalho. Foi preso pela Gestapo em 1944 em função das atividades políticas de resistência de seu filho, e morto em fevereiro de 1945, em Buchenwald.

<sup>10</sup>Georges Lefebvre (1874-1959). Doutor em letras (*Les paysans du Nord pendant la Révolution*), foi professor em Clermont-Ferrand, Estrasburgo e na Sorbonne. A história da Revolução Francesa foi o seu principal tema de estudos, ocupando, inclusive, cargos de direção em algumas entidades que tinham a finalidade de organizar pesquisas nessa área. Foi um colaborador assíduo dos Annales desde a sua fundação. Influenciado pelo socialismo de Jaurès, enfatizou em suas obras a importância dos camponeses na Revolução, considerando os aspectos econômicos e sociais daquele setor da sociedade francesa. O seu livro *La grande peur de 1879* (1932) pode ser reputado como uma das principais obras de história das mentalidades, segundo o modelo assumido pelos fundadores dos Annales.

“(…) cuja iniciativa parece pertencer a Sylvain Lévi. Iniciadas em janeiro de 1920, reunindo professores saídos da disciplinas diferentes (filósofos, especialistas de ciências sociais, germanistas, juristas, historiadores, mas também científicas), elas tinham sido concebidas sobre o princípio de «libres causeries»<sup>12</sup> a propósito de publicações recentes apresentadas por um ou outro dos participantes”.(Müller. 1994. p. XX).

No campo específico das inovações didático-pedagógicas, pode-se dizer que essa geração de profissionais acadêmicos vai imprimir uma marca de criatividade e espírito coletivo na produção do conhecimento e no ensino universitário. A preocupação com uma nova dinâmica na formação dos novos historiadores, definindo-se por uma orientação mais eclética e mais liberal, determinou o rumo das práticas professorais do grupo e com toda certeza, transformou-se na obsessão de Lucien Febvre no que concerne à interdisciplinaridade. De um modo geral, tanto Febvre como os outros intelectuais que “refundaram” a universidade francesa de Estrasburgo, investiram fortemente na renovação do ensino universitário. Basicamente este projeto se compunha de uma nova ordenação de núcleos de formação, considerando disciplinas, seminários e pesquisa. Haveria um conjunto ensinamentos dividido em cursos de cultura geral e cursos especiais.

“Por exemplo, para a história, cursos gerais: algumas lições sobre a história, sobre seus métodos e seus objetivos; a bibliografia geral; o estudo das fontes, não somente escritas (paleografia), mas também arqueológicas, epigráficas, e mesmo lingüísticas (...) o estudo das línguas, do latim, obrigatório, e das línguas vivas, indispensável, deverá ser perseguido. Quanto aos cursos especiais, eles serão feitos por dois grupos de professores alternando por semestre (...) A

---

<sup>11</sup> André Piganiol (1883-1968). *Agrégé* de história e geografia (1906) e doutor em letras (*Les origines de Rome e L'impôt de capitation soi le Bas-Empire*), foi um dos escolhidos por Christian Pfister para participar da recuperação da Universidade de Estrasburgo em 1919. Foi nomeado professor da Sorbonne em 1935 e do *Collège de France* em 1942. Especialista em história antiga, foi um dos membros do comitê de redação dos *Annales* (1929-1937).

<sup>12</sup>Bate-papo.

verdadeira formação científica se adquire nos «seminários», isto é, nos institutos”. (Baulig, 1958. p. 179)<sup>13</sup>.

Os empreendimentos futuros de Febvre serão orientados neste sentido, ou seja, de preservar a idéia dos trabalhos em grupo e reforçar a aproximação das ciências humanas. Isso foi possível logo após a Segunda Guerra mundial, quando “com o apoio financeiro dos americanos, e do governo francês”, Lucien Febvre pode concretizar sua ambiciosa idéia de garantir um lugar para o encontro oficial entre a história e as ciências sociais, sob a égide da prática interdisciplinar. Com a criação da “VI Seção da École Pratique des Hautes Etudes (depois, École des Hautes Études en Sciences Sociales e a Maison des Sciences de l’Homme)” (Reis, 1996b. p. 125), finalmente as suas idéias teriam uma base fincada no terreno das instituições acadêmicas. Esta realização representou não apenas a possibilidade concreta de se por em prática o trabalho coletivo, mas também, uma das formas de garantia de sucesso dos *Annales* e do pensamento histórico dos seus idealizadores e mantenedores.

### 2.3 – Febvre: Intelectual Militante.

Apresentados os elementos formadores da personalidade individual e intelectual de Lucien Febvre, parece necessário enfatizar a importância dada por ele, bem como o que representaram para a sua vida pública, as atividades relativas ao seu engajamento como militante cultural e professor universitário. Foram muitos os envolvimento institucionais e ideológicos, principalmente fora do ambiente acadêmico, que fizeram da sua biografia um grande relato de suas inserções nos lugares do poder do conhecimento. Considerando a relevância dessas suas vinculações, pode-se mesmo pensar em Lucien Febvre como um

---

<sup>13</sup>Estas idéias estão contidas em uma proposta apresentada por Lucien Febvre à Universidade em 19 de janeiro de 1920. Confira Baulig. Op. cit. p. 179.

historiador com características singulares que o aproximam consideravelmente do conceito de intelectual público<sup>14</sup>. Essa hipótese parece assumir maior consistência quando se pensa nos limites legais, em termos de atuação educacional na formação profissional de nível superior, do Colégio de França e da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Com certeza é mais fácil admitir-se a emergência de um *habitus* acadêmico com todos os seus desdobramentos sociais, tais como honra profissional, *esprit de corps*, código de ética e sentimento de elite, em uma instituição como a Sorbonne.

“Pois o Febvre universitário, predominante aqui, houve um outro, o Febvre militante e cidadão do *Socialiste Comtois* ou do Comitê de vigilância dos intelectuais antifascistas, o Febvre conferencista e organizador, homem de palavra e de ação, enfim um dos últimos espécimes destes historiadores românticos habitados pelo passado para melhor viver no presente, como Michelet, este mestre reconhecido e amado do historiador do *Franco-Condado*.” (Charle. 1991. p. 1488).

Apesar de Lucien Febvre não ter conseguido ingressar na Sorbonne, centro de referência acadêmica e valorização financeira do magistério superior, como assim o desejou por duas vezes, não se pode desconceituar o prestígio e a influência do Colégio de França e posteriormente a Escola de Altos Estudos. Por isso, somente depois de ser aceito no Colégio, pode-se dizer que Febvre se sentiu à vontade para tornar suas críticas aos historiadores daquela instituição mais explícitas, construindo para si uma biografia de combatente por uma nova história.

A trajetória de homem público de Lucien Febvre tem início em Estrasburgo, quando, além de suas atividades como professor universitário, ele vai aos poucos tecendo uma

---

<sup>14</sup>Seguindo o raciocínio de Russell Jacoby (1990), o conceito de intelectual público refere-se àquele tipo de intelectual que dirige sua produção para um público educado e não especializado, estabelecendo, portanto, uma certa distância em relação a academia e às fronteiras disciplinares. A ênfase sobre a comunicação direta com um público mais amplo, define sua condição de avessos à especialização, permitindo-se passear por diversos campos e temáticas do conhecimento.

estratégia de ocupação de lugares importantes do ponto de vista das representações intelectuais. Primeiramente foi nomeado professor do centro de Estudos Germânicos de Mayence, permanecendo nesta ocupação até 1930. Esta atividade o levou a realizar viagens anuais em missão de ensino para a Alemanha, o que significava estabelecer um ponto de apoio externo para sua carreira de historiador francês. Febvre tentou por duas vezes retornar a Paris, capital acadêmica do país e de valorização financeira dos professores universitários. Nesse contexto, vistas as condições débeis de trabalho no sentido da estagnação de sua carreira acadêmica, Estrasburgo já não atende mais aos seus interesses. A efervescência do primeiro período foi se deteriorando, sendo substituído por um ambiente onde predominava o marasmo, acirrando-se a competição entre os professores locais e os “estrangeiros”. A desilusão de Febvre com Estrasburgo pode já ser sentida em 1923, quando em uma carta a Henri Berr afirma que está aborrecido e não pensa mais em viver seus dias naquela cidade. Na mesma carta ele diz que não tem amigos em Estrasburgo, apenas relações, e como ele, sua esposa concorda que a vida em Paris será diferente<sup>15</sup>. Esta situação redundou na sua decisão de abandonar a universidade. “Afastado da maioria de seus amigos, sofrido pelo clima de Estrasburgo que lhe é nefasto, alcançado o alto de sua carreira de docente de província, L. Febvre não tem mais nada a esperar de uma universidade que é doravante somente uma antecâmara de Paris. (Müller. 1994. p. XLVI). Diante da conjuntura universitária do período entre-guerras, caracterizada pela inexistência de vagas, pela estagnação na abertura de novas vagas para as escolas da capital, pelo aumento da concorrência, agravando as disputas e as rivalidades entre os candidatos, bem como a prevalência das disciplinas literárias sobre a história, Lucien Febvre teve sua primeira oportunidade de regressar à capital somente em 1926. Essa tentativa foi frustrada ao ser preterido em favor de um professor de liceus em Paris, cuja produção intelectual limitou-se à sua tese, requisito obrigatório para aqueles que

---

<sup>15</sup> Conferir trecho citada em Müller, 1994, p. XXI.

pretendem seguir carreira acadêmica, e a um único artigo publicado na *Revue Historique*. Lucien Febvre foi derrotado pelo escore de 37 a 17 votos.

“Esta situação somente favorece os candidatos mais dóceis, mais próximos do «centro de gravidade» da disciplina. As vagabundagens «interdisciplinares» que Marc Bloch e Lucien Febvre multiplicaram na universidade de Estrasburgo, sua críticas contra os manuais escolares e o programa de agregação, tornam-se desvantagens insuperáveis. Lucien Febvre aprendeu isso em seu detrimento desde 1926, quando ele se apresentou para a cadeira de Seignobos e que ele foi severamente derrotado por um candidato, o qual a notoriedade e o número de publicações são infinitamente menores que as suas (quem conhece hoje Raymond Guyot?). (Noiriél. 1996. p. 271).

Dois anos mais tarde, candidata-se a uma vaga ao Collège de France, concorrendo em nível de igualdade de condições com Isidore Lévy e o abade Henri Breuil. Em função disso, diante do empate das três candidaturas, foi preciso que a comissão de avaliação abrisse votação por seis vezes até que se chegasse ao resultado final. Novamente Febvre é preterido, dessa vez a administração do Collège optou por criar uma cadeira de pré-história, eliminando qualquer possibilidade de sucesso. Para o cargo foi eleito o abade Henri Breuil. Passadas algumas oportunidades nas quais Lucien Febvre se considerava em desvantagem diante de seus concorrentes ao Collège, tais como Marcel Mauss<sup>16</sup> (eleito em 1930), François Simiand, Étienne Gilson e Eugène Albertini e Isidore Lévy ( eleitos em 1932), o seu retorno à capital se daria somente em 1933, quando finalmente foi eleito por unanimidade, ocupando a cadeira de história da civilização moderna.

<sup>16</sup> Marcel Mauss nasceu em 1872, em Épinal na França. Licenciou-se em filosofia em 1893 e obteve sua agregação em 1895. Publicou seu primeiro trabalho em 1896: *La Religion et les Origines du droit penal après un livre récent*. Em 1899 publica o *Ensaio sobre a Natureza e a Função do Sacrifício*. Ingressou na Escola de Altos Estudos em 1901. Com uma obra extremamente sofisticada e abundante, Mauss faleceu em 1950.

Na seqüência dessa proposta de trabalho interdisciplinar, Lucien Febvre conquistará duas importantes posições. A primeira em 1932, quando foi convidado pelo então ministro da Educação Nacional, Anatole de Monzie, por sugestão de Julien Cain, para dirigir um projeto de uma *Encyclopédie Française*. Anatole de Monzie era advogado e homem da política. Embora reticente quanto à carreira universitária, mantinha uma proximidade privilegiada com vários intelectuais. Entrou para a política como chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública, Joseph Chaumié, fazendo, então, carreira política. Participou da composição de alguns ministérios, tais como os de finanças, justiça e trabalho, até tornar-se ministro da Instrução Pública em 1932. Transitando em diversas posições no espectro das idéias da Terceira República francesa, seu perfil ideológico oscilava entre a esquerda e o radicalismo de esquerda<sup>17</sup>. Na introdução ao primeiro tomo da Enciclopédia, Lucien Febvre refaz a história do projeto, explicando seus objetivos científicos e os meios disponíveis para realizá-lo.

“Agosto de 1932: Nice, em um Congresso, o primeiro Ministro francês da «Educação Nacional» substituta da «Instrução Pública», lança a idéia de uma *Encyclopédie Française* – obra essencialmente da Educação Nacional. Fevereiro de 1934: a idéia lançada ao vento não se perdeu. A semente germinou; a planta se liberou do solo; breve ela será a árvore de fortes ramos – oliveira mediterrânea ou carvalho atlântico – que os velhos tipógrafos gravam sobre a primeira página dos seus in-fólios. Recusando de fazer da Enciclopédia uma empresa do Estado, alimentada pela renda pública, seu promotor a depositou nas mãos de uma Fundação – o *Comité da Enciclopédia Francesa* – independente de toda influência política como de toda sujeição comercial: a obra, reconhecida de utilidade pública, dotada de estatuto aprovado pelo Conselho de Estado, viu somente doações, contribuições voluntárias, logo subscrições. Para administrá-la, um grupo de altas personalidades da Ciência, da Administração, da

<sup>17</sup> Conferir Müller, 1994, p. LII e seguintes.

Indústria, da Universidade; para traçar o plano da empresa, cuidar de sua execução, coordenar os esforços de cada um e os harmonizar, um Secretário Geral e alguns colaboradores: eis a simples textura de uma obra que entende bem, à francesa, fazer com um mínimo de barulho e de despesa, grandes coisas tanto quanto possível”. (Febvre. 1934. p. 1’04 –11).

A idéia era editar uma publicação que se assemelhasse na forma às enciclopédias italiana, inglesa, russa e grega, privilegiando os estudos voltados para a compreensão do mundo contemporâneo a partir dos diversos aspectos da vida humana. Para o ministro, a França não podia se eximir de fazer divulgar as suas conquistas intelectuais ao mundo. Após vencer a hesitação inicial, Lucien Febvre aceitará o encargo pensando na possibilidade daquele empreendimento servir às causas do seu combate intelectual. Sendo assim, o projeto de Monzie:

“(…) lhe oferecia a ocasião de concretizar em uma escala muito grande suas preocupações científicas, recorrendo a numerosas colaborações interdisciplinares. Privilegiando as contribuições problematizadoras, ignorando voluntariamente as divisões disciplinares em vigor (...) recusou reservar à história um tomo particular”. (Müller. 1990. p. 23).

Tendo sido aceito o convite, Febvre fará o planejamento da obra de acordo com suas preferências teóricas e disciplinares, partindo do princípio que ali se encontrava a oportunidade para exercitar a idéia de história problema. Dessa forma, observa-se a presença marcante dos esquemas propostos pela sociologia durkheimiana no estudo das sociedades contemporâneas, mesclando-se com as inclinações federativas da formação humanista de Febvre. Seguindo esse projeto, a Enciclopédia Francesa romperá com o estilo clássico da enciclopédia de referências e assumirá o estilo de enciclopédia de problemas. As conseqüências imediatas dessa escolha sinalizam para a preocupação de Febvre com o assim chamado “espírito de especialização”. Para ele a Enciclopédia deveria ser:

“(…) uma obra de síntese, viva e problematizante, não um repertório alfabético de saberes acumulados através dos séculos. Não um quadro de conhecimentos científicos reagrupados por domínios ou por disciplinas, mas um balanço: «o inventário metódico da Civilização na data de 1935», uma «tentativa para saber isso que somos, isso que nós queremos e onde nós vamos - um esforço para ver novo e verdadeiro»”. (Müller. 1994. p. LIII).

Com o intuito de fazer valer as suas idéias a propósito da produção de um conhecimento interdisciplinar, Febvre convocará vários representantes de diferentes disciplinas para escreverem os verbetes, pois a Enciclopédia “deve agrupar os cérebros, em todos os domínios da investigação francesa”. Entretanto, diferentemente do que se poderia deduzir desse convite, os convidados serão instigados a se posicionarem sobre assuntos que a primeira vista não compunham o conteúdo específico de suas áreas de formação intelectual, encorajando-os a tratarem das questões selecionadas para compor o conteúdo da obra, da forma mais aberta possível. Isto é, esquecendo-se de suas vinculações institucionais e cedendo espaço ao experimentalismo do pensamento livre. O próprio Febvre esclarece em carta de 1933:

“(…) não se trata de fazer um *álbum de imagens* com o pequeno comentário restrito que se lê ao fundo da página em todos os álbuns que se «dizem comentados»; trata-se de escrever belas páginas de história e de geografia com a ajuda de representações aproximadas e combinadas, apoiando-se e esclarecendo-se uma a outra: *mapas, quadros estatísticos* e *vistas* propriamente ditas reunidos nas mesmas páginas, com uma pesquisa inteligente e engenhosa de processos novos de apresentação e também de tradução (fazer variar os números de um quadro estatístico, desenhando de outra maneira os «períodos», imagino, e mostrar, perante o mapa imutável e a «fotografia-testemunho», as conseqüências, etc., etc.)”. (Febvre. 1985. p. 107)

A composição da obra foi planejada para dez volumes mais quatro de informações suplementares (mapas, iconografias, plantas e gráficos estatísticos), embora ao final dos trabalhos de edição a obra tenha sido concluída com o número total de vinte volumes. No projeto de Febvre, a Enciclopédia Francesa teria diferenças conceituais importantes em relação àquelas que inspiraram a maioria das publicações desse gênero e nas quais, com certeza, tinha se inspirado o ministro da educação, tão zeloso em sistematizar o gênio francês e dá-lo para a posteridade.

“Ela não é uma «cidade-jardim» das ciências e das artes: cem pequenos pavilhões isolados, cada um com o seu porteiro, o seu aquecimentozinho central, e o dono da casa com os seus pequenos hábitos; é a casa comum de *todos* os cientistas e de todos os artífices, sustentando-se uns com os outros com as suas idéias, os seus métodos, as suas preocupações: reconhecendo que são irmãos de intenção e de esforços, que têm os mesmos objectivos e que, do êxito ou do fracasso de um, o outro deve tirar proveito e ensinamento”.

(Ib. p. 109).

Agindo assim, Lucien Febvre fez da Enciclopédia Francesa uma demonstração de como é possível realizar um trabalho coletivo, seguindo as orientações do ele chamava de “espírito de colaboração”. Uma obra coletiva baseada na problemática geral do conhecimento científico a serviço da sociedade, quebrando uma tradição fortemente enraizada no mundo elitista e competitivo da intelectualidade, qual seja, a especialização e o fechamento das fronteiras disciplinares. Embora o projeto tenha sido elaborado com o intuito de cruzar várias questões inerentes à vida social, Febvre não vacilou em colocar no primeiro número da Enciclopédia, como temática central, um verbete sobre a noção de *outillage mental*. Sem dúvida, pode-se compreender que esta escolha representa uma maneira bastante clara, encontrada pelo organizador da obra, para deixar impresso o seu entendimento a respeito da natureza específica do conhecimento científico.

“Para começar o primado dado à noção de *outillage mental*, posto no centro do primeiro volume, sem dúvida para lembrar que toda soma de conhecimentos em um momento dado não é um saber absoluto mas é estreitamente dependente dos conceitos que permitem de construí-los e os organizar, da linguagem que os anuncia, dos instrumentos intelectuais que autorizam sua matematização”. (Chartier e Revel. 1979. p. 437).

Após todos os preparativos e atividades comuns a um trabalho de publicação editorial dessa monta, estabelecidos os verbetes e designados os seus escritores, A *Encyclopédie* teve o seu primeiro volume publicado em 1935. O que se pode avaliar é que, ao final desse esforço de coordenação de um trabalho intelectual ambicioso, as idéias de Febvre a propósito da relação entre o conhecimento e a vida estão confirmadas e asseguradas no itinerário da obra. Essas idéias estavam desde o primeiro número dos *Annales* assinaladas, como que representando o perfil das preocupações e dos anseios dos seus autores por uma renovação no comportamento dos “cientistas sociais”.

“Encontra-se aí a mesma inquietação em renunciar aos quadros antigos e de fazer o novo, a mesma preocupação federadora de reunir os conhecimentos, não em torno de uma grade abstrata, mas a partir das sociedades contemporâneas; a mesma vontade de organizar, de reaproximar idéias e homens, o mesmo empenho de inscrever em formas originais e progressivas uma síntese global que ele sabia efêmera e sempre em movimento”. (Müller. 1994. p. LV).

Em síntese, a experiência da Enciclopédia Francesa serviu a Lucien Febvre como um aprendizado na arte de congregar pessoas e saberes diferentes e, quase sempre, intransigentes nas suas posições de defesa. Ela seria, então, como que um passaporte que o credenciava para iniciativas mais arrojadas, apresentando-se como possibilidades de fortalecer a história no campo das instituições educacionais francesas. Se na Enciclopédia a história foi estrategicamente dissimulada como disciplina autônoma e como objeto particular dos verbetes a serem elaborados, no futuro Febvre não perderá a oportunidade de, dando continuidade ao

seu ideário interdisciplinar, recolocar a história como o centro de gravidade de um projeto institucional de acolhimento das ciências sociais.

“Seja-me permitido lembrar, não sem orgulho, que a *Encyclopédie Française*, tal como a concebo – *Enciclopédia de problemas*, e não de *referências* – representa a maior tentativa até agora feita em algum país, para aproximar uns dos outros e pôr em contacto directo com o público esclarecido, não vulgarizadores de talentos, mas os próprios criadores, «inventores» da Ciência, em todos os domínios: homens que, colocados na ponta extrema da investigação matemática, física, biológica, etc., tiram suas idéias, não de tratados ou de manuais, mas da sua luta contínua e quotidiana contra o desconhecido, que cada dia mordem um pouco mais”. (Febvre. 1985. p. 65).

A segunda foi a fundação (1947) e direção por quase dez anos a VI seção da Escola Prática de Estudos (EPHE), onde “Lucien Febvre e os seus discípulos puderam dispor de uma tribuna e um laboratório inteiramente votados à inovação, meios de que na época não dispunham os seus émulos estrangeiros” (Carbonell. 1992. p. 120), e que a partir de 1975 passou a ser chamada de Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em cujo prédio no boulevard Raspail está instalada a Maison des Sciences de l’Homme. A Escola Prática de Altos Estudos (1868) foi o resultado de um projeto arrojado de Victor Duruy, cuja finalidade era superar o ensino tradicional da Sorbonne através de uma instituição que, à maneira dos seminários alemães, viabilizasse a prática da pesquisa erudita e experimental como fundamento do ensino superior. Atualmente a Escola de Altos Estudos desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas cidades de Paris, Toulouse, Marseille e Lion, concedendo os diplomas de doutoramento, de estudos aprofundados (DEA) e de pesquisador em ciências sociais. Projeto institucional, cuja finalidade era garantir a execução de uma proposta acadêmica interdisciplinar perseguida durante quase cinqüenta anos de militância intelectual, bem como estabelecer de uma vez por todas a história no centro das ciências humanas. A estratégia de hegemonia, posta em prática desde a fundação dos *Annales*, surtiu efeito positivo,

chegando ao ponto de conquistar para si um território onde fosse possível exercitar o experimentalismo do seu projeto historiográfico. Entretanto, no novo ambiente e sob o comando de Febvre, a história vai ocupar um lugar marcado pela falta de ambição imperialista e absolutamente engajado em dar continuidade à construção da “ciência do homem”.

“Apesar de fortemente presente no centro mesmo do projeto intelectual e institucional, a história aparece, no novo estabelecimento, somente como uma das modalidades, essa escrita no passado, do estudo das sociedades. A dupla experiência dos *Annales* e da *Encyclopedie française* guia as orientações maiores de VI seção e fazem um laboratório para a pesquisa em ciências sociais. De uma parte, o acento é posto, como na revista, sobre as virtudes da pesquisa coletiva que pode reunir competências disciplinares complementares; de outra parte, uma ligação estreita e estabelecida entre o ensino (sob a forma de seminários) e as pesquisas em desenvolvimento, isso que reencontra, em um outro nível, a ambição da *Encyclopedie*. Através da VI seção, na qual os cursos começam em 1948, Febvre renova o paradoxo que presidiu a fundação dos *Annales*: organizar em torno da história - mesmo, ou talvez sobretudo se ela se apague enquanto tal - a unidade das ciências do homem”. (Chartier e Revel. 1979. p. 437).

Além da contribuição de Febvre às mudanças no *métier* do historiador e na inserção da história nas discussões intelectuais do início do século, muitas outras de suas atividades serão assimiladas pelo contexto intelectual de sua época. “Por seus engajamentos múltiplos, ele exerceu muito cedo sobre os seus companheiros uma influência considerável e durável que ultrapassou largamente o círculo restrito dos historiadores”. (Müller. 1994. p. 9). Participando de diversas comissões e entidades de representação civil, Lucien Febvre marcou com a sua presença a presença da história, consagrando um lugar de destaque para a disciplina que queria ver renovada e condizente com os novos tempos.

Ocupando cargos importantes em várias instituições de origens diferentes - educacionais, diplomáticas, políticas, etc., - fez com que a sua carreira extra-universitária fosse

tão marcante quanto a eminentemente acadêmica, tornando-se de fato um homem do poder, como assim o foram os seus antecessores metódicos. Dentre essas entidades, pode-se ressaltar: *Comission Départementale pour la Recherche et la Publication des Documents de l'Histoire Économique de la Révolution*; *Comission de Cartographie Historique du Comité Technique des Sciences Humaines à la Caisse Nationale des Sciences*; *Comission d'Histoire et Géographie du Conseil supérieur de la Recherche Scientifique*; *Comission Nationale des Arts et Traditions Populaires*; *Comission Ministérielle d'Études pour la Réforme de l'Enseignement Supérieur* (Comission Langevin - Wallon, 1944); *Comission d'Histoire de l'Occupation et de la Libération de la France* (1944); *Comité d'Histoire de la Seconde Guerre Mondiale* (1946); *Société des historiens locaux*; *Fondation Nationale des sciences politiques*; *Centre Nationale de Recherche Scientifique (CNRS)*; *Académie de Sciences Morales et Politiques* (1945); *Comité Français de Sciences historiques, Unesco*; *Comission internationale pour l'Histoire de Développement Scientifique et Culturel de l'Humanité*. A partir desta vasta lista de atividades, pode-se deduzir que de fato Febvre viveu de acordo com a sua teoria, viveu, portanto, a indissociabilidade entre a ação e o pensamento, cultivando uma harmonia conseqüente entre as suas idéias científicas em geral e históricas, em particular, com as suas opções político-ideológicas, bem como sua vinculação a organismos de Estado e da produção intelectual.

“Enquanto muitos daqueles que vivem o (e do) mundo acadêmico preferem comodamente não participar «destes órgãos burocráticos», Lucien Febvre parece ter convivido não em uma, mas em muitas instituições «burocráticas». Além dos cargos que assumiu, tomou parte em várias missões de ensino no Exterior, sem arrolar todas elas, anotemos aquelas referentes à Universidade de Praga (1935), Universidade de Viena e Instituto Francês da Áustria (1935), Universidade de Buenos Aires (1937), Universidade de Montevidéu (1937), Universidades de Aberdeen e de Glasgow (1946), Universidade se Istambul (1948) e Universidade do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Fortaleza e São Paulo, onde deixou marcas visíveis (1949). (Mota. 1992. p. 9).

Identificadas as áreas de atuação, bem como as características dessa atuação no exercício do poder, pode-se deduzir que Lucien Febvre é de fato a expressão de uma forma de pensamento militante, que tenta aliar as aspirações científicas com a intervenção civil na condução dos destinos da vida social. Pragmaticamente, pois, sua obra é o resumo de todas essas atividades que marcaram sua inserção ativa na história da história francesa da primeira metade do século XX. Motivado pelo ideal do debate de idéias, seus projetos pessoais se confundiram e, ao mesmo tempo, deram sentido à sua luta por uma história renovada e que fosse adequada às exigências da moderna sociedade tecnocrática. Luta que se desenrolou em várias frentes de combate, mas sempre em defesa de uma certa concepção de história e de ciências humanas, como um ideal de saber pleno e, se possível, total, sobre o Homem.

#### 2.4 – O Movimento dos Annales.



No mundo intelectual francês, durante a passagem do século XIX para o século XX, a situação da história em relação às demais disciplinas poderia ser caracterizada como confortável. Considerando-se os espaços ocupados nas diversas instituições de ensino e na

representatividade social adquirida em função do contexto político, os historiadores desfrutavam do beneplácito das universidades e do público leitor de obras históricas. Os benefícios foram sentidos na forma da rápida profissionalização de seus especialistas, na abertura de vagas para professores para o ensino superior, na valorização da disciplina nas reformas de ensino (o aumento da carga horária do ensino de história nas diversas séries do ensino básico), na inserção de historiadores em cargos políticos<sup>18</sup> e na divulgação acentuada de obras de fundo histórico. Em síntese, a história ocupa um lugar preeminência nesse contexto de mudanças políticas e culturais.

“Preeminência ideológica: a ela é atribuída a missão essencial de enunciar a identidade e as expectativas de uma nação ferida por sua derrota diante da Alemanha – pensemos em Lavissee. Preeminência científica: ela encarna por excelência o método «positivo», a exigência erudita e, para além dela, o ideal erudito que deve contribuir para o rearmamento intelectual e moral de um país que prepara a revanche. Preeminência institucional enfim: provida de uma legitimidade antiga, a disciplina se vê em via de profissionalização rápida; ela redefine seus currículos e seus padrões, sendo, a esse título, uma beneficiária particularmente mimada do espetacular crescimento universitário desses anos. Seu método - «o método» - torna-se uma referência obrigatória”. (Revel. 1998. p. 81.).

No início do século XX, essa situação privilegiada da história sofrerá alguns abalos, tendo em vista as dificuldades vividas pela França com a Primeira Guerra e a crise dos anos trinta, vindo a ser sentida mesmo nos anos posteriores à Segunda Guerra mundial, quando ainda sobrevivem os resquícios desse tipo de história. Essa nova realidade repercutirá tanto no prestígio social da disciplina, como no acesso aos postos de trabalho, principalmente nas

---

<sup>18</sup> Seguindo a tradição de Guizot, muitos historiadores da segunda metade do século XIX, participaram ativamente da vida política da Terceira República. Dentre eles, aquele que melhor representa essa situação, Ernest Lavissee ocupou diversos cargos importantes principalmente na área de ensino. Apesar de Lavissee não ter sido republicano, a maioria dos membros dessa geração demonstravam essa tendência, fortalecendo, inclusive o revanchismo que se instala nos meios políticos franceses depois de 1870. Conferir Guy Bourdê e Hervé Martin, *As Escolas Históricas*, capítulo VI.

universidades. Observa-se, então, que no lugar das certezas intelectuais inspiradas pelos estudos históricos, sobretudo aquelas que foram dedicadas à história da Nação, bem como a hegemonia no plano das disciplinas acadêmicas e as ciências humanas, são depostas por uma «crise» de identidade e de legitimidade que se abate sobre o campo da história e a prática dos historiadores. De acordo com o pensamento de Lucien Febvre, isto se deve principalmente pelo fato dessa historiografia se recusar a manter qualquer contato com a realidade para além da sua própria “ciência” e da tranquilidade do seu meio profissional, redundando no desprestígio e no escárnio da intelectualidade da segunda metade do século XX.

“Tais são os frutos amargos que engendra uma história indiferente aos assuntos que ela trata, agarrando sem discriminação o primeiro que chega e se oferece sobre uma prateleira de biblioteca ou em um maço de documentos; velha nos seus métodos e seus procedimentos, jovem somente por suas deficiências de estilo; recusando de escolher, de classificar, de hierarquizar os motivos dos homens e justificando assim, antecipadamente, esses que, por necessidade de certeza e de ordem, lançam-se cegamente sobre teses curingas: religião inicialmente ou economia? Necessidades do espírito ou luta de classes ou preeminência do político? O tudo sem crítica, nem nuance, nem consideração de tempos, de lugares, de sociedades”. (Febvre. 1955d. p. 310-311).

Portanto, para se entender o papel intelectual de Febvre e a importância do movimento dos *Annales* no processo de renovação historiográfica francesa, é necessário se pensar na idéia de crise, para que se possa estabelecer as especificidades do contexto no qual emerge esse projeto, considerando como crise o momento ou a circunstância geradora de uma alteração na ordem estabelecida. A consequência imediata desta desordem é a constatação de que as potencialidades antes existentes chegaram ao limite de sua exaustão, fazendo emergir uma nova ordem marcada pela irracionalidade. Desse modo, o esgotamento das propriedades intrínsecas da realidade alterada, manifesta-se através da substituição da racionalidade pela

desordem nos conhecimentos e pela incerteza quanto ao futuro. Podemos sugerir duas dimensões diferente e ao mesmo tempo complementares dessa idéia de crise. Em um determinado momento, no âmbito das ciências humanas, vive-se de fato uma forte tensão intelectual concernente às limitações da história metódica, que por sua vez revela uma dimensão macro-histórica da crise social e política das primeiras décadas do século XX. O seu esforço em garantir objetividade à história, mas se limitando à história política, não mais atendia aos interesses das novas gerações de historiadores que percebiam com uma certa preocupação, mas sem deixar de ser otimista, o avanço das ciências sociais. Este fato caracteriza uma «crise do saber histórico» na medida em que, aos historiadores da idade da democracia e das massas, não mais satisfazia uma historiografia centrada na exaltação do Estado e nas suas formas de expressão. Sendo assim, a primeira denúncia de crise se dá pelo anúncio da “pobreza” temática e teórica daquela modalidade de história. Portanto, uma crise epistemológica de efeitos significativos, se se levar em consideração as mudanças de atitude que foram se realizando a partir dos anos trinta, relativizando as certezas de uma abordagem cientificista da história que se pronunciava através do discurso narrativo, personalista, cronológico e descritivo.

Um segundo dado dessa problemática, é o que se poderia chamar de «crise de sucessão», o que significa dizer das dificuldades enfrentadas pelas gerações pós-1870 de ingressarem nos postos oferecidos pelas instituições acadêmicas francesas. Tais circunstâncias impuseram, tanto a Lucien Febvre como a Marc Bloch, a paciência de ter “que esperar muito tempo antes que os «mestres» da geração precedente lhes cedessem o lugar”. (Noiriel. 1996. p. 16). Neste caso a crise é uma “invenção” de uma certa coletividade que busca legitimidade e, ao elaborar um discurso de denúncia, elege um inimigo cuja existência se constitui em um impedimento à realização dos seus anseios que se anunciam como modernizantes. Pensando assim, pode-se dizer que Febvre descreve com muita agudeza de detalhes aquilo que se poderia chamar de “conflito de gerações”, embora tenha pretendido se referir apenas à

dinâmica própria do desenvolvimento social em geral. Com certeza essa sua observação se adapta perfeitamente ao cenário das motivações que deram origem ao movimento dos Annales, refletindo em certa medida a sua própria história de intelectual militante.

“O desenvolvimento social é um contínuo, sem dúvida. O tecido se desencadeia de um movimento regular. Mas a cada instante, na sua trama, fios novos se inserem, fios antigos param; mas a cada instante dobras se formam; jovens em oposição com os seus pais, adolescentes orgulhosos de sua força mal regradada, entram na vida. Do passado, de seu legado, eles refazem, tanto bem como mal, uma síntese de acordo com seus sentimentos. O desdobramento não continua menos, o desfile de tudo isso que arrasta uma sociedade, com suas épocas todas misturadas, suas transições contínuas, suas gerações que não se colocam lado a lado como sobre os quadros genealógicos - mas para uma troca contínua, sobre colunas paralelas (um número infinito de colunas) e em degraus (um número infinito de degraus)”. (Febvre. 1939. p. 15’02-03).

Esse novo momento das ciências humanas vai propiciar o surgimento de novos projetos, envolvendo todo um capital cultural na rearmarcação do quadro da disciplinas. Na maioria das vezes, esses projetos são propostas de inclusão da história, em particular, e das ciências humanas em geral, nos limites definidos por algum tipo de teoria. Se antes havia entre os intelectuais, uma espécie de aceitação ao modelo de conhecimento sugerido pelo método científico, como se fosse uma necessidade lógica e epistemológica acima das preferências teóricas, agora um das alternativas apresentadas para a superação da crise é a adesão a um desses projetos. Frequentemente essas idéias estão fundadas sobre uma teoria do social, porquanto se vivencia, já neste período e aprofundado no imediato pós segunda guerra, a derrocada de valores e princípios que não se sustentavam diante da barbárie promovida pelas experiências do nazi-fascismo, bem como pela relativização do fundamentos de um pensamento científico ainda marcado pelo humanismo. Esses sintomas de crise de pensamento se apresentaram também na história e nas ciências humanas, exigindo delas um

novo quadro de ações e de idéias que promovessem a sua superação, isto é, adequarem-se aos novos critérios do novo espírito científico evidenciado pelo cenário de um “mundo em ruínas”.

“Eis que nos permite notar que a crise da história, a incontestável crise que atravessa a história no nosso mundo contemporâneo, os ataques ao mesmo tempo de vários flancos opostos dos quais ela é o objeto, as incertezas e os torvelinhos sobre ela mesma de quem ela dá o espetáculo cotidiano, tudo isto não a seqüela de um mal próprio a esta velha Clio; tudo isto é o aspecto especificamente histórico de uma grande crise do espírito. melhor, ela é somente um dos signos, e ao mesmo tempo uma das conseqüências, de uma transformação muito recente da atitude dos homens de ciência diante da ciência”. (Ib. p. 306).

Nesse período de experiências modernizantes, tanto no que concerne às inovações científicas como filosóficas e estéticas, observa-se a existência de uma variedade de matrizes teóricas no universo intelectual francês, influenciando ou mesmo determinando os caminhos da discussão sobre as possibilidades de renovação da história. Neste caso específico, são representativas as performances de algumas linhas fortes do pensamento acadêmico, por exemplo, os avanços progressivos do materialismo histórico em direção à história social e os desdobramentos de uma história inicialmente econômica e posteriormente quantitativa e serial. Essas alterações estão de acordo com os projetos que visavam garantir à história uma legitimidade científica e conseqüentemente política, em um ambiente francamente desfavorável para as disciplinas de tradição literária. Apesar disso, parece unânime a opinião de que foi o grupo dos *Annales* que provavelmente mais contribuiu para a divulgação de novos valores a serem aplicados ao *métier* do historiador, tendo em vista os desdobramentos de suas críticas à história política, gênero historiográfico que monopolizava a produção histórica e controlava a discussão sobre o método e a cientificidade da história.

“Se as inovações individuais relacionadas aos *Annales* têm precedentes e paralelos, sua combinação, não. Também é verdade que os movimentos paralelos de reforma e renovação da história foram em grande parte insucessos, de Karl Lamprecht, na Alemanha, à “nova história” de J. H. Robinson, nos EUA. As contribuições da Bloch, Febvre, Braudel e seus seguidores foram mais longe do que as de qualquer outro pesquisador ou grupo de pesquisadores na concretização desses objetivos comuns e em liderarem um movimento que se difundiu mais extensamente e por mais tempo do que de seus competidores. É bem possível que o historiador do futuro tenha condições de oferecer explicações desse sucesso em termos de estrutura e conjuntura, valorizando, por exemplo, o fato de sucessivos governos franceses financiarem a pesquisa histórica, ou a eliminação da competição intelectual alemã, durante as duas guerras mundiais. Difícil é desprezar as contribuições individuais de Bloch, Febvre e Braudel”. (Burke. 1992. p. 122).

A discussão sobre a identidade do movimento dos *Annales* está longe de atingir a unanimidade, considerando que as opiniões divergem quanto à existência ou não de uma escola historiográfica. Essa questão tem interessado a muitos historiadores, principalmente aqueles que se incluem diretamente na linha de tradição dos *Annales*. De certa forma a problemática está explicitada por François Furet:

“Põem-me amiudadas vezes a questão, no estrangeiro, sobre o que constitui a Escola dos *Annales*; esta questão embaraça-me sempre, por evocar no meu espírito o aspecto um pouco ritual da simples gestão de um capital cultural; ora o pensamento que verdadeiramente me inspira é que ela não tem muito sentido. (...) A bem dizer, não existe, desde a origem, escola de pensamento(...)”. (Furet. S/d. p. 10).

A opinião de Furet é ratificada por Jacques Revel quando este se posiciona muito claramente a favor da tese que defende a formação de um movimento intelectual ao invés de uma escola histórica. Para ele haveria muitas lacunas institucionais e intelectuais para que se

confirmasse a existência dos *Annales* enquanto escola, caracterizando-os então como uma sociedade de pesquisa.

“Falei de movimento, não de escola - como se faz, infelizmente, com uma exagerada freqüência, quando se trata dos *Annales*. Uma escola, rigidamente organizada em torno de uma instituição, depositária dos seus livros sagrados, espartilhada pelas convicções e pela sua hierarquia: não há nada mais alheio à forma como se constituiu à volta de um pequeno grupo de homens e da revista que fundaram em 1929, aquilo que poderíamos chamar, retomando o vocabulário do capitalismo nascente, uma sociedade de investigações”. (Revel.1990. p. 11).

Contrariando essas opiniões, Guariba Netto considera que os historiadores dos *Annales* conseguira se estabelecer como escola, enfatizando que as suas características principais eram de ordem metodológica.

“Apesar da ênfase na pesquisa e no confronto de trabalhos realizados, os “*Annales*” são mais que tudo uma escola de método. Se falam em recusas de dissertações teóricas, é mais por lucidez do que por preconceito. Seus textos exprimem uma clara percepção do valor e das possibilidades das interpretações epistêmicas. Realizam sistematicamente a crítica do discurso científico produzido, bem como inspecionam, sistematicamente, as condições de possibilidade da produção do conhecimento. Recusam, sim, perspectivas teóricas dogmáticas que pretendem fixar para todo o sempre as normas do proceder científico ou, arbitrariamente, generalizando a partir de experiências particulares”.(Guariba Netto. 1975. p. 200).

Neste contexto de reflexão sobre o conteúdo pretensamente científico da disciplina histórica, observa-se que em determinado momento intensifica-se o debate a respeito das características e das virtualidades da história como conhecimento sistemático das experiências coletivas vividas no passado. O aprofundamento dessas ponderações, dá-se de maneira extremamente contundente entre esses historiadores herdeiros da fortuna erudita que se

consolidou durante todo o século XIX, no momento em que se passou a fazer injunções sobre a historiografia hegemônica no período, aquela praticada pelas gerações consagradas através do esforço metódico de inclusão da história no rol das ciências. Destaca-se nesse cenário de polêmicas, um grupo de historiadores formados sob a influência das mais diversas experiências intelectuais, absorvendo as lições das ciências inovadas, tais como a sociologia, a psicologia e a geografia, e que se propuseram à ousadia de estabelecer um novo paradigma para o conhecimento histórico. Esses historiadores e demais cientistas sociais, demarcaram suas posições a partir das diversas publicações que foram surgindo desde a segunda metade do século XIX e estendendo-se até o século XX. Dentre elas, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* propiciou a aproximação desses intelectuais, permitindo que suas demandas fossem tornadas públicas, garantindo-lhes um espaço seguro para a divulgação de suas idéias. Dessa maneira, esta revista de orientação ecumênica e o movimento intelectual que teve nela sua origem, consolidou-se no ambiente acadêmico francês, constituindo-se, como diz Jacques Revel, em “uma iniciativa colectiva que foi inventiva, trabalhosa, generosa”. No campo mesmo das atividades historiográficas, esse movimento de baseou na idéia e na prática de rompimento com a história política e acontecimental, propugnando a história social como novo patamar teórico e epistemológico para o saber do historiador, que deveria doravante enfrentar o desafio do trabalho interdisciplinar e fortalecer os laços de afinidade e parentesco entre as chamadas ciências humanas.

“Há dois eixos gerais que subentendem a experiência dos *Annales*: a reivindicação de uma história experimental científica (mais do que culta) por um lado; e, por outro, a convicção de uma unidade em construção entre a história e as ciências sociais. Os dados acerca destes dois pontos eram, à partida, abertos; e continuaram a ser reformulados desde os primórdios do movimento, ao mesmo tempo que se transformavam as próprias condições do trabalho histórico”. (Revel. 1990. p. 12).

Foi em Estrasburgo que Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram a Revista *Annales d'histoire Économique et Sociale* (AHEES), com o objetivo de servir à “ciência” e à “educação”, tornando-se um dos mais importantes veículos de divulgação das idéias inovadoras defendidas por aquele grupo de intelectuais. Passados os primeiros combates contra a resistência metódica, confronto que durou algumas décadas até que se conseguisse um espaço institucional seguro, tornou-se efetivamente uma das principais publicações especializadas do mercado editorial francês. Precisamente através da revista foi possível estabelecer um debate sobre os problemas a ser enfrentados pela história, tendo em vista que se aprofundava um processo de rearrumação dos campos científicos.

“Quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram em Estrasburgo, em 1929, uma revista que retomava, modificado, um velho projeto de Lucien Febvre de uma revista internacional de história econômica que abortara, suas motivações eram de várias ordens. Antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares, era o que Lucien Febvre chamava, em 1932, de «derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão». (Le Goff. 1995. p. 29-30).

Foi, portanto, exatamente contra a cidadela da “história historizante” que a revista dos *Annales* desenvolveu toda a sua capacidade de crítica, apontando para uma maneira outra de conceber a história. A respeito da idéia de história historizante, Henri Berr considera como sendo suas as seguintes características: tradicional, empírica, pragmática, descritiva, etc.. Por isso não pode ser confundida com a história científica, cuja base de conhecimento se estabelece na idéia de síntese histórica.

“A história «historizante» é um modo empírico de história: ela narra, ela descreve, ela expõe; algumas vezes ela explica de um certo modo, mas essas explicações se fazem às cegas, não repousam sobre

um método preciso, sobre a consciência clara dos problemas a resolver”. (Berr. 1935. p. 30).

Os historiadores da Sorbonne tiveram que conviver por algum tempo com o imprevisto e o incômodo contidos nos escritos daquela revista que falava em nome de uma Nova História, embora ainda tenham se preservado nos seus lugares de destaque universitário e social até o fim da década de quarenta. A Sorbonne foi a expressão máxima da relutância em aderir à história proposta pelos *Annales*, recusando, pois, a inovação que vinha simbolizada na chancela “econômico e social” constante no título da revista, seus historiadores a transformaram, como diz Dumoulin, na “bastilha da história política”.

“Quando apareceu em 1929, a revista figurou como uma brasa lançada contra os hábitos intelectuais da história universitária estabelecida. No entanto, seus fundadores nada tinham de marginais. Febvre já contava com mais de 50 anos; já era autor de uma obra considerável, e logo seria eleito, em 1933, para o Collège de France” (Revel. 1993. p. 325),

A princípio os *Annales* se apresentaram como os portadores de uma novidade histórica, e optaram por divulgá-la da maneira mais polêmica possível, isto é, questionando a validade do saber daqueles que, inclusive foram os responsáveis pela formação intelectual dos fundadores da revista, mantinham postos estratégicos no contexto universitário francês. Discutir a legitimidade dos patriarcas da história moderna francesa, diga-se científica, seria, no mínimo, um ato de impostura para com aqueles que fundaram a “ciência histórica”, quando não, de ingratidão contra aqueles que estabeleceram as bases do processo de profissionalização da história e do historiador. Esse caráter polemista, faz lembrar da tese de Jacques Revel sobre a dupla lenda da origem do movimento dos *Annales*, quanto à sua recepção pelos historiadores e cientistas sociais. Identificando, assim, reações distintas em momentos diferentes, cujo marco histórico é o processo de institucionalização dos *Annales* após a segunda guerra mundial:

“(...) a história dos *Annales* foi marcada, desde muito cedo, por uma dupla lenda. Uma lenda negra que, desde os primeiros anos, se associou a uma revista agressiva, irritante, que facilmente se propunha das lições e que se tinha dedicado a perturbar as regras e os hábitos da comunidade historiadora em causa. Esta hostilidade recuou perante o êxito da iniciativa. Seria errado imaginar que tivesse sido completamente abolida, pois houve debates recentes que vieram recordá-la. Mas também, e talvez sobretudo, lenda dourada, resultante do sucesso intelectual e institucional, consagrando conjuntamente a obra dos «pais-fundadores», Marc Bloch e Lucien Febvre, e a continuidade de uma tradição”. (Revel. 1990. p. 14).

Associada a este tom de contestação, os fundadores do movimento dos *Annales* adicionaram um elemento controvertido à sua estratégia de divulgação dos seus princípios e valores, qual seja, a idéia de que, naquele momento, eles falavam de um lugar marginal em face do *establishment* intelectual e acadêmico francês. Isto é, valorizando suas tomadas de posição em face dos padrões historiográficos, faziam-se parecer com sujeitos competentes e seguros de suas convicções teóricas, embora excluídos pela relação desigual e injusta que as gerações de intelectuais estabelecem entre si. Segundo esse raciocínio, essas relações são constantemente ratificadas pela instituição universitária concentradora de privilégios e imobilista no que se refere à admissão dos novos historiadores<sup>19</sup>

“A marginalidade eles a inventam na crítica a instituições universitárias (agregação, Congresso de Ciências Históricas, Escola de Cartas, etc.) às quais os *Annales* preferem freqüentemente a competência - como interlocutores e como colaboradores - de certos meios extra-universitários”. (Burguière. 1979. p. 1353).

<sup>19</sup>Em função dos problemas econômicos vividos pela França nos anos 20 e 30, o ritmo de recrutamento de professores para as universidades entrou em processo de estagnação. As cadeiras foram mantidas por longo tempo inalteradas, aumentando a idade de aposentadoria dos professores, e poucas cadeiras de história foram criadas no período, sendo preteridas pelas cadeiras de conteúdo literário. Conferir em Olivier Dumoulin, «Profession Historien»: 1919-1939. Un métier en crise?, especialmente o terceiro capítulo, no qual o autor apresenta várias informações sobre o problema, inclusive com dados estatísticos sobre a quantidade de cadeiras de história, o número de ingressos, idade de aposentadoria, etc.

É preciso lembrar que, de fato, havia um cenário adverso às pretensões *annalíste*s, porquanto os principais centros de ensino superior francês estavam encastelados em uma atitude de reacionarismo. Além da Sorbonne que abrigava os principais representantes da história como aliada do Estado Nacional, havia a Escola de Chartes que distribuía seus alunos para lugares estratégicos da produção histórica. A sua atuação em nível de formação profissional, caracterizava-se por ser um conjunto de propostas conservadoras tanto no aspecto teórico-metodológico, quanto político. Em síntese, a Escola de Chartes foi durante muito tempo o abrigo seguro para a direita católica e difusora de um anti-semitismo explícito<sup>20</sup>. Entretanto, contrariando essa marginalidade “construída”, os fundadores dos *Annales*, e Lucien Febvre principalmente, estavam ativamente engajados nas lides intelectuais e universitárias, sendo nomes constantes nos principais periódicos da época.

“Eles dirigiam, um (Marc Bloch) o Instituto de História Medieval, o outro (Lucien Febvre), aquele de História Moderna; institutos que contribuíram para criar o quadro universitário renovado de Estrasburgo. Marc Bloch colabora ativamente com a oficialíssima *Revue Historique* e com a revista *Le Moyen Âge*. L. Febvre é membro do comitê diretor da *Revue d'Histoire Moderne* desde sua reaparição em 1925. Todos os dois publicam regularmente resenhas na *Revue Critique d'Histoire et de Littérature* e são desde longos anos fiéis colaboradores da *Revue de Synthèse Historique*. (Müller. 1994. p. X).

Apesar de todos esses aspectos políticos relevantes, demonstrativos de uma realidade marcada pelo tradicionalismo, e como se observou, foram potencializados no período que coincidiu com a ocupação nazista, parece que esta condição de marginalidade assumida pelos fundadores dos *Annales*, na verdade faz parte de uma estratégia de conquista de espaços de legitimidade junto à comunidade ideológica dos intelectuais. Pois, afora os graves problemas políticos enfrentados por Marc Bloch devido à sua origem judaica, e do caráter “duvidoso” da

<sup>20</sup>Sobre as posições políticas das principais instituições de ensino superior francês dos anos 30, conferir Dumoulin, 1983, p. 339 e segs.

preterição de Lucien Febvre ao seu ingresso na Sorbonne, não se tem informações sobre qualquer tipo de cerceamento mais ostensivo que possa ter sido desfechado contra os membros desse movimento inovador.

“(…) mais tática que real (…) consistia em fixar, fora das instituições, um lugar de dissidência de onde se podia interpelar a comunidade de historiadores e denunciar duas falsas certezas: lugar privilegiado, tanto para atrair todos aqueles que mal suportavam o conservadorismo e as conveniências do meio, quanto para se fazer entender a outras disciplinas”. (Burguière. 1979. p. 1353).

A revista dos *Annales* possuía naqueles primeiros momentos de vida alguns modelos de inspiração. O movimento dos *Annales* vão retirar do próprio universo editorial francês os exemplos a serem seguidos. Em termos de publicações periódicas tem-se especialmente a *L'Année Sociologique* (AS), revista criada e mantida por Émile Durkheim<sup>21</sup> como instrumento da luta que travava para garantir à sociologia um espaço institucional.

“De acordo com o próprio Febvre, é a segunda geração dos colaboradores do *Année sociologique* que contou para si; seu trabalho de flexibilização da doutrina durkheimiana foi no seio de seu antidogmatismo, e favoreceu, quanto ao fundo, os encontros com entre sociólogos e historiadores”. (Mann. 1971. p. 82).

Os *Annales de Géographie* (AG) fundados por Vidal de la Blache<sup>22</sup> na sua atuação pioneira e inovadora na divulgação de uma geografia humana, relativizando as “verdades” da geografia física plasmadas no determinismo geográfico ratzeliano.

---

<sup>21</sup>Émile Durkheim (1858-1917). Aluno da *École Normale Supérieure*, foi influenciado pela obra de Herbert Spencer, inclinando-se para os estudos da psicologia de acordo com os modelos biológicos. Dedicou-se à organização da sociologia como ciência, procurando inseri-la nas universidades francesas. Fundou em 1898 a revista *L'Année sociologique*, veículo de divulgação das idéias e dos ideais de Escola Sociológica Francesa. Os fundadores dos *Annales* se declaram devedores da sua contribuição inovadora, embora Febvre seja um pouco comedido na hora de prestar contas com a sociologia durkheimiana, em Bloch as marcas são muito mais aparentes.

<sup>22</sup>Vidal de La Blache, Paul (1845-1918), geógrafo francês. Sua obra mais conhecida é *Tableau de la géographie de la France* (1903). Fundou a revista *Annales de Géographie* e, em 1894, publicou seu *Atlas général: Histoire et géographie*. A geografia humana proposta por Vidal de la Blache marcou profundamente o pensamento de Lucien Febvre, que por algum tempo pensou em segui-la profissionalmente.

“A escola francesa de geografia foi verdadeiramente grande, de todos os pontos de vista. Foi ela que forneceu à «escola» dos *Annales*, ao princípio, os seus melhores recrutas. (...) o que fazia precisamente a vitalidade desta disciplina era o objectivo de síntese, a diversidade dos pontos de vista, a convergência sobre o mesmo objecto de métodos de abordagens e de olhares diversos.(...) No fundo, a geografia foi em parte esgotada pela sua própria fecundidade, dissociada pela compartimentação epistemológica, sufocada a pouco e pouco pela sua primogenitura.”. (Duby e Lardreau. 1989. p. 82).

A *Revue de Synthèse Historique* (RSH), de Henri Berr<sup>23</sup>, que propiciou a aproximação com o pensamento das ciências sociais francesas e europeias, na qual Lucien Febvre foi “para a história, o animador do Centro de Síntese que, quarenta anos antes do problema estivesse enfim na moda, procura já reagrupar as Ciências do homem para ter uma visão de conjunto”. (Morazé. 1957. p. 3). O propósito desses inovadores era diminuir a distância entre essas áreas do conhecimento humano, permitindo, assim, que a história viesse a se tornar também uma ciência social. A revista alemã *Vierteljahrschrift für sozial-und Wirtschaftsgeschichte* (Revista Trimestral de História Social e Econômica), serviu-lhes, donde se poderia verificar as “influências” mais profundas nos fundadores dos *Annales*, quando da escolha do seu nome e da sua linha editorial.

“(...) os fundadores dos ‘Annales’ encontravam não apenas o acento posto no econômico, como também no social, aquele social que os seduzira por seu caráter vago que permitia falar de tudo. Porque se tratava de saltar muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente as sociologia. Sob a etiqueta de social, Lucien Febvre e Marc Bloch encontravam a

<sup>23</sup>Henri Berr (1863-1954), embora tenha participado ativamente das discussões sobre a história (*La synthèse en histoire, essai critique et théorique* – 1910), não era de fato historiador. *Agrégé* e doutor em letras, escreveu sua tese tratando de um tema filosófico (*L’avenir de la philosophie: esquisse d’une synthèse des connaissances fondée sur l’histoire* – 1898). Foi professor de letras e retórica no Liceu Henri IV em Paris. Planejou e organizou a coleção *L’évolution de l’humanité* e fundou, em 1925, o *Centre International de Synthèse*, no qual se realizava anualmente as *Semaines Internationales de Synthèse*. Lucien Febvre o conheceu em 1902 na Escola Normal Superior e começou a colaborar na RSH em 1905.

inspiração sem fronteiras da *Revue de synthèse historique*(...)"(Le Goff. 1995. p. 30).

Essa vontade de superar os obstáculos construídos por um tipo de conhecimento humano compartimentado, fez com que, anteriormente à concretização dos *Annales* em 1929, os seus fundadores se envolvessem com experiências pioneiras na proposta de inovação das ciências humanas. Por isso, pode-se dizer que “em realidade, Lucien Febvre dos *Annales* existiu um quarto de século antes dos *Annales*. e, isso que ele fez nos *Annales*, ele tinha feito primeiramente na *Revue de Synthèse*”.(Morazé. Ib.). Os fundadores quiseram, portanto, criar uma revista que fosse ao mesmo tempo um instrumento de crítica, discussão de métodos e divulgação de idéias novas, esclarecendo desde o início que eles buscavam um posicionamento intelectual distintivo. “Nós acreditamos portanto que, ao lado de suas irmãs mais velhas, ela marcará seu lugar ao sol. Ela se inspira em seus exemplos, mas ela traz um espírito que lhe é próprio”. (Les directeurs. 1929. p. 1). Isso tudo foi pensado para servir de instrumento contra o que chamaram de “história-manual”, “história-narração” e “história-tese”, ou seja, a história historizante que tanto desagradava àqueles intelectuais. Tomando de empréstimo a experiência de sucesso acumulada por aquelas publicações, os *Annales* vão se distinguindo delas na medida em que renovam em diversos aspectos:

“É uma revista que se esforça para escapar à rotina universitária tanto por seu estilo pouco acadêmico quanto por sua rede de colaboradores (dela fazem parte funcionários internacionais, profissionais do meio bancário), mesmo que Marc Bloch e Lucien Febvre sigam, cada um, uma carreira brilhante e clássica”. (Burguière. 1993. p. 49).

Quanto aos temas mais recorrentes aparecidos na maioria dos seus números, pode-se destacar a preocupação com o debate produzido pelas às ciências sociais sobre os limites da história, que redundou na adoção de uma postura muito intransigente em face dos “dogmas” da história metódica. Assim, encontra-se em seus números, dentre outros, escritos que trazem

a crítica ao núcleo central da história tradicional, qual seja, a política como manifestação dos atos e interesses do Estado nacional; a recusa à filosofia da história ou qualquer forma de atribuição de um sentido e um fim ao processo histórico; o abandono da prática da escrita histórica baseada nos eventos e na descrição dos acontecimentos. De uma maneira mais explícita, segundo Barret-Kriegel (1973)<sup>24</sup>, foram três as principais temáticas que orientaram a crítica à história metódica e assumidas como referência para a discussão teórica entre os historiadores, consolidando o perfil do modelo de história proposto pelos Annales: o antievolucionismo e a elaboração do conceito de temporalidade histórica, baseados nas discussões promovidas pela física, no que diz respeito à teoria clássica do espaço e a teoria da relatividade; o antipolitismo e a construção do conceito de materialidade histórica, recusando um tipo de história que se dedica apenas à política e à diplomacia e defendendo uma história da vida material; e por fim, o antimoralismo e ao conceito de lei histórica, estabelecendo uma crítica sem rodeios a qualquer tipo de julgamento à história, bem como toda tentativa de enformá-la em um esquema explicativa totalizante, como faziam as filosofias da história. Além disso e de modo especialmente relevante quanto às suas preferências teóricas e temáticas, a valorização das questões relativas aos problemas vividos na imediatidade da vida.

“A importância concedida aos problemas contemporâneos não é o menor paradoxo de uma revista que teve dificuldades para se fazer admitir por especialistas de história contemporânea. Até 1939, um terço, e alguns anos depois a metade dos artigos que publicam os *Annales* tratavam sobre o tempo presente. Trata-se, inicialmente, da Crise, fenômeno maior e planetário, que a revista evoca em permanência e sob todas suas formas: crise financeira, crise agrícola, desemprego, etc. Mas a experiência Roosevelt, a emergência do nazismo, a planificação soviética são também o objeto de análises quase imediatos”. (Burguière. 1979. p. 1354).

---

<sup>24</sup>Conferir estas informações no texto “Histoire et politique ou l’histoire, science des effets”, onde a autora apresenta algumas considerações sobre o tratamento dado pelos Annales à história política.

A conjuntura política e a ordem internacional dos anos trinta se impunham à maioria das publicações de ciências humanas, independentemente de suas preferências por uma política editorial mais tradicional ou pela ênfase nos temas da história imediata. Apesar da revista dos *Annales* não terem o surgimento determinado pela crise econômica de 1930, a sua repercussão sentida em quase todos os países do mundo acabou por influenciar fortemente na escolha das temáticas a serem abordadas pelas colaboradoras e priorizadas pela comissão editorial. Em um certo sentido, a crise colaborou na consolidação acadêmica da história econômica, disciplina que vinha sendo defendida pelos historiadores dos *Annales*, como uma das alternativas à história fatual.

“As quebras dramáticas da economia capitalista em escala mundial, alcançando de um só golpe a América e a Europa, questionam a idéia do progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais. Essa crise está relacionada às questões novas que valorizam os aspectos econômicos e sociais, por sua vez mergulhados na deflação, na recessão e no desemprego. Nesse contexto, em que é forte a demanda para compreender e agir, é que a revista dos *Annales*, que leva o título de *Annales d'Histoire économique et sociale*, responde inteiramente às questões de uma época que desloca o olhar dos aspectos políticos para os econômicos”. (Dosse. 1992. p. 22).

Esta preocupação com os acontecimentos gerados no contexto da atualidade vai determinar o perfil metodológico dos *Annales*, porquanto se orientam utilizando os procedimentos da análise retrospectiva em relação aos seus estudos da história de épocas remotas. Ou seja, apesar de quase todos os historiadores representantes desse movimento terem desenvolvido seus estudos sobre a Idade Média, suas problemáticas foram motivadas quase sempre por questões atuais, incorporando discussões revisionistas ou abordagens teóricas elaboradas no próprio contexto de escrita dessas obras. Esta atitude refletirá sobre a concepção de tempo desenvolvida a partir do tratamento cronológico da mudança e sinalizará

para uma noção de tempo que se estabelece sobre o conceito de duração. O que os *Annales* propõem, em se tratando da história imediata, é estabelecer um tipo novo de tratamento para a relação entre o passado e o presente. Isto implica necessariamente na consolidação da noção de tempo estrutural, pensado inicialmente pela sociologia e que por fim, foi assumido por aqueles historiadores ávidos de inovações. Como diz Fernand Braudel:

“A História é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, ela é o estudo do social, de todo o social, e, portanto, do passado e do presente também, um e outro inseparáveis. Lucien Febvre teria dito e repetido durante os dez últimos anos de sua vida: «História, ciência do passado, ciência do presente»”. (Braudel. 1967. p. 87).

Ao admitir o tempo como o conjunto das manifestações sincrônicas e diacrônicas da experiência humana, os *annalistes* estavam rompendo com a idéia de tempo cronológico e linear da história “positivista”, assim como a noção de imobilidade e acabamento do passado, sugerindo que a história fosse vista não “como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância”(Febvre. 1985. p. 40), mas como um conhecimento dinâmico o suficiente para apreender o movimento da vida. Através do conceito de duração, o historiador pode pressupor o presente como uma continuidade do passado, em termos da permanência de fenômenos históricos no tempo longo. O presente e o passado não estão mais distantes e impossibilitados de um encontro, como preconizava a história tradicional, nem mesmo, como pensava o historicismo, estas instâncias se confundem no presente sempre o mesmo, assimilando uma a outra e abolindo as diferenças, mas fazem parte de uma mesma simultaneidade histórica. Contudo, essa concepção de tempo histórico como sincronia e diacronia, não pode ser confundida com a idéia de que a história é imóvel, ou que as mudanças são tão imperceptíveis que podem mesmo ser desconsideradas no trabalho do historiador. “A história não pensa apenas em termos de «humano». O seu clima natural é o da duração. Ciência dos homens, sim – mas dos homens no tempo. O tempo, essa contínua – mas também perpétua transformação”. (Febvre. 1985. p. 247). Por isso, a contradição aparente

produzida pelos historiadores dos *Annales* ao privilegiarem o atual e recente nos trabalhos apresentados na revista, desfaz-se à medida que, para efeito do trabalho do historiador, as durações se interdependem mutuamente.

“Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não só é inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo «objetivo» do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira «objetividade», mas nenhuma outra história é possível”.  
(Le Goff. 1992. p. 51).

Além desse aspecto de natureza teórica que define o tempo histórico como simultaneidade de tempos diversos, estabelecendo, portanto, que o passado e o presente são dimensões de uma temporalidade múltipla, o movimento dos *Annales* assumiu uma espécie de compromisso tácito com a história do momento atual. Neste sentido, elegendo como princípio de orientação do trabalho de editoração, a abertura de espaço na revista para não-especialistas publicarem suas impressões sobre o presente, os *annalistes* tomavam partido por uma prática historiográfica voltada para as questões da vida imediata. Isto é, com um tipo de escrita da história que fosse, antes de qualquer coisa, um problema a ser resolvido mediante o engajamento do historiador do universo intelectual do seu mundo de vida. Essa atitude certamente representa o rompimento com uma certa tradição historiográfica, na medida em que se tinha como verdade a ser seguida a idéia de quanto mais recuado no tempo, maior a possibilidade do historiador apreender o sentido dos acontecimentos do passado, recusando qualquer forma de história do contemporâneo.

“Uma das inovações, essencial, dos *Annales* da época é do rompimento com a concepção puramente passadista do discurso histórico, a correlação passado e presente na construção de uma

história que tenha por campo de estudo não somente o passado mas também a sociedade contemporânea. Enquanto a escola historicista considerava a prática historiográfica, em um percurso cientificista, desvinculada do presente, Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico”. (Dosse. 1992. p. 67).

Nessa mesma vertente, ou seja, na definição de um procedimento que tem início em uma problemática contemporânea, atribuindo a consistência à pesquisa histórica a partir do seu engajamento na vida, os *Annales* vão retomar e aprofundar uma prática antiga. Embora relegada ao segundo plano pelos metódicos, aqueles historiadores vão combater por forma de escrever a história que seja acessível também ao público não iniciado. Rompendo com o elitismo cientificista dos historiadores universitários do século XIX, os *Annales* impuseram um novo tratamento ao texto de história, resguardando a um só tempo as características da pesquisa científica e as preocupações estéticas do escritor. Retomando o exemplos de historiadores como Michelet, os *annalistes* vão enfatizar sobretudo a necessidade do homem comum e seus problemas comuns reconhecerem-se nos livros de história, sendo que estes venham escritos de maneira a esclarecer e agradar sem cair nos superficialismos do eruditismo retórico. Sobre as influências de Michelet sobre o fundadores dos *Annales*, especialmente Lucien Febvre, parece bastante expressivo o comentário de Georges Duby:

“Mas não posso dizer que alguma vez leia Michelet sem uma certa irritação. Talvez porque falaram dele, porque brandiram demais alto a sua personalidade, como uma espécie de estandarte: nos combates travados pelos meus mestres, Lucien Febvre em particular, contra a história acanhada que lhes era oposta (um combate de que apesar de tudo saíram vitoriosos), eles referiam-se a Michelet - era natural, mas se calhar os seus epígonos forçaram um pouco a nota. O que me irrita também é a sua tentação de se tornarem um pouco o que era Michelet, mentores da juventude. É evidente que é tentador:

esse homem falava de história aqui, no Collège de France, e logo tudo se punha a mexer, na rua. (...)É em vão que procuro nele a generosidade extraordinária de um Lucien Febvre, ou de um Fernand Braudel, que são homens da vida, que dão às mãos cheias, alto e bom som. Tenho a impressão de um homem introvertido, avaro”. (Duby. 1989. p. 80).

Contra o isolacionismo nas torres de marfim encravadas no interior das universidades, o movimento dos Annales propõem uma história em trânsito pela cidade, revolvendo os problemas da vida moderna e permitindo aos homens pensarem sobre si historicamente. Neste aspecto, o pensamento de Febvre vai ao encontro de uma proposta presente no projeto de Michelet, isto é, fazer com que a história escrita seja acessível também ao homem comum. Dessa forma é que se justifica, por exemplo, a atitude favorável de Febvre em relação à vulgarização do conhecimento histórico. Sem dúvida alguma, Febvre foi um dos ardorosos defensores desse princípio, inclusive como parte de seu projeto de fazer a história ultrapassar os muros da universidade e se encontrar com o público não especializado. A prova de existência desse preceito estilístico que podemos chamar de deleite do texto, condição indispensável à divulgação histórica, encontra-se na escrita febvriana como elemento determinante. Esta opção de declarar seu trabalho não é uma simples questão de estilo, é na verdade uma característica que está centrada na própria concepção de história e é respaldada por uma tradição que se consagra como um modo de pensar o conhecimento histórico. Em Febvre, esta tradição se apresenta também como a própria lógica que comanda o seu raciocínio e a sua modalidade de enunciação do discurso histórico.

Apesar dessas considerações serem indiscutivelmente procedentes, não se pode esquecer a importância da noção de estilo na acepção mais genérica do termo, porquanto seja Lucien Febvre um representante fidedigno de uma tradição extremamente preocupada com o aspecto retórico da escrita da história. Não que ele se confunda com uma certa linhagem historiográfica radicada na valorização da forma e esquecida da importância do conteúdo da

obra histórica, mas apenas no fato de sua escrita manifestar o cuidado com o modo de expor as idéias e construir a explicação, preservando o detalhe literário da ciência histórica e considerando seu aspecto artístico. Portanto, não se pode descuidar do seu estilo pessoal de escrita, pois além de demonstrar uma capacidade “poética” extraordinária, explicita uma herança intelectual plenamente aceita e que remonta a Michelet. Por isso, é preciso lembrar Peter Gay ao se referir ao historiador e suas qualidades de escritor.

“É um escritor profissional e um leitor profissional. Como escritor, sofre a pressão de se tornar estilista mantendo-se cientista; cabe-lhe proporcionar prazer sem comprometer a verdade. (...) Como leitor, ele preza a qualidade literária, absorve fatos e interpretações, explora as palavras diante de si em busca de verdades atuantes sob a superfície; o estilo para ele, pode constituir um objeto de satisfação, um veículo de conhecimento ou um instrumento de diagnóstico.(...). Deve o historiador lembrar que a própria idéia de estilo vem afetada por uma ambigüidade central: há que dar informação e prazer”. (Gay, 1990. p. 18/20).

Sem dúvidas as peculiaridades intelectuais de Lucien Febvre, tanto na forma de pensar como na forma de escrever a história, remete para a idéia de luta por um estilo historiográfico, cujo propósito seria a garantir a presença humana no seu relato. Estilo, portanto, como conceito que representa o modo específico de pronúncia da história como conhecimento. Somente se poderia avaliar o esforço de Febvre em instaurar um modo próprio de falar para a história, ao mesmo tempo em que sua modalidade de escrita se constituía em uma contribuição à consolidação do conhecimento histórico. Para compreender o combate febvreano em defesa do humanismo na escrita da história, deve-se seguir o raciocínio de Marc Bloch de estética de linguagem ou estilo. A função dessa estética seria a de representar o modo original como cada ciência se expressa enquanto conhecimento distinto da experiência cotidiana. Somente assim, poder-se-ia retirar a idéia de estilo da esfera pessoal e da responsabilidade estética exclusiva do historiador e estenderia para a ciência mesma.

“Mas cada ciência tem a estética própria da sua linguagem. Os factos humanos são, por essência, fenómenos delicadíssimos, muitos dos quais escapam à medida matemática. Cumpre utilizar uma linguagem finíssima, uma cor adequada ao tom verbal, para traduzir bem os factos humanos, e portanto para os penetrar bem (pois é lá possível compreender perfeitamente aquilo que não formos capazes de dizer?)”. (Bloch. S/d. p. 29).

No raciocínio blochiano a história é considerada uma ciência dos fenómenos humanos e requer, portanto, uma linguagem que se aproxime da complexidade inerente ao seu objeto. Isto significa dizer que o historiador está condicionado a lidar com a imprecisão da linguagem ordinária, mas que, por isso mesmo, tem a seu favor a abertura sem limites para explorar a sua sensibilidade compreensiva por meio das palavras do seu idioma nacional. Aqui se pode atribuir a Febvre um trabalho de confirmação desses ideais quando se observa a sua luta contra a “naturalização” da ciência histórica, isto é, impedir que o discurso próprio à história seja obscurecido pelo das ciências naturais. Do mesmo modo, garantindo que a história, como as demais ciências humanas, deva assumir o fato de que seu objeto escapa a uma racionalização objetiva, tendo que se contentar em fazer uso da linguagem comum para expressar seu saber.

Em uma palavra, Febvre pensa uma nova história que se define através das diversas reformulações realizadas na prática dos historiadores. Essas mudanças podem ser sentidas na mais simples das tarefas do cotidiano da pesquisa, o alargamento da noção de fonte histórica, até a relação do produto final do trabalho com o público leitor. Uma história mais ampla nas suas investigações e mais «popular» nas suas formas de consumo.

“(…) com esta história, o elo perdido entre a pesquisa científica e o público leitor de história podia ser renovado. História das diferenças, história das civilizações, a história de Bloch e de Febvre era capaz de trazer ao homem do século XX o que lhe faltava: a compreensão a um só tempo da radical originalidade do seu tempo

e das sobrevivências ainda presente na sua sociedade”.(Chartier. 1989. p. 18).

Outro elemento marcante da prática dos *Annales* e que os torna especialmente diferentes das outras revistas especializadas em circulação nos anos trinta, é o modo de se apresentarem através de uma estratégia agressiva de autopromoção. Pode-se, inclusive, sugerir uma certa semelhança em relação às atitudes tomadas pelos sociólogos durkheimianos na sua luta por espaço institucional. Esses historiadores se encontravam fora do circuito das decisões e da produção histórica francesa quando da fundação da revista, sendo necessário elaborar uma ofensiva coerente e eficaz às bases de legitimação dos representantes das gerações anteriores que dominavam esse universo de personalidades distintas.

“Este estilo direto e polêmico visava quebrar a capa de prudência universitária que sufocava o debate de idéias, e tornava praticamente impossível, porque inconveniente, uma verdadeira discussão da produção científica. Mas ele tinha igualmente por fim de se fabricar inimigos, para construir sobre este capital de hostilidade um espírito de grupo, isso que os diretores chamavam eles mesmos «espírito dos *Annales*»”. (Burguière. 1979. p. 1350).

Em nome desse “espírito” os seus fundadores consolidaram suas obras e se inseriram definitivamente no cenário intelectual francês do início do século XX. O modo como investiram nesta publicação, fez dela um veículo importante para a renovação da historiografia francesa e a sua institucionalização se concretizou de maneira a, praticamente, monopolizar o universo intelectual da história, quando se percebe o prestígio conquistado e garantido até os dias de hoje. Antes mesmo do falecimento de Lucien Febvre, verifica-se uma intensa disputa por espaço entre as correntes historiográficas francesas dos anos cinquenta e que tomam como principal concorrente o grupo dos *Annales*, como é o caso do marxismo.

“Uma escola histórica, formada em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, sobe ao firmamento da história burguesa francesa. (...) Seus membros monopolizam de mais a mais os postos-

chaves da pesquisa e do ensino. O Senhor Braudel, para citar somente ele, ocupa o trono no *Collège de France* e nos *Annales*, dirige a seção histórica da Recherche Scientifique e da l'École des Hautes-Etudes e preside o júri da agregação de história". (Blot. 1951. p. 46).

Os *Annales* representaram um momento de síntese de todos os questionamentos levantados desde a passagem do século, no que concerne à problemática do estatuto do conhecimento histórico, bem como dos mecanismos de profissionalização do historiador. As motivações que espelharam suas preferências e suas práticas intelectuais são vastas e complexas. Dentre elas pode-se aludir a um certo espírito relativista ao valorizar a contemporaneidade da história; a uma crença na condição científica da história, ou pelos menos na construção progressiva desse estatuto; à vontade de edificar uma história que seja a apreensão total dos fenômenos produzidos pela ação humana e por fim, uma compreensão de que a história é o conhecimento elaborado a partir da problematização montada pelo historiador, segundo suas relações com os múltiplos condicionamentos engendrados pelo panorama sociocultural no qual se insere como intelectual.

“O programa dos *Annales*, em resumo, reúne aquele de Voltaire nas *Nouvelles considérations de l'histoire* (1744) e as proposições de Chateaubriand no prefácio aos *Études historiques* (1831): « Agora a história é uma enciclopédia; convém nela incluir tudo, desde a astronomia até a química, desde a arte do financista até aquela do industrial, desde o conhecimento do pintor, do escultor e do arquiteto até aquela do economista». Ele é a realização dos projetos de Michelet da *Histoire totale*". (Caire-Jabinet. 1994. p. 92-3).

Em nome do rigor científico e do antidogmatismo, foram o porta-voz de um programa contumaz de defesa de um projeto historiográfico renovado que, “organiza-se em torno de uma proposta central: a urgência em fazer sair a história do seu isolamento disciplinar, a necessidade de que esteja aberta às interrogações e os métodos das outras ciências sociais”. (Revel. 1989. p. 17-18). Esta intenção de rompimento da distância entre a

história e as ciências sociais, temática constante da obra de Lucien Febvre, associada à proposta de um programa interdisciplinar de pesquisa, será de fato o principal alvo do projeto de renovação associado ao movimento dos *Annales*. Através dele será possível aos *annalistes* realizar a superação teórica e metodológica da historiografia metódica, insistentemente chamada pelos fundadores e por alguns de continuadores de «positivista».

“Ao método artesanal saído do positivismo (a crítica das fontes) são adicionadas, por continuidade e por aprofundamento, a inquietude e a obrigação epistemológica de uma reflexão sobre o espaço e o tempo, sobre a implicação do historiador no seu objeto, sobre os desafios e as escolhas de uma escrita da história”. (Le Goff e Rousselier. 1995. p. 7-8).

Para além da importância da revista dos *Annales* relativa à historiografia francesa e aos historiadores que iniciaram suas carreiras a partir de uma certa postura crítica em relação ao modo hegemônico de pensar e fazer história em vigor desde os fins do século XIX, deve-se concluir que para Febvre ela representa um papel fundamental. Dado que a sua participação ultrapassou a condição de idealizador, assumindo freqüentemente a responsabilidade de editá-la quase sozinho, especialmente no período da segunda guerra quando Bloch estava fugindo do anti-semitismo do governo de Vichy, ou na clandestinidade, é impossível pensar a sua obra sem prestar as devidas contas à revista. Podemos até conjecturar se obra de Febvre teria a divulgação e aceitação sem que tivesse existido os *Annales*, já que ele vinha mantendo uma colaboração regular em outras publicações. Entretanto, parece mais conveniente pensar que foi por meio deles que a sua principal contribuição se efetivou: os artigos e as resenhas que vieram constituir o seu patrimônio intelectual crítico. Foi por meio desse veículo que as suas propostas de renovação alcançaram o grande público, acadêmico e leigo, encontrando eco para que se iniciasse a aproximação das ciências humanas sob a regência da história, criando alguns espaços especializados na revista, onde se poderia discutir a produção intelectual da história, como é o caso da seção «Questions de fait et de méthode».

“É a secção onde, decisivamente, se realiza o balanço crítico e a orientação crítica sobre o trabalho científico que é produzido. Reúne, sempre, artigos críticos, os mais interessantes, que discutem efetivamente os problemas relativos a constituição do conhecimento histórico, bem como avaliam as novas experiências teóricas no campo das ciências do homem. A avaliação das novas direções de trabalho teórico, bem como o julgamento de sua validade, põe em destaque o vigor teórico do Grupo dos *Annales* e justificaria a validade da revista. M. Bloch domina o campo dos estudos medievais e das estruturas agrárias. Lucien Febvre dá curso, em seus artigos críticos, ao desenvolvimento de sua problemática. A seqüência dos seus textos revela o progressivo caminhar do seu pensamento. É uma das secções mais bem realizadas dos «*Annales*». É o reino, por excelência, de Febvre”. (Guariba Netto. 1975. p. 214-215).

Em termos comparativos, pode-se dizer que as relações de influência existentes entre os fundadores do movimento dos *Annales* e as novas gerações de historiadores franceses reunidos em torno da *Nouvelle Histoire*, dão-se de maneira diferenciada, tendo em vista as formas particulares de inserção daqueles no conjunto das questões historiográficas e intelectuais no início dos anos vinte do século XX. Mesmo assim, o mais importante parece ser o fato de que, embora se constate que “muitos historiadores, mesmo franceses, não publicaram nada na revista *Annales*; nem por isso deixam de ser novos historiadores, isto é, praticantes duma historiografia em ruptura com as antecedentes e contemporâneas” (Carbonell. 1992. p. 121), o espírito inovador dos *Annales* repercutiu profundamente no modo das novas gerações de historiadores encararem seu ofício. Quando relevadas as motivações que os empolgam e os modos específicos pelos quais enfrentam os problemas “científicos”, percebe-se que os historiadores formados logo em seguida à segunda guerra mundial enveredaram em sua grande maioria pelos caminhos trilhados por Marc Bloch, ao mesmo tempo que acompanhavam as mudanças de caráter estruturalista que ocorriam no mundo intelectual francês. Ao passo que, aqueles que se viveram ou herdaram imediatamente depois o

clima eufórico do relativismo dos anos sessenta, assumiram e atualizaram as abordagens febvrianas, principalmente nos anos oitenta quando se verifica um retorno ao evento estruturado e a alguns objetos “tradicionais” história.

“(…) Febvre não pertence exclusivamente à *Nouvelle Histoire*, mas pertence também à historiografia tradicional e a uma possível saída desta pela hermenêutica. Ele teria ultrapassado a história tradicional conservando-a, e teria ultrapassado a *Nouvelle Histoire* tendo-a nele. Quanto a Bloch, seria um historiador específico do século XX. Sua obra é representativa do tipo de conhecimento histórico que o século XX pode produzir. Ele pertence à *Nouvelle Histoire* como o seu mais legítimo fundador”. (Reis. 1994. p. 46).

Sendo assim, enquanto Marc Bloch ao imprimir à sua obra uma característica sociológica, na tradição durkheimiana do termo, permitindo o contato das ciências sociais com a história, Lucien Febvre permaneceu nos limites de uma história baseada nas idéias de consciência, compreensão e reflexão. Para Bloch o diálogo com a sociologia foi possível através da assimilação das noções de representação, permanência e de inconsciente coletivo, repercutindo nas escolhas intelectuais dos historiadores contemporâneos da preferência por uma história estrutural, quantitativa e fundada sobre a preocupação com o social. Enquanto isso, Febvre continuará desenvolvendo sua historiografia partindo do evento estruturado, concentrando sua investigação nas individualidades e nos fatos intelectuais produzidos por elas. As convicções intelectuais de Febvre concernentes a uma interpretação humanista da história, podem ser observadas na sua atitude de relutância diante dos sinais de avanço do estruturalismo nas ciências sociais. No campo da história esses sinais foram vistos primeiramente nos trabalhos de história econômica, lugar privilegiado para o experimentalismo das abordagens históricas sem sujeitos. Febvre esclarece no seu prefácio a Morazé.

“Não se encontrará nada desses livros inumanos de economia pretensamente histórica que, grandemente reforçada por dados

numéricos e estatísticos mais ou menos criticados e controlados, pretendendo dar da situação de um povo, de um Estado, de uma nação em um certo momento uma imagem válida. Desses livros que o autor iniciado no jogo pode consagrar indiferentemente à Polônia, ao Brasil, à Tchecoslováquia ou ao Canadá, sem manifestar a menor preocupação disso que, em realidade, conta antes de tudo: a mentalidade dos poloneses ou aquela dos brasileiros, tal como ela resulta da conjuntura econômica”. (Febvre. 1952g. p. X).

Em uma palavra, escrevendo uma história intelectual apoiado no estilo biográfico, Febvre se manteve fiel aos princípios de uma cultura humanística e de uma história baseada em uma idéia ampla de vida. Somente dessa maneira sua relação com os novos historiadores tem sido possível, isto é, por meio da preservação das diversas modalidades da história cultural. Ocorre, pois, de Febvre estar postado na condição de referência obrigatória, tanto no início do movimento de inovação historiográfica que teve lugar e data em Estrasburgo de 1929, bem como no momento atual, recuperado por aqueles que acreditam na inesgotabilidade dos velhos temas, “depois de passar ao largo durante o auge serial e estrutural”. (Reis. 1994. p. 143). Sua atualidade se caracteriza, portanto, como uma referência intelectual, um estado de espírito que não se cansa diante das tarefas do conhecimento, um ânimo que não se esgota com as respostas fáceis.

“Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela”. (Burke. 1992. p. 79).

Embora não se possa afirmar que Lucien Febvre é uma presença constante no horizonte da historiografia contemporânea, também não se deve menosprezar sua contribuição para tornar as atividades históricas mais livres para experimentar o que fosse possível, a partir da ampliação dos seus limites, até então, metodologicamente estreitos e

teoricamente empobrecedores do conhecimento histórico. Se hoje são muitas as ousadias dos novos historiadores, inclusive muitas delas jogando com a própria estabilidade profissional da história, com certeza esta liberdade para ousar, sentimento próprio daqueles espíritos que não se contentam com o que está dado, deve-se de modo direto ou indireto às audácias sem constrangimentos cometidas por Lucien Febvre em meio século de combates por uma nova história. Como ele mesmo diria no editorial “Face au Vent. Manifeste des Annales Nouvelles”, de 1946: “tenho esperança de que, por muito tempo ainda, os que prolongarão o nosso esforço prolongarão também o nosso querer. Ora, viver é mudar”. (Febvre. 1985. p. 42), sugerindo que a continuidade daquilo que foi empreendido em conjunto com Marc Bloch desde 1929 em Estrasburgo, dar-se-ia por meio da preservação do “espírito” de abertura às mudanças e à inovação constante do ofício do historiador. Sendo assim, não haveria nenhum prejuízo para esta disposição original de tudo acatar após uma verificação crítica, se as novas gerações fizessem para si sua própria agenda de prioridades no que concerne ao trabalho de pesquisa em todos os seus aspectos constitutivos, considerando que os conteúdos das contribuições pessoais não podem permanecer para sempre, mas somente aquilo que possuem de estímulo para novas aventuras intelectuais.

Para além do exemplo e do estímulo que Lucien Febvre possa representar aos historiadores atuais, ele deve ser considerado, principalmente, pela condição de ocupante de um lugar de destaque no rol dos construtores do edifício do conhecimento histórico. Portanto, como protagonista de uma prática intelectual extremamente refinada, embora muitas vezes ambígua e superficial na apreciação dos dados de conjuntura, tomando por princípio de avaliação sua capacidade de discernir sobre as possibilidades dos caminhos abertos à disciplina histórica e à vida humana. Prepondera, pois, na sua performance de historiador da história, a sensível acuidade para aproveitar as oportunidades de avanço que são dadas pelas circunstâncias, bem como saber recuar quando as condições se lhe parecem desfavoráveis. A propósito, parece especialmente relevantes desse estado de espírito, as suas declarações

sobre as alterações que vinham sofrendo a cultura ocidental em função dos avanços técnicos e científicos, quando se pode perceber uma retomada de valores tradicionais, caracterizando, assim, uma atitude hiper-humanista da sua parte.

“Outrora, só o homem a medida do homem, de seu ritmo, de seu tamanho, de sua força física, de seu espírito e de seu coração. Hoje, cada vez maior, cada vez mais forte, cada vez mais rápido... As normas do humano foram ultrapassadas, todas as « barreiras do som» transpostas, os tempos do super-humano, do extra-humano, do inumano se anunciam. Mais meios de ponderar. De refletir. De assimilar. Nossos organismo já ofegam, nesta corrida fora medida. O autômato e o automatismo são a ordem do dia. E então, a perda da liberdade – esta grandeza, é preciso dizer caduca? Vamos ficar indiferentes, nós historiadores, diante desta maré de inumanidade que ameaça de submergir nossa ,civilização» descivilizada? Isto não é um problema de técnica. É um problema de vida ou de morte. (Febvre. 1954d. p. 312).

Dessa forma Lucien Febvre se colocou não apenas no centro dos debates epistemológicos que movimentaram as ciências humanas durante toda a primeira metade do século XX, mas fez questão se pronunciar sobre todas as mudanças que se anunciavam e se confirmavam ao seu redor. O terror que representava a transformação da vida humana na vida de “árvores de estufas, com todos os inconvenientes, todas as enfermidades, e todas as inferioridades das plantas de estufa” (Febvre. 1950r. p. 10), e o domínio das matemáticas sobre as formas de pensamento e da imposição dos critérios de “eficácia” como parâmetros de validação dos esforços do homem, Lucien Febvre soube converter em reflexão sobre o contemporâneo e em instrumento do seu trabalho intelectual. Concomitante à crítica sociocultural do momento presente, ele soube aproveitar as ameaças de desmoronamento dos padrões europeus de civilidade, para aprofundar suas convicções sobre a história como o tempo das experiências e o seu conhecimento, defendendo sem restrições a idéia de que ela pode nos dar “uma história humana da humanidade”.

### 3 – O Pensamento Histórico de Lucien Febvre



“Defino de boa vontade a história como necessidade da humanidade – a necessidade que sente cada grupo humano, em cada momento da sua evolução, de procurar e de valorizar, no passado, os factos, os acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente, que permitem compreendê-lo e que ajudam a vivê-lo”. (Lucien Febvre. *Combates pela História*. 1953).

“A história é isso: um meio de compreender e, por isso mesmo, de agir sobre o curso dos acontecimentos. Não em se apropriando as «lições do passado», as famosas lições do passado que, de tê-las pesquisado com tanto aplicação e seguidas com uma tão fiel exatidão, os militares nem sempre tiveram do que se felicitar. Se se entende por isso receitas de sucesso, não existe lição do passado. É impossível, impensável que isso exista. Todo momento do passado é o resultado de uma incrível combinação de elementos diversos, em número infinito, de elementos instáveis dos quais nenhum é subtraído à lei da vida, que é a mudança”. (Lucien Febvre. Prefácio a Charles Morazé. 1952).

### 3.1 – Aspectos Teóricos do Pensamento Febvreano

A busca pela unidade de sentido e de conhecimento existente entre o autor e a obra histórica, apresenta-se sempre como um mistério a ser desvendado para quem se aventura na senda da interpretação. Entretanto, parece indiscutível o fato da sua indissociabilidade como condição de possibilidade para o entendimento, pois ambos se condicionam mutuamente. Principalmente quando se considera os “desvios” provocados pela ação da sua audiência que se refletem na adição de novos significados. Cada um desses pólos tratados separadamente representa o provável e quase inevitável empobrecimento da análise, considerando que o isolamento da obra ou do autor, resulta na parcialidade e no lacunar. Eles se nutrem e se completam, construindo uma interdependência insuperável.

Considerar a historicidade do pensamento representada pelas inflexões das idéias e a escolha de novos caminhos em busca do saber, apenas fortalece o conhecimento enriquecendo-o na dialética que se institui entre o autor e a mentalidade intelectual na qual

está inserido. Em síntese, as formas sob as quais se estabelecem as relações entre os produtores do conhecimento e o conjunto das normas e das concepções científicas de uma época e o contexto mais amplo das relações socioculturais. Não se deve procurar, pois, a uniformidade onde viceja a variedade. Não há um movimento invariável do pensamento, embora se perceba a maturidade das concepções. Não há a continuidade insistente das opiniões, mesmo quando as velhas convicções se fazem companhias constantes de seus autores durante toda a vida. A diversidade de fatores condicionantes sugere, inclusive uma abordagem mais complexa e abrangente do fenômeno intelectual.

“(...) aquela que explica a produção cultural e intelectual, configurada no plano das idéias e das obras, por meio do exame do perfil social, político e cultural dos produtores, de suas trajetórias e dos constrangimentos institucionais a que são expostos”. (Pontes. 1999. p. 51)

No que concerne às relações entre o conhecimento, pressuposto na noção de equidade de valor entre autor e obra, e a realidade social abrangente, constata-se o alargamento da complexidade de influências mútuas que, *hic et nunc*, ultrapassam a perspectiva da convivência cotidiana do pensador com o mundo da ciência e com os cientistas. O conhecimento organizado assimila e reelabora as idéias produzidas pelo social, bem como pode apresentar a contribuição individual de seus autores. Por isso, deve-se compreender que um tipo de crença exclusivista nas determinações do social podem debilitar a autonomia efetiva, mesmo que relativa em contextos específicos, do intelectual na construção de suas idéias e na formulação de sua teoria. Essa discussão tem sua origem tanto em uma explicação ideológica, como em uma explicação teórica da constituição do conhecimento científico. Em diversas correntes do pensamento histórico pode-se encontrar, ora uma, ora outra, a presença dessas instâncias determinantes.

De uma perspectiva estritamente ideológica, poder-se-ia afirmar que os historiadores refletiriam de imediato em suas obras as influências do seu meio social de maneira inteiramente determinada. Isto é, o historiador praticamente cederia seu lugar de centralidade na elaboração do conhecimento histórico, o qual seria ocupado pelas exigências normativas da sociedade, no que concerne aos seus valores e às suas representações simbólicas. Seriam, portanto, moldados por uma conjuntura política e social a determinar-lhes as escolhas e as interpretações. “O historiador, antes de começar a escrever história, é o produto da história”. E. H. Carr sintetiza esta opinião ao refletir sobre a questão da independência individual do historiador, da sua situação contextual de fenômeno social e da sua posição enquanto escritor da história:

“O historiador nada mais é do que um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão. E à medida que a procissão serpenteia, desviando-se ora para a direita e ora para a esquerda, algumas vezes dobrando-se sobre si mesma, as posições relativas das diferentes partes da procissão estão constantemente mudando (...) (Carr. 1985. p. 35).

De uma maneira menos marcada pelo esquema político-ideológico, mas ainda muito preso a uma justificativa de natureza social dos atos do historiador, Le Goff transcreve uma citação de Wolfgang Mommsen, através da qual explicita as vias pelas quais se estabelecem as relações entre o sujeito do conhecimento histórico e as condições históricas de sua inserção no mundo social. Através dessa identificação o autor sugere que o pensamento histórico seja interpretado enquanto produtos dos diversos condicionantes que atuam sobre o sujeito do conhecimento histórico, quando da sua ação como produtor desse conhecimento. Dessa forma, e diante desses aspectos, diferentes segundo o contexto, seria permitido ao estudioso de história da história se aproximar de uma compreensão cada vez mais rica do seu objeto de estudo, considerando as possibilidades construtivas apresentadas por um número maior de variáveis.

“(…) as incidências do meio social sobre as idéias e métodos do historiador”: “1) A imagem que tem si próprio (*self-image*) e o grupo social que o historiador interpreta, ao qual pertence ou está enfeudado; 2) A sua concepção das causas da mudança social; 3) A perspectiva de mudanças sociais futuras que o historiador julga prováveis ou possíveis e que orientam a sua interpretação histórica”. (Le Goff. 1992. p. 29-30).

Antes de tudo, a explicação teórica das determinações do social sobre o pensamento histórico, constitui-se na idéia de que o historiador por estar sempre preso ao presente, tanto no sentido das formulações conceituais, quanto por orientar suas interpretações segundo os interesses de uma ação que se desenrola na atualidade, permaneceria distante da objetividade tão almejada pelas ciências humanas. Este aspecto é considerado por alguns teóricos da história como o elemento definidor da natureza do conhecimento histórico, compreendido como indireto e impossível de ser comprovado pelo sujeito do conhecimento, condicionando-o a uma tarefa compreensiva que se efetua mediante suas qualidades subjetivas no momento presente. Algo que estaria de acordo com a tese croceana da contemporaneidade da história.

“A teoria da história contemporânea apresenta duplo aspecto: o primeiro, restrito, consistindo na concepção da história como aquilo que se recria e se revive para fazer servir a quanto serve aos nossos interesses particulares; o outro, mais largo, no sentido de que a história do passado se ilumina com as luzes de nossa própria história. A história não consiste na descrição das personagens, dos acontecimentos, catástrofes, horrores do mundo, mas na indagação de quais foram as necessidades efetivas dos povos e de que modo as superaram. A história é, assim, obra do historiador, clara afirmação subjetiva”.(Rodrigues. 1969. p. 58).

Significa dizer que assim, está sob questionamento a própria natureza epistemológica da história enquanto disciplina que aspira a cientificidade. Esta opinião implica diretamente constatação da existência de um modo “precário” ou “pré-científico” da história elaborar se utilizar de conceitos tendo em vista que o conhecimento histórico não possui nenhum valor

de generalização, restringindo-se à descrição empírica dos acontecimentos. Aprofundando esse pensamento, a história seria, portanto, um tipo de saber “perplexo”, considerando-se que não apresenta um conteúdo consistente o suficiente para ser enquadrado nas artes. Além disso, desde os tempos imemoráveis dos gregos a história se dedica à verdade do que realmente aconteceu<sup>1</sup>, sendo assim não reuniria condições de se incluir na lista das ciências por se dedicar apenas ao que é particular, efêmero e irrepetível. Desde Aristóteles, portanto, somente aquilo que universal pode ser considerado objeto do estudo científico, enquanto o particular seria da responsabilidade dos saberes menos complexos. A respeito da discussão sobre a natureza dos conceitos da história, entretanto, lembra Le Goff:

“Os conceitos do historiador são, com efeito, não vagos, mas por vezes metafóricos, precisamente porque devem remeter ao mesmo tempo para o concreto e para o abstrato, sendo a história – como as outras ciências humanas ou sociais – uma ciência, não tanto do complexo, como se gosta de dizer, mas do específico, como diz com razão Paul Veyne. A história, como todas as ciências, deve generalizar e explicar. Faz isso de modo original”. (Le Goff. 1992. p. 40).

Nesse sentido, a interpretação e a escrita da história, enquanto esforço de reconstrução do passado, deve contemplar os diversos condicionantes da vida. Isto é indispensável na medida em que a distância entre os sujeitos do conhecimento e da ação no passado institui uma lacuna de imprecisão compreensiva. Esta distância determinada pela ausência do primeiro no momento da manifestação histórica do segundo, caracteriza o que se chama de conhecimento indireto. Portanto, somente conjugando os elementos constitutivos do

---

<sup>1</sup> O raciocínio aristotélico sobre a diferença entre poesia e história se explica da seguinte forma: “(...) não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato do primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de História, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Por tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a História, porque a poesia permanece no universal e a História estuda apenas o particular”. (Aristóteles. S/d. p. 252).

pensamento científico, enquanto crítica da verdade, e da percepção subjetiva do sentido dos fenômenos humanos, o historiador encontra as condições mínimas para realizar sua pesquisa e ensaiar uma operação de entendimento das experiências passadas.

Ainda nesta perspectiva, embora encaminhando o raciocínio no sentido oposto ao das determinações externas ao interesse e às decisões do historiador e partindo da concepção do historiador como intérprete da história, pode-se identificar nas idéias de Benedetto Croce o fortalecimento do detalhe subjetivo do conhecimento histórico. Baseado nos conceitos filosóficos de “espírito” e “intuição”, de matriz hegeliana, este pensador italiano justificaria a singularidade do trabalho histórico nos contornos de uma apreensão exclusivamente subjetivista da história<sup>2</sup>.

Enfatizando, pois, a subjetividade na produção histórica, Croce argumenta em favor da noção de “função do intérprete”, através da qual se pode perceber a natureza intrínseca do conhecimento histórico. Isto quer dizer que só há a história-conhecimento como produto da “imaginação” do historiador e considerando os condicionamentos se lhe apresentam na forma de exigências intelectuais do momento presente.

“(…) porque tudo o que existe é um produto do espírito, os fatos históricos são-no igualmente. Não há passado objetivamente dado, há apenas fatos criados pelo presente eternamente variável. Toda a história deve pois ser atual, visto que é produto de um espírito cuja atividade se situa sempre *no presente*, e que cria a sua imagem histórica (fora da qual não existe história) sobre a influência de interesse e de motivos *atuais*. (Schaff. 1995. p. 111).

<sup>2</sup> “Partindo de Vico e Hegel, Croce havia fundamentado a seu modo a autonomia da ciência histórica. A história, tal como ele a postulava, não podia ser mera crônica, pois esta se conforma com registrar o acontecimento; deveria ir mais além da administração filológica e arquivística da tradição: a história somente podia constituir-se mediante a reanimação do acontecido no espírito do historiador quer dizer, pela atualização do passado. Enquanto à totalidade da história, Croce considera que o universal somente é acessível em formas individuais concretas, não como um todo; os anteriores intentos de uma história universal os rechaça como crônicas sem problemas ou tramas absurdas; e os trabalhos coletivos, como um caminho para a burocratização da história. A missão da história seria compreender o homem em sua historicidade; a tarefa da filosofia, solucionar os problemas que surgem de cada situação histórica”. (Vogt. 1974. p. 292).

Entretanto, dispensar as formas de interferência produzidas pela cultura nas idéias, concepções e opiniões, pode representar, para o trabalho de interpretação, uma negligência de método cujos efeitos se manifestam na forma de empobrecimento de conteúdo analítico e fragilidade argumentativa. Não se deve deixar de fora quaisquer que sejam os detalhes, mesmo os mais “insignificantes”, quando se propõe realizar a crítica das formas de escrever a história. Certamente é difícil de conduzi-la neste itinerário, entretanto, tanto mais complexa será se se pode vislumbrar uma unidade de influências, reafirmando a determinação da autonomia, nesta relação intensa entre o historiador e a cultura histórica que transparece nos seus trabalhos.

Lucien Febvre foi contemporâneo da história da renovação das ciências humanas, vivendo os seus principais momentos, tanto no que diz respeito à definição de seus objetos, como à extensão do seu campo de explicação e à discussão mesma de suas competências no plano na produção do conhecimento. Em virtude da sua inserção privilegiada no mundo intelectual francês de sua época, foi ao mesmo tempo testemunha e autor das mudanças que constituíram e determinaram o saber sobre as ações humanas, transcorridas na passagem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Presenciou o movimento que fortaleceu a disciplina da arqueologia, e todos os esforços científicos em prol da exatidão de suas descobertas, como também a sua vulgarização, até o ponto de vir a se tornar um gênero “literário” bem ao gosto popular, principalmente devido aos ares de mistério que envolvia os seus trabalhos. Acompanhou os debates que se produziram em torno da antropologia, quando da busca por um conceito abrangente de cultura e as formas de difusão de valores coletivos. Foi observador atento nas discussões sobre as possibilidades explicativas da “jovem” psicologia, avaliando positivamente a promessa de aliança com a história. Viu e se deixou influenciar pela ousadia intelectual e a estratégia contundente de autopromoção da sociologia, tendo a frente Émile Durkheim e os seus seguidores empolgados pelo alento de uma ciência do social. Entretanto, não se pode dizer que Febvre tenha sido durkheimiano na forma de pensar, ou mesmo tenha valorizado desmesuradamente a sua aproximação da história. As

diferenças continuaram existindo, principalmente pelo fato de Febvre entender que os representantes da sociologia estabeleciam uma fronteira intransponível entre essas duas disciplinas supostamente tão próximas quanto a natureza de seu objeto, mas distintas nas abordagens e nos propósitos científicos.

“Os historiadores põem o acento sobre o passado; eles não são suficientemente sensíveis ao esforço incessante de criação e de invenção das sociedades humanas mais evoluídas. Os observadores do presente, eles não querem ver por trás do presente, se aproveitar do passado; eles compreendem mal a marcha da humanidade”. (Febvre. 1939f. p. 15’02-3).

Embora Lucien Febvre seja identificado por suas convicções inabaláveis e sua disposição em combater a favor delas, assemelhando-se na aparência a uma espécie de radicalismo ortodoxo, sua atitude diante das inovações sempre foram as mais abertas possíveis. Na verdade o traço de maior relevância no seu comportamento intelectual, é exatamente esse traço liberal para com aquilo que pode ser entendido como renovação. Contudo, não se deve confundir essa abertura para o novo, como uma demonstração de passividade ou de falta de vontade crítica, ao contrário, somente aquelas novidades que se apresentavam como realmente coerente se consistentes, tiveram Febvre o apoio e a defesa no confronto com o que realmente era considerado obsoleto.

“Este animador incomparável, humanista especializado no século XVI, mas humanista, por acréscimo e tudo naturalmente, dos tempos atuais, nos legaria uma palavra de ordem, uma só, eu acredito, mas quanto expressivo. Esta - e eu acredito não me enganar, apesar das aparências contraditórias - de antidogmatismo. Já, em Estrasburgo, ele participava ativamente dessas reuniões de sábado, onde os especialistas de diversas Faculdades se encontravam para confrontar suas vistas, trazendo suas respectivas análises para uma história total e sintética”. (Leuilliot. 1958. p. 211).

Talvez por isso, percebe-se uma grande variedade de conceitos atribuídos a Febvre, no que concerne à classificação do seu pensamento. O seu ecletismo “humanista” tem sido uma barreira contra qualquer forma de definição acabada do seu ideário. Neste sentido, o que parece mais significativo, em termos da sua identidade intelectual, seriam as qualidades experimentais que o seu trabalho de historiador apresenta. Isto é, o conteúdo ensaístico empregado nas discussões temáticas, as interpretações aparentemente superficiais e uma metodologia sem amarras que transparecem nos seus textos, são sintomas da emergência de um novo questionário que Febvre pretende explicitar e responder.

“Em todo o caso, o pensamento, a «verdade», de Febvre, é uma totalidade, um concerto, um acordo vivo; deleitosamente reúne as idéias semelhantes, dissemelhantes ou contrárias. Põe-nas em presença, confronta-as, sem reduzir esta àquela. Noutros termos, ele é ao mesmo tempo todas as nossas escolas ou pseudoescolas, todas as nossas vitórias, todas as nossas explicações. Pertence a todos. Queiramo-lo ou não, representa a nossa totalidade. É, por excelência, um estimulador de idéias”. (Braudel. 1965. p. 406).

Verifica-se, portanto, que por trás da busca incessante de outras maneiras de tratar os objetos de estudo da historiografia, aparece a disponibilidade de Febvre em instituir uma nova postura para o historiador frente aos problemas históricos. Em termos práticos, isto significa dizer que, no “combate” aos procedimentos heurísticos costumeiramente utilizados pela maioria dos historiadores que lhe antecederam, Febvre, sem *parti pris* ou sem o interesse de se prender a qualquer tendência em voga, lança mão de tudo que lhe parece apropriado na exposição de seus raciocínios. Sendo assim, o caráter experimentalista de sua produção justificaria o ecletismo subjacente às suas opções teóricas, tendo em vista que “todo trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir”. (Levi.1992. p. 134). Daí as dificuldades que têm enfrentado os estudiosos de Febvre, principalmente aqueles que se lançam na aventura temerária de estabelecer uma filiação ideológica e um perfil teórico-

metodológico acabado, quase sempre motivados pelo desejo de sentenciar um juízo de valor desqualificante, quando do confronto com a multiplicidade de idéias e de análises dispostas livremente em suas obras, impedindo desse modo que se lhe aplique este ou aquele “rótulo”.

“Desde trinta anos, cada estudo consagrado a Lucien Febvre valorizaram «influências» diferentes. Viu-se um Febvre marcado por Vico, Michelet, Marx, Vidal de la Blache, Croce, Pirenne ( e via Pirenne Karl Lamprecht), Henri Berr, Durkheim, L. Lévy-Bruhl, Charles Blondel, Henri Wallon. Viu-se nele um estruturalista *avant la lettre*, mas também um continuista, um vitalista”. (Noiriél. 1989. p. 1440).

As relações pessoais e profissionais de Febvre com os mais importantes intelectuais do início do século e a sua experiência intelectual sem limites ou imposições com as ciências humanas, certamente são obstáculos que impedem ao observador uma conclusão fácil, estabelecendo uma situação escorregadia no que concerne à possibilidade de definir os fundamentos do seu pensamento. A maneira como se comportou diante de todas as principais discussões desenvolvidas na passagem do século XIX, permitiu-lhe por algumas ocasiões sugerir que o conhecimento histórico fosse a unidade sintética e superior das experiências acumuladas pelos diversos campos do conhecimento. Dessa forma, o pensamento febvreano pode ser relacionado a um conjunto de liberdades teóricas e metodológicas, marcado pelo voluntarismo e pela noção de progresso do conhecimento científico.

Dadas as características de suas idéias e da extensão de suas propostas, o pensamento historiográfico febvriano é, sem dúvida, um ponto de partida privilegiado para a compreensão desse processo de alteração nas formas de pensar e escrever a história. Contribui para isso a relevância de suas obras propriamente históricas, todas amparadas em uma pesquisa erudita inquestionável, a notoriedade de sua experiência na docência universitária e a sua atividade editorial especializada. Muito embora essas mudanças já estivessem na pauta dos debates sobre o destino das ciências humanas, em geral, e da história, em particular, desde as últimas décadas

do século XIX. A participação de Febvre neste contexto foi com certeza de extrema importância, dadas as formas singulares do seu engajamento intelectual. Por isso, é indispensável percebê-lo, sobretudo, a partir da sua militância em favor de uma maneira nova de pensar e escrever a história. Esse engajamento o lançou nas discussões sobre as relações da história com as demais ciências sociais, caracterizando assim o seu projeto como defesa da aproximação interdisciplinar entre elas. Sem descuidar, evidentemente, das estratégias necessárias para garantir a inclusão da história no universo do conhecimento científico, combatendo por sua autonomia teórica e metodológica. Enfim, o debate sobre a cientificidade da história não se prende apenas ao tempo no qual Lucien Febvre desenvolveu seus combates, mas se perpetua até o presente. Portanto, a questão continua aqui como uma pergunta sobre como um determinado historiador enfrentou este problema, e também como se pode pensá-lo hoje, considerando as novas inserções culturais e científicas, e continuar a reflexão indispensável sobre a natureza e as formas possíveis de elaboração do conhecimento histórico.

Estas características que a princípio têm origem na formação acadêmica liberal de Febvre, tanto no que concerne às opções teóricas, como a convivência sem preconceitos com várias disciplinas das humanidades, acabaram por constituir um estilo literário muito pessoal e marcante do ponto de vista de sua capacidade de promover a reflexão e expor aos debate as certezas consensuais. Isso tudo permitiu que Febvre se sentisse à vontade para experimentar livremente as possibilidades de construção do texto histórico, reunindo sempre, e ao mesmo tempo, elementos de natureza científica, tais como o rigor metodológico na condução das pesquisas, consistência lógica das argumentações, como diz Le Bras: “Gosto do concreto e da síntese, do rigor na observação e de imaginação na hipótese, da fidelidade a uma disciplina e de encontrá-la em todas as disciplinas.(...) (Le Bras. 1956. p. 544); e elementos de natureza poética, como a precisão das ironias, a exploração em profundidade do sentido das palavras, a

referência direta ao interlocutor pressupondo sua presença e, por fim, o jogo constante com as antinomias na construção do raciocínio questionador.

“Febvre, sempre com sabor e com sutil ironia, mas não com menos rigor crítico, explora sempre a eventualidade de como poderia ser retomado o texto, conduzindo sus observações no espaço de seus amplos horizontes e debruçando-se com interesse sob qualquer aspecto da prática humana que procura sempre compreender na variedade de seus aspectos e de seus sentidos. Explora e joga com o poder de expressão da linguagem”. (Guariba Netto. 1975. p. 197).

A falta de unanimidade na caracterização do perfil intelectual de Lucien Febvre serve a duas formulações diferentes, sem nenhum traço de exclusão mútua, ambas são ratificadoras da riqueza de formas e de sugestões apresentadas em sua obra. Primeiramente, uma proposição de alerta contra o risco de uma associação mecânica entre as suas declarações de apreço e reconhecimento a vários pensadores com uma integral aceitação das matrizes de seus pensamentos. Dessa forma se fortaleceria a teoria do reflexo ou, o que é ainda pior, se chegaria à conclusão de que Febvre é um exemplo de intelectual sem originalidade. Em segundo lugar, a alusão sem preconceitos à existência positiva de um ecletismo febvreano como um tipo legítimo de atitude intelectual, representativo de sua abertura intelectual ao experimentalismo para além do falso virtuosismo do eruditismo. Essa atitude de Febvre diante das possibilidades do conhecimento humano é muito bem sintetizada como sendo um «prodigioso apetite intelectual» (Chartier e Revel).

“A geografia foi o seu primeiro amor, mas ele logo ganhou familiaridade com as outras ciências do homem, consumindo o tempo no escritório da nova *Revue de synthèse historique*, fundada em 1900 por Henri Berr e editada por ele”. (Braudel. 1968. p. 348).

Sempre foi um intelectual em perfeita sintonia com as grandes questões dos seu tempo. A sua preocupação com a cultura e a ciência de sua época, motivou-lhe transitar por tipos variados de saberes, perseguindo uma compreensão abrangente das mudanças que ora

ocorriam. Os combates intelectuais travados por Lucien Febvre durante sua vida de historiador, caracterizam-no como um inovador, embora o faça com a precaução que requer e determina o pensamento científico do século XX, especialmente no que concerne à “ameaça” que representa a filosofia para a identidade da história como uma disciplina autônoma. O questionamento febvreano a respeito das relações entre essas duas disciplinas “irmãs”, justifica-se quando se observa a maneira como Febvre identifica na *práxis* filosófica, a sua subserviência ao processo de abstração, enfaticamente rejeitado à necessidade de concreto da história. Tanto na filosofia da história, argumento explicitamente desvinculado de qualquer referência aos procedimentos pragmáticos da pesquisa controlada, como a história da filosofia, o relato das idéias em estado puro, isto é, descontextualizadas do seu momento histórico, foram tratadas por Febvre como um tipo de história intelectual das “idéias desencarnadas”. Desse modo, aquilo que eventualmente poderia representar o ponto de ligação entre história e filosofia, foi interpretado pelos fundadores dos *Annales* como motivo para um maior distanciamento. Ceder abertamente a “teorização” – trabalhar com as abstrações elaboradas pelo modelo da filosofia da história ou da história da filosofia, – significaria, pois, romper com o que caracteriza a história, conduzindo a disciplina a um retrocesso em relação às conquistas realizadas por meio da aliança com as ciências sociais. O trabalho metucioso com os objetos da história, orientado por uma expectativa empírica radical, seria apagado pela abstração sem limite da teoria mantida a expensas da filosofia. Por outro lado, Lucien Febvre não se furtou em nenhum momento a considerar como indispensável a parceria entre história e filosofia, confiando sempre nos resultados positivos de uma ampla aliança envolvendo todas as formas de conhecimento e criticando todos aqueles que punham obstáculos a esse encontro muito esperado.

“Quem, *se?* Os historiadores da filosofia? Eu não sou de modo nenhum qualificado para falar em nome deles. Mas, dado que a ocasião para tal se oferece, que eles me deixem dizer duas palavras. De todos os trabalhadores que detêm, determinado ou não por

qualquer epíteto, o qualificativo genérico de historiadores, não há de modo algum quem não justifique aos nossos olhos por que aspecto – salvo, bastante vezes, os que, dando-se a repensar por sua conta sistemas por vezes velhos de vários séculos, sem o menor cuidado de lhes marcar a relação com as outras manifestações da época que os viu nascer – se acham a fazer exactamente o contrário daquilo e um método de historiadores exige. E que, perante estas criações de conceitos saídos de inteligências desencarnadas – depois vivem de sua própria vida fora do tempo e do espaço, formam estranhas cadeias, de elos ao mesmo tempo irreais e fechados...”. (Febvre. 1996b. p. 49-50).

Neste caso, para o pensamento de Febvre, uma abordagem eclética do processo histórico é a melhor forma de propiciar a construção do conhecimento histórico. O ecletismo febvreano se estabelece através da promoção do convívio da história com as ciências sociais, ora se assemelhando a uma atitude favorável à erudição, ora se confundindo com um conhecimento por fragmentos. Mesmo sem admiti-la, a dimensão teórico-metodológica do pensamento histórico de Lucien Febvre se constituía a princípio na defesa das liberdades intelectuais e no rompimento das fronteiras disciplinares. Sem ecletismo, pensado como interdisciplinaridade, não se faz história livre dos determinismos esterilizantes, condicionando a possibilidade de uma apreensão cognoscente flexível do material histórico a um fluxo ininterrupto de colaboração da história com as diversas disciplinas do conhecimento humano. Essa relação pode ser entendida de suas maneiras: 1- a história não possui condições intrínsecas para produzir seu próprio instrumental teórico, por isso o toma de empréstimo às outras ciências sociais, já que a sua relação com as ciências naturais foi de certa forma decepcionante; 2- a história é uma disciplina nova no que concerne à sua preocupação científica, e, portanto, até que venha a criar condições para elaborar seu próprio instrumental é imprescindível recorrer às outras disciplinas.

Sendo assim, o pensamento de Febvre se pauta por seus constantes ataques contra o processo de especialização que ocorre na história, confirmando a tendência à fragmentação.

Na verdade suas idéias estão fundamentadas na noção da unidade científica, herança do pensamento pancientífico de Henri Berr, pois, somente através da qual se poderia realizar a síntese histórica. No seu entendimento, as disciplinas separadas e distantes uma das outras acarretaria no distanciamento cada vez maior do conhecimento em relação à realidade, colaborando para um saber definitivamente lacunar do real. A aproximação entre as ciências, “essas combinações circunstanciais e locais de elementos associados muitas vezes arbitrariamente” (Febvre. 1985. p. 108), independente de seus métodos (matemática, física, biologia, etc.) e de seus objetos (geografia, psicologia, antropologia, etc.), porquanto seja, pois, uma necessidade irremediável para a sobrevivência da história e das demais disciplinas, considerando que para Febvre o conhecimento científico deve se ocupar dos problemas humanos, sem se importar com as especialidades e o espírito de disputa entre elas.

“Assim, a história provará mais uma vez a Unidade viva da Ciência; assim se sentirá, ainda mais, irmã das outras ciências, de todas aquelas cujo maior problema é hoje promover o acordo do Lógico e do Real – como é para a história, promover o acordo do Institucional e do Contingente. Tarefa difícil. Por toda a parte, em todas as ciências, não há hoje senão oposições, conflitos, antinomias”. (Ib. p. 26).

Diante desses aspectos tão complexos, a única unanimidade possível entre os estudiosos do pensamento histórico de Lucien Febvre, dá-se através da confirmação da sua importância para a historiografia francesa e internacional. Para além das contradições que possa apresentar o seu pensamento, o que não é de todo um demérito, mas uma prova de seu envolvimento apaixonado com tudo o que fez, não se pode negar a sua inserção definitiva no quadro dos grandes historiadores do nosso século. Isso aconteceu em grande parte devido à sua capacidade inesgotável de trabalho e ao devotamento à causa da história como disciplina autônoma e aspirante ao quadro da Ciência.

O engajamento intelectual de Febvre foi tão intenso e decidido que, segundo Braudel, a sua “paixão da História é um fogo que é necessário alimentar sem cessar. Lucien Febvre lhe sacrificou, sem má vontade, uma vida já longa de labores e de esforços, que poderia ter se afirmado, também brilhante, em outros domínios”.(Braudel. 1953. p. 1). Este estado de espírito de permanente dedicação, levou-o a ocupar um lugar especial na chamada escola histórica francesa. Sua contribuição é marcante no que diz respeito ao estabelecimento de um modelo de prática profissional, visando renovar o *métier* do historiador, pois “durante quase meio século, Lucien Febvre marcou a historiografia francesa e sua obra domina ainda a produção historiográfica contemporânea”. (Müller. 1990. p. 09).

A importância intelectual e política de Lucien Febvre está insistentemente descrita e reafirmada nas palavras de seu discípulo mais fiel e sucessor tanto na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) como no Collège de France. A reverência posta no discurso de Braudel<sup>3</sup> é a expressão do início de um processo de canonização de Febvre. Quando se faz a história do movimento dos Annales o que se vê, em grande parte, é uma demonstração de culto à memória combativa de Lucien Febvre. O tom de panegírico, portanto, é quase que inevitável.

“Lucien Febvre é o único historiador de língua francesa que se elevou a uma altura e uma primazia comparáveis. Sua influência, de natureza diferente, a serviço de um pensamento aberto, é poderosamente fez sentir, fora da França, pelos caminhos do mundo, e na França, onde sua obra de combate ressoou como uma revolução do espírito”.(Braudel. 1953. p. 01).

---

<sup>3</sup>Sobre o início da amizade com Lucien Febvre, Fernand Braudel conta: “Eu percebi Lucien Febvre pela primeira vez em 1934 no Centre de Synthèse Historique, em uma sessão onde, sob a presidência de Henri Berr, ele tinha questões, mais de uma vez, do humanismo e de humanistas. Depois, uma manhã, em sua casa, em novembro de 1936. Mas eu somente o reencontrei, isto que se chama reencontrar e conhecer, mais tarde; nos primeiros dias de novembro de 1937, à bordo do *Campagna* onde ele se encontrava e onde eu subi, na baía Santos. Eu voltava de uma longa permanência na Universidade de São Paulo; ele voltava da Argentina, de Buenos Aires, onde ele tinha feito uma série de conferências (...)” (1953:4).

Não faltam, portanto, adjetivos para ressaltar suas qualidades, proliferam os elogios à sua perspicácia de intelectual refinado e erudito. Várias vezes é comparado a Fustel de Coulanges Fustel, “ o último grande: ele instala-se na primeira fila no preciso momento em que a história vai cair no cientismo, envolver-se nessa nuvem de cientificidade que acaba por formar uma barreira entre o público e o discurso histórico. Fustel: o belo saber servido por uma admirável retórica” (Duby e Lardreau. 1989. p. 81) e, principalmente, a Michelet, embora seja necessário esclarecer que frequentemente o tom de exaltação tem um caráter de auto-elogio, tendo em vista a importância político-institucional assumida pelo movimento dos *Annales*, ou ainda apenas o reconhecimento de amigos e admiradores em nome da amizade preciosa. No que concerne às ligações intelectuais e sentimentais de Febvre com Michelet, aparece de forma evidente no pensamento febvriano a tensão que encerra sua escolha por aquele “pai fundador”, cujas características historiográficas remontam ao romantismo e à idade literária da história. Contudo, ao mesmo tempo, Michelet representa a abertura e a liberação da história dos limites impostos pelo modelo científico das ciências naturais, aspectos tão valorizados e defendidos por Febvre.

“Michelet, sempre amado, relido sem cessar, tornou-se de mais a mais um inspirador do poder do qual ele não podia se subtrair. Seu sociologismo, que não abdicava, e uma curiosidade nova pela psicologia histórica o determinaram a experiênciade um vigoroso esforço para penetrar o segredo das crenças religiosas e a ação religiosa nos indivíduos e nas multidões, no tempo quando a crise da Reforma pareceu por à luz tudo aquilo que se agitava nas consciências e nos espíritos. Por isso ele teria escrito em 1928, para a coleção *Christianisme, Martin Luter, un destin*”. (Renaudet. 1956. p. 259).

A exemplo dos maneirismos de Michelet, Febvre vai assimilando e continuando o modelo de sua escrita e suas idéias a respeito da história na idade da democracia, fazendo com o que as massas sociais, o povo e o homens comuns venham a assumir sua nova posição social, qual seja, a de sujeitos de uma nova história que se funda na recusa ao relato dos atos

políticos<sup>4</sup>. A impressão que Michelet causa em Febvre é tão profunda, que as características do estilo micheletiano serão reproduzidas no estilo febvreano, especialmente a preocupação com a dinâmica do texto bem escrito e da narrativa sem sujeitos. A este respeito, é possível detectar a influência de Michelet sobre a historiografia francesa em geral, tendo em vista a busca mais ou menos freqüente por uma forma de expressão para a história que fosse compatível com a boa literatura. “(...) a ciência histórica na França deve a Michelet e a alguns outros a tradição de ser ligada de perto à literatura, e a consequência direta é que a linguagem histórica aqui é geralmente clara e facilmente acessível”. (Mossé. 1963. p. 760). Para Rancière esta é a condição que permite o surgimento de uma história nova, porquanto ela permite ao historiador pensar nas simultaneidades do tempo e se aproximar do intemporal das ações humanas.

“A frase nominal que Michelet retira de seu uso tradicional - a intemporalidade da máxima -, para lhe fazer pontuar o tempo da história, não é um simples efeito de estilo pessoal. Se Lucien Febvre conservou-a e transmitiu-a piedosamente à escola dos *Annales*, é que ela definiu uma estrutura poética essencial do novo saber histórico. Ela não é simplesmente interconector cômodo dos tempos dos discursos de dos tempos do relato. Ela é, bem mais profundamente, a neutralização da *aparência do passado*. Esta aparência é a cruz do historiador, aquela que motiva seu recurso desesperado ao “sociólogo contemporâneo”. (Rancière. 1994. p. 57-58).

---

<sup>4</sup> A respeito da elevação das massas sociais à condição de sujeitos da história, pode-se observar o surgimento de diversas opiniões críticas, invariavelmente defendendo um certo passado de feições aristocráticas, tanto no que concerne à democracia como sistema político de massas, como a valorização delas como objeto de estudo por parte das ciências humanas. “Se, em contrapartida, as doutrinas as doutrinas do vir-a-ser soberano, da fluidez de todos os conceitos, tipos e espécies, da falta de toda diferença cardeal entre homem e animal – doutrinas que considero como verdadeiras, mas como mortais -, no furor de instrução agora costumeiro, forem lançados ao povo ainda durante uma geração, ninguém deve admirar-se se o povo naufragar no egoisticamente pequeno e mísero, na ossificação e no amor-próprio, ou seja, se se desagregar e deixar de ser povo: em lugar disso, então, talvez sistemas de egoísmos individuais, irmandades para fins de pilhagem contra os não-irmãos, e semelhantes criações de vulgaridade utilitária entrarão em cena no palco do futuro. Para preparar o caminho a essas criações, basta que se continue a escrever a história do ponto de vista das *massas* e a procurar nela aquelas leis que podem ser derivadas das necessidades das massas, portanto as leis de movimento das mais baixas camadas de lama e de argila da sociedade. Somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar: uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumentos dos grandes; de resto, leve-a o diabo e a estatística!”. (Nietzsche. 1983. p. 70).

Provavelmente o aspecto que mais se apresenta como revelador da ambigüidade da relação entre Febvre e Michelet, é justamente aquele que remete ao comprometimento intelectual do segundo com o romantismo e a formação do primeiro baseada nas aspirações científicas da história, muito embora se possa dizer que o pensamento histórico febvreano é plenamente conforme a alguns dos princípios do romantismo historicista<sup>5</sup>. Diante desse fato, isto é, o conflito gerado pela escolha de Michelet como patrono de uma renovação historiográfica, Febvre certamente tem de justificá-la elaborando um discurso de mediação, compatibilizando suas expectativas teóricas e o estilo poético de Michelet. Para Febvre a história é um tipo de conhecimento que deve ser fruto do esforço da erudição do historiador, seguindo corretamente as orientações de uma boa metodologia de pesquisa, a fim de garantir-lhe uma natureza segura e confiável. A história feita por Michelet, entretanto, constitui-se no que existe de mais exemplar da historiografia romântica, considerando sua estilística solene e grandiosa, sua retórica abundantemente metafórica que confunde poesia e prosa. De certa maneira, esta prática de escrita tomada como modelo por Febvre, apresenta-se como uma manifestação da proto-história científica da história, deixando aos seus cultores a obrigação de esclarecer como ela se insere em um novo contexto do debate histórico.

“O excesso «romântico» de Michelet não é senão o excesso da fundação, da ordem simbólica que torna possíveis os deciframentos de uma história mais sóbria: deciframento destes territórios em que se lerá o caráter, a ação e as restrições daqueles que eles produziram e que os transformaram, em retorno; deciframentos de todos os monumentos e de todos os traços do que se chamará civilização material: o mundo dos objetos e utensílios, das práticas do cotidiano, os usos do corpo e as condutas simbólicas; todo este domínio, em resumo, das grandes regularidades da vida material e das lentas mutações da história da mentalidades que Michelet, o pai ao mesmo

---

<sup>5</sup> Conferir em Falcon. *Op. cit.*

tempo venerado e incômodo de nossa história erudita, abriu para ela”.  
(Ib. p. 66).

Assim, não parece conveniente tratar o pensamento de Lucien Febvre enquanto produto dessa complexidade de estilo, interesses e obras enquanto um conjunto *continuum*, disposto em uma arrumação espaço-temporal sem fraturas ou claudicações. Qualquer que seja a profundidade e amplitude de uma *praxis*, não faz sentido tomá-la como um modelo que é recuperado e posto em prática por “consumidores”, sem que haja uma readaptação e uma atualização dos seus fundamentos. No caso específico do pensamento científico de Lucien Febvre, antes de consentirmos uma assimilação a-histórica das lições, temos que providenciar um cotejamento que lhe restitua sua grandeza, não apenas no momento mesmo de sua elaboração, mas, se possível, em termos de sua repercussão para além de sua geração. É, pois, pensar mesmo nas condições de sua atualidade e nas formas de assimilação do seu ideário como estímulo à reflexão dos novos historiadores.

“Sua influência foi bastante considerável enquanto viveu e seus livros nunca deixaram de ser reeditados depois que morreu. No entanto, tudo transcorre como se, de uns vinte anos para cá, ele inspirasse menos diretamente a pesquisa histórica nas próprias direções que traçou. Para isso há vários motivos: a abundância de uma obra profusa, complexa, de difícil domínio (à qual, até agora e significativamente, ainda não foi consagrado qualquer estudo sério); a importância também, para Febvre, de referências que para nós muitas já envelheceram (em particular, no que diz respeito à psicologia coletiva); mas talvez ainda mais o fato de que as questões que ele mesmo formulou foram, pelo menos em parte, reformuladas em contato com novas experiências disciplinares, como, por exemplo, da sociologia ou da antropologia histórica; em contato também com novas abordagens como as de Michel Foucault. Mas Febvre, cuja obra ainda contém muito a ser descoberto, teria sem dúvida aprovado tais deslocamentos, com os quais nunca parou de alimentar a sua vida de historiador”. (Revel. 1993. p. 326-7).

Pensar a complexidade epistemológica do projeto historiográfico de Lucien Febvre, requer uma reflexão sobre as matrizes de seu pensamento e sua relação com o contexto científico que lhe amparou na sua aventura constitutiva. Isto significa revolver camadas de conhecimentos organizados e perseguir a decifração de vestígios incrustados no sedimento dessas práticas de saber. Somente a partir de então, pode-se estabelecer os níveis de freqüência das relações entre a generalidade dos conceitos e noções mantidos pelo pensamento científico e a particularidade dos procedimentos assumidos pelos signatários desse conhecimento. No aspecto específico das interações que compõem tal rede de conhecimentos aceitos, definidos assim através de um padrão de legitimidade consensual, parecem razoáveis as observações de Michel Foucault quando afirma: “A história do saber só pode ser feita a partir do que lhe foi contemporâneo e não certamente em termos de influência recíproca, mas em termos de condições e de *a priori* constituídos no tempo”. (1985. p. 223). Embora se verifique no veio do pensamento foucaultiano a idéia que cada época comporta uma única *episteme*, é preciso considerar que não se deve desprezar o que permanece e o que determina, nem o que é esquecido e o que é superado. É necessário considerar a possibilidade de que, em um dado momento da história, os saberes podem tanto se intercalarem como se intercambiarem, constituindo um amálgama de novidades surpreendentes. Vez ou outra essas coisas emergem à superfície e quando assim acontece, é preciso que não se ceda à tentação de simplificá-las segundo a retórica esquemática do reflexo, menos ainda à explicação mecânica de sua origem causal. Este talvez seja o cerne das considerações de Foucault, através das quais denega a validade da abordagem progressista da história do saber, porquanto baseada exclusivamente nas noções de seqüência, linearidade e de herança, em nome de uma história que investiga a si mesma como as suas condições de possibilidade e não como o discurso de sua perfeição crescente. Deve-se buscar, enfim, compreender historicamente um dado conjunto de referências verticais que constituíram um pensamento individual e a abrangência das

condições de possibilidades apresentadas pelo horizonte das formas do pensar. Pois como afirma Paul Veyne:

“(...) toda história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam, e em explicar essas práticas vizinhas nas quais se ancoram”. (Veyne. 1992. p. 181).

Além disso, é necessário percorrer a topografia desse pensamento individual, visando identificar o sentido dos acidentes que caracterizam a sua forma, concernentes tanto às planuras, como às rugosidades que seu terreno apresenta. Caminhar em direção ao que pode ser a expressão da continuidade de uma certa tradição no pensamento de Febvre - a historiografia metódica, o romantismo, o historicismo, etc. -, bem como ao que se manifesta enquanto ruptura com aquilo que tenha sido estabelecido por esta mesma tradição. Sendo assim, tanto o depósito estratigráfico, quanto o perfil corográfico das formas datadas de conhecimento, intercambiam-se nas suas influências mútuas e determinam a composição de um pensamento. Interrogando, pois, esta composição de tantos elementos díspares, pode-se encontrar um caminho através do qual seja dado a conhecer a sua riqueza singular. Somente assim, talvez se possa vislumbrar a compreensão de um saber intelectual que foi ao mesmo tempo um projeto de vida e um testemunho profundo na história da história.

Portanto, para que se realize uma leitura extensiva do pensamento historiográfico de Febvre, é necessário estabelecer como pressuposto a interação original entre as práticas científicas que determinaram a dinâmica do conhecimento histórico e a personalidade individual do pensador naquilo que ele contribuiu em originalidade para este conhecimento específico. Do mesmo modo, definir uma abordagem que, considerando todos esses aspectos móveis desse intercâmbio incessante entre o indivíduo e a coletividade, possa nos aproximar de uma síntese compreensiva de um projeto historiográfico, cuja repercussão de suas idéias deixou marcas visíveis nas gerações seguintes de historiadores.

Neste sentido, observando as maneiras pelas quais um determinado pensamento se insere no conjunto dos saberes científicos de um dada época, consolidando-os seja através da adesão aos seus valores hegemônicos, ou mesmo contrariando-os por meio da crítica de sua validade, convém pensar esta dinâmica de possibilidades múltiplas a partir dos conceitos de *epistémé*<sup>6</sup> e *ouillage mental*<sup>7</sup>. Tais conceitos podem ser utilizados como referências teóricas que se aliam para dar sustentação à idéia de pragmatismo ao que se denomina campo do conhecimento, isto é possível na medida em que podem revelar sua natureza socialmente compartilhada com tudo que o cerca e demonstrar que o saber é parte instituinte desse mesmo mundo de seres e coisas. No que concerne ao pensamento historiográfico assumido e vivido por Febvre, e que incorporou esta noção de que a história se constitui nos quadros das grandes referências do conhecimento possível de um período singular, estes conceitos fornecem a expressão de uma vontade teórica de apreender a dinâmica das rupturas e a inércia das permanências, na perspectiva de um grande movimento da história da civilização<sup>8</sup>. Uma história que incorpora os elementos de concepções divergentes do ponto de vista dos interesses científicos de cada área de conhecimento, seja antropológica, psicológica, econômica, social, mas que sempre se reporta a uma realidade de abrangência superior, isto é, à civilização como a experiência humana em geral.

---

<sup>6</sup> O conceito de epistémé, cuja origem remonta a Gaston Bachelard, tem uma importância estratégica no pensamento de Foucault, tendo em vista que através dele torna-se possível pensar a descontinuidade na história do saber. “A História das ciências aponta, no seu desenvolvimento, para uma certa autonomia, remetendo para um campo de pensamento, na medida em que cada época mostra o que se pode e o que não se pode pensar. Toda ciência se desenvolve no âmbito de uma *epistémé* (...)”. (Barbosa.1995. p. 112).

<sup>7</sup> Este conceito foi utilizado por Febvre com o objetivo de estabelecer uma atitude contrária a qualquer forma de anacronismo, defendendo que cada época tem sua modalidade própria e seus limites de pensar. Baseando-se na lições da psicologia do início do século XX, com este conceito Lucien Febvre procurava identificar o léxico e a sintaxe, as formas de sensibilidade, os hábitos de pensamento, o conhecimento e seus conceitos de cada época. Conferir o verbete “Aparelhagem Mental” no Dicionário de Ciências Históricas. (Revel. 1993. p. 66-67)

<sup>8</sup> Lucien Febvre escreveu cerca de quarenta textos sobre o assunto civilização. Talvez o mais significativo dentre eles é o que serviu à sua exposição na Primeira Semana Internacional de Síntese intitulado “Civilização: evolução de uma palavra e de um grupo de idéias”. In: *Pour une Histoire à part entière*, Livre IV, pgs. 481-528.

“A utensilagem mental, em Lucien Febvre, aproxima os ofícios do historiador e do antropólogo. A descrição dos costumes, do cotidiano, torna possível a busca do inconsciente. Contudo, há uma grande distância entre o procedimento do historiador em questão e a perspectiva inaugurada por Marcel Mauss. A Febvre pouco importava encontrar um ponto de convergência entre os seres humanos. Seu enfoque preocupava-se em comprovar a existência de uma unidade entre os homens do século XVI na França. Ou melhor, comprovar a ação de uma força insidiosa, que promoveria o domínio total da religião sobre os homens”. (Martinez. 1999. p. 215).

Apesar disso, Lucien Febvre reconhece a existência de civilizações, asseverando que para cada uma delas corresponde um processo particular de vivência, inviabilizando, pois, uma abordagem linear e evolucionista de suas histórias. Esta forma de entendimento, além de romper com uma visão progressista da história, estabelece uma tomada de posição em relação ao secular sentimento etnocêntrico que punha Europa no centro do mundo civilizado. Evidentemente, na base dessa consciência teórica, encontra-se a crença de que a história não pode ser entendida apenas como continuidade perene, mas principalmente como processos de descontinuidade e que existe para uma dada época um conjunto de condições que permitem aos homens organizarem seu pensamento em torno de suas verdades coletivamente estabelecidas. Servindo desse modo como um antídoto ao “pior dos males em história” - o anacronismo -, esta forma de contaminação do passado pelo presente, que ocorre através da transferência de noções e imagens próprias do momento atual do historiador, como sendo válidas para qualquer realidade que lhe é anterior. A preocupação de Febvre com todas as formas anacronismo é constante. Quando ele examina a vida contraditória de Marguerite de Navarra, deixa bem claro os riscos que correm os estudiosos da Renascença ao interpretá-la a partir dos valores atuais.

“A esses ancestrais, emprestar candidamente conhecimentos de fatos – e portanto de documentos de idéias – que todos nós

possuímos, mas que aos mais sábios dentre eles era impossível de se propiciar; imitar tantos bons missionários que outrora voltavam maravilhados das «ilhas»: pois todos os selvagens que encontraram acreditavam em Deus; um pouquinho de nada e eles seriam verdadeiros cristãos; dotar também os contemporâneos do Papa Leão, com uma generosidade sem fim, de concepções do universo e da vida que nossa ciência nos forjou e que são tais quais nenhum de seus elementos, ou quase, não habita no espírito de um homem da Renascença – a gente conta infelizmente os historiadores, eu digo os mais altivos, que recuam diante de uma tal deformação do passado, uma tal mutilação da pessoa humana na sua evolução. E isto sem dúvida, falta por a questão que nós pusemos anteriormente, a questão da inteligibilidade”. (Febvre. 1996. p. 14).

A partir de então se consolida a convicção de que existem e devem ser ressaltadas pela síntese histórica, formas de pensamento diferentes para épocas diferentes. Este tipo de exigência intelectual, fruto de uma visão de história avessa à idéia de continuísmo, marcou desde cedo as expectativas de Lucien Febvre no que se refere a alternativas conceituais que pudessem exprimir esta realidade descontínua e socialmente representada por uma determinada mentalidade.

“Nos anos 1930 e 1940, Lucien Febvre tentou, nos seus trabalhos sobre Rabelais e o problema da descrença, desenvolver este conceito associando-o à noção de «outillage mental» ou de «blocage épistemologique» bachelardiana”. (Jones. 1998. p. 384).

Depreende-se dessa atitude “teórica” de Febvre, enquanto aliada a um movimento orientado em direção à ultrapassagem de um tipo de saber historiográfico que se fundamenta em uma visão “ingênua” da história, o esforço intelectual para garantir à compreensão histórica um estatuto epistemológico e uma *praxis* profissional condizente com a abordagem relativista do real. Sendo assim, deve-se interpretar essa contribuição individual, considerando que seu amadurecimento se deu em um contexto de valorização das individualidades em detrimento das diversas formas de produção social do conhecimento. A originalidade,

entretanto, do pensamento febvreano se consolida na medida em que se propõe aprofundar um projeto historiográfico, cujas idéias se caracterizam por combater em favor de uma história renovada, por intermédio do contato com as demais ciências e chega ao ponto se confundir com o projeto de constituição da própria Ciência do mundo contemporâneo.

“Negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas; concentrar em feixe sobre um mesmo assunto a luz de várias ciências heterogêneas: tarefa primordial, e sem dúvida a mais premente e mais fecunda das que se impõem a uma história impaciente com as fronteiras e as compartimentações. Empréstimo de noções? Às vezes. Empréstimo de métodos e de espírito, antes de tudo. Feito de investigadores isolados, procurando o apoio dos vizinhos? – hoje é essa a regra. Amanhã, sem dúvida, será um feito de trabalhadores de formação diversa unidos em grupos para reunirem os seus esforços; imagino o físico pondo o problema; o matemático trazendo a sua virtuosidade no manejo da linguagem científica; um astrônomo, enfim, escolhendo no campo imenso do céu os astros que é preciso escolher, observando e controlando. A fórmula do futuro, sem dúvida, tirará ao trabalho muito da sua intimidade. O trabalho já não será tão profundamente, a coisa de um homem e a sua manifestação. Mas recuperará em eficácia o que há-de perder em personalidade”. (Febvre. 1985. p. 24-25).

Não resta dúvida, portanto, que se pode apreender o pensamento de Febvre enquanto modelo intelectual, isto é, como um padrão mental de perceber e explicar a realidade circundante, mas principalmente como um projeto historiográfico, na medida em que isso implica no compartilhamento de idéias e de atitudes com todo um contexto de nomes e práticas ligados especificamente ao ofício da história. Dada especial ênfase para suas idéias a respeito da possibilidade científica da história e da ciências humanas, a partir do quadro de referências do cientificismo do século XIX, sem, no entanto, assumi-las enquanto valor universal para todos os demais campos do conhecimento. Deve-se, pois, pensar a sua adesão intelectual aos modelos desse tipo de teoria e conhecimento, muito mais como consequência

dos condicionamentos da conjuntura cultural e da sua formação acadêmica, do que o reflexo de uma rendição àqueles princípios científicos supostamente inquestionáveis. Embora compreenda a importância das exigências teórico-metodológicas que presidem a *praxis* das ciências naturais, Lucien Febvre não as aceitará de maneira tácita como modelo a ser seguido pela história, considerando as características e as demandas do conhecimento histórico. Portanto, a aproximação da história com o método científico, será mediada no pensamento febvreano pela especificidade do seu objeto de estudo, ou seja, a experiência humana no tempo.

É necessário, pois, captar o pensamento histórico e científico de Lucien Febvre no interior mesmo das mudanças que vinham ocorrendo na própria disciplina histórica e procurar percebê-la nas suas diversas imbricações, inclusive nas influências que possa ter sobre ela. Não se pode deixar de avaliar as relações entre o projeto febvreano e as demais disciplinas atuantes no cenário “científico” do início do século. Perguntar-se, pois, como a obra de Febvre serviu para sedimentar posições ou alterar relações de poder no quadro abrangente das ciências humanas. Por fim analisar as possibilidades de sua concepção histórico-científica refletir posições assumidas do próprio contexto das idéias e representações sobre o papel da ciência e da história. neste ponto da reflexão o nosso questionamento se aproxima intensamente dos propósitos teóricos da historiografia como história da história. Seria interrogar como o historiador repassa para a sua obra as marcas mais amplas do seu tempo, no que diz respeito ao que se pensa da história do ponto de vista da construção de sua identidade científica. Isto é, como Febvre estabelece a autonomia e a relação de pertencimento da disciplina histórica ao projeto científico do século XX, respondendo aos requisitos externos de seu enquadramento, ao mesmo que ressalta suas especificidades.

O pensamento histórico de Lucien Febvre tem sido um desafio para os estudiosos da história da história, pois, sua natureza difusa e eclética se apresenta como uma barreira para

uma apreensão teórica de maior fôlego. Esta obra imensa e rica, tem recebido apenas de tempo em tempo a visita de alguns interessados em proceder uma incursão exploratória, o que tem originado bons trabalhos de esclarecimento das características teóricas e metodológicas dessa que foi uma das mais substanciais contribuições intelectuais do século XX no campo da história. Esse fluxo pouco intenso de novos trabalhos de pesquisa sobre a historiografia febvreana representa uma contradição, tendo em vista as suas qualidades superiores que a tornam uma referência obrigatória para as novas gerações de historiadores.

“Entretanto esta obra abundante, prolífica e complexa, é ainda em grande parte desconhecida. Curioso paradoxo mesmo assim: nenhum estudo substancial não lhe foi consagrado até aqui. (...) Não é estranho, com efeito, que seja difícil de encontrar em livraria a obra que exprima talvez o mais explicitamente o sentido de sua ação sobre a história e as ciências sociais e através da qual ele pensou precisamente expandir e prolongar sua influência. Aliás, é forçoso constatar que apesar da riqueza dos materiais propostos pelo próprio Lucien Febvre, a publicação destes florilégios pouco incitaram a um conhecimento mais aprofundado da obra”. (Müller. 1990. p. 10).

É preciso, contudo, que se perceba as dificuldades inerentes a um trabalho deste tipo, isto é, a análise de um projeto intelectual, considerando as diversas facetas que o compõem, quase sempre ultrapassando as fronteiras imediatas das palavras e das idéias jogadas nos textos e nas demais formas de intervenção no processo de construção do conhecimento científico. Melhor mesmo, seria admitir a impossibilidade de produzir uma interpretação cabal, porquanto isso exigiria um esforço sobrecomum do estudioso. Além de ser um ideal, e somente por isso, a compreensão global de um pensamento intelectual não pode ser realizada à custa dos prejuízos causados pela omissão e pela imperícia. Portanto, o melhor procedimento parece ser mesmo aquele que se afirma por intermédio da análise das partes, tendo em vista a composição de um inventário o mais completo possível, deixando que a pretensão da síntese se faça pelo modo da adição.

“De fato, ela é tão rica, mas ao mesmo tempo tão coerente, que ele interdita uma abordagem única; ao contrário, para os que a exploram em todos os sentidos (como nós tentamos fazer), ela reserva precisos meios de controlar a maneira da qual se lhe aprecia sob tal ou tal aspecto particular”. (Mann. 1971. p. 9).

O resultado desses trabalhos parciais, entretanto, não podem ser desconsiderados quanto à sua qualidade, ao contrário, muitos são na verdade revelações consideráveis sobre as características gerais e a originalidade do pensamento de Febvre. Apesar da inquestionável consistência dessas análises, muito ainda pode ser acrescentado se se pensar na variedade de modalidades possíveis que se pode utilizar no enfrentamento com a contribuição intelectual febvreana. O fato é que, há de se convir, existe uma lacuna quando se busca uma iniciativa de compreensão de Febvre, pensando-se em um tratamento de maior profundidade e maior dedicação a esta temática de natureza teórica. Quanto à presença de Lucien Febvre como objeto de estudo em textos variados, pelo menos o início da década de oitenta, pode-se dizer que:

“(...) pouco se estudou Lucien Febvre, ainda que tenha escrito muito sobre ele: resenhas críticas, alguns estudos passando sobre uma obra ou sobre um aspecto de sua obra, ultrapassando em extensão a simples resenha (Frappier, 1969; Mansfield, 1960); notícias necrológicas e quaisquer artigos de interesse geral contendo às vezes observações bastante pertinentes.(Braudel, 1953; Lapeyre, 1970; Throop,1961). A estas fontes convém acrescentar as histórias da história que mencionam aqui ou lá o nome de Lucien Febvre.(Dhont, 1971; Lapeyre,1971; Barret-Kriegel, 1973)”(Massicotte. 1981. p. 16).

Embora Massicotte tenha razão para aquele período, é necessário acrescentar alguns outros títulos que se tornaram leituras obrigatórias sobre o assunto. Deve-se, pois, aditar a esta lista os textos de Morazé (1957. “Lucien Febvre et l’Histoire Vivante”. In: RH. Paris. Presses Universitaires de France, 81e,Tome CCXVII, pgs.1-19); de Chartier e Revel (1979. “Lucien Febvre et les Sciences Sociales”. In: HG. Paris, 69<sup>e</sup> année, n<sup>o</sup> 272, février, pgs.427-442); e de

Wootton (1988. "Lucien Febvre and the Problem of Unbelief in the Early Modern Period". In: JMH. The University of Chicago, n°. 60, december, pgs. 695-730), bem como a análise do contexto e das correntes de pensamento feita por Noiriél (1996. Sur la "Crise" de l'Histoire. Paris, Belin); considerando as suas qualidades e por representarem uma linhagem de estudos muito interessantes sobre a obra de Febvre, posto que remetem o leitor para um contato mais amplo no que concerne às posições assumidas por seus epígonos, assim como por seus críticos.

Observando as características e as limitações de análise e de objetivos desses trabalhos, parece mesmo ser impossível empreender uma abordagem totalizante do pensamento histórico de Lucien Febvre, devido as dificuldades que se enfrentaria diante das ramificações que ele oferece ao leitor. "Os escritos de Febvre sobre questões de método são uma selva emaranhada por onde se deve avançar com muita precaução para não extraviar-se, como temo que tenha sucedido a algum autor de estudos sobre sua obra e seu pensamento". (Fontana. 1985. p. 110). Entretanto, esta constatação não remete necessariamente para uma realidade intransponível, necessitando apenas que se defina uma modalidade de interpretação segundo um objetivo específico. Essa estratégia tem se tornado predominante nas pesquisas no campo de ciências humanas, quando os pesquisadores adotam um espírito mais questionador e menos generalizante diante dos seus objetos. Assim, o problema da complexidade temática é superado por intermédio de uma operação de síntese, tanto na prévia delimitação de uma área de acesso, como na eleição de um quadro delimitado de questões a resolver. Essa tendência não deve ser, entretanto, confundida com o que Febvre chamava de "o horrível simplismo", pois a processo de redução que se estabelece no contato com o objeto tem um papel cognoscente imprescindível. Longe de se concorrer para o empobrecimento dos resultados, opta-se por um método seguro que permita uma aproximação positiva.

Esse tipo de interpretação “parcial” da obra de Lucien Febvre tem sido feita ininterruptamente<sup>9</sup>, confirmando a importância do seu projeto historiográfico e o interesse que os novos historiadores têm por seus debates em torno da renovação do conhecimento histórico. Para não citar todos os textos “menores”, importantes e imprescindíveis para o que se propõem a realizar, são consideradas como essenciais algumas obras produzidas com este espírito questionador e crítico dos trabalhos de Lucien Febvre, principalmente as três primeiras obras que se seguem na lista abaixo: Hans-Dieter Mann (1971) “Lucien Febvre. La Pensée vivante d'un historien”; Guy Massicotte (1981) “L'histoire problème. La méthode de Lucien Febvre”; Massimo Mastrogregori (1987) “Il Genio dello Storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese”; José Antônio Ereño Altuna (1994) “Lucien Febvre: Combates por el Socialismo”; Bertrand Müller (1990) “Bibliographie des Travaux de Lucien Febvre” e a organização da correspondência produzida pelos fundadores dos *Annales* (1994) Marc Bloch, Lucien Febvre. Correspondance. I. La naissance des *Annales*. 1928-1933. Paris, Fayard), bem como a coletânea de cartas de Febvre endereçadas a Henri Berr intitulada “Lettres a Henri Berr” (1997). Cada uma delas com objetivos e metodologias distintas, contribuem para restabelecer e difundir o pensamento histórico-científico de Febvre. Estas obras foram escolhidas por sua amplitude sistematizadora e pelo aprofundamento em determinadas áreas do pensamento historiográfico febvreano.

Apesar da constatação de que se pode ainda fazer muito em termos da investigação historiográfica sobre o pensamento histórico de Febvre, parece ser muito mais importante o fato de que este tipo de trabalho requer uma nova atitude teórica, pois não deve alimentar a pretensão de ser um painel de história das idéias, na acepção tradicional dos seus termos e das suas propostas. Abandonando, então, as falsas promessas de uma abordagem personalista que visa somente estabelecer uma interpretação continuista e integralizante de um certo ideário,

---

<sup>9</sup> A respeito dos trabalhos realizados, conferir na bibliografia o que se escreveu sobre Febvre e ver-se-á a frequência com que ele tem sido objeto de estudos.

como se fosse possível pensá-lo de modo independente das circunstâncias históricas. Esse tipo de leitura conduz o pesquisador a uma atitude de contemplação diante dos feitos intelectuais “extraordinários” do autor estudado, já que sua singularidade não encontra rebatimentos na realidade. Aqui as idéias assumem o papel de entidades supra-humanas que desfilam por cabeças declaradamente privilegiadas, cujo sentido secreto de seu aparecimento encerra-as como o princípio e o fim de si mesmas. Ao estudar as idéias de Febvre sobre a história o ofício do historiador, não se deve, pois, interessar-se por “idéias desencarnadas”, antes por compreender a dimensão e o vigor de idéias vivas interagindo com os demais fatores da ordem sociocultural na qual estão imersas. Conseqüentemente, esforçando-se por se manter distante do esquematismo evolucionista das idéias, baseado em uma apreensão a-histórica, tomando-as como universais que se perpetuam no tempo, ou ainda, o que é freqüente em determinadas correntes historiográficas, pensar as idéias como o resultado mecânico de um conjunto infinito de relações de influência.

Hans-Dieter Mann colabora neste processo de resgate, utilizando-se de uma estratégia de abordagem bastante ousada, concorrendo para uma apreensão o mais genérica possível da obra de Febvre. Em função disso, Joseph Fontana dirá “o livro de Hans-Dieter Mann (...) me parece uma glosa nada clara dos textos de Febvre”. (Ib.). Construindo um quadro bastante amplo das ramificações prováveis, vai tecendo uma tapeçaria composta de pequenos enxertos retirados das características do pensamento de Febvre e seus contatos com o mundo intelectual que lhe foi contemporâneo, bem como aquele que o sucedeu. Isso não o desqualifica, embora o seu estilo seja pouco usual entre os historiadores. “Pouco importa que ele seja prudente na condução de sua pesquisa e discutível, aqui e acolá, por interpretações de detalhes. Até aqui, ninguém percorreu com tal cuidado este pensamento vigoroso, pródigo, para lhe recontar e afirmar a unidade viva”. (Braudel. Préface. Mann. 1971. p. 7). Evidentemente o livro de Mann, se analisado apressadamente e sem que se faça as devidas

ponderações, oferece o perigo de se concluir que o pensamento de Febvre antecede, *in totum*, a tudo e serve como justificativa a tudo em história.

A interpretação de Mann persegue o objetivo de recuperar a unidade entre a vida e a obra de Febvre, para isso vai refazendo os seus aspectos biográficos e suas relações com o *establishment* francês. Busca uma definição das influências assimiladas por ele, produzidas pelas principais correntes de pensamento da passagem do século, analisando as idéias científicas e as questões mais cotidianas, no aspecto político, desse ambiente no qual se consolida sua formação intelectual. O papel de Henri Berr, de Vidal de la Blache, de Durkheim, etc., na constituição do seu ideário teórico. A problemática da civilização ocidental que enfrentava sérias mudanças, tendo em vista os conflitos armados e as reacomodações da ordem imperial européia. Sendo também examinadas as relações do pensamento de Febvre com as diversas disciplinas sobre as quais realizou sua campanha de inovação do *métier* do historiador. História e hermenêutica, história e psicologia, história e estruturalismo, etc., seguindo a tendência de colocar Febvre na origem deste movimento que tem em Foucault, segundo a exposição de Mann, o exemplo mais relevante do estruturalismo aplicado à história. O conceito de estrutura utilizado pelos historiadores do movimento dos Annales em geral e por Febvre, em particular, atendia a uma orientação específica que tentava harmonizar no trabalho do historiador, a abordagem diacrônica com a abordagem sincrônica. Desse modo, o que os historiadores entendem por estrutura, é de fato uma realidade histórica que se apresenta de maneira dinâmica e entrelaçada de múltiplos condicionamentos.

“O conceito de estrutura, em história econômica e em geral, surge vinculado ao fato dos historiadores tomarem consciência de que o estudo da evolução das sociedades demonstra a existência de certos setores e elementos da realidade social, caracterizados por uma estabilidade e uma permanência relativas e extremamente variáveis. Mas estrutura e movimento - ou conjuntura - são conceitos estreitamente vinculados. As diferentes configurações estruturais

pressupõem conjunturas diferenciais, características dos distintos sistemas; e o efeito cumulativo das variações conjunturais pode produzir mudanças estruturais, quer dizer, pode conduzir a novos estados de equilíbrio relativo qualitativamente diferentes”. (Cardoso e Brignoli. 1983. p. 58)<sup>10</sup>.

Por outro lado, Massicotte, procederá diferentemente de Mann “tanto por seu método quanto por seu objeto”, tentando apreender da obra de Febvre o que existe de “denominador comum, uma lógica interna que permita compreendê-la e analisá-la”. Com a intenção de compreender o conjunto das práticas historiográficas de Febvre, privilegiando o seu aspecto metodológico, toma a sua obra de modo a “considerá-la de um ponto de vista particular”. (Massicotte. 1981. p. 16). Deve-se ressaltar o esforço de Massicotte de estabelecer um esquema de continuidade, ou simplesmente de motivação, para as linhas de pesquisa e de debate teórico abertos pelo pensamento febvreano e assumidos pelos novos historiadores. São analisadas as premissas da problematização como método histórico e o papel das hipóteses de trabalho aplicadas nas suas principais obras históricas.

A preocupação central de Massicotte é estabelecer um contato entre a metodologia pensada e utilizada por Febvre e deduzir daí como se processa a unidade de seu pensamento histórico. Para isso faz o levantamento do conjunto do pensamento historiográfico do início do nosso século e o relaciona com as críticas formuladas por Febvre com o objetivo de firmar as bases de uma superação. Para este autor, compreender o que existe de singular na obra febvreana, significa necessariamente ter que interrogá-la quanto à metodologia que dirige suas pesquisas. Portanto, é seguindo este raciocínio que Massicotte define como ponto essencial de sua reflexão o tema da “história-problema”, enquanto o método utilizado por Febvre em todos os seus trabalhos. Por fim, ao interpretar os estudos de história religiosa de Febvre, abre

---

<sup>10</sup> Conferir também Braudel (1990) e sua discussão com a antropologia estrutural de Lévi-Strauss.

a perspectiva para a construção da história das mentalidades, especialmente no encontro entre história, sociologia e psicologia.

Por último tem-se o livro de Mastrogregori, considerando que os trabalhos de Müller são compilações sem pretensões interpretativas, provavelmente o mais rico por suas implicações teóricas, tendo em vista as questões que levanta concernentes aos fundamentos do pensamento de Febvre, embora faça uma abordagem que envolve também a obra de Marc Bloch. Constitui-se em uma proposta muito arrojada no trato das idéias que identifica como principais, interpretando-as com o máximo de clareza possível, de modo a definir o perfil teórico febvreano. É, portanto, um trabalho tecnicamente coerente na condução da proposta de análise, qual seja, a da discussão sobre a existência de uma teoria nos escritos desses historiadores. Essa *querelle* já faz parte, desde algum tempo, do debate sobre a contribuição dos *annalistes* para o conhecimento histórico. Em uma palavra, a versão que prevalece é que a obra de Febvre e Bloch, principalmente o primeiro, é uma demonstração do empirismo ainda reinante do nos anos vinte e trinta. Tanto nos próprios continuadores do empreendimento dos *Annales*, como os seus críticos, concordam que não existe uma contribuição significativa de ordem teórica nesse historiográfico inovador. “Parece-me que é necessário assinalar, assim, que os *Annales* não contribuíram, ao lado desse enriquecimento metodológico, com uma renovação teórica similar”. (Montana. 1985. p. 115)<sup>11</sup>. É, portanto, nesta senda de discussão que Mastrogregori vai se colocar, defendendo a tese que havia na realidade uma teoria subjacente naquelas obras, contrariando em certa medida as opiniões a respeito da pobreza teórica do fundadores do movimento dos *Annales*. Entretanto, parece mais conveniente pensar em uma hierarquia de prioridades, do que propriamente na exclusão radical do elemento teórico da historiografia da primeira geração dos *Annales*.

---

<sup>11</sup> A respeito da “recusa” dos historiadores dos *Annales* em fazer teoria, Noiriél diz que Lucien Febvre e os *Annales* se definem pouco em termos de teoria, não é apenas porque os historiadores não gostam de teoria, mas porque assim podem continuar se servindo das disciplinas auxiliares sem ter que prestar contas com as exigências teórica do projeto sociológico durkheimiano. Conf. em Noiriél (1996. p. 278 e segs.).

“Bloch e Febvre acreditavam muito mais na prática do que no discurso teórico como elemento renovador da história. Assim, por exemplo, não se deve buscar nestes autores uma teoria elaborada sobre a sociedade. Por isto, até certo ponto é incorreto falar em ‘escola dos *Annales*’, no sentido de uma escola que ofereça uma série de questões substantivas. A atitude de Bloch e Febvre foi essencialmente metodológica, voltada para a prática da história”. (Cardoso e Brignoli. 1983. p. 472).

O livro começa colocando em discussão o tema principal: existe uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre?, para o qual o autor recorre a um número considerável de pensadores especializados na temática. O autor se utiliza de diversos pensadores italianos para estabelecer suas posições diante do problema teórico que ele se propõe resolver. Benedetto Croce, A. Labriola e Arnaldo Momigliano, estão o tempo todo sendo chamados a colaborar com seus raciocínios, indicando não somente as suas origens teóricas, mas indicando o ponto a partir do qual se desenrola sua interpretação. Em seguida aparecem os antecessores de Febvre e Bloch com seus modelos de história e sua metodologia herdeira de um pensamento “positivista”. As relações dos *annalistes* com o projeto de Henri Berr e a sociologia de Durkheim. Uma reflexão sobre os escritos teóricos dos dois historiadores e suas participações na construção da revista dos *Annales*. Dessa contribuição para os *Annales*, Mastrogregori recupera os escritos representativos da proposta metodológica e teórica daquela que foi a fonte primeira de estímulo à inovação historiográfica. Por fim o autor conclui fazendo considerações sobre o que Febvre chamava e veio a se repetir nas vozes de muitos dos seguidores da experiência de 1929: “o espírito dos *Annales*”.

Apesar da especificidade dos objetivos e da metodologia aplicada, não se pode esquecer o trabalho de Altuna, tendo em vista que sua pesquisa contribui de maneira bastante considerável no que concerne à explicitação dos valores políticos de Lucien Febvre, pelo menos no período imediatamente anterior à Primeira Guerra mundial, quando ainda era

bolsista da Fundação Thiers. Estudando as correntes de pensamento político na França no início do século XX, assim como a realidade econômica e a organização social do trabalho, o autor busca identificar a profundidade da adesão de Febvre ao socialismo e o respectivo ideário, considerando as diversas linhagens que militavam naquele período. A pesquisa toma como fonte principal de informação os artigos de Febvre publicados no “Le Socialiste Comtois” entre os anos 1907-1910, através dos quais manifestava suas preferências pelas temáticas próprias à tradição política de Pierre-Joseph Proudhon e, de maneira menos evidente aos ideais de Saint-Simon. Apesar sofisticado trabalho de pesquisa realizado por Altuna, não foi possível identificar com certeza as raízes socialistas de Lucien Febvre.

“Agora bem, desde quando pertencia Febvre ao Partido Socialista? Desde a Escola Normal? É difícil responder com precisão. As lacunas de informação são ainda tão grandes que nos impedem conhecer de maneira concreta através de que circunstâncias, de que itinerário pessoal nasceram e amadureceram suas preocupações políticas e sociais. (Altuna. 1994. p. 96).

Esses autores e suas obras contribuem de maneira especial para o estudo do pensamento historiográfico francês do início do século XX, e são, pois, referências obrigatórias, porquanto representam as primeiras iniciativas de interpretação sistemática do pensamento histórico-científico de Febvre especificamente. São contribuições verdadeiras e indispensáveis a todo pesquisador interessado na história da história, especialmente na compreensão da história elaborada pelos fundadores dos *Annales* e sua repercussão teórico-metodológica na historiografia contemporânea. Cada uma com um problema a ser desvendado, com uma metodologia a servir-lhes de sustentação e uma teoria e orientar-lhes a interpretação, compondo assim uma página importante da historiografia do pensamento histórico.

### 3.2 – Recepção do Pensamento de Febvre no Brasil

Falar do fenômeno das trocas de idéias, valores e imagens, que se efetivam entre realidades socioculturais distintas, é ficar-se sujeito a cometer incorreções e principalmente melindrar suscetibilidades. Isso ocorre devido ao fato de serem muitas e diferentes as relações que se estabelecem em torno desses ideários, fazendo emergir, portanto, uma multiplicidade de estados de ânimo conflitantes. Quando a permuta se processa no território da produção intelectual-científica, ambiente marcadamente escorregadio, considerando-se a dinâmica, nem sempre intensa, das atividades de criação e superação de teorias e metodologias de pesquisa, a preocupação em preservar hábitos chega a ser tão contundente quanto a de ultrapassar as concepções existentes. No geral, em todas as dimensões da vida social e das coletividades entre si, esse processo que parece ser tão freqüente quanto mais diminui a tamanho do mundo, ainda é, sem dúvida, motivo de suspeição por parte de muitos, especialmente daqueles que falam em nome de um certo conservacionismo, seja da cultura nacional, seja dos valores de uma determinada tradição intelectual.

Em 1989, Jacques Revel falava: “É difícil o momento em que se atinge o êxito. Nunca os *Annales* foram tão citados, utilizados, imitados. São-lhes consagrados colóquios, estudos. A sua herança é reivindicada um pouco por toda a parte.”.(1990. p. 13), portanto, não são poucas as tentações que cercam este assunto, considerando que a vulgarização parece tudo conduzir para as águas calmas da uniformidade. Bastaria dizer que, como em todo canto, entre os historiadores brasileiros foram muitas as marcas deixadas pelos *Annales*. A quem uma afirmação dessa largueza agradaria?

Sendo assim, identificar e analisar as maneiras como o pensamento de Lucien Febvre se inseriu no contexto das correntes historiográficas brasileiras, requer todos os cuidados possíveis para que não se se deixe emaranhar nas armadilhas dos interesses recônditos. Pensar

uma relação intelectual em termos recepção, divulgação, assimilação ou influência é correr o risco de realizar uma avaliação de natureza ambígua de uma realidade atravessada de interesses múltiplos. Quem nega a existência do contato quer ver distante de si tudo o que lembra o indesejado, quem acata quer para si a proximidade do alentado abrigo que representa o espólio intelectual do admirado. O caso específico da historiografia brasileira coloca alguns problemas que devem ser considerados, como por exemplo, o fato de se afirmar que, para além das práticas e das trajetórias intelectuais particulares, não tenham se formado no Brasil correntes historiográficas com clareza teórica e metodológica.

“(…) malgrado o aspecto polêmico dos debates, não parece abusivo afirmar que no Brasil inexistam tendências historiográficas consolidadas de uma ou de outra corrente já que, mesmo no caso do marxismo, não houve uma exploração de todas as suas possibilidades, que foram relativamente abortadas pelo que se convencionou chamar de «crise do marxismo»”. (Fico e Polito. 1992. p. 160).

É, pois, nesse terreno de ambigüidades que se pode fazer algumas observações sobre este processo intelectual de recepção do pensamento febvreano pela historiografia brasileira, considerando que o fenômeno historiográfico dos *Annales* pode, às vezes, encobrir as manifestações individualizadas de seus integrantes. No caso da relação de Febvre com a historiografia brasileira, pode ocorrer de se confundir ou aceitar uma suposta proximidade com o seu ideário, simplesmente por se reconhecer o sucesso editorial e acadêmico do movimento dos *Annales* conquistado nas últimas décadas. Entretanto, em um plano mais geral é possível se observar algumas experiências pessoais de assimilação das idéias provenientes dos *Annales*, enfatizando este ou aquele historiador deste movimento historiográfico.

“A tese de doutorado de Eurípedes Simões de Paula, *O Comércio Varegue e o Grão principado de Kiev*, defendida em 1942, orientada por Jean Gagé, expressava influências das obras de Marc Bloch e das preocupações de Braudel, estudando aspectos de História

Medieval, na ótica de cruzamento de espaços coma análise de relações político-econômicas. A tese de Pedro Moacir Campos, *Alguns aspectos da Germânia Antiga, através dos autores clássicos* (1945) e a de Eduardo d'Oliveira França, *A realeza em Portugal e as origens do absolutismo* (1945), reafirmaram o diálogo com os *Annales*". (Capelato et all. 1994. p. 351).

Passados os anos da Segunda Guerra mundial, é que, então, percebe-se uma aproximação um pouco mais consistente dos historiadores brasileiros com a historiografia dos *Annales*. Mas ainda não é nada que indique uma adesão definitiva, posto que se trata apenas da introdução ou da utilização das obras e da contribuição de alguns historiadores ligados àquele movimento, nas bibliografias dos trabalhos realizados nos programas de pós-graduação.

"Nos primeiros anos da década de 60, começam a surgir, na bibliografia, obra de historiadores franceses, principalmente aqueles ligados ao espírito dos *Annales*: Marc Bloch, Lucien Febvre, Braudel, Labrousse, Pierre Vilar aparecem com freqüência em trabalhos do período. Em alguns deles já se nota a abordagem estrutura-conjuntura-fato. Por outro lado, Marx aparece muito pouco neste momento". (D'Allessio. 1994,p.134).

No Brasil, portanto, a Universidade de São Paulo (USP) foi uma das principais portas de entrada dos ideais de inovação historiográfica que no início do século XX se processava na França. Esta universidade foi fundada em 1934, no rescaldo da chamada Revolução Constitucionalista de 1932, quando dos conflitos entre o governo provisório de Getúlio Vargas e os interesses econômicos e políticos das elites paulistas. O projeto foi liderado por Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, cujas intenções era demonstrar para o governo central e o Brasil as potencialidades culturais de São Paulo. Nos primeiros anos a vida financeira da instituição permitiu que se instalasse algumas unidades de ensino e se contratasse professores estrangeiros, posteriormente, com a passagem de Mesquita Filho para a oposição, a restrição de verbas desacelerou o seu crescimento. A Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras funcionou de 1934 a 1949 na Praça da República, de 1949 a 1969 na Rua Maria Antônia, e com a reforma de 1969 passa para a Cidade Universitária.

“Como todas as escolas dependiam de verbas do Estado, a Faculdade de Filosofia teve sua criação e um começo promissor enquanto o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, planejador da Escola, «o pioneiro de uma política de cultura» (Azevedo, 1973:100-101) esteve com a situação. Assim que foi colocado na oposição, as verbas começaram a escassear, como medida para extinguir aquelas fontes de despesas que conservadores e remanescentes do Partido Republicano Paulista queriam remanejar”. (Leite. 1994. p. 170).

A importância da missão francesa no processo de inovação da historiografia no Brasil, deu-se por três motivos em especial: primeiro porque muitos dos seus primeiros professores brasileiros, bem como a intelectualidade paulista em geral, acompanhavam com uma certa constância as atividades culturais francesas; segundo porque a missão de professores franceses que foram convidados para formar o primeiro corpo docente da Universidade, embora que, em 1935 quando do início das atividades letivas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ainda não pudesse ser identificada como representantes ou seguidores daqueles ideais, não se deve descartar totalmente a possibilidade de os conhecerem e eventualmente serem simpáticos às suas propostas; por último o papel de Fernand Braudel enquanto uma referência dos *Annales* àqueles que ficaram em São Paulo. Sem dúvida, depois do retorno de Braudel à França, tendo permanecido na USP durante o período de 1935 a 1937, os contatos com a literatura «annaliste» pode ter intensificado a aproximação de ambos os lados do Atlântico. Sobre a missão dos franceses o professor Fernando Novaes diz:

“A missão foi composta de pessoas de alta qualidade: Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig etc. Costuma-se dizer que a seleção desses professores foi muito acertada, mas na década de 30 eles tinham vinte e poucos anos e eram recém-formados. Quando foram selecionados, não eram e nem se previa que seriam famosos. Braudel, quando veio para São Paulo,

ainda não tinha publicado sua tese, apenas uma ou outra resenha. Assim, parece que o Brasil deu sorte para esses franceses”. (Novais. 1994. p. 161).

No caso específico de Lucien Febvre, parece que a divulgação do seu pensamento histórico tenha sido favorecido pela manutenção das relações dos professores «uspianos» com Braudel. Basta lembrar que este foi agraciado pela Universidade de São Paulo com o título do «Doutor honoris causa» em 1947. Além disso, a USP contratou o professor Charles Morazé, amigo muito próximo de Febvre, para o período de 1949 a 1951. Neste sentido, dois anos depois de concedido o título a Braudel e no primeiro ano de permanência de Morazé em São Paulo, Lucien Febvre faz uma viagem de natureza acadêmica ao Brasil. Visitará varias capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belo horizonte. Sobre esta visita o professor França faz os seguintes comentários:

“(…) meu contato com ele foi de apenas algumas horas uma vez quando ele passou pelo Brasil, e nós o levamos pela iniciativa do Antônio Cândido a uma festa popular em Tietê. Viajamos de trem e ele à medida que ia vendo as coisas ia dando as suas impressões, e eu fiquei impressionado com a capacidade de ver um historiador adepto naturalmente da geografia, mas não um geógrafo”. (França. Entrevista 23/04/96).

No que concerne à repercussão do pensamento de Febvre entre os intelectuais brasileiros, pode-se dizer que o conhecimento de suas idéias e obras publicadas por parte dos estudantes e professores brasileiros, deu-se primeiramente através das leituras feitas pelos estudantes das cadeiras de geografia. Provavelmente a primeira obra de Febvre a chegar às mãos desses alunos foi “La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique a l'histoire”. Somente nos anos posteriores à Segunda Guerra mundial foi que seus livros propriamente históricos O “Lutero” e o “Rabelais”, especialmente, foram sendo incorporados às bibliografias obrigatórias dos estudantes universitários de história moderna.

A divulgação de alguns dos textos menores de Febvre foi feita através da Revista de História da Faculdade de Filosofia da USP, fundada um ano após sua visita ao Brasil. Em 1950 o professor Eurípedes Simões de Paula realizou o projeto de editar uma revista. Desde 1937, quando era assistente de Fernand Braudel, tinha como propósito criar um veículo de “divulgação de trabalhos de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos”. O projeto da revista tinha uma perspectiva de ampliar o raio de ação do ensino universitário, dando continuidade às discussões acadêmicas e profissionais além dos bancos acadêmicos. Assim, No seu primeiro número, como o fez a revista dos *Annales*, o editorial da Revista de História esclarece ao leitor que seus objetivos são de divulgação do conhecimento “científico” para além da Universidade.

“(..) quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário. Para isso pretende fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapaixonados à margem de assuntos controvertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte, as naturais deficiências das bibliotecas no interior do Estado”. (Paula. 1950. p. 1).

Nesse mesmo editorial o professor Simões de Paula cita Lucien Febvre, enfatizando a sua idéia de que a história é a ciência do homem, para logo em seguida aparecer um texto de Febvre. Esta primeira publicação da Revista de História foi o texto da palestra proferida por Febvre em 1949 na Faculdade de Filosofia, intitulado “O Homem do Século XVI”, nos qual o autor apresenta algumas considerações sobre as mentalidades e a vida material dos franceses durante o «belo século». Após esse trabalho, a Revista de História ainda vai publicar uma conferência proferida na Universidade Mackenzie sobre a reforma protestante na Europa intitulada “Calvino” (1952); em 1953, um artigo publicado originalmente na revista dos

Annales em 1930<sup>12</sup>, sobre as características do pensamento econômico de François Simiand e sua contribuição para a história (“François Simiand. Da Teoria à realidade econômica”); no mesmo ano foi publicado artigo “A vida das palavras e a História”, revelando as preocupações filológicas de Febvre; e em 1954 foi publicada a conferência “Como foi Batizada a Europa”, proferida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP a convite do seu Departamento de Geografia.

Quando do falecimento de Lucien Febvre em 1956, a Revista de História divulga a notícia, publicando o necrológio escrito por Fernand Braudel. Em conjunto com a notícia, são acrescentados os comentários do professor Simões de Paula, sugerindo a existência de discípulos brasileiros de Febvre que estudaram e ensinam na USP, bem como a sua marcante influência sobre os novos historiadores brasileiros.

“Fundador de *Les Annales*, teve o Prof. Lucien Febvre , através dos seus discípulos que ensinaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, uma forte influência sobre as novas gerações de historiadores que desta Faculdade saíram. Em 1949 o Prof. Febvre aqui esteve fazendo uma série de conferências que marcaram profundamente, no espírito de todos, a sua passagem por São Paulo”. (Paula.1956. p. 412).

A euforia contida nos comentários do professor Eurípedes Simões de Paula, a respeito de uma provável repercussão do pensamento de Febvre na formação de historiadores brasileiros, provavelmente foi motivada pela dor do falecimento daquele intelectual respeitado. Mas há-de se considerar que, de 1956 até hoje, bem pouco tem se revelado nas obras nacionais para que se considere essa declaração procedente e de fato tenha havido uma

<sup>12</sup> Em nota a esse artigo o professor Simões de Paula diz: “A Revista de História julga ser de interesse para os jovens professores licenciados pelas Faculdades de Filosofia do país a divulgação de algumas questões de profundo significado, publicadas na revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, pouco conhecida entre nós. Contou para isso com a gentil autorização do prof. Febvre, da Editora Armand Colin, bem como a boa vontade do prof. Charles Morazé que selecionou os artigos mais importantes”. (Paula. 1952. p. 395), demonstrando o interesse em divulgar os Annales no Brasil e indicando o papel desempenhado por Morazé nesse trabalho.

recepção de modo a se identificar uma corrente historiográfica febvreana no Brasil. Na verdade é muito uma declaração de amizade e admiração pessoal do que propriamente o resultado de uma constatação segura.

“Eu não saberia dizer no Brasil, quantos historiadores sofreram influência dos Annales, me parece que poucos. Eu posso confessar que sofri essa influência, embora seja uma figura pouco representativa da historiografia brasileira, uma vez que meus trabalhos mais alentados são sobre história de Portugal e não só do Brasil”.  
(França. Entrevista. 23/04/96).

O fato é que nestes últimos cinquenta anos, pouquíssimos historiadores brasileiros têm se dedicado a qualquer tipo de estudo específico a respeito da contribuição historiográfica de Lucien Febvre. Dentre as poucas publicações, é possível se fazer uma classificação desse material de acordo com os interesses de seus autores.

Primeiro, tem-se as notícias de falecimento e substituição de Febvre na Escola de Altos Estudos, escritas por Simões de Paula (PAULA, E. Simões de. (1956) “Lucien Febvre. (1878-1956)”. In: Revista de História. São Paulo, n.º 28, ano VII, outubro-dezembro, pgs. 411-412 e Noticiário: (1956) “Substituição do Prof. Lucien Febvre na Escola de Altos Estudos”. no. 28, XIII, pág. 541)

Em seguida temos os textos de natureza resenhística, quando alguns autores brasileiros se dedicaram a apreciar criticamente algumas das obras de Febvre, principalmente o “Lutero” (NERO, João del. (1951) Resenha do livro de Lucien Febvre “Un destin, Martin Lutero”. Presses Universitaires de France. Paris. 2ª ed. 1946., II, no. 5. Pág. 198 e MELO, Jayro Gonçalves. (1971) “Martinho Lutero de Lucien Febvre. Síntese e Crítica Metodológica. In: Anais de História. Assis/São Paulo, Ano III, pgs. 167-172).

Encontram-se também alguns textos cujos interesses se orientam para algum tema em especial desenvolvido por Lucien Febvre nas suas obras, tais como o estudo das mentalidades

a partir do conceito de consciência e de ação social, o problema do projeto interdisciplinar e a colaboração entre as ciências humanas e a questão da política na história e da história política (NARDY, Carlos Alberto. (1970) “Lucien Febvre. O Problema da Consciência e da Realidade”. In: Revista de História. São Paulo, n.º 82, vol. XLI, ano XXI, abril-junho, pgs. 391-397; RAMINELLI, Ronald. (1993) “Lucien Febvre e os Limites da Interdisciplinaridade”. In: PAZ, Francisco Moraes (org.). As Aventuras do Pensamento. Curitiba, Editora da UFPR, pgs. 203-219 e MARSON, Izabel Andrade. (1997) “Repensando a História política: contribuições de Marx e Febvre”. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História – História e Cidadania. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997, pgs. 207-212).

Na década de setenta surgiu uma tese de doutoramento no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, tratando dos aspectos gerais das obras dos fundadores da revista dos Annales. Neste sentido, pode-se dizer que o autor desse trabalho não se dedicou exclusivamente da temática febvreana, mas preocupou-se com as características mais gerais do movimento historiográfico dos Annales (GUARIBA NETTO, Ulysses T. (1975) Leitura da Obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales. introdução à Análise do Conhecimento Histórico. Tese. Assis, São Paulo. Fotocopiado).

Por fim, tem-se a publicação, dentro de uma coleção de vários números, de uma coletânea de textos originais de Lucien Febvre, retirados de suas principais obras, cujo intuito é divulgar o pensamento de importantes cientistas sociais no meio do público universitário (MOTA, Carlos Guilherme. (1992) Febvre. 2ª edição. São Paulo, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática).

Em síntese, na pesquisa bibliográfica realizada, tem-se ao todo, um conjunto de nove publicações feitas por brasileiros sobre a contribuição intelectual e historiográfica de Lucien Febvre, o que significa, com certeza, um território a ser explorado e uma tradição ser revisitada.

### 3.3 – O Projeto Historiográfico de Lucien Febvre

Inicialmente é preciso ressaltar a importância do conceito de projeto para a compreensão do pensamento de Lucien Febvre, na medida em que envolve elementos de disputa e de sucesso, representando a dinâmica de debates que se desenvolvem em torno de idéias que se excluem. A formulação de estratégias de confronto, reaproveitando as “fragilidades” dos adversários em benefício de suas próprias convicções, cuja finalidade é estabelecer uma distinção entre jovens e velhos, entre “nós” e “eles”. A administração do conflito no interior do mercado de idéias, tornando público tudo aquilo que depõe contra o adversário e encobrindo as suas próprias fragilidades. O uso continuado do recurso de desqualificação do outro, representando-o como o supra-sumo do obscurantismo, com o intuito de carrear simpatias e garantir adesões para o seu ideário. Como nos diz Coutau-Begarie:

“O projeto e a estratégia não são separáveis. Ao contrário, a dimensão estratégica do projeto é fundamental. Tal Janus, este tem duas faces. A primeira, aquela a qual se pensa imediatamente, é epistemológica: o projeto tem inicialmente por função renovar o quadro das pesquisas históricas. Ele se destina, pois, naturalmente em primeiro lugar aos historiadores. Mas não somente a eles, e é aqui que intervém o aspecto estratégico: o projeto tem igualmente por função, apresentar às disciplinas concorrentes a imagem de uma história nova e dinâmica e assim legitimar sua reivindicação de um lugar central. Pode-se falar de «estratégia externa»”. (Coutau-Begarie. 1983. p. 19).

Deve-se esclarecer, entretanto, que o fato de ter havido uma dimensão “interessada” e estrategicamente pensada tanto por Febvre como por Bloch, não implica no desmerecimento de seus propósitos, mas apenas revela a condicionalidade própria dos empreendimentos sociais e intelectuais. Nem mesmo o motivo que levou o movimento dos Annales a se tornar

um projeto vitorioso, pode ser entendido como resultado de um ardil muito bem planejado e executado por aquele conjunto de intelectuais contra supostas vítimas indefesas. No confronto dos interesses se revelam necessariamente o quadro das idéias que fundamentam os projetos, apresentando-se em forma de propostas e programas a serem postos em prática, estimulando, assim, o debate a propósito de modelos que potencializam uma visão de mundo.

“O historiador não faz parte simplesmente de sua época, como se gosta de dizer, para lembrar que ele compartilha as idéias e às vezes os preconceitos de seu tempo, de seu meio social. Ele é igualmente inserido em uma rede complexa de relações universitárias e científicas, cuja aposta é a legitimação de seu saber - isto é, de seu trabalho -, a preeminência de sua disciplina. Da dominação puramente intelectual às múltiplas «conseqüências» sociais desta dominação, a ambição científica pode se consagrar a um leque de objetivos mais ou menos vulgares segundo o temperamento do sábio e seu lugar na sociedade. Mas o homem de ciência não tem mais razão de esconder os interesses de sua disciplina, nem em esconder os interesses de seu grupo social. Vontade de convencer e vontade de potência estão unidas como a luz e a sombra.”. (Burguière. 1979. p. 1353).

Por tudo isso é que se faz necessário que se entenda o pensamento e a prática de Febvre como instrumento de um projeto que é ao mesmo tempo político e intelectual. Esta prática combativa se orienta de maneira a interferir nas concepções vigorantes sobre a cientificidade e a profissionalização da história. Ao mesmo tempo é uma estratégia de federação das ciências humanas, estabelecendo a interdisciplinaridade como mecanismo facilitador e, por vezes acelerador, do amadurecimento científico da história e de suas demais parceiras. Neste sentido, para se compreender a dimensão do projeto febvreano é preciso pensar tanto nas imposições científicas de renovação da história, principalmente aquelas apresentadas pelo contexto intelectual cientificista no qual ele estava inserido, quanto nas estratégias utilizadas para garantir hegemonia ao seu projeto historiográfico. Pensando sempre, é claro, que nenhum programa de reformas é ingênuo do ponto vista político e ideológico.

A historicidade do pensamento de Febvre se apresenta basicamente dividido em dois momentos, nos quais suas idéias teórico-metodológicas se esclarecem enquanto respostas às questões concernente ao contexto dos debates intelectuais por ele freqüentado. Primeiramente, tem-se o Febvre da *Revue de Synthèse* e do projeto científico unificador de Henri Berr, quando se formulam suas concepções a propósito da possibilidade da síntese histórica e da construção da história total. No segundo momento, dirigindo e orientando com Marc Bloch a linha do horizonte teórico da revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, suas expectativas se movem em direção à elaboração do conceito de história-problema, reforçando a concepção de método compreensivo, como objetivo último do conhecimento histórico. Enquanto colaborador do projeto berriano, Febvre exprimirá suas intenções em realizar a empresa unificadora dos conhecimentos científicos que tratam das experiências humanas, cujo núcleo unificador seria uma nova disciplina com características bem próximas da sociologia. Quando de seu ingresso na Universidade de Estrasburgo e da criação dos *Annales*, seus interesses teóricos se constituirão a partir da proposta de confederar as ciências humanas, indicando a história como elemento de união dessas disciplinas afastadas pela especialização. Subsiste, pois, em cada um desses momentos da prática intelectual de Febvre, a abertura para as práticas interdisciplinares, sendo por fim reforçadas pela ação institucionalizante do empreendimento historiográfico do movimento dos *Annales*.

“Foi proposto um programa de unificação no início do século, por sociólogos, em nome de uma concepção unificada, integrada das ciências sociais. Trinta anos mais tarde, é retomado e desviado, do interior, por um grupo de historiadores universitários por meio de uma revista que começou por ser marginal passando depois a ser, progressivamente, reconhecida – alguns dirão institucionalizada – dotada em todo o caso de um magistério intelectual importante. O programa inicial – o dos durkheimianos – saiu razoavelmente deformado dessa experiência. (...) Enquanto o projeto durkheimiano propunha uma reformulação radical do questionário das ciências

sociais tentar-se-á, a partir de então, inventar estruturas de concentração, de colaboração, de comunhão de métodos e de resultados (...) (Revel. 1990. p. 29-30).

Convém lembrar, entretanto, que essas idéias não são totalmente abandonadas por Febvre com o passar do tempo, ao contrário, elas são atualizadas tendo em vista as circunstâncias intelectuais da oportunidade. Não se pode compreender esse quadro de pensamento como um contínuo evolutivo, tendente ao aprimoramento perpétuo a se realizar na linha do progresso. Na verdade as noções de síntese histórica e história total, farão parte do conjunto das idéias de Febvre mesmo no período dos *Annales*, embora com uma nova roupagem, mais apropriada à sua condição de *maître à penser* de um movimento que tem pretensões de ocupar um lugar de destaque no cenário acadêmico francês. Se a ênfase recai sobre uma delas em determinados momentos, isto se deve ao fato de que assim requer a ocasião, posto que as suas idéias também estão condicionadas às oscilações da estratégia.

Em conformidade com as grandes linhas de pensamento da transição do século XIX, Lucien Febvre procurou reunir em conjunto aquelas idéias que, segundo sua opinião e sua vontade, consolidariam em termos de consistência lógica e coerência argumentativa o seu projeto historiográfico. Pautando-se na crítica à história tradicional, cujas características sintetizavam a opção por um modelo narrativo dos fatos políticos e da vida do Estado-Nação, Lucien Febvre estabelece para si e para o movimento dos *Annales* o seu inimigo objetivo, sendo que nem sempre as diferenças entre si eram tão evidentes<sup>13</sup>. Para esse tipo de história, fundada no estilo narrativo próprio do romance, os seus objetos de estudos são exatamente aqueles que se referem à política enquanto manifestação das etapas de consolidação do Estado nacional e a expressão das liberdades humanas, confluindo para a exaltação dos grandes homens e suas ações conscientes. Através da noção de fato histórico e da crença no progresso contínuo, apreendido por meio da abordagem cronológica do tempo histórico, ao historiador

caberia restituir o passado integralmente contido nos documentos escritos e oficiais, isto é, produzidos pelo próprio poder político, atribuindo ao relato histórico a dinâmica causal e mecânica da história das origens. Enfim, uma narrativa histórica que exprime a mudança ininterrupta da vida humana, cujo sentido é determinado por razões extra-humanas, como é o caso da idéia de progresso, tomando por exemplo a vida política das nações, encerrando seu discurso em uma lógica de necessidade onde tudo seria explicado pelo formalismo das relações entre o antecedente e o conseqüente.

“É todo este conjunto contra esta definição medíocre de documento, esta concepção do fato histórico como um dado e o primado do evento político, que a frequentação dos vizinhos da história, geógrafos ou sociólogos, fortificará a convicção de Lucien Febvre”. (Chartier e Revel. 1979. p. 428).

Febvre investe, portanto, no esclarecimento teórico do conceito de síntese, considerando-o o resultado qualitativo da relação determinada entre diversas experiências humanas no tempo, afastando-se sensivelmente do esquematismo de Henri Berr, no qual divide a síntese em de erudição – “a coleção dos fatos humanos”, e científica – “a interpretação profunda e definitiva do passado”, considerando a pretensão de promover a ressurreição integral do passado<sup>14</sup>. Em termos da formulação do conhecimento histórico, para Febvre a idéia de síntese permite que se tenha uma visão de conjunto da vida coletiva, fazendo surgir uma realidade nova na medida em que esta operação ultrapassa a descrição das simples individualidades. Ao se pretender realizar as sínteses históricas, o historiador deve dirigir sua atenção para as expressões da vida em comum, para as formas de ação criadora das formas associativas humanas, expressas através dos hábitos, das tradições, das maneiras de pensar e de falar, etc. A história, portanto, é uma disciplina que se faz na medida em que são coincidentes

<sup>13</sup> Sobre as semelhanças intelectuais, teóricas e metodológicas entre os fundadores dos *Annales* e os historiadores metódicos, conferir em Noiriél (1989 e 1996) e Burguière (1979).

<sup>14</sup> Conferir em Mastrogregori (1987), o terceiro capítulo: “Henri Berr e la “Revue de Synthèse Historique”, p. 45 e segs.

em conteúdo humano as vivências do historiador e dos homens do passado. Sem esquecer de que as características individuais, por si mesmas, não permitem a síntese histórica, porquanto se faz necessário para isso a análise das partes na sua relação orgânica com o todo. Partindo das particularidades do processo histórico, o historiador pode realizar tantos quanto forem necessários os processos de síntese, tendo em vista que sua intenção é elaborar uma história total. A síntese que se produz visando a história total, é uma abordagem hermenêutica dos acontecimentos relativos às atividades intelectuais de uma determinada época.

“Febvre vai afastar-se da Nova História quando procura fazer uma história global à maneira hermenêutica, isto é, uma história da *Zusammenhang*, da interdependência dos fatos de todas as ordens em uma época dada. Ele acredita na hipótese de que as épocas possuem um centro unificador das suas dimensões política, econômica-social, mental. E sua estratégia para apreender este centro é procurá-lo no máximo de consciência que esta época conseguiu explicitar e elaborar: uma grande obra ou ação intelectual. O pressuposto do *Zusammenhang* impossibilita a comparação entre as épocas, que se tornam estruturas fechadas, além disso, ele conduz a uma análise idealista desta época. Idealista, então, quer dizer: pressupõe-se que mesmo a história que privilegia o econômico-social é uma história de idéias, representações e iniciativas humanas”. (Reis. 1994. p. 38-39)

No esforço de definir e de apresentar metodologicamente os modos de fazer a história total, Febvre sugere que se utilize de todos os recursos disponíveis em termos de fontes de informação, ultrapassando a noção limitada e pobre de documento histórico elaborada pelos metódicos. Nesse ponto específico da colaboração teórica de Febvre, isto é, sua crítica à concepção tradicional de documento e ao tratamento que lhe dispensa o historiador erudito, destaca-se a sua percepção para a necessidade de alterar os critérios da relação entre história e memória, enquanto princípio de valorização das possibilidades da atividade intelectual que caracteriza o conhecimento histórico. Diferentemente dos historiadores formados e fiéis à tradição rankeana, tanto na Alemanha como na França, para quem os únicos documentos

válidos são *textos* nos quais se encontra sempre um evento narrado com vistas ao futuro, Febvre compreende que o documento, embora desempenhe um papel indispensável no trabalho da história, não deve ser remetido apenas às diversas fases da crítica erudita, mas ser submetido ao arbítrio problematizante do historiador. Desse modo o documento deixa de ser uma referência obrigatória e imanente de um passado cristalizado que o historiador acredita restituir na sua complexidade, como também perde a sua condição de instrumento privilegiado de acesso ao acontecimento e portador autorizado da explicação causal do processo histórico, passando a ser trabalhado pelo historiador da maneira que melhor convém à problemática por ele elaborada.

“Os *textos*, sim: mas são textos *humanos*. E as próprias palavras que os homens formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objectos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes. Os textos sem dúvida: mas *todos os textos*. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio - o privilégio de daí tirar, como dizia o outro<sup>15</sup>, um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar - todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas também um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de acção em potência... Os textos, evidentemente: mas *não apenas os textos*. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona: disciplinas como a estatística; a demografia que substitui a genealogia, em todo a medida em que Démos substitui no trono os Reis e os Príncipes; a lingüística proclamando com Meillet que todo o facto de língua manifesta um facto de civilização; a psicologia, ao passar do estudo dos indivíduos ao dos grupos e das massas: quantas mais? (...) A história que se edifica, sem exclusão, com tudo o que o engenho dos homens pode

<sup>15</sup> O autor se refere ao físico Boisac.

inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento...”. (Febvre. 1985.p.24).

Além disso, o esforço intelectual de Febvre se caracterizará desde o início por ser uma tentativa de romper com as fronteiras disciplinares, propondo uma abordagem interdisciplinar da história. Relevância especial dada àqueles elementos que permitem o ingresso do historiador nas esferas da vida social, apreendendo através das tradições, da língua, das crenças, etc., tudo aquilo que caracteriza esse conjunto de fatores “imóveis” da cultura. Assim, esperando “compreender” o homem do passado inclusive pelo sentido das suas palavras corriqueiras, como também “perceber” a extensão do universo lingüístico de cada época, relacionando-o com a complexidade e sofisticação da “mentalidade” de época, o historiador estaria em condições de empreender a síntese histórica. Em uma palavra, o projeto historiográfico de Febvre parte do princípio que o historiador não deve se limitar a recolher os dados “ofertados” por seus documentos, mas agir livremente através de sua capacidade de síntese na elaboração do conhecimento histórico.

“O historiador que procura trabalhar de acordo com a teoria do senso comum, reproduzindo cuidadosamente o que encontra nas suas fontes, faz lembrar um paisagista que se dispõe a seguir aquela teoria estética que incita o artista a copiar a natureza. Pode imaginar que reproduz, pelos seus próprios meios, as formas e as cores autênticas das coisas naturais; todavia por muito que se esforce por atingir o seu objectivo, está constantemente a seleccionar, a simplificar, a esquematizar, a pôr de lado o que lhe parece insignificante e a aproveitar o que lhe parece essencial. É o artista, e não a natureza, que é responsável por aquilo que surge na tela”.(Collingwood. 1972. p. 292).

Sobre este assunto, dada a herança filológica impregnada na formação de Febvre, o método utilizado pelos lingüistas vai receber um tratamento especial no esquema febvreano. O estudo das línguas, a reconstrução minuciosa de todas as possíveis correlações e imbricamentos semânticos, por exemplo, as genealogia de termos, a especificidade da flexão e

das variações do sentido, no que concerne à utilização e à expansão dessas classes de palavras, dialetos e línguas. Para Febvre o historiador tem muito o que aprender com os lingüistas e seus métodos de investigação “científica”. Por trás dessa adesão, está a pretensão de compreender os mecanismos e as possibilidades de identificação de um todo cultural marcado pela partilha condicionada de bens culturais, interpretado como uma das possibilidades de ser compreender a experiência humana do passado. Febvre pensou que uma das contribuições fundamentais do estudo dos lingüistas, era propiciar instrumental de pesquisa para os historiadores que se interessavam pelo passado muito remoto. Assim, a lingüística constitui para Febvre uma das frentes privilegiadas na luta por uma nova história, tornando-se uma das temáticas mais aprofundadas por ele na *Revue de Synthèse*.

“A «lingüística» constitui então uma dessas disciplinas que permitem fazer explodir a concepção tradicionalmente intrincada do documento histórico e de repensar totalmente a noção de «ciências auxiliares» da história. (...) a contribuição dos lingüistas então duplamente decisivo: para fazer quebrar as certezas documentárias da história erudita, para propor um objeto novo aos historiadores dos fatos sociais”. (Chartier e Revel. 1979. p. 433).

Mas as opções eletivas de Lucien Febvre não se limitavam aos estudos das línguas, o seu propósito de romper com o isolamento da história levaria à aproximação com demais ciências humanas. Sua formação humanística lhe permitiu freqüentar várias formas sistemáticas de conhecimentos, inclusive aquelas disciplinas que tinham começado sua trajetória institucional nas últimas décadas do século XIX. As jovens ciências seduziram Febvre naquilo que elas ofereciam em termos de consolidar a pretensão científica da história, permitindo que o seu projeto historiográfico assumisse um caráter explicitamente experimental. A primeira, e talvez a principal, aproximação multidisciplinar se deu com a geografia, campo de conhecimento que estava se renovando com a introdução aos estudos clássicos da geografia física, dos estudos da geografia humana. Essa renovação se processou a

partir das discussões sobre a antropogeografia de Ratzel, abrindo caminho para a contribuição decisiva de Vidal de la Blache para a consolidação dessa nova disciplina. Lucien Febvre vai entrar em contato com la Blache na Escola Normal, assimilando sua preocupação em ressaltar historicamente as relações entre o homem e a natureza. Enfatizando os elementos de incerteza nas relações entre sociedade e meio geográfico, la Blache estava criando as condições para que se pensasse na geografia humana como a legítima ciência dos intercâmbios entre o homem a natureza. Os efeitos intelectuais da criação da escola francesa de geografia, foram sentidos em quase todas as ciências humanas, repercutindo muito fortemente no pensamento historiográfico do movimento dos Annales, redundando na proposta de construção da geo-história defendida por Fernand Braudel nos anos cinqüenta.

“Sabe-se que Lucien Febvre sublinhou a dívida da nova história face à geografia humana. Ele honrou essa dívida com uma obra destinada a lavar os geógrafos e seus êmulos historiadores da ofensa de “determinismo geográfico” proferida pela escola sociológica durkheimiana. *La terre et l'évolution humaine* procura traçar uma via média entre o antigeografismo dos sociólogos e os excessos da antropogeografia de Ratzel. Mas este combate sobre a frente das causas e das leis, herdado da época cientificista, deixa na sombra o que liga mais profundamente o projeto histórico novo a um paradigma geográfico”. (Rancière. 1994. p. 73).

Na verdade, a intervenção de Febvre nas discussões sobre as características e a importância da geografia, tem origem no debate a respeito das idéias do determinismo geográfico de Ratzel e do determinismo social de Durkheim, propondo como alternativa de consenso o possibilismo vidaliano. Através da noção de possibilismo, a interpretação do processo histórico pode contemporizar ao mesmo tempo a presença da descontinuidade histórica e por conseqüência se prevenir contra o anacronismo. De igual relevância é o fato de que Febvre, assimilando as contribuições da sociologia durkheimiana e da geografia humana de La Blache, procedeu a uma alteração na lógica determinista homem – meio, trabalhando

com a hipótese teórica da relação meio – sociedade. Desse modo, o pensamento febvreano abria caminho para uma interpretação humana, intelectual e psicológica das relações entre as coletividades e o meio geográfico, entendidas como o resultado das formas de representação social em interação com o ambiente. Isto é, a noção de possibilismo pode ser interpretada como um tratamento metodológico que visa apreender historicamente as diversas maneiras como a cultura e a psicologia coletiva preparam e definem a base geográfica da vida social. Em termos práticos, isto significou a elaboração dos estudos de história regional, para os quais concorriam a história e geografia, quando se estabeleciam como objeto de investigação as particularidades das localidades a partir de uma nova abordagem espacial e temporal, baseadas na pesquisa das práticas culturais, como a religião, a língua, os hábitos, etc.

“Tudo é social, depois humano, depois histórico: a explicação de Febvre salienta a história. Se no esquema vidaliano de *comparação*, a contribuição da geografia humana é aquela da possibilidade sincrônica no espaço, Febvre introduz a diacronia, ou seja, a história da civilização como possibilidade no tempo. Dada as mesmas condições ambientais, a história data as diversas possibilidades do desenvolvimento: portanto, se com o método geográfico se estabelece uma gama de possibilidades atuantes concretamente no âmbito de uma dada civilização (de acordo com os seus limites geográficos, isto é, na sua expansão territorial), com a pesquisa histórica se estuda as diversas possibilidades, historicamente apresentadas a um grupo humano de uma mesma civilização, no curso do período histórico que a delimita”. (Allegra e Torre. 1977. p. 227-228).

Com o auxílio da geografia, Febvre tentou vincular ao estudo da história conceitos tais como espaço, distância, posição, etc., pensados e discutidos com Vidal de la Blache, para os seus trabalhos sobre o papel histórico das fronteiras na formação cultural das sociedades, as formas de intervenção humana no meio geográfico e os desafios impostos ao homem pela natureza. Essa atitude em relação aos temas geográficos, estimulou-o a definir como objeto de sua tese de doutoramento o estudo do Franco-Condado no tempo de Felipe II e influenciar

Fernand Braudel a estudar o *Mediterrâneo*. Esta decisão provavelmente o faz um dos precursores dos conhecimentos de geo-história e de história local.

“(...)L. Febvre fundou uma tradição durável: esta de uma história regional, que privilegia o pequeno país ou o conjunto provincial, institui as massas anônimas como heróis da história e se esforça antes de tudo para elucidar as diferenças”.(Chartier e Revel. 1979. p. 430).

Do mesmo modo que a geografia, a psicologia deixou suas marcas no pensamento teórico de Febvre, despertando-o para os seus questionamentos desde o início de sua carreira intelectual na *Revue de Synthèse*. As suas expectativas em relação às potencialidades da psicologia, estimulada pelo interesse no estudo do comportamento subjetivo das massas e nos meandros da memória histórica, tiveram em Charles Blondel (*Introduction à psychologie collective*) e Maurice Halbwachs (*Les cadres sociaux de la mémoire*), a inspiração temática, o apoio e o espaço para a reflexão tanto na Escola Normal, como na Universidade de Estrasburgo. Entretanto, se avaliadas as relações mais abrangentes entre a história e a psicologia, pode-se perceber que as esperanças de Febvre, de certa forma, não se confirmaram. Como diz Le Goff: “O desenvolvimento da psicologia social, mais em contato com a sociologia do que com a história, e os progressos de uma psicologia científica, mais ligada às ciências naturais (ou biológicas) do que às ciências humanas, mantiveram ou agravaram as ignorâncias entre psicologia e história”. (Le Goff. 1998. p. 47). As expectativas positivas de Febvre em relação à psicologia podem ser notadas nos trabalhos de Febvre sobre Martin Lutero e Rabelais, quando buscou compreender os utensílios mentais e materiais existentes na época desses precursores da cultura européia moderna. O propósito desse investimento temático a ser realizado a partir das noções de aparelhagem mental e sensibilidade, acabou por se transformar, segundo Lucien Febvre, numa das tarefas próprias da pesquisa e da escrita da história do historiador das mentalidades.

“(...)inventariar inicialmente em seu detalhe e, em seguida, recompor para a época estudada, o material mental de que dispunham os homens dessa época; por um possante esforço de erudição, mas também de imaginação, reconstituir o universo, todo o universo físico, intelectual, moral, no meio do qual se moveram as gerações que o precederam; tomar um sentimento nítido do que, por um lado, a insuficiência das noções de fato sobre este ou aquele ponto e, por outro lado, a natureza do material técnico em uso em determinada data na sociedade que se deve estudar engendrariam necessariamente lacunas e deformações nas representações que certa coletividade histórica forjaria do mundo, da vida, da religião, da política(...)”.(Febvre. 1985. p. 215).

Entretanto, não se pode afirmar que as expectativas de Febvre tenham sido amplamente satisfeitas. Nem a psicologia conseguiu desenvolver todas as potencialidades assinaladas durante o período de suas primeiras tentativas de tornar-se uma ciência humana, nem Febvre conseguiu de libertar das marcas dos conhecimentos tradicionalmente utilizados pelos historiadores. Em síntese, apesar de insistentemente anunciada e ansiosamente esperada como uma contribuição a mais para o interpretação total da história, a psicologia é apenas sinalizada nas principais obras de Febvre. Isto se deve, provavelmente, ao fato de que a psicologia ainda não dispunha de um instrumental claro e acessível aos seus usuários não especializados, bem como não haveria da parte de Febvre um perfeito conhecimento instrumental daquilo que oferecia a psicologia em termos de conceitos e categorias de trabalho. Não significa dizer, entretanto, que não tenha havido de fato um intercâmbio efetivo entre os principais representantes desse nascente campo de conhecimento e historiadores como Lucien Febvre.

“A absorção deste legado na obra de Lucien Febvre é muito discutível. Não há indícios maiores do emprego de categorias ou conceitos provenientes deste ramo do conhecimento, na investigação dos personagens históricos. Ao analisar o indivíduo, Febvre não o faz

sob um prisma psicológico, mas a partir da elaboração filosófica da « obra histórica» em questão. Assim, há uma insistente discussão filosófica, sobretudo teológica, das obras de François Rabelais e Marguerite de Navarre. O historiador enveredou pelos estudos psicológicos para perceber a relação entre indivíduo/sociedade, no entanto recorreu, com mais frequência, aos sociólogos e filósofos do que tão exaltada psicologia de Henri Wallon e Charles Blondel”. (Raminelli. 1993. p. 208)

Através dos estudos da psicologia, Febvre almejava interpretar e compreender os valores morais e o universo mental, valorizando em todos os aspectos as manifestações de sentimentos, de emoções e de formas de sensibilidades, acreditando que somente por meio do contato com estas realidades mentais, o historiador poderia ingressar na realidade profunda da cultura. Neste sentido, a psicologia histórica ou regressiva era uma das tarefas construtivas a que se propunha o projeto historiográfico de Lucien Febvre, o que de certa maneira foi realizado se se considerar os passos dados para a consolidação da história das mentalidades. Em síntese, a preocupação febvreana com os elementos psicológicos das atitudes humanas, que tem sua origem bastante difusa em todos os ramos do conhecimento humanístico, é na verdade a intenção de definir um método de investigação dos fenômenos do inconsciente e das expressões da vida afetiva do passado.

“Daí que a psicologia, conhecimento científico da função mental, deva necessariamente, estabelecer relações estreitas com o conhecimento científico da função social, a sociologia; e deva, não menos necessariamente, manter relações contínuas com as disciplinas mal definidas que confundimos sob o nome tradicional de História – o que não necessita de longas explicações. Mas que no momento atual estas relações não possam ser senão bastante decepcionantes, sentimo-nos antecipadamente resignados a isso. A psicologia mal se desprende das controvérsias filosóficas para se instalar no terreno sólido da investigação experimental. A sociologia não tem nome entre os homens senão há apenas um século; e a sua realidade data de há

muito menos tempo ainda. Quanto às disciplinas que, dentro de um século, se hão-de separar do magma confuso da História, nem sequer têm estado civil. Mais uma razão para que não se despreze nenhum dos aspectos tão instáveis da vida das ciências humanas”. (Febvre, 1985, p. 205).

Como uma das variantes privilegiadas da interface composta pela história e a psicologia, o estudo das mentalidades representou para Febvre a possibilidade de rompimento com a história fundada sobre o alicerce do eventual, e a realização intelectual de uma história da cultura distante da tradicional história das idéias. Em síntese, abandonando a história das origens, a história política, a história fatural e a história das “idéias desencarnadas”, significava renunciar à narrativa dos acontecimentos e formar uma aliança com a história problematizante. Para isso Febvre congregou diversos colaboradores, cujo principal ponto de convergência era exatamente a “formação” comum nos meios acadêmicos contaminados pelas iniciativas das disciplinas emergentes. Entre geógrafos, sociólogos, antropólogos e linguistas, Febvre foi construindo sua própria maneira de pensar a história e o conhecimento científico. Nesse sentido, qualquer inventário das “influências” constitutivas do pensamento febvreano, deve ser antes de mais nada a interpretação de um esforço coletivo desprendido na edificação de um novo edifício do conhecimento social. Entretanto, as marcas da cultura histórica do século XIX ainda podem ser identificados nos escritos de Febvre e de Bloch, na medida em que seus referenciais teóricos retornam algumas vezes ao romantismo de matriz micheletiana.

“No momento em que se preparava para se tornar depositária do social - como tinha sido no século XIX -, a história retoma sintomaticamente as insistências e as imagens românticas: para Bloch e para Febvre, tal como tinha sido para Michelet e como será depois para Braudel, a sua unidade é «a da vida». Referência orgânica fundamental sobre a qual se encontrarão cem variações nas páginas dos *Annales*: ela é sem dúvida, sobretudo, um acto de fé e não uma exposição, baseada no direito, das novas ambições dos historiadores”. (Revel, 1990, p. 25).

A contribuição de Charles Blondel na formação do pensamento de Febvre é significativa, como ele mesmo sugere ao se referir à sua *Introduction à Psychologie Collective* como “um dos grandes livros de nosso tempo, esse opúsculo cujo espírito era nosso, ainda que a substância e forma (maravilhosa como sempre) fossem somente à Blondel e de Blondel.” (Febvre. 1995. p. 399). A contribuição de Blondel representou na verdade um dos momentos da discussão sobre as condições de possibilidade de se elaborar uma psicologia aplicada, ou seja, um estudo das atividades mentais que servisse de base para o estudo das sociedades. Propugnava, portanto, por uma psicologia renovada e livre das limitações impostas pela psicologia médica experimental e pela psicologia de natureza filosófica, isto é, sugeria a formação da psicologia social, a partir da qual se podia discutir as formas de condicionamento coletivo nas ações e nos valores individuais.

“Para a psicologia antiga, o facto psíquico era irreduzível ao número, porque essencialmente pessoal, subjectivo e, a todo o momento, de uma qualidade única e incomparável. Para a psicologia aplicada, a medição sistemática das capacidades do sujeito é método de escolha, método fundamental. Bem utilizada permite, primeiramente, estabelecer a sujeição do indivíduo às leis do meio (...) Desse modo, de modo nenhum dissociar o indivíduo numa diversidade de relações particulares sem ligação com uma personalidade total; ou melhor, depois de ter levado o observador a reconhecer, em cada uma das manifestações de actividade que examina, o efeito e o sinal de uma aptidão mais ou menos especializada, ela leva-o a reintegrar, como factos fundamental das suas investigações, o indivíduo no seu equilíbrio total: se se quiser, a procurar o nexo de cada relação particular com a personalidade total”. (Febvre. 1985. p. 200)

Do mesmo modo, Febvre assinala sua admiração e admite sua dívida para com o pensamento de Henri Wallon<sup>16</sup>, considerado como um dos “cientistas que estão na vanguarda

<sup>16</sup> Henri Wallon redigiu o VIII tomo da Enciclopédia Francesa, intitulado *A vida Mental*.

da investigação psicológica no nosso país” (Ib. p. 218), cujos estudos se apresentavam em condições de se tornarem os fundamentos para a formulação de uma psicologia histórica. O interesse de Febvre nas idéias de Wallon se justificam na medida em que através delas, ele pode legitimar suas preocupações teóricas com o estudo das línguas e as formas de comunicação entre homens, entendidas como fontes explicativas para a história das sociedades naquilo que possuem de regularidade. Por meio das expressões dos sentimentos, das emoções e das maneiras de comunicá-las conscientemente, o historiador pode apreender as manifestações da vida afetiva do passado. O estudo das sensibilidades, portanto, partem do princípio que as emoções são individuais, mas podem ser compartilhadas pela coletividade por meio da imitação ou do “contágio”, tornando-se instituições que coordenam as atividades afetivas a partir de rituais que estimulam a unidade dos sentimentos. Para Wallon e Febvre estas são as condições socioculturais que permitem o surgimento da atividade intelectual, isto é, as expressões do pensamento racional e da conseqüente racionalização dos fatos da vida. Pensando assim, Febvre manifesta a intenção de estabelecer um método de investigação histórica, apoiando-se nas lições da psicologia a respeito do sentido social das emoções, defendendo a tese de que a nova psicologia tem tudo a contribuir com a história.

“Tanto para a mais antiga como para a mais recente das histórias. Tanto para a dos sentimentos primitivos no local, *in situ*, como para a dos sentimentos ressuscitados. Como para a nossa história de perpétuos ressurgimentos e ressurreições sentimentais. Culto do sangue vermelho, no que ele tem de mais animal e de mais primitivo. Culto das potências elementares que traduzem o cansaço dos animais forçados que somos – dos animais esmagados, gastos, laminados pelo ruído furioso, pelo dinamismo furioso de milhares de máquinas que nos obcecaram. (...) valerá a sensibilidade na história um inquérito, um grande inquérito, poderoso e colectivo? E, quanto à psicologia, será um devaneio doentio se eu pensar, se eu disser aqui que ela está na base de todo o trabalho válido de historiador”. (Ib. p. 232).

Um outro ponto de apoio do pensamento febvreano, foram os resultados dos estudos realizados sobre as características da memória individual e, principalmente, coletiva. Estes trabalhos foram conduzidos a partir da perspectiva durkheimiana, o que significa dizer que suas intenções teóricas são as de ressaltar as “determinações” sociais do comportamento individual. Neste sentido, as pesquisas desenvolvidas pelos antropólogos e sociólogos, deram a Febvre os elementos necessários para consolidar a teoria do *zusammenhang*, cujas bases estão lançadas nas idéias de que a cultura tem sua vida condicionada pela dinâmica das trocas interculturais e intraculturais. Por trás dessa concepção hermenêutica dos elementos constitutivos do campo das experiências humanas, está a noção de que a “história é, antes de mais, relação. O Sonho consiste pois em estender indefinidamente o jogo das relações”. (Duby. 1989. p. 86). A propósito dos estudos sobre a memória, destacam-se as obras de Maurice Halbwachs, originalmente *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* de 1925, que exerceram sobre os demais cientistas sociais uma forte impressão, proporcionando debates sobre os aspectos construtivos da memória, bem como das maneiras de atualização das experiências do passado. Seguindo uma certa orientação da teoria durkheimiana das representações sociais como fruto das relações entre as atividades intelectuais e a memória, Febvre prepara o terreno para a história das mentalidades, cujo objetivo é exatamente interpretar através das expressões da vida mental, as condições sociais da ação individual.

“É assim constituído como objecto histórico fundamental algo que é exactamente o contrário do objecto da história intelectual clássica: à idéia, construção consciente de um espírito individual, opõe-se, passo a passo, a mentalidade sempre colectiva que rege as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam. A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, próxima da dos sociólogos da tradição durkheimiana, pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo do individual, são de facto os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com

que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”. (Chartier. 1990. p. 41).

Em termos práticos, Lucien Febvre desenvolveu grande parte de sua obra de historiador amparado na relação entre a psicologia e a história, tornando-se um “pioneiros da psicologia histórica”. Seu livro a respeito da suposta irreligião de Rabelais, é bastante expressivo no que concerne à tentativa de criar um método de pesquisa de acordo com as expectativas dessas duas disciplinas. A relevância desse estudo está dada pelo esforço feito por Febvre para descrever a “estrutura da época”, recompondo tanto as formas de manifestações intelectuais, como as manifestações sentimentais, objetivando descobrir os limites e as possibilidades da cultura do mundo rabelaisiano. Quanto à teorização do estudo das mentalidades, Febvre busca nos diversos estudos feitos sobre a cultura do século XVI, inicialmente montar o cenário coletivo no qual se apresentam os personagens da vida comum, nas diversas situações de suas existências particulares concordantes com os valores instituídos socialmente, para em seguida explorar as virtudes do personagem-síntese, a partir do qual se pode compreender o contexto das relações sociais. O cenário é o conjunto das emoções coletivas e as práticas individuais, funcionando como elo de ligação entre os indivíduos e a coletividade. Provavelmente a Mentalidade de uma época é, para Febvre, esse elemento de unidade que define práticas comuns em torno de problemas comuns, dando um caráter de uniformidade às ações coletivas. No exemplo de Rabelais vale como tal a religião, isto não se significa dizer que este objeto deva ser o mesmo para qualquer tipo de pesquisa historiográfica, principalmente se se pensar nas sociedades mais complexas, cujos elementos de composição cultural são diversos e quase sempre intercambiáveis. O que parece importante na obra de Febvre, no que concerne ao entendimento de seu instrumental teórico, é o fato de que ele toma como pressuposto o aspecto de complementaridade na relação entre sujeito e sociedade. Isto implica num movimento dialético do pensamento que vai e volta, da unidade

ao coletivo e vice-versa, devido à sua preferência por planos de observação não exclusivos mas difusos, fugindo, assim, do risco de sobrevalorizar alguns detalhes em detrimento de outros. Tudo isso feito para ratificar sua compreensão da descontinuidade história, embora em algumas passagens se possa observar algumas derrapagens no terreno da continuidade, condição indispensável para uma história não anacrônica, não evolutiva e não progressiva.

“Febvre queria proteger seus contemporâneos contra a tendência de se acreditar que estavam muito próximos de Rabelais, Marguerite de Navarre, etc. Quando a tendência geral ia ao contrário mais para superestimar a descontinuidade, Febvre reagia lembrando a parte da continuidade. Assim, ele fez escândalo junto aos historiadores marxistas, quando ele pergunta se, batendo um pouco o colcosiano, não se reencontraria o mujique”. (Mann. 1971. p. 109).

Enfim, o que se poderia deduzir como sendo o conceito de mentalidade em Febvre, seria de fato uma estrutura mental, na qual se observaria a manifestação “tudo que se faz sem pensar” e aquilo que “pertence à memória dos homens”. O esquema febvreano parte, portanto, do mundo da cultura, entendido como a precipitação de tudo o que é comum a uma coletividade, concernente aos seus valores éticos, estéticos, religiosos, artísticos, filosóficos, científicos, para em seguida descobrir o que diverge nesse denso e uniforme universo cultural. Realizar essa tarefa de explicitar todos esses aspectos, requer do historiador a identificação de elementos que os contenham em forma de síntese, por isso Febvre trabalha com personagens que incorporam ao mesmo tempo os dados da cultura e as condições para a sua negação, tornando-se então o elemento possibilitador da compreensão histórica dessa época. Dadas as suas qualidades, a biografia desse personagem reflete principalmente a sua situação de sujeito privilegiado na crítica de seu tempo, o que torna a sua história pessoal e íntima um tanto quanto prescindível no estudo das mentalidades.

“Quando ele estuda Lutero ou Rabelais, sua atenção se dirige sobre o testemunho de uma civilização. O homem o introduzia em

um mundo e o mundo lhe fazia compreender um homem”. (Le Bras. 1956. p. 543).

Em síntese, agindo assim, Febvre tenta resolver a questão da tarefa do historiador: a história deve ser o estudo das rupturas, mas o seu ponto de partida é a permanência. Nos breves momentos de grande agitação e mudança, têm-se as condições de possibilidade para se conhecer aquilo que constituía e uniformizava uma sociedade na longa duração, considerando o efeito que tais acontecimentos sobre a memória coletiva. O modelo de Febvre para realizar biografias se constitui de pressupostos explícitos: o biografado é, por suas qualidades de personagem destacado do restante dos demais indivíduos, uma ponte para o entendimento das agitações de sua época, bem como das especificidades da cultura do seu tempo. Mais uma vez a presença do pensamento de Durkheim, pois é da matriz durkheimiana a origem da tese dos “meios sociais efervescentes”, ou seja, aquilo que as gerações conseguem lembrar é o resultado da forte impressão que um momento grave imprime sobre a experiência individual. Os acontecimentos marcantes de uma determinada época imprimem sobre os indivíduos como que uma marca característica, definindo assim sua historicidade, que é na verdade a condição de pertencimento do sujeito a um período específico da história. O processo de incorporação das questões de sua época pelo indivíduo, invariavelmente se faz por intermédio das múltiplas relações que se estabelecem ao nível das aparelhagens mentais.

“A cada civilização corresponde sua própria aparelhagem mental; ainda mais, a cada época de uma mesma civilização, a cada progresso, seja de técnica ou de ciência, que a caracteriza, uma aparelhagem renovada, um pouco mais desenvolvida para determinados empregos, um pouco menos para outros. Uma aparelhagem mental que esta civilização, esta época, não está segura de transmitir integralmente às civilizações, às épocas, que a sucederão; poderá conhecer mutilações, olhares para trás, deformações importantes. Ou pelo contrário, progressos, enriquecimentos, complexidades novas. Vale para a civilização que a forjou; vale para a

época que a utiliza; não vale para a eternidade nem para a humanidade, nem sequer para o limitado transcorrer de uma evolução interna da civilização”. (Febvre. 1993a. p. 105)

Quando Febvre analisa a performance histórica de Lutero, o epíteto utilizado para defini-lo é do profeta. Para Febvre o profeta é aquele que dispensa a crítica e a inteligência do seu pensamento, e age movido pela paixão e pela sensibilidade. É ácido em suas palavras, apresentadas em estilo verbal arrogante e objurgatório. Sua linguagem é a do povo, clara e objetiva, embora carregada de imagens eruditas, e não a dos especialistas e sábios. Irrita-se contra todo e qualquer questionamento que se possa vir a ser feito sobre o seu discurso. Considera-se portador de uma missão e da Verdade revelada, que o faz cumpridor de um destino inabalável, cruel e enfadonho. O profeta é empurrado pelas expectativas dos seus contemporâneos, carregando consigo os projetos que na verdade foram formulados pelas exigências da vida coletiva. No entendimento de Febvre, Lutero foi uma espécie de porta-voz, ou pelo menos foi freqüentemente enredado para este fim, dos ideais da burguesia alemã ansiosa por um novo mundo comandado pelos negócios e atemorizada pelos riscos da unificação.

“Lutero era mais um homem piedoso que um lógico ou um sábio; um homem piedoso que tratasse de realizar grandes e belas obras, de levar uma vida devota, virtuosa e santa. Era um instinto que seguia seu impulso sem se preocupar com as dificuldades, com as oposições ou com as contradições que não percebia com a inteligência, mas que conciliava na unidade profunda de um sentimento vivo e dominador. Lutero não é nem um doutor, nem um teólogo: é um profeta”.(Febvre. 1956. p. 114);

Esses são alguns dos aspectos gerais e norteadores do pensamento febvreano, no que concerne à sua interpretação de como pode se dar a aproximação da história com a psicologia, assim como estabelecer as vias possíveis que favoreçam essa aliança de mútuo crescimento. A história cultural de Febvre é de fato uma proposta de compreensão das características da

estrutura mental das épocas, que pode ser elaborada através dos recursos da interpretação dos fenômenos sociais de toda ordem, expressos nos atos inconscientes das pessoas comuns. Dessa forma, cada um dos membros de uma sociedade qualquer, pode vir a ser uma passagem que permite se processar o ato compreensivo do historiador das mentalidades.

Com a sociologia, entretanto, Lucien Febvre vai desenvolver um tipo especial de relação intelectual se se considerar as suas reservas em assimilar e assumir explicitamente as idéias da escola durkheimiana, principalmente no que ela representava de ameaça à autonomia da história como disciplina. Apesar do reconhecimento da importância e da repercussão do ideário dos sociólogos continuadores da obra de Comte e de Durkheim para a história e as ciências sociais em geral, Febvre jamais se apresentará como um seguidor ou herdeiro da fortuna crítica e teórica da sociologia. De fato, a colaboração entre as duas disciplinas sempre foi marcada por uma certa instabilidade, considerando os interesses e os papéis destinados a cada uma delas. Os principais sociólogos franceses do início do século XX, e que estiveram de uma forma ou de outra próximos dos *Annales*, dentre eles Marcel Mauss, Maurice Halbwachs e Lucien Lévy-Bruhl, acabaram por dispensar à abordagem histórica uma função complementar ao estudo do fato social.

“Pois nem Charles Blondel, psicólogo; nem Jules Sion, geógrafo; nem Marc Bloch, modernista; nem Granet, sinólogo; nem André Piganiol, historiador da antigüidade; nem eu mesmo, eu acrescentaria, com o risco talvez de surpreender A. Cuvillier – nós nunca deixamos passar sem aproveitar uma ocasião de proclamar nossa dívida, mais ainda em relação a Durkheim e de sua obras teóricas – em relação a esta *Année Sociologique* que foi, entre 1900 e 1910, uma de nossas melhores mestras do pensamento. Distinção necessária de fazer. A dogmática durkheimiana nos seduziu pouco. Ela passou muito freqüentemente à margem de nossas necessidades, de nossa experiência de historiador e de nossas preocupações. Mas a crítica, feita de um ponto de vista sociológico flexível, tanto de obras

de história econômica, de economia política propriamente dita, de lingüística, de psicologia, de direito, de estética, de geografia, etc. — não nos deixava jamais indiferentes.” (Febvre. 1954o. p. 524-525).

Contudo, esta atitude “imperialista” dos sociólogos não pode ser interpretada como uma recusa à aproximação, pelo contrário, tanto da parte da sociologia como da parte da história, houve aqueles que a promoveram e os seus resultados prosperaram positivamente em ambas as disciplinas. O exemplo de atuação dos sociólogos, formando uma “comunidade científica militante, conscientemente e voluntariamente organizada em função de um projeto científico” (Chartier e Revel. 1979. p. 430), serviu de modelo para a estratégia de divulgação do movimento dos *Annales*. Do mesmo modo, a sua preocupação com as questões teórico-metodológicas renderam à história como que um estímulo para o rompimento com a tradição historicizante do isolamento disciplinar e da recusa à problematização como ponto de partida para o conhecimento histórico. Em termos de objetos de estudos sugeridos pela sociologia,, pode-se identificar a preocupação com a interpretação sincrônica da duração, o que resultará nas experiências estruturalistas da historiografia das décadas de sessenta e setenta, a descrição das representações sociais, a análise das funções e das formas de ação da memória individual e coletiva, bem como o uso do conceito de gênero de vida com o qual se podia pensar na dinâmica social sem ceder a concepção materialista das classes sociais. Enfim, as relações entre a história dos *Annales* e a sociologia durkheimiana, sempre foram marcadas pelas tentativas de controle de uma sobre a outra e pelas diferenças de abordagem da realidade histórico-social.

“Enquanto que a ciência histórica considera a realidade histórica como acontecer e decisão, a sociologia reduz a mesma realidade em uma determinada seção, à sua estrutura fundamental; o historiador investiga o acontecer na sucessão, tal como se acha fixada pelas datas; o sociólogo toma a história como uma trama criada por uma determinada atitude do corpo social”. (Vogt. 1974. p. 124).

O ideal de história total alimentada pelos fundadores dos *Annales*, parece dizer respeito à preocupação teórica de apreender em um processo de síntese a multiplicidade de

experiências vividas no tempo histórico, considerado também múltiplo e variado. Isto significa dizer que ao abandonar as noções de progresso, linearidade, irreversibilidade, uniformidade, substituídas pelas idéias de pluridirecionalidade, multiplicidade, descontinuidade, etc., a duração histórica somente pode ser assimilada se tomada na sua singularidade, o que permite formular uma compreensão total de seu sentido humano. O que pretendem os fundadores não é a busca da unidade total de todos os acontecimentos, formulada a partir de uma soma infinita de pedaços de história, como poderiam supor os historiadores influenciados pelas filosofias da história que acreditam na intervenção de forças escatológicas e supra-humanas no destino do processo histórico, atribuindo-lhe um sentido e um fim, mas a síntese das multiplicidades, das descontinuidades, dadas pelas diversas dimensões do tempo histórico ou mesmo das experiências que se desenvolvem em tempos distintos.

“Aqui, o esforço se dirigia para ampliar o campo da investigação histórica e a tomar em consideração, em colaboração com outras ciências, sobre tudo com a geografia e a sociologia, todos aqueles fatores que influíram no desenvolvimento histórico da humanidade, com qual se lograria uma «histoire totale»”. (Vogt. 1974. p. 107).

Em defesa desse projeto de história total, foi preciso investir contra a história historizante e a história acontecimental, criticando-as naquilo que consistia sua prática e sua idéia de conhecimento histórico. Denunciando, assim, a simples descrição dos acontecimentos, de acordo com o estilo narrativo, o encadeamento dos fatos segundo a lógica do documento como história dada, como uma falsa postura científica motivada pelo ideal de neutralidade e objetividade. Foi contra essa historiografia que a crítica de Lucien Febvre se constituiu e se aprofundou como um combate por uma nova maneira de fazer história. “As críticas contra a escola metódica se multiplicam, reprovando-lhe de ter fundado a história exclusivamente sobre textos e de privilegiar o método (fichas, notas de pé de página, etc.), o acontecimental, a história batalha”.(Caire-Jabinet. 1994. p. 89). A par da crítica febvreana aos

metódicos, não se pode esquecer, entretanto, o clima de disputas existentes no meio intelectual e acadêmico naquele momento. Isto quer dizer que a crítica propriamente historiográfica nem sempre diz respeito somente a uma demanda especificamente «científica», fazendo-se necessária uma abordagem mais ampla desta situação.

“A história historicizante pede pouco. Muito pouco. Demasiado pouco para mim e para muitos outros além de mim. É essa toda a nossa censura: mas é sólida. A censura daqueles para quem as idéias são uma necessidade. As idéias, essas valentes mulherzinhas de que fala Nietzsche, que não se deixam possuir por homens com sangue de rã”. (Febvre. 1985. p. 121).

O confronto com a história acontecimental, assim denominada por François Simiand<sup>17</sup>, erigiu-se no debate em torno da noção de tempo reconstituído, na qual se acreditava recuperar o passado como ele realmente foi, sendo tarefa do historiador captar sua manifestação mais evidente: o fato histórico. Ideário rankeano de história científica, assimilado pelos historiadores metódicos através da convivência com os historiadores alemães, cuja principal reivindicação é justamente submeter a subjetividade do historiador à objetividade do evento acabado<sup>18</sup>. Na França a principal liderança metódica, Gabriel Monod, será depositário dessas idéias e as divulgará tanto nas suas atividades docentes, como na sua influências sobre as reformas de ensino e o exame de agregação. De um modo mais amplo, essa “teoria” do conhecimento histórico, encontrará na *Revue Historique*<sup>19</sup>, o veículo de divulgação de seus princípios para além do pequeno círculo de convivência dos especialistas.

<sup>17</sup>A idéia de história dos acontecimentos, refere-se a um tipo de concepção do tempo histórico que só considera o evento como significativo para o historiador. Sobre isto nos diz Dumoulin (1993. p. 271), “A história positivista se nutria de fatos, mas o seu verdadeiro átomo é fato «histórico» que deixa um traço único e singular, aquele que marca a história por suas conseqüências particulares e inimitáveis: é o evento”.

<sup>18</sup> Argumentando em defesa da manutenção da subjetividade no processo de elaboração da história e, principalmente, da história como arte, Nietzsche afirma: “Uma vez esvaziadas as subjetividades da maneira descrita, até chegarem à eterna despersonalização ou, como se diz, à objetividade, nada mais é capaz de agir sobre elas; pode acontecer seja o que for de bom e justo, como ato, como poesia, como música: logo o oco homem-de-cultura olha para além da obra e pergunta pela história do autor”. (Nietzsche. 1983. p. 64-65).

<sup>19</sup>Sobre as relações entre os historiadores metódicos e os historiadores alemães, ver Bourdê e Martin (S/d. p. 99 e seg.); Noiriel (1996. p. 61 e 62) e Caire-Jabinet (1994. p. 79 e 80).

“Os representantes da história dita objetiva, ou seja da corrente positivista da escola de Ranke, põem como um imperativo a eliminação dos juízos de valor na ciência da história. realizável ou não, este postulado é a consequência lógica dos pressupostos e do modelo da ciência da história que propõe esta escola: se a história deve ser puramente descritiva, apresentar apenas os fatos *wie es eigentlich gewesen*, sem nenhuma adjunção de caráter subjetivo, qualquer juízo de valor é inadmissível visto que introduz inevitavelmente um elemento subjetivo na imagem da realidade”. (Schaff. 1995. 261).

Em lugar dessa pretensão de objetividade a todo o custo, Lucien Febvre proporá como solução para as relações de conhecimento entre o historiador e o passado, a noção de tempo reconstruído. De acordo com este argumento, esta relação de conhecimento será sempre mediada por um problema posto no presente e abordado a partir do ponto de vista particular e pessoal do pesquisador. Lucien Febvre recusa-se, enfim, a aceitar a história como um certo tipo de erudição baseada exclusivamente na crítica externa dos documentos, na preponderância da temática política e por fim a definição do ser histórico a partir do acontecimental. Pensa, portanto, que o conhecimento histórico é elaborado de acordo com os interesses, a cultura histórica e as escolhas do próprio historiador. Por isso, Febvre interroga aos teóricos da história baseada nos fatos:

“A que chamam vocês de fatos? Que é que põe, atrás dessa pequena palavra, «fatos»? Pensam que os fatos são dados à história como realidades substanciais, que o tempo enterrou mais ou menos profundamente, e que se trata simplesmente de desenterrar, de limpar, de apresentar sob uma luz intensa aos vossos contemporâneos? (Febvre. 1985. p. 118).

Esse combate de idéias se realizou no interior mesmo de uma mudança no pensamento historiográfico, porque expressou a separação da história com a explicação filosófica da realidade e, em seguida, com a ilusão naturalista da história científica. Essa alteração de trajetória de fato redundou numa ‘redefinição epistemológica’, isto é, as antigas

certezas sobre a natureza do conhecimento histórico foram substituídas por outras, cuja ênfase recaía sobre o aspecto relativo da verdade histórica. Esgotando-se as expectativas nas relações da história com a filosofia e com as ciências físicas, o novo pensamento histórico direcionava suas esperanças para uma nova parceria.

“Há que banir seriamente esse ingênuo realismo de um Ranke, que imagina poder conhecer os factos em si mesmos, «como se passaram». É através das formas do nosso espírito que nos apercebemos tanto da «realidade histórica» como da realidade física. E tentemos substituir a velha distinção, o esquema tradicional do trabalho histórico – estabelecer os factos, depois prepará-los -, por uma outra, que tenha em conta não só a técnica de hoje mas também a prática de amanhã, tal como já se anuncia. Historiadores, não raciocinemos como lógicos, do simples ao composto, e em reconstituírem gradualmente a escada que leva da tarefa mais simples à mais elevada. A ordem que se impõe aqui é a ordem genética. E deste ponto de vista, o que importa antes de mais é a existência, a elaboração e a atualização perpétua de programas de pesquisa longamente meditadas e de vasta envergadura”. (Febvre. 1985. p. 63-64).

Dessa forma, as ciências sociais passaram então a servir de paradigma epistêmico para a história, confiando-lhes a tarefa de contribuir com o seu conhecimento das regularidades sociais para a composição das sínteses históricas. Embora não tenha havido um trabalho de teorização sobre essa contribuição, Lucien Febvre desempenhará nesse contexto um papel de especial importância, pois, efetivamente, a sua *démarche* intelectual desembocará na criação de espaços institucionais, através dos quais as novas idéias poderão se manifestar.

“Empírica, a abordagem das ciências sociais em Febvre porque ela é uma abordagem de leitor bulímico, apaixonado, persuadido também que a integração das ciências sociais – das ciências do homem, como se diz de muito bom grado na França, ainda hoje – se fará mais facilmente por baixo, na prática cotidiana, de acordo com as

exigências e as regras do ofício, porque ela é garantida pela unidade de seu objeto: o homem, precisamente”. (Chartier e Revel. 1970. p. 440).

Lucien Febvre vai se insurgir contra a história política produzida pelos historiadores “positivistas”, enquanto a narrativa construída a partir da manifestação dos altos sentimentos humanos, por exemplo, a honra, a bravura, o destemor, a clarividência, etc.. Contra, em síntese, uma história baseada na crença da possibilidade de reconstrução do passado tal como ele ocorreu. Lucien Febvre vai propor uma história que se institui na busca da compreensão das experiências humanas, por meio de um processo de interpretação dos acontecimentos de acordo com as regras do procedimento científico dado pelas ciências sociais, caracterizando sua perspectiva do que seria o trabalho interdisciplinar. Essa disposição pode ser sentida especialmente no modo como os historiadores assimilaram a noção de tempo elaborada pela sociologia.

“(…) o tempo do historiador, para Febvre, não coincide com o tempo da experiência histórica, isto é, o historiador não realiza a reconstituição do que de fato se passou, mas reconstrói que se passou. Os fatos que o historiador representa não são apreendidos diretamente, mas fabricados a partir de inúmeras observações, fontes numéricas, documentos múltiplos e, sobretudo, com hipótese e conjecturas. Ao produzir uma história-problema, o historiador faria preceder a questão à heurística, a hipótese à pesquisa empírica”. (Reis. 1994. p. 33).

No lugar da noção de fato histórico, acabado, singular e irrepitível, reconstituído pela pesquisa documental realizada nos arquivos, depósitos da história *res gestae*, Febvre propõe que se trabalhe com a tese da história-problema<sup>20</sup>. A partir dela o historiador

---

<sup>20</sup> Segundo Croce a sistematização da idéia de história-problema tem sua origem no pensamento de Gustav Droysen. “Melhor que qualquer outro, Droysen percebeu com agudeza e afirmou resolutamente que a historiografia consiste na *Frage*, na formulação da pergunta historiográfica: conceito fecundo, por ele reforçado com a definição de que o fim da historiografia é “compreender indagando” (*forschend zu verstehen*), mas ao qual faltaram o relevo, o aprofundamento e a utilização necessários”. (Croce. 1962. p. 112-113).

elabora criticamente o seu o conhecimento, vislumbrando uma abordagem global das experiências humanas do passado. O encaminhamento dado pelo historiador deve principiar com a formulação de hipóteses, utilizando conceitos e aderindo a teorias explicativas, caracterizando a história como uma atividade tipicamente intelectual. Para substituir os temas privilegiados da história política, quais sejam, as batalhas, as guerras, os conflitos militares nacionais e internacionais e os seus personagens centrais, os generais, os diplomatas e os chefes de Estado, a história febvreana apresenta as temáticas relativas à cultura, a economia e as mentalidades, todas abordadas na longa duração através de sua regularidade, e, como principal sujeito da história, as massas sociais formadas por pessoas comuns. Na idade da democracia a história adota uma perspectiva social, trazendo para a cena os personagens preteridos pelo elitismo das ciências do passado. Incorporando ao seu discurso uma abordagem de perspectiva atualizadora das demandas históricas das massas anônimas. Esta tendência foi bastante acentuada a partir dos Annales, tendo em vista que a história das mentalidades se constituiu no esforço de descrever as subjetividades dos esquecidos, dos vencidos e dos comuns.

“A história tradicional interessava-se quase exclusivamente por indivíduos, pelas camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários) e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas...) dominados pelas elites. A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, que permanecia distante dos poderes, por aqueles que lhes eram submetidos. Essa orientação, aliás, não era reservada à pesquisa do passado. Ela também suscitava ciências novas do presente, nascidas de um mesmo interesse pelo que era dominado, desprezado pelas sucessivas elites, e também anônimo, coletivo, mas que tinha-se cada vez mais a tentação de reconhecer as forças reais”. (Ariès. 1995. p. 156).

Em certo sentido, o movimento dos *Annales* representou uma ofensiva organizada a uma modalidade de escrita da história que não ultrapassava os limites do personalismo e do elitismo. Nesta perspectiva, Lucien Febvre liderou um combate sem tréguas à história política, falando em nome de um projeto historiográfico fundamentado na história social. Mas Febvre soube muito bem contemporizar com as contribuições dos seus antepassados, percebendo os perigos de uma atitude radical de rompimento com alguns princípios da historiografia clássica. Por isso foi necessário saber delimitar o raio de ação e a margem de avanços da renovação que se propunha realizar, impedindo que a história renovada perdesse de vista o seu objetivo último, qual seja, o homem e suas experiências.

“A nova história social e econômica dos *Annales*, que pretendia ultrapassar, sem negar, mas ir além, a história dos nomes, datas e acontecimentos, oferecia um risco. O perigo estava, precisamente, em, ao afastar-se da vida dos homens, esquecer aquilo que cada indivíduo possuía de singular e de insubstituível. Esta história social e econômica, embora feita com o propósito de superar a história factual, não poderia ignorar a grandeza dos homens. O exemplo de Lucien Febvre é ressaltado por Braudel, já que o parceiro de Marc Bloch, mesmo empenhado no estudo dos destinos coletivos, não descuidara dos indivíduos. Um bom espelho para o comportamento analítico dos historiadores poderia ser encontrado nos estudos da história social a partir de Lutero ou da perspectiva de Rabelais, conforme atestava o rigor intelectual de Lucien Febvre. Ao inovar no alargamento do campo de prova dos estudos históricos, Febvre havia contemplado também os indivíduos”. (Martinez. 1999. p. 38-39).

Na verdade a tese da história-problema, estabelece uma nova atitude do historiador em relação ao passado histórico, porquanto se opõe a toda pretensão de reconstituição e, principalmente, com a idéia de que o passado é um dado e não mantém nenhuma vinculação com o presente. Como diz Febvre:

“Não há o Passado - este dado - o Passado, esta coleção de cadáveres em relação aos quais a função do historiador consistiria em encontrar todos os seus números, para fotografá-los e identificá-los um a um. Não há o Passado que engendra o historiador. Há o historiador que faz nascer a história”. (Febvre. 1948. p. VIII. in: Glénisson. 1986. p. 191).

Pois é exatamente em face de um novo entendimento da relação passado/presente e da noção de que a história é um conhecimento produzido a partir das exigências do contexto de vida do historiador, que Lucien Febvre vai aos poucos construindo seu projeto historiográfico. Neste ponto específico, embora se saiba que muito do seu pensamento esteja fundamentado nas idéias hermenêuticas aplicadas à epistemologia, não se deve deixar de ressaltar seus aspectos originais. Febvre não chegou a desenvolver teoricamente a noção de história-problema, o que lhe é comum, considerando que suas preocupações teóricas quase sempre eram escamoteadas pela ênfase no trabalho empírico, confundindo, assim, teoria com procedimentos heurísticos da pesquisa. Entretanto, suas obras históricas estão condicionadas pelo raciocínio da problematização, quando se pode observar que a montagem do seu relato historiográfico obedece ao raciocínio montado a partir de perguntas ou hipóteses feitas ao passado. Sendo assim, a história-problema:

“(...) consiste a partir de um problema atual da «força... de sugestão que exerce sobre o espírito dos historiadores... o conhecimento... de fatos contemporâneos» e de questionar através dele a experiência histórica. A volta ao passado não visa justificar o mundo no qual estamos engajados, a nos reconciliar com ele por acumulação e o valor demonstrativo de precedentes, mas, ao contrário, tomar nossas distâncias em relação a ele, a relativizar suas incidências para melhor lhes compreender”. (Burguière. 1979a. p. 1355).

Quando Lucien Febvre apresenta sua proposta metodológica de história-problema, na verdade está pensando nas maneiras possíveis de interpretar e esclarecer os aspectos residuais

da experiência humana. Estas manifestações, única possibilidade material do historiador entrar em contato com o passado, são da as expressões da riqueza do mundo vivido e, portanto, a verdadeira base e finalidade do conhecimento histórico. Isto é, tudo aquilo que da ação humana se pode perceber como demonstrativo da condicionalidade social das individualidades, e que, na maioria das vezes, as operações de explicação e avaliação das informações recolhidas pelo historiador não consegue apreender como totalidade de sentido. Do ponto de vista teórico, a concepção de história-problema, apresenta-se bastante familiar à argumentação de Gaston Bachelard sobre a noção de obstáculo epistemológico. O primeiro desses obstáculos é justamente aquele que se estabelece na oposição entre ciência e opinião, cuja superação sinaliza para a capacidade do pensamento em problematizar o real.

“Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar provisório. O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse *sentido do problema* que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico”. (Bachelard. 1996. p. 18).

No argumento febvreano, quando a explicação científica não atinge objetivamente a atmosfera humana dos acontecimentos históricos, resta ao historiador continuar problematizando o passado com o intuito de atingir o significado das ações do homem do passado. Seria uma forma de estabelecer uma aproximação, indispensável para o trabalho do historiador, com aquilo que Marc Bloch chamava tão singelamente de “coisas

humaníssimas”<sup>21</sup>, irredutíveis, pois, à objetivação realizada pelas ciências naturais. História-problema na verdade é a problematização desse resíduo “humaníssimo”, através de um movimento contínuo de interrogações que não cessam de fazer surgirem outras indeterminadamente. Assim, a história, como toda produção científica independente do campo disciplinar ao qual pertence, tem como motivo fundante de seu exercício de conhecimento a busca por respostas a problemas que são postas a partida do trabalho de pesquisa.

“São estudos difíceis, eu o sei - e a dificuldade vai desde a criação desses problemas que precisam ser inventados, à sua colocação em forma própria e à demonstração de que há problemas onde ninguém vê problema algum”. (Febvre. 1950r. p. 16).

A proposta de método que se baseia na noção de história-problema, apresenta de fato duas modalidades de explicação a propósito dos seus procedimentos. Inicialmente, o historiador deve pensar problematicamente porque a história só pode dar o primeiro passo rumo à elaboração de seu conhecimento, a partir de um questionamento sobre o estágio atual dos trabalhos concernentes àquele assunto escolhido, isto é, como se encontram as fontes e a historiografia a respeito da temática. Deve também problematizar, por fim, pois a história não consegue nunca recuperar os fatos do passado da mesma maneira como aconteceram, não apenas em função da exigüidade de vestígios deixados à gerações futuras, mas porque a

---

<sup>21</sup> Marc Bloch sintetiza as principais correntes do pensamento histórico do final do século XIX, enfatizando que uma das questões mais debatidas era a tentativa de controlar os eventos e os elementos subjetivos no interior dos acontecimentos históricos. “Uns acreditaram ser possível, na verdade, instituir uma ciência da evolução humana, que se conformasse a esse ideal de alguma maneira pancientífico, e fizeram quanto puderam para instaurá-la: podendo, aliás, tomar o partido de deixar finalmente fora do alcance desse conhecimento dos homens muitas realidades humaníssimas, mas que lhes pareciam desesperadamente rebeldes a um saber racional. Esse resíduo era o que denominavam, desdenhosamente, o evento; era também uma boa parte da vida mais intimamente individual. Tal foi, em suma, a posição da escola sociológica fundada por Durkheim”(...). Outros investigadores tomaram, entretanto, pela mesma altura, uma atitude muito diferente. Não conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico, particularmente preocupados, ainda por cima, em virtude da sua educação de origem, com as dificuldades, as dúvidas, as revisões freqüentes da crítica do documento, foram buscar a essas verificações, antes de mais, uma lição de humildade desiludida. A disciplina a que dedicavam os seus talentos não lhes pareceu, ao fim de contas, capaz nem, no presente, de conclusões seguras, nem, no futuro, de boas perspectivas de progresso. (...) Chamaram-lhes, às vezes, «historiadores historizantes»: alcunha injuriosa para a nossa corporação, pois parece reduzir a essência da história à negação das suas possibilidades”. (Bloch. S/d. p. 20-21).

própria realidade humana é inapreensível na sua totalidade, embora deva continuar sendo ideal na medida em que a realidade é em si mesma uma unidade. Em função desses aspectos, pode-se afirmar que a natureza epistemológica da noção de história-problema se define a partir de dois pólos complementares, um teórico cuja finalidade é problematizar a história tendo em vista integrar no discurso do historiador a totalidade de sentido da experiência humana; e um prático, comandado pela tendência “tecnocrática” do pensamento *annaliste* em geral e febvreano, em particular, que expressa a intenção de atribuir ao conhecimento histórico a função de informar a ação social, ressaltando as diferentes formas de vivência humana no tempo, entendendo que “o trabalho da História consiste, precisamente, em recolocar a cada instante da vida da humanidade, o homem em seu meio e em mostrar o quanto este meio humano é diferente, profundamente diverso, de época para época”. (Ib. p. 7).

A história-problema representa, pois, para o pensamento de Febvre seu eixo central, o elemento definidor de sua concepção de conhecimento científico e de conhecimento histórico. A problematização da história é de fato a expressão metodológica da recusa febvreana à história política, baseada no relato dos fatos históricos, ao mesmo tempo em que antecipa as formas de história praticadas nos anos seguintes à Segunda Guerra mundial, cuja especificidades é exatamente a análise dos elementos profundos da ação humana. A maneira como Febvre pensa a história conhecimento, representa sua convicção de que o passado é uma elaboração problematizante construída pelo historiador, a partir das questões postas por seu próprio presente. Em uma palavra, por meio da noção de história-problema, Lucien Febvre recobre por inteiro o terreno historiográfico e teórico: a crítica aos antepassados e sua metodologia “científica” construída sobre a experiência filológica; e concepção de uma história aberta e condicionada a uma reescrita constante. A história-problema, segundo Febvre, propicia ao historiador uma aproximação substantiva em relação à historicidade das práticas humanas, e à história, um conhecimento do passado que permite atribuir um sentido existencial ao presente.

“Em história-problema, serve-se de conceitos, de categorias formais, mas integrando-os a um processo que determina o arranjo dos conhecimentos. Pode-se mesmo usar o relato mas, neste caso, ele se organiza também em função desse processo que se chama problema. Neste caso, a história-problema não é a descrição de qualquer coisa, mas a explicação de qualquer coisa e, se nós colocarmos a distinção mais além, nós veremos que nos casos o “qualquer coisa” não é a mesma coisa. Em uma história sem problema, descreve-se realidades do passado; em história-problema, explica-se a partir do passado realidades que criam problemas, que suscitam a inquietude”. (Massicotte. 1981. p. 41-42).

O projeto historiográfico de Lucien Febvre se utiliza de formas variadas de atuação em favor de um novo tipo de produção histórica, recorrendo sempre ao enfrentamento direto com todos que, segundo ele, encontravam-se alinhados com os “outros”. Do ponto de vista formal, a sua crítica será sempre organizada de maneira a passar a imagem de debatedor desinteressado, visando manter uma distância impessoal com o autor da obra criticada, embora seja evidente que o seu propósito é atingi-lo nos detalhes mínimos de sua concepção de história. Essa atitude de confronto aberto com o estabelecimento intelectual das ciências humanas, confirma e ressalta as estratégias febvreanas de combate em torno do poder no mundo acadêmico francês. A corporação dos historiadores será praticamente atingida na sua totalidade, pois, a sua verve de polemista não medirá esforços no sentido de definir quem está a seu lado e quem são os outros. Nem sempre minucioso ou teoricamente arrojado, isto é, instrumentalizado de conceitos e de rigor lógico, suas considerações invariavelmente seguíam um roteiro expositivo orientado pela tradição retórica e alimentado pela ironia atroz. Contudo, o que parece mais expressivo é o fato de que sua crítica despreze momentaneamente os aspectos particulares da pesquisa histórica e se ocupe, mais genericamente, do ideário que dá suporte à obra. No lugar do que se denomina “verdade histórica”, seu interesse se volta mais

ansiosamente para a concepção de história revelada pelo historiador, enfatizando, portanto, o seu papel de autor e as prerrogativas que lhe são inerentes.

“Introduz-se, assim, na concepção de Febvre, um deslocamento do centro de interesse: do objeto ao sujeito, do fato histórico ao historiador. A intervenção do sujeito no conhecimento não é o contratempo inevitável que pretendiam os positivistas senão a chave mesma do «que fazer» do historiador. É o historiador quem deve se fazer consciente desta função, para formular perguntas e construir hipóteses que lhe permitam selecionar os fatos em função das preocupações de seu próprio tempo”. (Bianchi. 1996. p. 46-47).

Os debates que marcaram a história da história do século XX, resultaram em algumas conquistas em termos de cidadania para a o ofício do historiador. Em torno das expectativas criadas pela “necessidade” de incluir a história no grupo restrito das ciências, o esforço de delimitar o seu objeto, o seu método e a sua forma de exposição, redundou em uma definição mais “realista” e menos megalomaniaca das possibilidades intrínsecas a este campo de conhecimento. Atualmente, a pretensão de figurar a história enquanto discurso verdadeiro e desinteressado, construído nas bases do procedimento científico que privilegia a objetividade e a distância entre sujeito e objeto, parece ter sido superada.

“Não sentimos já a obrigação de procurar impor a todos os objetos do saber um modelo intelectual uniforme, haurido nas ciências da natureza física; pois que até nesse domínio tal modelo deixou de ser inteiramente aplicado. Ainda não sabemos bem o que virão um dia a ser as ciências do homem. Sabemos que para existirem - continuando, é claro, a obedecer às regras fundamentais da razão - não terão de renunciar à sua originalidade, nem envergonhar-se dela”.(Bloch. S/d. p. 22).

Do mesmo modo, as novas gerações de historiadores aprenderam também, a não acreditarem mais nas ilusões criadas por um tipo de historiografia fundamentada na crença da história que se faz a si mesma. Aprenderam a desconfiar da história como fruto verossímil da

auto-revelação das fontes que falam por si mesmas. Entretanto, sobre os herdeiros da tradição erudita abateu-se o grande mal do cientificismo que se estendeu até os inícios do século XX, simulando-se nos resultados da obra histórica a suposta fidelidade neutra do historiador às suas fontes. Cobra-se, portanto, dos profissionais de história uma relação de submissão aos documentos disponíveis, bem como à imprevisível busca cumulativa de informações que não se esgotam. Doravante, e aos poucos a flexibilização da idéia de verdade foi sendo assimilada pelos historiadores. A “verdade histórica” assumiu um novo sentido, em oposição àquele atribuído à história como extensão dos truísmos elaborados pelas linhagens intelectuais da teologia, do direito e mais modernamente, das ciências físicas.<sup>22</sup> Atualmente se pensa em uma verdade que possui características completamente distintas daquelas que foram os ideais do espírito científico sob o domínio das ciências naturais.

“Se o objeto do conhecimento histórico efetivo é o processo histórico na sua totalidade e se esse processo é o ponto de partida dos estudos do historiador, se bem que este não esteja sempre plenamente consciente disso, então a variabilidade da visão do historiador é uma necessidade. Um todo, um todo além do mais variável, dinâmico, não podendo ser apreendido senão por e nos seus fragmentos, as suas partes, mesmo se estamos conscientes da necessidade de combinar esses fragmentos na quadro da totalidade do processo, o resultado obtido será sempre imperfeito, visto que é sempre parcial”. (Schaff. 1995. p. 308).

A busca da verdade em história transformou-se, desse modo, em uma discussão sobre os fundamentos da produção do conhecimento histórico. Isto implica em considerar todos aspectos que constituem a operação histórica: o sujeito, seus objetos e suas fontes. Ao contrário da tese que defende a imanência da história *res gestae*, a sua independência em face das ações e interferências que lhe são exteriores, a história *rerum gestarum* admitiu os postulados

<sup>22</sup> Resquícios desse assunto podem ser observados na discussão travada entre Lucien Febvre e Marc Bloch, sobre o procedimento do historiador assemelhar-se ou não ao do juiz de instrução. Ver Mastrogregori, p. 139 e segs.

do relativismo instauradores a partir da noção de provisoriedade do saber. A respeito do tema do relativismo em relação ao conhecimento histórico, percebe-se que atualmente o desdobramento dessa questão chegou ao ponto de discutir a legitimidade do saber do historiador, problematizando-se desde o lugar de onde ele fala até suas noções de ciência enquanto saber desinteressado. Diante de todos esses elementos postos em discussão por uma nova mentalidade histórica, o tema da reescrita constante da história, passou a ser enfrentado sem sentimento de inferioridade e sem justificativas mitômanas, tomando-se para a historiador uma necessidade e não mais um sintoma da precariedade do seu conhecimento.

“As dificuldades podem diminuir se o historiador recorda que todas as reconstruções - as suas ou as de seus colegas - constituem etapas de um processo de entendimento crescente e, por isso, encontram-se sempre abertas à revisão, de si mesmo como de qualquer outro, à medida que mais evidência é descoberta, que as perguntas são recolocadas e que áreas adjacentes começam a se desenvolver. Os problemas históricos de transcendência nunca alcançam soluções finais, e isso se deve a que um termo como o de verificação não possui virtualmente um significado útil na história”.(Elton. 1989. p. 158-159).

A verdade histórica assume, portanto, um novo papel teórico e requer uma nova postura heurística do historiador, porquanto sua tarefa agora se encontra destituída da presunção de reconstituir e julgar o passado. Isto porque “o historiador não é um juiz. Nem sequer um juiz de instrução. E a história não é julgar, mas compreender – e fazer compreender. Não cansemos de o repetir. É esse o preço dos progressos da nossa ciência”. (Febvre. 1985. p. 111). A verdade histórica estaria, desse modo, condicionada às habilidades do historiador em compreender as diversas possibilidades presentes nas experiências humanas do passado. Somente assim, a história poderia elaborar seu conhecimento livre das influências negativas da ideologias, dos anacronismos e dos juízos de valor que impedem a compreensão.

“Assim, mais que chegar à «verdade» no sentido metafísico do termo, a História deve propor-se - segundo sua percepção do problema - compreender o passado para melhor entender o presente e assumir o futuro, ainda que não para determiná-lo. Neste sentido, sua concepção do cientificismo da História não teve nada a ver com uma Filosofia da História ou com uma ideologia específica que dera conta do futuro ( ao que considerava por outra parte: livre e aberto)”. (Bianchi. 1996. p. 50).

O pensamento de Febvre conclui seu percurso na adoção da idéia do método compreensivo, cujas bases teóricas estão formuladas no século XIX, desde Wilhelm von Humboldt, passando por Gustav Droysen e se estabelecendo no ideário de Dilthey, Croce e Collingwood, como a possibilidade de se reviver as experiências dos outros. Ao se propor a compreensão imaginativa como alternativa metodológica para as ciências humanas, sugeriu-se a construção de uma teoria do conhecimento fundamentada na crença de que os fatos humanos são fatos psicológicos. Se hoje este modelo de conhecimento não corresponde mais aos interesses e as demandas do conhecimento científico atual, não implica necessariamente em destituí-lo de seu valor intrínseco, no que concerne a uma tentativa de formulação de uma tipologia científica aberta às ciências humanas.

“Uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: *compreender*. Não afirmaremos que o bom historiador é alheio às paixões; tem aquela, pelo menos. Palavra essa, não tenhamos ilusões, cheia de dificuldades; mas também de esperança. Palavra cheia, sobretudo, de amizade”.(Bloch. S/d. p. 125).

A categoria epistemológica de “compreensão imaginativa” vai aparecer recorrentemente nos textos dos fundadores dos *Annales*. Basicamente esta categoria manifesta a tese de que a história não é feita só de fatos, mas principalmente de idéias. Ao historiador se reservava a função de fundir os fatos com o pensamento implícito em cada um deles, orientando-o, pois, pela máxima de que os “fatos históricos são fatos psicológicos”. Embora próximo das operações elaboradas pelo poeta, no sentido aristotélico do termo, o historiador

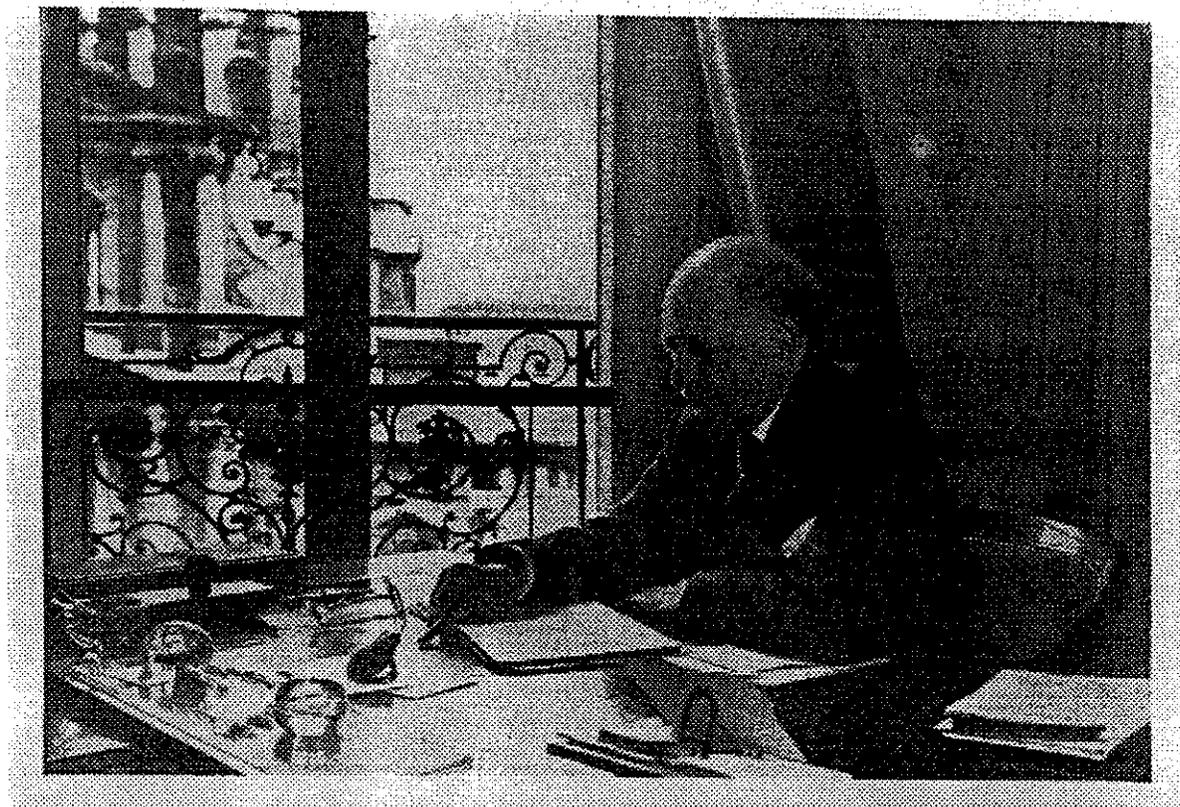
se distinguiria por sua subordinação à realidade. Atribuir, portanto, à “compreensão imaginativa” o estatuto de categoria epistemológica, significou a busca de diferentes parâmetros de acesso ao conhecimento histórico fora do método científico. Em termos práticos, a imaginação serviu para se combater um tipo de história que se caracterizava pela emissão de juízos de valor acompanhados de julgamento, reabilitando e condenando de acordo com os humores e a conveniência do momento os personagens históricos. Agora com o procedimento “compreensivo”, o historiador abandona o julgamento e busca a análise do acontecimento na sua extensão e na sua profundidade de experiência humana, humaníssima, permitindo, assim, que a história reencontre o homem na veemência da sua humanidade.

“Até agora só se esqueceu ela de definir o seu objeto. E este objeto não consiste apenas em trazer à luz só as crises políticas do passado, as aventuras do passado, as aventuras guerreiras e diplomáticas de outrora - em uma palavra - em estudar perpetuamente o Estado e os Estados, mas sim, o Homem, desde o início o homem, o homem que age, aflito, sofrendo e trabalhando, criando estes magníficos encantamentos de arte e literatura, construindo, à medida de suas necessidades, as grandes religiões e as grandes filosofias, dotando-se, mental e sentimentalmente de um futuro humano que possa projetar par além de si mesmo e que o leve a libertar-se de seus humildes princípios de bruto, de pobre bruto, mal dotado pela natureza, inferior a tantos brutos poderosos, ferozes e bem armados”.  
(Febvre. 1950r. p. 6-7).

Percebe-se, então, o valor atribuído por Lucien Febvre ao elemento subjetivo enquanto capacidade humana de produzir sentimentos e de “contaminar” suas obras com o simbolismo que lhe é inerente. Neste caso, para além da necessária e indispensável orientação científica do trabalho do historiador, Febvre sugere que a história seja a elaboração do conhecimento voltado para a compreensão dos desafios cotidianos da existência humana. Recuperando, assim, os vestígios deixados na poeira desse longo processo de evolução do homem, desde sua condição primitiva de brutalidade, até a conquista penosa, mas triunfante,

da civilidade, que o historiador faça da história um tipo especializado de saber. A finalidade essencial dessa modalidade de conhecimento humanístico, ou super-humanístico como se depreende da ênfase febvreana dada a este aspecto, é percorrer o itinerário do homem no tempo e avaliar o sentido de suas escolhas e decisões que caracterizam este esforço secular de construção da humanidade do homem.

## 4 – Combates Febvreanos por uma Nova História



“Eu recusei, eu recuso transigir em história, uma vez mais. De ser “completo”. Completo, esta bela palavra de criança, ou de velho sábio: é a mesma coisa. Eu não serei completo. Eu gostaria, uma vez mais, compreender, e fazer compreender. Compreender, resumir, retomar, reconstituir, *comprehendere*”. (Lucien Febvre. *Amour sacré, amour profane*. Autor de *L’Heptaméron*. 1944).

“Há simplesmente a história, na sua Unidade. A história que é toda social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da sociologia), com as quais encheram a superfície da terra e as sucessão das épocas”. (Lucien Febvre. *Combates pela História*. 1953).

#### 4.1 – A Obra História de Lucien Febvre.

Desde o final do século XIX, a discussão teórica sobre os fundamentos científicos da história atraiu para si uma numerosa quantidade de colaborações intelectuais, tornando-se objeto de reflexão dos sociólogos de orientação comteana e posteriormente durkheimiana, dos filósofos seguidores de Dilthey, Windelband e Rickert<sup>1</sup>, dentre outras áreas do conhecimento em geral. Ocorreu, portanto, o florescimento de uma espécie de sensibilidade intelectual voltada para resolver a problemática do conhecimento histórico. Considerando-se que a história era vista naquele momento como o saber possível de explicar as origens e os fins da realidade estonteante criada pela ciência e pela tecnologia aplicadas ao sociedade industrial, garantir-lhe um estatuto científico era tarefa inadiável porque dizia respeito às próprias expectativas do *Zeitgeist* daquele momento. “No século XIX se discutiu com afincos «se a história é uma arte ou uma ciência», ou sobre «se existe uma lei do progresso dedutível do passado», ou sobre se existem leis comparáveis às das ciências naturais, etc.”.(Rama. 1959. p. 12). Os historiadores profissionais, universitários ou amadores, não se furtaram ao debate, entretanto, sua participação foi muito discreta devido à ameaça de “contaminação” da história pela especulação filosófica atrelada aos esquemas metafísicos dos grandes sistemas da filosofia da história.

---

<sup>1</sup>Esses filósofos de tradição kantiana elaboraram uma nova tipologia para as ciências, dividindo-as em ciências naturais e ciências do espírito. Desse modo a problemática da cientificidade da história estaria resolvida através da compreensão, método definidor das ciências do espírito, a partir do qual o historiador teria condições de interpretar o sentido das experiências de vida dos homens do passado. “Em sutis estudos extraíram o contraste metódico que existe dentro das ciências da experiência. Próprio das ciências naturais é a cópia e elaboração de fatos de experiência com o fim de encontrar as leis gerais desses fatos: seu método é legislativo (nomotético). As ciências do espírito, por outro lado, têm a missão de descrever um acontecimento isolado, uma trama única da vida humana e fazê-lo acessível à compreensão: seu procedimento é o do retrato (ideográfico)”. (Vogt. 1974. p. 28).

Apesar da precaução dos historiadores daquele período, e de certo modo ainda hoje mantida por muitos, pode-se identificar algumas iniciativas importantes do ponto de vista da teorização da história oriundas do interior da própria corporação. Na historiografia francesa as contribuições foram numerosas e importantes do ponto de vista da divulgação do interesse despertado sobre os temas relativos à problemática do conhecimento histórico. Além do interesse explicitado no trabalho de editoração de livros, especialmente manuais de orientação metodológica, cujas publicações foram freqüentes na segunda metade do século XIX, durante toda a primeira metade do século XX, muito se promoveu e publicou com a finalidade de alimentar o debate sobre as possibilidades científicas do conhecimento histórico. Basta lembrar os debates promovidos nas páginas da *Revue de Synthèse Historique*, seguidos das Semanas de Síntese realizadas no Centre International de Synthèse, ambos idealizados por Henri Berr, onde Lucien Febvre iniciou suas primeiras atividades como intelectual preocupado com o futuro da história.

“Se Lucien Febvre nunca publicou obras de reflexão sobre a história é porque ele tinha, na mais alta conta, o sentimento que não se pode «desconectar» a reflexão sobre o objeto da prática concreta da pesquisa. Este empirismo explica a importância dada aos *comptes rendus*, que permitiram a Lucien Febvre de construir sua própria reflexão teórica sobre a história, e de oferecer assim uma das melhores ilustrações que as ciências sociais tinha dado do «work in progress», tão freqüentemente celebrado, tão raramente praticado. A obra de Lucien Febvre se caracteriza também pela diversidade de centros de interesse, a exuberância da escritura”. (Noiriel. 1989. p. 1441).

Entretanto, é indispensável esclarecer que o fato de Febvre não ter se dedicado de maneira sistemática, como fazem os filósofos por exemplo, à reflexão sobre a teoria da história e se voltando com muito empenho para os problemas “práticos” da sua disciplina, não significa dizer que sua obra é totalmente destituída de uma teoria. A princípio, sua ênfase

sobre as questões de natureza metodológica e sua crença na sofisticação científica da história por intermédio do avanço das técnicas de identificação das fontes, escamoteia a existência de uma percepção teórica do conhecimento em geral e da história, em particular, subjacente à sua obra. As matrizes dessa orientação teórica são dadas pelo arcabouço da história social, enquanto expressão intelectual assimilada da realidade concreta das sociedades democráticas, burguesas, urbanizadas e industriais, através de suas conquistas e de seus paradoxos. Manifestação, portanto, de uma maneira diferente de pensar o conhecimento histórico, seguindo os passos do processo de declínio das sociedades aristocráticas e absorvendo as novidades da modernidade emergente. Sendo assim, as escolhas realizadas por Febvre para encaminhar suas opiniões sobre o *métier* do historiador e natureza do conhecimento histórico, devem ser entendidas muito mais por seus aspectos estilísticos, do que como uma simples recusa à teoria e a aceitação tácita de que a história é um saber puramente empírico.

“Ora, sem teoria prévia, sem uma teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. Construção do espírito que responde à nossa necessidade de compreender, a teoria é a própria experiência da ciência. De uma ciência que não tem por objecto último descobrir leis, mas permitir-nos compreender. Qualquer teoria é naturalmente fundada sobre este postulado de que a natureza é explicável. E o homem, objecto da história, faz parte da natureza. É para a história o que a rocha é para o mineralogista, o animal para o biólogo, a estrela para o astrofísico: uma coisa a explicar. A fazer compreender”.  
(Febvre. 1985. p. 120).

As idéias de Febvre são na verdade tomadas de posição, um tipo de classificação hierarquizante das prioridades do historiador, em relação aos desafios enfrentados por uma historiografia que queria compreender o seu tempo. Em síntese, ao se afirmar que “Lucien Febvre não escreveu jamais uma teoria geral da história. Nem de idéias, nem de fatos; se se designa por este termo ambíguo um volume de considerações genéticas e escatológicas, de preceitos e conselhos”. (Le Bras. 1956. p. 543), está-se objetivamente falando de um

procedimento eletivo, isto é, de uma opção consciente que se fundamenta na noção de que a ciência histórica se faz por meio da prática profissional. Neste sentido, seu ideal é reforçar os alicerces metodológicos e expandir o quadro seletivo das fontes históricas tradicionais. Além disso, encontra-se também uma atitude de rejeição, sintetizada na fuga de toda forma de especulação filosófica que atribua à história um sentido, um fim e uma transcendência, o que de todo modo, são idéias originárias da crítica positivista à metafísica.

“O historiador erudito do Ocidente, devido ao que a prática da crítica limita sua confiança na penetração do espírito e o recorda impossibilidade de alcançar, por meio do testemunho da história, a causa primeira das coisas - de constatar, por exemplo, de maneira experimental, a ação da Providência -, assimilou totalmente a posição positivista. Eliminou sistematicamente as preocupações metafísicas e, por conseguinte, a filosofia da história, que nunca é outra coisa que metafísica”. (Lefebvre. 1977. p. 311).

Esta peculiaridade do pensamento de Lucien Febvre, manifesta-se através de suas preferências temáticas, estabelecendo para si um terreno de manobras que não ultrapassa o historiográfico propriamente dito. Isso se constitui, pois, no sentido atribuído a seus livros, inspirados e dedicados a discutir as “verdades” contidas em outros livros de história, na crítica às interpretações dos acontecimentos e na condução das metodologias de tratamento das fontes. Além disso, pode-se perceber uma inclinação para, utilizando-se do auxílio de disciplinas como filologia, psicologia, etc., acrescentar informações sobre como pensavam e sentiam os homens das épocas estudadas. Pode-se, então, dizer que Febvre é originalmente um historiador da história, considerando sua predisposição para construir sua obra a partir da historiografia consagrada. É, pois, um trabalho de reescrita da história que se apresenta, no primeiro momento, como um esforço de complementação dos estudos lacunares existentes, portanto, um exercício de crítica historiográfica. No momento seguinte, embora concomitantemente com o anterior, elabora sugestões que indicam novos caminhos no que

concerne a uma nova concepção e uma metodologia renovada para a história. Pensando assim, os livros de Lucien Febvre aceitam uma classificação, para fins didáticos da exposição, em três grupos segundo o seu perfil metodológico e temático:

Grupo 1 - História. “Philippe II et la Franche-Comté: la crise de 1567, ses origines et ses conséquences, étude d’histoire politique religieuse et sociale. Paris. Champion. 1911”; “Notes et documents sur la Réforme et l’Inquisition en Franche-Comté; extraits des archives du Parlement de Dole. Paris. Champion. 1911”; “Histoire de Franche-Comté. Paris. Boivin. 1912”; “Un Destin, Martin Luther. Paris. Rieder. 1928”; “Le Rhin, problèmes d’histoire et d’économie. 1ère partie. Strasbourg. Impr. Strasbourgeoise. 1931. (avec Albert Demangeon)”; “Le problème de l’incroyance au XVIe. siècle, la religion de Rabelais. Paris. Albin Michel. 1942”; “Origène et des Périers ou l’énigme du Cymbalum mundi. Paris. Droz. 1942”; “Autor de l’Heptaméron, amour sacré, amour profane. Paris. Gallimard. 1944”; “Honneur et Patrie”. Paris. Perrin. 1996”; “L’Europe”. Paris. Perrin. 1999.

Grupo 2 - Conhecimento Interdisciplinar. “La terre et l’évolution humaine. Introduction géographique à l’histoire. Paris. Lionel Bataillon. 1922”.

Grupo 3 - Crítica Historiográfica. “Michelet, 1798-1874. Genève, Paris. Traits. 1946”; “Combats pour l’histoire. Paris. Armand Colin. 1953”; “Au coeur religieux du XVIe. Siècle. Paris. S.E.V.P.E.N. 1957”; “Pour une histoire à part entière. Paris. S.E.V.P.E.N. 1962”.

Vale lembrar que as obras do terceiro grupo, na sua maioria, são antologias de textos publicados nas diversas revistas para as quais Febvre contribuía, sendo que apenas os “Combats pour l’Histoire” foi organizado por ele mesmo antes de sua morte. E, que alguns dos livros de história foram escritos com finalidades mais imediatamente pedagógicas ou para atender o calendário de efemérides, tais como a “Histoire de Franche-Comté” e “Le Rhin,

problèmes d'histoire et d'économie", tendo sido este último financiado pela Sociedade Geral Alsaciana de Banco<sup>2</sup>.

Considerada a necessidade provisória desta classificação e esquecidas as fronteiras que separam cada uma das categorias sugeridas, constata-se que Lucien Febvre foi em toda a sua extensão um historiador da história. Escreveu sua historiografia nas formas que eram possíveis, tanto no sentido restrito de crítica da produção histórica, portanto, limitada ao universo específico da atividade profissional do historiador, como procurou se acercar das formas culturais que sustentam as formas representacionais da história. Dessa maneira, a leitura da obra de um historiador como Febvre, é sempre a leitura condicionada pelo fato de que motivada e escrita sobre como escreviam e o que pensavam ser a história, os historiadores de sua época e de outrora. Aparentemente todos os historiadores assim procedem quando da feitura de sua obras, isto é, recorrem aos outros que já trataram do mesmo assunto, sendo para confirmá-los ou para contestá-los, entretanto, fazem-no com o objetivo de consolidar uma compreensão acontecimental da história. No caso da historiografia em geral e de Lucien Febvre, em particular, não é possível descurar da reflexão sobre as condições de possibilidade de efetivação do conhecimento histórico em si mesmo. Em uma palavra, do ponto de vista da história da história, a obra febvriana se caracteriza de ponta a ponta por sua vinculação estrita com uma certa linhagem de estudos que se define por sua preocupação com as formas de significação do conhecimento histórico. Dessa maneira, ao se aceitar a tese de que a história da história realiza um tipo reflexão que pode ser entendida como uma crítica de segundo nível, a obra de Lucien Febvre suscita indiscutivelmente uma crítica de terceiro nível, porquanto seus estudos remetem sempre o leitor ao âmago do problema histórico propriamente dito.

“Estudos magistrais, por que não foram sistemáticos, abstratos, desencarnados, mas vivos, humanos, cotejos em torno de

---

<sup>2</sup> A instituição financeira estava por comemorar em 1931 o cinquentenário de sua fundação e planejou uma publicação científica para o evento. Conferir em Dollinger. Op. Cit. p. 193.

grandes figuras: Martin Luther, Rabelais, Calvino, Marguerite de Navarre, os Reformadores, os Humanistas. Tão penetrado de seu tema, o coração e o espírito tão plenos de seu tema que ele redescobre e nos faz redescobrir como pensavam, sentiam, amavam os homens”. (Morazé. 1957. p. 554).

Diante dessas qualidades expressivas e, principalmente do sucesso institucional do projeto historiográfico de Lucien Febvre, a sua contribuição à assume uma relevância inconfundível na história da história deste século XX. A relevância está, pois, condicionada a um critério externo à própria lógica das idéias de Febvre, ou seja, independe de seu valor teórico-epistemológico, porquanto está submetida à lógica da aceitação coletiva. Quer dizer, o que é mais expressivo na sua experiência intelectual é a sua capacidade de tornar suas idéias aceitas por aqueles que as seguem, e isto invariavelmente, não está sujeito às regras da intelecção mas do convencimento. Sendo assim, analisadas as diversas situações que permitiram ao projeto febvriano obter sucesso, tendo em vista que a análise deste triunfo conquistado no final dos anos quarenta representa um momento singular da história da história, a obra de Febvre é uma contribuição significativa para se pensar a natureza do estudo historiográfico. Através dele se tem uma oportunidade sem igual para uma reflexão sobre as possibilidades efetivas do historiador conhecer a história do seu *métier*, consolidando a sua prática historiográfica de modo mais seguro e consciente.

Enquanto fruto do esforço inteligente do historiador, a obra histórica, é ela mesma um atributo da história e ao mesmo tempo dela se distingue. A sua singularidade se define por um lado como resultado subjetivo de entendimento e, por outro, como contribuição ao desejo coletivo de identificar-se como unidade existencial no tempo. Ser e fazer história, consiste na dupla identidade dessa obra que nasce da preocupação com o que está aí, mas se constrói na distância do regresso ao passado. Sendo assim, seu aparecimento atende aos interesses dos que compõem a confraria dos historiadores, mas também à cultura histórica cultivada pela

sociedade em geral. Isto faz lembrar o comentário de Charles Morazé sobre a obra de Lucien Febvre, no que ela tem de vida e efeitos sobre os seus leitores:

“Basta ler o que nos deixou Lucien Febvre para que nossa imaginação e o saber que adquirimos deixem-se levar e, segundo o talento e o *ingenium* de cada um, completar esta obra de vida. Esta, então, torna-se um pouco nossa. Embora mantenha-se sempre e principalmente aquela que seu criador engendrou”.(Morazé. Prefácio a Febvre. 1996a. p. 11).

Tendo em vista que a análise de uma obra intelectual será sempre tomada e assumida pelas expectativas de coletividades atuantes, é presumível que em determinadas situações a obra faça obscurecer o seu autor. Isso ocorre com uma certa frequência, porquanto aquelas questões que são contemporâneas à novas gerações, acabam condicionando a elaboração de uma agenda de prioridades temáticas. Ou seja, às vezes é mais urgente assimilar e divulgar as idéias contidas na obra, que propriamente o sentido que se apresenta no conjunto autor/obra. As conseqüências teóricas dessa operação nem sempre são positivas, principalmente no que diz respeito aos riscos de uma idealização absoluta do pensamento de determinado intelectual. Neste caso, Lucien Febvre tem-se mantido, apesar de muitas das suas idéias se encontrarem fora do universo das preocupações dos historiadores atuais, como um desafio aos seus intérpretes. Entretanto, independentemente da multiplicidade de seus estudos e da variedade das tradições teóricas que aparecem nos seus trabalhos, é possível se vislumbrar um movimento de aproximação por intermédio do debate sobre as mentalidades e o gênero biográfico.

A crítica elaborada por esta geração de intelectuais filhos da Terceira República francesa, colocou a historiografia predominante do século XIX em debate constante. Lucien Febvre, por sua vez, comandou esse “combate” por uma história nova de uma maneira extremamente singular, considerando as características peculiares do seu pensamento, bem como a sua idade em relação a Marc Bloch e a outros jovens. “Febvre se constituiu em

intermediário entre a História do grande personagem e a historiografia atual. (...)”. (Bianchi, 1996. p. 50). Colocando-se assim, em uma posição relevante no sentido da ousadia das propostas de renovação da história e, por outro lado, um continuador de uma certa tradição erudita que se fazia majoritária na historiografia francesa.

“(…) um dos últimos grandes representantes desta elite cultivada do velho mundo, ele que leu tudo, interessou-se por tudo, compreendia tudo mas media as probabilidades, as hesitações, as fragilidades da juventude que ele ajudou, encorajou, fez isso ao preço de seu próprio ofuscamento”. (Morazé. 1957. p. 556).

Em sendo um homem que vivenciou as alterações da passagem do século, conduziu por toda a sua vida a sabedoria de romper e preservar os valores intelectuais do passado, assim como procurar e ponderar diante do desafio da renovação. O pensamento febvriano é um compósito dessas experiências marcantes. A herança recebida dos mestres formados no espírito do século XIX e a expectativa modernizante de um novo quadro de convicções científicas. Em sua obra deixa transparecer a força que a hermenêutica, metodologia assumida pela maioria dos intelectuais do fim do século, tem sobre os seus argumentos.

“A leitura de suas reflexões sobre a história, mas também de seus trabalhos empíricos mostra de maneira evidente, que Lucien Febvre pertence, como seus antecessores, à idade hermenêutica da historiografia francesa. O ponto comum entre Fustel de Coulanges, Seignobos e Febvre (mesmo se eles tiram disso conseqüências práticas fortemente diferentes) tem no sentimento profundo que eles partilham do estranhamento do passado, de seu caráter inacessível. Em Lucien Febvre, esta questão toma freqüentemente caráter obsessivo”. (Noiriel. 1989. p. 1443).

Filiando-se a uma certa tradição do pensamento europeu, Lucien Febvre refletirá sobre os objetos da história, considerando a situação contextual dos personagens e dos acontecimentos, objetivando compreendê-los no interior de um conjunto de relações. Esse procedimento o torna adepto de linhagens relativistas da história, sendo possível identificar

em algumas passagens dos seus trabalhos sua proximidade com o historicismo culturalista e o romântico, na medida em que se percebe a ênfase sobre o individual, o específico e o singular. Ele faz parte da cultura histórica que acredita na possibilidade científica da história como ciência do espírito, e se afasta de toda forma de especulação filosófica, optando por uma aplicação empírica e pragmática à elaboração do conhecimento histórico. Além disso, percebe-se a sua perfeita inserção nas práticas do modelo hermenêutico do pensamento histórico da segunda metade do século XIX. Suas pesquisas são orientadas pela busca do sentido das ações humanas, expressando uma concepção de história como um conhecimento particular e autônomo em relação aos métodos propostos pelas ciências naturais.

“A sua posição dentro da  *Nouvelle Histoire*  se explica pela maneira especial com que compreendeu o evento e o esforço da história em superá-lo: o grande evento é sempre “psicológico, intelectual, espiritual”. Febvre ainda pensa o tempo histórico como “tempo da alma ou da consciência”. Seu objeto principal de análise são as mentalidades coletivas, mas a partir da história intelectual ou cultural. (Reis. 1994. p. 37).

Daí advém a idéia de *Zusammenhang*, enquanto uma estrutura que se estabelece como o nexos necessário de todos os fenômenos historicamente determinados, caracterizando-se por sua dinâmica de interdependência que relaciona todos os fatos de sociedade. Representa, portanto, o contexto composto por todas as esferas da vida coletiva, a partir do qual e para o qual o historiador deve dirigir sua problemática de conhecimento. Através desse noção de condicionamentos múltiplos, Febvre sugere que o historiador deve dirigir suas pesquisas acreditando na possibilidade de resgatar os seus vestígios do passado. Mesmo sabendo da impossibilidade de se reconstituir integralmente o passado, essa expectativa deve presidir o trabalho do historiador em nome da exigência teórica de uma história total. Nesse caso, as manifestações do passado se transformam no material que permite ao historiador o *insight* compreensivo, apontando para os recursos oferecidos pelo pensamento na interpretação da

experiência histórica. Somente através da reconstituição da singularidade dos elementos constitutivos de uma prática de vida pode-se atingir as especificidades de uma época e o sentido das “determinações” do seu horizonte vital.

“Como Dilthey, mas a sua maneira de historiador, Febvre situa sua problemática inteiramente no interior do círculo hermenêutico: a época explica o indivíduo, mas ao inverso o indivíduo reflete, exprime, sua época. Pode-se então decifrar esta por ele. Donde a importância assentida por Febvre (e por Dilthey<sup>3</sup>) à história biográfica”.(Noiriel. 1989. p. 1443).

Esse aspecto relacional da metodologia febvriana exprime os limites do conhecimento histórico, a dificuldade de apreender objetivamente o passado e as suas virtualidades enquanto síntese de saberes distintos. Na verdade é o reconhecimento da dificuldade quase insuperável da história vir a ser, ou construir para si, um modelo científico que se assemelhe ao das ciências naturais. O amadurecimento científico da história passa necessariamente pela admissão de suas especificidades, especialmente aquelas que se referem aos aspectos subjetivos do seu conhecimento. Este fato, entretanto, não deve ser interpretado apenas como uma demonstração de resignação de Febvre diante dos obstáculos teórico-metodológicos da história, posto que para ele todo procedimento científico, independente do campo de saber, é marcado pela interferência subjetiva do sujeito do conhecimento.

A densidade caleidoscópica da obra de Lucien Febvre impõe ao seu leitor, para além das conveniências estilísticas, a definição antecipada do lugar a partir do qual se estabelece sua observação, sob o risco de desmoronamento por opacificação de qualquer esforço

---

<sup>3</sup> A importância de Dilthey para a discussão sobre a natureza científica do conhecimento humano é inquestionável. A sua classificação das ciências do espírito serviu para estabelecer a distinção, através do objeto, com as ciências da natureza. “Seu postulado de que o conhecimento histórico tem como suposto prévio a vivência do historiador, e seu procedimento de abrir à compreensão o passado revivido por meio da descobrimento de leis psíquicas (...)”. (Vogt. 1974. p. 108). Ainda a respeito da proximidade de Febvre em relações às idéias de Dilthey, Braudel afirma: “Sustento ainda que a teoria de Dilthey e de toda a inquieta família dos seus filhos espirituais não sofre nenhum desmentido em toda a obra de Febvre. Para ele existe evidentemente o Historiador, com um H maiúsculo, esse criador, esse deformador da História. Quantas vezes não o defendeu?”. (Braudel. 1965. p. 405).

interpretativo. Uma estratégia que de resto possui um valor universal do ponto de vista metodológico, ganha o estatuto da imprescindibilidade em face das freqüentes derrapagens temáticas e teóricas da obra febvriana. Portanto, delimitar prévia e preventivamente um instrumento de análise, instituindo um prisma que disperse os seus aspectos moveidços, representa não somente uma condição de acesso, bem como a garantia de mínima compreensão. O jogo complexo de infindáveis combinações, obtidas sem dificuldades através da variação das idéias, dos assuntos e dos procedimentos intelectuais, pode tornar-se uma armadilha de resultados temerários para o pesquisador imprevidente. Aqui, riqueza de conteúdos e sofisticação de abordagens podem significar um emaranhado de tramas intransponíveis. Um novelo de mil pontas em mãos apressadas.

Exuberante numericamente e profusa de arremates, a obra febvriana se compõe de 2144 itens<sup>4</sup>. Sendo 15 livros e 2129 textos nos formatos de artigos, prefácios, resenhas, necrológios e outros em revistas especializadas. Participou como fundador da *Revue d'Histoire Moderne*(1926), da *Revue d'Histoire de la Seconde Guerre Mondiale*, dos *Cahiers d'Histoire Mondiale* e, juntamente com Marc Bloch, fundou e dirigiu por 28 anos, a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, na qual escreveu 1454 textos, entre artigos, resenhas críticas, etc. Colaborou principalmente na *Revue de Synthèse Historique* (288), na *Revue Historique* (18), na *Revue de Histoire Moderne*(16) e na *Revue de Critique d'Histoire et de Littérature* (76). Dirigiu a *Encyclopédie Française* (1935-1940),<sup>5</sup> projeto concebido por Anatole Monzie onde pode por em prática as

---

<sup>4</sup> MÜLLER, Bertrand. (1990). "Bibliographie des travaux de Lucien Febvre. Paris, Armand Colin, indica apenas 2143, pois não leva em conta a publicação dos cursos ministrados no Collège de France em 1945 e 1946/1947, intitulada "Honneur et Patrie" pela Librairie Académique Perrin, organizado e apresentado por Thèrese Charmasson et Brigitte Mazon, em 1996. Naquele momento, Müller tinha conhecimento apenas do manuscrito que estava sob a responsabilidade Brigitte Mazon. Uma tradução brasileira foi publicada pela Civilização Brasileira em 1998.

<sup>5</sup> "Ele concebeu em 1933 o projeto de uma *Encyclopedie* que, renunciando à forma tradicional de um dicionário, não entendia mais se fundar sobre um classificação antiga ou recente das ciências; ele admitia por princípio diretor a unidade dos problemas que o homem se põe diante de sua própria vida, a sociedade humana e os desconhecidos do mundo". RENAUDET, Augustin. (1956). "L'Oeuvre Historique de Lucien Febvre". In: *Reveu d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris. PUF, Tome III, octobre-décembre, p. 259.

suas idéias contra a especialização em história e a favor do espírito de colaboração entre as ciências humanas.<sup>6</sup>

A versatilidade de Lucien Febvre fez surgir algumas obras de expressão, cuja importância está dada pela permanência das suas conquistas e pelo estímulo aos novos profissionais de história, especialmente aqueles que, entusiasmados por seu espírito empreendedor, seguiram seus passos dentro e fora da revista dos *Annales*. A preservação de alguns dos temas e, principalmente, o acréscimo e a retomada inovadora dos métodos febvrianos por seus epígonos, somente confirma a sua inclinação liberal nos assuntos de ciência. “Sua cátedra foi somente o lugar de sua atividade regular. Nas Faculdades de Letras de Dijon, de Estrasburgo, depois no Colégio de França e na Escola Prática de Altos Estudos, ele ensinou as regras, ele formou discípulos”. (Le Bras. 1956. p. 542). Essa constatação serve para desmistificar, de certo modo, o estereótipo que se construiu de Febvre como um líder de escola autoritário e fechado em suas opiniões pessoais. Apesar do ânimo sempre exaltado e da verve irônica sempre prontos para atuar, invariavelmente apenas de maneira retórica, contra aqueles a quem dirigia suas críticas, suas idéias nunca foram utilizadas para alimentar o sectarismo ou promover qualquer ortodoxia. “Este homem desinteressado é recompensado como ele sonhou de ser: em torno dele, nas reuniões cordiais da rua du Four tudo o que conta na França, na Europa, no mundo, vem lhe visitar, enriquecê-lo de experiências novas e se encantar de seu ardor em compreender e explicar”. (Morazé. 1957. p. 554). Provavelmente, em função desse espírito “desinteressado” de Febvre, é que se justifique a tese defendida por alguns dos atuais representantes desse “movimento” de que não existe, de fato, uma escola histórica cuja origem seja os *Annales*.

“Lucien Febvre não procurou fazer dos seus discípulos o que ele próprio foi: o sentido profundo da sua pesquisa os impelia para longe dele. A sua forte sedução marcou toda a nossa geração, mas

---

<sup>6</sup>Quadro apresentado por MÜLLER especificando as publicações de Lucien Febvre.

marcou com o gosto da liberdade. (...) Não vejo em Lucien Febvre o autoritário chefe de fila, de escola ou de capela tantas vezes descrito. Intelectualmente, apesar do seu fervor amigo, julgo que esteve sempre muito só. Muito acima. Um príncipe do espírito. Para além do homem bom e generoso que só alguns raros amigos conheceram, fino, discreto, de uma coragem sem jactância(...)”. (Braudel. 1965. p. 407).

A atualidade de suas obras ainda pode ser sentida, independente da superação e da reescrita que o tempo e as demandas do presente se lhes impuseram de modo legítimo, na medida em que são pioneiras na proposição de formas particulares de abordar suas temáticas. Isso não significa dizer que os novos historiadores tenham lhe virado as costas ou deturpado os seus ensinamentos, posto que sua principal contribuição foi dada através do estímulo ao experimentalismo e à ousadia das primeiras descobertas. Desse modo, o simples fato de hoje se encontrar na historiografia francesa e internacional, intelectuais que se sentem motivados a superar sempre o que está estabelecido como padrão, com certeza estarão dando prosseguimento ao exemplo arrojado do combate febvriano por uma nova história. “No entanto, tudo transcorre como se, de uns vinte anos para cá, ele inspirasse menos diretamente a pesquisa histórica nas próprias direções que traçou”.(Revel. 1993. p. 326). As críticas e os acréscimos de hoje não destituem, entretanto, a sua produção intelectual voltada para o aprofundamento vertical da pesquisa histórica, expressa através da singularidade do seu estilo e da acuidade na interpretação, tanto como pesquisador como professor.

“Sobre o que Febvre foi como professor, eu pude recolher o testemunho de muitos de seus antigos alunos. A impressão dominante, imediata, foi aquela de perfeição: base surpreendentemente rica, plano luminoso, elocução animada, pronúncia por gestos, forma perfeita, sem retomadas, nem erros”. (Baulig. 1958. p. 180).

A presença de Lucien Febvre na historiografia contemporânea é associada ao vigor crítico de sua obra e a expressividade de seu esforço metodológico. Sua contribuição é

amplamente reconhecida no que concerne aos estudos das mentalidades religiosas. Contudo não se deve esquecer que freqüentemente, devido às características de sua produção intelectual, os novos historiadores têm estabelecido com o seu pensamento uma relação no mínimo ambígua. Isto ocorre especialmente quando se considera os questionamentos teóricos que são dirigidos às suas idéias e à maneira como se constitui a sua concepção de história. Para se ter uma idéia do tipo de crítica que se faz atualmente a Lucien Febvre, veja-se este comentário a propósito de sua argumentação sobre a impossibilidade de ateísmo no pensamento de Rabelais e da presença da religião na vida cotidiana do século XVI:

“Lucien Febvre (...) deduziu dessa presença do religioso que era impossível, no século XVI, de não ser cristão. Ele acrescentou que a «*ouillage mental*» - noção fecunda – dos homens da Renascença os tornava incapazes de conceber a ausência de Deus: falta de categorias intelectuais abstratas, de métodos de raciocínio, sensibilidade exacerbada pela insuficiência da proteção contra as intempéries. Esta tese, muito determinista, muito enfeudada a uma concepção finalista da história, foi abandonada; permanece apenas que seu autor descobriu as justas palavras para traduzir a presença da religião na vida cotidiana. (Jouanna.1996. p.51).

Uma outra modalidade de crítica feita ao intelectual e professor Lucien Febvre pode ser encontrada, embora quase sempre expressa de maneira informal. A opinião de Denis Crouzet, professor da Sorbonne-Paris IV, especialista do século XVI, estudioso da Reforma francesa (*Les Guerriers de Dieu. La violence au temps des troubles de religion. 2 vols. Paris, Fayard. 1990; La Nuit de Saint-Barthélemy. Un rêve perdu de la Renaissance. Paris. Fayard. 1994. La genèse de la Réforme française (1520-1650). Paris. Sedes. 1996.*), disse o seguinte a respeito do estilo de Febvre: “Lucien Febvre é um autor obscuro, incompreensível”. Do mesmo modo, Jean Beranger, professor por muito tempo em Estrasburgo e atualmente também na Sorbonne - Paris IV, fez os seguintes comentários sobre a performance docente de Lucien Febvre no período estrasburguês: “era um professor pouco apreciado por seus

alunos devido à sua falta de didática e pouca assiduidade em sala de aula”. Esta última opinião, a princípio, contraria a informação de Mastrogregori ao dizer: “(...) Bloch e Febvre foram professores de história, e já enquanto tal, teriam necessidade de uma *outillage* teórica: mais de vez teremos ocasião de notar que os dois historiadores consideram o seu trabalho sobretudo sob o ponto de vista pedagógico, quase como uma missão”. (Mastrogregori. 1987. p. 26-27), ou ainda, “Quanto a característica do ensino de Bloch e Febvre, os dois escritores citados (Pariset e Dollinger) e o *fidel* Leulliot concordam em reconhecer em Bloch a capacidade de esfumar a sentença e as conclusões, de embelezar continuamente a própria cultura: qualidade a qual ia de encontro a uma débil capacidade pedagógica. Drama, autoridade e *furore* pedagógico eram, ao contrário, as características da lição febvriana”. (Ib. p. 128). Henri Baulig diz que: “Suas correções às exposições dos alunos eram severas – elas caíam do alto – mas muito vantajosas: podia-se ali aprender a por o assunto em ordem, no tempo e no espaço, e a dispor as partes nas suas estreitas relações com o conjunto; em suma a dominar sua matéria, esta que é a grande arte do professor”. (Ib. p. 180).

Neste sentido, pode-se observar uma certa relutância por parte dos novos historiadores em se dedicarem aos estudos da obra e das atividades intelectuais de Lucien Febvre, evitando, assim, uma aproximação mais comprometida. Contudo, percebe-se a permanência de uma certa veneração a Febvre por parte dos herdeiros da tradição dos *Annales*, sendo tratado como um patrimônio cultural e simbólico de um projeto intelectual vencedor.

“Para isso há vários motivos: a abundância de uma obra profusa, complexa, de difícil domínio (à qual, até agora e significativamente, ainda não foi consagrado qualquer estudo sério); a importância também, para Febvre, de referências que para nós muitas vezes já envelheceram (em particular, no que diz respeito à psicologia coletiva); mas talvez ainda mais o fato de que as questões que ele mesmo formulou foram, pelo menos em parte, reformuladas em

contato com novas experiências disciplinares, como, por exemplo, da sociologia ou da antropologia histórica; em contato também com novas abordagens como as de Michel Foucault”. (Revel. 1993. p. 326-327).

Muito mais importante parece ser o fato de que “vários membros do grupo (Annales) levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo do odor” (Burke. 1992. p. 79). Garantia de que a continuidade de seu projeto historiográfico representa para muitos das novas gerações, algo além da veneração juvenil ansiosa de ídolos. Nada disso, no entanto, deve ser entendido como um desprezo pelo legado de Febvre, nem mesmo como uma corrupção dos projetos, pois, “(...) Febvre, cuja obra ainda contém muito a ser descoberto, teria sem dúvida aprovado tais deslocamentos, com os quais nunca parou de alimentar a sua vida de historiador”. (Revel. 1993. p. 327).

Enquanto historiador, Lucien Febvre elegeu como temáticas preferenciais as expressões de sentimentos individuais e coletivos, encetadas pelos movimentos religiosos, cronologicamente vivenciadas no século XVI. Muito provavelmente sua intenção era utilizar-se das fontes seiscentistas de modo a definir praticamente o seu projeto de história da sensibilidade. Para ele o “belo século”, “o século que queria acreditar” serviu aos seus propósitos como patrimônio de inspiração para os seus estudos propriamente históricos.

“(…) o Dezesesseis sempre representou muito para Febvre. Uma «pátria» do espírito. E as coisas vão se tornando mais claras a partir do instante em que se tem em mente que Febvre foi um fervoroso humanista. Em poucas palavras, o século XVI era para Lucien Febvre uma fonte inesgotável de humanismo”(Mota. 1992. p. 11).

As razões são várias, especialmente aquelas originárias da “sua excelente educação humanística (a qual ele recebeu de seu pai e de um tio, mais do que propriamente na escola)” (Braudel. 1968. p. 349). Os estudos seiscentistas de Lucien Febvre são “centrados sobre os

problemas intelectuais e religiosos” e abordados “através do destino coletivo de grandes individualidades” (Müller. 1990. p. 17). Este aspecto é de importância fundamental, posto que não se deve confundir o humanismo febvriano como uma demonstração de crenças extemporâneas, baseadas na concepção atemporal de natureza humana. Contra os riscos de ser incluído no rol dos intelectuais ligados às variadas formas de romantismo, ou mesmo do impetuoso estruturalismo, Lucien Febvre confirma sua convicção quanto à natureza plural do objeto do conhecimento histórico.

“Os homens, únicos objetos da história – de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da lingüística, etc.; uma história que não se interessa por não sei que homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de atividade diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida”. (Febvre. 1985. p. 30).

Os livros mais representativos dessa linhagem histórica são: **Un Destin**, Martin Luther. Paris. Rieder. 1928. **Le problème de l'incroyance au XVIe. siècle, la religion de Rabelais**. Paris. Albin Michel. 1942. **Autor de l'Heptaméron, amour sacré, amour profane**. Paris. Gallimard. 1944.

Essas três obras que foram as responsáveis em grande parte pelo prestígio conquistado por Febvre, inserem-se no campo muito particular dos estudos biográficos. Estilo tão veementemente combatido, entretanto, magistralmente desenvolvido a partir de novos critérios, a partir dos quais pode-se afirmar que o estilo biográfico febvriano tornou possível uma história das mentalidades.

“Febvre fez história intelectual e biográfica, o que o manteve ligado à tradição. Mas não a fez da forma tradicional pois parte da reflexão mais profunda de uma época para integrá-la no seu meio. Ele começa pelo evento intelectual, individual e original, para descobrir no seu interior a estrutura mental coletiva de uma época. (Reis. 1994. p. 38).

Nesse tipo de abordagem, cujo objetivo de base tem sua origem nos debates das ciências sociais na virada do século XIX, Lucien Febvre demonstra que sua principal motivação é “interpretar” como se relacionam a personalidade individual e a coletividade, como se efetivam as influências mútuas determinantes dos comportamentos. Discussão herdeira da sociologia durkheimiana das representações coletivas, Febvre pretende compreender uma determinada época por meio dos atos individuais, mesmo que o gênero biográfico seja já a algum tempo questionado e preterido pelos historiadores contemporâneos da história social<sup>7</sup>.

“Não sou daqueles para quem a história «é apenas obra dos indivíduos». Ela é, a meu ver, obra dos indivíduos e dos grupos, para usar propositadamente, uma palavra muito geral. O indivíduo histórico - como já esclareci anteriormente - *a personagem histórica*, mais exatamente, desenvolve-se em e pelo grupo. Desprende-se dele temporariamente a aponta-lhe caminhos novos. Mas para realizar a sua tarefa - a de um fermento que faz levedar a massa humana -, é necessário que mergulhe nela, o mais cedo possível, que se reincorpore ao grupo; e assim, para usar uma linguagem corrente, dizemos recuo, e mesmo retrocesso”. (Febvre. 1985. p. 87).

---

<sup>7</sup> Em Collingwood, por exemplo: “Não pode existir história de nada que não seja pensamento. Assim, uma biografia, por exemplo, por mais história que contenha, é construída sobre princípios que não só não são históricos mas também anti-históricos. Os seus limites são fatos biológicos: o nascimento e a morte de um organismo humano. A sua estrutura é, pois, não uma estrutura de pensamento mas de processo natural. Através dessa estrutura – a vida corpórea do homem, com a infância, a maturidade e a velhice, as doenças e todos os acidentes da existência animal – deslizam, cruzando-se, as marés do pensamento – do que lhe é próprio e do alheio – indiferentes à sua constituição, ondas deslizando por entre os destroços do barco naufragado que o mar lançara à praia. Ao espetáculo de uma vida assim corpórea com suas vicissitudes se associam muitas emoções humanas, e é a biografia, como forma literária, que sustenta estas emoções de um alimento que poderá ser saudável; isto, porém, não é história”. (Collingwood. 1984. p. 314).

Encontra-se, portanto, no pensamento de Febvre um pressuposto sociológico que se fundamenta na existência de uma dialética entre indivíduo e sociedade, justificando a iniciativa de um historiador com as suas características intelectuais e suas marcas teóricas eleger o gênero biográfico para desenvolver suas pesquisas. A abordagem febvriana da história parte do mundo da cultura, entendido como a manifestação de tudo o que é comum a uma coletividade no que diz respeito a valores éticos, estéticos, religiosos, artísticos, filosóficos, científicos, para em seguida descobrir aquilo que diverge ou o que consente nesse denso, variado e, aparentemente, uniforme universo de experiências de vida. Na impossibilidade de apreender a totalidade da cultura nas suas diversas esferas, Febvre busca um encontro com as expressões microscópicas desse todo abrangente: o sujeito de sociedade. Ao encontrá-lo no emaranhado das vivências coletivas, transforma-o em personagem da história, investigando sua trajetória individual com o objetivo de identificar sua capacidade de incorporar os elementos de síntese de sua cultura, bem como sua inserção crítica como agente relativizante dos valores e das tradições, assumindo, a partir de então, o papel de elemento possibilitador da compreensão histórica desse período.

“A biografia intelectual à maneira de Febvre é, de facto, a história da sociedade, atendendo a que situa os seus heróis simultaneamente como testemunhas e produtos dos condicionamentos colectivos que limitam a livre invenção individual”. (Chartier. 1990. p. 40).

Para isso Febvre se utiliza do conceito de *outillage mental*, através do qual busca as diversas relações significativas que determinam um universo cultural. Pois assim “está convencido de que a língua, a visão do mundo, etc., resultam de uma atividade profundamente criadora da espécie humana, que nelas se revelam aspectos mais ricos que os de uma atividade meramente reprodutora do meio físico e social”. (Bianchi. 1996. p. 71). Por meio desse conceito se poderia encontrar a originalidade irreduzível do passado e compreender os sistemas de pensamento que permitiam às pessoas se posicionarem diante dos fatos da cultura.

O seu papel heurístico está associado à sua potencialidade instituinte e aos movimentos que provocaram na duração alterações no conteúdo cultural de uma determinada civilização. No que concerne ao aspecto metodológico sua função é, principalmente, não permitir ao historiador cometer qualquer tipo de anacronismo. Aliás, esta preocupação com o “pecado do anacronismo” é de fato bem anterior a Febvre, posto que sua origem remonta ao século XVII quando aos eruditos interessava estabelecer a condição de falsidade ou não dos documentos.

A repercussão do significado dessa posição intelectual defendida por Lucien Febvre sobre a historiografia do século XX, sintetizaram-se em uma atitude de recusa e de temor ao anacronismo enquanto possibilidade de falseamento da realidade histórica. Nem sempre assumido de maneira explícita ou cometido de forma intencional pelo historiador, o anacronismo é uma companhia constante durante a realização do trabalho de pesquisa e de escrita da história. Entretanto, por meio dessa recusa, sinal de reconhecimento da vulnerabilidade do historiador, pode-se dizer que tanto a história das mentalidades, como a nova história econômica são exemplos de como a noção de anacronismo acabou por influenciar positivamente as novas abordagens historiográficas.

Através do reconhecimento lógico e epistemológico do anacronismo como uma possibilidade que pode vir a se efetivar no conhecimento histórico, permitiu-se que a história das mentalidades se constituísse como um tipo especial de estudo sobre as diferentes formas de sensibilidade, pensamento, tradições e hábitos culturais. Enquanto que o uso de hipóteses contrafatuais, isto é, questões elaboradas a partir do presente do historiador e comparadas com as realidades do passado, possibilitaram o surgimento dos trabalhos da nova história econômica.

“O anacronismo traz em si, ao mesmo tempo, a morte e a ampliação da história; dialecticamente, o historiador tem o poder de recusar o que distorce a dimensão das coisas, o tempo, e da

manipulação de um “pecado” que, bem como original, é também a fonte do conhecimento”.(Dumoulin. 1993b. p. 48).

Em uma palavra, a noção febvriana de utensilagem mental manifesta a compreensão de que para cada época existe à disposição dos homens um conjunto específico de instrumentos através dos quais se pode pensar, dando origem a uma espécie de estrutura condicionante dos pensamentos e das ações sociais. Diante disso cabe ao historiador se prevenir contra as armadilhas postas no caminho pela tentação anacrônica, respeitando as peculiaridades de cada momento histórico que ora se encontra sob sua investigação.

“O que define (...) a utensilagem mental é o estado da língua no seu léxico e na sua sintaxe, os utensílios e a linguagem científica disponíveis; e também esse «suporte sensível do pensamento» que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afectividade. (...) Numa dada época, o cruzamento desses vários suportes (lingüísticos, conceptuais, afectivos) dirige as «maneiras de pensar e de sentir» que delineiam configurações intelectuais específicas (por exemplo, sobre os limites entre o possível e o impossível ou sobre as fronteiras entre o natural e o sobrenatural)”. (Chartier. 1990. p. 37).

Considerando as relações entre os indivíduos e os utensílios mentais de seu tempo, o procedimento utilizado por Febvre na montagem do seu modelo de biografia pode refletir os aspectos característicos da condição marcante do personagem. Isto se confirma quando o personagem é tomado como sujeito privilegiado na crítica de seu tempo, tornando a sua história pessoal e íntima um tanto quanto imprescindível para a compreensão do seu ambiente cultural. Entretanto, apesar de ter feito história intelectual e, portanto, optado por “indivíduos culturalmente relevantes”, não significa que a metodologia febvriana se assemelhe ou se confunda de algum modo com a biografia clássica, componente inseparável da história das idéias. Seu interesse não é escrever a história dos personagens excepcionais, cujo exemplo individual manifesta a sua capacidade singular de antecipação histórica e a vitalidade racional

para promover a descontinuidade. Nem mesmo efetuar apenas uma busca por precursores, esses elementos sempre presentes nas linhas da história personalista, para através deles confirmar a racionalidade da história. Ou ainda a idéia de que a história é o resultado do esforço de poucos sujeitos que podem perceber o espírito do tempo (*Zeitgeist*) e, clarividentes, tomar em suas mãos o destino da coletividade.

“Se Febvre construiu o essencial de sua obra em torno de indivíduos, Felipe II, Martin Lutero, Boaventura des Periers, Rabelais, Marguerite de Navarre, seria grotesco dar ao aspecto biográfico de Felipe II e o Franco-Condado a mesma significação que aparece nesta tese defendida no mesmo ano: Sébastien Zanet, évêque de Langres, 1588-1655, as vie et ses oeuvres”. (Dumoulin. 1983. p. 232).

O modelo de Febvre para realizar biografias se constitui de pressupostos explícitos: o biografado é, consideradas as qualidades de condensação de vetores culturais que sua experiência pessoal pode manifestar, uma ponte para o entendimento das especificidades de sua época em relação ao presente do historiador. O indivíduo incorpora e assume as questões de sua época, embora esteja condicionado a uma dialética que quase sempre lhe foge ao controle. Sendo assim, pode-se dizer que em última instância a coletividade é a verdadeira fonte dinâmica de produção das representações culturais, enquanto o indivíduo representa apenas a função de porta-voz de suas exigências históricas. Justificam-se, portanto, as tarefas de reconstrução do passado humano como totalidade de sentido atribuídas por Febvre ao “novo historiador”, cujas responsabilidades de sujeito do conhecimento o tornam um agente cultural imprescindível às sociedades contemporâneas.

“Recompôr pelo pensamento, para cada uma das épocas que ele, historiador, estuda, o material mental dos homens dessa época; reconstituir, mediante um forte esforço de erudição ao mesmo tempo que de imaginação, o universo, todo o universo: físico, intelectual e moral de cada uma das gerações que o precederam; conceber um sentimento muito forte e muito firme daquilo que a insuficiência das

noções de facto e a pobreza correlativa das teorias deviam produzir em lacunas e deformações nas representações de qualquer tipo que fizesse do mundo, da vida, da religião, da política também, uma dada colectividade histórica; precaver-se assim contra estes temíveis anacronismos – os que são menos reconhecidos como tais e, no entanto, os maiores – que não atribuem mosquetes aos combatentes de Fournoué ou fotografia de Marie-Louise Napoléon em Santa Helena, mas fazem, sem se perturbarem, de Rabelais um livre-pensador... ou de Lamarck um darwinista *avant la lettre*: eis, no meu entender, e quanto mais nisso reflecto, o ideal supremo, o fim derradeiro do historiador”. (Febvre. 1996b. p. 123-124).

Na verdade estas idéias professadas por Febvre têm sua origem no projeto pan-científico de Henri Berr, na medida em que sua concepção de história expressa a crença de que um fato social é também um fato psicológico. Idéia bastante divulgada e comum aos historiadores e filósofos que professaram um novo pensamento epistemológico a respeito da história e suas características científicas, especialmente aqueles que se alinharam ao historicismo de orientação diltheyniana<sup>8</sup>. Muito provavelmente a íntima proximidade entre esses dois autores, agentes dinâmicos das discussões intelectuais das primeiras décadas do século XX, garantida através das atividades desenvolvidas por Febvre junto ao Centro Internacional de Síntese como secretário e palestrante, bem como na Revista de Síntese Histórica como colaborador regular, tenha possibilitado o compartilhamento dessas idéias entre eles:

“Acreditamos que a sociedade existe somente para o indivíduo se constituir plenamente e se afirmar, ela oculta, em um dado momento, o indivíduo, até o dia quando este faz sobre ela a sua

---

<sup>8</sup> O historicismo de Dilthey, ou neo-historicismo (Falcon. 1997), constituiu-se em uma recusa ao romantismo e ao positivismo da escola histórica rankeana. De orientação kantiana, baseava-se na noção de que natureza e cultura são diferentes e inconciliáveis, propondo a tipologia das ciências do espírito através das quais se toma o homem como sujeito e objeto do conhecimento objetivo. Acreditavam, pois, na possibilidade de realização científica para essas disciplinas, atribuindo-lhes a tarefa de compreender o sentido das manifestações culturais, que são, na verdade, expressões do pensamento. Assim, para o seguidores do historicismo todos os fatos históricos, são fatos produzidos pela psicologia (vida mental) do indivíduo condicionado socialmente.

reparição, de qualquer modo, e a aperfeiçoa conscientemente graças ao desenvolvimento psíquico que ela permitiu”. (Berr. 1953. p. VI).

Essa declaração de Berr, assimilada e reproduzida por Febvre, assume uma importância relevante, porquanto permite se identificar as matrizes do pensamento febvriano e as expectativas que se tinha nas primeiras décadas do século XX a respeito das possibilidades da psicologia como ciência do simbolismo humano. Para Henri Berr “a psicologia confere à história uma profundidade maior ao desvelar os desejos, os motivos da ação humana”. (Schiavinatto. 1993. p.115). Para esses intelectuais que haviam assimilado, não sem constrangimentos, a definição da singularidade das ciências humanas frente às ciências naturais, a psicologia se apresentava como uma garantia de empreender a compreensão e a explicação das ações humanas no passado. Além disso, é possível se entrever nessas idéias as bases teóricas do que se chama contemporaneamente de história das mentalidades, que se define enquanto um campo de estudos históricos voltado para a tarefa de restabelecer as formas de representação social e por meio deles pensar os padrões culturais das sociedades passadas. Um tipo de história que ao utilizar as categorias da psicologia, sugerindo inclusive a organização de uma nova disciplina: a psicologia histórica, preocupa-se com os conteúdos mentais assimilados e as maneiras de pensar e de sentir adotados de maneira “inconsciente” pelos indivíduos a partir do seu convívio com o grupo. Portanto, uma orientação historiográfica que prima pela reflexão sobre a presença das marcas da coletividade sobre as ações cotidianas dos indivíduos, que podem ser identificadas nas formas de afeição, inteligência e valorização moral, e manifestando-se de maneira impessoal, automática e repetitiva nos atos e nas escolhas pessoais.

“Apoiando-se sobre os estudos de Henri Wallon (que dirigiu o tomo VIII da *Encyclopedie Française*) Febvre valoriza os sentimentos, as expressões de emoção, como o primeiro sistema de comunicação social entre os homens, e portanto, de grande transcendência histórica(...)”. (Bianchi. 1996. p. 67)

Ao estudar **Lutero, Rabelais e Marguerite**, Lucien Febvre procura apoio nas especulações do conhecimento produzido pela psicologia a respeito da vida espiritual, tornando-se assim um dos precursores da proposta de construção de uma nova disciplina, cuja origem estaria dada na justaposição da história com a psicologia. Pensando dessa maneira, a psicologia histórica seria indispensável à pretensão de recompor o passado nos seus momentos de manifestação das sensibilidades individuais e coletivas, sem as quais, para Febvre, não haveria história possível. Dessa maneira, Febvre vai propor ao longo de sua trajetória de historiador uma conjunto de temáticas a serem estudadas dentro deste universo de subjetividade, tais como o amor, o medo, etc.

“O objeto do novo campo de estudo é a vida afetiva, as ações subjetivas. O novo campo possui fronteiras dilatadas, mas nem por isso o historiador procurou defini-las; pelo contrário, optou pelo indefinido e pela recusa em recorrer a enquadramentos. Apesar disto, Febvre não pensou a vida afetiva como faceta própria do indivíduo, como autônomo do social. As sensibilidade nascem em face da relação entre os homens, ou melhor, da vida coletiva. A vida em comum possibilita a formação de um sistema de iniciações interindividuais que se diversifica segundo as circunstâncias, além de ser enriquecidas pelas reações e sensibilidades de cada um. O sistema de emoções, mantido e regulado pelo grupo, torna-se o elemento de coesão entre os homens”. (Raminelli. 1993. p. 208-209).

Os seus personagens biografados estão envoltos, pois, em um clima “espiritual” que lhes ultrapassa e lhes condiciona as maneiras de intervenção na realidade social. Somente através dos instrumentos da psicologia coletiva, da sociologia, etc., aliadas à história, daria ao historiador as condições metodológicas de apreender essas determinações socioculturais.

“O meio social penetra *à priori* no autor da obra histórica, enquadra-o e, numa larga medida, determina-o na sua criação. E, quando esta está pronta, ou morre, ou então, para que ela viva, é preciso que sofra a colaboração ativa, a terrível colaboração das

massas, a pressão do meio, irresistível e constrangedora”. (Febvre. 1985. p. 209).

Os personagens históricos escolhidos por Febvre são produtores de obras que certamente se tornaram “fatos de civilização”, isto é, atitudes que marcaram a vida das coletividades e se propagaram no tempo. Entretanto, contra toda e qualquer confusão de propósitos, não se deve deixar que essa evidência tome de assalto o observador desprevenido ou o prosélito devotado, e que ao repassá-la colabora e com um tipo de história que não é a de Febvre: a história das idéias “desencarnadas”. Tomar esses indivíduos como autores conscientes e exclusivos das ações que se lhes atribuem, seria consubstanciar uma explicação histórica individualista e personalista. Ao contrário disso, rompendo com a lógica das formas individuais de pensamento, Febvre submete as suas obras a uma perspectiva interpretativa que privilegia os elementos sociais do seu conteúdo historicamente produzido. Em uma palavra, as ações humanas, embora representadas por seus agentes singulares, são constantemente apropriadas e redimensionadas pela ação corrosiva dos interesses da sociedade. A historiografia febvriana reflete profundamente essa ambigüidade “positiva” nas relações entre indivíduo e sociedade e determina as suas opções temáticas e metodológicas.

“(…) certos temas são recorrentes na obra de Febvre e também que há uma tensão criativa entre sua fascinação pelos indivíduos e sua preocupação com os grupos sociais - como havia entre seu profundo interesse em escrever uma história social da religião e seu igualmente forte desejo de não reduzir atitudes e valores espirituais a meras expressões de transformações na economia ou na sociedade”. (Burke. 1991. p. 32).

No **Lutero**, Febvre tenta responder a uma questão que está diretamente vinculada ao tema das relações entre indivíduo e sociedade. Procura analisar o papel de Lutero no contexto das revoltas alemãs do início do século XVI. Ao tentar compreender e “desenhar a curva de um destino que foi sensível mas trágico”, recuperou as formas políticas, intelectuais, religiosas do seu tempo e as cotejou com os movimentos oscilatórios das idéias do líder reformista.

Visou especialmente descrever os momentos em que a obra histórica do luteranismo deixou de ser “obra de particularismo e, se se quiser, de egoísmo, se transformou em obra de civilização”, através das pressões e da ansiedade por mudanças de seus seguidores. Avaliar, pois, como as inquietações sociais da Alemanha do tempo de Lutero influenciaram as suas idéias, aquelas que foram sendo divulgadas em seu nome e quase sempre eram o resultado de uma reinterpretação coletiva e popular dos valores religiosos tradicionais. Febvre procurou definir os elementos de psicologia coletiva daquele momento decisivo para a história do cristianismo, isto é, os sentimentos e as sensibilidades compartilhadas por uma sociedade em mudança. Para tanto, interrogou minuciosamente a liderança reformista legitimada por uma pregação constestadora e conservadora a um só tempo e que se encontrava a mercê da sua audiência, como um escravo de idéias alheias. Ao fazê-lo, identificou o próprio cerne do movimento da reforma alemã:

“(…) uma nova maneira de pensar, de sentir e de praticar o cristianismo, maneira que, não tendo podido ser esmagada no berço nem tolerada como era, nem digerida amistosamente pelos chefes da Igreja, se converteu, por estes motivos e de maneira natural, em uma nova religião, em um novo ramo do velho cristianismo”. (Febvre. 1956. p. 11).

Abordado nas diversas fases de sua vida, Lutero é chamado a explicar as características do seu temperamento, da sua hesitação religiosa, das suas dúvidas vocacionais, do seu “aproveitamento” pelas elites alemãs preocupadas com o destino das revoltas camponesa. Apesar das “confissões” que Febvre pode colher da vida pessoal do líder reformista, as explicações maiores surgiram da própria inter-relação que se instituiu entre a liderança e os liderados. A dialética das ansiedades e das demandas desencontradas, todavia presentes no mesmo cenário de alterações das mentalidades, reconstituída com o objetivo de servir de paradigma para os estudos das atitudes mentais. Quando Febvre analisa o comportamento de Lutero frente às expectativas da coletividade que o segue, considerando evidentemente as suas

angústias de jovem cujo fortíssimo sentimento religioso marcava sua personalidade, utiliza-se do epíteto “profeta” para qualificar seu temperamento devotado.

“Lutero era mais um homem piedoso que um lógico ou um sábio; um homem piedoso que tratasse de realizar grandes e belas obras, de levar uma vida devota, virtuosa e santa. Era um instinto que seguia seu impulso sem se preocupar com as dificuldades, com as oposições ou com as contradições que não percebia com a inteligência, mas que conciliava na unidade profunda de um sentimento vivo e dominador. Lutero não é nem um doutor, nem um teólogo: é um profeta”.(Ib. p. 114).

Para Febvre, enquanto historiador preocupado em aprofundar seus estudos nos temas da história das religiões e especialmente na história do sentimento religioso, o profeta é aquele que nas suas lides cotidianas dispensa a crítica e a inteligência do seu pensamento e age movido pela paixão e pela sensibilidade. No trato com os outros, eventualmente os seguidores e freqüentemente os “desgarrados”, é ácido em suas palavras apresentadas em estilo verbal arrogante e admoestador. Em nome de sua verdade profética não poupa os adjetivos, as censuras e os prenúncios contra todos aqueles que duvidam da retidão de seus ensinamentos. Sua linguagem é a do povo, clara e objetiva, embora carregada de imagens eruditas, e não a dos especialistas e sábios, cujo saber lhe parece motivado pelos maneirismos da pompa e da superficialidade. Irrita-se contra todo e qualquer questionamento de seu discurso, porquanto sua autoridade lhe foi confiada pelos desígnios do supra-humano e sua fala é, pois, o concerto de vozes jubilosas de sua exatidão. Considera-se portador de uma missão no mundo que se considera fundada sobre a Verdade revelada, que o faz cumpridor de um destino inabalável, cruel e enfadonho, muito embora pleno de glórias. O profeta é empurrado pelas expectativas dos seus contemporâneos, emprestando-se como arauto de suas lutas mais sinceras, torna-se, quase sempre, presa de suas demandas simbólicas. Lutero é este personagem: “um homem que se defronta com outros homens, atraído, empurrado por amigos e inimigos, que as vezes

resiste e as vezes se deixa levar, que sempre luta e sempre transpõe (...)”.(Ib. p. 116). Sendo assim, muitas vezes, faz e fala apenas o que os seguidores querem ver e ouvir, perdendo o controle sobre a lógica e o sentido do seu próprio pensamento.

Apesar do modelo febvriano sugerir uma espécie de submissão do sujeito às determinações do social, é preciso ressaltar que Febvre não faz uso de conceitos ou de idéias deterministas quando da sua análise sobre o comportamento de liderança de Lutero, ou mesmo em qualquer um de seus trabalhos de história intelectual. Na verdade, suas intenções são de resguardar-se à distância, tanto teórica como metodologicamente, de um tipo de abordagem que se satisfaz com a narrativa dos comportamentos baseados apenas na vontade consciente dos sujeitos, como condição primeira dos movimentos de transformação social. Nada que se assemelhe a uma abordagem do tipo reflexo entre o ideário reformista e os interesses das classes sociais que gravitam em torno de si, explicação bastante usual nos estudos que se voltam para a temática das ideologias políticas e seu anverso inquestionável: a alienação. “Para Febvre, o social não poderia, de modo nenhum, dissolver-se nas ideologias que têm por objetivo moldá-lo”. (Chartier. 1990. p. 33-34). Essa escolha de Febvre já se encontra presente nos textos mais antigos, como, por exemplo, ao expor suas idéias a respeito do proudhonismo mesmo antes de tornar-se professor em Estrasburgo, quando havia apenas a *Revue de Synthèse* para acolher os trabalhos dos jovens intelectuais que ansiavam por mudanças.

“Ao estabelecer assim, nesses textos de juventude, um duplo distanciamento, por um lado entre as antigas maneiras de pensar e as noções, em regra bastante pobres, nas quais os historiadores pretendiam catalogá-las, e, por outro, entre esses pensamentos antigos e o terreno social em que se inscreviam, Lucien Febvre indicava o caminho a seguir para uma análise histórica que tomaria por modelo as descrições dos factos de mentalidade, tais como os construíam

então os sociólogos durkheimianos ou os etnólogos que trabalhavam na esteira de Lévy-Bruhl”. (Ib. p. 34).

Nenhum reducionismo que conclua por uma simples adequação das suas posições religiosas às demandas políticas e sociais da burguesia alemã nascente, ou com os ideais primevos de uma nacionalidade que ansiava por sua soberania. Ao contrário, propõe e executa um projeto de história da cultura religiosa onde todos os elementos são devidamente contemplados, principalmente no que concerne às sensibilidades mais genuínas de uma sociedade determinada. Enfim, uma interpretação que salienta os conteúdos sociais das manifestações individuais, sem que isso represente um prejuízo para a dinâmica envolvente das forças individuais que mobilizam as ações humanas.

No **Rabelais**, Febvre investe menos nos aspectos “biográficos”, centrando suas questões na mentalidade coletiva, ou como ele mesmo chamava *outillage mental*, dentro daquele espírito de aproximação da história com a psicologia. Na apresentação feita por Paul Chalus, secretário geral do de Centro Internacional de Síntese, ele diz: “O objeto essencial deste livro é o estudo da psicologia coletiva que vem dada pelo problema da descrença”. (Febvre. 1993a. p. 5). O problema discutido por Febvre tem sua origem nas publicações da época referentes ao perfil intelectual do autor de *Gargantua e Pantagruel*. A sua crítica se endereça principalmente para Abel Lefranc, autor de vários estudos sobre Rabelais<sup>9</sup>, representando-o através das imagens de descrente, ateu, livre pensador e racionalista. A curiosidade de Febvre por Rabelais foi estimulada sobremaneira em 1922, quando da publicação de *Pantagruel* com introdução de Lefranc, sobre a qual ele diz: “Esta introdução supôs para mim um impacto: daí este livro (o seu *Rabelais*), um livro que pretende traçar, a modo de reação, os problemas da incredulidade”.(Ib. p. 8). Suas considerações se estendem sobre o mundo sociocultural do século XVI, tomando como pressuposto a idéia de que a religião está presente em todos os momentos da vida individual e coletiva das sociedades européias - *a Cristandade*. Para

responder às perguntas que estão implícitas nas representações feitas pelos autores que escreveram sobre Rabelais, Febvre começou por interrogar as formas de pensamento possíveis no ambiente intelectual rabelaisiano, desenvolvendo, assim, uma análise que se baseava nos estudos da língua, dos costumes, das crenças, das artes, da ciência e da filosofia.

“(…) o estudo de Lucien Febvre, *Rabelais et le problème de l'incroyance au XVIème Siècle*, pretende precisar a utensilagem mental do pensamento francês, na época de Rabelais, esse conjunto de concepções que muito antes de Rabelais, e muito depois dele, presidiu às artes de viver, de pensar e de crer e limitou de antemão, com dureza, a aventura intelectual dos espíritos mais livres”. (Braudel. 1990. p. 15).

O interesse de Febvre, portanto, é identificar as práticas e representações sociais que permanecem na duração e que dominam o contexto da cultura, independentemente do contexto ou do momento histórico em que se desenrolam as ações sociais. Aparentemente em segundo plano, aparece o personagem principal do livro, demonstrando suas características nas formas de pensar e de agir, a princípio condizentes com as regras específicas do mundo de vida no qual está culturalmente inserido. Em seguida, como que advertindo e se antecipando às críticas anti-deterministas, aponta para as peculiaridades individuais do clérigo de escrita sarcástica, discorrendo sobre o seu estilo hermético e corrosivo. Desse modo, permite que se vislumbre uma certa autonomia, embora precária, do indivíduo em face do “círculo cultural” que lhe condiciona a visão de mundo. Por intermédio da reflexão sobre o estilo da escritura, relativizando os “desvios” que aparecem nos seus textos na forma de ironias e gracejos contra as instituições, principalmente a Igreja, pois “Rabelais escreveu mil diabruras, mistérios truculentos e populares que pretendem ser edificantes através gozação”. (Febvre. 1993a. p. 242). Febvre estabelece o perfil de Rabelais na sua originalidade, mesmo que em última instância as suas particularidades estejam de alguma maneira previstas nos códigos da cultura

---

<sup>9</sup> Estudos sobre Gargantua (1912); Estudos sobre Pantagruel (1922); Estudos sobre o Terceiro Livro (1931).

envolvente. No que diz respeito à questão religiosa propriamente dita, qual seja, o ateísmo de Rabelais, investiga a natureza do cristianismo prevalecente no século XVI, bem como as condições de comportamento coletivo e individual impostas pela instituição<sup>10</sup>. Comparando o religiosidade de Rabelais com as principais correntes cristãs em voga, o erasmismo e o protestantismo, Febvre chega à conclusão que seria praticamente impossível, nesse cenário dominado pelas práticas religiosas controladas pela Igreja Católica, a emergência e, notadamente, a sobrevivência de formas de descrença.

Para resolver essas questões e restabelecer a “verdade” no processo que se abriu contra Rabelais, Lucien Febvre vai se utilizar dos estudos de filologia, pesquisando sobre o universo lingüístico e o quadro geral das palavras de uso freqüente na vida ordinária e nos meios intelectuais. Introduce de maneira mais sistemática as idéias desenvolvidas pela psicologia coletiva, praticada pelos durkheimianos de Estrasburgo, Charles Blondel (*Introduction à Psychologie Collective*) e Maurice Halbwachs (*Les Cadres Sociaux de la Mémoire*). Convém lembrar os esforços de Febvre e Bloch para que a história e psicologia se aproximassem, exatamente para que estes temas fossem melhor compreendidos. Desenvolvendo sua pesquisa a partir das reflexões sobre o conceito de utensílios mentais, quadros mentais e mentalidade, Febvre busca inicialmente montar o cenário coletivo no qual se apresentam os personagens da cultura nas diversas situações de suas vidas particulares. Em seguida explora as virtudes do personagem central, no que concerne às suas habilidades para compreender e sintetizar as linhas centrais do seu tempo. O cenário é o conjunto das emoções coletivas e as práticas individuais, funcionando como elo de ligação entre os indivíduos e a coletividade. O que interessa a Febvre, são os elementos da *praxis* coletiva que

---

<sup>10</sup> Para comparar abordagens distintas, o trabalho de Mikhail Bakhtin sobre a obra de Rabelais e a cultura popular no mundo social do Renascimento é extremamente valioso. Embora se diferencie de Febvre por suas opções teóricas marxistas, não deixa de apresentar certas semelhanças no que diz respeito à compreensão dos “efeitos” sociais sobre o comportamento individual. “Bakhtin percebeu com brilho a possibilidade de se resgatar a cultura das classes populares na França daquele período por meio da obra de um letrado, percebendo nisso um conflito de classes no plano cultural – e, mais precisamente, a carnavalização da cultura austera das elites no vocabulário da praça pública e no escárnio popular”. (Vainfas. 1996. p. 136).

impõe uma unidade nas referências e nas atitudes em relação a problemas comuns da vida cotidiana.. No exemplo de Rabelais vale como tal a religião, isto não se significa dizer que para outro tipo de estudo o historiador teria que estabelecer como ponto de partida o sentimento religioso, principalmente se falarmos de sociedades mais complexas, diferentemente daquelas que se constituíram no século XVI. As inquietações históricas e as pretensões metodológicas nesse estudo sobre as formas de descrença, estão apresentadas de maneira evidente na sua introdução;

“A essas fantasias de uma história medíocre, ditadas demasiado amiúde pelas questões pessoais de uns homens perdidos no detalhe infinito de substituir uma concepção mais verossilmente humana (o medo é próprio do homem, mas o é mais o triunfo sobre o medo) das concepções espirituais de um século heróico, obedece este livro. É a monografia de um homem, de Rabelais? Não, por grandioso que tenha sido esse homem. É a busca de um método, ou, mais exatamente, um exame crítico de uma série complexa de problemas históricos, psicológicos e metodológicos (...)”. (Febvre. 1993a. p. 12).

As conclusões de Lucien Febvre sobre o pensamento de Rabelais vão no caminho da negação dos estereótipos que lhe foram atribuídos por aqueles que se dedicaram ao estudo de sua obra motivados por razões anacrônicas. “Para Febvre, Rabelais era um cristão da espécie de Erasmo, um crítico de muitas das formas exteriores da Igreja da baixa Idade Média, mas um crente da religião interior”. (Burke. 1992. p. 40). Ele não podia ser um descrente no sentido que se emprega o termo no nosso século, pois contemporaneamente ele se encontra carregado de sentido e de sentimento intelectual, sinais dos efeitos do longo movimento de conversão de crenças religiosas à explicação filosófica. Enquanto isso, para Febvre o século XVI era o “século que queria acreditar”, era um momento da história europeia que se apresentava dominando pelo desejo de acreditar em algo, tendo os seus horizontes existenciais impressos na lógica da vivência religiosa. A verve cristã e crente de Rabelais não lhe era

impeditivo de, em se utilizando dos códigos culturais de seu tempo, insurgir-se através do riso e do escárnio contra as práticas sedimentadas pelas instituições religiosas, sem que a sua fé mais profunda viesse a ser abalada e muito menos a sua convicção no substrato divino da vida. Seguindo este raciocínio, Febvre aproveita para refutar a “história dos outros”, acusando-a de anacrônica e etnocêntrica e indicar aos seus leitores/alunos como deve o historiador se comportar diante das singularidades da história, pautando-lhe a escrita de maneira a comportar as minúcias das realidades históricas irreduzíveis.

“Rabelais foi um espírito livre para seu tempo. Que foi um homem de robusta inteligência, de vigoroso sentido comum e a margem dos preconceitos que circulavam ao seu redor, creio e desejo. Mas há que se somar: «para o seu tempo». Isto implica que entre sua liberdade de espírito e a nossa não é que exista uma diferença de grau, senão uma diferença de natureza, e que não há nada em comum exceto uma clara disposição mental, um certo temperamento ou um comportamento”. (Febvre. 1993. p. 318).

Por uma questão de método e diferentemente de Lutero, classificado como profeta, a singularidade de Rabelais será tratada a partir do conceito de precursor. Na verdade Febvre não chega a teorizar sobre esse conceito, nem mesmo aprofundar em termos de explicação os detalhes sobre a fenomenologia desses sujeitos e as condições de possibilidade de sua ocorrência na realidade histórica, remetendo o leitor para as qualidades superlativas do seu personagem escolhido, como se suas conclusões fossem fruto de uma inspiração intuitiva. Embora diga que o século XVI tenha sido um século de precursores, de homens que se apresentaram como individualidades criativas sem antecedentes, grandiosos em seu pensamento, ainda que não tenham conquistado a adesão do público de sua época, devido à incompreensão geral de suas propostas e os limites culturais de seus contemporâneos, é necessário que se pondere sobre as condições nas quais o livro foi escrito e se perceba como as atribuições da guerra podem ter influenciado seu pensamento. A angústia do auto-exílio,

posto que durante todo o período de ocupação nazista “passou a maior parte da guerra em sua casa de campo escrevendo artigos e livros sobre a Renascença Francesa e a Reforma” (Burke. 1991. p. 39), o retorno do amigo à luta e sua clandestinidade forçada pelo regime anti-semita do governo colaboracionista de Vichy, o distanciamento da equipe e a sobrecarga de trabalho nos *Annales* quase inteiramente escritos na solidão, as esperanças carreadas para a superação do conflito através do surgimento de um espírito forte que livrasse a França do vexame, talvez as decepções acumuladas em torno da *estranha derrota* francesa e o esforço incansável de troná-la integrante da modernidade européia, etc. Enfim, examinadas essas circunstâncias e para que não se diga que Febvre escreveu a história intelectual dos sujeitos supra-históricos, concorrendo para a consolidação de um tipo de história que se fundamenta em uma filosofia das individualidades e da personalização, a idéia de precursor parece ter uma função teórica semelhante ao do tipo ideal weberiano, assumindo o papel, portanto, de instrumento heurístico de checagem das virtualidades do real. Assim, o precursor seria um personagem singular, com uma capacidade excepcional de fazer sugestões que estariam fora do seu tempo. Rabelais seria então “um desses homens pouco numerosos que se mostram capazes de se adiantar um século a mais sobre os contemporâneos, de formular verdades somente recebidas como tais dali a cinquenta ou a cem anos mais tarde”(Febvre. 1993a. p. 244), que conseguiu, a par do instrumental psíquico disponível no seu tempo, identificar expectativas e elaborar sínteses que a muitos pareciam extravagâncias sem sentido.

Como já foi dito, deve-se levar em consideração o que Febvre pensa sobre as características da produção cultural e as maneiras pelas quais o historiador pode compreender sua dinâmica específica, no sentido da suas limitações a uma estrutura mental que a condiciona aos instrumentos simbólicos do seu contexto. Isto é, não se pode elaborar um saber que não possua no seu próprio tempo os apoios necessários para que ele se efetive. Idéias inusitadas podem até surgir uma vez ou outra, entretanto, não encontrando no contexto sociocultural os elementos de sustentação - a língua, os quadros conceituais, as referências existenciais, etc. -,

não se tornarão instrumentos de uma renovação no pensamento coletivo. No caldeirão da cultura se misturam vários ingredientes de origens diversas, alguns podem dar nascimento a pratos incomuns, eventualmente saborosos, muito embora as pessoas desta determinada época continuem orientando o seu gosto e a sua gula para as iguarias da culinária consensualmente aceita.

“Sem a explicitar nem a teorizar, Febvre sugere aqui uma leitura que postula, para uma dada época, a existência de «estruturas de pensamento» (o termo não usado por Febvre), comandadas elas próprias pelas evoluções socioeconômicas, que organizam as construções intelectuais como as produções artísticas, as práticas coletivas como os pensamentos filosóficos”.(Chartier. 1990. p. 35).

A dedicação intelectual de Lucien Febvre aos temas da Reforma em geral e à obra de **Rabelais**, em particular, possui uma importância fundamental para a caracterização de uma produção historiográfica que prima pela compreensão do sentido dos comportamentos e das representações coletivas do inconsciente. Isto representou uma contribuição individual à discussão sobre a necessidade de renovação da escrita da história no momento mesmo em que as obras iam sendo escritas, mas também pode ser considerada como uma referência obrigatória ao que se chama atualmente história das mentalidades. A vinculação de Febvre à história cultural, partindo de uma tomada de posição que privilegia os aspectos sociais das atividades simbólicas, sem sombra de dúvidas permitiu aos historiadores contemporâneos verticalizarem suas experiências nos estudos dos quadros mentais do passado.

“*Le problème de l'incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle: la religion de Rabelais* é uma das obras históricas mais fecundas publicadas neste século. Juntamente com o livro de Bloch, *Les Rois Thaumaturges*, e o artigo de Lefebvre sobre as multidões, inspirou a história das mentalidades coletivas, com a qual, a partir dos anos 60, tantos historiadores franceses se preocuparam. Da mesma maneira que tantos outros estudos de Febvre, este se origina de sua reação ao ponto de vista de outro historiador”. (Burke. 1992. p. 39-40).

Quanto aos aspectos mais específicos da obra sobre Rabelais em si mesma e das alterações de interesse e de pensamento teórico do autor no tratamento dos problemas e dos temas desenvolvidos, devem ser entendidas como mudanças “naturais” e necessárias pelas quais passam todos aqueles que se dedicam à reflexão intelectual. Não se poderia pensar no imobilismo das idéias ou em uma ortodoxia mantida em nome de batalhas vãs, nem mesmo para aqueles que entrincheiram em defesa princípios e valores em nome da integridade científica. Sendo assim, arriscando uma aproximação comparativa entre o **Lutero** e o **Rabelais**, tendo em vista identificar as variações ocorridas no modo de pensar de Febvre, observando, é claro, as especificidades de cada uma delas no que concerne aos problemas e ao contexto que lhes deram origem, poder-se-ia dizer que as suas convicções a respeito do condicionamento social das mentalidades se aprofundam.

“Em **Martin Lutero**, um destino, se estabelece a relação entre o indivíduo e o grupo, as relações complexas entre a ação individual e as influências coletivas, enquanto que n’**O Problema da descrença no século XVI...** não há mais dialética, nem interdependência e o indivíduo aparece somente como um expoente, um reflexo de sua época”. (Bianchi. 1996. p. 48).

No **Lutero**, o autor segue uma lógica que parece externa ao historiador e própria do conhecimento histórico, enfim, um estilo mais próximo do tradicional: a ordenação cronológica e a referência crítica constante aos documentos selecionados. No **Rabelais**, “o estilo ágil, nervoso, que vai continuamente do presente ao passado e do passado ao presente, sempre interrogando, se ainda ao relato vivido e sensível,, mas também à análise rigorosa do fato e do documento”. (Ib. p. 49). Aqui predomina o arbítrio do historiador, enquanto sujeito que lança interrogações ao passado através de uma metodologia que lhe garante autonomia diante do objeto. Ele se coloca problemas e problematiza o objeto de seu estudo, não permitindo que as ciladas do “suposto” conhecimento científico dado pelos fatos e confirmado pelos documentos, impeça-lhe de conduzir a interpretação histórica. “O livro de

Febvre permanece, contudo, exemplar pelas questões postas e pelos métodos empregados, mais do que pelas repostas oferecidas. É um exemplo notável da história como problema”.(Burke. 1992. p. 42). A partir desses problemas delineados encaminha sua pesquisa, não esquecendo-se de, constantemente, interrogar o conhecimento atual organizado sobre Rabelais e a própria maneira como se escreve e pensa a história, assim como sugerir as devidas inovações.

Nessa mesma linhagem de estudos, tem-se o **Amour Sacré Amour Profane. Autour de l'Heptaméron**, escrito dois anos depois do **Rabelais**, embora seguindo basicamente os mesmos procedimentos metodológicos nele utilizados. Permanecem as preocupações de Lucien Febvre com a história psicológica, buscando compreender as especificidades dos modos de pensar de épocas diferentes. O ponto de partida do estudo é uma constatação do nível precário de conhecimento que se tem sobre as experiências históricas do passado, motivado pelos equívocos cometidos pelos intelectuais em geral e pelos historiadores, em particular. Os erros provocados pelo anacronismo impediram uma compreensão mais aprofundada dos hábitos culturais. No caso específico de Marguerite, Lucien Febvre pretende resolver as ambigüidades do seu comportamento de mulher nobre, virtuosa, piedosa, cristã e escritora de contos mundanos e sem edificação. Tendo Marguerite uma conduta plena de contrastes, Lucien Febvre se propõe torná-los inteligíveis através de um estudo de psicologia coletiva, tomando por base as relações específicas entre a cultura católica hegemônica, o pensamento reformista desestabilizador e a sensibilidade intelectual de uma mulher culta.

“Marguerite d'Angoulême, duquesa d'Alençon, depois rainha de Navarra: após muitas biografias e monografias, esboços apressados e de pesquisas estimuladas, não hesitamos em dizer que ela continua sendo um dos mais irritantes enigmas de nosso século”. (Febvre. 1996. p. 15).

No entendimento de Lucien Febvre os estudos feitos sobre Marguerite, apresentam a inclinação para tomá-la como aos pedaços, sem se importarem com a unidade de suas práticas.

Como se não houvesse nada a questionar no fato de uma mesma pessoa tomar atitudes tão contraditórias entre si. Para se fazer uma história que busca compreender as motivações e a natureza das ações sujeitos, é preciso que se recomponha a totalidade do indivíduo no que diz respeito ao seu atos. É necessário que o historiador assuma um novo tipo de tratamento metodológico, que permita compreender os acontecimentos humanos, refazendo os sentimentos neles envolvidos.

“Na verdade, o que importa em debates semelhantes, é o sentimento do sujeito, o sentimento de Marguerite - e não nosso sentimento sobre Marguerite. Tudo a saber é se, quando ela escreveu o **Heptaméron**, a rainha de Navarra tinha consciência, ou não, de romper com suas atividades cristãs e de ser a dupla mulher - aquela que diz: « Sou eu, a crente, que fiz o **Miroir de l'âme pécheresse** e as **Prisões**. E é esta mundana, frívola e galante, que redigiu, a desobediente, o **Décaméron** do rei que se divertia....»”. (Ib. p. 18).

Esta obra serve especialmente para fortalecer a crítica febvriana a uma história do tipo, como ele mesmo diz, simplista, que reduz tudo a um jogo estéril de palavras baseado em anacronismos e aprisionando a vida e a sua riqueza de detalhes. Com o intuito de recuperar as experiências vividas pelos homens do passado na sua extensão, idéia fundante de seu projeto de história total, Febvre procura retratar o contexto sociocultural de seus personagens, ressaltando as diversas relações e condições que o fazem um todo de sentido para todos que nele estão inseridos. Entretanto, embora se perceba que este estudo se encontra marcado fortemente pelo detalhe psicológico, o **Marguerite** não deixa de prestar contas com a história social, tomando o conteúdo mental das práticas individuais, apenas mais um dos elementos a serem considerados na abordagem do historiador da cultura.

“(…) isso que aparece como um problema de psicologia individual (uma contradição entre a mulher e sua obra, ou uma fenda atravessando a vida e a obra) pode ser reconhecido como expressão superficial de um problema mais profundo. Lucien Febvre deu uma

demonstração-modelo da maneira de resolvê-lo fazendo apelo ao complexo formado pelos sentimentos individuais e coletivos, as condições materiais da vida , a estrutura social e o clima intelectual”. (Mann. 1971. p. 119).

Sendo assim, Lucien Febvre remete constantemente para os aspectos determinados dos comportamentos coletivos, recorrendo a análise dos conteúdos éticos e morais contidos nas atitudes de uma época. Portanto, retorna novamente a filiação febvriana à temática das relações entre o individual e os condicionamentos sociais do comportamento. Percebe-se com clareza o valor teórico da psicologia, cuja função é resgatar os elementos pessoais e singulares, enquanto que através do questionamento da moral, das tradições, dos costumes, dos hábitos da época, é permitido ao historiador captar as influências do coletivo. Dessa forma, Febvre vai, em diversas passagens, ratificando sua crítica a um tipo de história que não privilegia as manifestações de vida que a realidade contém, optando pelo esquematismo empobrecedor da narrativa tradicional, da história feita com cola e tesoura.

Da sua profunda e arrojada fonte crítica, a obra de Febvre apresenta basicamente três grandes coletâneas publicadas em momentos e circunstâncias distintas e que foram organizadas por ele mesmo com a esperança de reuni-las sob o título **Combats pour l'Histoire**. Contudo, antes que fosse possível concluir sua edição o autor veio a falecer. A tarefa de encaminhar o processo de publicação dos volumes complementares ficou ao encargo de Fernand Braudel, tendo sido editados sob os auspícios da École Pratique des Hautes Études. Desse modo, conclui-se que a organização final, bem como os títulos que lhes foram dados, são obra de discípulo fiel de Febvre: **Au coeur religieux du XVI<sup>e</sup> siècle** e **Pour une histoire à part entière**. Ainda em vida Febvre publicou apenas um volume, que acabou por assumir o título do próprio projeto. Nesse projeto deveria se reunir a maioria dos seus principais artigos que foram publicados nas diversas revistas para as quais escrevia. O valor

representativo dessas antologias é inegável, porquanto elas permitem aos estudiosos da obra febvriana adentrarem nos pormenores de uma obra vasta e complexa.

Convém ressaltar que através dessas coletâneas, o estudioso da historiografia de Febvre tem a oportunidade de se deparar com o que existe de mais característico em sua produção de historiador. Ainda mais se se considerar o fato de que essas obras foram organizadas e atualizadas pelo próprio autor, o que confere um verniz todo especial a um procedimento que em síntese pretende ser o retrato de sua auto-imagem. Contudo, verifica-se nesses trabalhos o domínio amplo que o autor apresenta sobre aquele modelo de escrita que veio a se constituir no ponto forte do estilo febvriano: o artigo. Dessa maneira, a relevância social de sua contribuição intelectual à ciências humanas do século XX, encontra-se manifesta através daquele tipo de texto que autor lhe atribui uma estratégia combativa explícita. Por meio dos escritos rápidos e concentrados em uma única questão, Febvre aprimorou sua capacidade crítica, ao mesmo tempo em que se definia como um dos intérpretes da crise da história e um dos autores de um projeto de sua superação, significando dizer que suas idéias serviam para uma atualização modernizante do conhecimento histórico. Sendo assim, essa modalidade de “literatura” de combate assume um papel de primeira ordem na obra febvriana. Como diz Guariba Netto, comentando a importância desse estilo dinâmico e contundente nas obras consagradas tanto de Febvre como de Bloch:

“(...) o sentido destes grandes escritos só se reveste inteiramente a partir de sua obra de crítica do conhecimento histórico. Sem exaurirmos estes textos menores, não conseguiremos cernar as estruturas de sua obras, nem mesmo chegarmos a compreender o sentido dos combates travados pela história”. (Guariba Netto. 1975. p. 20).

Neste sentido é que se deve esclarecer: invariavelmente preparados para uma das diversas revistas que compunha o quadro da sua colaboração escrita, freqüentemente antecedia aos livros e as suas idéias centrais ficavam como que germinando, até conquistarem

a plena maturidade e se tornarem uma longa exposição de argumentos e interpretação histórica. Evidentemente as responsabilidades assumidas por Febvre nas diversas entidades das quais fazia parte, especialmente nos *Annales* - onde acompanhava ou realizava um pouco de todas as tarefas de publicação - incrivelmente multiplicadas após o desaparecimento de Bloch, - impediam-no de construir amiúde as sínteses que esses textos potencializavam. Neles pode-se encontrar com mais clareza a verve do Febvre escritor, na medida em que emergem intempestivamente dessa escrita específica uma ebulição intensa de argumentos, assim como o irrompimento frenético de uma criatividade expositiva sem limites, a variedade intensa de idéias gerativas, a energia dos raciocínios e o fulgor das imagens constantes nas frases entrecortadas por interrogações e suspensas propositadamente por reticências cheias de sentido, malícia e ironia. A poética febvriana está dada em todas as suas nuances e com todas as implicações que um projeto historiográfico inovador pode acarretar a historiografia que lhe é contemporânea.

Provavelmente, o aspecto mais importante que se pode identificar nas idéias febvrianas expostas nos **Combates**, incluindo aí os dois outros volumes publicados *post-mortem*, seria aquele que expressam com nitidez a capacidade intelectual do seu autor em tratar de uma multiplicidade de temas, sugerindo um amplo conjunto de abordagens possíveis para os temas candentes daquele momento. Além disso, através dos temas que foram tratados e dos enfoques que foram escolhidos por Febvre nessa obra, é possível ao leitor atento vislumbrar um caminho a partir do qual se possa compilar um grande número de informações que deram sustentação lógica e teórica aos seu projeto historiográfico. Convém ressaltar mais uma vez, a sua relevância está dada pelo fato de ter sido uma antologia organizada pelo autor, manifestando para todos os efeitos, a sua intenção declarada de mostrar aos seus leitores como ele se via si mesmo. Diante disso, também deve-se considerar que, ao lados daqueles aspectos citados anteriormente, existem os artificios de autopromoção que dizem respeito ao

interesse pessoal de valorizar sua participação no processo de renovação do pensamento histórico.

“Lucien Febvre pinta um retrato de si mesmo que ilustra de maneira surpreendente a maneira a qual ele concebia o progresso científico. O verdadeiro sábio dispõe toda a sua energia não para servir aos seus próprios interesses, mas para defender sua causa (a história)”. (Noiriel. 1994.264).

Sendo isso verdadeiro, a sua importância é extraordinária porquanto anuncia não somente as idéias do historiador que pretende convencer a sua audiência, mas também a estratégia utilizada pelo indivíduo que se apresenta como portador do saber da história. Nesse sentido, o historiador encaminha sua obra e busca legitimidade para a sua causa, inserindo-se em um determinado movimento de inovação das idéias a propósito da dinâmica e da consistência do processo de constituição das ciências humanas. Por meio dessa antologia de textos selecionados por temáticas e à revelia das pressões cronológicas, interessa ao autor passar uma visão horizontalizada de sua performance intelectual e liberada dos imprevistos da dúvida e do equívoco. Diante disso, o discurso sem fraturas da coletânea assume o papel de síntese de um pensamento atualizado e refundado por meio da superação dos limites impostos pela historicidade do próprio debate intelectual que lhe deu origem.

“(…) todas as obras que se apresentam sob a forma de uma coletânea de artigos são o produto de um trabalho de reescritura, pelo simples fato que eles reúnem, em um mesmo espaço material, estudos publicados em lugares e tempos diferentes”. (Noiriel. 1996. p. 276).

Mesmo que os textos sejam preservados em seu formato inaugural, o que não é de modo nenhum o caso de Febvre, o simples fato de agrupá-los em um outro lugar que não seja o seu de origem, sugere uma operação que pretende estimular uma leitura diferente daquela que determinou o seu aparecimento. No caso de Lucien Febvre, esse sentimento parece patente, pois se poderia dizer que a sua motivação intelectual na coletânea estaria pautada em

perguntas do tipo: quem eu sou? No que eu acredito? O que eu critico? O que eu faço? O que os outros fazem? O que eu penso do que eu faço e como melhorá-lo?<sup>11</sup> Em uma palavra, um esquema que lhe permitisse asseverar a sua singularidade diante da tarefa de se lhe fazer uma biografia intelectual, rompendo, assim, com a solidão própria aos precursores invariavelmente incompreendidos e desprezados por seus contemporâneos.

“Portanto, sozinho na arena, fiz o melhor que o pude. Das coisas que fui capaz de dizer, ao longo de cinqüenta anos, algumas que pareciam audaciosas quando as formulei pela primeira vez, caíram no domínio comum. Outras continuam a ser postas em questão. A sorte do pioneiro é ilusória; ou a sua geração lhe dá quase logo razão e absorve num grande esforço colectivo o seu esforço isolado de investigador; ou ela lhe resiste e deixa à geração seguinte o encargo de fazer germinar a semente prematuramente lançada nos regos. Esta a razão por que o sucesso prolongado de certos livros surpreende o seu autor: é que eles não encontraram o seu verdadeiro público senão dez, quinze anos após a publicação, e quando lhes chegaram apoios de fora”. (Febvre. 1985. p. 9).

O **Combates pela história** reúne os textos relativos àquela parte do vasto campo de militância intelectual de Febvre, cuja principal virtude é a de está diretamente ligado ao esforço renovador da história enquanto disciplina e conseqüentemente ao interesse de redefinir, à luz de um novo entendimento do papel científico e da natureza epistemológica das ciências humanas, o ofício do historiador. Como foi dito, foram selecionados e organizados pelo próprio autor, provavelmente instado por seu editor da casa Armand Colin e pelos amigos admiradores em face de seu prestígio conquistado durante anos de atividade intelectual incessante, a reunir aquilo que ele vinha a considerar o que de mais expressivo havia em sua obra de combate. A isto ele mesmo explica:

---

<sup>11</sup>Ver as explicações de Febvre na nota de “advertência ao leitor”, nos *Combates*, bem como as considerações de Noiriél (1996. p. 276 e seguintes).

“(…) o título que escolhi lembrará o que sempre houve de militante na minha vida. Os meus combates, certamente que não: nunca me bati nem por mim nem contra este ou aquele, como pessoa. *Combates pela História*, sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida”. (Febvre. 1985. p. 7).

O livro está dividido em cinco seções, nas quais se apresentam os textos que foram publicados, em sua grande maioria, na revista dos *Annales* e nas demais, especialmente a *Revue de Synthèse Historique* que a partir do início da década de trinta passou a se chamar apenas *Revue de Synthèse*. Na primeira seção, intitulada “profissões de fé à partida” tem-se os textos referentes a aulas inaugurais, palestras e o manifesto dos *Annales* de 1946; na segunda, “Os por e contra”, contém artigos que estabelecem os parâmetros críticos de Febvre em relação à historiografia hegemônica de sua época; na terceira, “alianças e apoios”, os escritos que fazem a defesa da aproximação necessária entre a história e a lingüística e a psicologia, na perspectiva de uma história total das experiências da vida humana; na quarta, “olhares sobre o vizinho ou irmãos que se ignoram”, é composta de artigos que comentam o estágio das relações entre a história, a filosofia, a sociologia, a literatura, a história da arte e as ciências; na última seção, “vultos e lembranças”, tem-se um conjunto de homenagens e necrológios feitos aos amigos e companheiros de combate, bem como aos homens de ciência que se esforçaram em prol do conhecimento desinteressado.

Seguindo o mesmo princípio dos **Combates**, no **Coeur Religieux du XVI<sup>e</sup> siècle**, tem-se:

“(…) uma coletânea de artigos publicados em diversas revistas; ele seguiu os *Combats pour l'histoire*, publicados em 1953. Lucien Febvre preparou inteiramente o manuscrito, reunindo as peças diversas, corrigindo esta, rescrevendo aquela; ele organizou com seu cuidado habitual a ordem inteira do cortejo(…)”. (Braudel. Note Liminaire. 1983. p. 6).

Aqui toda a sutileza e refinamento do intelectual de formação eclética, demonstrada através da compulsão de arquivos e fontes variados. Provas do trabalho exaustivo e compenetrado de um historiador erudito e familiarizado com o tema da história religiosa do século XVI, tanto pela pesquisa incessante e a formação de cultura humanista alimentadas pelo “belo século”, como pela sensibilidade aguçada pelos problemas criados pela ordem espiritual de uma época de transformações profundas.

Os escritos que compõem este volume, tendo sido organizados em formato de livro, faz retornarem as discussões e consolidar as opiniões de Febvre sobre a vida e a obra de Lutero, Rabelais, Calvino, Erasmo, etc. Estabelecendo como temática central a Reforma Protestante na Europa, especificamente na França. As suas interpretações que já estavam expostas nas obras historiográficas, são novamente retomadas e condensadas de maneira a permitir que o leitor mais apressado tome contato com os resultados de suas teses a respeito da história do século XVI. O que há mais expressivo nesta coletânea, é a demonstração da capacidade quase ilimitada de Febvre de trabalhar simultaneamente com os recursos oferecidos pelas ciências humanas. Por meio desses artigos ele apresenta as características do seu projeto interdisciplinar, ao mesmo que oferece provas de como pode ser posto em prática.

“O historiador informado das diferentes ciências humanas, que recomendava que elas entrem doravante na bagagem do pesquisador a fim que se chegue a uma «história total», restituindo todos os dados de uma época. Ele intervém como filósofo, então com uma homenagem a Descartes, ou em um estudo comparado de Leibniz e Spinoza. Como epistemólogo, quando ele desmonta um artigo de Koyré consagrado ao exame da evolução das idéias científicas da Grécia antiga ao século XVII. Como etnólogo, quando ele aborda os problemas da feitiçaria. E ainda como teórico escrupuloso, quando na ocasião da crítica de uma obra histórica ele evoca e redefine suas próprias concepções da escritura da história e do trabalho do historiador”. (Chardaire. Apud Febvre. 1983. p. 1).

O livro foi organizado privilegiando os artigos de natureza mais claramente historiográficos, seguindo a percurso habitual de Febvre de principiar suas exposições convocando interlocutores para um debate. Essa talvez seja a característica mais expressiva de sua personalidade combativa: estabelecer sempre fronteiras que delimitem o seu tipo de história e o tipo praticado pelos outros. Uma dicotomia de natureza metodológica e por quê não dizer teórica, imposta por ele ao conjunto dos historiadores franceses desde sua aparição nas linhas da *Revue de Synthèse*. Uma classificação que visa definir posturas e hábitos intelectuais, na perspectiva do esquema “eles” e “nós”, a “nossa história” e a “história deles”. Enfim, a fundação de limites territoriais cuja finalidade é assinalar diferenças e determinar identidades distintas para uma variedade de práticas.

Ao produzir uma espécie de balanço bibliográfico do conhecimento acumulado pelos especialistas no século XVI, não deixa de estar construindo uma história da história do pensamento sistemático dos profissionais da pesquisa histórica e conseqüentemente atraindo para si o papel de estabelecer a discussão. Na primeira parte são colocados os “problemas de conjunto”, quando Febvre discute a “questão mal colocada” sobre a origem da Reforma francesa e as causas da Reforma em geral. Neste artigo Febvre se propõe fazer um estudo de história comparada, buscando estabelecer as semelhanças e as diferenças entre aquele movimento religioso na França e no restante dos países da Europa. Para isso ele vai retomar grande parte dos sábios que vivenciaram todas as tribulações inerentes aos momentos de alterações nos hábitos de vida, entre eles Lefèvre d’Etaples, considerado por muitos historiadores como o precursor da Reforma francesa, Guillaume Farel, et. Em síntese, um ensaio de feições arrojadas, no qual abundam as demonstrações de um conhecimento convicto e coerente metodologicamente.

Seguem os ensaios sobre o perfil histórico de Erasmo, quando Febvre discute com os principais estudos realizados sobre a vida e as características do pensamento daquele intelectual

controvertido. O historiador já tinha advertido: “Historicamente falando, Erasmo foi um vencido; Lutero e Inácio de Loyola, vencedores; é um fato”. (Febvre. 1993. p. 215). Talvez advenha deste fato, o interesse e a curiosidade de Febvre por este personagem tão marcante na história religiosa do século XVI. Aparecem em seguida os textos sobre a Reforma francesa, buscando sempre o clima intelectual e social para compreender a revolução mental que estava em trânsito naquele século. Acrescente-se, então, os dedicados ao pensamento filosófico e às práticas religiosas não oficiais e heréticas. Sempre à luz do que Febvre chamava de psicologia histórica, visando compreender as atitudes mentais no interior de uma determinada sociedade, observa-se o forte empenho em realizar uma análise em profundidade dos motivos e o sentido das opções humanas.

“É sobretudo a psicologia histórica(...) que sabe descobrir no seio da história econômica e social descontinuidades entre o século XVI e o nosso. Não é nada de surpreendente que, nos trabalhos consagrados a questões de psicologia histórica, a descontinuidade ocupe a primeira cena”. (Mann. 1971. p. 109).

É exatamente neste contexto de prática histórica que Lucien Febvre se estabelece como um intelectual diferente e audacioso no trato com as disciplinas vizinhas, naquilo em que elas podem contribuir para o conhecimento total da história. A singularidade dos problemas colocados à história acontecimento, fazia edificar uma história conhecimento portadora de intuições extremamente brilhantes, revelando uma sensibilidade especial para o diálogo com as fontes históricas e a produção historiográfica. A isso, poder-se-ia chamar de “o estilo de Febvre”, caso não se incorresse em uma simplificação da sua riqueza de elementos eruditos.

“Seu estilo: é com a familiaridade lógica dos banquetes platônicos, o brilho da imaginação da Renascença. Agrada-lhe estar no centro de tudo que é de qualidade. Ele gosta de tudo no qual floresce a qualidade”. (Morazé. 1957. p. 557).

Por último tem-se o **Pour une Histoire à part entière**, que seria no caso o terceiro tomo dos **Combates**, que devido à sua extensão foi dividido em livros, em um total de quatro. O primeiro é um balanço das conquistas realizadas pela geografia, disciplina tão considerada por Febvre quanto a história. Discutindo a própria “evolução” das temáticas e dos conceitos utilizados pelos geógrafos, Febvre começa compilando os textos que tratam das “noções gerais” do conhecimento geográfico. Como foi um “discípulo” de Vidal de la Blache, seus textos são peças de ratificação dos ideais de uma geografia humana que seja imune aos determinismos. Aqui são tratados as teses, os livros e as publicações técnicas da geografia nas suas diversas modalidades. Em seguida, no segundo livro aparecem as discussões sobre a história econômica, área do conhecimento histórico que estava, no início do século, dando os primeiros passos em direção ao seu reconhecimento intelectual. Para se ter uma idéia do pouco prestígio dispensado à jovem “disciplina”, até fins dos anos trinta praticamente só existia na França uma cadeira de história econômica, sendo ministrada na Sorbonne por Henri Hauser<sup>12</sup>, depois sucedido por Marc Bloch. Neste grupo de textos percebe-se a presença marcante de François Simiand<sup>13</sup>, como sendo a principal referência ao aporte da economia para a história, considerando-o como o intelectual que conseguiu transpor o limite das abstrações da teoria econômica e formular um conhecimento a partir de uma abordagem histórica do econômico. No terceiro livro são expostos os textos referentes aos temas sociais, onde são tratados assuntos tais como o problema dos impostos, o uso da terra, as genealogias,

---

<sup>12</sup> Henri Hauser (1866-1946). Considerado um dos líderes da história econômica francesa, foi *agrégé* de história em 1888 e doutor em letras em 1892, foi professor de história moderna e contemporânea em Dijon (1901-1919) e assume, em 1927, a primeira cadeira de história econômica na Sorbonne. Teve uma vida intelectual bastante ativa, participando e contribuindo em diversas revistas especializadas. Durante o regime de Vichy, perseguido pelas leis anti-semitas teve que se proteger em Montpellier.

<sup>13</sup> François Simiand (1873-1935). Integrante da geração de Febvre na *École Normale Supérieure*, onde foi aluno de Émile Durkheim e Lévy-Brühl. Doutor em direito, dedicou-se aos estudos de sociologia do trabalho, transformando-se em um dos pioneiros da história econômica e social francesa. Embora não tenha colaborado com os *Annales*, os fundadores da revista insistem em referir-se a ele com um dos responsáveis pela modernização das ciências sociais na França. A sua principal contribuição intelectual no que concerne à crítica historiográfica, foi o artigo *Méthode historique et science sociale*, publicado em 1903 na *Revue de Synthèse Historique* e reeditado em 1960 nos *Annales*, onde o autor questiona as idéias de Seignobos a respeito da relação entre história e ciências sociais (*La méthode historique appliquée aux sciences sociales* – 1901), denunciando “ídolos da tribo dos historiadores”: o ídolo político, individual e cronológico.

as “classes sociais”, etc. No quarto e último livro surge o tema abrangente “civilizações”, que na verdade agrupa os textos que se poderia classificar de história intelectual. São apresentados os artigos que refletiram sobre a problemática da língua como fonte para os estudos históricos; a importância dos elementos da vida material como suporte para a reconstrução do passado das sociedades; as contribuições do pensamento organizado para a compreensão do mundo cultural e a aparelhagem mental das épocas remotas e por fim, *last but not least*, a parte dedicada à história dos sentimentos, que na verdade aparecem como um conjunto de impressões e sugestões temáticas elaboradas por Febvre e que pode ser entendido como uma das manifestações do espírito experimental que animou a sua prática de historiador.

Curiosamente pode-se perceber que o esquema geral dessa obra, preparada e ultimada por Fernand Braudel, segue o mesmo raciocínio que dá sentido ao título da revista dos *Annales: Economia, Sociedade e Civilização*. Se é permitido fazer uma suposição, por quê não pensar que o herdeiro do patrimônio intelectual e institucional de Lucien Febvre, organizou seus textos escolhidos de maneira a fazer traduzi-los uma sincronia perfeita entre os ideais do “pai fundador” e o seu principal legado, qual seja, a revista que deu vida a um movimento historiográfico de repercussões internacionais. De qualquer maneira, confirmando-se ou não está suspeita a propósito de uma suposta demonstração de culto à personalidade, não muda realmente nada de importante no que concerne ao valor da obra em si mesma. Os textos que compõem essa obra se apresentam de forma consistente quanto ao conteúdo temático e lógico, livres, portanto, de interferências dessa natureza.

No campo do conhecimento interdisciplinar, aquele em que consta um acento preponderante sobre o saber de uma disciplina não-histórica, a obra de Lucien Febvre apresenta um clássico de importância inigualável: *La Terre et l'Évolution Humaine, Introduction Géographique à l'Histoire*. A relevância desse livro é tal que, provavelmente, Febvre tenha consolidado o seu prestígio de erudito através dele. Isso foi possível porque, basicamente dois

problemas cruciais à época foram tratados ao mesmo tempo. A questão do determinismo geográfico originário das reflexões ratzelianas a partir de seu projeto de antropogeografia, buscando superar a concepção majoritária da geografia como ciência natural, baseada nos estudos físicos da terra<sup>14</sup> e introduzi-la no âmbito das ciências humanas. Esta temática é de fato peculiar e estratégica, levando-se em conta as mudanças que estavam ocorrendo a nível do conhecimento científico, quando diversos saberes estavam passando por um momento de revisão dos seus fundamentos teóricos e epistemológicos. Igualmente por suas implicações políticas e ideológicas, naquele momento de auge do expansionismo colonial europeu. Neste sentido, Febvre assume uma posição de engajamento ousado no contexto das grandes discussões sobre a natureza e as possibilidades do conhecimento científico, independente de sua filiação disciplinar e do externo ao cenário acadêmico francês. Sem dúvida uma atitude arrojada e corajosa, mesmo para um pensador que contava na época da publicação quarenta e quatro anos e acumulava uma experiência de docente universitário de pelo menos dez anos. Entretanto o que mais chama a atenção e está diretamente ligado ao propósito deste trabalho, é que através desta obra Febvre apresenta de maneira ordenada a sua compreensão epistemológica da interdependência desses saberes e sua proposta metodológica de aproximação para trabalhos conjuntos entre a história e a geografia. Essa tomada de posição representou um primeiro passo em direção à consagração do seu empreendimento interdisciplinar.

*La Terre et l'Évolution Humaine* foi uma das diversas contribuições de Febvre para o empreendimento interdisciplinar de Henri Berr, tendo sido publicado em 1922 pela coleção da *Bibliothèque de Synthèse Historique* sob o título *L'Évolution de l'Humanité*. Atendendo, portanto, a uma exigência de sistematização dos objetivos daquele grupo de intelectuais que visavam a síntese das ciências humanas. Uma coleção cujo sentido era deixar transparecer de maneira

---

<sup>14</sup> Conferir HARTSHORNE, Richard. Propósitos e Natureza da Geografia e QUAINI, Massimo. A Construção da Geografia Humana.

absolutamente clara, o espírito de investigação e o sentimento experimentalista que movia e dava vida ao ideário de Berr, enquanto um projeto que visava discutir sem limites as condições de possibilidade da unidade do pensamento e da prática científica.

“O projeto de Henri Berr consiste em introduzir e consolidar a história no rol das ciências, formulando para isto uma teoria da história calcada na síntese (...) ele pretende explicar o modo pelo qual a história possui uma lógica bastante pertinente às ciências”. (Schiavinatto. 1993. p. 109).

Esta coleção serviu, de modo particular como veículo de divulgação dos trabalhos realizados por aqueles intelectuais que de certa forma não tinham ainda conquistado um espaço no tão concorrido cenário cultural francês do início do século XX, seja em função da juventude de muitos, seja pela circunstância marginal de alguns em relação à academia. Enfim, a *Évolution de l'Humanité* foi na verdade, como diz Lucien Febvre na sua homenagem a Henri Berr, um elã que proporcionou o debate de idéias e fomentou a reflexão sem preconceitos.

“O elã, foi ele que lhe animou todas as suas empresas. Foi ele que lhe deu seu relevo, conferiu sua virtude. Existem coleções de livros nas editoras de Paris. Existe somente uma *Évolution de l'humanité*: a gloriosa *Évolution*, que já fez nascer, no meio de sessenta volumes proveitosos e benéficos, uma dúzia de livros sem igual; a gloriosa *Évolution* que, ela sozinha, compensou tantas fragilidades, desamparo, de descrédito de um país obstinado a se demolir a si mesmo; a gloriosa *Évolution* que se encontra em qualquer lugar nas bibliotecas do mundo – e porta altivamente as cores da França. (Febvre. 1995. p. 340).

Portanto, um livro por “encomenda” que se transformou, tanto em uma espécie de paradigma dos estudos sobre a interdisciplinaridade, como uma das principais obras demonstrativas da capacidade intelectual de Lucien Febvre. O apelo febvriano a uma geografia livre dos determinismos tão comuns nas últimas décadas do século XIX e ainda nas primeiras do século seguinte, é estrategicamente muito importante para que se esclareça o conteúdo e a

natureza de suas opções científicas e intelectuais. Febvre não quer ser um racionalista do tipo político, embora continue mantendo os ideais de uma história racionalista, isto é, aquela história que busca ver o esforço individual, consciente, voluntário e inteligente do homem para dominar a natureza e a história, mas não aceita plenamente os ideais da história romântica baseada no espírito do povo, para o qual a geografia serve apenas como um elemento de determinação do seu caráter e não algo elaborado pelo próprio homem através de sua ação no tempo. Em síntese, Febvre busca através desse livro elaborar uma proposta que seja o *juste milieu* entre as ofensivas excludentes da sociologia durkheimiana, para quem a contribuição da geografia na análise social é em pouco relevante, e os excessos deterministas produzidos pela antropogeografia de Ratzel.

“É preciso considerar também que esse volume, um dos primeiros da coleção, queria servir de introdução aos leitores (e aos autores designados) dos volumes projetados, fornecer-lhes algumas hipóteses e despertar seus espírito crítico”. (Mann. 1971. p. 80).

No primeiro capítulo Febvre resume toda a problemática constante no debate sobre a natureza do conhecimento geográfico, tendo como principal ponto de partida as idéias de Ratzel de antropogeografia e as sua repercussão na sociologia dando origem a uma proposta disciplinar chamada morfologia social. Temas estes abordados na perspectiva da aproximação indispensável da história com a geografia, pensando sempre na possibilidade de se construir um conhecimento das relações entre o meio geográfico e as sociedades no tempo. Contudo, esta “introdução geográfica à história” não se limita a demonstrar o parentesco de objetos e de métodos entre essas duas disciplinas. Verifica-se, pois, a presença contundente dos idéias mais amplos de Febvre no que concerne, por exemplo à psicologia coletiva, como elemento de justificativa da autonomia do ser humano em relação ao seu potencial de escolhas.

No segundo capítulo, observa-se uma certa contemporização com a geografia física, na verdade em nenhum momento descartada ou diminuída pelo autor, chamada a prestar sua

colaboração aos estudos históricos. Dadas as características da pesquisa e as circunstâncias nas quais os estudos geográficos se realizam, a geografia física assume um papel fundamental na explicação histórica. Convém lembrar a importância dada inicialmente por Febvre às monografias regionais e posteriormente aos estudos chamados na era Braudel de geo-história, o que se pode comprovar o enorme sucesso do livro “La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l’Époque de Philippe II”, quando se sabe que o seu personagem central é o mar. Em uma palavra, a geografia física e os fenômenos naturais devem ser sempre tomados como elementos imprescindíveis para a pesquisa, desde que livres de quaisquer determinismos.

Na terceira parte do livro, Febvre apresenta uma aproximação da geografia com a sociologia através da discussão dos gêneros de vida, temática supervalorizada no pensamento durkheimiano. Reforça aqui as suas idéias “possibilistas”, rebatendo as concepções deterministas das influências do meio sobre as formas organizacionais das sociedades humanas. Para isso faz desfilar um *corpus* de informações que permite pensar os fenômenos associativos, diante de evidências geográficas tais como as planícies, os planaltos, as montanhas, as ilhas, o deserto, etc. Tem-se neste capítulo um conjunto de reflexões que retomam as bases do pensamento antropológico em vigor na passagem do século, especialmente as teorias dos estágios relativos às formas evolutivas das sociedades humanas. A caça, a pesca, a domesticação de animais, o sedentarismo, a família, o estado, etc., temas que povoaram as cabeças de uma infinidade de pensadores, inclusive dando origem à obra clássica do marxismo “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels. Por intermédio de Febvre, pode-se visualizar a dimensão dos debates de *fin de siècle* sobre as origens da sociedade, marcados de forma contundente pelas influências do evolucionismo e do darwinismo no pensamento social. Antes de qualquer coisa o *La Terre* é um depoimento arrojado a propósito dos temas e das preocupações intelectuais de uma época marcada pelas influências da política colonial no campo do conhecimento social, manifestando-se através dos discursos racista e da teoria natural da civilização. A sua riqueza está naquilo que revela sobre

os aspectos constitutivos do universo mental dos cientistas sociais daquele período, seguido por sua capacidade de resolver os problemas que o pensamento geográfico propõe. Pensamento este que se configurava como sendo a vanguarda do movimento de renovação das ciências humanas, procurando flexibilizar suas verdades e arejar suas relações internas<sup>15</sup>.

No último capítulo “Agrupamentos políticos e agrupamentos humanos”, a preocupação de Febvre recai sobre a temática dos Estados nacionais através do estudo de suas origens em termos da formação do território. Nesta parte do livro é discutida a questão das fronteiras, abordadas à época com a tendência de privilegiar o seu aspecto natural. À luz do pensamento febvriano, a temática da natureza extra-geográfica das fronteiras vai assumindo uma importância fundamental, porquanto permitiu relativizar “direitos políticos” internacionais, bem como humanizar os limites regionais e nacionais. Acrescente-se as reflexões extremamente interessantes sobre as estradas, por exemplo aquelas que se formaram de acordo com as “necessidades” comerciais, religiosas ou intelectuais, bem como sobre as cidades quanto às suas origens e crescimento, negando-se a aceitar as teses que privilegiavam os fatores físicos como determinantes de sua localização.

Embora listado entre as obras do grupo histórico, o **L'Europe**, título dado à publicação do curso ministrado por Febvre no Colégio de França durante o período da Segunda Guerra mundial, deve se destacado para junto daquelas de natureza interdisciplinar, na medida em que ela pode ser considerada como um aprofundamento do paradigma geográfico no pensamento histórico febvriano. Isto porque, nestas lições Febvre busca identificar as origens históricas da Europa, seguindo as linhas formadoras da sua identidade cultural, partindo desde a Grécia antiga e chegando até os tempos de Hitler, por meio de uma

---

<sup>15</sup> A respeito da situação atual da geografia Jacques Le Goff diz: “A crise atual da geografia também acarretou um afrouxamento nas relações entre a história e a geografia, de que já vimos o papel essencial que representou no pensamento de Marc Bloch, de Lucien Febvre e de Fernand Braudel e nos ‘Annales’ até um período recente. Porém as premissas de um renascimento de geografia, a partir de uma nova problemática do espaço e de uma melhor integração da duração - portanto da história - no estudo dos fenômenos espaciais permitem esperar uma renovação promissora das relações entre as duas ciências”. (Le Goff. 1998. p. 47)

abordagem que supera a simples divisão do mundo em continentes. Ele elabora, então, uma interpretação do mundo europeu, abandonando a divisão clássica que privilegia os aspectos político-administrativos da vida dos Estados nacionais, substituindo-a por uma compreensão cultural do expansionismo europeu e de suas marcas nas tradições dos povos que se localizam para além das fronteiras artificiais do embate dos interesses nacionais. Utilizando-se dos princípios teóricos da geografia humana Febvre reconstitui a identidade européia, ressaltando seus valores culturais, políticos, religiosos, etc., posicionando de maneira crítica e inteiramente antideterminista em relação à teoria das fronteiras naturais e confirmando a tese dos condicionamentos simbólicos da territorialização do espaço e da geografização do tempo histórico.

Considerando estas obras escolhidas como representativas do tipo de engajamento renovador assumido por Lucien Febvre, pode-se reconstruir a trajetória do seu pensamento seguindo de perto as inflexões que o tempo e as novas experiências acabaram por imprimir às suas idéias. É sem dúvida um cabedal de provocações à curiosidade do estudioso da obra febvriana, que permite e sugere um repensar constante sobre as práticas historiográficas. Um patrimônio e uma herança intelectual para todos aqueles que acreditam na vivacidade da história como conhecimento construído a partir da problematização da realidade dos acontecimentos e do próprio discurso elaborado sobre ela. Evidentemente, se cada uma delas for tomada em separado, ver-se-á que possui uma identidade própria constituída por sua temática, sua produção e sua repercussão no meio intelectual. Contudo, dadas as suas características intrínsecas, é possível entendê-las como elementos de uma mesma unidade de sentido, isto é, como partes integrantes de um projeto historiográfico, cujo objetivo principal é viabilizar um discurso histórico sobre a produção do conhecimento histórico. Além disso, observa-se que de igual importância na obra de Lucien Febvre, é a sua tentativa de imprimir ao conhecimento elaborado pelos historiadores, uma elemento de conteúdo que venha a ser, no mínimo, a busca por respostas aos anseios e às provocações do mundo que os cercam.

## 4.2 – O Pensamento Científico de Lucien Febvre.

O pensamento científico do início do século XX ainda conserva praticamente todos os valores e princípios do modelo científico do século anterior, principalmente no que concerne aos aspectos da busca da objetividade e da neutralidade do sujeito do conhecimento. O padrão de referências epistemológicas é, portanto, aquele elaborado pelas ciências naturais, segundo o qual, o conhecimento científico deve ser formulado tendo em vista as condições de possibilidade de sua generalização e da disposição de leis gerais. Esses requisitos gnosiológicos acabam por construir uma mentalidade científica que, invariavelmente ultrapassa os limites do conhecimento desinteressado e se legitima socialmente através da valorização de determinados campos do saber, especialmente aqueles vinculados às chamadas ciências aplicadas à tecnologia. Os efeitos dessa realidade se manifestam na determinação de uma tipologia caracterizada pela rigidez teórico-metodológica das ciências, pela especialização crescente dos profissionais e pelo distanciamento constante entre as disciplinas. No plano das representações sociais, pode-se verificar a consolidação de um sentimento de extrema esperança nos poderes irrestritos da ciência.

“Quem melhor encarnou e sintetizou a confiança irrestrita na ciência e no cientificismo daí decorrente foi Auguste Comte e sua filosofia positiva. Substituindo o determinismo histórico pelo científico, Comte foi o contraponto da escatologia hegeliana. Num e noutro, porém, a certeza de que estava reservada para o homem a felicidade de viver numa nova sociedade. Fosse esta a resultante histórica da concretização, ao nível da realidade histórica, das idéias de liberdade, de justiça; fosse ela uma conquista do espírito científico, capaz, por si só, pelo manejo racional das rédeas da causalidade,

de conseguir para o novo homem, de uma maneira científica, uma nova sociedade de abundância e felicidade”. (Odalía. 1994. p. 9).

Nesse contexto, o positivismo de Augusto Comte foi sem dúvida uma das filosofias mais profícuas em termos da elaboração de um discurso explicativo da origem e da vida das ciências, considerando-se como síntese dessa idéia a argumentação contida na lei dos três estados da evolução da inteligência humana e o seu desdobramento na definição dos estágios do progresso teórico do conhecimento humano<sup>16</sup>. O etapismo que fundamenta o esquema comtiano do desenvolvimento intelectual da humanidade, institui ao mesmo tempo uma prática e uma crença nas possibilidades inumeráveis da ciência positiva, prescrevendo o caminho “natural” e irreduzível pelo qual devem passar todas as formas de saber. Diante desse destino inexorável, pode ocorrer que alguns projetos de conhecimento não consigam completar todo o percurso necessário até a sua constituição em ciência, perdendo grande parte de sua força original e sucumbido diante das exigências da racionalidade científica. Entretanto, acontece que diante das dificuldades inerentes ao ingresso no estado positivo, algumas formas de conhecimento sobrevivem parcialmente até o momento a partir do qual, juntamente com outros saberes sobreviventes, possam formar um novo empreendimento científico. Em uma palavra, com o positivismo as representações coletivas sobre a origem, o desenvolvimento e a plenitude racional das ciências, assumem um caráter dogmático e otimista em relação às potencialidades do conhecimento humano.

“Conforme essa doutrina fundamental, quaisquer de nossas especulações estão inevitavelmente sujeitas, quer no indivíduo, quer

---

<sup>16</sup>Comte acreditava que a história poderia vir a ser uma ciência, sendo necessário para isso a investigação e a elaboração de leis sobre o desenvolvimento social, criando condições para a previsibilidade do futuro. Através do método histórico, condicionado à teoria do progresso, poder-se-ia, ao mesmo tempo, estudar as continuidades e o movimento de evolução da história. Augusto Comte “não é um historiador propriamente dito, senão, em realidade, um matemático que não tinha nenhuma formação histórica. Ao anunciar a pretensão de determinar as leis que regem a existência e o movimento das sociedades, pretendia realizar o que Voltaire, Montesquieu e Condorcet não haviam mais que vislumbrado; eles haviam também tentado descobrir as sociedades de forma que se pudesse compreender o modo em que viviam e se transformavam, mas não formularam sistema algum, nem períodos rigorosamente dependentes uns dos outros, nem nenhuma lei”. (Lefebvre. 1977. p. 239).

na espécie, a passar sucessivamente por três estados teóricos diferentes, que as denominações habituais de teológico, metafísico e positivo poderão aqui qualificar suficientemente, ao menos para aqueles que tenham bem compreendido o verdadeiro sentido geral”. (Comte. 1983. p. 43-44).

Dessa maneira, no século XIX o cientificismo tornou-se uma espécie de discurso exacerbado das convicções positivistas, alimentado pelo prestígio dos conhecimentos práticos e pelas conseqüências auspiciosas da instrumentalização da natureza e da vida social. Por conseguinte, observa-se a consolidação no imaginário coletivo dos valores antropocêntricos e racionais, na medida em que através dele se fortalecia a fé no progresso e na razão demiúrgica do futuro no presente. Os desdobramentos dessa “ideologia da intelectualidade” no seio das ciências humanas acarretaram uma penosa busca pela legitimidade científica, tomando como referências as próprias determinações do modelo das ciências naturais, obrigando aqueles saberes a realizarem um esforço considerável na sua adequação aos requisitos da cientificidade. Como se sabe essas tentativas não chegaram a lograr plenamente resultados positivos, porquanto as dificuldades de se estabelecer para as ciências humanas uma metodologia que se limita à descrição e à medição dos fenômenos humanos. No plano específico do pensamento historiográfico verifica-se a consagração do modelo da história política que, de acordo com o entendimento de seus propugnadores, em sendo produzida a partir de fontes seguras – os documentos escritos e oficiais, documentos elaborados pelo Estado – ofereceria em um conhecimento objetivo, imparcial e verdadeiro dos fatos da vida do Estado e das ações dos seus representantes.

“Os historiadores críticos do fim do século passado, cujo interesse e enquadramento mental eram a formação dos Estados-Nações e as rivalidades internacionais antes da Guerra de 1914, esses historiadores, que não queriam ser de nenhum tempo nem de nenhum país e pretendiam fazer uma História erudita e crítica,

fizeram, na realidade, uma História muito profundamente marcada pelo nascimento dos Estados-Nações”. (Nora. 1991. p. 50)

A convicção dos chamados historiadores metódicos a propósito da conquista do estatuto científico e da identidade da disciplina histórica construída a partir da sua adesão à exclusividade temática, acabou por propiciar a emergência de um movimento de recusa às limitações impostas pelo programa da “história ciência”. Esse movimento redundou em uma série de críticas originárias de diversos campos do conhecimento, tanto da filosofia, com as idéias extremas e antagônicas de Dilthey e de Nietzsche, da sociologia durkheimiana com a censura elaborada por François Simiand, como da própria história através da formulação do projeto historiográfico nascido das experiências intelectuais de Lucien Febvre e Marc Bloch, tendo na revista dos *Annales* o seu núcleo sistematizador e o seu instrumento de confronto com a história tradicional. Em síntese, cada um ao seu modo, estes intelectuais denunciavam a esterilidade da proposta metódica, considerando a sua impossibilidade científica no sentido do método objetivante. A especificidade da história enquanto ciência da cultura e da compreensão do sentido das ações humanas, não se coadunava, pois, com a estreiteza descritiva e elitista das peripécias dos personagens singulares no tempo, com a falta de ambição diante da rigidez das compartimentações disciplinares e nem com contentamento indolente diante espaço restrito de desenvolvimento temático imposto pela política ao historiador. Apesar desses julgamentos cheios de reprovações, a história política era, sem dúvida, hegemônica dentre as demais correntes historiográficas e extremamente valorizada socialmente por suas relações com a cultura francesa do século XIX, manifestando-se através do seu relacionamento íntimo com o Estado nacional ao se aproveitar da conjuntura propícia à disseminação do sentimento nacionalista após a derrota de 1870, bem como atribuindo legitimidade às incursões da França na corrida neocolonial.

“Ora em 1892 a História, tal como então era concebida, tinha jogado e ganho a partida. Estava nos liceus povoados de agregados de

História, nas Universidades providas de cadeiras de História, nas escolas especiais reservadas ao seu culto. Transbordava daí para as direcções de ensino, as reitorias, todos os grandes postos da Instrução Pública. Orgulhosa e poderosa no temporal, mostrava-se, no espiritual, segura de si - mas um pouco sonolenta”. (Febvre. 1985. p. 16).

Lucien Febvre viverá o auge das discussões sobre as potencialidades da ciência e das mudanças estruturais provocadas pela aliança entre a ciência e as forças produtivas, ensejando o mundo urbano industrial e suas demandas intelectuais. Do ponto de vista da constituição da disciplina histórica, Febvre será testemunha dos esforços realizados pela geração historiadores pioneiros da história erudita na França, inclusive, tendo a oportunidade de viver grande parte de sua formação acadêmica com esses intelectuais proeminentes. Portanto, nascido no momento mesmo em que se desenrolava a grande batalha pela adoção de critérios científicos para o trabalho do historiador, de fato, dois anos depois da publicação do primeiro número da *Revue Historique* de Gabriel Monod (1876), acompanhará todos os desdobramentos desse empreendimento, colaborando para desmistificação de grande parte dos valores científicos defendidos pelos grandes mestres da historiografia metódica e da epistemologia subjacente ao pensamento sociológico durkheimiano.

“Uns acreditaram ser possível, na verdade, instituir uma ciência da evolução humana, que se conformasse a esse ideal de alguma maneira pancientífico, e fizeram quanto puderam para instaurá-la: podendo, aliás, tomar o partido de deixar finalmente fora do alcance desse conhecimento dos homens muitas realidades humaníssimas, mas que lhes pareciam desesperadamente rebeldes a um saber racional. Esse resíduo era o que denominavam, desdenhosamente, o evento; era também uma boa parte da vida mais intimamente individual. Tal foi, em suma, a posição da escola sociológica fundada por Durkheim”. (...) Outros investigadores tomaram, entretanto, pela mesma altura, uma atitude muito diferente. Não conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico,

particularmente preocupados,, ainda por cima, em virtude da sua educação de origem, com as dificuldades, as dúvidas, as revisões freqüentes da crítica do documento, foram buscar a essas verificações, antes de mais, uma lição de humildade desiludida. A disciplina a que dedicavam os seus talentos não lhes pareceu, ao fim de contas, capaz nem, no presente, de conclusões seguras, nem, no futuro, de boas perspectivas de progresso. (...) Chamaram-lhes, às vezes, «historiadores historizantes»: alcunha injuriosa para a nossa corporação, pois parece reduzir a essência da história à negação das suas possibilidades(...)”. (Bloch. S/d. p. 20-21).

A princípio, no início de sua carreira de intelectual, logo após sua saída da Escola Normal e o período de preparação da tese de doutoramento, Lucien Febvre compartilhará dos princípios teóricos defendidos por Henri Berr. Seus pontos de vista coincidirão no que diz respeito a noção da unidade da ciência, embora de uma “unidade que não é das noções adquiridas, mas nos métodos e no espírito que dirige e liga. Em uma atitude comum de todos os sábios, qualquer que seja sua especialidade, diante de seus objetos particulares de estudo”.(Febvre. 1955d. p. 306). Da sua aproximação com o Centro de Síntese, surgirão suas primeiras contribuições para o debate sobre a necessária colaboração entre as ciências humanas, pois, somente através desse envolvimento interdisciplinar a história, assim como as demais disciplinas, poderia conquistar sua maturidade como o conhecimento legítimo da vida do homem. Esse tipo de pensamento objetiva construir para a história um caminho metodológico que a conduz a produzir sínteses, tendo em vista a elaboração de uma história total. O ideal pancientífico de Berr, portanto, aparecia naquele momento, para Febvre, como uma possibilidade de proceder de maneira segura e objetiva a apreensão do passado como totalidade histórica, sem cair nas armadilhas das “abstrações” próprias da filosofia da história.

“Por aí tornar-se-á sensível a todos a unidade do espírito humano, a unidade da inquietação humana perante o desconhecido: essa unidade que mascara o pulular das pequenas disciplinas ciosas de sua autonomia e que se aproximam desesperadamente, também elas,

de uma *autarquia* tão vã e funesta no domínio intelectual, como no domínio econômico. Façamos, uns e outros, quando houver ocasião, Tratados e Manuais de nossas ciências respectivas: é uma necessidade prática. Mas não terão valor *humano* senão animados do largo espírito de *unidade científica*(...)”. (Febvre. 1985. p. 108).

Além do mais, na companhia de Berr foi-lhe possível construir e sedimentar as bases para a sua teoria da ciência, na medida em que avançavam as suas reflexões e os combates sobre a relação de interdependência entre todas os ramos do conhecimento, contrariando os dogmas da tradição que sustentam a natureza imanente do saber científico. Daí foram surgindo os ingredientes para a sua tese sobre os condicionamentos sociais do conhecimento científico, segundo a qual o saber é o resultado das múltiplas influências que se dão de forma ininterrupta entre o meio e o pensamento sistemático. As idéias febvrianas sobre a origem social da ciência, de certa forma, assemelha-se à opinião que defende a proposição do conhecimento como invenção social, cujas raízes remontam a Nietzsche, Bachelard e deságuam em Foucault, embora não chegue a elaborar uma argumentação de modo a fundamentá-la através da formulação de uma teoria do poder. Isto é, Febvre não discorre sobre os conflitos e as lutas que, segundo aqueles autores, estariam por trás das formas hegemônicas de saber e seus respectivos sistemas de verdade, embora reconheça com suficiente clareza o seu substrato social e a sua conseqüente determinação temporal.

“A ciência não se separa do meio social no qual ela se elabora. Ela suporta a pressão das contingências múltiplas que pesam sobre o seu desenvolvimento. Sua história – longe de figurar um passeio moroso em um conservatório de teorias mortas e de explicações caducas – constitui, ao contrário, um capítulo bem vivo da história geral do pensamento humano. Digamos que ela e o mais fiel dos instrumentos de medida que permitem apreciar os avanços e os recuos, as patinações e os entusiasmos repentinos do pensamento construtivo das gerações”. (Febvre. 1955d. p. 306).

Quando Febvre pensa na constituição de um novo espírito científico, não considera que seja possível às ciências humanas realizarem sua revolução como a fizeram as ciências naturais, mas como a possibilidade do trabalho de equipe que pode fornecer sínteses cada vez mais próximas da realidade social. É necessário ressaltar este aspecto, tendo em vista as relações de sua proximidade com o pensamento de Henri Berr, defensor de um ideal científico que reconduz todas as ciências ao seio de um único procedimento de saber. Dessa forma se estabelece a diferença entre as idéias de síntese e a de síntese histórica, tão importantes para o ideário científico de um e de outro.

“Com Henri Berr, a história torna-se um estudo sistemático e experimental ao conjugar erudição, intuição e análise e ao buscar localizar a síntese do fenômeno enfocado, ou seja, a ação recíproca das causas e de seu modo de arranjo, produzindo aí uma verdade”.  
(Schiavinatto. 1993. p. 111).

Apesar das semelhanças e mútuas influências entre Febvre e Berr, é preciso dizer que não há uma concordância absoluta entre eles, pois não se pode confundir a admiração do primeiro pelo segundo, que é própria do reconhecimento de sua importância como intelectual e, principalmente, como ativista cultural, com uma aceitação plena de sua idéias. Assim, Febvre dele discordará quanto ao sentido e à possibilidade de se efetuar a síntese científica, transigindo no que respeita à noção de síntese histórica. Nesse ponto de crucial de divergência, Febvre não aceita a idéia de síntese como base de um projeto pancientífico, no qual todas as ciências se reuniriam em prol da Ciência unificada.

“Febvre não partilhará plenamente o ideal de Henri Berr instituindo, sob o nome de síntese histórica, a história como ciência das ciências, podendo somente aceder ao estatuto de “ciência plenipotenciária” capaz de se ligar progressivamente o conjunto das disciplinas dedicadas à descrição das organizações sociais. O essencial é que Berr tentou, sua vida inteira, inscrever dentro de instituições novas, os corolários de uma tal visão: a necessária

descompartimentação das disciplinas, a integração de domínios até então fechados sobre eles mesmos, a exigência de uma história total e explicativa. Sobre esta base, que situava a história à uma igual distância da erudição positiva e da filosofia da história à moda alemã, uma colaboração durável poderia se estabelecer entre ele e Lucien Febvre”. (Chartier e Revel. 1979. p. 432).

Posteriormente, sob o impacto da teoria da relatividade e seu efeito desestabilizador sobre as convicções científicas de longa data arraigadas na mentalidade dos cientistas, o ceticismo de Febvre vai encontrar os motivos e os meios para dispor suas críticas aos limites do pensamento científico de origem newtoniana e do pensamento histórico orientado pela pretensão científica positivista. As idéias de ordem, de unicidade dos procedimentos de observação, de homogeneidade do real e todas as noções que definiam a realidade material a partir do conhecimento humanístico, foram aos poucos sendo substituídos por uma visão mais ampla do conhecimento científico e de suas formas de elaboração, segundo o entendimento de Febvre, foram de fato chacoalhadas e desestruturadas pela contribuição singular da física de Einstein. À sombra da contribuição revolucionária da física, a ciência contemporânea empreendeu a substituição de diversas concepções que sustentaram a teoria do conhecimento tradicional, instituindo uma modalidade de pensamento que se firma na relação construtiva entre o que é relativo e o que é descontínuo.

“Notemos que nada escapou. Nem a concepção do facto científico, nem a concepção da lei científica, nem a do Acaso. Nem, no total e em conjunto, a própria concepção das ciências e da Ciência. Ciências tais como Augusto Comte as apresentara, hierarquizadas numa classificação cujo duplo vício aparecia bruscamente: consistia, por um lado, em desconhecer a unidade profunda do trabalho científico e, por outro, em transformar abusivamente o estado de facto em estado de direito; consistia, por exemplo, em colocar no topo das ciências uma geometria e uma mecânica orgulhosas, que se compraziam na imagem da sua perfeição e propunham as suas leis às

outras ciências – as suas leis de verdade, as suas leis abstractas, absolutas, universais e necessárias, como outros tantos modelos e, por assim, dizer, como o ideal. (Febvre. 1985. p. 38).

Sem abdicar da noção de cientificidade, embora considere a história como um tipo de saber originalmente relacionado com a arte e com a literatura, Lucien Febvre vai se aliar àqueles que acreditavam na possibilidade de se construir o conhecimento histórico sobre bases objetivas e seguras do ponto de vista epistemológico. Entretanto, não se deve afirmar que Febvre admite os pressupostos positivistas de maneira integral, simplesmente porque compartilha da idéia do estatuto científico da história, mas se pode dizer que sua contribuição particular na elaboração de uma nova história, redundou na formulação de uma nova noção de cientificidade. A história e as demais ciências humanas se caracterizam, segundo o pensamento de Febvre, pelas mediações subjetivas na elaboração de seus saberes, manifestando-se através das formas “não científicas” do sujeito do conhecimento se relacionar com o seu objeto de estudo. A cientificidade da história tem, portanto, de se construir na convivência com a subjetividade do historiador – seus interesses, sua imaginação, sua cultura histórica, suas curiosidades, etc. – bem como reconhecer as formas de condicionamento do saber do historiador, concernentes à sua inserção no tempo presente, através da utilização das teorias, dos conceitos e dos problemas intelectuais, exigidos pelo contexto epistemológico de sua experiência de vida. Nesse sentido, a história estabelece para si novos critérios de verdade, reconhecendo o caráter parcial e provisório de suas verdades, sinalizando para a necessidade constante de sua reescrita pelas novas gerações.

“Uma tal concepção, naturalmente, negligencia o que existe de permanente, ou, em todo caso, o de mais estável na natureza e no homem, que faz o objeto de teorias científicas. Certamente, os conhecimentos científicos evoluem e Lucien Febvre tem razão de mostrar o lugar entre a vida que se faz e o questionamento de percepções e de representações, mesmo científicas, do real. Entretanto, o objeto da história é o tempo que passa, as coisas

enquanto se modificam, em função de um futuro aberto, pressentido, imaginado, desejado, mas indeterminado”. (Massicotte. 1981. p. 24).

Assim, Lucien Febvre fundamentará sua concepção científica da história, considerando as relações necessárias do passado com o presente em uma mão de via dupla. Este argumento explicita que a cognoscibilidade da história somente é possível quando se estabelece como método a problematização da vida dos homens do passado pelos homens de hoje. O processo intelectual de questionamento do passado deve sempre ser mediado pela curiosidade e aflições atuais. Ao mesmo tempo Febvre sistematiza um papel social para a história, qual seja, o de organizar o passado em função do presente. Sendo que o presente de Febvre, a partir do qual ele pensa a inovação da história, estava marcado de modo relevante pelas desventuras dos grandes conflitos armados e pelas alterações profundas nos modos de vida.

“Nestes anos em que tantas angústias nos oprimem, não quero repetir, com o Michelet do *Peuple*: «Jovens e velhos, estamos cansados». Cansados, os jovens? Tenho esperança que não. Cansados, os velhos? Não quero. Para lá de tantas tragédias e perturbações, grandes claridades brilham no horizonte. No sangue e na dor, cria-se uma Humanidade nova. E portanto, como sempre, uma História, uma Ciência histórica à medida de tempos imprevistos prepara-se para nascer”. (Febvre. 1985. p. 10).

Estas idéias lhe servem de apoio na formulação de sua crítica às idéias científicas da historiografia tributária do pensamento rankeano, especialmente no que diz respeito à concepção de fato histórico. Significa dizer que Febvre recusa-se a aceitar o objeto de estudo da história enquanto passado cristalizado e a noção de imparcialidade do historiador, considerada por ele como uma impossibilidade prática e uma extravagância teórica no campo das ciências humanas. Neste sentido, pode-se identificar uma certa semelhança do pensamento de Febvre com a idéia de Aron de que “toda ciência da cultura é parcial (ainda quando estabeleça leis), posto que seu ponto de partida é legitimamente arbitrário. Somente é positiva a condição de ter consciência dessa limitação necessária”. (Aron. 1965. p. 114). Ocorre,

portanto, que o ideário científico febvriano fortalece a função autônoma do historiador para interrogar o passado e confirma a tese da relatividade do conhecimento científico, pensando sempre que o conhecimento histórico em particular e o científico, em geral, são construções originárias da tensão entre as verdades tradicionais e as demandas de saber do presente. Pensando assim, Febvre diz da história que pretende romper com a ilusão da objetividade a todo o custo:

“Interpreta. Organiza. Reconstitui e completa as respostas. Faz o passado de que tem necessidade. E não há nisso nenhum escândalo, nenhum atentado à suposta majestade da ciência. A Ciência não se faz numa torre de marfim. Faz-se par e passo com a vida, e através de seres vivos que mergulham no século. Está ligada por mil laços subtis e complicados a todas as atividades divergentes dos homens. Sofre mesmo, às vezes, a influência das modas”. (Febvre. 1985. p. 26).

Desse modo, influenciado pela teoria do progresso das formas de conhecimento, Lucien Febvre vai defender a tese do estágio infantil da história, sem, no entanto, compartilhar dos princípios filosóficos do positivismo. Isto é, no entendimento de Febvre, apesar da condução científica da produção do conhecimento histórico, a história não tinha ainda atingido sua maturidade científica. Este fato não poderia ser refutado mesmo considerando a experiência acumulada pelo movimento erudito e a formulação das chamadas ciências históricas pela filosofia do século XIX. Do mesmo modo, Febvre se pronuncia a respeito de outras disciplinas, especialmente a psicologia, que para ele: “seus progressos são admiráveis, mas é uma ciência de apenas meio século, e que é meio século comparado aos dois ou três mil anos das matemáticas?”. (Febvre. 1950r. p. 6). Este tipo de raciocínio está fundamentado sobre duas idéias, cujo sentido constituem a natureza mesma do pensamento científico de Lucien Febvre, quais sejam, a da evolução constante e ilimitada do conhecimento e a da incompletude permanente do saber científico. Em termos da disciplina histórica, este esquema

de raciocínio se refere à precariedade científica imediata do conhecimento histórico e à possibilidade futura de sua plenificação como ciência.

“Um enriquecimento, certamente, e um alargamento. Sobre o ponto de vista preciso que nos ocupa, a possibilidade entrevista de negociações novas, de relações inteligíveis entre esses dois domínios até então separados por um abismo: o domínio objectivo da natureza; o domínio subjetivo do Espírito... Não é de modo nenhum o momento de averiguar como, em que medida e sobre que pontos precisos a história - se bem que acabada de nascer para a vida das ciências em geral - pode ser afectada por essas grandes transformações de idéias”. (Febvre. 1985. p. 23).

É certo que Febvre vai assumir uma posição bastante clara em face das certezas e dos dogmas elaborados e cultuados pela geração dos historiadores metódicos. Isto porque o seu entendimento do estatuto científico da história contraria a convicção positiva da objetividade histórica, defendida por aqueles historiadores que introduziram a tradição rankeana na França. Para Febvre a história ainda não é científica, embora suas esperanças é que ela um dia venha a sê-lo, mas é um tipo de conhecimento que se torna, com o passar do tempo, cada vez mais científica. Cabe, portanto, aos historiadores do presente assumirem suas tarefas e encaminhar a bom termo os desígnios dessa força que move a história rumo à cientificidade, combatendo, sempre que possível, as ilusões provocadas pelas raridades do passado e pelos exageros da subjetividade. O objetivo prático desse esforço de acumulação, envolvendo gerações inteiras de historiadores, seria principalmente o de elaborar as histórias que revelam a humanidade do homem. Sendo assim, a conquista do estatuto científico pela história seria a culminância dos resultados práticos do acúmulo de ensaios e aprimoramentos da sua escrita, tantas vezes criticada para que se fizesse ressurgir inovada, mais próxima da definição de seus objetos e de seus métodos, sinalizando para as suas verdadeiras possibilidades epistemológicas.

“Quando tivermos em mãos todas essas histórias, então começarem a ver claramente qual o nosso trabalho, e não teremos

mais tanta dificuldade em definir a função da História, nós saberemos o que queremos ser – e poderemos retomar a fórmula « História , ciência do Homem». História que restaura ao homem a sua fisionomia verdadeira. História que dá à Humanidade, na sua marcha, toda a certeza da Ciência”. (Febvre. 1950r. p. 17).

A fim de consolidar os objetivos dessa trajetória de busca da ciência do homem no tempo, deve o historiador não se deixar confundir pelos exotismos do passado. Não pode acreditar que supostamente de posse das singularidades do passado estaria fazendo a história, tendo em vista que as particularidades em si mesmas não constituem um saber objetivo. O historiador também não deve ceder às tentações literárias que o cercam renitentes, optando por uma linguagem, ao mesmo tempo, acessível e culta, bem como objetiva e referenciada. Principalmente não esquecendo-se da contribuição dada pelo método científico à organização do trabalho historiográfico. Essa opinião é compartilhada por quase todos os historiadores que participaram da fundação da revista dos Annales, especialmente por Marc Bloch, para quem o grande desafio da história seria manter-se na sua posição original de conhecimento das experiências humanas e adquirir um perfil científico que viesse a legitimar sua produção intelectual.

“(...) a história não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas as que têm por objecto o espírito humano, que chegou tarde ao campo do conhecimento racional. Ou melhor dizendo, velha sob a forma embrionária da narrativa, durante muito tempo atravancada de ficções, durante mais tempo ainda vinculada aos eventos mais imediatamente perceptíveis, a história é, como empresa reflectida de análise, novíssima”. (Bloch. S/d. p. 19).

Na verdade parece haver, neste caso, uma certa unanimidade entre todos aqueles intelectuais que se dedicaram a pensar a situação da história no interior da história das ciências, no que concerne à defesa da tese da sua imaturidade científica. Para a maioria deles, as chamadas ciências do espírito, nomenclatura proposta na tipologia apresentada por W.

Dilthey, são novas ou novíssimas e, portanto, pouco afeitas a definições rigorosas quanto aos seus métodos e seus objetos. Há, entretanto, por trás dessa concepção científica a crença na sofisticação teórico-metodológica futura, quando todas elas ascenderão à condição de ciência. Para Collingwood a responsabilidade por esta espécie de atraso científico da história, é daqueles historiadores do século XIX que tentaram construir um método para a história a partir do método das ciências naturais, impedindo, assim, que suas tendências intrínsecas de conhecimento objetivo se manifestassem. Mas, como tudo é uma questão de tempo, de acordo com o argumento do progresso científico, chegará o dia quando a história empreenderá sua última batalha e, então, a guerra contra a imprecisão e a precariedade científica do seu conhecimento será definitivamente ganha.

“O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa. A quem duvide basta lembrar o que tem ocorrido há pouco mais de um século para cá. Imensos lanços de humanidade saíram das brumas”. (Ib. p. 55).

Às vezes, pode-se perceber que a teoria da imaturidade científica da história desdobra-se em uma teoria geral da Ciência, aparecendo associada à idéia de incompletude dos demais campos do conhecimento, consolidando uma certa atitude de resignação relativista em face da cognoscibilidade relativa do real. Com certeza, esse tipo de compreensão, tem suas origens teóricas naquele processo de desestabilização do conhecimento tradicional, provocado pela revolução da física einsteiniana, quando o quadro das referências à ordem universal foram solapadas. Dessa forma, não somente a história, mas todas as ciências, viveriam em uma eterna marcha de mudanças qualitativas contínuas. O resultado dessa jornada não seria necessariamente a conquista de um estágio de plenitude do saber, mas o condicionamento de seus resultados às condições históricas determinadas pelas possibilidades de conhecimento de uma dada época.

“Dirão que, nessas condições, a história é uma «ciência» estranha. E é verdade que ela é uma ciências em vias de constituição. Mas *toda* ciência está *sempre* em vias de constituição. A noção de «limiar epistemológico» é útil, na medida em que serve para distinguir entre as sucessivas adequações das construções do espírito às estruturas do real. O termo «corte epistemológico» é perigoso se sugere que se pode passar bruscamente da «não-ciência» à «ciência». (Vilar. 1988. p. 147).

Por outro lado, a mesma teoria da não cientificidade provisória da história, pode receber um outro tipo de tratamento que se exprime através do movimento de inversão da posição dos termos do seu argumento. Isto é, se a premissa da viabilidade científica no modelo anterior assume um papel de máxima importância, agora ela se reserva a uma condição complementar. Assim, parte-se da noção de que a história, dadas as suas características essenciais, não será jamais uma ciência no sentido extenso do termo e das qualidades que se encerram na sua natureza epistemológica. Mas por possuir elementos que são próprios da lógica e da prática científicas, pode assimilar continuamente as inovações que o conhecimento engendra a partir de sua relação dialética com cultura em determinados momentos. Desse modo, no lugar de uma ciência plena *bic et nunc*, a história teria sua vontade de saber substituída na sua preeminência pela noção de progresso sucessivo do conhecimento em geral. Em uma palavra, a história não chega a ultrapassar os limites de sua filiação originária à literatura e sua rotina quase filosófica de explicitação dos fatos.

“A história não se reduz ao campo de aplicação das ciências nascidas ou por nascer, mas tampouco é residual em relação a essas ciências: ela comporta núcleos de cientificidade. Dessa forma, ela se beneficiará dos progressos eventuais das ciências humanas; pode-se entretanto estimar que esse benefício continuará sempre limitado. Além do mais, não é possível a existência de uma ciência *da* história, pois o devir histórico não comporta um primeiro motor”. (Veyne. 1988. p. 64).

Para compreender, portanto, a elaboração febvriana a propósito daquilo que ele chama de estágio de “infância” da história, é necessário identificar e esclarecer pelo menos dois argumentos explicativos de sua imaturidade científica: 1- O aspecto teórico-metodológico: a história não se definiu ainda como uma ciência em função dos obstáculos apresentados pela natureza complexa e instável do seu objeto, devido às dificuldades de apreensão total do sentido das manifestações do espírito humano. Tese que remonta aos ideais da síntese histórica e da história total, tornando-os objetivos últimos da prática do historiador. Nesse mesmo sentido, observa-se a emergência de um conjunto de impedimentos ao se tratar dos assuntos históricos, assim como estabelecer um tipo de controle sobre as regularidades ou causalidades históricas. E por fim, as dificuldades encontradas em definir um padrão de abordagens que orientem a pesquisa, considerando a necessidade de que se possa conduzi-la objetivamente; 2- O aspecto da escrita: além das várias maneiras de se escrever, ou seja, a liberdade do historiador em adotar um estilo particular, a condição imperiosa de se está constantemente reescrevendo a história, não só porque as verdades em história são provisórias, como diz Marrou: “A própria idéia de juventude da história está associada à idéia de que não conquistou-se ainda a plenitude da verdade”. (Marrou. S/d. p. 29), mas porque o instrumental de pesquisa evolui constantemente e, principalmente, porque as problemáticas que dinamizam a historiografia mudam de acordo com o contexto cultural.

(...) “mostrar que a história não está escrita de uma vez por todas, que não está feita de uma matéria morta, petrificada, senão que tem estado gestando-se permanentemente, que o está hoje todavia, que o estará amanhã igual que ontem, que evolui com a civilização humana e com os acontecimentos que revelam a existência dos homens e aos que, em ocasiões, ensinam”. (Lefebvre. 1977. p. 11)

Poder-se-ia dizer que na base do pensamento científico de Lucien Febvre, encontra-se uma teoria do desenvolvimento do saber científico, cujas características sugerem uma “teoria da acumulação primitiva do conhecimento”, onde se verifica um ritmo crescente de

complexificação dos saberes. O desenvolvimento dessa dinâmica própria da história poderia ser verificada através das diversas experiências de sua escrita, acumuladas pelas gerações de historiadores que se sucederam desde o alvorecer do movimento de erudição.

A chamada história erudita se constituiu a partir da organização dos arquivos e da crítica documental iniciado no século XVI, sendo aprofundado no século seguinte, quando os pesquisadores do passado passaram a sentir a necessidade de se utilizar de fontes mais seguras que a simples transmissão da memória. Neste período, intelectuais como Jean Bodin, Lancelot-Voisin de la Popelinière, Daniel Papenbroeck e Dom Mabillon, dedicavam-se a uma tarefa de elaboração de um método de tratamento dos documentos, a princípio com o intuito de discernir os falsos dos verdadeiros.

“É então que nasce o método histórico, o que permite destacar o verdadeiro do falso, confundir os crédulos e os cépticos, dotar a história de um estatuto científico. É preciso ainda que os trabalhos de erudição dêem ao historiador os materiais acessíveis e suficientemente ricos. Progresso da erudição e nascimento do método fazem dos séculos historiográficos XVII e XVIII séculos felizes. Progresso da erudição: - aperfeiçoam-se os instrumentos da pesquisa (...); - criam-se as ciências auxiliares (...); - as publicações de fontes tornam-se mais abundantes e mais diversificadas(...)”. (Carbonell. 1992. p. 77).

Foi, então, por meio dessa lenta construção do “discurso do método” que se viabilizou o aprimoramento do instrumental técnico de trabalho com as fontes, bem como o aprofundamento da reflexão sobre os procedimentos apropriados à pesquisa histórica. Por isso, é compreensível que os fundadores da revista dos *Annales* no editorial do seu primeiro número enfatizem seus objetivos metodológicos. Naquele texto inaugural os diretores da revistas chamam atenção para aquilo que consideram a melhor contribuição para o “progresso” da história. Isto é, o combate aos esquematismos simplificantes da história

metódica e a defesa do experimentalismo como fonte de estímulo ao aperfeiçoamento do conhecimento histórico.

“É contra esses cismas temerários que nós entendemos nos levantar. Não através de artigos de método, de dissertações teóricas. Pelo exemplo e pelo fato. Reunidos aqui, trabalhadores de origens e de especialidades diferentes, mas todos animados de um mesmo espírito de exata imparcialidade, exporão o resultado de suas pesquisas sobre os assuntos de sua competência e de sua escolha”.  
(Les directeurs. 1929. p. 2).

Neste sentido, as idéias de Lucien Febvre a respeito do estado de incompletude científica da disciplina histórica deixam entrever a noção de que, na verdade, a história é um campo de conhecimento acometido da síndrome da eterna juventude. Ou seja, suas atividades práticas de elaboração do conhecimento histórico não permitem que se entreveja o momento no qual se processará a sua passagem para a maioria científica<sup>17</sup>. Esta situação de identidade provisória se estrutura através da noção de um trabalho irrealizado, mas realizável plenamente em um futuro impreciso. Ainda mais, como uma tarefa que se repete incessantemente assim como no mito Sísifo, tendo que ser recomeçada sempre que supostamente a pedra do conhecimento tenha chegado ao topo da montanha da ciência. Mas como sempre ocorre, as suas expectativas de conclusão se frustram e novamente a pedra rola ladeira abaixo, forçando os historiadores a recomeçarem obstinadamente mais uma vez, com a esperança que esta seja a última vez.

“A obra de Lucien Febvre demonstra esta postura ambígua. Na sua obra teórica, na sua reflexão sobre o ofício e a disciplina histórica, ele procurou racionalizar, justificar essa dupla característica:

---

<sup>17</sup> Idéia semelhante apresenta Collingwood : “. (...) a concepção moderna de história, como estudo simultaneamente crítico e construtivo, cujo campo de ação é o passado dos homens no seu conjunto e cujo método é a reconstituição desse passado, a partir de documentos escritos e não escritos, analisados e interpretados criticamente, só foi estabelecido no século XIX, não estando ainda completamente elaborada em todas as suas implicações”. (Collingwood. 1972. p. 261).

uma atitude cientificamente conduzida, mas cuja finalidade é dar do passado uma imagem que, sendo exata e conforme ao seu objeto, seja significativo para o presente e para o futuro, uma imagem não determinante, pois perpetuamente móvel e aberto. De uma certa maneira, ele contribuiu muito para a introdução da cientificidade na história e, ao mesmo tempo, ele sempre recusou, na sua obra teórica pelo menos, impelir a pesquisa da cientificidade ao seu ponto extremo: de uma parte desmistificando a ciência, de outra, afirmando a predominância, a preeminência da pergunta, que se enraíza na temporalidade, sobre a tentativa, que deve ser científica para fornecer uma resposta correta”. (Massicotte. 1981. p. 15).

O pensamento teórico de Lucien Febvre elabora uma concepção de ciência que se traduz no resultado de todo empenho de saber. Portanto, uma visão ampliada e geral de todo processo de descoberta e criação do novo motivado pela curiosidade e pelas pressões conjunturais da experiência humana. Sendo assim, conhecimento científico, para além da divisão do trabalho que gerou as disciplinas e as especialidades, é sempre a “inquietação humana diante do desconhecido”. Se o objetivo principal desse estado de espírito é satisfazer a curiosidade humana e, ao mesmo tempo, libertá-la dos desígnios da natureza, ele não pode se constituir em um conjunto inerte de sub-áreas especializadas, mas na disposição sempre viva de experimentar e ultrapassar os limites das convenções. Aqui se encontram as bases do entendimento de Febvre a respeito de como se elaboram os conhecimentos particulares e a alternativa ao problema da não cientificidade provisória da história.

“Empréstimos de noções? Às vezes. Empréstimos de métodos e de espírito, antes de tudo. Feito de investigadores isolados, procurando o apoio dos vizinhos? – hoje é essa a regra. Amanhã, sem dúvida, será um feito de trabalhadores de formação diversa unidos em grupos para reunirem os seus esforços: imagino o físico pondo o problema; o matemático trazendo a sua virtuosidade no manejo da linguagem científica; um astrónomo, observando e controlando. A fórmula do futuro, sem dúvida, tirará ao trabalho muito da sua

intimidade. O trabalho já não será tão profundamente, a coisa de um homem e a sua manifestação. Mas recuperará em eficácia o que há-de perder em personalidade. Os tempos do artesanato, quer se queira, quer não, descem lentamente abaixo do nosso horizonte. E como tanto outros, o pequeno artesão científico que todos somos, que nós amamos até na suas taras e nas suas manias, o pequeno artesão que faz por si mesmo todas as coisas e cria ele próprio a sua utensilagem, o seu campo de experiência, os seus programas de investigação – vai juntar-se no passado a tantas belezas mortas. Mas uma outra beleza se desenha sobre a terra”. (Febvre. 1985. p. 25).

A proposta de interdisciplinaridade no pensamento de Febvre se apresenta como condição *sine qua non* para a realização de um conhecimento cada vez mais aprimorado. Por meio da colaboração constante entre os diversos campos de saberes e das disciplinas específicas, o conhecimento se ampliaria progressivamente até o momento em que se teria uma ciência muito próxima da apreensão da totalidade das experiências humanas. Entretanto, não haveria como se definir precisamente como e quando esse tipo de conhecimento estaria em condições de se realizar concretamente. Enquanto que “as ciências” individualmente separadas seriam algo próximo ao inevitável, a imaginação científica preponderaria por sobre as fronteiras artificialmente impostas à necessidade humana de saber. Essa idéia fatalista do mal inevitável, no que diz respeito à formação de novas disciplinas científicas, pressupõe os efeitos negativos do processo de diversificação inexorável dos objetos e das abordagens do conhecimento.

A interdisciplinaridade representa um elemento de extrema relevância no pensamento de Febvre, porquanto a sua obra está atravessada de ponta a ponta pela vontade de conquistar a flexibilização das fronteiras disciplinares. Esta atitude, aceita com naturalidade nos tempos atuais, precisou ser ardentemente defendida diante das tendências “cientificistas” e avessas a mudanças no estatuto da história, representadas na França pela geração de 1870 dos historiadores metódicos. É, pois, exatamente neste sentido que se atribui um valor

paradigmático desta proposta: a partir da noção de fronteira, conceito originário dos estudos geográficos, Febvre pode deslindar sua proposição interdisciplinar, criticando ao mesmo tempo o encerramento arrogante da história em limites estreitos e intransponíveis e o reflexo imediato desse isolamento na *praxis* do historiador, a especialização e a fragmentação do objeto histórico. Sendo assim, Febvre pautará seu pensamento interdisciplinar nos seguintes termos:

“(...)deitar abaixo as divisórias e de se fazer circular por cima das caixinhas fechadas em que os especialistas operam, com as janelas todas fechadas, a grande corrente de um espírito comum, de uma vida geral da Ciência”. (Febvre. 1985. p. 109).

A importância dessa temática se estende para todo o universo das ciências sociais, na medida em que se observa o fortalecimento e a sofisticação crescente das experiências de construção do saber social como fruto de pesquisas coletivas. A princípio simplesmente acrescentando ao quadro de referências metodológicas dessas pesquisas, as conquistas acumuladas por algumas áreas do conhecimento humano, tais como história, economia, sociologia, psicologia, etc. Posteriormente, desenvolvendo um trabalho mais complexo que se constituiu na organização de novas disciplinas, tendo por objetivo a composição de métodos e conceitos na criação de novos campos de conhecimento. As chamadas “ciências compósitas que unem duas ciências num substantivo e num epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica; ou criam um neologismo híbrido: psicolinguística, etno-história, etc.”. (Le Goff. 1995. p. 26). Esse acontecimento científico é de um valor expressivo como contribuição para a análise das alterações que se verificaram na história conhecimento. Com certeza Lucien Febvre tem confirmada a sua presença no rol dos intelectuais que colaboraram com o alargamento do território do historiador, permitindo o livre tráfego entre as saberes antes isolados.

A concepção de um conhecimento proveniente da relação de mútua colaboração entre diferentes domínios de saber, representa teoricamente a idéia da superação possível do processo crescente de especialização no conhecimento científico, entendido como efeito de fragmentação daquilo que originalmente é uma unidade. A proposta, portanto, é resgatar a totalidade do real como objeto suscetível de uma apreensão cognoscível a partir da observação controlada, orientando-se pela evidência da divisão, mas sinalizando para a formação de novas ciências, cujo objetivo é recompor o que se encontra pulverizado em partículas não comunicantes. Para recompor a prática científica unitária, é preciso, então, que as ciências aceitem o fato de que seus objetos de estudos formam um conjunto de relações determinadas, e dessas relações devem deduzir o mundo histórico-social como complexidade estruturada, impossível, portanto, de ser fracionando sem prejuízos teóricos e científicos. Dessa forma, a interdisciplinaridade “se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas” (Japiassu. 1976. p. 54.); é uma estratégia de aglutinação diante da tendência à dispersão do conhecimento, fenômeno que se pode verificar desde o fim da hegemonia cultural greco-romana, quando do declínio da filosofia como saber integral e integrante, até o seu aprofundamento na modernidade com o fracionamento da ciência. A divisão social do trabalho intelectual, processo de formação das especialidades, nestas circunstâncias, vem associada à imagem de que a própria realidade social é também dividida, sendo necessária uma ciência em pedaços para dar conta dos pedaços do real.

“A exigência *interdisciplinar* impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação. A totalização incoerente de palavras não compatíveis entre si, deve suceder a busca

de uma palavra de unidade, expressão de reconciliação do ser humano consigo mesmo e com o mundo”. (Gusdorf. 1976. p. 16).

O desejo de recuperar a unidade do conhecimento fragmentado é antigo, posto que se pode encontrar seus remanescentes desde o século XVII, quando os intelectuais da época se defrontavam com a especialização crescente do saber, e se perpetuou pelos séculos seguintes, ora como ideário enciclopedista, ora como condição de possibilidade de conhecimento pleno. Durante todo o período, essa matriz de pensamento encarregou-se de apresentar algumas alternativas de execução de suas demandas que, eventualmente postas em prática por alguns intelectuais, têm servido de estímulo para a discussão sobre a ideologização da independência das ciências. Neste sentido, pode-se falar em multidisciplinaridade como o recurso de integração de várias disciplinas, justapostas sem que a aproximação tenha sido promovida por meio da unificação metodológica ou conceitual. Sem utilizar-se do recurso do trabalho de grupo, o empenho multidisciplinar visa abordar seus temas da maneira mais diversificada possível. Enquanto isso, na perspectiva da abordagem pluridisciplinar, percebe-se a ênfase sobre a convivência de disciplinas diferentes sem que implique na troca efetiva de conhecimento ou na construção de novos ramos de saber, mas atender a um critério pedagógico claro, qual seja, o da formação genérica do estudioso. Por sua vez, o projeto interdisciplinar tem como objetivo principal estabelecer um diálogo construtivo entre as disciplinas, postas todas em condição de equidade quanto às suas contribuições para a elaboração do conhecimento integral da realidade, bem como incorporar os resultados obtidos desse encontro, sugerindo a formação de novos campos científicos. Entretanto, este empreendimento requer muita flexibilidade daqueles que nele acreditam, considerando as dificuldades encontradas em demover velhos hábitos e antigos privilégios. Muitas vezes o primeiro confronto se dá exatamente com as tradições que garantem a algumas ciências um prestígio social considerável, impedindo que o diálogo se efetive.

Neste sentido, a interdisciplinaridade é vista como uma ameaça à posição confortável nas quais muitos especialistas estão comodamente instalados, negando-se, portanto, a compartilhar seu saber exclusivo com experiências que não sabe quais serão suas conseqüências por não se ter o controle antecipado dos seus resultados. Somada à indisposição quase geral dos especialistas para trabalhos coordenados, raras são as vezes que institucionalmente se encontram as condições ideais para esse contato que, afinal de contas, é a própria condição de surgimento e de desenvolvimento do pensamento científico. Além disso, é preciso que se formem para este tipo de atividade um conjunto de novas intelectualidade, que tenham o domínio suficiente dos elementos teóricos solicitados por uma empresa de renovação e criação epistemológica.

“Para o avanço da teoria interdisciplinar é preciso que se atinja alto nível de competência setorial nas leis objetivas que regem o fenômeno humano, mas também é necessário que se tenha um razoável domínio da teoria geral do conhecimento, da epistemologia e da metodologia, tornando viável o desenvolvimento de pontes epistemológicas nesta vasta esfera”. (Japiassu. 1976. p. 104).

A par de todas essas questões que envolvem e consubstanciam o conteúdo radical de uma proposta de unificação da ciência na idade da ciência fragmentária, o projeto interdisciplinar febvriano, enquanto proposta de realização da cientificidade da história, na verdade visa em última instância, atribuir à história um estatuto científico que seja condizente com um pensamento epistemológico diferente, considerando o quadro dos valores científicos no contexto da passagem do século. Isto é, que o trabalho de equipe seja realizado sempre pensando na abertura intrínseca a um tipo de saber inesgotável e sempre renovável, e não objetivando, apenas, atingir os padrões “impostos” pelas ciências naturais. A interdisciplinaridade é o cavalo de batalha contra a especialização e a fragmentação do conhecimento em geral, assumido por Lucien Febvre e a maioria dos intelectuais que formaram a primeira geração do movimento dos Annales, apontando para a exigência

irrecusável da construção de uma unidade científica na diversidade dos saberes nas ciências humanas. Para a revista foi criada, então, uma seção específica chamada «Problème d'ensemble», cujo propósito era promover o encontro de todos os campos do conhecimento através dos textos de seus especialistas.

“Secção que reúne tanto artigos de interesse geral, como que tratam problemas de interesse comum ao conjunto das ciências humanas. É uma secção que nos parece exprimir a expectativa, sempre presente, dos diretores por abertura de novas áreas de colaboração científica, ou de tratamento de uma problemática comum interdisciplinar. Contudo, não se pode afirmar, apesar de sua importância teórica, ser um secção plenamente realizada na revista. Desde 1933, quando surge reúne mais artigos de carácter genérico”.

(Guariba Netto. 1975. p. 213-214).

Lucien Febvre além de propor a aproximação entre as ciências humanas, percebia que nesse campo de conhecimento existe um contato constante entre elas, caracterizando, assim, para todas uma natureza comum a partir de um objeto comum. Rompendo, então com o preceito positivista de que uma determinada disciplina somente tem condições de vir a ser uma ciência na medida em que se adapta aos critérios do método científico. Sendo assim, a história só “progrediu” por causa desse contato com as disciplinas que possuem o mesmo objeto de estudo, qual seja, o homem e suas ações em coletividade. Estimulados pelos debates promovidos por estas jovens ciências, os historiadores dos *Annales* sairão em defesa de uma nova atitude por parte da história. Sem que se possa identificar uma natureza teórica explícita e uma preocupação epistemológica como matriz geradora desse movimento, sua dimensão empírica foi, certamente, o seu aspecto mais relevante, determinando os contornos de um perfil pragmático e experimental do projeto historiográfico de Febvre. Sem essa motivação externa, proveniente de um momento de crise de paradigmas teóricos e científicos, a história teria ficado no seu lugar institucional calmo e indiferente às mudanças e exigências do tempo, pois o que determina o desenvolvimento do pensamento científico “é o progresso não de

uma ciência particular e de reflexões em torno do mesmo círculo, mas de todas as disciplinas solidárias, de todos os saberes se ajudando mutuamente”. (Febvre. 1962. p. 482). Este, sem dúvida, é o conteúdo teórico do projeto interdisciplinar pensado também por Henri Berr que, abandonando sua origem durkheimiana, vai perseguir o ideal da síntese do conhecimento científico por meio da síntese histórica, acreditando que a história seria a única disciplina capaz de empreender esse projeto ecumênico de unificação das ciências do homem.

Para Henri Berr o conhecimento científico deve ser o resultado de um trabalho coletivo, desenvolvido por vários especialistas que se reúnem em torno de pesquisas sobre assuntos de interesses semelhantes, enfatizando de tal maneira esse aspecto que às vezes chega a confundir o seu ideário pancientífico com um propósito puramente enciclopédico. Além do fundador da *Revue de Synthèse*, Lucien Febvre e os demais *annalistes*, vão seguir os passos da geografia e sociologia na perseguição do ideal interdisciplinar, encarando essa tarefa como um dos requisitos da própria sobrevivência da história. No caso particular da história, portanto, o exercício da pesquisa dirigida coletivamente tem em vista atingir a síntese histórica, finalidade última do conhecimento que se constitui no estudo da experiência humana.

“Quanto à interdisciplinaridade, concebida como o esforço para multiplicar os modos da abordagem da realidade social e para a descompartimentar as disciplinas, é a ambição que perseguiram, cada uma a sua maneira, as três correntes intelectuais das quais se reclamam os *Annales*; a escola geográfica de Vidal de la Blache e de Demangeon, o movimento criado por Henri Berr em torno da *Revue de Synthèse* e a sociologia durkheimiana. Três correntes as quais Marc Bloch e Lucien Febvre se sentem ligados, mas de maneiras diferentes”. (Burguière. 1979. p. 1351).

Devido à intensidade com que Febvre defende a interdisciplinaridade, entendida como o projeto de realização das ciências humanas, é necessário dizer que em muitas situações essa noção aparece apenas como a representação da atitude corriqueira de disciplinas que se utilizam da colaboração das suas vizinhas. Neste sentido “se se chama «interdisciplinaridade» o

simples fato, para um historiador, de mobilizar em seu próprio trabalho novidades aparecidas em outros domínios do saber, é evidente que a história sempre foi «interdisciplinar». (Noiriel, 1996, p. 280). Este tipo de convivência entre as disciplinas, tornaria a bandeira da interdisciplinaridade apenas uma reivindicação de ordem enciclopédica, interessando somente àquelas ciências com inclinações imperialistas, vendo nas sua vizinhança somente candidatas ao cargo de auxiliares na construção do seu conhecimento. Considerando este aspecto puramente formal, não seria de todo questionável pensar que a noção de interdisciplinaridade é, de fato, mais um dos elementos estratégicos elaborados pelos historiadores dos Annales, na sua disputa por espaço no contexto intelectual das primeiras décadas do século XX.

Entretanto, em outras passagens, a interdisciplinaridade surge como uma proposta arrojada do ponto de vista epistemológico, na medida em que sugere a criação de novas disciplinas e de novos campos de conhecimento. Essa idéia de união entre as especialidades visando um saber diferente, coloca como condição indispensável a formação de novas competências, insinuando o inevitável abandono pela historiografia do recurso às ciências auxiliares, estabelecendo para todas um patamar de igualdade de importância e rompendo com o quadro hierárquico das “ciências principais” e das “ciências complementares”. Em uma palavra, Lucien Febvre propõe um saber humano de complexidade crescente, construído a partir do rompimento com as fronteiras que separam as disciplinas.

Esse sentimento otimista de Febvre em relação às possibilidades criativas do projeto interdisciplinar, acabaram por influenciar as gerações seguintes de historiadores e cientistas sociais que vieram a compor os quadros do Movimento dos Annales, baseado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. O fato é que por muito tempo, e ainda se pode perceber atualmente uma certa simpatia, a interdisciplinaridade foi o instrumento discursivo que permitiu a aproximação da história com as ciências sociais, na medida em que estabeleceu os princípios éticos para uma trégua entre as disciplinas beligerantes. Para além do tratado de paz

e da convicção momentânea de que a história seria na verdade uma ciência social, os esforços voltados para o trabalho em conjunto, elaborando conhecimentos novos e mais amplos sobre a experiência humana em sociedade, não conseguiu produzir frutos suficientemente convincentes para que a proposta se tornasse um hábito entre as especialistas.

“(…) a palavra interdisciplinaridade que, sob variáveis formas, serve para designar uma espera e permite medir, à revelia, a afastamento do objetivo. A interdisciplinaridade é um slogan voluntarista e votivo (é preciso pensar sempre nela), mas ela alimenta, ao mesmo tempo, a má consciência ou a ironia dos eruditos (ela jamais se realiza)”. (Revel. 1998. p. 80).

Percebe-se, portanto, que Lucien Febvre é partidário da concepção realista da história, isto é, ele acredita na existência de uma instância geradora de acontecimentos independente da vontade do sujeito do conhecimento. Apesar de estar convencido de que a história escrita é a criação da habilidade do historiador para ordenar o caos dos fenômenos humanos, Febvre fundamenta seu argumento do papel de intérprete na idéia de que a história não é pura ficção, uma forma de literatura sem o controle de instrumentos metodológicos, mas a produção controlada de um saber que se orienta cientificamente.

Como um intelectual circunscrito a um tipo específico de mentalidade científica, Febvre acredita que haveria possibilidade da história cumprir os critérios da objetividade do conhecimento. Isto é, a história possui um objeto e sobre ele realiza um trabalho de conhecimento que procura refleti-lo na sua integridade. Assim como, os resultados da pesquisa do historiador poderiam ser reconhecidos como válidos de maneira universal, considerando os métodos utilizados e a lógica da argumentação. Entretanto, no que concerne à questão da afetividade e da parcialidade do sujeito do conhecimento, seria praticamente impossível de realizar-se, posto que o conhecimento histórico é originalmente subjetivo. Esta questão, contudo, não pode ser confundida com a necessidade de que o historiador venha a se submeter à ética da responsabilidade e da honestidade para com o seu saber e os seus leitores.

Desse modo, Lucien Febvre se distingue dos filósofos e historiadores do século XIX, apenas quando do reconhecimento do papel ativo do historiador na produção do conhecimento histórico. Este pensamento se sintetiza nas considerações de Ricoeur sobre a subjetividade do historiador.

“Eis justamente por que, em troca, a subjetividade posta em cena não é mais uma subjetividade *qualquer*, mas precisamente a subjetividade do historiador: o julgamento de importância, - o complexo de esquemas de causalidade, - a translação a um outro presente imaginado, - a simpatia por outros homens, por outros valores, e finalmente essa capacidade de encontrar um alguém de outrora, - tudo isto confere à subjetividade do historiador uma riqueza maior de harmônicos do que aquela contida por exemplo na subjetividade do físico. Mas essa subjetividade nem por isso é uma subjetividade *à derivá*”. (Ricoeur. 1968. p. 33).

Para Febvre o historiador comanda o processo de construção do conhecimento histórico, fazendo suas perguntas à realidade, elaborando suas hipóteses de trabalho, escolhendo as fontes de informação e selecionando os fatos que considera de maior relevância na estratégia de enunciação de seu tema, mas jamais o faz sem atender às exigências de cientificidade. Este aspecto da relação entre o sujeito e real no conhecimento histórico é de fundamental importância, considerando que o objetivo da história é apreender a totalidade e isso somente se efetiva sob a condição de uma enquête bem conduzida do ponto de vista teórico. Febvre entende a realidade histórica como expressão da unidade do social, cabendo ao historiador sistematizar sínteses sucessivas de generalização crescente, posicionando-se, pois, desde o início de sua teoria da ciência em geral e da história, em particular, contra o aprofundamento da especialização nas ciências humanas, identificando nela a falácia do conhecimento fragmentário.

“Ora, o que nos ensinam essas ciências solidárias, cujo exemplo deve pesar sobre a história? Muitas coisas, mas

especialmente isto: que qualquer facto científico é «inventado» - e não um dado bruto que se apresenta ao sábio. Que a velha distinção entre observação, essa fotografia do real, e experimentação, essa intervenção no real, é de rever inteiramente. (...) porque de facto o cientista, qualquer que seja, escolhe sempre - e, aliás, toda a história já é escolha, devida ao simples acaso, que destruiu aquele testemunho, aquele vestígio do passado, aquele conjunto de documentos, e salvaguardou aquele outro”. (Febvre. 1985. p. 63).

Além da sua adesão aos princípios teóricos do realismo histórico, Febvre manifesta o interesse em construir um conhecimento interdisciplinar que pode ser explicado, ou mesmo justificado, como uma estratégia política geradora das condições de unidade para as ciências do homem. O fim último dessa estratégia seria o fortalecimento da disciplina histórica na sua relação sempre tumultuada com as demais, principalmente com a nascente sociologia. Isto se confirma principalmente quando se observa que essa mesma atitude foi assumida pelas jovens disciplinas no final do século XIX, no momento das suas campanhas por afirmação política e social nos quadros do pensamento científico daquele período. Assim, a sociologia e a geografia, os exemplos mais acabados desse processo intelectual, acabaram servindo de modelo teórico para o ideário interdisciplinar febvriano, tendo em vista as suas ousadas temáticas e a inovação realizada no tratamento dos seus objetos. Apesar disso, foi necessário que os historiadores dos *Annales*, considerando suas divergências teóricas com o movimento durkheimiano, aprendessem a conviver sem ceder às pressões do projeto centralizador da sociologia. Esta tensão pode ser percebida através das opções teóricas e metodológicas assumidas pela revista desde o seu lançamento.

“Sem dúvida, Bloch e Febvre são historiadores e o primeiro título de sua revista foi, não esqueçamos, *Annales d'histoire économique et sociale* [Anais de história econômica]. Resta o fato de que o programa iniciado a partir de 1929 é o de uma dupla confrontação: por um lado, entre as múltiplas abordagens do presente, ilustradas pelas ciências sociais e que devem enriquecer os modelos de inteligibilidade do

passado; e por outro, em sentido inverso, entre a experiência do passado e a interpretação do contemporâneo. É então, de fato, a complexidade do tempo social que serve de eixo para o encontro interdisciplinar. Esta organização se duplica por um outro deslizamento significativo. Para Durkheim e os seus, apenas o método poderia pretender unificar o campo das ciências sociais; já para os historiadores, este papel caberá ao objeto supostamente comum destas ciências, ou seja, o homem na sociedade (e não por acaso que durante muito tempo, na França, a expressão «ciências do homem» prevaleceu sobre ciências sociais)”. (Revel. 1998. p. 84).

Entretanto, foi com as lições da militância intelectual desenvolvida pela sociologia, que os historiadores dos *Annales* aprenderam a lutar por uma lugar e por uma identidade intelectual. Foi contra essa mesma sociologia que a história se apresentou para todas as outras disciplinas que viviam ameaçadas pela crise das humanidades, como uma alternativa para a construção da unidade científica. Nesse projeto de confederação estava eliminada a proposta de direção teórica e epistemológica encabeçada pela sociologia. Assim, apesar de seus esforços terem resultado em conquistas absolutamente desprezíveis do ponto de vista da institucionalização da sociologia, os durkheimianos deram aos historiadores dos *Annales* o ensinamento de como se poderia conquistar espaço institucional de manobra em um ambiente de opções restritas, falando em nome de uma “inadiável” aliança disciplinar que viria a ser o sustentáculo da pretendida ciência do social.

“O historiador, desde então, se quis e se fez economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista... Essas novas relações de espírito foram ao mesmo tempo relações de amizade e de coração. Os amigos de Lucien Febvre e de Marc Bloch, fundadores, animadores eles também dos *Annales*, constituíram um colóquio permanente de ciências do homem. De Albert Demangeon e de Jules Sion, os geógrafos, a Maurice Halbwachs, o sociólogo, de Charles Blondel e Henri Wallon, os psicólogos, a François Simiand, o filósofo-sociólogo-economista... Com eles, a história se aproveitou,

bem ou mal, mas de maneira decidida de todas as ciências do humano; ela se quis, com os todos os seus líderes, uma ciência global do homem. Fazendo isso ela se abandonou a um imperialismo juvenil, mas ao mesmo título e da mesma maneira que quase todas as ciências humanas de então, pequenas nações que, cada uma por sua conta, desejavam de tudo comer, de tudo virar pelo avesso, de tudo dominar”. (Braudel. 1967. p. 87).

Vale lembrar que segundo o propósito teórico de Henri Berr, a interdisciplinaridade surgiria como uma prática bem próxima do trabalho coletivo de equipes, onde vários especialistas se reúnem para realizar as pesquisas tendo em vista atingir a síntese histórica. “(...) a análise deve ser conduzida em vista de uma síntese, próxima ou distante, que dirigirá a pesquisa, ou melhor, as pesquisas convergentes de diversas ciências do homem”. (Baulig. 1958. p. 176) De acordo com a opinião de Baulig, no campo da história os exemplos mais claros de síntese histórica teriam sido identificados por Lucien Febvre em Camille Jullian (prehistoriador que se utilizava dos conhecimentos de arqueologia, geografia, toponímia, topografia, etc.) e Henri Pirenne (história econômica, história das sensibilidades, etc.).

Neste sentido, Lucien Febvre faz da mesma guerra as condições de possibilidade para vencer duas batalhas distintas, isto é, uma de natureza científica, a legitimação do conhecimento histórico através da consolidação do estatuto científico da história, e a outra, a reconquista do espaço de prestígio social por intermédio da consagração da história no topo do edifício das ciências humanas. Colocando a história no centro ativo dessa convergência científica, Lucien Febvre rebate as ameaças apresentadas pelo desafio do conhecimento objetivo que avança sobre as ciências do espírito, debate este que ressalta as qualidades da sociologia desde muito tempo pensada como “física social”, garantindo à história o controle dos critérios de legitimação dos saberes humanísticos.

“O debate não é, aliás, exclusivamente francês. Encontram-se outras versões na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos. Em França, ele adquiriu, no entanto uma coloração muito particular porque

constitui um momento essencial de uma discussão mais vasta sobre o papel das ciências sociais na universidade e na sociedade, cujas conotações políticas, nas origens da III República, são conhecidas; situa-se também no rescaldo difícil do caso Dreyfus”. (Revel. 1990. p. 18).

Para liberar a história dos efeitos negativos daquele tipo de comprometimento “objetivante”, Febvre vai dirigir seu discurso confederador àquelas disciplinas que se viram pressionadas a se definirem no campo científico. Aquelas mesmas que foram pressionadas a definir aos seus objetos de estudo e os seus métodos de pesquisa, foram também ameaçadas de se tornarem simples complementos do conhecimento de alguma ciência principal. Diante da ameaça foram convocadas a resistirem à ilusão da cientificidade a todo custo, bem como ao isolamento gerado pelo espírito de especialização. Portanto, a teoria febvriana do conhecimento das ciências humanas parte do princípio de que as exigências científicas podem, não somente confundir as especificidades daquelas disciplinas com a natureza e os objetivos das ciências naturais, mas também provocar a fragmentação artificial de seus saberes. Impedindo assim que é a unidade original entre essas disciplinas, perdida com o aprofundamento da especialização, viesse a ser recuperada por intermédio da prática interdisciplinar.

No caso particular da história, Febvre denuncia a tendência fragmentária cujos principais efeitos seriam a formação de uma disciplina pontual no tratamento do objeto, particularista na abordagem e especializada na temática, perdendo de vista o ideal da totalidade da experiência histórica. isto é, da historicidade do vivido e do saber. Contra essa tendência, por conseguinte, sua sugestão se fundamenta na proposta de investimento no processo de aproximação das ciências humanas através do trabalho coletivo e das trocas permanentes dos conhecimentos adquiridos. Desse modo, a interdisciplinaridade seria a solução imediata para o problema da historicidade da vivência do passado e a garantia de que a cientificidade do conhecimento histórico poderia ser cumulativamente construída.

“A história não se separa das disciplinas que lhe rodeiam. Nenhuma disciplina jamais se separa de suas vizinhas. Todas são ligadas entre elas por uma solidariedade afetiva e poderosa. Pode-se dizer que esta solidariedade não seja percebida espontaneamente pelos homens de tal ou tal domínio particular do saber. Pode –se dizer que esses homens se reduzem, voluntariamente, ao papel de especialistas, para quem um par de viseiras constitui o equipamento essencial. Esta cegueira não impede as ciências, na mesma época – todas as ciências – de se banhar em um mesmo clima. E de ver cada uma das suas transformações, de suas aquisições, condicionada pelas transformações, pelas aquisições, eu não digo de *uma* outra disciplina, mas do *bloco* solidário de todas as disciplinas do tempo”. (Febvre. 1955d. p. 305-306).

A convivência necessária entre as diversas disciplinas que têm no homem o seu objeto de estudo, deve ser alimentada pela esperança na apreensão do significado humano da vida. Esse objetivo determina inclusive os contornos e o perfil do conhecimento histórico, na medida em que o seu objeto somente pode ser pensado a partir da colaboração intensa e ininterrupta entre aquelas disciplinas. De fato, o pressuposto que fundamenta o argumento interdisciplinar de Febvre expressa essa contingência, qual seja, a de que ao partilhar o seu objeto com outros saberes, a história se fortalece e fortalece as demais parceiras. Em síntese, o objeto da história é conhecido apenas se tomado no interior mesmo desse universo de conhecimentos entrecruzados. Portanto, a interdisciplinaridade não é uma questão apenas de oportunismo imperialista de uma disciplina qualquer, mas uma exigência epistemológica de base no campo das ciências humanas.

“Os homens, únicos objectos da história – de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da linguística, etc.; uma história que não se interessa por não sei que homem abstracto, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro

das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de actividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida”. (Febvre. 1985. p. 30).

O projeto interdisciplinar para as ciências humanas tem como primeiro problema teórico a ser superado a promoção do conhecimento total do homem em sua totalidade. O ideal interdisciplinar se caracteriza como um esforço de construção das bases de um método de pesquisa, cujo principal objetivo é superar o desafio da fragmentação e instituir a unidade do conhecimento. Entretanto, o pensamento interdisciplinar não se restringe a uma instância da pura elaboração teórica. As idéias que sustentam essa proposta subentendem uma relação direta entre o conhecimento e a vida social, ou seja, pretende-se capaz de apreender o homem na integridade de sua existência e informar racionalmente as suas ações. Esta dimensão prática da interdisciplinaridade pode ser observada com bastante clareza no ideário febvriano, na medida em que ele se fundamenta na concepção de história total como plenitude de significação humana. Além disso, percebe-se em Febvre uma forte ênfase na indissociabilidade entre pensamento e ação, responsabilizando a história e os historiadores pelas tarefas de dar sentido às angústias do homem contemporâneo. A própria idéia de ciência histórica estaria condicionada à capacidade do historiador em sintetizar, no conhecimento da história, essas dimensões fundamentais da experiência humana: o passado e o presente mediados pela ação. Esta atitude se confirma quando ele confessa sua intenção de pensar uma História Nova, que assuma o desafio de tratar das realidades concretas do mundo conturbado da primeira metade do século XX.

“Uma ciência com leis? Talvez. Tudo depende do que se entende por Lei. Palavra ambiciosa, palavra pesada de sentidos diversos, por vezes contraditórios. Leis que constroem a acção, já

dissemos que não. Não esmaguemos o esforço humano sob o peso esterilizante do passado. Repitamos claramente, nós historiadores – e porque historiadores – que o passado não obriga. Passado, aliás? Não tenham ilusões. O homem não se lembra do passado. Reconstrói-o sempre. O homem isolado, essa abstracção. O homem em grupo, essa realidade. Ele não conserva o passado na memória, como os gelos do Norte conservam frigorificados os mamutes milenários. Parte do presente – e é sempre através dele que conhece, que interpreta o passado”. (Febvre. 1984,p. 25).

Dessa forma Febvre lança as bases de uma política de divulgação extra-acadêmica da história, rompendo com o isolacionismo elitista da historiografia. Neste sentido, para Febvre o conhecimento histórico deve, também, buscar sua legitimidade na praxis social e não apenas como um saber pelo saber, acreditando que a história deva consagrar suas pesquisas à vida prática, porquanto a ciência em si mesma não possui uma finalidade outra que não seja propriamente científica. Assim, Lucien Febvre, intelectual em plena atividade político-científica no auge da idade da democracia, ainda conservará os resquícios da imaginação utilitária da história, atribuindo a essa disciplina o papel de organizar o passado e dar sentido ao presente. Sendo assim, certamente a sua démarche interdisciplinar deve ser entendida como a parte corajosamente exposta de um projeto científico para a história. A principal característica desse projeto se resume em sintetizar a ambigüidade de um conhecimento que é ao mesmo tempo o fruto da experiência coletiva e o esforço inteligente de seus especialistas. E, mais importante ainda, sem a conservação dessa ambigüidade no interior mesmo do discurso histórico nada é possível construir no desvendamento da vida.

“O gênio particular de Lucien Febvre é o de ter intuitivamente compreendido isto: a história não poderia fazer uma revolução que fosse a sua senão jogando coma ambivalência de seu nome, recusando, na prática da língua, a oposição da ciência e da literatura. Isto não era simplesmente poder conciliar os rigores de uma com os cl...es da outra. Era, muito mais profundamente, que

só a língua das histórias estava apta a marcar a cientificidade própria da ciência histórica: tarefa não da retórica, colocando a jovem ciência de acordo com os prejulgamentos dos velhos mestres e as regras da instituição, mas da poética, constituindo em língua de verdade a língua tão verdadeira quanto falsa dos historiadores”. (Rancière. 1994. 14-15).

Desse modo, o exemplo intelectual de Lucien Febvre é, sem dúvida, a sua capacidade de ter assimilado tudo o que se assemelhava à renovação historiográfica em particular e às ciências humanas, em geral, experimentando a formulação de diversas interfaces de saberes com o propósito de engendrar uma cientificidade possível da história. Entretanto, pode-se dizer que sua maior virtude foi a de ter sabido contemporizar as afinidades em nome de um conhecimento novo e melhorado. Isto feito sem, no entanto, esquecer os desafios epistemológicos que a história ainda estaria por enfrentar. A grande aventura a ser vivida pela Nova História, segundo o pensamento de Febvre, seria a de sobrepujar os conflitos provocados pelo choque entre a necessidade de compreender a vida e os limites do conhecimento humano. Sendo que o próprio exercício do ato da experimentação habilitaria a história ao aprofundamento contínuo do conhecimento desses mistérios que envolvem a existência dos homens. os elementos mais antigos e profundos da sua identidade enquanto saber humano condicionado pelo tempo e em constante construção.

## Considerações Finais

“Não haverá aqui lugar para uma conclusão. Concluir é parar. Passar um traço”. (Lucien Febvre. *Combates pela História*. 1953).

Lucien Febvre foi um desses poucos intelectuais que têm o privilégio de consagrar ao seu talento pessoal, as circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento de suas qualidades de sábio, muito embora tenha admitido na maturidade ter sido incompreendido por seus contemporâneos. Ele viveu durante um momento singular da história do pensamento nas ciências humanas, acompanhando *pari passu* a corrente de mudanças que se processavam como reavaliação das matrizes teóricas e das atividades profissionais, anunciadas desde o final do século XIX. Neste período as demandas teóricas e epistemológicas das humanidades deixavam de ser atendidas pelo modelo naturalista de se fazer ciência, bem como foram sendo relativizadas nas verdades consentidas pela ideologia cientificista. Assim, muitas das disciplinas que atuavam em uma área mais ou menos nebulosa existente entre o diletantismo subjetivo e a verdade objetiva e as recém criadas em torno da expansão dos temas e dos problemas concernentes à dinâmica da nova realidade social, passavam a adotar um novo discurso, considerando a necessidade de alteração no esquema de legitimação de seus saberes, assumindo uma nova atitude “científica” diante das questões postas pela ordem cultural que se formulava no século XX.

A biografia intelectual de Lucien Febvre revela sua condição indiscutível de *maître d'oeuvre*, engajando-se desde o início em grandes empreendimentos culturais, acadêmicos e profissionais. O fato de ter fundado e mantido por quase trinta anos a revista *Annales de Histoire Économique et Sociale* (AHES), com a colaboração imediata de Marc Bloch, faz dele um representante privilegiado desse grupo que veio a se constituir em um referencial obrigatório para a história e para as ciências humanas; ter fundado e presidido a VI seção da Escola

Prática de Altos Estudos, lugar privilegiado das experiências interdisciplinares nas ciências sociais, tornando-se espaço institucional das experiências coordenadas pela história e a fortaleza a partir da qual o movimento dos *Annales* veio a tornar-se uma corrente historiográfica hegemônica. Embora o sucesso dos *Annales* deva ser atribuído igualmente tanto a Febvre como a Bloch, deve-se considerar o fato de que, sendo mais velho que Bloch oito anos, a ascendência de Febvre sobre ele e os demais tornou-se quase inquestionável. Não se deve, entretanto, simplificar os papéis e afirmar que Lucien Febvre concentra em si o núcleo das decisões e a fonte matriz das idéias do projeto analista de história, mas ressaltar sua posição de preponderância dentro do grupo é uma tarefa que o observador realiza sem ter que enfrentar grandes obstáculos. Além desse aspecto, que por si só é bastante para despertar a curiosidade dos novos historiadores, Lucien Febvre foi o porta-voz de um conjunto de reivindicações intelectuais que estabeleciam novos paradigmas para o conhecimento histórico. A partir delas, as demandas por inovação se manifestaram através de sua obra, cuja característica maior é a de ter sabido contemporizar com tradições e matrizes intelectuais distintas, freqüentemente contraditórias. Febvre elaborou uma história preocupada ao mesmo tempo com o rigor que exige a ciência e a sensibilidade como condição necessária para lhe conferir um conteúdo verdadeiramente humano.

Dentre todas as qualidades que fizeram de Lucien Febvre um intelectual representativo das idéias modernas sobre o conhecimento histórico, a mais relevante no que diz respeito ao caráter particular de sua contribuição para a renovação do pensamento e da prática historiográfica, é o de ter escrito a sua obra histórica especialmente estimulado por outros livros de história. A princípio não haveria nada de extraordinário nessa opção de trabalho, entretanto, se se considerar que durante todo o século XIX vivia-se um momento de intensa pesquisa em busca de conhecimentos originais, chegar-se-ia à conclusão de que mais importante seria contribuir com o estudo de temas ainda não visitados. Todavia, no que concerne à atitude metodológica de Febvre, a sua originalidade se manifestou exatamente

como sensibilidade para realizar uma revisão historiográfica capaz de preencher as lacunas deixadas pelos historiadores nas suas interpretações do passado e repensar, assim, os fundamentos teóricos da própria disciplina. Isto é, que a nova leitura fosse ao mesmo tempo uma abordagem sobre um assunto de domínio coletivo, mas que se renovasse mediante uma nova filtragem de tranças teóricas, necessitando para isso, segundo sua opinião, de um tratamento diferente do ponto de vista da interpretação e da compreensão do historiador. Neste sentido, Febvre não permaneceu imune à vaga das descobertas históricas animadas pelo estímulo dado pelo Estado à organização dos documentos e dos arquivos públicos, mas essa moda não foi o suficiente para desanimá-lo na sua vontade de empreender uma releitura dos clássicos consagrados seja pela história, pela geografia ou pela literatura. Em uma palavra, a sua disponibilidade para a crítica historiográfica o torna um dos primeiros historiadores da história, exercitando-a de maneira sistemática e constante. Em toda a sua obra, de uma maneira ou de outra, ele reinterpreta as fontes e o método dos autores que lhes são contemporâneos, recolocando essas obras no contexto exato de sua origem teórica, assim como sua filiação, consciente ou não, a alguma das correntes historiográficas em voga.

Dessa forma, Lucien Febvre marca a sua participação no processo de renovação das ciências humanas, fazendo particularmente a história assimilar o sentimento de mudanças que se iniciou de modo especial com a geografia e com a sociologia. Influenciado pelo clima altamente favorável à reflexão sobre a natureza do papel e a intensidade dos desafios para os novos campos de conhecimento, ele fará com que a história se declare em condições de empreender sua atualização epistemológica. Esta atualização se torna em um determinado momento indispensável à sobrevivência da história como uma disciplina autônoma, considerando as pressões da sociologia durkheimiana contra uma história tradicional e acomodadamente dedicada à narrativa fatural dos fatos da política. Nesse sentido, François Simiand no seu célebre texto "*Méthode Historique et Sciences Sociales*" (1903), não foi apenas um crítico da historiografia metódica em favor da convergência das ciências humanas para a

consagração da futura “ciência do social”, mas foi também um alerta para que os historiadores do início do século XX atentassem para a necessidade de tomarem em suas mãos os destinos de uma disciplina que perdia espaço teórico para as novas ciências sociais. Lucien Febvre soube decifrar esse alerta e encaminhar seu combate por uma nova história de maneira a concretizar a sua renovação, além de criar condições para que a sua disciplina continuasse como núcleo confederador das demais, reassumindo seu lugar preeminente entre os diversos saberes humanísticos postados dentro e fora da universidade. Sendo assim, seu papel de historiador da história de fato serviu para efetuar a “revolução historiográfica” que se deu a partir dos anos 1930 com o movimento dos *Annales*, definindo a dinâmica da nova ordem nas relações de poder entre as disciplinas e propondo, como política de controle das hostilidades, o projeto de unidade das ciências humanas por intermédio da prática interdisciplinar.

A experiência intelectual de Lucien Febvre demonstra sua inteira dedicação à renovação das ciências humanas, estimulado pelas dúvidas e pelas ameaças à estabilidade institucional e epistemológica da história que emergiram no início do século XX. Nesse contexto de debate, a legitimidade da história como conhecimento foi posta a prova por conta do surgimento agressivo das novas disciplinas que vieram a compor as chamadas ciências sociais. O pensamento febvriano pode ser, então, caracterizado pelo seu conteúdo de combate em defesa da atualização do ofício do historiador em face das demandas teóricas e metodológicas que se constituíam naquele período. Além de considerar as suas múltiplas inserções nos diversos campos do conhecimento humanístico, resultado incontestável de uma formação genérica extremamente rica e representativa da cultura clássica do século anterior, foi exatamente no universo da reflexão sobre as possibilidades científicas da história que ele veio a se destacar como um dos maiores representantes da historiografia francesa dos últimos tempos.

Em função de suas ligações acadêmicas e sentimentais com a geração dos historiadores metódicos, a quem chamou de “aristocracia do coração e do espírito”, a disposição de Febvre em realizar essa tarefa de superação dos limites institucionais da história, está associada uma estratégia que se poderia, segundo a sugestão de Noiriel (1996), definir como arte do compromisso. Isto é, ele soube compatibilizar no mesmo discurso uma fala de renovação integral da história e outra de preservação dos ensinamentos elaborados pela erudição. Ao mesmo tempo em que cobrava dos historiadores uma atitude mais ousada no que concerne ao rompimento com a concepção restrita de documento e com o isolamento disciplinar da história provocado pelo elitismo dos historiadores acadêmicos, agia de maneira a confirmar o valor das conquistas realizadas pela tradição que se forjou na crítica documental e se que confirmou na busca de um método objetivo para controlar o trabalho do historiador. Em síntese, Febvre foi durante toda a sua vida de intelectual militante um reformista conservador, atribuindo-se a responsabilidade de continuador de uma obra de amadurecimento científico da disciplina histórica, identificando os limites da “liberdade vigiada” imposta pela corporação e sabendo, portanto, até onde poderia conduzir suas críticas sem que isso viesse a representar um rompimento definitivo com aqueles que lhe antecederam e colaboraram diretamente na sua formação de historiador.

A singularidade intelectual de Lucien Febvre foi a de ter sido o porta-voz de um projeto historiográfico que se propunha a encaminhar a discussão sobre o destino da história como conhecimento, desempenhando o papel de reformador de suas práticas e de seus ideais científicos. Febvre acreditava na possibilidade da história vir a ser uma ciência, naquele momento ela já apresentava elementos próprios da prática científica, pois, buscava incessantemente a verdade de acordo com as regras da pesquisa orientada, embora ainda não tivesse desenvolvida todas às potencialidades. A história encontrava-se, portanto, em um estágio pré-científico de sua história como disciplina, mas nada a impediria de conquistar futuramente seu estatuto definitivo de ciência. O fato de estar na sua idade infantil não

significava para Febvre que ela estivesse condenada a permanecer eternamente presa à condição intermediária entre a arte e a ciência, mas que, devido à sua adesão recente aos princípios do pensamento científico, não havia tido o tempo suficiente para definir claramente seu objeto e desenvolver-lhe uma metodologia apropriada para a sua apreensão objetiva. Para que isso viesse a ocorrer satisfatoriamente, ou seja, o amadurecimento da história, seria necessário o empenho e o esforço de seus especialistas em expandir seu saber em direção ao trabalho coletivo.

Como sábio acostumado à lógica da controvérsia e à dialética do diálogo, Febvre sempre se mostrou como defensor confiante da cientificidade possível da história e fez disso uma de suas mais ardorosas batalhas. Entretanto, ele percebeu desde cedo os riscos que envolviam esse projeto, considerando os efeitos das regras científicas sobre o modo particular da história articular suas verdades. Entregar-se completamente e sem reservas ao ideal científico do modelo naturalista, seria conduzir a história para o terreno das simplificações formalizantes, a partir do qual talvez não se encontrasse o caminho de retorno. Para a história ser ciência, antes de mais nada, é uma questão que envolve a necessidade de legitimação do seu conhecimento perante as demais ciências. Mas atingir esse propósito poderia representar o desaparecimento da própria história como conhecimento aberto, cuja mais evidente característica é aquela de encarnar a complexidade das experiências acumuladas pelos homens, bem como a transigência perante a pluralidade de suas alternativas, suas preferências e suas decisões. Portanto, Febvre entendia perfeitamente o dilema da disciplina histórica diante do desafio da ciência, disso se aproveitando para definir a sua poética do saber histórico como o jogo ambivalente entre as astúcias da linguagem e os rigores da precisão científica.

O projeto febvriano de tornar a história uma ciência através do incentivo às pesquisas dirigidas por equipes de especialistas, além de ilustrar sua idéia da história como uma ciência em construção, demonstra afinal de contas a ambigüidade que sempre caracterizou a sua reflexão teórica. Febvre deixa transparecer suas convicções a propósito de uma ideal científico

que é próprio da concepção positivista, isto é, ele acredita no progresso constante e qualitativamente crescente das formas de conhecimento do real. Embora não compactue com a filosofia positiva comteana, seu pensamento teórico fará emergir uma espécie de neopositivismo que se fundamenta em uma noção objetivista na forma de promover o saber e, acata os princípios da dúvida relativista quanto ao seu conteúdo. Significa dizer que a proposta de pragmatismo, inerente ao projeto positivista enquanto teoria da ciência, será assimilado por Febvre através de sua prática centrada na preocupação metodológica. Entretanto, Febvre continua pensando o conhecimento como produto do sujeito, como consciência de si mesmo que busca conhecer a realidade, contrariando o primado positivista de que não se pode questionar o sentido do saber.

Especificamente no processo de elaboração do conhecimento da história, essa forma de compreender os processos epistêmicos será anunciada como a sua necessária inclusão nos ditames do procedimento científico. Condicionando, portanto, a maneira do historiador orientar a pesquisa das fontes e, por outro lado, flexibilizar suas verdades formuladas como fruto de processos contínuos de compreensão, impedindo dessa forma que o arbítrio do sujeito do conhecimento se sobreponha aos rigores do saber conduzido cientificamente. Assim, reúnem-se no mesmo pensamento os ideais da teoria científica positivista, inclusive com seus desdobramentos científicistas, e as lições interpretativas do método hermenêutico em história. Essa ambigüidade, então, pode ser determinante na caracterização eclética da cultura histórica de Febvre, na medida em que ele tenta conciliar posições intelectuais mais ou menos incompatíveis em um mesmo *corpus* teórico.

Assumindo como fundamento teórico a noção de que a história somente pode concretizar sua viragem epistemológica através da formação de alianças disciplinares, Lucien Febvre contrariou os princípios “etnocêntricos” que norteavam o pensamento histórico da corrente dos historiadores metódicos. Conforme se pode observar, estes historiadores formados na tradição científicista da Escola Alemã de história, esforçaram-se por construir

uma identidade para a história, distinguindo-a das demais ciências humanas, acabando por provocar o surgimento de um certo imobilismo teórico-epistemológico. No máximo o que puderam fazer em termos do trabalho coletivo, foi estabelecer uma certa camaradagem “interessada” na base da complementação dos seus estudos por meio da subordinação das outras disciplinas aos seus objetivos imediatos. Contra a idéia de ciências auxiliares, Lucien Febvre defendeu a unidade e a colaboração constante entre as disciplinas por associação, considerando como base de um novo conhecimento, mais amplo e mais profundo, a cooperação sem limites entre todas ciências do homem, bem como todo tipo de saber que viesse a manifestar sua curiosidade por este objeto. O esforço renovador de Febvre demonstra as disparidades existentes entre dois projetos distintos que se afirmam como portadores de demandas culturais completamente antagônicas. O mundo para o qual os ideais metódicos foram elaborados já apresentava na passagem do século os primeiros sinais de declínio, surgindo então um novo contexto de exigências culturais, sociais e científicas. Essas novas demandas serão aprofundadas durante toda a primeira metade do século XX, exprimindo os interesses próprios da realidade socioeconômica da idade da democracia e das massas, tanto quanto os efeitos estonteantes da teoria da relatividade sobre as formas tradicionais de conhecimento científico. Nos anos seguintes ao pós-Segunda Guerra mundial, então, percebe-se a radicalização desses projetos quando se dá o rompimento com determinados valores que anteriormente embalsamaram as convicções da cultura clássica do dezanove, surgindo em seu lugar o relativismo como princípio de formulação do pensamento científico.

A idéia de reconstruir a unidade das ciências humanas através do exercício interdisciplinar e simultaneamente acelerar o amadurecimento científico da história, fez de Febvre um obcecado pela discussão sobre a noção de fronteira. A princípio apenas como um conceito a ser investigado pela geografia, que se pretendia humana sob os auspícios da colaboração de Vidal de la Blache, tornou-se depois o paradigma para quase todas as

bandeiras de renovação da história e das ciências humanas. Na abordagem geográfica de Febvre as fronteiras deixam de ser uma convenção político-administrativa, um grafismo aleatório na produção dos mapas e a identificação imperialista das fronteiras naturais, para se transformarem em uma entidade cultural que expressa um conjunto de práticas e tradições sociais.

Enquanto isso, pode se encontrar na teoria febvriana do conhecimento a expressão de entendimento de que as fronteiras representam invariavelmente o artificialismo e a presunção dos especialistas, quando em nome da honra e da preservação da identidade de suas especialidades promovem o isolamento e a imobilidade do conhecimento. A sua existência de fato expressa o aprofundamento da tendência secular de compartimentação e especialização dos conhecimentos sistemáticos. Rompê-las, portanto, seria a condição necessária para recriar o caminho da unidade holística do conhecimento desfeito pela divisão social do trabalho intelectual, como também para que as disciplinas ainda jovens nos seus projetos científicos pudessem realizar, enfim, todas as suas potencialidades criativas.

O interesse manifesto por Febvre na recomposição do quadro das disciplinas humanas, segundo a lógica da reunificação dos seus propósitos de conhecimento, sem subverter, é claro, as diferenças e as individualidades de cada uma delas, pode ser explicado como uma resposta às próprias condições de legitimidade social as quais se submeteram essas disciplinas, especialmente a história. Isto significa dizer que a história, considerando sua inclusão no campo das ciências do espírito, tipologia elaborada pela filosofia neo-kantiana de Dilthey, deveria, assim como as demais, prestar contas de sua produção intelectual tanto à comunidade científica, como ao público encerrado nas escolas, nos liceus e nas universidades. Nestas circunstâncias não haveria a possibilidade de se aceitar a dedicação dos historiadores à especialização e à conseqüente fragmentação do objeto da história, admitindo-se apenas a história em geral, a história *tout court* e jamais as histórias particulares. Esse ideal representou os sonhos de muitos intelectuais que se voltaram para a renovação epistemológica das ciências

humanas, como por exemplo Henri Berr, que foi talvez um dos primeiros a se dedicar a esta tarefa, inclusive criando a Revista de Síntese Histórica e o Centro Internacional de Síntese, cuja finalidade seria permitir a aproximação atuante das diversas formas de conhecimento. Apesar de ter sido um precursor e permitir a divulgação do pensamento de muitos jovens iniciantes, Berr não encontrou as condições adequadas para tornar-se um personagem público, pois a sua inserção institucional em nível acadêmico nunca foi bem aceita. Febvre teve, ao contrário, todas as chances possíveis para fazê-lo, por isso ele deve ser entendido como o promotor que deu visibilidade a um projeto historiográfico que tem sua origem na idéia da unidade das ciências humanas. Projeto este que originalmente seria durkheimiano, mas que encontrou em Henri Berr o seu prosseguimento mais que honesto e abnegado, mesmo porque este assimilou as idéias sociológicas de Durkheim na sua formação de filósofo. Febvre, portanto, é o elemento essencial dessa cadeia de idéias que se propagou durante os primeiros trinta anos do século XX no campo das ciências humanas, associando a sua carreira à própria execução desse projeto.

Na sua teoria da história, Febvre se utiliza da noção de fronteiras para estabelecer uma relação ativa entre presente e passado, constituindo assim, sua hipótese compreensiva do *Zusammenhang*. Através de sua crítica aos anacronismos praticados sem remorsos por muitos historiadores, ele propõe observar e preservar a especificidade das fronteiras das épocas, abordando-as de acordo com os conceitos de continuidade e descontinuidade, como via possível de apreensão da dinâmica das mudanças históricas. Agir assim significa, pois, considerar como tarefa principal do historiador a compreensão do universo mental, dos gêneros de vida, da aparelhagem mental, etc., dos homens em sociedade, e restabelecer todas as suas conexões originais a fim de restituir o todo de sentido. Essa operação complexa de reconstituição de significados é apresentada como medida de superação e controle do evento, entidade teórica sempre provisória e inapreensível a uma abordagem que busca permanências. Por meio dessa idéia de totalidade histórica, Febvre explica as características culturais das

mentalidades vigorantes em dados períodos históricos que são diferentes entre si e cuja permanência no tempo é determinada pela noção de ruptura. Diferentemente do que se pode deduzir, pensando dessa forma Febvre não se alia incondicionalmente aos postulados românticos, talvez apenas na justa medida da inspiração humboldtiana, porquanto ao se utilizar das noções de distância e de fronteira na história dos fatos de civilização, determinando as particularidades entre as esferas individual, nacional e humana das diversas culturas, não cede à tentação dos exotismos ou do imaginário do tempo de ouro, mas abre espaço para uma história comparativa das experiências humanas vividas no passado.

Para um homem que foi um obcecado pela definição exata da idéia de fronteira, paradoxalmente se encontra sobressaído no balanço de sua luta o combate travado pela extinção dessas barreiras, que se colocam nas várias instâncias da vida científica, social e cultural. A sanha de Febvre contra a compartimentação da vida começou desde cedo e se prolongou por muito tempo, e os efeitos desse embate repercutiram fortemente na maneira como os historiadores e seus colegas de vizinhança passaram a enfrentar os desafios da abertura epistemológica nas ciências humanas. O exemplo maior que Febvre talvez tenha pretendido passar com a sua recusa sistemática às fronteiras de toda ordem, foi o de que entre a história e a vida não há separações e que virar as costas à vida é condenar o passado à incompreensão e ao ocultamento. Pelo contrário, para ele a vida deve ser o alimento constante da história, tendo em vista que somente os anseios e as angústias do vivido no presente podem recobrar o sentido daquilo que já não é, mas se encontra latente nos escombros da memória. Por tudo isso é que Febvre se enquadra perfeitamente na imagem do historiador-poeta, desde a adoção de uma linguagem sempre o mais próxima possível da complexidade da existência, até a profusão exuberante de uma verve sensível a tudo o que é humano, fortalecendo em si a certeza de que somente a linguagem da poesia pode dar vida aos mundos distantes e desaparecidos para nós. Em uma palavra, o humanismo radical ao se entremear com os preceitos da ciência moderna no pensamento de Febvre, percebe-se

emergir um ideal que busca os fundamentos do saber completo sobre o homem, espelhando com nitidez a grandiosidade de sua alma de poeta da história que não apenas contempla o passado, mas também sabe discernir as suas armadilhas em favor da vida.

A noção de fronteiras pode também facilitar ao estudioso da obra de Febvre conhecer uma dimensão mais pragmática de sua longa carreira intelectual, ressaltando principalmente aqueles tipos de experiências e atitudes que demarcaram suas posições em relação aos outros. De temperamento forte e inabalável, de pertinácia próxima ao pirronismo, antes de qualquer coisa Febvre condiciona suas opiniões e decisões ao fato de estar entre parceiros, estabelecendo sem comisseração um lugar e um tratamento específicos para os seus adversários. Esse provavelmente é o traço mais expressivo de sua personalidade combativa e impiedosa, que se levanta contra a arrogância e os equívocos intelectuais de seus desafetos, erigindo, pois, fronteiras intransponíveis que delimitam em terrenos impenetráveis o seu tipo de história e o tipo praticado pelos outros. As fronteiras criadas por Febvre diagnosticam com que intensidade de paixão suas batalhas eram travadas, assim como, o grau de intransigência que perpassava o debate intelectual naquele período. Essas são, portanto, as únicas barreiras impostas pelo espírito febvriano de livre-pensador, mas provavelmente as que maior importância tiveram na realização de seus projetos de inovação intelectual e científica. E, por fim, uma última referência a fronteiras na vida de Febvre, agora no sentido de rompimento dos limites “provincianos” do mundo intelectual francês, provocado por seu brilho de intelectual ativo e competente. Ou seja, a partir do processo de divulgação de suas idéias e a assimilação delas por parte dos historiadores que estavam em seus países de origem envolvidos também na aventura da renovação historiográfica, Febvre conquistou notoriedade para além da historiografia francesa e européia. Embora não tenha cultivado o interesse pela glória internacional, mesmo tendo visitado vários países em missões acadêmicas e diplomáticas, ele conseguiu se colocar em um nível de importância que supera e excede as

fronteiras locais e sua imagem de reformista pária como um modelo em diversas historiografias nacionais.

Mas a proposta interdisciplinar de Lucien Febvre, enquanto critério de controle responsável pelo acolhimento dos elementos científicos na produção histórica, não pode ser entendida apenas como uma abertura desinteressada a todas as contribuições vindas de fora do território do historiador. É preciso se perceber que suas preocupações se justificam diante do conflito de competências que se instaura a partir da organização teórica e da militância intelectual da sociologia durkheimiana, ao emparedar a historiografia hegemônica de modo a ameaçá-la tanto na sua integridade institucional, como científica e ideológica. Desse modo, a grande demonstração de habilidade de Lucien Febvre foi perceber que embora fosse importante e em alguns casos indispensável a interdisciplinaridade, soube demarcar os graus de aproximação entre as disciplinas para que isto não viesse a representar o desaparecimento da história. Contra a ameaça de destruição autofágica provocada por uma interdisciplinaridade selvagem, Febvre sugere a formação de novas competências, que fossem nutridos de um saber complexo e sem fronteiras, abandonando definitivamente a idéia das ciências auxiliares da história. No horizonte dessa proposta se encontra a expectativa da criação de novos campos de saber, donde os estudos sobre o homem se produziriam com rigor de conhecimento cada vez maior. Sendo assim, não se pode pensar o combate de Febvre pela interdisciplinaridade somente como uma estratégia de convencimento para fins de arregimentação das ciências humanas, mas também como uma qualidade intelectual que se pronuncia com sinceridade e confiança nas suas possibilidades verdadeiras.

A exemplo do que ocorreu com Lucien Febvre, isto é, sua contribuição intelectual na forma de estímulo a se pensar como se conhece e conhecer como se pensa a história, talvez fosse conveniente se meditar sobre a importância de se considerar o historiador da história como um promotor constante de atualizações do seu ofício e de seu conhecimento, na medida em que ele se encontra frequentemente envolvido com as realizações dos demais

especialistas da história. Desse modo, sua atuação como crítico da produção historiográfica nas suas diversas modalidades de história política, bem como da inexpressiva participação dos historiadores na discussão sobre a natureza, os fundamentos e o sentido intrínseco do conhecimento histórico o habilitaria à condição de fomentador da tão necessária reflexão teórica sobre a história, ensejando as condições de possibilidade para a tão desejada colaboração entre as ciências humanas. Trabalhando, pois, para esclarecer as formas através das quais esse contato pode se efetivar sem que as disciplinas percam suas características originais, seja desaparecendo nos conteúdos variados produzidos em regime de cooperativa, seja fragmentando-se no contato sem reservas com as técnicas, os conceitos e os métodos das demais disciplinas concorrentes, o historiador da história orientaria a história nos caminhos de sua legitimidade social e epistemológica. Pensá-lo, pois, como um intelectual cujo trabalho o faria presente em vários campos e ao mesmo tempo acima deles, propondo-se elaborar um conhecimento de síntese dessas contribuições determinadas. Em uma palavra, seria de se imaginar, então, a constituição de uma disciplina nova com o propósito de fortalecer e aprimorar as bases teóricas e práticas da história como conhecimento das experiências vividas dos homens do passado.

Para além da tendência à mitificação do personagem que foi sendo paulatinamente transformado no núcleo de uma tradição e, conseqüentemente, do culto da personalidade que se pratica entre os historiadores epígonos da história dos Annales, há de considerar que, por meio de suas lições e de seus exemplos, a atualidade de Febvre está presente na propensão da historiografia internacional contemporânea em pensar teoricamente a condição epistemológica da história. Apesar de se observar que grande parte de suas idéias e de suas problemáticas históricas terem sido ultrapassadas por novas abordagens historiográficas, assim como não se encontrar uma sistematicidade na sua forma de entender o conhecimento histórico, o pensamento polêmico e a obra de preocupações metodológicas de Febvre continuam em vigor como estímulo à reflexão aos historiadores de hoje. Desembaraçada dos

velhos preconceitos que lhe amordaçava a inteligência, cuja origem remonta ao passado obscuro das parcerias inconvenientes e inoportunas com as filosofias da história, a historiografia praticada nas últimas décadas tem respondido positivamente ao chamado teórico de um conhecimento que não se altera ou se recusa ao trabalho de auto-reflexão crítica. Ao contrário, tem percebido o quanto é importante para a sua própria consistência epistemológica e para a legitimidade de suas realizações. Essa compreensão aberta de uma história experimental que se pensa constantemente inserida no contexto dos saberes humanos, solícita de suas responsabilidades e obsequiosa de contribuições externas, a historiografia recente deve em grande parte à colaboração singular de pioneiros como Lucien Febvre.

## Referências Bibliográficas.

### Livros

- ABBAGNANO, Nicola. (1998) Dicionário de Filosofia. BOSI, Alfredo (trad.). 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes.
- ALLEGRA, Luciano e TORRE, Angelo. (1977) *La Nascita della Storia Sociale in Francia. Dalla Comune alle «Annales»*. Torino, Fondazione Luigi Einaudi.
- ALTUNA, José Antônio Ereño (1994) *Lucien Febvre: Combates por el Socialismo*. Bilbao.
- ARIÈS, Philippe. (1989) *O Tempo da História*. FERREIRA, Roberto Leal (trad.). Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- ARISTÓTELES. (S/d) *Arte Retórica e Arte Poética*. CARVALHO, Antônio Pinto de (trad.). Rio de Janeiro, Ediouro, Coleção Universidade de Bolso.
- ARON, Raymond. (1965) *La Sociología Alemana Contemporánea*. 2ª. ed. Buenos Aires. Editorial Paidós.
- BACHERLARD, Gaston. (1983) *Epistemologia*. CAIXEIRO, Nathanael (trad.). Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1996) *A Formação do Espírito Científico*. ABREU, Estela dos Santos (trad.). Rio de Janeiro, Contraponto.
- BAKHTIN, Mikhail. (1996). *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais*. FRATESCHI, Yara (trad.). 3ª edição. São Paulo, Editora Universidade de Brasília, Hucitec.
- BANN, Stephen. (1994) *As Invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado*. VILLAS-BOAS, Flávia (trad.). São Paulo, Editora Unesp.
- BARTHÈS, Roland. (1987) *El Susurro del Lenguaje*. Barcelona, Ediciones Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1991) *Michelet*. NEVES, Paulo, (trad.). São Paulo. Companhia das Letras.
- BÉDARIDA, François. (1995) *L'Histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- BERLIN, Isaiah. (1982) *Vico e Herder*. SOBRINHO, Juan Antonio Gili, (trad.). Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- BERR, Henri. (1935) *L'histoire traditionnelle et la synthèse historique*. Paris, Félix Alcan.

- BLOCH, Marc. (s/d.) *Introdução à História*. MANUEL, Maria e GRÁCIO, Rui. (trad.). 4ª edição. Lisboa, Publicações Europa-América.
- \_\_\_\_\_. (1993) *Los Reyes Taumaturgos*. LARA, Marcos (trad.). México, Fondo de Cultura Económica.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. (s/d.) *As Escolas Históricas*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.) (1998) *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História*. MORTARA, Marcella e SKINNER, Anamaria (trad.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.
- BRAUDEL, Fernand. (1967) *Ecrits sur l'histoire*. Paris, Flammarion.
- \_\_\_\_\_. (1990) *História e Ciências Sociais*. NAZARÉ, Rui (trad.). 6ª edição. Lisboa, Editorial Presença.
- BURCKHARDT, Jacob. (1961) *Reflexões sobre a História*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BURGUIÈRE, André. (Org.). (1986) *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris, PUF.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (1993) *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Editora Imago.
- BURKE, Peter. (1990) *Sociologia e História*. Martins, Fátima (trad.). Porto, Coleção Histórias e Idéias/4. Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (1991) *A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. ODALIA, Nilo (trad.). São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1992) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. LOPES, Magda (trad.). São Paulo, Editora Unesp.
- \_\_\_\_\_. (1997) *Vico*. FERREIRA, Roberto Leal (trad.). São Paulo, Editora Unesp.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. (1994) *Introduction à L'Historiographie*. Paris, Nathan Université.
- CARBONELL, Charles-Olivier. (1992) *Historiografia*. JORDÃO, Pedro (trad.). Lisboa, Teorema.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (1982) *Uma Introdução à História*. 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. (1983) *Os Métodos da História*. MAIA, João (trad.). 3ª edição. Rio de Janeiro, Graal.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982) *A Instituição Imaginária da Sociedade*. REYNAUD, Guy (trad.). 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terras.
- CHARTIER, Roger. (1990) *A História Cultural. Entre práticas e representações*. GALHARDO, Maria Manuela (trad.). Lisboa, Difel/Bertrand Brasil.

- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. (1978) *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.
- CHAUNU, Pierre. (1976) *A História como Ciência Social. A Duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna*. FERRO, Fernando (trad.). Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- COLLINGWOOD, R. G. (1972) *A Idéia de História*. Lisboa, Biblioteca de Textos Universitários. 2. Editorial Presença. Livraria Martins Fontes.
- COMTE, Auguste. (1983) *Os Pensadores*. GIANNOTTI, José Arthur e LEMOS, Miguel (trad.). 2ª edição. São Paulo, Abril Cultural.
- COUTAU-BEGARIE, Hervé. (1983) *Le Phenomene "Nouvelle Histoire". Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris, Economica.
- CROCE, Benedetto. (1962) *A História do Pensamento e Ação*. DAMASCENO, Darcy (trad.). Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- DILTHEY, Willelm. (1992) *Teoria das Concepções do Mundo*. Lisboa, Edições 70.
- DOSSE, François. (1992) *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. RAMOS, Dulce A. Silva (trad.). São Paulo, Ensaio/ Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1993) *História do Estruturalismo*. II vols. CABRAL, Álvaro (trad.). São Paulo. Ensaio/ Editora da Unicamp.
- DUBY, G e LARDREAU, G. (1989) *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa, Publicações Dom Quixote,
- DURKHEIM, Émile. (s/d.) *Sociologia e Filosofia*. J. M. de Toledo Camargo (trad.). 2ª edição. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- ÉVENTAIL de l'histoire vivante. ((1953) *Hommage a Lucien Febvre. Offert par l'amitié d'historiens, linguistes, géographes, économistes, sociologues et ethnologues*. II vols. Paris, Librairie Armand Colin.
- FEBVRE, Lucien. (1956) *Martín Lutero, un destino*. México, Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1962) *Pour une Histoire à part Entière*. Paris, Bibliothèque Générale de L'École Pratique des Hautes Études. VIe. Section. S.E.V.P.E.N.
- \_\_\_\_\_. (1970a) *Philippe II et la Franche-Comté. Étude d'Histoire Politique, Religieuse et Sociale*. Paris, Flammarion.
- \_\_\_\_\_. (1970b) *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique a l'histoire*. Paris, Éditions Albin Michel.
- \_\_\_\_\_. (1971) *Amour Sacré Amour Profane. Autour de l'Heptaméron*. Paris, Gallimard. Collection Idées/NRF.

- \_\_\_\_\_. (1983) *Au Cœur Religieux du XVIe. Siècle. Deuxième édition.* Paris, Bibliothèque Général de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Le Livre de Poche. Biblio Essais.
- \_\_\_\_\_. (1985) *Combates pela História.* SIMÕES, Leonor Martinho e MONIZ, Gisela (trad.). 2ª edição. Lisboa, Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_. (1991) *A Terra e a Evolução Humana. Introdução geográfica à história.* MACEDO, Jorge Borges de (trad.). Lisboa, Edições Cosmos.
- \_\_\_\_\_ e MARTIN, Henry-Jean. (1992) *O Aparecimento do Livro.* MORETTO, Fulvia M. L. e MACHADO, Guacira Marcondes (trad.). São Paulo, Editora Unesp/Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1993a) *El Problema de la Incredulidad en el Siglo XVI. La Religión de Rabelais.* BALSINDE, Isabel, (trad.). Madrid, Série História Moderna, Akal Universitaria,
- \_\_\_\_\_. (1993b) *Combates por la Historia.* BUEY, Fernández Francisco J. y AGULLOL, Enrique (trad.). Buenos Aires, Obras Maestras del Pensamiento Contemporáneo, Planeta Agostini.
- \_\_\_\_\_. (1995a) *Combats pour l'Histoire.* Paris, Armand Colin. Pocket. Agora.
- \_\_\_\_\_. (1995b) *Michelet e a Renascença.* CORDEIRO, Renata Maria Parreira (trad.). São Paulo, Scritta.
- \_\_\_\_\_. (1996a) «l'honneur et Patrie». Paris, Perrin.
- \_\_\_\_\_. (1996b) *Olhares sobre a História.* TOMAZ, Fernando (trad.). Lisboa, Asa Literatura.
- \_\_\_\_\_. (1997) *Lettres a Henri Berr.* Paris. Fayard.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Honra e Pátria.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1999) *L'Europe.* Paris. Perrin.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. (1992) *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica.* 2 Volumes, Ouro Preto, UFOP
- FOGEL, Robert William e ELTON, G. R. (1989) *Cual de los Caminos al Pasado? Dos Visiones de la Historia.* SALVATTI, Eric Herrán (trad.). México, Breviários, Fundo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel. (1985) *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas.* Muchail. Salma Tannus, (trad.). 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes.

- \_\_\_\_\_. (1997) *A Arqueologia do Saber*. NEVES, Luiz Felipe Baeta (trad.). 5.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FURET, François. (1989) *L'Atelier de l'Histoire*. Paris, Champs/Flammarion.
- \_\_\_\_\_. (S/d) *A Oficina da História*. Lisboa. Gradiva.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (1994) *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Perspectiva, Fapesp, Editora da Unicamp.
- GARDINER, Patrick. (1984) *Teorias da História*. MATOS e SÁ, Vítor (trad.). 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GAY, Peter. (1990) *O Estilo na História*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GLÉNISSON, Jean. (1986) *Iniciação aos Estudos Históricos*. 5.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Bertrand do Brasil.
- GRANGER, Gilles-Gaston. (1976) *Pensamento Formal e Ciências do Homem*. Lisboa, Biblioteca de Ciências Humanas, Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 2 vols.
- \_\_\_\_\_. (1994) *A Ciência e as Ciências*. São Paulo, Editora Unesp.
- GURVITCH, Georges. (1967) *Traité de Sociologie*. Troisième édition revue et mise a jour. Paris, Presses Universitaires de France, Bibliothèque de Sociologie Contemporaine.
- JOUANNA, Arlete. (1996) *La France du XVIe. siècle. 1483-1598*. Paris, Press Universitaire de France.
- HABERMAS, Jürgen. (1987) *Conhecimento e Interesse*. HECK, José N. (trad.). Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- HADDOCK, B. A. (1989) *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa, Gradiva.
- HALBWACHS, Maurice. (1990) *A Memória Coletiva*. SCHAFFTER, Laurent Léon, (trad.). São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- HARTSHORNE, Richard. (1978) *Propósitos e Natureza da Geografia*. NEWLANDS NETO, Thomas (trad.). São Paulo, Hucitec/Edusp.
- HÉRUBEL, Jean-Pierre V. M. (1994) *Annales Historiography and Theory. A Selective and Annotated Bibliography*. Connecticut, Greenwood Press.
- HUPPERT, George. (1973) *L'Idée de l'Histoire Parfaite*. Paris, Flammarion.
- JAPIASSU, Hilton. (1976) *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- \_\_\_\_\_. (1986) *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. 4.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- KAHLER, Eric. (1985) *Que es la Historia?* ALMELA, Juan (trad.). México, Breviarios, Fondo de Cultura Económica.

- KOYRÉ, Alexandre. (1982). Estudos de História do Pensamento Científico. RAMALHO, Márcio (trad.). Rio de Janeiro, Forense Universitária e Editora da Universidade de Brasília.
- KUIIN, Thomas S. (1998) A Estrutura das Revoluções Científicas. BOEIRA, Beatriz Vianna e BOEIRA, Nelson (trad.). 5ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva..
- LACOMBE, Pierre (sic). (1948) La Historia Considerada como Ciência. ANGELIS, Juan Luis de. (trad.). Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina.
- LANGLOIS, Ch. V. e SEIGNOBOS, Ch. (1946). Introdução aos Estudos Históricos. MORAIS, Laerte de Almeida, (trad.). São Paulo, Editora Renascença.
- LE GÖFF, Jacques. (1992) Memória e História. LEITÃO, Bernardo et al. (trad.). 2ª edição. Campinas, SP, Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1998) A História Nova. BRANDÃO, Eduardo (trad.). 4ª. edição. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ e outros. (1991) A Nova História. BESSA, Ana Maria, (trad.). Lisboa, Edições 70.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (1988) História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens. SANTIAGO, Theo (trad.). 3ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves. (três volumes).
- LEFEBVRE, Georges. (1977) El Nacimiento de la Historiografia Moderna. Barcelona, Ediciones Martínez Roca.
- MANN, Hans-Dieter. (1971) Lucien Febvre. La pensée vivante d'un historien. Paris, Librairie Armand Colin.
- MARROU, H. I. (s/d) Do Conhecimento Histórico. BELO, Ruy (trad.). 4ª edição. Lisboa, Martins Fontes.
- MASSICOTTE, Guy. (1981) L'Histoire Problème. La méthode de Lucien Febvre. Quebec, Edisem.
- MASTROGREGORI, Massimo. (1987) Il Genio dello Storico. Le considerazioni sulla storia di Marc Bloch e Lucien Febvre e la tradizione metodologica francese. Napoli, Edizione Scientifiche Italiane.
- MATTOSO, José. (1988) A Escrita da História. Teoria e Métodos. Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, n.º 67.
- MAYER, Arno J. (1987) A Força da Tradição. A persistência do antigo regime (18480-1914). BOTTMANN, Denise (trad.). São Paulo, Companhia das Letras.
- MORAZÉ, Charles. (1970) A Lógica da História. NEVES, Luiz Felipe Baeta (trad.). São Paulo, Difusão Européia do Livro.

- MOTA, Carlos Guilherme. (1992) Febvre. 2ª edição. São Paulo, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática.
- MÜLLER, Bertrand. (1990) *Bibliographie des Travaux de Lucien Febvre*. Paris, Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1994) Marc Bloch, Lucien Febvre. *Correspondance. I. La naissance des Annales. 1928-1933*. Paris, Fayard.
- NIETZSCHE, Friedrich W. (1983) *Os Pensadores*. TORRES FILHO, Rubens Rodrigues (trad.). 3ª edição, São Paulo, Abril Cultural.
- NOIRIEL, Gérard. (1996) *Sur la "Crise" de l'histoire*. Paris, Belin.
- PARAIN, Charles et alli. (1985) *Hacia una Nueva Historia*. Madrid, Akal Editor.
- ODALIA, Nilo. (1994) *O Saber e a História. Georges Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- POPPER, Karl. (s/d.) *A Miséria do Historicismo*. MOTA, Octanny S. da, e HEGENBERG, Leonidas (trad.). 2ª edição. São Paulo, Editora Cultrix.
- PORTOCARRERO, Vera (org.). (1998) *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas. 1ª reimpressão*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- QUAINI, Massimo. (1983) *A Construção da Geografia Humana*. FERNANDES, Lílana Laganá, (trad.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RAMA, Carlos. (1959) *Teoria de la Historia: Introducción a los Estudios Históricos*. Buenos Aires, Editorial Nova.
- RANCIÈRE, Jacques. (1994) *Os Nomes de História. Um Ensaio de Poética do Saber*. GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Pulcinelle (trad.). São Paulo, Educ/Pontes.
- REIS, José Carlos. (1994) *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo, Editora Ática.
- \_\_\_\_\_. (1994) *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP, Papirus.
- \_\_\_\_\_. (1996a) *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo, Editora Ática.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo, Paz e Terra.
- RÉMOND, René (org.). (1996) *Por uma História Política*. ROCHA, Dora (trad.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.
- REVEL, Jacques. (1990) *A Invenção da Sociedade*. ANASTÁCIO, Vanda (trad.). Lisboa, Difel/Bertrand Brasil.
- RICOUER, Paul. (1988) *Interpretação e Ideologias*. JAPIASSU, Hilton (trad.). 3ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

- \_\_\_\_\_. (1968) História e Verdade. RIBEIRO, F. A. (trad.). Rio de Janeiro, Forense.
- RODRIGUES, José Honório. (1969) Teoria da História da Brasil (Introdução Metodológica). 3ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- RUSSEL, Jacoby. (1990) Os Últimos Intelectuais. A Cultura Americana na Era da Academia. LOPES, Magda (trad.). São Paulo, Trajetória Cultural/Edusp.
- SCHAFF, Adam. (1986) História e Verdade. DUARTE, Maria Paula (trad.). 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes.
- SEIGNOBOS, Charles. (1901) La Methode Historique Appliquee aux Sciences Sociales. Paris, Alcan.
- \_\_\_\_\_. (1945) História Sincera da França. Ensaio de uma história da evolução do povo francês. TEIXEIRA, Anísio (trad. revista). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). (s/d.) Teoria da História. São Paulo. Cultrix.
- VEYNE, Paul. (1992) Como se Escreve a História. BALTAR, Alda e KNEIPP, Maria Auxiliadora (trad.). 2ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- VOGT, Joseph. (1974) El Concepto de la Historia de Ranke a Toynbee. Segunda Edición, Madrid, Col. Punto Omega, Ediciones Guadarrama.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. (1984) Os Pensadores. 3ª edição, São Paulo, Abril Cultural.
- VOVELLE, Michel. (1987) Ideologias e Mentalidades. GOLDWASSER, Maria Julia (trad.). São Paulo, Brasiliense.
- WHITE, Hayden. (1992) Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX. MELO, José Laurênio de (trad.). São Paulo, Editora Universidade de São Paulo.

### Artigos

- ARIÈS, Philippe. (1998) “A História das Mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques. (1998) A História Nova. BRANDÃO, Eduardo (trad.). 4ª. edição. São Paulo, Martins Fontes.
- ALVES, Francisco José. (1995) “Histórias da História: uma Crítica Preliminar”. In: “Debates Regionais”. João Pessoa, n° 2, pgs.104-111.
- BARBOSA, Elyana. (1995) “Espaço-tempo e Poder-saber. Uma nova *episteme*? (Foucault e Bachelard)”. In: Tempo Social. Rev. Sociologia da USP. São Paulo, p. 112.

- BARRET-KRIEGEL, Blandine.( 1973) "Histoire et Politique, ou l'histoire science des effets".  
In: AESC. Paris, 28e. année, n° 6, Novembre-Décembre, pgs. 1437-1462.
- BARTHES, Roland. (1960)"Une histoire de la civilisation française. Une mentalité historique". In: AESC. Paris, 15, n° 4-6, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs.997-1000. 1978.
- \_\_\_\_\_.(1960). "Histoire et Littérature: à propos de Racine". In: AESC. Paris, 15, n°1-3, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. pgs.524-537. 1978.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes.( 1988). "A História Social em Questão". In: História: Questões & Debates, Curitiba, 9(17), pgs. 229-241.
- BERR, Henri. (1951). "Avant-Propos". In: CHAPOT, Victor. Le Monde Romain. Paris, Albin Michel, L'Évolution de l'Humanité, XXII, pgs. V-XV.
- \_\_\_\_\_. (1953) "Avant-propos". In: GLOTZ, G. La Cité Grecque. Paris, Albin Michel. L'Évolution de l'Humanité, vol. XIV, pgs. V-XXII.
- \_\_\_\_\_.( 1956) "Prologo". In: MORET, A. e DAVY, G. De los Clanes a los Imperios. TORRE, Antonio de la. (trad.).Mexico. Union Tipografica Editorial Hispano Americana. La Evolucion de la Humanidad. Sintesis Colectiva, pgs. V-XXI.
- \_\_\_\_\_. (1958) "Prologo". In: HOMO, Leon. Las Instituciones Políticas Romanas de la Ciudad al Estado. Mexico. Union Tipografica Editorial Hispano Americana. La Evolucion de la Humanidad. Sintesis Colectiva, Tomo XIX, pgs. V-XIII.
- BLOT, Jacques.( 1951). "Le Révisionnisme en Histoire ou L'École des «Annales»". In: NC. Paris, 3<sup>me</sup>. Année, n° 30, novembre, pgs. 46-60.
- BOUVIER, Jean.(1973). "Feu François Simiand?". In: AESC. Paris, 28e. année, septembre-octobre, pgs. 1173-1192.
- BOYER, Robert. (1989). "Économie et Histoire: vers de nouvelles aliancess". In: AESC. Paris, 44e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1397-1426.
- BRAUDEL, Fernand. (1951) "La Géographie face aux Sciences Humaines". In: AESC. Paris, 6e. année, octobre-décembre, n° 4, pgs. 485-492.
- \_\_\_\_\_. (1958) "La longue durée". In: AESC. Paris, n° 13, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs. 725-753. 1977.
- \_\_\_\_\_. (1959) "Les *Annales* ont trente ans (1929-1959)". In: AESC. Paris, 14, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1977. Pgs.1-2.
- \_\_\_\_\_. (1964) "1944-1964: Marc Bloch". In: AESC. Paris, 19, n° 4-6, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs.833-834. 1978.

- \_\_\_\_\_. (1967) "Histoire et Sociologie". In: GURVITCH, Georges. (1967) *Traité de Sociologie*. Troisième édition revue et mise a jour. Paris, Presses Universitaires de France, Bibliothèque de Sociologie Contemporaine, p. 83-98.
- BRAUDEL, Paule. (1992) "Les Origines Intellectuelles de Fernand Braudel : un témoignage". In: AESC. Paris, 47e. année, n° 1, janvier-février, pgs. 237-244.
- BURGUIÈRE, André. (1979a) "Les Annales, 1929-1979. In: AESC. Paris, 34e. année, n°6, novembre-décembre, pgs. 1344-1346.
- \_\_\_\_\_. (1979b) "Histoire d'une Histoire: la naissance des *Annales*". In: AESC. Paris, 34e. année, n°6, novembre-décembre, pgs. 1347-1459
- \_\_\_\_\_. (1990) "De la compréhension en histoire". In: AESC. Paris, 45e. année, n° 1, janvier-février. pgs. 123-136.
- \_\_\_\_\_. (1993) "Anais (Escola dos) (*Annales, École des*)". In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago Editora, pgs.49-54.
- BURKE, Peter. (1997.) "Gilberto Freyre e a *nova história*." In: *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 9(2), outubro, pgs. 1-12.
- CANFORA, Luciano. (1983) "Analogie et Histoire". In: HT. Wesleyan University Press, Volume XXII, Number 1, pgs. 22-42.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim et all. (1994) "Escola uspiana de História". In: *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, no. 8, vol. 22, pgs. 349-358.
- CHAUNU, Pierre. (1971) "História Econômica: Retrospectiva e Perspectiva". In: *Anais de História*, Assis/São Paulo, Ano III, pgs. 09-35.
- COLLINGWOOD, Robin. (1985) "A História como Re-presentação da Experiência Passada". In: GARDINER, Patrick. (1984) *Teorias da História*. MATOS e SÁ, Vítor (trad.). 3ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CROCE, Benedetto. (1984) "História e Crônica". In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. MATOS e SÁ, Vítor (trad.). 3ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- D'ALLESSIO, Márcia Mansor. (1994) "Os *Annales* no Brasil. Algumas Reflexões". In: *Anos 90. Revista do Curso de Pós-graduação em História/UFRGS*. Porto Alegre, n° 2, maio, pgs. 127-142.
- DELUMEAU, Jean. (1977) "Aula Inaugural da Cadeira de História das Mentalidades Religiosas no Ocidente Moderno". In: *Revista de História*. São Paulo, n° 109, vol. LV, ano XXVIII, janeiro-março, pgs.3-23.

- DEVOTO, Fernando. (1996) "Marc Bloch historiador en la perspectiva de fin de siglo". GONZÁLEZ, Maria Luz (coord.). Actas del primer coloquio internacional la historiografía europea: autores e métodos. Mar del Plata (Prov. de Buenos Aires). Universidad Nacional. Facultad de Humanidades, pgs. 11-18.
- DUMOULIN, O . (1993a) "Anacronismo". In: BURGUIÈRE, A (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs. 46-48.
- \_\_\_\_\_. (1993b) "Berr, Henri, 1863-1954". In: BURGUIÈRE, A (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs. 94-95.
- \_\_\_\_\_. (1993c) "Geografia Histórica? Geohistória". In: BURGUIÈRE, A (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs 347-350.
- DUPRONT, Alphonse. (1961) "Problèmes et Méthodes d'une Histoire de la Psychologie Collective". In: AESC Paris, 16, n° 1-3, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs. 3-11.
- FALCON, Francisco J. Calazans. (1997) "«Historicismo»: a atualidade de uma questão aparentemente inatual". In: Tempo. Revista de História da Universidade federal Fluminense. Rio de Janeiro, vol. 4, p. 5-26.
- FONTANA, Joseph. (1985) "Ascenso y decadencia de la escuela dos «Annales»". In: PARAIN, Charles et alli. Hacia una Nueva Historia. 2ª edição, Madrid, Akal, pgs.109-127.
- GAMAZO, Adelaida Sagarra. (1996) "Notas para uma nova historiografia". In: Revista brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Contexto, v. 16, n° 31 e 32, pgs. 9-39.
- GENICOT, L. (1993) "Aparelhagem Mental". In: BURGUIÈRE, A (org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs. 66-67.
- GEREMEK, Bronislaw. (1986) "Marc Bloch, historien et résistant". In: AESC. Paris, 41e. année, n° 5, septembre-octobre, pgs. 1091-1105.
- GINZBURG, Carlo. (1991) "Représentation: le mot, l'idée, la chose". In: AESC. Paris, 62e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1219-1234.
- GRANIER, Jean-Yves e LEPETIT, Bernard. (1989) "L'expérience historique. A propos de C. E. Labrousse". In: AESC. Paris, 44e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1337-1360.
- GREIMAS, A. J. (1958) "Histoire et Linguistique". In: AESC. Paris, 13, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.110-114.
- GUYOTJEANNIN, Olivier. (1998) "A Erudição Desfigurada". In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.) (1998) Passados Recompostos. Campos e Canteiros da

- História. MORTARA, Marcella e SKINNER, Anamaria (trad.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.
- GURVITCH, Georges. (1957) "Continuité et Discontinuité en Histoire et Sociologie". In: AESC. Paris, 12, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 72-84. 1977.
- GUSDORF, Georges. (1976) "Prefácio". In: JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro, Imago Editora, p. 7-27.
- HUTTON, Patrick H. (1981) "The History of Mentalities: the new map of cultural history". In: HT. Wesleyan University Press, Volume XX, number 3, pgs. 237-259.
- LE GOFF, Jacques e ROUSSELLIER, Nicolas. "Préface". In: BÉDARIDA, François. (1995) *L'Histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pgs. 3-17.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (1994) "Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)". In: (1994) *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, no. 8, vol. 22, pgs. 167-177.
- LEPETIT, Bernard. (1986) "Espace et histoire. Homenage à Fernand Braudel". In: AESC. Paris, 41e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1187-1191.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. (1974) "L'histoire immobile". In: AESC. Paris, 29e. année, n° 3, mai-juin. pgs. 673-692.
- LES ANNALES. (1988) "Histoire et science sociale. Un tournant critique?". In: AESC. Paris, 43e. année, n° 2, mars-avril, pgs. 291-293.
- LES DIRECTEURS. (1929) "A nos Lecteurs". In: AHES. Paris, 1re. Année, n° 1, 15 de janvier, pgs. 1-2.
- LEVI, Giovanni. (1989) "Les usages de la biographie". In: AESC. Paris, 44e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1325-1336.
- \_\_\_\_\_. (1992) "Sobre a Micro-História". In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. LOPES, Magda (trad.). São Paulo, Editora Unesp.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1960) "L'Anthropologie sociale devant l'Histoire". In: AESC. Paris, 15, n° 4-6, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 625-637. 1978.
- \_\_\_\_\_. (1983) "Histoire et ethnologie". In: AESC. Paris, 38e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1217-1231.
- LÉVY-VALENSI, Éliane Amado. (1965) "Histoire et Psychologie?". In: AESC. Paris, 20, n° 4-6, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs. 923-938. 1978.
- MANDROU, Robert. (1957) "Biographie humaine et Histoire sociale". In: AESC. Paris, 12e. année, avril-juin. n° 2, pgs. 619-626.

- \_\_\_\_\_. (1959) "Por une histoire de la Sensibilité". In AESC. Paris, 14, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 581-588. 1977.
- MARSON, Izabel Andrade. (1997) "Repensando a História política: contribuições de Marx e Febvre". In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História – História e Cidadania. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 1997, pgs. 207-212.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. (1999) "Fernand Braudel ou o Sorriso da História". In: CATANI, Afrânio Mendes e MARTINEZ, Paulo Henrique (orgs.) Sete Ensaios sobre o Collège de France. São Paulo, Editora Cortez, pgs. 31-42.
- MASTROGREGORI, Massimo. (1987) "Il genio dello storico. Gli scritti teorici di Marc Bloch a Strasburgo". In: RSI. Napoli, Edizione Scientifiche Italiane, Anno XCIX, Fascicolo I, pgs.51-80.
- \_\_\_\_\_. (1989) "Le manuscrit interrompu: *Métier d'historien* de Marc Bloch". In: AESC. Paris, 44e année, n° 1, janvier-février, pgs. 147-159.
- \_\_\_\_\_. (1989) "Note sur Simiand Metodologo. Esiste una terza via tra Storicismo ed Empirismo?". In: RSI. Napoli, Edizione Scientifiche Italiane, Anno CI, Fascicolo I, pgs.237-250.
- MATALLO JR., Heitor. (1997) "A Explicação Científica". In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.) Construindo o Saber. 6ª edição, São Paulo, Papyrus Editora.
- MAURO, Frédéric. (1988) "História, Historicidade, Historicismo". In: História: Questões & Debates. Curitiba, 9(17), dezembro, pgs. 267-275.
- MEYERSON, Ignace, (1953) "Problèmes d'histoire psychologique des oeuvres: spécificité, variation, expérience", Hommage à Lucien Febvre, 2vol, Paris, Armand Colin, t. I, pgs. 207-218.
- MONOD, Gabriel. (1876) "Du Progrès des Études Historiques". In: RH. Paris, Librairie Gemir Ballière et Cie, tome premier, janvier-juin, 1<sup>er</sup> année, pgs. 5-38.
- MORAZÉ, Charles. (1968) "L'Histoire et l'unité des sciences de l'homme". In: AESC. Paris, Kraus Reprint, 23, n° 1-2. pgs 233-240. 1978.
- MOSSÉ, Claude. (1963) "Un Philosophe étudie la Naissance de l'Histoire". In: AESC. Paris, 18, n°4-6, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 760-763. 1978.
- NOIRIEL, Gérard. (1989) "Pour une approche subjectiviste du social". In: AESC. Paris, 44e. année, n° 6, novembre-décembre, pgs. 1435-1459.
- NORA, Pierre. (1991) "O Acontecimento e o Historiador do Presente". In: A Nova História. Lisboa, Edições 70, pgs. 45-55.
- ODALIA, Nilo. (1968/69) "História e Estruturalismo". In: Anais de História. Assis/São Paulo, Ano I, pgs. 9-22.

- \_\_\_\_\_. (1972) "Dois Ensaio sobre o Pensamento Histórico". In: Anais de História. Assis/São Paulo, Ano IV, pgs. 109-134.
- \_\_\_\_\_. (1973) "Análise Estrutural e Explicação Histórica". In: Anais de História. Assis/São Paulo, Ano V, pgs. 120-130.
- POMIAN, Krzystof. (1975) "L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire". In: AESC. Paris, 30e. année, n° 5, septembre-octobre, pgs. 935-952.
- PONTES, Heloisa. (1999) "Os Mistérios do Número 8 e a Aula Inaugural de Lévi-Strauss no Collège de France". In: CATANI, Afrânio Mendes e MARTINEZ, Paulo Henrique (orgs.). Sete Ensaio sobre o Collège de France. São Paulo, Cortez, pgs. 43-59.
- REIS, José Carlos. (1996b) "Sobre a Identidade Ideológica dos *Annales*: a polêmica e uma hipótese". In: História. São Paulo, Unesp, vol. 15, pgs. 111-127.
- REVEL, Jacques. (1979) "Histoire et Sciences Sociales: les paradigmes des Annales". In: AESC. Paris, 34e. année, n° 6, novembre-decembre, pgs. 1360-1376.
- \_\_\_\_\_. (1984) "L'Histoire Sociale dans les *Annales*: une définition empirique". In: Historiens et Sociologues Aujourd'hui. Journées d'Études Annuelles de la Société Française de Sociologie. Université de Lille I, 14-15 juin. pgs.169-178.
- \_\_\_\_\_. (1993a) "Aparelhagem Mental". In: BURGUIÈRE, A (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs. 66-67.
- \_\_\_\_\_. (1993b) "Mentalidades". In: BURGUIÈRE, A (Org.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs. 528-535.
- \_\_\_\_\_. (1998) "História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável". In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.) (1998) Passados Reconstituídos. Campos e Canteiros da História. MORTARA, Marcella e SKINNER, Anamaria (trad.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.
- RONCYOLO, Marcel. (1989) "Histoire et geographie: fondaments d'une complémentarité". In: AESC. Paris, 44e. année, n° 6, novembre-decembre, pgs. 1427-1434
- ROSTOW, Walt W. (1959) "Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée". In: AESC. Paris, 14, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 710-718. 1977.
- SEVERINO, Gabriela. (1987) "Storicismo e Devocione a Clio. A proposito di un libro di C. Violante.". In: RSI. Napoli, Edizione Scientifiche Italiane, Anno XCIX - Fascicolo I, pgs.190-197.
- SCHIAVINATTO, Iara. "Henri Berr: a história como vida e valor". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Anpuh/Marco Zero, Vol.13, n.º 25/26, setembro 92/agosto 93, pp.105-120.

- SIMIAND, François. (1960) "Méthode historique et Science sociale". In: AESC. Paris, 15, n° 1-3, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.83-119. 1978.
- STENGERS, J. (1953) "Marc Bloch et L'Histoire". In: AESC. Paris, 8e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs.329-337.
- VAINFAS, Ronaldo. (1996) "Da História das Mentalidades à História Cultural". In: História. São Paulo, Unesp, vol. 15, pgs.129-141).
- VALADE, Bernard. (1991) "D'une nouvelle histoire a l'autre". In: AS. Paris, Presses Universitaires de France, pgs. 155-191.
- VEYNE, Paul. (1988) "A História Conceitual". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (1988) História: novos problemas. SANTIAGO, Theo (trad.). 3ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pgs.64-88.
- VIALLANEIX, Paul. (1960) "Résurrection de Michelet". In: AESC. Paris, 15, n° 1-3, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.181-184. 1978.
- VILAR, Pierre. (1988) "História marxista, história em construção". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (1988) História: novos problemas. SANTIAGO, Theo (trad.). 3ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pgs.146-178.

### **Artigos de Febvre**

- FEBVRE, Lucien. (1930a). "Le Centre International de Synthèse à Paris, et sa première semaine de discussions". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 2, pgs. 81-82.
- \_\_\_\_\_. (1930b). "Les Mots et les Choses en Histoire Économique". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 2, pgs.231-234.
- \_\_\_\_\_. (1930c). "Histoire, Économie et Statistique". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 2, pgs.581-590.
- \_\_\_\_\_. (1931). "La Psychologie Apliquée: problèmes de méthode et solutions pratiques". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 3, pgs. 261-265.
- \_\_\_\_\_. (1932a). "L'Histoire Économique et la Vie. Leçon d'une exposition". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 4, pgs. 1-10.
- \_\_\_\_\_. (1932b). "De la France à l'Europe. Histoires, Psychologies et Physiologies Nationales". In: AHES. Paris, Librairie Armand Colin, tome 4, pgs.199-207.
- \_\_\_\_\_. (1933). "De l'histoire-tableau: Essais de critique constructive. Deux chapitres d'histoire commerciale". In: AHES. Paris, n°5, Librairie Armand Colin, pgs. 267-281.

- \_\_\_\_\_. (1934a). "Fondations économiques, superstructure philosophique: une synthèse". In: AHES. Paris. 6, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.369-374. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1934b). "L'Évolution de l'Humanité et le Centre de Synthèse". In: AHES. Paris, n°. 6, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.490-491. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1935a). "Réflexions sur L'Histoire des Techniques". In: AHES. Paris, n°. 7, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs. 531-535. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1935b). "Une enquête: La Forge de Village". In: AHES. Paris, n°.7, Johnson Reprint Corporation. New York, London, pgs. 603-614. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1936). "En Utopie". In: AHES. Paris, n°.8, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.67-71. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1937). "Une Encyclopédie Française: pourquoi, comment? In: Encyclopédie Française. Tomo I, Paris, p. 1'04-11 – 1'04-14.
- \_\_\_\_\_ e BLOCH, Marc. (1937). "Pour le renouveau de l'enseignement historique". In: AHES. Paris, n°.9, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.113-129. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1938). "Quelques aspects d'une ethnographie en plein travail". In: AHES. Paris, n°.10, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.248-255. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939a). "Une conquête de l'histoire. L'Espagne D'Erame". In: AHS. Paris, 1-3, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.28-42. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939b). "Quelques Réflexions sur L'Histoire du Droit. Etude Sociale ou Biographie?". In: AHS. Paris, Tome Premier, Johnson Reprint Corporation. New York, London, pgs. 43-46. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939c). "Folklore et Folklorites. Notes Critiques". In: AHS. Paris. Tome Premier, Johnson Reprint Corporation. New York, London, pgs.152-160. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939d). "Sur l'invention du feu: une méthode". In: AHS. Paris, Tome Premier, Johnson Reprint Corporation. New York, London, pgs.178-179. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939d). "Cosmologie, Ocultisme et Poésie au XVIe. Siècle". In: AHS. Paris, Tome Premier, Johnson Reprint Corporation. New York. London, pgs.278-279. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939e). "Un essai d'histoire européenne". In: AHS. Paris. Tome Premier, Johnson Reprint Corporation, New York, London, pgs.293-295. 1972.
- \_\_\_\_\_. (1939f) "Avant propos". In: "Encyclopédie Française". Paris. Tome XV, p. 15'02-1 a 15'02-6.

- \_\_\_\_\_. (1940). "France de l'Est et du Sud-est: trois études historiques". In: *Revue Historique*. Paris, P.U.F., tome CLXXXVIII-IX, avril-juin, pgs. 398-403.
- \_\_\_\_\_. (1941a). "La sensibilité et l'histoire. Comme reconstituer la vie affective d'autrefois". In: AHS. Paris, Johnson Reprint Corporation. New York, London., n° 3, pgs. 5-20, 1972.
- \_\_\_\_\_. (1941b) "Littérature et vie sociale: un renoncement". In: AHS. Paris, Johnson Reprint Corporation. New York, London., n° 3, pgs. 113-117, 1972.
- \_\_\_\_\_. (1942-43) "A Bale et Paris, avec les Amerbach". In: *Revue Historique*. Paris, P.U.F., Tome CXCIII, avril-juin, 67<sup>e</sup> année, pgs. 211-216.
- \_\_\_\_\_. (1943a) "Vers la cité nouvelle". In: MHS. Paris, Armand Colin, III, pgs. 40-54.
- \_\_\_\_\_. (1943b) "A travers la pensée du XIX<sup>e</sup>. siècle". In: MHS. Paris, Armand Colin, IV, pgs. 63-70.
- \_\_\_\_\_. (1944a) "Marc Bloch fusillé...". In: MHS. Paris, Armand Colin, VI, pgs. 5-8.
- \_\_\_\_\_. (1944b) "Biologie, sociologie, alimentation: note additionnelle". In: MHS. Paris, Armand Colin, VI, pgs. 38-40.
- \_\_\_\_\_. (1944c) "Aux origines de l'esprit moderne: Libertinisme, Naturalisme, Mécanisme". In: MHS. Paris, Armand Colin, VI, pgs. 9-25.
- \_\_\_\_\_. (1945a) "Ce que peuvent nous apprendre les monographies familiales". In: AHS. Hommages à Marc Bloch. Paris, Armand Colin, pgs. 31-34.
- \_\_\_\_\_. (1946) "L'homme ou le Rendement". In: AESC. Paris, 1<sup>e</sup>. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 87-91.
- \_\_\_\_\_. (1947a) "Histoire et Géographie". In: AESC. Paris, 2<sup>e</sup>. année, janvier-mars, n° 1, X, pgs. 234-235.
- \_\_\_\_\_. (1947b) "Clio, historienne de l'art". In: AESC. Paris, 2<sup>e</sup>. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 235-237.
- \_\_\_\_\_. (1947c) "Et toujours por une histoire des mentalités". In: AESC. Paris, 2<sup>e</sup>. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 378-380.
- \_\_\_\_\_. (1948a) "Espirít européen et philosophie". In: AESC. Paris, 3<sup>e</sup> année, avril-juin, n° 2, pgs. 297-301.
- \_\_\_\_\_. (1948b) "L'Amérique du sud devant l'histoire". In: AESC. Paris, 3<sup>e</sup>. année, octobre-décembre, n° , pgs. 385-392.
- \_\_\_\_\_. (1949) "Vingt ans après". In: AESC. Paris, 4<sup>e</sup>. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 1-3.

- \_\_\_\_\_. (1949a) "L'économie politique au secours de l'histoire. Sur une façon de comprendre l'histoire qui est nôtre". In: AESC. Paris, 4e année, janvier-mars, n°1, pgs. 4-5.
- \_\_\_\_\_. (1949b) "La géographie universelle et la France D'Albert Demangeon". In: AESC. Paris, 4e. année, janvier-mars, pgs.65-72.
- \_\_\_\_\_. (1949c) "La géographie. Géographie et civilisations: un article capital". In: AESC. Paris, 4e. année, janvier-mars, pgs.73-77.
- \_\_\_\_\_. (1949d) "Un livre posthume de Marc Bloch". In: AESC. Paris. 4e. année, Juillet-septembre, n°3, pgs.257-258.
- \_\_\_\_\_.(1950a) "Un Livre qui grandit: La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'Époque de Philippe II". In: RH. Paris, P.U.F, Tome CCIII, avril-juin, 74<sup>e</sup> année, 1950, pgs. 216-224.
- \_\_\_\_\_.(1950b) "De l'a peu près a la précision en passant par ouï-dire". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 25-31.
- \_\_\_\_\_.(1950c) "Sisyphé et les Géographes". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 87-90.
- \_\_\_\_\_.(1950d) "Résurrection de Peintre. A propos de la tour". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier- mars, n° 1, pgs.129-134.
- \_\_\_\_\_. (1950e) "Penser l'histoire de l'art". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 134-136.
- \_\_\_\_\_.(1950f) "Sujets de contetement". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs.141-142.
- \_\_\_\_\_. (1950g) "Sur Gerges L'ispinas". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 142-144.
- \_\_\_\_\_. (1950h) "Autour de Gargantua". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 375-376.
- \_\_\_\_\_.(1950i) "Géographie". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 377-387. (Diversos comentários sobre obras de geografia).
- \_\_\_\_\_. (1950j) "Un lot de problèmes bien posés". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 388-389.
- \_\_\_\_\_.(1950k) "En relisant l'Estoile". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 392-393.
- \_\_\_\_\_.(1950l) "Savants et métaphysiciens au XVIIe. siècle". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° , pgs. 138-140.

- \_\_\_\_\_.(1950m) "Une vie. Dom Bernard Berthet, 1909-1950". In: AESC. Paris, 5e. année, avril -juin, n° 2, pgs. 248-252.
- \_\_\_\_\_.(1950n) "Une histoire de la Civilisation". In: AESC. 5e. année, octobre-décembre, n° 4, pgs.490-494.
- \_\_\_\_\_. (1950o) "In memorian. Marcel Mauss". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pg.501.
- \_\_\_\_\_. (1950p) "Grandes oeuvres politiques". In: AESC. Paris, 5e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 503-506.
- \_\_\_\_\_. (1950q). "La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a L'Époque de Philippe II". In: RH. Paris, 74e. année, t CCIII, avril-juin.. pgs. 216-224.
- \_\_\_\_\_.(1950r) "O Homem do Século XVI". In: Revista de História. São Paulo, Volume I, pgs.3-17.
- \_\_\_\_\_.(1951a "Mea culpa". In: AESC. Paris, 6e. année, janvier-mars, n° 1, pg. 96.
- \_\_\_\_\_. (1951b) "Un moment avec Huizinga". In: AESC. Paris, 6e. année, octobre-décembre, n° 4, pgs. 493-496.
- \_\_\_\_\_.(1951c) "Réactions de lecteurs". In: AESC. Paris, 6e. année, octobre-décembre, n° 4, pgs. 539-543.
- \_\_\_\_\_. (1952a) "Genèse d'une Mystique". In: AESC. Paris, 7e. année, janvier-mars, n°1, pgs.55-57.
- \_\_\_\_\_. (1952b) "La mort dans l'histoire". In: AESC. Paris, 7e. année, janvier-mars, n° 1, pgs.223-225.
- \_\_\_\_\_.(1952c) "Au temps de guerres de religion: en lisant d'aubigné". In: AESC. Paris, 7e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 229-233.
- \_\_\_\_\_.(1952d) "Au Vietnam, et ailleurs.. En 1950, et auparavant...". In: AESC. Paris, 7e. année, janvier-mars, n°1, pgs. 234-236.
- \_\_\_\_\_. (1952e) "Nos amis- Mélanges Renaudet". In: AESC. Paris, 7e. année, janvier-mars, n°1, Pgs.245.
- \_\_\_\_\_.(1952f) "Villes du Nord, Villes du Midi". In: AESC. Paris.7e. année, octobre-décembre, n° 4, pgs. 513-515.
- \_\_\_\_\_.(1952g) "Préface". In: MORAZÉ, Charles. La France Bourgeoise. XVIII e. – XX e. siècles. Troisième Édition, Paris, Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. (1953a) "De la théorie a la pratique de l'Histoire". In: AESC. Paris, 8e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs.362-369.
- \_\_\_\_\_.(1953b) "François Simiand. Da teoria à realidade econômica". In: Revista de História. São Paulo, n° 14, vol.VI, ano IV, abril-junho, pgs.395-405.

- \_\_\_\_\_.(1954a) “Como foi Batizada a Europa”. In: Revista de História. São Paulo, n° 19, vol IX, ano V, julho-setembro, pgs.3-15.
- \_\_\_\_\_. (1954b) “Sur une Nouvelle Collection d’Histoire”. In: AESC. Paris, 9e. année, janvier-mars, n°1, pgs. 1-6.
- \_\_\_\_\_. (1954c) “Nos Amis. Souvenir de Jules Bloch”. In: AESC. Paris, 9e. année, janvier-mars, n°1, pgs.108-109.
- \_\_\_\_\_. (1954d) “Histoire des Sciences”. In: AESC. Paris, 9e. année, n°1, pgs. 110-112.
- \_\_\_\_\_. (1954e) “Histoire et Arts”. In: AESC. Paris, 9e. année, n°1, pgs.112-115
- \_\_\_\_\_.(1954f) “Marc Bloch: Dix Ans Après”. In: AESC. Paris, 9e. année, avril-juin, n°2, pgs.1-3.
- \_\_\_\_\_. (1954g) “Frans Van Kalken et les Marnix”. In: AESC. Paris, 9e. année, avril-juin, n° 2, pgs. 201-209.
- \_\_\_\_\_. (1954h) “Un bernois au temps des guerres d’Italie”. In: AESC. Paris, 9e. année, avril-juin, n°2, pgs. 210-212.
- \_\_\_\_\_. (1954i) “Léonard de Vinci Savant”. In: AESC. Paris, 9e. année, avril-juin, n°2, pgs.238-241.
- \_\_\_\_\_. (1954j) “Si on nous rendait la pareille?”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs. 368-370.
- \_\_\_\_\_. (1954k) “Les métamorphoses de la Cité de Dieu”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs.371-374.
- \_\_\_\_\_. (1954l) “Le protestant français”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs.375-377.
- \_\_\_\_\_. (1954m) “La situation sociale dans le monde entier vue par l’O.N.U.”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs. 517-521.
- \_\_\_\_\_. (1954n) “Apprenons la Philosophie”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs. 522-524.
- \_\_\_\_\_. (1954o) “Débats autour de la sociologie”. In: AESC. Paris, 9e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs. 524-526.
- \_\_\_\_\_. (1954p) “Une histoire de Belgique”. In: AESC. Paris, 9e. année. juillet-septembre, n° 3. pgs. 527-529.
- \_\_\_\_\_. (1955a) “Henri Berr. Un Deuil des ‘Annales’”. In: AESC. Paris, 10e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 1-2.
- \_\_\_\_\_. (1955b) “L’Amérique et la France: jugements comparés d’une américaine”. In: AESC. Paris, 10e. année, janvier-mars, n° 1, pgs.261-265.

- \_\_\_\_\_.(1955c) "Coupe-Papier". In: AESC. Paris, 10e. année, janvier-mars, n°1, pgs. 266-267.
- \_\_\_\_\_.(1955d) "Sur Einstein et sur L'Histoire. Méditation de circonstance". In: AESC. Paris, 10e. année, juillet-septembre, n°3, pgs.305-312.
- \_\_\_\_\_. (1955e) "Psychologie de chef. Charles De Gaulle et ses Mémoires". In: AESC. 10e. année, juillet-septembre, n° 3, pgs.372-377.
- \_\_\_\_\_. (1956f) "L'Histoire, C'est la Paix?". In: AESC. Paris, 11e. année, janvier-mars, n° 1, pgs.51-53.
- \_\_\_\_\_. (1956) "Coupe-Papier". In: AESC. Paris, 11e. année, janvier-mars. n° 1, pgs.111-117.
- \_\_\_\_\_. (1956g) "Un toponymiste serviteur de l'histoire". In: AESC. Paris, 11e. année, janvier-mars, n° 1, pg.118.
- \_\_\_\_\_. (1956h) "Socrate a-t-il existé? Et si oui, qu'a-t-il pensé?. In: AESC. Paris, 11e. année, n° 1, pgs. 122-123.
- \_\_\_\_\_. (1956i) "Pierre Teilhard de Chardin". In: AESC. Paris, 11e. année, janvier-mars, n° 1, pgs. 194-196.
- \_\_\_\_\_. (1956j) "De la création en histoire. A la mémoire de Georges Jami". In: AESC. Paris, 11e. année, juillet-septembre, n°3, pgs. 292-295.
- \_\_\_\_\_.(1956k) "Sculpture, cette fonction". In: AESC. Paris, 11e. année, n° 3, juillet-septembre, pgs. 372-375.
- \_\_\_\_\_. (1958a) "Hommage à Armando Sapori". In: AESC. Paris, 13. Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.1-9. 1977.
- \_\_\_\_\_. (1958b) "Aspects méconnus d'un renouveau religieux en France entre 1590 et 1620". In: AESC. Paris, 13, Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein, pgs. 639-650. 1977.

### **Artigos Sobre Febvre**

- BIANCHI, Diana. (1996) "Lucien Febvre y la Historia de las Mentalidades. Del «Lutero» al «Rabelais»". GONZÁLEZ, Maria Luz (coord.). Actas del primer coloquio internacional la historiografía europea: autores e métodos. Mar del Plata (Prov. de Buenos Aires), Universidad Nacional, Facultad de Humanidades, pgs. 41-80.
- BAULIG, Henri. (1958) "Lucien Febvre à Strasbourg". In: Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg. Strasbourg, n° 10-12, juillet-aout-septembre, pgs. 175-184.

- BRAUDEL, F. (1953) "Presence de Lucien Febvre". In: *Evantail de l'histoire vivante*. Paris, Librairie Armand Colin, pgs. 1-16.
- \_\_\_\_\_. (1956) "Lucien Febvre. 1878-1956". In: *AESC*. Paris, 11e. année, juillet-septembre. n° 3, pgs.19-21.
- \_\_\_\_\_. (1956) "Lucien Febvre. 1878-1956". In: *Revista de História*. São Paulo, n° 28, ano VII, outubro-dezembro, pgs. 409-411.
- \_\_\_\_\_. (1957) "Lucien Febvre et L'Histoire". In: *AESC*. Paris, 12e. année, avril-juin. n° 2, pgs.177-182.
- \_\_\_\_\_. (1965) "Lucien Febvre e a História". BARRADAS, Margarida e CARVALHO, Joaquim Barradas de. (trad.). In: *Revista de História*. São Paulo, vol. XXXI, n.º 64, ano XVI, pgs. 401-407).
- \_\_\_\_\_. (1966) "Le Dixième Anniversaire de la Mort de Lucien Febvre". In: *AESC*. Paris, 21, n° 4-6, Kraus Reprint, Nendeln/Linchtenstein, pgs. 1187-1188. 1978.
- \_\_\_\_\_. (1968) "Febvre, Lucien". In: *International Encyclopedia of the Social Science*. New York, David L. Sills (ed.). The Macmillan Company & The Free Press, vol.5, pgs. 348-350.
- CANTIMORI, Delio. (1960) "Au Coeur Religieux du XIVe. Seècle". In: *AESC*. Paris, 15, n° 1-3, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs. 556-568. 1978.
- CHARLE, Christophe. (1991) "Compte-rendu". In: *AESC*. Paris, 46, n.º6, p. 1488.
- CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. (1979) "Lucien Febvre et les Sciences Sociales". In: *HG*. Paris, 69º année, n° 272, fevrier, pgs.427-442.
- DOLLINGER, Ph. (1958) "Lucien Febvre et l'Histoire d'Alsace". In: *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*. Strasbourg, n° 10-12, juillet-aout-septembre, pgs. 193-196.
- FRIEDMANN, Georges. (1957) "Lucien Febvre Toujours Vivant". In: *AESC*. Paris, 12, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.3-6. 1977.
- GAULMIER, Jean. (1958) "Lucien Febvre et l'Histoire Littéraire". In: *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*. Strasbourg, n° 10-12, juillet-aout-septembre, pgs. 214-216.
- JUILLARD, Et.(1958) "Une lettre de Lucien Febvre". In: *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*. Strasbourg, n° 10-12, juillet-aout-septembre, pgs. 189-191.
- LE BRAS, Gabriel. (1956) "Lucien Febvre". In: *PE*. Paris, no. 5, 21e. année, novembre, pgs.541-544.
- LEUILLIOT, Paul. (1958) "Lucien Febvre a Strasbourg". In: *AESC*. Paris, 13. Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, pgs.209-213. 1977.

- \_\_\_\_\_. (1958) "Lucien Febvre: um tempérament d'historien". In: Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg. Strasbourg, n° 10-12, juillet-aout-septembre, pgs. 185-188.
- MORAZÉ, Charles. (1957a) "Lucien Febvre. 1878-1956". In: CHM. Paris, Éditions de la Baconnière - Neuchatel, Vol. III, n° 3, pgs.553-557.
- \_\_\_\_\_. (1957b) "Lucien Febvre et l'Histoire Vivante". In: RH. Paris. Presses Universitaires de France, 81e, Tome CCXVII, pgs.1-19.
- MELO, Jayro Gonçalves. (1971) "Martinho Lutero de Lucien Febvre. Síntese e Crítica Metodológica. In: Anais de História. Assis/São Paulo, Ano III, pgs. 167-172.
- NARDY, Carlos Alberto. (1970) "Lucien Febvre. O Problema da Consciência e da Realidade". In: Revista de História. São Paulo, n° 82, vol. XLI, ano XXI, abril-junho, pgs. 391-397.
- PAULA, E. Simões de. (1956) "Lucien Febvre. (1878-1956)". In: Revista de História. São Paulo, n° 28, ano VII, outubro-dezembro, pgs. 411-412.
- RAMINELLI, Ronald. (1993) "Lucien Febvre e os Limites da Interdisciplinaridade". In: PAZ, Francisco Moraes (org.). As Aventuras do Pensamento. Curitiba, Editora da UFPR, pgs. 203-219.
- RENAUDET, Augustin. (1956) "L'Oeuvre Historique de Lucien Febvre". In: RHMC. Paris, PUF, Tome III, octobre-décembre, pgs.257-261.
- REVEL, Jacques. (1993) "Febvre, Lucien, 1878-1956". In: Dicionário das Ciências Históricas. BURGUIÈRE, Adré (org.). MESQUITA, Henrique de Araujo (trad.).Rio de Janeiro, Editora Imago, pgs 324-327.
- WOOTTON, David. (1988) "Lucien Febvre and the Problem of Unbelief in the Early Modern Period". In: JMH. The University of Chicago, n°. 60, december, pgs. 695-730.

### **Teses**

- DUMOULIN, Olivier A. (1983) "Profession Historien" 1919-1939. Un métier en crise?. Thèse pour le doctorat de 3ème. cycle présentée et soutenue publiquement par. André Burguière (directeur de recherche). Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- REIS, José Carlos. (1992) Philosophie et Historiographie: Le Lieu Épistémologique et le Temps Historique des "Annales". Thèse présentée à l'Institut Supérieur de Philosophie de l'Université Catholique de Louvain en vue de l'obtention du titre de Docteur en Philosophie. Louvain-la-Neuve. Fotocopiado.

GUARIBA NETTO, Ulysses T. (1975) *Leitura da Obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales. introdução à Análise do Conhecimento Histórico*. Tese. Assis, São Paulo. Fotocopiado.

### **Entrevistas**

Eduardo de Oliveira França: um professor de História. In: (1994) *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, no. 8, vol. 22, pgs. 151-160.

Eduardo de Oliveira França. Entrevista ao autor. São Paulo, 23/04/1996.

Fernando Novais: Braudel e a «missão francesa». In: (1994) *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, no. 8, vol. 22, pgs. 161-166.